



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Edição virtual

Anais do Evento

Trabalhos Completos e Resumos Expandidos

Organizadores

Alfredo Ricardo Silva Lopes

Eunice Sueli Nodari

Samira Peruchi Moretto

Marcos Gerhart

Realização





6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC. Dados inseridos pelo próprio autor.

Anais do 6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações / Alfredo Ricardo Silva Lopes, Eunice Sueli Nodari, Samira Peruchi Moretto; Marcos Gerhart (organizadores), 2024.

454 p.

Anais(...) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. História Ambiental. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Moretto, Samira Peruchi. III. Gerhart, Marcos. IV. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. V. Título.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Sumário

| | |
|---|-----|
| Apresentação | 8 |
| Trabalhos Completos..... | 9 |
| O conceito de natureza em Giordano Bruno | 10 |
| A comunidade de prática nos sistemas tradicionais de produção de erva-mate: uma busca pela sustentabilidade das relações e do ambiente..... | 26 |
| A agrobiodiversidade no sudoeste paranaense: Uma revisão sistemática..... | 36 |
| Deslocamentos contemporâneos: brasileiras na Alemanha sob a lente do transnacionalismo..... | 52 |
| O ambiente em debate: o norte do Paraná, geada e suas transformações..... | 65 |
| A exploração do Jaborandi e o trabalho escravo contemporâneo no sul do Pará: notas introdutórias | 78 |
| Cinema Japonês Ambientalista: o Ambientalismo Representado em Studio Ghibli..... | 99 |
| Devastação ambiental e Exclusão social no Vale do Açu/RN frente às pulsões do capital..... | 111 |
| Vitivinicultura e conexões Brasil – Itália: o melhoramento genético de videiras em um contexto histórico-global..... | 126 |
| “Ídolos tejidos de plumas”: as aves e as cosmologias andino-amazônicas no relato de Gaspar de Carvajal..... | 144 |
| Tempo, Espaço e Clima: um estudo de caso sobre o movimento "Celulose Não!" e os usos do ambiente no processo de resistência ambiental | 160 |
| Análise das políticas sociais de acolhimento a imigrantes na Itália: assistência e racismo | 176 |
| Buscas ecológico-temporais e o ponto de vista dos conservacionistas, em base a um avance de uma revisão sistemática sobre bordas florestais no Neotrópico | 190 |
| Os limites da ciência do Antropoceno: ecocídio culposo e contabilidade da natureza | 206 |
| Relações Brasil e Portugal: impactos da exploração madeireira na Mata Atlântica Colonial | 218 |



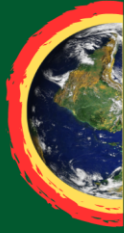
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

| | |
|---|-----|
| Preservar o meio ambiente e a defesa da ciência: os discursos de criação da Universidade Regional do Cariri na Revista Itaytera por meio da perspectiva da história global (1986-1996)..... | 235 |
| Agroecologia, classe e a erva-mate: memória e experiência de agricultores agroecológicos no centro-sul Paranaense | 246 |
| O Ensino de História e as Mudanças Climáticas: criando janelas para outros mundos | 261 |
| A pobreza do “ouro verde”: os impactos da agricultura cafeeira durante a Primeira República (1889 – 1930) no patrimônio ambiental brasileiro | 276 |
| Singularidades da “Fauna Brasileira”: Ideias e percepções de viajantes do século XIX e primeiras décadas do XX..... | 288 |
| O papel do milho híbrido Agrocerees na modernização da agricultura no Brasil 1945 - 1960 | 308 |
| A Questão Ambiental No Município De Tamarana-PR: Aspectos Socioeconômicos e Políticos Locais..... | 322 |
| Fragments para a História Ambiental: os desastres socioambientais no Sul do Brasil a partir do Diário da Tarde (1983) | 337 |
| O Museu de Biologia Professor Mello Leitão e a História da Preservação Ambiental no Brasil: Ciência e Conservação da Natureza na História do Bioma Mata Atlântica (1983-2014) | 356 |
| O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e as Ações de Fiscalização Ambiental no Rio Grande do Sul | 369 |
| Plagas e imaginário sobre el Gran Chaco Sudamericano | 394 |
| Disseminando o conhecimento: A Oficina Calcográfica do Arco do Cego e a filosofia natural na transição do século XVIII e XIX | 409 |
| Crisis hídrica en México, abandono del campo y recomposición social abajeña, 1970-2020 | 423 |
| A percepção dos sujeitos no espaço: O intrincado contexto fronteiriço considerando ocupação, transformação, sujeitos e agências na Fronteira Oeste (RS - 1850-1890)..... | 439 |
| Enchentes históricas no Amazonas: "as águas grandes", cada vez maiores..... | 457 |
| Um <i>tapuitinga</i> na Amazônia: migrações jesuíticas e plantas amazônicas nos “Aditamentos” do padre Eckart (1753-1785)..... | 474 |



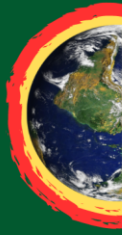
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

| | |
|---|-----|
| Uma história da Estrada de Ferro São Luís-Teresina em perspectiva ambiental, global e conectada (1895-1938) | 494 |
| Trajétorias de Migração: A Experiência Dos Nordestinos Abridados Na Hospedaria Getúlio Vargas e o Deslocamento Para Diversas Paragens (Ceará, Década De 1950) | 510 |
| Resumos Expandidos..... | 534 |
| Alimentos perdidos e desperdício no Brasil: Debate uma Mudança Comportamental | 535 |
| Patrimônios Ambientais de Uruaçu e Desafios no Sertão do Cerrado Goiano | 537 |
| Povo Xukuru do Ororubá: memórias; migrações e relações socioambientais no Semiárido pernambucano..... | 549 |
| Bertha Lutz e a diversidade de práticas científicas na herpetologia brasileira (1940 a 1970) | 563 |
| Criação do GEMA e o Debate em Defesa do Meio Ambiente..... | 564 |
| Compreensões do Antropoceno no semiárido do Rio Grande do Norte a partir da História Oral | 566 |
| Epistemologias da coleta zoológica no Museu do Dundo (Angola, 1942-1945) | 572 |
| As relações homem-flora na toponímia dos estabelecimentos rurais no município de Morro do Chapéu em 1920: uma proposta inicial | 578 |
| O Estado financiador da devastação ambiental: O caso dos frigoríficos no Oeste de SC..... | 579 |
| Os impactos socioambientais do fortalecimento dos ministérios da Agricultura nas paisagens açucareiras do Brasil e da Argentina | 580 |
| Disseminando o Conhecimento: A Oficina Calcográfica do Arco do Cego e a filosofia natural na transição do século XVIII para XIX..... | 582 |
| Gestão e Governança Preventiva e Precaucional frente a Desastres Socioambientais: O caso da Barragem de Mariana | 584 |
| As Florestas no Oeste de Santa Catarina e as transformações ambientais (2000 a 2020)..... | 586 |
| Efectos históricos, ambientales y culturales en la domesticación del paisaje en el Corregimiento amazónico de Tarapacá, Colombia..... | 590 |
| ¿Qué es un río? Representaciones hídricas en discusión..... | 593 |

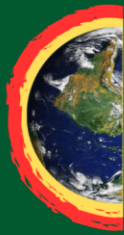


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Transformaciones del paisaje bananero y sus efectos socioambientales en Atlántida, Honduras,
décadas de 1970 a 2020599



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Apresentação

O Programa de Pós-Graduação em História e o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, através do Grupo de Pesquisa Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), tiveram o prazer de convidar colegas pesquisadores para submeterem propostas de trabalho para o 6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações (edição virtual). O Simpósio aconteceu pelas plataformas Youtube e Google Meet, de 13 a 14 de novembro de 2024. O evento foi totalmente gratuito. As conferências de Regina Horta Duarte e Stefania Barca estão disponíveis no Canal do LABIMHA no Youtube, bem como a abertura do evento e o lançamento de livros.

Neste 6º Simpósio foram tratadas várias temáticas de História Ambiental e Migrações, contemplando diferentes períodos e regiões do globo. Como uma das características da História Ambiental, o Simpósio foi aberto a pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, com titulação mínima de graduado (a), o que significa que mestrandos(as) e doutorandos(as) inscreveram seus trabalhos. A língua oficial do evento é o português, mas trabalhos em espanhol e inglês foram aceitos também.

Ao longo dos dois dias foram apresentados 105 trabalhos que versam sobre as relações entre História, Meio Ambiente e Migrações. Com essa publicação, oferecemos a comunidade acadêmica o que há de mais atual nas pesquisas da área, destacando a qualidade dos trabalhos apresentados e publicados nesses anais.

A comissão organizadora faz votos para que em 2026, no 7º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, a comunidade científica possa se reunir de forma presencial nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina.

Comissão organizadora
Alfredo Ricardo Silva Lopes
Eunice Sueli Nodari
Samira Peruchi Moretto
Marcos Gerdhart



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Trabalhos Completos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O conceito de natureza em Giordano Bruno

The concept of nature in Giordano Bruno

Julia Costa Oliveira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF),
sob orientação do prof. Marcos Gerhardt. Bolsista da CAPES.

E-mail: juliaoliveirahistoria@gmail.com

Resumo

A pesquisa bibliográfica situa-se na fronteira entre a Filosofia e a História Ambiental e discute o conceito de natureza presente nos livros do filósofo Giordano Bruno (1548-1600) a partir de um olhar contemporâneo e do contexto histórico de sua produção intelectual. O debate sobre a relação entre sociedade e natureza esteve presente em épocas passadas, mas recebe destaque no tempo presente, quando a crise climática e a extinção em massa de espécies preocupa parte expressiva dos intelectuais. O conceito de natureza elaborado por Bruno no século XVI, embora rejeitado pelas autoridades de então, foi um avanço em relação às compreensões propostas por Aristóteles (384 ac.-322 ac.), Ptolomeu (87-168) e por Nicolau Copérnico (1473-1543). A pesquisa interpretou três obras do filósofo, sempre considerando o contexto econômico, social, político e cultural da época. Bruno se destacou por propor uma cosmologia que integrou a natureza existente no planeta Terra com o universo maior e por estabelecer a conexão e a interdependência entre seres vivos e o mundo biofísico. Seu pensamento sobre o universo, hoje confirmado pelos astrofísicos, tem vínculo com os debates atuais sobre meio ambiente e sustentabilidade.

Palavras-chave: História Ambiental; Cosmografia; Filosofia.

Abstract

The bibliographic research is situated at the intersection of Philosophy and Environmental History, discussing the concept of nature present in the works of the philosopher Giordano Bruno (1548–1600) from a contemporary perspective and within the historical context of his intellectual production. The debate on the relationship between society and nature has existed in past eras but has gained prominence in the present time, as the climate crisis and mass species extinction concern a significant portion of intellectuals. Bruno's concept of nature, developed in the 16th century, though rejected by the authorities of the time, represented progress compared to the understandings proposed by Aristotle (384 ac.-322 ac.), Ptolemy (87-168) and Nicolaus Copernicus (1473–1543). The research analyzed three of the philosopher's works, always considering the economic, social, political and cultural context of the period. Bruno stood out for proposing a cosmology that integrated the nature existing on planet Earth with the larger universe, establishing the connection and interdependence between living beings and the biophysical world. His views on the universe, now confirmed by astrophysicists, are linked to current debates on the environment and sustainability.

Keywords: Environmental History; Cosmography; Philosophy.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Introdução

O tema deste trabalho é a produção intelectual de Giordano Bruno, nascido em 1548 na cidade de Nola, no reino de Nápoles, que corresponde à atual Itália e executado pelo Santo Ofício em Roma, em 1600. Ele foi um intelectual importante e polêmico na Renascença. A pesquisa aqui proposta parte de um problema de pesquisa apresentado na seguinte pergunta: Como Giordano Bruno abordou o conceito de natureza em suas obras *Sobre o Infinito, O Universo e Os Mundos*? O debate sobre a relações entre sociedade e natureza, embora sempre existente, volta ao destaque no tempo presente, quando a crise climática e a extinção em massa de espécies preocupa grande parte dos intelectuais.

A pesquisa objetiva pesquisar e analisar parte do pensamento de Bruno, em particular como ele compreendia e explicava a natureza em suas obras. Ela justifica-se por ajudar a compreender como ocorreu a mudança paradigmática e de compreensão do mundo e do universo na época Moderna europeia. Portanto, estudar a história do conceito de natureza nos ajuda a compreender a trajetória e a criação da ciência, no século XIX, a refletir sobre nossa relação contemporânea com o meio ambiente e a pensar soluções para os problemas ambientais atuais.

O contexto histórico e as Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica

O Renascimento é melhor descrito como um movimento intelectual e um movimento histórico, cuja mentalidade tem a ver com a convergência de muitas tradições de pensamento, conflitos que marcaram as diferentes perspectivas de compreensão de mundo que se mostraram nas diferentes áreas: das artes, da política, da economia e no conhecimento em geral. Criou-se uma nova forma de compreender o sujeito e o mundo, possibilitando o posterior aperfeiçoamento do conhecimento científico no século XIX ou, segundo Dubois (1995, p. 10), “as manifestações culturais da Renascença são inseparáveis do terreno concreto e limitado sobre o qual se afirmam: o progresso da tecnologia, transformações econômicas, mudanças sociais e políticas que se encadeiam seja por causalidade, seja por ressonância”.

O Renascimento “constitui a dimensão intelectual de uma evolução que se exprime economicamente pela expansão, a conquista de novas riquezas e uma aceleração dos mecanismos de troca fundamentada na operação do capital em função do lucro” (Dubois, 1996, p. 10). Foi um



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

movimento que se espalhou na Europa a partir da Itália, que teve como uma das faces o Humanismo.

Na Idade Média europeia, o cristianismo estabeleceu a concepção de pecado, de uma ideia de inferno e de rejeição do corpo. Conforme Le Goff (1924, p. 35), “o cristianismo não cessa de reprimi-lo” dando ênfase, também, à ideia de que “O corpo é a abominável roupa da alma” disse o papa Gregório, o Grande (Le Goff, 1924, p. 35). Instaurou-se a “naturalidade” de uma psicologia obscura, que ao longo da Idade Média se fundou na ideia de um Deus tirano com os humanos. Após a criação de uma filosofia mais humanista, elaborou-se a ideia de purgatório, que dava esperança de salvação ao pecador corrigido e evitava a condenação eterna.

Neste contexto, iniciou o movimento conhecido como Reforma Protestante, criticando a Igreja Católica e suas práticas. Segundo Seffner (1998, p. 9), “A Reforma tem a ver também com o Renascimento, com o Mercantilismo e com o absolutismo monárquico”. Na Idade Média, para o homem, Deus era o centro do mundo. Com o Renascimento, essa percepção foi abalada e parte da sociedade começou a pensar por si própria e a modificar a sua relação com o Deus cristão. Nesse período de Humanismo, os pensadores foram movidos pela curiosidade e cada vez mais observavam os fenômenos da natureza. Diferente de antes, quando Deus era o centro de todas as coisas, nesse tempo o homem foi colocado no centro do mundo, como o sujeito mais importante da criação divina.

Na época da Reforma Protestante, a estrutura do mundo feudal europeu estava abalada e as primeiras estruturas do capitalismo começaram a se formar. Neste movimento de mudanças do feudalismo para o capitalismo, não apenas os valores religiosos, mas também os valores políticos, sociais e econômicos estavam sendo modificados. Não somente a igreja, mas os princípios feudais, as ordens de cavaleiros e as corporações de ofício foram questionadas e modificadas. As forças de um capitalismo em formação moldavam novas relações na Europa (Seffner, 1998).

Nascido em Eisleben, em 1483, Lutero foi um admirador de João Huss, queimado pela igreja em 1415, condenado por heresia, principalmente por seus pensamentos sobre a liberdade de clero perante os papas e sobre a liberdade de consciência de cada indivíduo com a necessidade de redirecionar o mundo cristão à simplicidade apostólica. Lutero e seu grupo de reformadores redigiram as 95 teses em 1517 e as pregaram na porta da igreja do Castelo de Wittenberg. Nelas faziam uma crítica à venda das indulgências promovidas pelo monge Tetzel (Seffner, 1998).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Simbolicamente, as teses foram a retomada de um processo de crítica à Igreja Católica, o rompimento com ela e a criação de uma nova instituição religiosa, a Igreja Protestante.

O papa Leão X, que discordou das declarações de Lutero, em 1521 emitiu o mandato de queimar suas obras no prazo de 60 dias e exigiu sua presença em Roma para abjurar seus erros. Como Lutero não abjurou, o papa o excomungou por intermédio da bula *Decret Romanum Pontificem*” (Seffner, 1998, p. 41). Na Alemanha não unificada, o discurso de Lutero, a divulgação do Novo Testamento traduzido para o Alemão popular e as campanhas de alfabetização levavam uma imagem de Cristo que olhava para os pobres e oprimidos e foram recebidos com atenção pelos camponeses famintos, que iniciaram as guerras camponesas contra seus senhores feudais, resultando no massacre de incontáveis trabalhadores.

Com o avanço das reformas, em vários lugares da Europa houve críticas à Igreja Católica e cisões. Nascido na França em 1509, Calvino formou-se sacerdote e sempre teve princípios católicos bem rígidos. No entanto, se opôs à Igreja Católica em 1530, renunciando a todos os benefícios eclesiásticos. Com isso teve que fugir da França e se fixou em Genebra, na Suíça, onde publicou uma obra com seu pensamento sobre teologia e a ideia da predestinação, isto é “Deus tudo sabe e tudo vê. Sendo assim, Deus sabe, desde sempre, quem vai ser destinado à salvação e quem vai ser destinado à condenação” (Seffner, 1998, p. 57).

Em 1541, Calvino pregou a disciplina moral e religiosa aos habitantes da cidade de Genebra, pois “É Genebra a mais perfeita escola de Cristo que jamais existiu na Terra desde os dias dos Apóstolos” (João Knox, ministro em Genebra, 1557, p. 52 apud Seffner, 1998, p. 58). O calvinismo valorizou o trabalho e a poupança, o que resultou em um ambiente de bem-estar social e econômico, que poderia ser visto como um sinal positivo de Deus à salvação do indivíduo. Com isso, o calvinismo foi ligada à ideologia burguesa que buscava uma justificativa religiosa.

A Igreja Católica reagiu com a Contra-Reforma e adotou um conjunto de medidas tentando se adequar à nova realidade da Europa. Entre elas estava a criação do Tribunal do Santo Ofício, conhecido como tribunal da inquisição, para conversão e punição dos hereges. Fundou a Companhia de Jesus, uma ordem religiosa com sacerdotes melhor preparados e mais disciplinados. A Reforma da Igreja significa um conjunto de acontecimentos que quebrou a unidade da Igreja Católica e originou novas crenças como luteranismo, anglicanismo e o calvinismo. Por Contra-Reforma compreendemos o conjunto de medidas da Igreja Católica para combater o processo de rompimento, reafirmando seus dogmas e reforçando sua estrutura interna.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A Igreja Católica foi severa durante a Idade Média e evitou a contestação e divisão. Entretanto, a partir do século XVI, novas igrejas foram criadas dando origem às guerras de religião e intensificando a intolerância religiosa

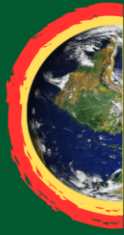
O Tribunal do Santo Ofício, a inquisição e o *Index Librorum Prohibitorum*

De acordo com Horch (1992, p. 470), o Tribunal do Santo Ofício ou tribunal da inquisição pode ser entendido “como a instituição da Igreja Católica Apostólica Romana utilizada para procurar e castigar os heréticos. Inicialmente dirigida especificamente contra os cátaros e valdenses, foi ampliada para todas as heresias e suas formas”. Refere-se portanto a uma tentativa da Igreja Católica de reafirmar seu poder político, salvando as almas dos hereges e colocando-as novamente no bom caminho. Uma das características desse tempo foi a censura de alguns livros e textos. Conforme Horch:

proibindo apenas certos trechos, que eram ou deviam ser simplesmente riscados com tinta em todos os exemplares de uma edição. Às vezes, eram apenas algumas palavras, outras vezes, parágrafos inteiros. Mas também houve casos nos quais se mandou eliminar uma folha ou página inteira, que então era retirada ou reimpressa com a correção devida (1992, p. 473).

A Igreja compreendia como herege, conforme Luiz Nazário (1992, p. 525), “aquele que se desvia da fé católica, seja por um único artigo, e persevera no seu ‘erro’. Não cabe ao fiel nenhuma interpretação pessoal do sagrado, e se ele não aceita in totum a doutrina, torna-se suspeito de heresia”. A acusação de heresia iniciava, basicamente, de duas formas: 1) sustentando as crenças “heréticas” publicamente, ou 2) por meio da denúncia, seguida de confissão espontânea ou mediante tortura. Após o julgamento e a condenação, a morte na fogueira como aplicação da pena máxima teve um significado religioso, visto que, o fogo simbolizava a purificação. A Inquisição teve dois períodos: o Medieval, que se estendeu do século XII até o XIV e o Moderno, concentrado em Portugal e na Espanha nos séculos XVI e XVII.

O *Index Librorum Prohibitorum* ou Índice dos Livros Proibidos foi elaborado pela Igreja Católica e teve sua primeira publicação em 1559, sob a autoridade do Papa Paulo IV. A lista tinha como objetivo conter o avanço da Reforma Protestante iniciada pelo grupo de Lutero, auxiliada pela prensa de Gutenberg e que proporcionou a divulgação em massa de livros e folhetos que iam contra os dogmas da Igreja. Para Paulo IV:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

tornou-se claro que uma forma efetiva de controle rigoroso envolvia a queima não apenas de autores, mas também de seus escritos. O princípio por trás da medida era de que a heresia se comparava a uma doença infecciosa transmitida, acima de tudo, pela imprensa, de uma a outra parte da cristandade (Lindberg, 2017, p. 387).

Na compreensão de Burke (2003), o Index foi desenvolvido para o sistema de censura da época e, desde então, a melhor definição do catálogo é “anti-catálogo”, ou seja, ele foi inteiramente constituído por longa lista de títulos interditados pela Igreja Católica. Muitos outros índices circulavam na Europa (Lindberg, 2017), nas faculdades teológicas de Paris e Leuven (Báez, 2006) e em Sorbonne, Lucca, Siena e Veneza, (Infelise, 2004). Quando trata de seis índices criados entre 1544 e 1556, no entanto, Burke (2003) afirma que, apesar de todos os índices em circulação, apenas os emitidos pelo Papa foram importantes e considerados válidos para a igreja: Assim:

foi Paulo IV que promoveu uma lista completa de trabalhos hereges que deveriam ser universalmente proibidos. A publicação do Index librorum prohibitorum ocorreu primeiramente em 1559 pela congregação da Inquisição, liderada por Paulo IV, e foi modificado em 1564, pelo Concílio de Trento (Lindberg, 2017, p. 388).

Convocado em 1545 pelo papa, o Concílio de Trento foi uma forma de conter o avanço da Reforma Protestante. Finalizou em 1563, como o concílio mais longo da história.

O Estado na época Moderna

No período Moderno ocorreu a formação dos Estado Nacionais Absolutistas, expressão que corresponde ao poder centrado nas mãos de um único governante, geralmente o rei, que exercia esse papel com poucos limites. Compreender isso é essencial para compor o contexto político no qual Giordano Bruno viveu e produziu suas obras. Bruno inclusive trabalhou para reis e príncipes neste tempo de absolutismo monárquico. Embora absolutista, os limites sempre estiveram presentes, ou seja, “o rei só tinha autoridade absoluta sobre seu próprio domínio e os grandes suseranos detinham, sobre os feudos, uma fração do poder, permanecendo a sua fidelidade ao rei de ordem pessoal” (DELUMEAU, 1994, p. 55). No século XVI, os sinais mais visíveis da presença do Estado Nacional eram a cobrança de impostos, a existência de oficiais ou funcionários da burocracia nomeada pelo rei e um governo centralizado e forte. Dito de outra forma:

A palavra Estado deixa de ser uma abstração e vai se carregando de impopularidade. O Estado é o arrecadador de impostos; o Estado é o soldado ou o recrutador de soldados; o Estado ou o rei reclama sua lealdade a quem não estão



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

acostumados os milhões de camponeses que se sentem desprotegidos frente a ele (DELUMEAU, 1994, p. 57).

Nicolau Maquiavel (1469-1527) contribuiu na formação do Estado com a obra *O Príncipe*, um guia de atividade e conduta política para o governante florentino do século XVI, um tempo no qual a Itália não existia como país unificado, mas como uma diversidade de reinos, repúblicas e ducados que viviam em constantes guerras. “A história é mestra de nossos atos e máximas dos príncipes; e o mundo sempre foi, de certa forma, habitado por homens que sempre têm paixões iguais; e sempre houve quem serve e quem ordena, e quem serve de má vontade e quem serve de boa vontade, e quem se rebela e se rende” escreveu Maquiavel (2004, p. 165).

O livro *O Príncipe*, originalmente denominado *Dos Principados*, foi escrito e dirigido Lourenço de Médicis (1492-1519), governante de Florença, um dos 17 pequenos Estados independentes existentes na península Itálica no século XVI. Maquiavel orientou Lourenço sobre como agir política e militarmente para unificar esses Estados em um país, um estado nacional monárquico e, depois, como manter o poder e governar. Maquiavel acreditava que um príncipe não deve hesitar em tomar medidas cruéis ou enganar, se for para o benefício do seu povo. Diante disso, escreveu:

Todas as ações do duque, eu não saberia em que censurá-lo. Pelo contrário, parece-me – como aliás o fiz – deve propô-lo como exemplo a todos aqueles que, com a fortuna e as armas de outrem, ascendem ao poder. Tendo ele ânimo forte e intenção elevada, não poderia ter agido de outra maneira (Maquiavel, 2004, p. 34).

Marilena Chauí, ao escrever sobre a obra de Maquiavel, explicou:

[...] O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar e conservar o poder e que, para isso, jamais deve aliar-se aos grandes, pois estes são seus rivais e querem o poder para si, mas deve aliar-se ao povo, que espera do governante a imposição de limites ao desejo de opressão e mando dos grandes. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei (2000, p. 203).

Lourenço de Médicis não recebeu o manuscrito ou ignorou as orientações de Maquiavel e não fez a unificação da Itália, processo que ocorreu somente no século XIX e se completou em 1870, trezentos anos depois da publicação da primeira edição de *O Príncipe*, em 1532, em um contexto muito diferente. Essa obra foi incluída no Índice dos Livros Proibidos em 1559 e o Concílio de Trento confirmou a proibição em 1564 (Aranha, 1993). Parte dos 17 Estados da península Itálica estava sob o controle da Igreja Católica, a quem não interessava a unificação.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Maquiavel, junto com outros pensadores, escreveu sobre as bases políticas de sustentação do Estado Nacional Absolutista, o tipo de Estado que predominou na Europa da época Moderna. O pensamento político contido em *O Príncipe* é parte do conjunto de ideias criadas e disseminadas no século XVI, o tempo no qual Giordano Bruno existiu e produziu sua cosmologia.

Outro pensador do período foi Thomas Hobbes (1588-1679), para quem a função do Estado é manter a paz entre os indivíduos. Cada homem, quando deseja possuir o que considera necessário para si, pode entrar em conflito com outro que deseja a mesma coisa. Se não há quem regule ou organize a convivência humana, o que prevalece é a lei do mais forte ou do mais astuto, pois sempre há alguém que pode colocar minha sobrevivência em risco se eu não conseguir me proteger. Na explicação criada por Hobbes, o Estado surgiu da necessidade de construção da paz, pois renunciamos às nossas capacidades de autopreservação e autodefesa e confiamos ao Estado, estabelecido por um contrato social imaginário, para garantir a nossa segurança, para vivermos civilizados e não em guerra perpétua de todos contra todos. Sua principal obra é *Leviatã*, na qual afirma:

Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em resignar ao seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo (Hobbes, 2003, p. 113).

Hobbes defendeu que abdicar de um direito não é conceder um novo poder a outro indivíduo:

Pois quem renuncia ou resigna ao seu direito não dá a nenhum outro homem um direito que este já não tivesse antes, porque não há nada a que um homem não tenha direito por natureza; neste caso, apenas se afasta do caminho do outro, para que ele possa gozar do seu direito original, sem que haja obstáculos da sua parte, mas não sem que haja obstáculos da parte dos outros. De modo que o efeito redundante a um homem da desistência de outro ao seu direito é simplesmente uma diminuição equivalente dos impedimentos ao uso do seu próprio direito original (Hobbes, 2003, p. 113).

Na teoria política de Hobbes os indivíduos abrem mão de seus direitos individuais e saem do “estado de natureza”, por meio de um contrato social que cria um Estado forte e centralizado, o simbólico *Leviatã*, um Estado na forma de Monarquia Absolutista:

O motivo e fim devido ao qual se introduz esta renúncia e transferência do direito não é mais do que a segurança da pessoa de cada um, quanto à sua vida e quanto aos meios de a preservar de maneira tal que não acabe por dela se cansar. Portanto,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

se por palavras ou outros sinais um homem parecer despojar-se do fim para que esses sinais foram criados, não se deve entender que é isso que ele quer dizer, ou que é essa a sua vontade, mas que ele ignorava a maneira como essas palavras e ações iriam ser interpretadas (Hobbes, 2003, p. 115).

Quem abdica de algum direito visa receber algo em troca, algum benefício, uma abdição recíproca do outro indivíduo ao seu direito a todas as coisas e, portanto, “A transferência mútua de direitos é aquilo a que se chama contrato” (Hobbes, 2003, p. 115), pois eu abdicó dos meus direitos e você abdica dos seus. Sendo assim, o Estado se apoia sobre o ato voluntário e para ele a definição de justiça é cumprir com o contrato “De modo que a natureza da justiça consiste no cumprimento dos pactos válidos” (Hobbes, 2003, p. 124).

Para que o Estado realize sua função de certificar a paz e a segurança de seus súditos, o soberano, dotado de poder absoluto, deve cumprir seus deveres e obrigações. No entanto, caso as obrigações não sejam cumpridas, em tese, o soberano poderia ser deposto pelo povo, pois seu poder decorre de um contrato. O pensamento de Hobbes foi um avanço para a época, porque criou outra base para a Monarquia Absolutista, antes justificada na teoria do direito divino, cujo autor mais conhecido foi Jean Bodin (1530-1596). Hobbes iniciou a tradição contratualista, ou seja, a ideia de que a origem do poder político reside no contrato entre os governados e não na representação terrena da vontade de um deus, o que fortalecia a Igreja Católica. Essa ideia do contrato social esteve presente no pensamento posterior de John Locke (1632-1704) e de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que criticaram a Monarquia Absolutista, mas que não abordamos aqui, pois são de outro tempo.

A vida de Bruno

Nascido em 1548, na cidade de Nola, ao sul de Nápoles, local que foi importante para o Império Romano e também para a Renascença. Filho de Giovanni Bruno, um soldado do reino de Nápoles e de Fraulissa Savoli, seu nome de batismo era Filippo. Bruno viveu pouco tempo em Nola, mas a cidade fez parte de suas referências, tanto que assinou algumas obras como Giordano Bruno Nolano. Pelo nascimento, origem e condição social teve três caminhos possíveis na vida: a carreira militar, a carreira eclesiástica ou ser agricultor. Então, em 1562, escolheu a carreira religiosa e assumiu o nome de Giordano. No primeiro ano de formação, Bruno começa a estudar humanidades, lógica e retórica, com destaque para a mnemotécnica, “a arte da memória”, que o acompanhou por toda a vida. Leu obras de Erasmo de Rotterdam e *A vida dos Santos Padres de*



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Mérida, escrito no século VII, um dos livros proibidos pelo convento. Em 1572, foi ordenado sacerdote e celebrou a primeira missa.

Em 1576, Bruno foi acusado de heresia por duvidar de um dogma importante do catolicismo que é a Trindade, fugiu para Roma e tomou a decisão de se movimentar pela Europa. Alguns autores (Bombassaro, 2007; Ordine, 2006) chamam essa movimentação de “peregrinação bruniana”. Por onde ele passou, se apresentou como um *acadêmico di nulla academia* (acadêmico de academia nenhuma).

Em 1591, desencaminhado da escola de Frankfurt, Bruno foi a Veneza, na Itália, pensando que a república veneziana seria um lugar de pensamento mais livre. Também foi atendendo ao convite de um patricio, Giovanni Mocenigo, que desejava aprender a “arte da memória”. Entretanto, Mocenigo não ficou satisfeito com os ensinamentos de Bruno e o denunciou à Inquisição por heresia. Então, em 1593, ele foi transferido a Roma, onde foi encarcerado pelo Santo Ofício (Bombassaro, 2007).

De 1593 a 1600, o processo tramitou, Bruno contestou a interpretação que a Igreja fez de suas obras e se recusou a abjurar as ideias que publicou. Teve a língua furada por um prego para que não pronunciasse heresias. Depois de julgado e condenado, foi conduzido até o Campo de Fiori e queimado vivo em fevereiro de 1600.

O conceito de natureza

Para o filósofo Aristóteles (384 ac.-322 ac.) o universo era esférico e finito, tinha limites definidos e o planeta Terra estava, imóvel, no centro do sistema solar. Ele fundamentou a teoria do geocentrismo que foi adotada pela Igreja Católica Romana. Para Aristóteles: “As coisas naturais seriam aquelas que existem por si mesmas, no sentido de possuir em si mesmas o princípio do seu movimento e repouso. Elas incluem matérias, configurações e formas que se apresentam à percepção humana como natureza” (Pádua, 2010, p. 86). A partir da compreensão de Aristóteles, “As espirais das galáxias, o Sol, a Lua, a textura das plantas, os ciclos da água, a fisiologia dos organismos – incluindo, por certo, o nosso próprio corpo mamífero e primata –, nada disso é criação humana, ao menos em sentido primário.” Neste sentido, o universo ou o cosmos são parte da natureza. Cultura, por outro lado, é tudo aquilo que foi criado pela ação e pelo pensamento



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

humanos. Essa separação rígida entre natureza e cultura, esse dualismo criado por Aristóteles, está muito presente até hoje (Pádua, 2010, p. 86).

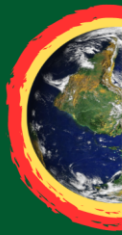
Ptolomeu (87-168) reforçou a cosmologia de Aristóteles com base na observação sensorial do universo visível. O astrônomo polonês Nicolau Copérnico (1473-1543) produziu uma ruptura com a cosmologia de Aristóteles e com os estudos de Ptolomeu ao defender a teoria heliocêntrica, ou seja, que o Sol é o centro, o planeta Terra se move em torno do Sol ao mesmo tempo em que gira em rotação e que a Terra tem variações de inclinação em seu eixo, o que produz as estações do ano. Sua principal obra, *Sobre as revoluções dos orbes celestes*, foi concluída em 1530, mas publicada somente em 1543.

Neste complexo contexto entrou Giordano Bruno, dialogando com o pensamento de Aristóteles e com a teoria de Copérnico. Uma das razões que conduziram à mudança conceitual utilizada pela filosofia na Renascença pode ser encontrada na crítica ao aristotelismo vigente. Em diversos trechos de sua obra, fica nítido o posicionamento crítico de Bruno à filosofia aristotélica. Bruno acusou Aristóteles de ter feito uma investigação logística da natureza, partindo de “definições, noções, certas quintas essências e entidades e outras partes e aberrações de reflexões fantasiosas sobre o princípio e a substância das coisas” (Bruno, 1985, p. 1114).

A obra *De revolutionibus*, publicada em 1543 em Nuremberg, marcou a tentativa de Bruno de fazer um debate no meio astronômico sobre o movimento rotacional da Terra em torno do Sol. Em suas páginas podem ser encontrados os argumentos para tentar varrer a cosmologia geocêntrica que havia predominado por séculos. No entanto, o livro não foi tão bem acolhido, sendo divulgado em círculos restritos de discípulos, sem gerar grandes debates e questionamentos.

Segundo Bruno (1978, p. 16), para Aristóteles “fora do mundo há um ente intelectual e divino, de sorte que Deus venha a ser lugar de todas as coisas”, ou seja, Aristóteles “se encontrará em muita dificuldade para fazer entender como uma coisa incorpórea, inteligente e sem dimensões possa ser o lugar duma coisa dimensionada” (Bruno, 1978, p. 16).

Assim, “A investigação da natureza, poderia seguir o caminho da observação e da experimentação, mas o mais significativo estaria no fato de que ela não poderia mais fazer a partir dos dados da experiência sensorial” (Bombassaro, 2007, p. 36). Nos *Diálogos italianos* Bruno deixou clara sua oposição contra as concepções cosmológicas do geocentrismo de Aristóteles e Ptolomeu e em favor do copernicanismo. Para Bruno, a ideia de um cosmos em torno de um ponto não correspondia ao universo infinito, pois é “o espelho de um Deus único que, desde dentro, opera



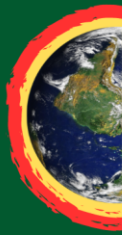
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

e comanda todas as coisas” (2007, p. 37). Bruno discordou da ideia de que Deus requer intermediários para se comunicar com a sua criação. Ela está presente nos textos dele e se aproxima do argumento dos luteranos, que defenderam a livre interpretação da Bíblia pelo povo, traduzida do latim para o alemão. Para ele, toda criação possui um elemento de bondade divina, pois nada é melhor que qualquer outra coisa. Como parte do mesmo princípio, Deus não se encontra fora do mundo, mas dentro do próprio mundo e podemos dialogar com ele sem interlocutores.

O ponto crucial da filosofia de Bruno é a aceitação parcial da teoria geocêntrica de Copérnico e a crítica a uma parte dela, o que corresponde à criação de uma nova cosmologia, ou seja, Bruno aceitou a teoria de Copérnico e foi além dela. Bruno argumentou que a ideia de um universo infinito, sem limites, sem centro, com inumeráveis mundos, dificilmente está em concordância com a lógica da *raggione calcutoria*, ou seja, da razão calculadora utilizada por Copérnico. No momento em que as medidas são colocadas em comparação com uma realidade que foge às medidas, quando os cálculos devem suprir elementos incalculáveis, quando condições da oficialização aspiram dar forma ao informe, limitado e estabelecido é preciso seguir por um outro caminho, um caminho e um esforço que só pode ser contemplado pela Filosofia, pois “Uma coisa é brincar com a geometria, outra é verificar com a natureza” (Bruno, 2012, p. LXXX). Refletir sobre uma “geometria” do infinito, significa mensurar com conceitos que fazem uso a indeterminação, a imensidão e o caos. É realizar uma “filosofia erudita” e “aprofundar nas reflexões”, penetrar com a mente os mais recônditos ângulos da natureza.

As teorias de Copérnico se colocaram, então, “como uma aurora”, como uma luz adentrando a obscuridade da ignorância. Um clarão que precede e anuncia “Disposto pelos deuses como uma aurora que deveria preceder a saída deste sol da antiga e verdadeira filosofia, durante tantos séculos sepultada nas cavernas tenebrosas da ignorância cega, maligna, proterva e invejosa” (Bruno, 2012, p. 26). No entanto, Bruno tentou romper os limites e ir além das fronteiras do universo conhecido e calculado:

Então, eis aqui aquele que atravessou o ar, penetrou o céu, percorre as estrelas, ultrapassou os limites do mundo, fez desaparecer as fantásticas muralhas das primeiras, oitavas, nonas, décimas e outras esferas que pudessem ter sido acrescentadas pelas descrições de vãos matemáticos e pelo olhar cego de filósofos vulgares. Assim, em plena conformidade com todos os sentidos e a razão, foi ele quem abriu com a chave de uma cuidadosa investigação aqueles claustros da verdade, aos quais poderíamos ter acesso. Ele desnudou a encoberta e velada natureza; deu olhos às toupeiras; iluminou os cegos que não podiam fixar os olhos e olhar a sua imagem refletida em tantos espelhos; soltou a língua aos mudos que



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

não sabiam e não ousavam explicar seus intrincados pensamentos; restabeleceu os coxos, incapazes de percorrer com o espírito aquele caminho inacessível aos corpos ignóbeis e perecíveis, tornando-os tão familiares como se fossem os próprios habitantes do Sol, da Lua e de outros astros conhecidos. Demonstrou quão semelhantes ou dessemelhantes, maiores ou piores, são aqueles corpos que vemos à grande distância, se comparados àquele que está perto de nós e ao qual estamos unidos, abrindo-nos os olhos para ver este nume, está nossa mãe, que, em seu dorso, alimenta-nos e nutre-nos, depois de nos ter gerado em seu ventre ao qual acabaremos por retornar. E não pensemos que ela seja um corpo sem alma e sem vida e também a última dentre as substâncias corpóreas. Desse modo, sabemos que, se estivéssemos na Lua ou em outras estrelas, não estaríamos num lugar muito diferente deste, e talvez pior, como pode haver outros corpos tão bons e até melhores por si mesmos, e para a maior felicidade dos próprios animais. Assim, conhecemos tantas estrelas, tantos astros, tantos numes, como são todas estas centenas de milhares que assistem ao serviço e à contemplação do eficiente primeiro, universal, infinito e eterno. Nossa razão não está mais aprisionada aos grilhões dos oito, nove e dez moventes com seus motores (Bruno, 2012, p. 32).

Nessa citação é possível perceber o protagonismo de Bruno e encontrar quase todos os núcleos vitais de sua filosofia. Ele nos conduz e nos leva em direção aos possíveis limites do universo e nos sugere que nenhuma muralha imaginária acaba o cosmos. Argumenta que a Terra não se encontra no centro, nem o Homem (o ser humano) é o centro e que a ideia mesma de centro absoluto não existe. Para Ordine (2003, p. 72), “No universo infinito, o centro não existe, não está em nenhum lugar”. O centro, por não estar em nenhum lugar, pode ser encontrado em todo lugar “precisamente porque não está em nenhum lugar, pode estar em todo lugar... pode-se falar de centro somente de maneira relativa” (Ordine, 2003, p. 72). O centro do nosso sistema solar é conhecido desde os estudos de Copérnico. O mesmo não pode ser dito sobre o centro do universo, pois, mesmo incluindo o conhecimento atual de astronomia, não pode ser definido.

Não era mais possível falar de modo genérico de humanos, plantas, animais, mas sim daquele homem específico ou daquela planta específica, daquele animal específico e daquele astro. Em outras palavras, Bruno tentou quebrar a hierarquia geocêntrica existente, porque no universo infinito “coisas mínimas e sórdidas também são germens de coisas grandes e excelentes” (Bruno, 2012, p. 14).

Para Bruno, é na infinitude da natureza que o homem entra em contato com a finitude de Deus, porque o espaço é infinito e entendido como extensão divina. Todo o cosmo é um reflexo da grandeza divina. Desta forma, toda a natureza se eleva entre o real e o divino, demonstrando o poder infinito. Levando isso em conta, a natureza torna-se objeto da Filosofia e da História.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Conclusão

Giordano Bruno foi um dos autores da passagem do mundo medieval para o mundo moderno, um autor do final do Renascimento europeu. Renascimento significa ruptura e novidade, mas também significa continuidade e retomada dos valores da antiguidade clássica. A questão é interpretar Giordano Bruno dentro do seu tempo e a partir de um paradigma que seja capaz de juntar, tanto a tradição quanto aquilo que ele representou de novo. Entretanto, esse tempo não foi isento de conflitos sociais, epistemológicos e teóricos. Bruno, que viveu em um tempo de tensão e mudanças e sua produção intelectual foi interrompida pela execução na fogueira.

Dessa maneira, retomamos a pergunta problema que move a pesquisa: Como Giordano Bruno abordou o conceito de natureza em suas obras? Ao contrário da visão de Aristóteles, que via a natureza como estática e hierárquica, Bruno argumentou que a natureza é um ser vivo em constante mudança. Ele acreditava que todas as coisas, desde as estrelas até os animais humanos, eram parte integrante deste organismo e estavam interligadas por uma teia de relações. Bruno também defendeu a existência de princípios divinos inerentes à natureza que ele chamou de “Deus-Natureza”. Para ele, Deus não estava separado do mundo, mas ele está presente em tudo. Essa visão panteísta de Deus e da natureza foi um dos principais motivos pelos quais Bruno foi considerado herege pela Igreja Católica e foi sentenciado à morte na fogueira em 1600.

O conceito de natureza de Giordano Bruno teve influência no pensamento filosófico e científico posterior, especialmente na compreensão da natureza como um sistema interligado e em constante evolução. A sua visão holística e integrada da natureza também influenciou a Ecologia do século XIX e a nossa compreensão da biodiversidade. Estudar Giordano Bruno na atualidade é ainda relevante, pois a concepção de natureza de Bruno, que enfatizava a interconexão e a interdependência de todos os seres vivos, têm relevância para os debates atuais sobre meio ambiente e sustentabilidade. Seu pensamento nos lembra da importância de preservar e respeitar a natureza e nos desafia a repensar nossa relação com o meio ambiente. Bruno foi um dos primeiros a propor uma visão cosmológica que combinava elementos da Filosofia, da religião e do conhecimento da época. Ele acreditava que a natureza era governada por leis matemáticas e que a observação e a experimentação eram fundamentais para o avanço do conhecimento. Seus escritos influenciaram pensadores posteriores, como Galileu Galilei e Isaac Newton.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Referências

- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel: a lógica da força**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição de livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. Tradução: Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438 p.
- BAUAB, Fabrício Pedroso. Matrizes modernas da ideia de natureza: Galileu Galilei (1564-1642) e René Descartes (1596-1650). **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 32, p. 93-104, jan./jun. 2009.
- BOMBASSARO, Luiz Carlos. **Giordano Bruno e a filosofia na Renascença**. Caxias do Sul: Educ, 2007.
- BRUNO, Giordano. **Sobre o infinito, o universo e os mundos**. Tradução de Helda Barraco e Nestor Deola, 2 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática. 2000.
- DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Tradução de Manuel Ruas, V. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. **O imaginário da Renascença**. Brasília: UnB, 1995.
- HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Editora Lida, 2003.
- HORCH, Rosemarie Erika. Motivos que levaram os livros luso-espanhóis a serem censurados no século XVI. In: NOVINSKI, Anita; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.) **Inquisição: Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1992.
- INFELISE, Mario. **Libros prohibidos: una historia de la censura**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.
- LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. Tradução de Elissamai Bauleo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- LUTERO, Martinho. Os primórdios: escritos de 1517 a 1519. In: **Obras Seleccionadas**. São Leopoldo: Sinodal, 2004. v. 1.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 3a ed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARQUES, Adhemar M. **História Moderna através de textos**. São Paulo: Contexto, 1994
- NAZÁRIO, Luiz. O Julgamento das Chamas: Autos-de-Fé como Espetáculos de Massa. In: NOVINSKI, Anita; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). **Inquisição: Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1992.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

ORDINE, Nuccio. **A cabala do asno**: asinidade e conhecimento em Giordano Bruno. Tradução de Flora Simonetti Coelho; Francisco Caruso; Livio Panizza. Caxias do Sul: Educs, 2008

ORDINE, Nuccio. **O umbral da sombra**. Tradução Luiz Carlos Bombassaro. São Paulo: Perspectiva; Nápoles: Istituto Italiano per gli Studi Filosofici; Porto Alegre: Instituto Brasileiro de Humanismo, 2006

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

QUEIROZ, Tereza Aline Pereira de. **O Renascimento**. São Paulo: Edusp, 1995.

SEFFNER, Fernando. **Da Reforma à Contra-Reforma**: o cristianismo em crise. São Paulo: Atual, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords**: a vocabulary of culture and society. London: Famingo, 1983.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A comunidade de prática nos sistemas tradicionais de produção de erva-mate: uma busca pela sustentabilidade das relações e do ambiente

Laureen Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Brenda Carolina Busato Rotter

Graduada em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Evelyn Roberta Nimmo

Curadora no Departamento de Antropologia na Universidade de Alberta, Canadá

Murilo Carlos Siqueira

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Renata Borges Kempf

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

laureenslv@gmail.com

Resumo

A comunidade dos agricultores agroecológicos de erva-mate, mesmo não estando necessariamente fixados no mesmo território, compartilham de determinadas práticas que os distingue significativamente do que se compreende como agricultura convencional. Aportados nos fazeres ancestrais, nos últimos anos eles vêm compartilhando seus conhecimentos através dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela equipe do Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de erva-mate (CEDErv), atuante nas regiões Centro-Sul e Sudeste do Paraná. Enquanto metodologia de pesquisa participativa, a comunidade de prática possibilita construir um arcabouço documental dessa população que historicamente esteve à margem do processo desenvolvimentista agrícola e territorial, e, também, enquanto detentores de uma cultura singular, foram deliberadamente suprimidos da historiografia tradicional. O objetivo dessas ações têm sido, então, a valorização da erva-mate no sistema sombreado, assim como a difusão de conhecimento acerca desses pequenos produtores agroecológicos.

Palavras-chave: Erveiros. Agroecologia. SIPAM. Pesquisa Participativa.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Abstract

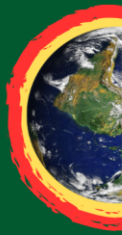
The farmers who make up the agroecological yerba mate community share a range of practices that distinguish them and the yerba mate they grow from conventional agriculture. Grounded in ancestral knowledge, in recent years farmers have been sharing their experiences through research and extension projects supported and facilitated by the team at the Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de erva-mate (CEDERva), which operates in the Central-South and Southeast regions of Paraná, Brazil. The community of practice is a participatory research methodology that enables the sharing and documenting of practices, knowledge, and narratives used by these populations that have historically been relegated to the margins of agricultural and territorial development processes. As holders of a unique culture, they have also been deliberately overlooked in traditional historiography. The objective of CEDERva's work has therefore been to value agroecological and shade-grown yerba mate, while also disseminating knowledge about these small-scale agroecological producers.

Keywords: Erveiros. Agroecology. GIAHS. Participatory Research.

Erva-mate enquanto um Sistema Importante para o Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) A produção de erva-mate, inerentemente sul-americana, teve uma importância crucial não apenas no desenvolvimento econômico dessa região, como nos traços sociais e culturais das populações. Ao produzir e consumir chimarrão, ou mate, essas pessoas criaram também traços de afetividade com essa planta e com os demais elementos constituintes da paisagem.

A população rural que, na contramão do “lucro a qualquer custo”, pratica e defende o manejo da erva-mate sombreada pela mata nativa tem sido o foco de trabalho de um amplo grupo de pesquisadores provenientes de diversas áreas do conhecimento. A partir do Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de erva-mate (CEDERva), esses pesquisadores vêm participando e fomentando redes de sociabilidade nas quais esses agricultores atuam.

Para além do viés acadêmico, o CEDERva é constituído também por agricultores, sindicatos e instituições municipais de agricultura, operando na região Centro-Sul e Sudeste do Paraná, Brasil. Nessa Organização da Sociedade Civil (OSC), seus membros estão envolvidos diretamente na conservação dos conhecimentos tradicionais e nos usos econômicos da Floresta com Araucária, tendo em vista que a erva-mate sombreada associada a outros produtos agrofloretais apresenta



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

potencialidades enquanto alternativa econômica sustentável, passível da preservação ambiental e das práticas culturais a ela atreladas (Nimmo, et al., 2022).

Foram esses atores e as demais organizações que fazem parte do Observatório dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-Mate que apresentaram esse sistema à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como um Sistema Importante para Patrimônio Agrícola Mundial – SIPAM (Globally Important Agricultural Heritage Systems – GIAHS). Ainda em etapa de aprovação, tal selo reconhece a relevância dos sistemas tradicionais de erva-mate sombreada e reitera a necessidade de salvaguarda.

O programa SIPAM visa identificar e proteger sistemas agrícolas de importância global, juntamente com suas paisagens, agrobiodiversidade, culturas e conhecimentos associados. Seu principal objetivo é reconhecer e salvaguardar esses sistemas agrícolas relevantes, assegurando que seus benefícios sejam mantidos e aumentados tanto em nível global quanto local. Essa e demais iniciativas da ONU voltadas ao meio ambiente, como a Década de Agricultura Familiar e a Década de Restauração dos Ecossistemas, demonstram a importância que se tem dado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elencados pela ONU como os 17 principais desafios de desenvolvimento enfrentados não apenas no Brasil, como no mundo todo:



Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: ONU, 2024



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

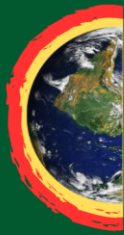
Dentre esses objetivos, os sistemas tradicionais de erva-mate sombreada são capazes de atender: a) a luta pela segurança alimentar, o que envolve uma alimentação nutricionalmente adequada e culturalmente satisfatória; b) o modo de produção agroecológico implica na ausência de agrotóxicos, o que resulta em melhor saúde e não-poluição de mananciais d'água com esses poluentes químicos; c) sobretudo, garantem a coexistência entre o mundo natural e o ser humano, preservando um dos últimos redutos da Mata Atlântica. Nesse sentido, os esforços para que esse sistema seja reconhecido como um SIPAM objetiva que tais sistemas se consolidem e se expandam enquanto ferramenta de transformação social, econômica e ambiental.

Para que um sistema agrícola seja reconhecido como SIPAM, os proponentes devem submeter um dossiê detalhado que descreve o sistema e apresenta um Plano de Ação para a Conservação Dinâmica. Esse plano de longo prazo é crucial para apoiar os sistemas agrícolas e maximizar os benefícios decorrentes de sua conservação e gestão sustentável. Após a submissão, um comitê internacional científico da FAO, na Itália, avalia a candidatura, etapa esta que o SIPAM erva-mate se encontra.

A proposta para o reconhecimento dos sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na Floresta com Araucária, no Brasil, representa o culminar de esforços conjuntos entre várias instituições e comunidades ao longo de trinta anos. Desde os anos 1990, pesquisas e atividades de extensão têm sido fundamentais para o desenvolvimento de ações colaborativas destinadas à manutenção dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate em comunidades do Centro-Sul do estado do Paraná.

Diversas instituições e comunidades têm sido parceiras nesse processo coletivo. Durante essa trajetória, dados e informações sobre os sistemas tradicionais de erva-mate e as dinâmicas do ambiente florestal foram consolidados por instituições como Embrapa Florestas, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), organizações da sociedade civil como AS-PTA e Ecoarucária, que forneceram a base para as atividades do Plano de Conservação Dinâmica do SIPAM.

Um elemento crucial na elaboração do Plano de Conservação Dinâmica é o reconhecimento de atividades e projetos já existentes, bem como a sinergia entre as organizações participantes. Recentemente, colaborações entre a Embrapa Florestas, o CEDERVA, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGHUEPG), o IDR-PR,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

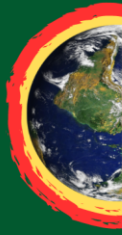
sindicatos de agricultores e comunidades participantes têm promovido visitas a propriedades rurais. Essas visitas focam na documentação de conhecimentos tradicionais e ecológicos, bem como no monitoramento da fauna, flora e solos das áreas de produção. Tais atividades são essenciais para construir um panorama geral sobre a situação das propriedades envolvidas no cultivo da erva-mate sombreada.

Um marco simbólico dos avanços alcançados foi a inauguração do Observatório dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-Mate, principal proponente do projeto SIPAM. Liderado pelo Ministério Público do Trabalho no Paraná, o Observatório agrega 26 instituições que apoiam e defendem os sistemas tradicionais de erva-mate. Entre essas instituições estão nove sindicatos de trabalhadores de agricultura familiar da região, instituições nacionais e estaduais, várias organizações da sociedade civil e agricultores familiares independentes.

A visão do Observatório é ser uma plataforma de apoio, promoção e difusão dos sistemas tradicionais de erva-mate, valorizando a identidade, o conhecimento e as culturas locais. O objetivo é apoiar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões, proporcionando melhor qualidade de vida aos agricultores familiares, comunidades indígenas e tradicionais que possam integrar o órgão, contribuindo para a segurança e soberania alimentares regionais.

As metas do Observatório incluem: promover a organização coletiva e solidária dos sistemas tradicionais de erva-mate, propondo políticas públicas e promovendo conhecimentos associados; incentivar pesquisas, estudos e publicações no contexto de políticas públicas, assistência técnica e extensão rural, além de outras iniciativas governamentais; e estimular a participação de mulheres, adolescentes e jovens em todas as atividades organizadas pelo Observatório.

Em um primeiro momento, o projeto SIPAM compreende onze municípios paranaenses, dos quais cinco são parceiros diretos (Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo e São Mateus do Sul) e seis são colaboradores (Cruz Machado, Bituruna, Irati, Guarapuava, Pinhão e Turvo), além de duas terras indígenas (Marrecas e Rio de Areia), bem como representado abaixo:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

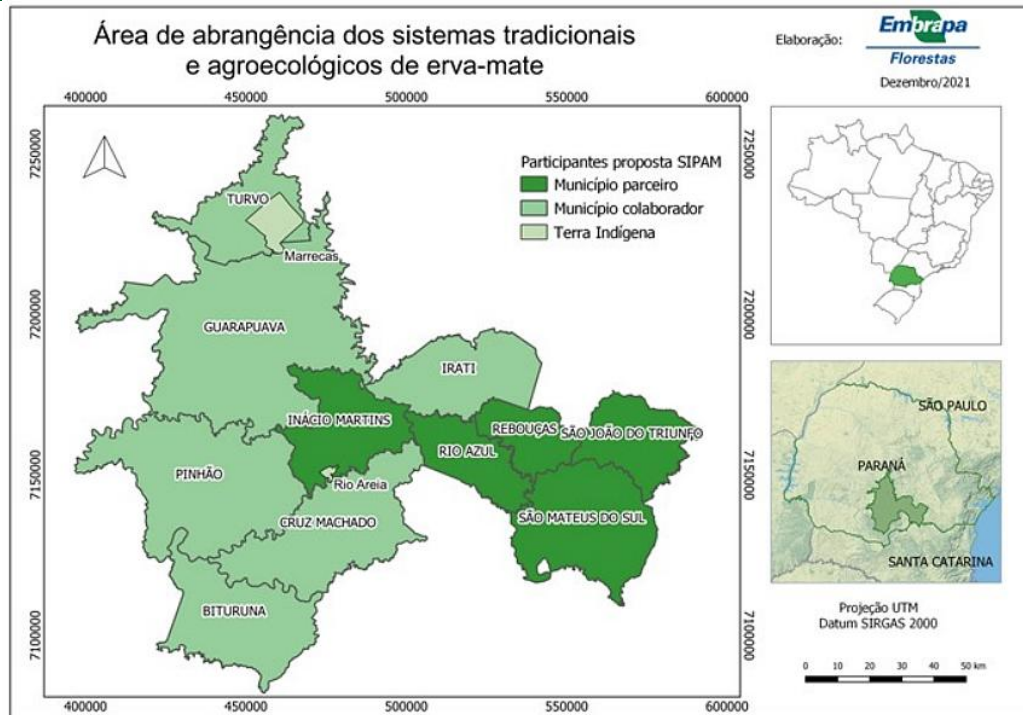


Figura 2: Área de abrangência dos sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate

Fonte: Embrapa, 2022

A comunidade de prática

Para a realização do projeto, foi consolidada uma Comunidade de Prática (CoP), composta por comunidades indígenas, faxinais e propriedades de agricultura familiar que utilizam esses sistemas, baseada em valores e conhecimentos compartilhados:

A organização das unidades de produção, consumo e das significações de práticas alimentares pode ser entendida como dinâmicas comunitárias, segundo a complexidade que lhe confere Wenger (2001) em seu conceito de comunidades de prática: grupos de pessoas que compartilham um fazer, e aprendem como fazê-lo melhor interagindo regularmente. Segundo o autor a noção de comunidade se organiza a partir de três eixos integrados: compromisso mútuo, ação conjunta e repertório compartilhado. Esses elementos permitem que se compreenda o processo de constituição de uma comunidade como relação contextual de práticas, identificações e aprendizagens. Para Wenger (2001), esses aspectos não supõem homogeneidade, podendo compor-se numa complementariedade ou parcialidade situada. Compromisso mútuo fala de uma rede de significados que se negocia mutuamente. Baseia-se, nesse sentido, num processo de fazer conjuntamente, e, portanto, na manutenção de uma comunidade pela via da relação e da negociação dos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

processos grupais. A segunda noção envolvida, a ideia de ação conjunta, compreende as práticas resultado da relação de responsabilidade mútua em determinada comunidade. O terceiro aspecto, caracterizado como repertório compartilhado, compreende um conjunto de conceitos, artefatos e estilos envolvidos nas práticas comunitárias (Cuervo, Hamann e Pizzinato, 2019, p. 284).

Esses três aspectos podem ser observados nos agricultores dos sistemas tradicionais de erva-mate: o compromisso mútuo, a ação conjunta e o repertório compartilhado. Portanto, a comunidade de prática se enquadra enquanto metodologia qualitativa de compreensão das relações sociais, ainda que haja complexidades.

Intercalados por terrenos de monocultivos ou zonas urbanas, as propriedades nas quais se pratica essa forma característica de produção de erva-mate é dispersa territorialmente em diversos municípios paranaenses, especialmente na porção sul. Trata-se de um sistema cujo manejo é ainda muito similar ao que se praticava pela população indígena ancestral – ao contrário dos monocultivos de erva-mate, onde há exposição direta da planta ao sol em uma cultura anual, incluindo o uso de pesticida e fertilizante químicos, nos sistemas tradicionais de produção de erva-mate a floresta segue em pé, e a árvore de mate cresce lentamente interagindo com toda a fauna comum ao bioma.

Esses sistemas têm características peculiares e, mesmo sendo prestadores de importantes serviços socioambientais, não recebem o devido reconhecimento, sejam eles sociais ou financeiros. Um primeiro passo rumo a essa valorização, e conseqüente valoração, ocorre através da difusão de conhecimento acerca dessa cultura.

Os agricultores tradicionais de erva-mate, mesmo sendo foco de outros diversos projetos de cunho agrícola, comumente relatam suas queixas sobre a verticalidade como o conhecimento chega até eles – um técnico a campo traz dos centros de pesquisa uma nova forma que eles devem dar seu trato à terra, e, desvairado do profundo saber que fora construído manejando cada palmo da propriedade, a suposição da superioridade da ciência é o aporte para menosprezar aquele conhecimento tradicional. Além disso, os agricultores reforçam a singularidade na natureza de cada propriedade, o que conseqüentemente impede que haja um só modelo de agricultura que garanta bons resultados.

Nesse sentido, criou-se no campo uma certa resistência quando se fala de pesquisa acadêmica ou de qualquer conotação à ciência (em geral, cartesiana) – há um descrédito, uma



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

desconfiança. Por essa razão, a pesquisa participativa tem um papel essencial quando se fala do processo de historicização desses sujeitos.

Como exemplo, para o projeto SIPAM, desde 2022 foram realizadas oito oficinas em diferentes municípios, participando no total mais de 350 agricultores e agricultoras. Cada oficina era previamente organizada pelo CEDERVA em conjunto com a associação de trabalhadores rurais de cada município. Durante a reunião, era feita uma breve apresentação do projeto e, em seguida, os interlocutores eram aleatoriamente separados em grupos, para que pudessem elencar tanto as dificuldades que identificavam no sistema produtivo de erva-mate, quanto seus anseios a curto, médio e longo prazo; posteriormente, era feito o compartilhamento e discussão dessas ideias.



Figura 3: 5ª Oficina Regional do programa SIPAM dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-Mate na Floresta com Araucária, município de São João do Triunfo, PR

Fonte: acervo do autor

Além disso, em geral, na parte da tarde havia o deslocamento a uma propriedade para que eles trocassem conhecimentos sobre plantio, poda, roçada, desenvolvimento de mudas, controle de pragas, etc.; o interessante é que mesmo a produção se tratando da mesma espécie, a pluralidades de lida nessa cultura permitia que o conhecimento fosse ali construído, compartilhado e disseminado.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



Figura 4: Saída a campo na 7ª Oficina Regional do programa SIPAM dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-Mate na Floresta com Araucária, município de Cruz Machado, PR

Fonte: acervo do autor

Ou seja, mesmo que esses encontros, oficinas e trocas de experiência sejam mediados por organismos estrangeiros à comunidade, não há uma liderança por parte do CEDERVA ou por outra instituição. Admitiu-se que, sem a anterior criação de um vínculo de confiança, de um laço comunitário, os resultados das pesquisas seguiriam desconexos, superficiais e insuficientes.

Buscou-se, então, seguindo Lave & Wenger (1991), a partir do método da comunidade de prática promover as oficinas do projeto SIPAM, bem como os demais projetos de extensão que ainda estão sendo efetuados pelo CEDERVA: o desenvolvimento de podcasts sobre assuntos circundantes à erva-mate deu origem ao Vozes do Mate, disponível no YouTube, através do projeto internacional chamado Voicing Change; e a formulação de indicadores pelo Mapa de Impactos (Valette et al., 2019) do mundo rural, objetivo do Food Learning and Growing (FLOW), ambos em parceria com a Laurier Centre for Sustainable Food Systems e apoiados pelo Social Science and Humanities Research Council of Canada (SSHRC).

Conclusões



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Tendo como objetivo fazer apontamentos sobre o desenvolvimento de pesquisas junto à comunidade rural, esse relato de experiência aponta como metodologia bem-sucedida o emprego da comunidade de prática. Visando diminuir a distância entre a pesquisa acadêmica e o dia a dia no campo, a criação do laço comunitário e das relações de confiança, mesmo que exijam mais energia, são um caminho viável para o desenvolvimento de pesquisas sobre essa população, mas que também faça sentido para essa população. Afinal, fazer pesquisa com seres habituados ao tempo da natureza é aprender que bons trabalhos demandam paciência e cautela; que ciência é sobre trocas, e que esse compartilhamento deve ser mútuo e orgânico.

Referências

CUERVO, Maria Rita Macedo; HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo. Feira agroecológica enquanto comunidade de prática: redes de sociabilidade, consumo e resistência. **Sociedade e Cultura**, v. 22, n. 1, p. 281-298, 2019.

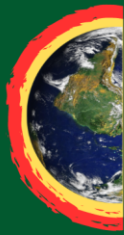
LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

NIMMO, E. *et al.* **Erva-mate sombreada: Sipam "Sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na Floresta com Araucária, Brasil"**. Colombo: Embrapa Florestas, 2022.

NIMMO, E. R.; NELSON, E.; GÓMEZ-TOVAR, L.; GARCÍA, M. M.; SPRING, A.; LACERDA, A. E. B.; CARVALHO, A. I. de; BLAY-PALMER, A. **Building an agroecology knowledge network for agrobiodiversity conservation**. *Conservation*, v. 3, n. 4, p. 491-508, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/conservation3040032>.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 set. 2024.

VALETTE, E. *et al.* Emerging user-led participatory methodology. **Sustainable Food System Assessment**, p. 23, 282 p., 2019. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429439896-2>.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A agrobiodiversidade no sudoeste paranaense: Uma revisão sistemática

Cristiane Maria Tonetto Godoy

Doutora, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), NAPI Alimento e Território e bolsista da Fundação Araucária
cristianegodoy@utfpr.edu.br

Serinei César Grígolo

Professor da Coordenação de Agronomia Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR),
NAPI Alimento e Território
serineicgrigolo@utfpr.edu.br

Joel Donazzolo

Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas Universidade da Tecnológica
Federal do Paraná (UTFPR), NAPI Alimento e Território
joel@utfpr.edu.br

Leandro Carvalho

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Tecnológica
Federal do Paraná (UTFPR), NAPI Alimento e Território
leandrocar2013@gmail.com

Resumo

A preservação e manutenção da agrobiodiversidade nas propriedades rurais se encontra atrelado ao manejo das sementes crioulas. Essas sementes são fundamentais para a redução da erosão genética e o desaparecimento de certas culturas, pois essas são adaptadas ao ecossistema e região geográfica a que pertencem, além de possibilitar ao agricultor independência e resiliência na escolha das sementes, do que apenas aquelas sementes comerciais. Desse cenário surgem os agricultores denominados guardiões de sementes, aqueles atores sociais, agricultores ou camponeses, que em suas propriedades mantêm uma ou mais variedades de sementes crioulas. O presente artigo teve como objetivo apresentar e analisar as experiências do Sudoeste do Paraná no que se refere a conservação e preservação da agrobiodiversidade, em especial, os conhecimentos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

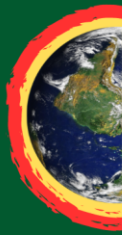
produzidos sobre os guardiões de sementes e sementes crioulas na região. A metodologia escolhida foi a revisão bibliográfica sistemática. A modalidade dos trabalhos buscados foram os: artigos/resumos científicos publicados em periódicos/eventos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, tendo como recorte temporal o período de 2000 a 2023 e a coleta dos dados foi realizada no período de 2 de abril a 15 abril de 2023. Assim, foram encontrados 10 artigos oriundos de trabalhos de conclusão de curso, resumos expandidos publicados em eventos, dissertações e teses que contemplaram a temática, sendo sistematizados nas categorias: guardiões de sementes, experimento com sementes crioulas e festas/feiras de sementes crioulas. Dessa forma, esperamos contribuir com as discussões sobre a temática, bem como para o debate da agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Sementes Crioulas. Guardiões de sementes. Sustentabilidade.

Abstract

The preservation and maintenance of agrobiodiversity on rural properties is linked to the management of native seeds. These seeds are fundamental to reducing genetic erosion and the disappearance of certain crops, as they are adapted to the ecosystem and geographic region to which they belong, in addition to allowing the farmer independence and resilience in choosing seeds, rather than just commercial seeds. From this scenario, farmers called seed guardians emerge, those social actors, farmers or peasants, who maintain one or more varieties of Creole seeds on their properties. This article aimed to present and analyze the experiences of Southwest Paraná regarding the conservation and preservation of agrobiodiversity, in particular, the knowledge produced about the guardians of seeds and creole seeds in the region. The chosen methodology was a systematic bibliographic review. The type of works sought were: scientific articles/abstracts published in journals/events, course completion works, dissertations and theses, with the period from 2000 to 2023 as a time frame and data collection was carried out in the period of 2 April to April 15, 2023. Thus, 10 articles were found from course conclusion works, expanded summaries published in events, dissertations and theses that covered the theme, being systematized in the categories: seed guardians, experiment with Creole seeds and festivals /creole seed fairs. In this way, we hope to contribute to discussions on the topic, as well as to the debate on family farming and sustainable rural development.

Keywords: Creole Seeds. Seed keepers. Sustainability



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Introdução

As estratégias para a sustentabilidade devem ser cultural e socialmente justas, economicamente viáveis e permitir um ecossistema produtivo e ambientalmente preservado. Ao pensarmos no desenvolvimento sustentável aplicado ao meio rural e as propriedades rurais, é possível refletir a necessidade de adoção de práticas que garantam a preservação e conservação da agrobiodiversidade, bem como garantia dos meios e modo de vida dos agricultores (Altieri, 2009).

Segundo Altair (2007), a agrobiodiversidade é vista como processo das relações e interações que ocorrem nos diferentes e múltiplos agroecossistemas, sendo esse um recorte da biodiversidade e dos ecossistemas. Mutadiua (2012) pondera que essa agrobiodiversidade engloba diversos elementos em sua conceituação. Primeiramente, a perda da biodiversidade agrícola, oriunda da substituição das variedades locais e tradicionais, aquelas com ampla variedade genética, pelas industrializadas/comerciais e híbridas, com uma base genética estreita. Em segundo, a agrobiodiversidade estaria relacionada diretamente a produção sustentável e a qualidade dos alimentos, se relacionando diretamente com o segmento da agricultura familiar.

O que corrobora com os objetivos presentes nas diretrizes de Programas e ações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que visam proteger a agrobiodiversidade no que tange os recursos genéticos de plantas para a alimentação e agricultura, atrelando aos agricultores familiares esse papel de protagonismo (Nações Unidas Brasil, 2022).

Assim, é possível aferir que a preservação e manutenção da agrobiodiversidade nas propriedades rurais se encontra também atrelado ao manejo das sementes chamadas crioulas. De acordo com a Lei n.º 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências, as sementes crioulas, designadas também pelo nome de cultivar local ou tradicional, são aquelas variedades desenvolvidas, manejadas, selecionadas e conservadas pela sua adaptação regional e diversidade nos cultivos, apresentando características fenotípicas determinadas e reconhecidas pelas comunidades (agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas) (Brasil, 2003; Campos; Soglio, 2020).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

As sementes crioulas são fundamentais para a redução da erosão genética e o desaparecimento de certas culturas, pois essas são adaptadas ao ecossistema e região geográfica a que pertencem, além de possibilitar ao agricultor independência e resiliência na escolha das sementes, do que apenas aquelas sementes comerciais (Almeida; Schmitt, 2009; Da Cunha, 2013). Aliás, uma das características das sementes crioulas é a sua grande diversidade genética (Da Cunha, 2013).

Desse cenário surgem os agricultores denominados guardiões de sementes. Nodari e Guerra (2015) conceituam como aqueles atores sociais, agricultores ou camponeses, que em suas propriedades mantêm uma ou mais variedades de sementes crioulas, seja pela preferência alimentar, fonte de renda ou apenas pelo prazer do cultivo dessas sementes. Acrescentando Dantas *et al.* (2023), afirmam que o papel dos guardiões de sementes se torna indispensável para a manutenção e conservação da agrobiodiversidade.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar as experiências do Sudoeste do Paraná no que se refere a conservação e preservação da agrobiodiversidade, em especial os conhecimentos produzidos sobre os guardiões de sementes e sementes crioulas na região. Dessa forma, esperamos contribuir com as discussões sobre a temática, bem como para o debate da agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.

Metodologia

2.1 – Contextualizando o Sudoeste Paranaense

A região Sudoeste é uma das mesorregiões que compõe o estado do Paraná. De acordo com a Lei Estadual n.º 15.825, de 28 de abril de 2008, Paraná, essa mesorregião é composta por 42 municípios e 4 microrregiões, correspondendo: 1. microrregião geográfica de Palmas, municípios: Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaçu; 2. microrregião geográfica de Pato Branco: Pato Branco, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara d'Oeste, Mariópolis, Bom Sucesso do Sul, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina e Vitorino; 3. microrregião geográfica de Capanema, formada pelas cidades: Capanema, Bela Vista da Caroba, Ampére, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza e Santa Izabel do Oeste; e a 4. microrregião geográfica de Francisco Beltrão, composta por: Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Bom Jesus do



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Barracão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge D'Oeste e Verê (Paraná, 2008; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2012).

A região apresentou no ano de 2010 a expressividade de 587.496 habitantes, aproximadamente 5,6% da população total paranaense (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019). Ela foi uma das últimas regiões a serem ocupadas no estado, sendo a que melhor representa a formação de propriedades rurais, oriundas da agricultura familiar, correspondendo 97,4% das propriedades que possuem menos de 100 hectares, desse montante, 72,7% corresponde a área total da região (Governo do Estado do Paraná, 2017; Bueno; Queiroz; Endlich, 2018). A participação da agricultura familiar, conforme o Censo Agropecuário de 2017, corresponde a 29.779 estabelecimentos familiares, representando 81,6% do total dos estabelecimentos da região. Destarte, cabe destacar como principais atividades agropecuárias a produção de milho, soja e rebanho bovino (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

3.2 - Aporte metodológico

A metodologia escolhida foi a revisão bibliográfica sistemática. Segundo Cordeiro *et al.* (2007), esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal realizar, mediante um filtro rigoroso de busca, a seleção de materiais que possam responder questionamentos de um problema. Os critérios utilizados nesse tipo de metodologia são: a formulação de tópicos específicos sobre uma temática geral; localização dos estudos referentes ao tema escolhido; coleta dos dados; análise e apresentação dos dados; e por fim a interpretação dos resultados encontrados, o que acaba configurando a atualização e o aprimoramento da revisão.

Nesse sentido, para a formação do banco de dados, referente aos conhecimentos produzidos sobre os guardiões de sementes e sementes crioulas no sudoeste paranaense, foram utilizados as bases eletrônicas do Google Acadêmico e Plataforma Scielo (Brasil Scientific Electronic Library Online), tendo como critério de busca as palavras-chave: agrobiodiversidade no sudoeste paranaense; agrobiodiversidade no Paraná; sementes crioulas sudoeste do Paraná ou paranaense; guardiões de sementes no sudoeste paranaense; feiras de sementes crioulas no sudoeste paranaense; e festas de sementes crioulas no sudoeste do Paraná. A modalidade dos trabalhos buscados foram os: artigos/resumos científicos publicados em periódicos/eventos, trabalhos de



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses, tendo como recorte temporal o período de 2000 a 2023 e a coleta dos dados foi realizada no período de 2 de abril a 15 abril de 2023.

Para a leitura e escolha das pesquisas foi adotada a técnica utilizada por Costa, Sabino e De Oliveira Feitosa (2020), partindo de critérios de exclusão e inclusão para a leitura e seleção dos trabalhos. Como critério de inclusão foram selecionados os trabalhos que abarcassem os conteúdos: sementes crioulas; guardiões de sementes; festas e feiras de sementes crioulas; experimentos e avaliação das sementes crioulas; e sementes visando a agrobiodiversidade, destacando o recorte geográfico do sudoeste paranaense. Já como critério de exclusão foram retiradas as pesquisas repetidas e que não trataram especificamente sobre a temática (palavras-chave) e o recorte geográfico selecionado.

Dessa forma, foi realizada primeiramente a leitura dos resumos, realizando uma seleção prévia dos trabalhos, caso atendessem os critérios eram separados para um maior aprofundamento e análise do conteúdo, focando nas sessões da metodologia, discussão e conclusão. Assim, foram selecionados 10 artigos oriundos de TCCs, resumos expandidos publicados em eventos, dissertações e teses que contemplaram a temática, sendo sistematizados nas categorias: guardiões de sementes, experimento com sementes crioulas e festas/feiras de sementes crioulas. Para a discussão foi considerado os objetivos e considerações finais de cada estudo.

4 - Conhecendo as experiências do sudoeste paranaense

O conceito de sustentabilidade vem sendo amplamente divulgado e explorado pela mídia, instituições governamentais e privadas, centros de pesquisas e outros, porém, ainda é possível verificar pouco avanço no empoderamento e conhecimento por parte dos agricultores, e a operacionalização de alternativas mais limpas e sustentáveis (Godoy; Godoy; Vargas, 2021). Conforme reflete Caporal (2013, on-line), a noção de desenvolvimento sustentável tem sido usada como “oportunista [...] nas falaciosas propagandas das indústrias de agrotóxicos, assim como no marketing de grandes empresas”.

Nesse viés, a realização e, principalmente, a divulgação de pesquisas se torna fundamental para alcançar a compreensão da sustentabilidade por parte dos agricultores, bem como o empenho para a preservação e conservação da agrobiodiversidade. Assim sendo, a partir da revisão

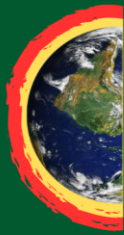


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

sistemática de literatura, foi possível encontrar 10 pesquisas realizadas no sudoeste paranaense, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Sistematização da revisão sistemática

| Autor(es) | Título do Trabalho | Objetivo/público | Tipo |
|---------------------------------|---|------------------------------------|--------------------------------|
| Telles (2019) | Guardiões de sementes crioulas de feijão como agentes da conservação da agrobiodiversidade: um estudo de caso no sudoeste do Paraná | Guardiões de sementes | Dissertação |
| Silva (2018) | A importância das Entidades de Representação dos Trabalhadores Rurais no Processo de Preservação e Divulgação do Conhecimento das Sementes Crioulas: a contribuição da ASSESOAR | Guardiões de sementes | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Souza (2018) | A conservação da agrobiodiversidade sob a perspectiva dos guardiões de sementes crioulas | Guardiões de sementes | Dissertação |
| Rodrigues <i>et al.</i> (2018) | Qualidade fisiológica de sementes crioulas de milho pipoca | Experimento com sementes crioulas | Resumo expandido em periódico |
| Otalakoski <i>et al.</i> (2018) | Análise de sementes crioulas de Dois Vizinhos, Paraná | Experimento com sementes crioulas | Resumo expandido em evento |
| Grígolo (2016) | Renovação das estratégias de lutas na agricultura: o caso das festas das sementes crioulas no sul do Brasil | Festas/Feiras de sementes | Tese |
| Pauluci (2016) | Qualidade de sementes crioulas de feijão | Experimento com sementes crioulas | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Mapelli <i>et al.</i> (2014) | A “Partilha” do Colégio Estadual Do Campo Bom Jesus, Marmeleiro, PR: Troca de Sementes | Festas/Feiras de sementes crioulas | Resumo expandido em evento |



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

| | | | |
|-----------------------------------|---|-----------------------------------|----------------------------|
| Link, Rizzotto e Donazollo (2014) | Produtividade e resistência a agentes bióticos de interferência em milho crioulo no Sudoeste Paranaense | Experimento com sementes crioulas | Resumo expandido em evento |
| Hilmann <i>et al.</i> (2014) | Preservação de Germoplasma no Sudoeste do Paraná: Preservar Sementes é Garantir a Soberania dos Povos | Guardiões de sementes | Resumo expandido em evento |
| Total = 10 | | | |

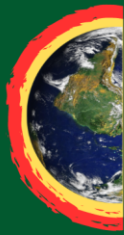
Fonte: Autoria própria (2024).

Analisando os dados encontrados, é possível aferir que o maior número de publicações ocorreu no ano de 2018, apresentando 4 trabalhos publicados. Já no ano de 2019, apenas 1 trabalho foi encontrado; 2016, 2 trabalhos; e no ano de 2014, 3 pesquisas publicadas. No que se refere a temática, 4 trabalhos tratam sobre os guardiões de sementes, 4 experimentos com sementes crioulas e 2 sobre festas/feiras de sementes crioulas. Quanto ao tipo, teremos em sua maioria, resumos expandidos apresentados em eventos, correspondendo ao montante de 5 pesquisas, seguido pela publicação de 2 TCCs, 2 dissertações e 1 tese publicada.

Em relação às publicações posteriores ao ano de 2020 foram encontrados dois trabalhos, um oriundo da Tese defendida por Gríngolo (2016) e o outro da Dissertação de Souza (2018). Nesse sentido Gríngolo, Henn e Diesel (2020), publicaram o resumo expandido “Relação entre valorização da diversidade cultural e a valorização da agrobiodiversidade”, com objetivo de analisar as estratégias dos agentes mexicanos e brasileiros para a preservação e valorização da agrobiodiversidade e diversidade cultural, incluindo na discussão a Festa Regional de Sementes, na região Sudoeste do Paraná. Já Souza, Oliveira e Godoy (2021), publicaram o artigo completo em evento com o título “Os guardiões de sementes crioulas do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina: conservando a agrobiodiversidade”, tendo como objetivo divulgar o trabalho realizado por Souza (2018) em sua pesquisa de Mestrado.

Destarte, a pouca produção encontrada nesse período pode ser explicada pelo início da pandemia de covid-19¹, a partir de março de 2020. Na tentativa de redução dos contágios e óbitos,

¹ No final de 2019 foi identificado na cidade de Wuhan (China) o novo coronavírus, correspondendo uma doença respiratória grave, posteriormente denominada como covid-19 (WU *et al.*, 2020). E no dia 11 de março de 2020, a



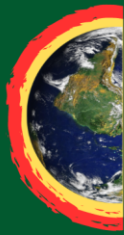
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

os países, inclusive o Brasil, adotaram medidas sanitárias protetivas, incluindo a quarentena e o distanciamento social. Nesse sentido, diversas pesquisas sofreram alterações em seus objetivos, protocolos e metodologias, já que o contato e proximidade entre as pessoas não eram recomendados.

Assim, o trabalho mais recente e inédito, conforme os parâmetros de inclusão desse trabalho, seria o de Telles (2019) intitulado “Guardiões de sementes crioulas de feijão como agentes da conservação da agrobiodiversidade: um estudo de caso no sudoeste do Paraná”. A dissertação teve como objetivo identificar os guardiões de sementes de feijão crioulo no sudoeste paranaense, sendo encontrados quatro guardiões nos municípios de Coronel Vivida, Chopinzinho e Dois Vizinhos, Paraná. Dentre as considerações realizadas pela autora, é nítido a importância dessas sementes para esses guardiões, porém, a falta de incentivos governamentais é um dos gargalos enfrentados para a conservação e preservação dessas sementes. Ainda, existe a baixa perspectiva de sucessão e a baixa geração de renda oriunda das sementes, o que acaba impactando nos guardiões de sementes estudados.

Na pesquisa realizada por Silva (2018), apesar de o trabalho de conclusão de curso ser referente ao papel da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) para a preservação e divulgação do conhecimento das sementes crioulas, um dos capítulos trata em específico sobre um guardião de sementes do município de Dois Vizinhos, Paraná. Em outro capítulo é contextualizado de forma mais ampla sobre a “Festa das Sementes na região sudoeste do Paraná”. Como principais reflexões a autora aponta que o trabalho realizado pela ASSESOAR e a festa das sementes correspondem a importantes ferramentas para a elucidação e divulgação dos guardiões das sementes, principalmente para o trabalho do guardião de semente pesquisado, pois é o momento de interação e troca de saberes e materiais. Entretanto, como limitação, o trabalho pondera sobre a dificuldade da produção das sementes crioulas e a geração de renda advindos dela. Aliás, problemática similar relatada por Telles (2018).

Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a vigência da pandemia da covid-19, advindo da rápida disseminação do vírus e o aumento de casos e óbitos causados pela doença ao nível mundial (World Health Organization, 2020). A covid-19 impactou severamente a população. No Brasil, a doença correspondeu montante de 36.390.423 de casos confirmados e 696.324 óbitos pela doença. (Worldwide, 2023). A redução da mortalidade foi possível apenas com a produção da vacina em janeiro de 2021 (Agência Senado, 2021).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Souza (2018) realizou o mapeamento dos guardiões de sementes do sudoeste do Paraná e oeste catarinense em sua dissertação intitulada “A conservação da agrobiodiversidade sob a perspectiva dos guardiões de sementes crioulas”. No total foram encontrados 8 guardiões, mas apenas 4 foram entrevistados, pertencendo três ao sudoeste paranaense (Dois Vizinhos, Coronel Vivida, Pato Branco, Francisco Beltrão e Ampére) e um da região oeste de Santa Catarina (São Lourenço do Oeste). Para a autora, a conservação da agrobiodiversidade e o papel desses agricultores como guardiões parte de uma relação que está intrínseca ao modo de vida desses, uma forma de resistência ao modelo de agricultura convencional. Da mesma forma, como um dos resultados encontrados estaria a necessidade de ações e políticas públicas que valorizassem e/ou incentivassem o cultivo das sementes crioulas.

Ainda, nesse mesmo ano teremos dois resumos expandidos publicados, um, no Cadernos de Agroecologia dos autores Otalacoski *et al.* (2018), e o outro na Revista Brasileira de Agroecologia (Nota Agroecológica), Rodrigues *et al.* (2018). O trabalho de Otalacoski *et al.* (2018) teve como propósito avaliar as sementes crioulas de feijão preto (*Phaseolus vulgaris*), arroz (*Oryza sativa*), pipoca preta (*Zea mays L. everta*), pipoca branca (*Zea mays L. everta*) e sorgo-de-vassoura (*Sorghum scoparium*), quanto ao vigor das sementes (germinação) e a susceptibilidade das sementes a fungos (fitossanidade). Como resultados, os autores concluem que as sementes crioulas, apesar de serem armazenadas sem tecnologia, possuem uma ótima germinação, apresentando qualidade e viabilidade. No que refere ao teste de fitossanidade as sementes apresentaram uma grande variedade de patógenos, porém, alternativas simples podem evitar que esses patógenos comprometam a produção.

Resultados semelhantes foram encontrados por Rodrigues *et al.* (2018, p. 255). Na Nota Agroecológica, os autores pesquisaram sobre a qualidade fisiológica das sementes crioulas de milho pipoca amarelo, vermelho e preto, oriundos de guardiões de sementes do sudoeste paranaense. Entre as conclusões, foi constatado que “Todos os genótipos de milho pipoca analisados possuem germinação e vigor adequados para a sua propagação na forma de semente”, sendo destaque o milho pipoca vermelho, com germinação e vigor superior aos demais.

Em relação às festas e feiras de sementes crioulas, o primeiro trabalho foi divulgado por Mapelli *et al.* (2014) ao escrever sobre o evento para a troca de sementes realizado entre a comunidade escolar e o Assentamento Eduardo Raduan, ocorrido no Colégio Estadual do Campo

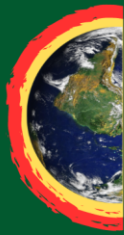


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Bom Jesus, município de Marmeleiro, Paraná. O evento tinha como missão integrar a comunidade escolar, universidade e familiares dos alunos, incentivando a valorização dessas sementes. Posteriormente, Grígolo (2016) em sua Tese também abordou as festas de sementes crioulas no sul do Brasil, em especial a Festa Regional de Sementes (Sudoeste do Paraná). A pesquisa tinha como finalidade examinar as iniciativas referente as sementes crioulas no México e sul do Brasil, a fim de elucidar os significados simbólicos e culturais desses eventos e da própria semente. O autor reflete sobre o papel de resistência dos agricultores e das sementes crioulas frente ao modelo de agricultura vigente, construindo assim novos espaços de lutas e transformações sociais.

No trabalho de conclusão de curso, bacharelado em Agronomia, Pauluci (2016, p. 6) avaliou as características agronômicas, fisiológicas e sanitárias de 16 variedades de sementes crioulas de feijão (*Phaseolus Vulgaris*), bem como a incidência de doenças em campo, região sudoeste do Paraná. Como resultados encontrados pode ser destacado, que algumas variedades (Serrana Vagem Roxa, Cavalo UMPR, Rosinha e Serrana Vagem Branca) demonstraram o mesmo potencial produtivo das variedades comerciais. No entanto, algumas variedades “Em relação às análises laboratoriais apesar das sementes não apresentarem padrão necessário para serem comercializadas como sementes, as mesmas demonstram uma boa viabilidade, indicando que se tivessem sido produzidas com o rigor de um campo de sementes elas provavelmente teriam um maior vigor”. A autora conclui, que devido à grande diversidade existente no germoplama, esse possibilita o uso dessas sementes pelos agricultores, permitindo a preservação e manutenção da agrobiodiversidade.

Retomando o ano de 2014, ainda teremos dois resumos expandidos publicados no “Cadernos de Agroecologia”. Hilmann *et al.* (2014) pesquisou sobre o guardião de sementes do município de Dois Vizinhos, Paraná, aliás, o mesmo citado no estudo de Silva (2018). Nesse contexto, é pertinente destacar a importância desse agricultor como um guardião de sementes, sendo referência na região, pois conta com aproximadamente um acervo de 320 espécie de sementes crioulas. Corroborando Link, Rizzotto e Donazzolo (2014), avaliaram a produtividade e a resistência a estresses bióticos de três variedades de milho crioulo, Dois Vizinhos, Paraná. Como principais achados, os autores concluíram que as variedades estudadas apresentaram resistência aos estresses bióticos e abióticos, além de não precisarem do uso de agrotóxicos ou adubos para a manutenção da produtividade, estimada em uma média de 6,234 kg.ha⁻¹, o que acaba reduzindo o custo para a produção.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Considerações Finais

Os guardiões de sementes e as sementes crioulas representam um elo importante para a conservação e preservação da agrobiodiversidade na região do sudoeste paranaense. No entanto, em relação à temática procurada foram poucos os trabalhos encontrados, sendo necessário o fomento de pesquisas nessas áreas. Assim, esperamos esse trabalho contribuir com as discussões sobre a temática, bem como para o debate da agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Agência Senado Brasil poderia ter sido primeiro do mundo a vacinar, afirma Dimas Covas à CPI.** Brasília, 27 maio 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ALTAIR, Toletto Machado. Biodiversidade, agricultura e conservação: conceitos e estratégias. In: DE BOEF, Walter Simon. et al. (org.). Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007.

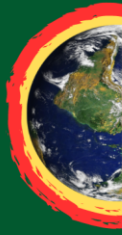
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALMEIDA, Paula; SCHMITT, Claudia Job. Agrobiodiversidade para segurança alimentar: fortalecendo o direito dos agricultores e agricultoras. Revista Proposta, v. 33, p. 28-35, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.711.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Convenção Sobre Diversidade Biológica. Brasília, DF, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>. Acesso em: 19 abr. 2023.

CAMPOS, Michele Laffayett de; SOGLIO, Fábio Kessler Dal. Sementes crioulas e relações de poder na agricultura: Interfaces entre Biopoder e agência social. Ambiente & Sociedade, v. 23, 2020.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

CAPORAL, Francisco Roberto. Adeus ao desenvolvimento sustentável. Blog Caporal, 8 out. 2013.

Disponível em: <http://frcaporal.blogspot.com/2013/10/adeus-ao-desenvolvimento-sustentavel.html>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CORDEIRO, Ely Cristina Negrelli. **Espécies agronômicas com potencial crioulo: uma alternativa de diversificação de cultivos no assentamento rural 8 de junho – Laranjeiras do Sul/PR.** 2014. 49 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, PR, 2014.

COSTA, Teresa Gláucia Gurgel Gabriele; SABINO, Mayane de Souza Vasconcelos; DE OLIVEIRA FEITOSA, Luana Rodrigues. Reflexão sobre as famílias na abordagem científica: um estudo de revisão bibliográfica sistemática. **Revista Diálogos Acadêmicos**, v. 8, n. 1, 2020.

DA CUNHA, Flavia Londres. **Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba.** 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

DANTAS, Bárbara França; GOMES, Raquel Araújo; SILVA, Ana Cláudia de Lima; LIMA, Paola Hernandez Cortez. **Qualidade de sementes crioulas de feijão-de-corda (*Vigna unguiculata* L. Walp.) em feira de agrobiodiversidade.** Petrolina: Embrapa Semiárido, 2023. 30 p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Semiárido, 150). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1151626/1/Sementes-Crioulas-Feijao-de-Corda..pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

DINIZ, Ellen Rubia *et al.* Capacitação em sementes crioulas nas escolas do campo. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto; GODOY, Wilson Itamar; VARGAS, Thiago de Oliveira. O uso dos indicadores de sustentabilidade na agricultura familiar: contextualizando a experiência do Sudoeste do Paraná. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 11, n. 26, 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA. **Cidadãos.** 2017. Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GRÍGOLO, Serinei César. **A renovação das estratégias de lutas na agricultura: o caso das festas das sementes crioulas no sul do Brasil.** 2016. 294 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

GRÍGOLO, Serinei César; HENN, Iara Aquino; DIESEL, Vivien. Relação entre valorização da diversidade cultural e a valorização da agrobiodiversidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

GUIMARÃES, Kauê Barreiros Correa Pessoa. Políticas públicas e agrobiodiversidade: um estudo sobre a produção de sementes crioulas. 2016. 155 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.

HILMANN, Thyara *et al.* Preservação de Germoplasma no Sudoeste do Paraná: Preservar Sementes é Garantir a Soberania dos Povos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 1, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relação dos municípios segundo as regiões geográficas do Paraná**. Curitiba: Iparades, 2012. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

LINK, Lucas; RIZZOTTO, Ana Paula; DONAZZOLO, Joel. Produtividade e resistência a agentes bióticos de interferência em milho crioulo no Sudoeste Paranaense. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 1, 2014.

MUTADIUA, Celso Américo Pedro. **Adoção de práticas de manejo da agrobiodiversidade e estratégias de diversificação dos meios de vida das comunidades rurais em Pirenópolis**. 2012. 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, GO, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/122>. Acesso em: 1 abr. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Cinco projetos apoiados pela FAO que preservam a agrobiodiversidade. **Nações Unidas Brasil**, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/191014-cinco-projetos-apoiados-pela-fao-que-preservam-agrobiodiversidade>. Acesso em: 1 abr. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs 2023>. Acesso em: 19 abr. 2023.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos avançados**, v. 29, p. 183-207, 2015.

PARANÁ. **Lei Estadual n.º 15.825, de 28 de abril de 2008**. Inclui os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares E Manguieirinha na região sudoeste do estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do estado do Paraná. Curitiba, PR, 2008. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-15825-2008-parana-inclui-os-municipios-de-palmas-clevelandia-honorio-serpa-coronel-domingos-soares-e-manguieirinha-na-regiao-sudoeste-do-estado-do-parana-para-todos-os-efeitos-estatisticos-de-orgaos-publicos-do-estado-do-parana#:~:text=Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 abr. 2023.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

PAULUCI, Terezinha Renata de Carvalho. **Qualidade de sementes crioulas de feijão**. 2016. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2016.

RODRIGUES, Adriana Paula D'Agostini Contreiras; DALLA-COSTA, Daniela Aparecida; COLOGNESE, Izabella Crispim; PEREIRA, Silvia Rahe. Qualidade fisiológica de sementes crioulas de milho pipoca. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, n. 5, 2018.

SILVA, Débora Pavani; SANT'ANA, Antonio Lázaro. Identificação e caracterização dos guardiões de sementes crioulas dos assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 281-307, 2019.

SILVA, Janaíne. **A importância das Entidades de Representação dos Trabalhadores Rurais no Processo de Preservação e Divulgação do Conhecimento das Sementes Crioulas: a contribuição da ASSESOAR**. 2018. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação do Campo) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, PR, 2018.

SOUZA, Jessica Odila Lourenço de. **A conservação da agrobiodiversidade sob a perspectiva dos guardiões de sementes crioulas**. 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, 2018.

SOUZA, Jessica Odila Lourenço de; OLIVEIRA, Paulo Henrique de; GODOY, Cristiane Maria Tonetto. Os guardiões de sementes crioulas do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina: conservando a agrobiodiversidade. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 58.; ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 6., 2021, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília: UNB, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/336867-OS-GUARDIOES-DE-SEMENTES-CRIOULAS-DO-SUDOESTE-DO-PARANA-E-OESTE-DE-SANTA-CATARINA--CONSERVANDO-A-AGROBIODIVERSIDA>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

TELLES, Carolini dos Santos. **Guardiões de sementes crioulas de feijão como agentes da conservação da agrobiodiversidade: um estudo de caso no sudoeste do Paraná**. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, 2019.

UNITED NATIONS. **Decade on biodiversity 2011-2020**. 2012 Disponível em: <https://www.cbd.int/2011-2020/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. 5 jan. 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus disease 2020 (COVID-19) situation report – 67**. Geneva: World Health Organization, 2020.

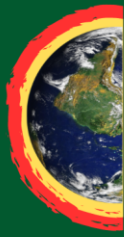
WORLDWIDE. Coronavírus (Covid-19). Vacinas. 2023. Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419&state=4>. Acesso em: 16 jan. 2023.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Agradecimentos

À Fundação Araucária através do NAPI Alimento e Território pela concessão de bolsa.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Deslocamentos contemporâneos: brasileiras na Alemanha sob a lente do
transnacionalismo

Laís Martendal

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Santa
Catarina (UDESC)

lah.martendal@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo elucidar acerca das (re)configurações familiares transnacionais de mulheres brasileiras que migraram para a Alemanha no fim do século XX e no início do século XXI. Nas experiências destas mulheres, ao tomar o que narram sobre o seu dia-a-dia na Alemanha, vê-se que elas mantêm suas relações afetivas com o país de origem, o Brasil, e com os familiares e amigos os quais nele ficaram. Assim, é sob a lente do transnacionalismo e das famílias transnacionais que são compreendidas estas reconfigurações de laços, que se fazem presentes mesmo com a distância física Atlântico afora, por meio de práticas transnacionais. Tais práticas consistem, por exemplo, em visitas realizadas com regularidade ao país de origem; e na comunicação mantida através dos meios das TIC's - as quais, por sua vez, aparentam encurtar distâncias. O trabalho tem caráter qualitativo, de modo que parte de entrevistas semiestruturadas e da metodologia da História Oral. Neste contexto, são analisados relatos orais de três brasileiras, concedidos ao projeto “Famílias transnacionais: gênero e educação”, evidenciando as subjetividades e experiências narradas a partir de suas memórias. As práticas transnacionais notadas contribuem para o entendimento das (re)configurações familiares transnacionais, reforçando a forma como esses vínculos são vivenciados durante a experiência migratória. No mais, é possível destacar as especificidades que permitem entender as famílias transnacionais no século XXI, que trazem consigo um projeto migratório estendido temporalmente, sem a previsão de retorno ao país de origem. Ainda assim, é marcado por um ‘ir e vir’ entre Brasil e Alemanha, tanto física como subjetivamente.

Palavras-chave: Brasileiras-Alemanha. Migrações contemporâneas. Famílias transnacionais.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Abstract

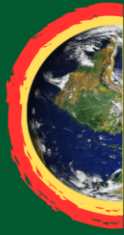
This paper aims to shed light on the transnational family (re)configurations of Brazilian women who migrated to Germany at the end of the 20th century and the beginning of the 21st century. In the experiences of these women, taking what they tell us about their day-to-day lives in Germany, we can see that they maintain their emotional relationships with their country of origin, Brazil, and with the family and friends who remained in it. Thus, it is through the lens of transnationalism and transnational families that these reconfigurations of ties are understood, which are present even with physical distance across the Atlantic, through transnational practices. These practices consist, for example, of regular visits to the country of origin; and communication through ICTs - which, in turn, seem to shorten distances. The work is qualitative in nature, based on semi-structured interviews and oral history methodology. In this context, the oral accounts of three Brazilian women given to the project “Transnational families: gender and education” are analyzed in order to highlight the subjectivities and experiences narrated from their memories. The transnational practices observed contribute to an understanding of transnational family (re)configurations, reinforcing the way in which these bonds are experienced during the migratory experience. Furthermore, it is possible to highlight the specificities that allow us to understand transnational families in the 21st century, which bring with them a migratory project that is extended over time, with no plans to return to the country of origin. Even so, it is marked by a 'coming and going' between Brazil and Germany, both physically and subjectively.

Keywords: Brazilian women - Germany. Contemporary migration. Transnational families.

Introdução

As migrações são fenômenos os quais, cada vez mais, têm sido recorrentes ao redor do mundo - com distintos lugares de partida e de chegada - e, por sua vez, atraem o olhar de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento. Aqui, o olhar parte do campo da História e tem como escopo a migração de brasileiros, ou melhor, de brasileiras, rumo à Alemanha.

Em consonância aos dados apresentados pelo Itamaraty (2023), mais de 4 milhões e meio de brasileiros saíram do país e foram viver no exterior. O número é elevado e, sobretudo após o barateamento de passagens aéreas e a maior dinamicidade do ‘ir e vir’, o percurso das migrações



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

têm sido buscado por muitos brasileiros e brasileiras (Assis, 2007). Elas - as brasileiras - são, portanto, as protagonistas deste trabalho, sendo suas experiências, relatadas através de seus depoimentos orais, as fontes aqui analisadas. Em específico, foram utilizadas três entrevistas, com três brasileiras que, atualmente, vivem na Alemanha, e vivenciam essa experiência migratória desde o final do século XX e das primeiras décadas do século XXI.

O olhar para essas mulheres se dá a partir da perspectiva do transnacionalismo, que implica em uma forma específica de interpretar as experiências dessas mulheres. Recorrente nos estudos migratórios desde a década de 1990, em diálogo a autoras como Schiller et al (2019), o transnacionalismo é uma lente de entendimento sobre os processos migratórios que enxerga esses sujeitos em movimento sem ignorar os laços que são estabelecidos por eles com o lugar de origem e com aqueles que no lugar de origem ficaram. Mais especificamente, compreende-se nessa perspectiva que os imigrantes podem estar conectados a mais de um lugar/país, com vivências que extrapolam estados nacionais e os aproximam - principalmente de forma subjetiva - a mais do que apenas um lugar. Nesse sentido, sem uma ruptura que o vincula somente ao novo lugar para o qual o migrante foi (Schiller et al, 2019). Nas palavras das autoras:

[...] o processo pelo qual os imigrantes forjam e sustentam relações sociais de múltiplas dimensões simultâneas que unem sua sociedade de origem e de adoção. Ao identificar um novo processo de migração, os estudiosos da migração transnacional enfatizam os modos correntes e contínuos pelos quais os imigrantes dos dias atuais constroem e reconstituem sua incorporação simultânea em mais de uma sociedade. (Schiller et al, 2019, p. 351)

Aproximando-se desta discussão, mais precisamente derivando dela, tem-se a noção de famílias transnacionais, adotada por estudiosos e estudiosas da migração para entender esses vínculos familiares que são reconfigurados a partir da migração. No caso deste trabalho, as três mulheres foram para a Alemanha bastante jovens. No Brasil, ficaram os seus familiares. Apesar da distância física, é possível afirmar que essas relações familiares permanecem. Transformadas, mas constantes e repletas de afetos Atlântico afora. É tendo em vista o mencionado cenário que a ideia de famílias transnacionais têm sido utilizada em muitos trabalhos que investigam as migrações, como Parella (2007) e Rivas (2009).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Parella (2007) traz uma definição de famílias transnacionais, de modo que as vê como aquelas que “vivem parte ou a maior parte do tempo separados uns dos outros e que são capazes de criar vínculos que permitem que seus membros se sintam parte de uma unidade e percebam seu bem-estar a partir de uma dimensão coletiva, apesar da distância física.” (Parella, 2007, p. 155, tradução minha). Em seu raciocínio, também aborda que “dessa forma, as famílias são concebidas com base em sua dinâmica de constante negociação e reconfiguração, por meio de sua capacidade de adaptação no tempo e no espaço.” (Parella, 2007, p. 155, tradução minha). Essas definições vão ao encontro do que pode ser percebido como famílias transnacionais, vinculando estas mulheres aos seus lugares de origem

Sobre essas brasileiras que aqui têm papel de destaque, abaixo, no quadro 1, de minha autoria, estão os nomes das entrevistadas - na verdade, são os seus pseudônimos, os quais foram utilizados, portanto, para nomeá-las no decorrer do trabalho, de modo que garantiram a sua não identificação.

Quadro 1: As entrevistadas

| Entrevistada | Idade |
|---------------------|--------------|
| Ana Luiza | 45 anos |
| Larissa | 54 anos |
| Lívia | 45 anos |

Fonte: elaboração própria

Assim, valendo-se do transnacionalismo, partindo sobretudo das famílias transnacionais (Parella, 2007) (Carvajal, 2014), o presente trabalho se centra principalmente no objetivo de compreender que práticas as quais podem ser entendidas como transnacionais (Schiller et al, 2019) são percebidas nos relatos orais de Ana Luiza, Larissa e Lívia. Para tanto, o texto apresentará um pouco sobre a migração de brasileiros para a Alemanha e, a partir de uma breve elucidação sobre quem são essas mulheres brasileiras, seguirá-se para o cerne da proposta: demonstrar a transnacionalidade que perpassa as vivências dessas mulheres na Alemanha, através da análise de excertos de suas entrevistas e de bibliografia pertinente. Destaca-se neste trabalho, portanto, as práticas transnacionais de brasileiras na Alemanha, que incluem visitas regulares ao Brasil e até mesmo o papel dos meios de comunicação. Ao deter-se sobre tais práticas, é plausível afirmar que



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

constituem famílias transnacionais do século XXI - ou seja, das mobilidades contemporâneas -, evidenciando, desse modo, suas especificidades.

1 - Migração para a Alemanha: as brasileiras e as práticas transnacionais

O Brasil é conhecido, principalmente, por ser um país formado historicamente pela presença de distintos grupos de imigrantes, sejam eles alemães, italianos ou mesmo de outras nacionalidades, que chegaram ao país sobretudo a partir do século XIX (Assis, 2018). Todavia, apesar dessa característica na história do Brasil - e além dos imigrantes que, cada vez mais, nós recebemos em nossa nação -, nossa sociedade também é marcada por uma emigração. Isso significa dizer que os brasileiros e as brasileiras também se aventuram e vivem em outros lugares, compondo o cenário das migrações internacionais (Assis, 2018).

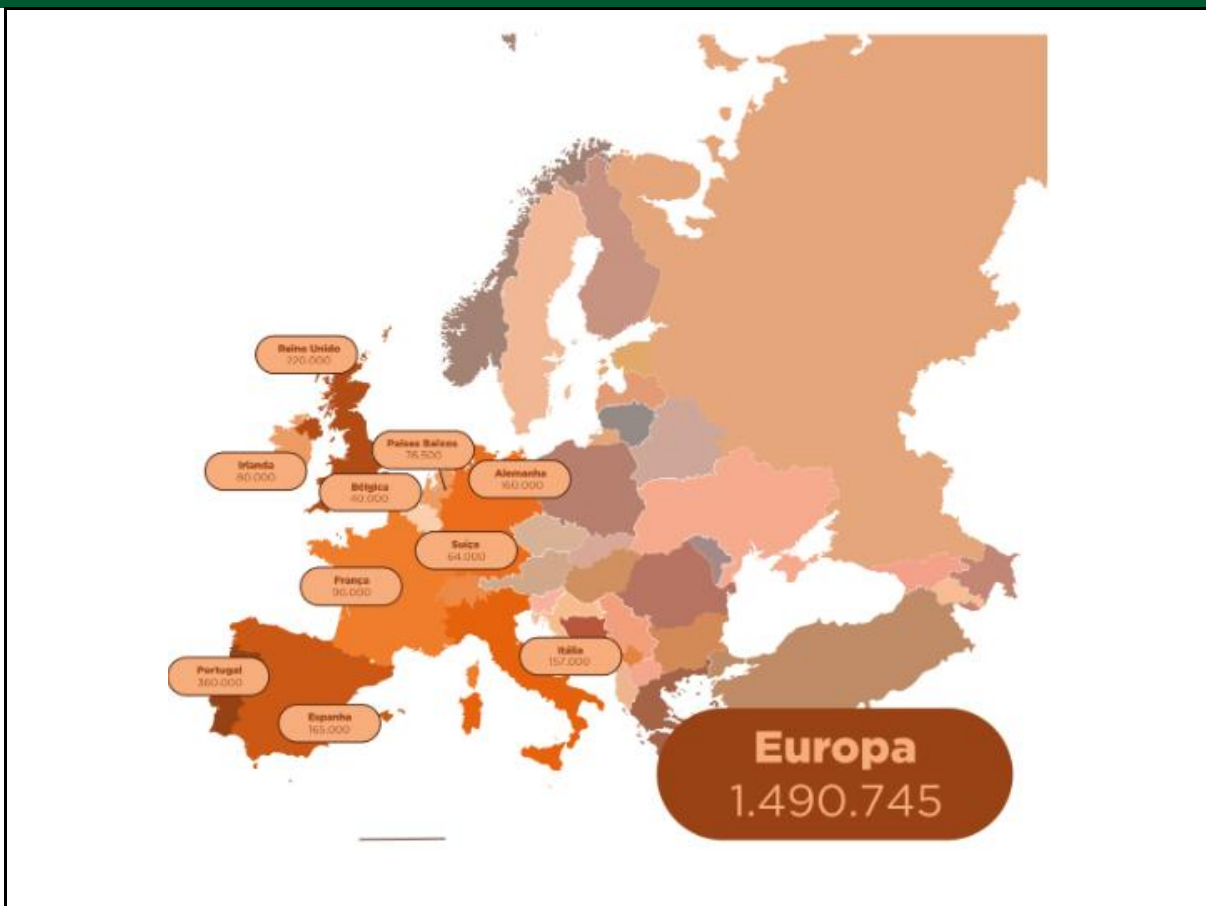
Desde a década de 1970, e sobretudo a partir da década de 1980 com o processo de redemocratização vivenciado no Brasil, muitas redes de migração de brasileiros foram se tornando robustas, consolidando destinos migratórios que até hoje são largamente procurados por aqueles que saem do nosso país, a exemplo dos Estados Unidos e de Portugal (Assis, 2018).

Contudo, sobretudo no final do século XX e no início do século XXI, a partir da intensificação da globalização e do maior acesso por parte da classe média às passagens aéreas (Assis, 2007), a busca por diferentes destinos migratórios tomou forma e outros países passaram a receber muitos brasileiros. Nessa conjuntura, cabe o destaque à Europa: os países europeus ganharam destaque nesses caminhos percorridos pelos brasileiros mundo afora, o que é notável abaixo:

Figura 1: Brasileiros na Europa



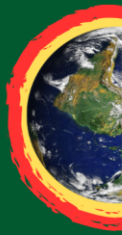
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



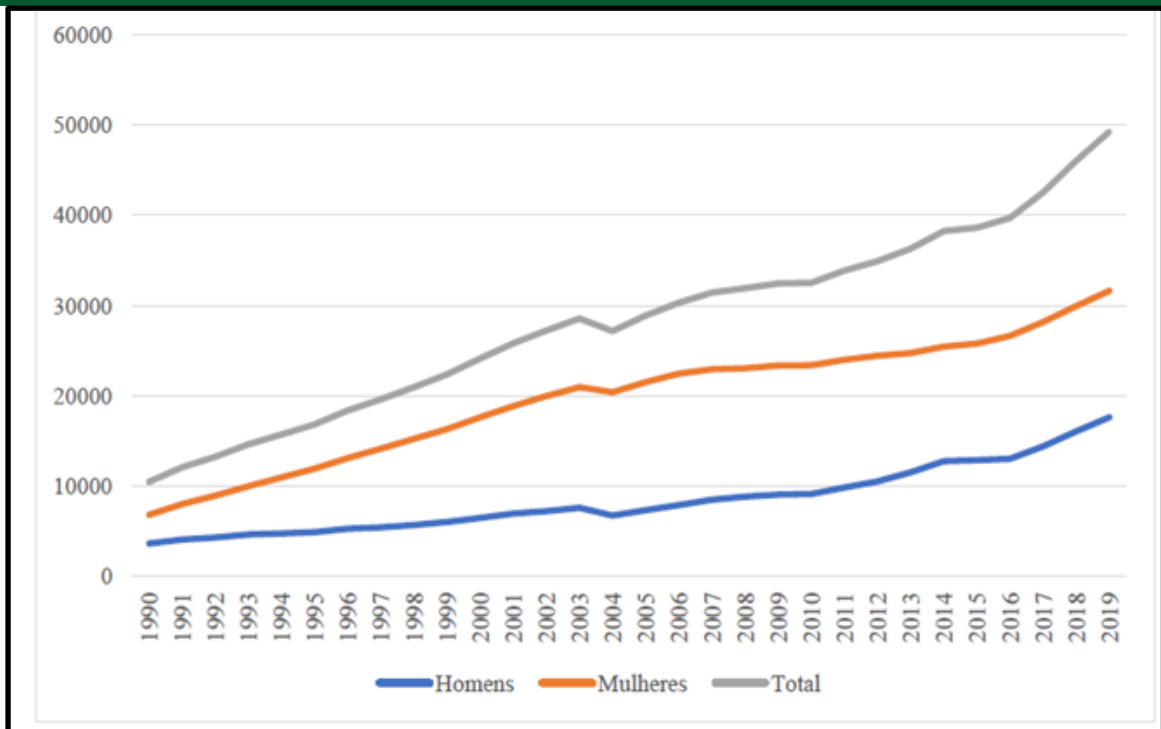
Fonte: Itamaraty, 2023

Ao se deter às informações disponibilizadas pelo Itamaraty (2023), presentes no mapa da figura 1, percebe-se que a Alemanha é o quarto país da Europa mais procurado pelos brasileiros, com 160 mil registros - número que pode ser ainda maior devido à imprecisão advinda dos números daqueles que chegam ao país, ou mesmo mascarada pelas nacionalidades europeias que eles porventura obtêm. De toda forma, é um destino migratório relevante quando se pensa na emigração brasileira. Sobre a migração brasileira direcionada à Alemanha, vale dizer que as mulheres são maioria em relação aos homens, sendo isso visível nos seguintes dados da figura 2:

Figura 2: Gráfico dos brasileiros e brasileiras na Alemanha (1990-2019)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

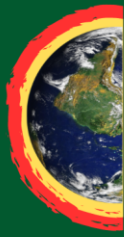


Fonte: Feijó (2021, p. 26)

Esse fenômeno migratório, assim sendo, é feminizado (Feijó, 2021), característica que é importante ressaltar. Não à toa, as protagonistas das entrevistas aqui analisadas são mulheres. Sobre elas, vê-se o quadro 2, elaborado por mim, em que são trazidas algumas informações a respeito de Ana Luiza, Larissa e Lívia.

Quadro 2: Informações sobre as entrevistadas²

² As entrevistas fazem parte do banco de dados da pesquisa “Famílias transnacionais: gênero e educação”, realizada entre 2019 e 2022, sob a coordenação da professora Gláucia de Oliveira Assis, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). As entrevistas foram realizadas através de plataformas digitais, pois aconteceram durante a pandemia de COVID-19, que impediu a realização das viagens para trabalho de campo, as quais eram previstas. Eu tenho acesso ao banco de dados da pesquisa, pois fui bolsista de iniciação científica do projeto, tendo transcrito esse material. Para analisá-las no presente trabalho, baseei-me em preceitos metodológicos da história oral (Thomson, 2002), (Portelli, 2001), tendo realizado fichamentos temáticos (Magalhães, 2017) para identificar as práticas transnacionais demonstradas nas falas das entrevistadas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

| Entrevistada | Idade | Origem | Cidade alemã | Naturalidade do marido | Ano de migração | Raça |
|--------------|---------|--------------------|--------------|------------------------|-----------------|--------|
| Ana Luiza | 45 anos | São Paulo (SP) | Berlim | sérvio | 1998 | negra |
| Larissa | 54 anos | Guaratinguetá (SP) | Munique | alemão | 1993 | branca |
| Lívia | 45 anos | São Paulo (SP) | Hamburgo | alemão | 2012 | negra |

Fonte: elaboração própria

Além do que consta no quadro 2, é interessante pontuar que duas delas, Larissa e Lívia, migraram por amor (Lima; Togni, 2012) (Assunção, 2016). No Brasil, conheceram um homem alemão, por quem se apaixonaram. A partir disso, construíram uma relação de namoro. No entanto, eles estavam temporariamente no Brasil. Em decorrência disso, e do desejo de vivenciarem essa experiência amorosa com esses homens, elas migraram para a Alemanha e se casaram. Dito isso, a migração por amor é um tipo de deslocamento afetivo, em que a pessoa vai para outro país onde não tem redes migratórias, justamente motivada por querer essa vivência com o cônjuge (Lima; Togni, 2012).

Ademais, todas têm formação que contempla ensino superior, sendo que Ana Luiza, diferentemente das outras duas, migrou justamente para estudar na Alemanha, tendo cursado, inclusive, um doutorado. Ressalta-se que, ainda que Ana Luiza tenha uma motivação distinta, é curioso como o amor também tem um papel fundamental em sua experiência migratória. Nesse sentido, assim como para Larissa e Lívia, o casamento e a maternidade - elas se tornaram mães na Alemanha - exerceram importância para a escolha de permanecerem vivendo na Alemanha, já que lá constituíram família.

Mesmo com a consolidação de suas vidas na Alemanha, indicada no decorrer da fala das três entrevistadas, isso não significa que suas relações com o Brasil - e com aqueles que lá ficaram - não se façam primordiais no cotidiano dessas mulheres na Alemanha, ou mesmo em seus planejamentos de forma mais ampla. Em diálogo a Angelin (2012, p. 52), quando fala sobre a importância dos familiares em contextos migratórios:

As redes de parentesco, fundamentadas através de relações familiares, têm como característica os laços fortes primordiais, responsáveis pela maior parte do apoio social aos membros da comunidade. Os laços



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

tendem a ser mais fortes quando a rede é composta por parentes imediatos, como irmãos, sobrinhos, tios, avós, pais, cujas relações são fortemente concentradas, capazes de fornecer amplo suporte. [...] as principais características de redes familiares consistem nos seus laços fortes, calcados na intimidade dos indivíduos, na frequência dos contatos, bem como na reciprocidade das trocas emocionais.

Relacionando as colocações de Angelin (2012) com os debates sobre as famílias transnacionais (Carvajal, 2014), nota-se como o apoio e a manutenção desses ‘laços fortes’ - com aqueles parentes tais quais mãe, pai, irmãos e outros -, permeiam o decorrer de percursos migratórios. Assim, o caso de Ana Luiza, Larissa e Lívia mostra-se próximo desse entendimento. Enfatizou Angelin (2012) a frequência desses contatos, além do que nomeou de reciprocidade das trocas emocionais. Na experiência que as três brasileiras narraram em seus relatos, a força desses vínculos, ainda que haja uma distância física, chamou a atenção, e é entendida aqui como uma prática transnacional característica dessas vivências. Ana Luiza pontuou o seguinte:

A.L: Eu sempre voltei, todo ano, eu sempre fiz férias no Brasil todos os anos e depois que começaram a vir os filhos, eu fiquei com o meu marido, nós fomos 7 anos juntos sem filhos, com os filhos também, todo ano, depois que virou dois filhos aí de dois em dois anos, porque a passagem é muito cara, é uma viagem cara, e aí eu sempre procurei ir de dois em dois anos, agora com a pandemia a gente ficou com o intervalo um pouco maior, esse daqui já tá 3 anos, (aponta para o filho atrás), foi em 2018. A última vez que a gente foi junto, e esse ano eu fui sozinha na pandemia, já não levei as crianças por causa da pandemia [...] Aí eu tive esse contato indo para o Brasil, levando as crianças para o Brasil, sempre achei muito importante, assim com a minha mãe e com meu pai, e minha mãe sempre veio para cá, ela vinha todo ano, ela passava as férias de verão aqui, e eu sempre assim alguma vez ficava um mês, então a gente manteve assim. (Entrevista realizada por Gláucia de Oliveira Assis, novembro de 2021)

No excerto, a entrevistada Ana Luiza relatou como tem sido visitar o Brasil desde que foi viver na Alemanha. Vê-se que ela apontou a regularidade de tais idas. O espaço entre cada viagem ao país de origem, ressaltou Ana, tem aumentado justamente porque a família foi crescendo, e esta é uma viagem que exige um grande planejamento, o qual envolve, inclusive, questões financeiras por conta da passagem.

Todavia, Ana Luiza ressaltou que eles mantêm com seriedade as visitas, em que até mesmo foi feito o caminho reverso - sua mãe indo para a Alemanha. Ou seja, vê-se a relevância desse contato,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

dessa aproximação que se reconfigurou durante a experiência migratória. Essa prática também pode ser observada no trecho de uma das falas de Lívia:

G: E você tem planos de ir ao Brasil por agora?

L: Eu vou na semana do carnaval, eu vou no dia 23 de fevereiro.

G: Ai que coisa boa.

L: E fico até dia 10 de março, mas eu vou sozinha, eles vão esquiar e eu cansei de ficar com a bunda gelada e daí eu vou para o Brasil. Para o Brasil curtir a minha mãe sozinha, porque quando eles estão lá eu não consigo fazer essas coisas burocráticas de documento, banco e eu vou para fazer essas coisas e curtir a minha família sozinha. (Entrevista realizada por Gláucia de Oliveira Assis, novembro de 2021)

Lívia, por sua vez, reforçou sobre a manutenção de suas visitas, descrevendo, deve-se enfatizar, até mesmo a questão do clima na Alemanha e sua diferença em relação ao Brasil. Ou seja, a possibilidade de se aproximar daquele clima que lhe parece mais familiar, no que ela disse “cansei de ficar com a bunda gelada”, remete à afetividade que é estar de volta ao Brasil, mesmo que temporariamente, pois é uma visita.

Tão interessante quanto isso, é o fato de que sua visita coincidirá com o Carnaval, símbolo cultural fortemente vinculado ao Brasil. Ainda que ela não tenha se detido especificamente sobre aproveitar ou não o Carnaval, a pontuação dela de que virá nessa data também é interessante, já que remete ao seu país de origem. De toda forma, Lívia ressaltou que vai sozinha e que poderá curtir a sua família, corroborando com as discussões supramencionadas sobre os laços com o Brasil.

Ademais, na mesma lógica de reforçar esses vínculos e de observar que constituem práticas transnacionais, Larissa trouxe em seu relato a importância dos meios de comunicação no decorrer de suas vivências na Alemanha:

G: Como é que você se mantém contato com eles agora?

L: WhatsApp é muito bom né, porque você pode trocar mensagens, você pode fazer chamada com vídeo, tá sempre ali né.

G: E como é que foi essa sua transição das cartas para o WhatsApp? Para o Skype? Para o email? Como é que você foi se adaptando a isso?



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

L: As cartas, como eu disse, os meus pais escreveram, aí o meu pai faleceu e a minha mãe começou a escrever mais devagar, ela foi deixando, e daí já tava mais fácil para telefonar, a gente se falava muito por telefone, depois ela adoeceu, ficou 4 anos na cama, aí ela não conseguia mais escrever, não fazia mais nada, e com as outras pessoas aí foi entrando primeiro Orkut, depois foi o Facebook, WhatsApp, e aí foi indo, realmente não recebo mais cartas, infelizmente. (Entrevista realizada por Gláucia de Oliveira Assis, novembro de 2021)

Larissa descreveu, com muito carinho, a transformação dos meios de comunicação utilizados para manter o contato com a família no Brasil. Como migrou na década de 1990, vivenciou formas distintas de comunicação com aqueles que estavam distantes. Sobretudo em relação às cartas que escrevia e recebia, fica nítido o afeto envolvido, e, em outros momentos da entrevista, o quão primordial isso foi no início de sua experiência na Alemanha - já que o período de adaptação com o clima, com o idioma e mesmo com as pessoas é particularmente mais difícil.

A brasileira mencionou, como é possível visualizar, os meios de comunicação mais recentes, a exemplo do Facebook e do Whatsapp, ou mesmo das ligações telefônicas que antes eram uma grande ferramenta. O afeto ficou bastante visível quando ela trouxe que alguns meios de comunicação auxiliaram sua mãe a poder conversar com ela, quando sua saúde já não permitia, por exemplo, que escrevesse cartas à filha.

Nesse sentido, vale mencionar que, tanto a possibilidade de as entrevistadas visitarem o Brasil como o contato mantido através das tecnologias da informação, parecem dizer respeito ao contexto de famílias transnacionais do século XXI. Assim, é uma conjuntura em que se mostra como possibilidade o encurtamento de distâncias, feito a partir de mensagens ou ligações instantâneas. E, claro, com voos para o outro lado do Atlântico (Assis, 2007). Ana Luiza, por exemplo, discorreu sobre permanecer na Alemanha:

G: Então você não tem projeto a médio prazo de retornar ao Brasil?

A.L: Na verdade não, por causa da minha família, por causa do meu marido, vamos dizer, se não fosse ele eu poderia pensar, eu amo o Brasil também, mas como a gente tá nesse compromisso junto de família, não encaixa, pode ser uma coisa de falar que vai ficar meio ano (Entrevista realizada por Gláucia de Oliveira Assis, novembro de 2021)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Não cogitou, de modo que se observa, o retorno ao Brasil. No trecho supramencionado, reforçou-se o compromisso com o marido (alemão) e os filhos dos dois. A constituição familiar na Alemanha tem relevância para os planejamentos de Ana Luiza, como pode ser notado. Não obstante, de forma que se elucidou ao longo do trabalho, a conexão - a (re)configuração - desses laços (com o Brasil e com os familiares que nele ficaram) também se faz presente na experiência dessas mulheres, repercutindo na forma que enxergam o vínculo com o país de origem. Esse “ir e vir”, possibilitado pelo contexto do século XXI, em que há a preponderância das transformações capazes de diminuir distâncias, carrega consigo uma especificidade. É, portanto, por esse motivo que essas práticas transnacionais descritas permitem com que as três brasileiras estejam física e subjetivamente “entre o Brasil e a Alemanha”.

Referências

- ANGELIN, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. Tese (Doutorado). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2012, 256p.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 745-772, 2007.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Emigrantes brasileiros/as em mobilidade na virada do século XX para o século XXI: a diversificação dos destinos. In: Bogus, Lucia; Baeninger, R.. (Org.). **A nova face da emigração internacional no Brasil**. 1ed. São Paulo: Educ, 2018, v. 1, p. 235-264.
- ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. Migrantes por amor? Ciclo de vida, gênero e a decisão de migrar em diferentes fases da vida. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 63-80, 2016.
- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Comunidade brasileira no exterior - Estatísticas 2022**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/comunidade-brasileira-no-externo-2013-estatisticas-2022>. Acesso em 12 de fevereiro de 2024.
- CARVAJAL, Julia Cerda. Las familias transnacionales. **Revista Espacios Transnacionales**. N° 2. Janeiro-junho, 2014.
- FEIJÓ, Glaucio Vaz. **Retratos do Brasil na Alemanha: 30 anos de imigração**. Campinas: Pontes Editores, 2021, 354 p..
- LIMA, M. A.; TOGNI, P. Migrando por um ideal de amor: família conjugal, reprodução, trabalho e gênero. **Ipotesi - Revista de Estudos Literários**, v. 16, n. 1, 2012, pp.135-144.
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (org.). **História oral e migrações: método, memória, experiências**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.
- PARELLA, Sônia. Los vínculos afectivos y de cuidado en las familias transnacionales: migrantes ecuatorianos y peruanos en España. **Migraciones Internacionales**, Barcelona, v. 4, n. 2, p. 151-188, dez. 2007.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 22, p. 9-36, 2001.

RIVAS, Ana María Rivas; TORRALBO, Herminia Golzálvez (orgs.). **Familias transnacionales colombianas: transformaciones y permanencias en las relaciones familiares y de género**. Madrid: Catarata, 2009.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional. **Cadernos CERU**, v. 30, n. 1, p. 349-394, 2019.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, dez. 2002.

Fontes

A.L., Ana Luiza. **Entrevista I** (novembro de 2021). Entrevistadora: Gláucia de Oliveira Assis. Zoom, 2021. 1 arquivo mp4 (2h4min). Entrevista concedida ao Projeto Famílias transnacionais: gênero e educação da CAPES e DAAD (Departamento de Apoio à Pesquisa da Alemanha).

L., Larissa. **Entrevista II** (novembro de 2021). Entrevistadora: Gláucia de Oliveira Assis. Zoom, 2021. 1 arquivo mp4 (1h40min). Entrevista concedida ao Projeto Famílias transnacionais: gênero e educação da CAPES e DAAD (Departamento de Apoio à Pesquisa da Alemanha).

L., Lívia. **Entrevista III** (novembro de 2021). Entrevistadora: Gláucia de Oliveira Assis. Zoom, 2021. 1 arquivo mp4 (1h39min). Entrevista concedida ao Projeto Famílias transnacionais: gênero e educação da CAPES e DAAD (Departamento de Apoio à Pesquisa da Alemanha).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O ambiente em debate: o norte do Paraná, geada e suas transformações

Carlos Elias Barros Sobreira Rodrigues

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá
(UEM)

Resumo

Este estudo mergulha nos impactos profundos causados pela geada de 1975 nas comunidades locais do norte paranaense, analisando as particularidades e memórias regionais que emergiram desse acontecimento. Expandindo uma pesquisa prévia focada na análise de veículos jornalísticos de Curitiba e Maringá, o trabalho agora aborda a experiência de municípios específicos, destacando como cada um deles vivenciou e reinterpretou essa catástrofe climática que se tornou um marco divisório na história da região.

Esse fenômeno não se limitou a ser uma tragédia ambiental; ele reconfigurou drasticamente a estrutura econômica, o cenário paisagístico e as dinâmicas sociais locais. Algumas áreas, como as situadas próximas à Represa Xavantes, tiveram certa proteção, enquanto vastas regiões foram profundamente atingidas, sofrendo com a destruição da cafeicultura, o esvaziamento do campo e o surgimento de novos polos urbanos. Utilizando depoimentos, documentos locais e registros jornalísticos, o trabalho revela as diversas estratégias empregadas pelas comunidades para lidar com a adversidade, desde resistência até migração ou reinvenção de suas economias.

O estudo não apenas traça as consequências imediatas do desastre, mas também investiga a transmissão das memórias ao longo do tempo, enfatizando como elas moldaram identidades regionais que carregam tanto o peso do trauma quanto a força da superação. Dessa forma, o trabalho reforça a importância de se construir uma narrativa histórica que valorize as experiências plurais e preserve as memórias de diferentes grupos, reconhecendo a riqueza de respostas a um evento que transformou para sempre o norte do Paraná.

Palavras-chave: Geada de 1975, história regional, memória e identidade coletiva, transformações socioeconômicas e culturais no norte do Paraná.

Abstract



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

This study delves into the profound impacts caused by the 1975 frost on local communities in northern Paraná, analyzing the particularities and regional memories that emerged from this event. Expanding on previous research focused on analyzing news outlets in Curitiba and Maringá, the work now addresses the experience of specific municipalities, highlighting how each of them experienced and reinterpreted this climate catastrophe that became a watershed in the history of the region.

This phenomenon was not limited to being an environmental tragedy; it drastically reconfigured the economic structure, the landscape and the local social dynamics. Some areas, such as those located near the Xavantes Reservoir, enjoyed some protection, while vast regions were deeply affected, suffering from the destruction of coffee plantations, the emptying of the countryside and the emergence of new urban centers. Using testimonies, local documents and journalistic records, the work reveals the various strategies employed by communities to deal with adversity, from resistance to migration or reinvention of their economies. The study not only traces the immediate consequences of the disaster, but also investigates the transmission of memories over time, emphasizing how they shaped regional identities that carry both the weight of trauma and the strength of overcoming. In this way, the work reinforces the importance of constructing a historical narrative that values plural experiences and preserves the memories of different groups, recognizing the richness of responses to an event that forever transformed northern Paraná.

Keywords: Frost of 1975, regional history, collective memory and identity, socioeconomic and cultural transformations in northern Paraná.

Introdução

Diante do aumento frequente de desastres ambientais e suas consequências para a sociedade, a relação entre seres humanos e o meio ambiente tornou-se uma questão central em diversos campos de estudo. A partir da década de 1970, o impacto de eventos climáticos extremos, como a "Geadas Negras" de 1975 no norte do Paraná, revelou-se não apenas um marco ambiental, mas também um divisor de águas nas dinâmicas econômicas e sociais da região. Este artigo propõe uma análise sob as perspectivas política e ambiental, explorando os efeitos devastadores desse fenômeno, especialmente para a cafeicultura paranaense, e suas implicações no cotidiano das comunidades rurais e urbanas.

A abordagem se vale de fontes históricas, como recortes de jornais influentes, para entender como as narrativas sobre a geada moldaram a memória coletiva e influenciaram políticas públicas. Além disso, o estudo reflete sobre os desafios metodológicos enfrentados pela pesquisa, agravados



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

pelas restrições impostas pela pandemia de COVID-19, que limitaram o acesso a espaços de pesquisa como bibliotecas e museus. Com o avanço das pesquisas sobre a geada para o âmbito do doutorado, a pesquisa visa aprofundar-se nas várias nuances desse episódio climático em diferentes localidades do estado do Paraná, com destaque especial para as cidades de Maringá, Londrina e Apucarana. O objetivo é compreender como cada região vivenciou e reagiu a essa catástrofe, considerando especificidades econômicas, sociais e culturais, e ampliar o debate sobre as interações entre homem e natureza, destacando como eventos climáticos podem reconfigurar sistemas produtivos, alterar modos de vida e suscitar reflexões acerca da sustentabilidade e das práticas de uso do território.

1 – A Geada e seu impacto socioeconômico

A geada negra de 1975 teve um impacto devastador na economia e na sociedade do norte do Paraná, especialmente nas cidades de Maringá, Londrina e Apucarana. Naquela época, a região era um dos principais polos produtores de café do Brasil, com vastas plantações que sustentavam a economia local. A geada, ocorrida em 18 de julho de 1975, destruiu praticamente todas as lavouras de café, levando muitos agricultores à falência e forçando-os a buscar alternativas de subsistência. (SAVIANI, 2015)

Em Maringá, a destruição das lavouras de café foi total. Agricultores que dependiam exclusivamente dessa cultura viram-se sem renda e sem perspectivas imediatas de recuperação. A cidade, que até então prosperava com a cafeicultura, enfrentou uma crise econômica sem precedentes. Muitos trabalhadores rurais migraram para áreas urbanas em busca de emprego, contribuindo para o crescimento desordenado da cidade e pressionando os serviços públicos. (GMC ONLINE, 2024).

Em Londrina, a situação não foi diferente. Conhecida como a "Capital do Café", a cidade sofreu um duro golpe com a perda das plantações. A economia local, fortemente dependente da exportação de café, entrou em colapso. Empresas ligadas ao processamento e comercialização do grão fecharam suas portas, aumentando o desemprego e a instabilidade social. A população urbana cresceu rapidamente devido ao êxodo rural, resultando em desafios adicionais para a infraestrutura e os serviços municipais. (PRIORI, 2024).

Apucarana, embora menor em comparação com Maringá e Londrina, também sentiu profundamente os efeitos da geada negra. A cidade, que possuía uma economia baseada na



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

agricultura, especialmente na produção de café, viu seus agricultores enfrentarem perdas significativas. Muitos pequenos produtores não conseguiram se recuperar, levando ao abandono de propriedades rurais e ao aumento da migração para centros urbanos. A comunidade local teve que se reorganizar economicamente, buscando diversificar suas atividades produtivas para sobreviver. (PANOBIANCO, 2010).

A destruição das lavouras de café no norte do Paraná não afetou apenas os agricultores, mas também toda a cadeia produtiva associada. Comerciantes, transportadores e trabalhadores sazonais perderam suas fontes de renda. A crise econômica resultante levou a um aumento da pobreza e da desigualdade social na região. Além disso, a perda de empregos no campo acelerou o processo de urbanização, com muitas pessoas migrando para as cidades em busca de melhores oportunidades, o que, por sua vez, sobrecarregou os serviços urbanos e contribuiu para o crescimento desordenado das áreas urbanas. (OLIVEIRA, 2016).

Em resposta à crise, houve uma necessidade urgente de diversificação econômica. Os agricultores começaram a investir em outras culturas, como soja, milho e trigo, que eram mais resistentes às condições climáticas adversas. Essa transição, embora necessária, não foi fácil. Muitos produtores não possuíam o conhecimento ou os recursos necessários para cultivar essas novas culturas, enfrentando desafios adicionais em um período já difícil. Além disso, a mudança para novas culturas exigiu investimentos em infraestrutura e tecnologia, o que nem todos os agricultores podiam arcar. (ZANFERRARI; ASSUMPÇÃO, 2011).

A geada negra de 1975 também teve um impacto significativo na estrutura social das comunidades afetadas. A perda de empregos no campo levou a um aumento da migração para as cidades, resultando em mudanças demográficas e sociais. As áreas urbanas enfrentaram desafios relacionados ao rápido crescimento populacional, incluindo a necessidade de habitação, serviços de saúde e educação. Além disso, a migração em massa contribuiu para a formação de favelas e o aumento da criminalidade em algumas áreas. (SALVADOR, 2016).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

2 – A mídia e sua influência: a “guerra” de narrativas

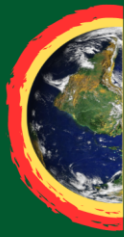


Imagem 1: Gazeta do Povo anuncia o desastre.

As dimensões socioeconômicas e as narrativas midiáticas da geada negra de 1975 estão profundamente entrelaçadas, revelando não apenas o impacto devastador nas vidas e economias locais, mas também a forma como esses acontecimentos foram interpretados, ressignificados e utilizados como instrumentos de comunicação e memória. Enquanto os agricultores enfrentavam perdas concretas e buscavam formas de reconstrução, a mídia desempenhava um papel crucial na amplificação dessas experiências, ora como veículo de denúncia, ora como ferramenta de incentivo à resiliência, moldando percepções e influenciando ações tanto no campo quanto nas cidades.

A imprensa paranaense desempenhou um papel crucial na disseminação de informações sobre a geada negra. Jornais como a *Gazeta do Povo* e o *Diário do Norte do Paraná* dedicaram extensas reportagens ao fenômeno, destacando tanto a magnitude da destruição quanto as histórias individuais de agricultores afetados. A *Gazeta do Povo*, por exemplo, publicou uma série de matérias que enfatizavam a resiliência dos paranaenses diante da adversidade, buscando inspirar um senso de unidade e esperança na população. (SANTOS, 2015).

Por outro lado, o *Diário do Norte do Paraná* adotou uma abordagem mais crítica, questionando as medidas governamentais e a falta de apoio imediato aos produtores rurais. Essa



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

divergência de enfoques evidenciou uma "guerra de narrativas" na mídia, onde diferentes veículos apresentavam perspectivas contrastantes sobre as causas, consequências e soluções para a crise desencadeada pela geada. (RODRIGUES; PELLEGRINI; 2017).

Influência do Discurso Oficial:

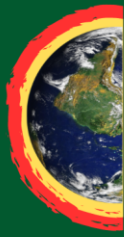
O governo estadual, ciente do poder da mídia na formação da opinião pública, utilizou os meios de comunicação para transmitir mensagens que buscavam controlar o pânico e evitar um êxodo rural em massa. Campanhas publicitárias foram lançadas com slogans que incentivavam os agricultores a permanecerem em suas terras e a diversificarem suas culturas. Além disso, programas de rádio e televisão destacavam histórias de sucesso de produtores que haviam superado a adversidade, criando uma narrativa oficial de resiliência e superação. (PRIORI, 2024)

No entanto, essa tentativa de moldar a percepção pública nem sempre foi bem-sucedida. Muitos agricultores, sentindo-se abandonados pelas autoridades, recorreram a veículos de comunicação alternativos para expressar suas frustrações e demandas. Jornais locais menores e programas de rádio comunitários tornaram-se plataformas para vozes dissidentes, que criticavam a falta de apoio efetivo e denunciavam as dificuldades enfrentadas no campo. (FERNANDES; ZANOLLA; 2022).

A maneira como a geada negra foi retratada na mídia teve um impacto duradouro na memória coletiva do Paraná. As imagens de plantações devastadas, famílias desabrigadas e cidades cobertas de gelo tornaram-se símbolos de uma tragédia que marcou uma geração. Documentários, livros e reportagens especiais produzidos nos anos seguintes reforçaram essa narrativa, perpetuando a imagem da geada como um divisor de águas na história econômica e social do estado. Além disso, a cobertura midiática influenciou a forma como as comunidades locais lidaram com o trauma coletivo. Em algumas regiões, a ênfase na resiliência e na capacidade de superação serviu como catalisador para iniciativas comunitárias de reconstrução e diversificação econômica. Em outras, a narrativa de abandono e negligência por parte das autoridades fomentou sentimentos de desconfiança e desilusão, dificultando processos de recuperação. (OLIVEIRA, 2016).

3 – Os impactos regionais da crise: o caso de Maringá, Londrina e Apucarana.

3.1 – Maringá, a Cidade Canção.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Maringá, conhecida como a "Cidade Canção" e um dos principais centros urbanos do norte do Paraná, enfrentou os impactos da geada negra de 1975 de maneira distinta, graças ao seu papel como polo regional e à influência econômica de instituições como a cooperativa COCAMAR. Embora a destruição das lavouras de café tenha sido total, a cidade rapidamente começou a se reorganizar, impulsionando mudanças significativas em sua estrutura econômica e social. A cooperativa COCAMAR (Cooperativa Agroindustrial de Maringá) desempenhou um papel crucial na resposta econômica à geada. Fundada em 1963, a cooperativa já era um dos principais atores no suporte aos agricultores locais, oferecendo assistência técnica e suporte logístico. Após a destruição das plantações de café, a COCAMAR incentivou a diversificação agrícola como alternativa econômica. Agricultores foram orientados a investir em culturas mais resistentes, como soja, milho e trigo, que começavam a ganhar espaço na região e se mostravam mais viáveis economicamente diante das adversidades climáticas frequentes. (RECCO, 2024). Além disso, ela passou a promover o cooperativismo como uma solução estratégica, unindo pequenos e médios agricultores para otimizar custos e aumentar a competitividade no mercado. A transição para novas culturas foi acompanhada pela modernização de técnicas agrícolas, uso de máquinas e um esforço coletivo para superar os desafios impostos pela geada. (LOURENÇO, 2005).

Enquanto outras cidades da região enfrentavam uma crise mais prolongada, Maringá já começava a diversificar sua economia, reduzindo sua dependência exclusiva da agricultura. O perfil industrial da cidade, que até então era incipiente, começou a se consolidar durante este período. Setores como o de alimentos processados e o de materiais de construção ganharam força, beneficiando-se da infraestrutura logística estratégica de Maringá, que incluía rodovias e proximidade com importantes centros consumidores. O comércio também se expandiu, aproveitando a crescente urbanização e o fluxo migratório de trabalhadores rurais que buscaram oportunidades na cidade. A instalação de pequenas indústrias e o fortalecimento do setor de serviços ajudaram a sustentar a economia local em um momento crítico. A geada, embora desastrosa, impulsionou Maringá a acelerar sua transição econômica, o que contribuiu para o desenvolvimento da cidade como um dos principais polos econômicos e industriais do Paraná. A cidade se destacou pela rapidez com que respondeu ao desastre climático, graças à sua capacidade de adaptação e à força de suas instituições. As cooperativas e a iniciativa privada local foram fundamentais para mitigar os efeitos da crise, diversificando a base econômica e fortalecendo a identidade da cidade como um polo regional. Esse período marcou o início de uma nova fase de



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

desenvolvimento para Maringá, que continua sendo referência em inovação agrícola e industrial até os dias de hoje. (FERNANDO, 2021).

3.2 – Londrina, a “Capital do Café”

Na década de 1970, Londrina era um dos maiores produtores de café do Brasil, com vastas lavouras que impulsionavam a economia local. A geada negra de 1975, caracterizada por temperaturas extremamente baixas que congelaram e destruíram os cafezais, resultou em perdas significativas para os produtores. Estima-se que cerca de 80% das plantações foram afetadas, levando muitos agricultores à falência e causando desemprego em massa. (SAVIANI, 2015). Diante da devastação, Londrina precisou se reinventar para superar a crise econômica. A cidade adotou estratégias de diversificação agrícola, incentivando o cultivo de outras culturas mais resistentes às geadas, como soja, milho e trigo. Essa mudança não apenas reduziu a dependência do café, mas também abriu novas oportunidades de mercado para os agricultores locais. (FELIZARDO, 2015). Paralelamente, Londrina iniciou um processo de industrialização, atraindo investimentos e empresas de diversos setores. A instalação de indústrias de alimentos, têxteis e metalúrgicas contribuiu para a geração de empregos e estimulou o crescimento econômico da região. A criação de parques industriais e a melhoria da infraestrutura urbana foram fundamentais para consolidar essa nova fase de desenvolvimento. (REZENDE, 2024).

A resposta de Londrina à crise evidenciou a resiliência de sua população e a capacidade de adaptação às adversidades. A cidade investiu em educação e capacitação profissional, preparando a mão de obra local para as novas demandas do mercado industrial. Além disso, houve um fortalecimento das cooperativas agrícolas, que desempenharam um papel crucial na reorganização da produção e na comercialização dos novos produtos cultivados. (OKAWATY, 2016). O desenvolvimento urbano também foi impulsionado, com melhorias na infraestrutura viária, construção de habitações e expansão dos serviços públicos. Essas iniciativas não apenas atenderam às necessidades imediatas da população, mas também prepararam Londrina para um crescimento sustentável nas décadas seguintes. (OLIVEIRA, 2017). A geada negra de 1975 marcou profundamente a história de Londrina, representando um ponto de inflexão na trajetória econômica e social da cidade.

3.3 – O Caso de Apucarana



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A geada negra de 1975 teve um impacto devastador em Apucarana, cidade do norte do Paraná cuja economia era fortemente dependente da cafeicultura. A destruição das lavouras de café não apenas afetou a economia local, mas também provocou profundas mudanças na estrutura social da comunidade. Com a perda das plantações de café, muitos agricultores e trabalhadores rurais enfrentaram desemprego e dificuldades financeiras. A comunidade precisou se reorganizar para enfrentar os desafios impostos pela crise. Houve um movimento significativo de migração de trabalhadores rurais para áreas urbanas em busca de novas oportunidades de emprego, o que resultou em um crescimento populacional nas zonas urbanas e na necessidade de adaptação dos serviços públicos para atender à nova demanda. (RODRIGUES;PELEGRINI; 2017).

Além disso, a solidariedade comunitária foi fortalecida, com a formação de cooperativas e associações que buscavam alternativas econômicas e apoio mútuo. Essas organizações desempenharam um papel crucial na transição para novas atividades produtivas e na manutenção do tecido social da cidade. (APUCARANA, 2023). Diante da inviabilidade de retomar a cafeicultura em larga escala, os agricultores de Apucarana começaram a investir em outras culturas mais resistentes às condições climáticas adversas. A soja, o milho e o trigo emergiram como alternativas viáveis, permitindo a diversificação da produção agrícola e a redução da dependência de uma única cultura. (PANOBIANCO, 2010)

Essa transição não foi isenta de desafios. Os produtores precisaram adquirir novos conhecimentos técnicos e adaptar suas práticas agrícolas às exigências das novas culturas. Programas de extensão rural e assistência técnica foram implementados para apoiar os agricultores nesse processo de adaptação. A modernização no trato, com a introdução de plantadeiras, colheitadeiras e outras tecnologias, foi incorporada em Apucarana, visando suprir o fim da figura do "bóia-fria". (APUCARANA, 2023).

Muitos agricultores de Apucarana demonstraram resiliência e capacidade de adaptação diante das adversidades. Relatos de produtores que, mesmo após perderem tudo com a geada, persistiram na atividade agrícola e conseguiram reconstruir suas vidas são comuns na região. Essas histórias de superação refletem a determinação da comunidade em enfrentar os desafios impostos pela natureza e pela economia. (PANOBIANCO, 2010)

3.4 – Comparações regionais: respostas ao evento.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Em resposta ao desastre, as três cidades buscaram diversificar suas atividades agrícolas, investindo em culturas mais resistentes, como soja, milho e trigo, para reduzir a dependência de uma monocultura vulnerável às condições climáticas adversas. (COSTA, 2010) O êxodo rural causado pela crise agrícola levou ao crescimento populacional nas áreas urbanas das três cidades, criando desafios relacionados à infraestrutura, habitação e serviços públicos. A formação de cooperativas e associações agrícolas foi uma resposta comum nas três regiões, oferecendo suporte técnico e financeiro aos agricultores que buscavam se reerguer. (RODRIGUES, 2020) Enquanto Londrina e Apucarana concentravam-se na reorganização agrícola, Maringá utilizou sua posição estratégica como polo regional para acelerar sua transição para um perfil mais industrial, investindo em indústrias de alimentos e materiais de construção, além de fortalecer seu setor de serviços. Londrina manteve uma forte conexão cultural com a cafeicultura, mesmo após a destruição das lavouras, buscando preservar essa identidade enquanto promovia a diversificação econômica e o início de uma industrialização mais ampla.

Apucarana enfrentou dificuldades maiores na reorganização social devido à menor infraestrutura urbana em comparação com Maringá e Londrina, sendo o fortalecimento das relações comunitárias e a criação de redes de apoio essenciais para superar a crise. (COSTA, 2010) O fenômeno climático funcionou como catalisador de mudanças estruturais, forçando as cidades a repensarem suas economias e modos de vida, demonstrando a vulnerabilidade das monoculturas e a necessidade de adotar práticas agrícolas mais resilientes. (RODRIGUES, 2023). As cidades do norte do Paraná compartilhavam uma economia interligada pela produção e comercialização de café, e a destruição das lavouras impactou não apenas os produtores rurais, mas também os setores urbanos relacionados, como transporte, processamento e comércio.

A cultura do café estava profundamente enraizada na história e no cotidiano das três cidades, e o impacto cultural da perda dessa identidade foi significativo, especialmente em Londrina e Apucarana. (SAVIANI, 2015). As respostas ao desastre demonstraram a importância da ação coletiva e da resiliência comunitária, com a formação de cooperativas, a diversificação econômica e o fortalecimento da infraestrutura urbana emergindo como soluções para a adaptação. (RODRIGUES, 2020).

As respostas à geada negra de 1975 nas cidades de Maringá, Londrina e Apucarana refletem tanto os desafios compartilhados quanto as soluções específicas moldadas por suas características



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

locais. Esse evento climático não apenas transformou a economia regional, mas também reconfigurou as relações sociais e culturais, com a adoção do agronegócio consorciado com as cooperativas, que até hoje são a mola-mestra do desenvolvimento regional.

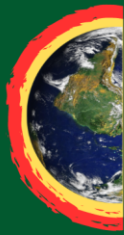
Considerações Finais

A geada negra de 1975 foi mais do que um evento climático extremo; foi um divisor de águas na história econômica, social e cultural do norte do Paraná. A devastação das lavouras de café, que sustentavam a economia regional, expôs a vulnerabilidade das monoculturas e a necessidade de diversificação econômica e resiliência diante de adversidades climáticas. Cidades como Maringá, Londrina e Apucarana exemplificaram diferentes abordagens e ritmos de resposta ao desastre, destacando suas especificidades e capacidades de adaptação.

Maringá demonstrou um perfil dinâmico e estratégico, utilizando sua posição de polo regional para acelerar a industrialização e diversificar sua economia. Londrina, embora profundamente impactada, preservou sua identidade cultural ligada ao café enquanto transitava gradualmente para outras atividades econômicas. Apucarana, por sua vez, destacou-se pela solidariedade comunitária e esforços de reorganização social, enfrentando desafios adicionais devido à sua menor infraestrutura urbana.

As respostas coletivas ao desastre, como a formação de cooperativas, a modernização agrícola e os investimentos em infraestrutura urbana, sublinham a importância da coesão social e da inovação em tempos de crise. Essas estratégias não apenas mitigaram os danos imediatos, mas também moldaram as bases para o desenvolvimento sustentável das cidades, transformando-as em exemplos de superação e resiliência.

O legado da geada negra de 1975 permanece vivo na memória coletiva do Paraná, servindo como um alerta sobre os desafios que as mudanças climáticas podem impor às comunidades dependentes da agricultura. Ao mesmo tempo, demonstra como adversidades podem ser convertidas em oportunidades de transformação e progresso. Essa experiência oferece lições valiosas sobre adaptação, planejamento e a importância de políticas públicas que priorizem a sustentabilidade e a diversificação econômica. A história do norte do Paraná após a geada negra reafirma o paradigma capitalista de busca do lucro independentemente da ligação histórica que determinada cultura tenha sobre o lugar.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Referências Bibliográficas

- APUCARANA. **Após 48 anos da “geada negra”, Apucarana segue apoiando e fortalecendo a cafeicultura.** Apucarana, Prefeitura de Apucarana, 2023. Disponível em: <https://www.apucarana.pr.gov.br/site/apos-48-anos-da-geada-negra-apucarana-segue-apoiando-e-fortalecendo-a-cafeicultura/>. Acesso em 18 nov. 2024
- CONEGHERO, Lethícia. **Inverno de 1975: Relembre a geada negra em Maringá e região; FOTOS.** Maringá, GMC Online, 2021. Disponível em: <https://gmconline.com.br/noticias/cidade/inverno-de-1975-relembre-a-geada-negra-em-maringa-e-regiao-fotos/>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- COSTA, José. **A Geada Negra no Paraná.** Dissertação de Mestrado. Maringá, UEM, 2010.
- FERNANDO, Miguel. **A Geada Negra – Julho de 1975.** Maringá, Paraná Histórica, 2024. Disponível em <https://www.paranahistorica.com.br/publicacoes/parana/22/a-geada-negra-julho-de-1975>. Acesso em 18 nov. 2024.
- FERNANDO, Miguel. **Geada Negra de 1975.** Maringá, Maringá Histórica, 2024. Disponível em <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/3255/geada-negra-de-1975>. Acesso em 18 nov. 2024.
- FERNANDO, Miguel. **Geada Negra de 1975.** Documentário. Maringá, Maringá Histórica, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HOQFftnfRS0>. Acesso em 18 nov. 2024.
- FOLHA DE LONDRINA. **Como a geada negra afetou o Paraná?** Londrina, Folha de Londrina, 2021. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/como-a-geada-negra-afetou-o-parana-3091686e.html?d=1>. Acesso em 15 nov. 2024.
- LOURENÇO, Luiz. **Diversificação e fortalecimento da marca: o caso da COCAMAR.** In: *Revista FAE Business*, vol. 12, pgs 35-38. Curitiba, FAE, 2005. Disponível em <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/16560671211958246.pdf>. Acesso em 19 nov. 2024.
- PANOBIANCO, Daniel. **Especial: 35 anos da geada de 1975.** Rio Paranaíba, Revista Cafeicultura, 2010. Disponível em <https://revistacafeicultura.com.br/especial-35-anos-da-geada-de-1975-entenda-o-que-foi-a-geada-negra-que-dizimou-todas-as-plantacoes-de-cafe-do-parana/>. Acesso em 15 nov. 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

PRIORI, Angelo. **PodParaná #34: Geada negra marca a história e gera impacto na economia do Paraná.** Podcast. Curitiba, G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/podcast/pod-parana/noticia/2021/07/16/podparana-34-os-impactos-da-geada-negra-na-historia-e-economia-do-parana.ghtml>. Acesso em 20 nov. 2024.

RECCO, Rogério. **Dr. Paulo Eugênio: na Cocamar ele foi um dos precursores do serviço de meteorologia no Paraná.** Maringá, Cocamar, 2024. Disponível em: <https://www.cocamar.com.br/comunicacao/noticia/6349/dr-paulo-eugenio-na-cocamar-ele-foi-um-dos-precussores-do-servico-de-meteorologia-no-parana>. Acesso em 12 nov. 2024.

REZENDE, César H. S., **A geada que dizimou cafezais do Paraná – e tirou de Londrina o título de "capital mundial do café".** In: *Revista Exame*, 24 set. 2024. Disponível em <https://exame.com/agro/a-geada-que-dizimou-cafezais-do-parana-e-tirou-de-londrina-o-titulo-de-capital-mundial-do-cafe/>. Acesso em 19 nov. 2024.

RODRIGUES, Carlos Elias Barros Sobreira. **História ambiental e desastres climáticos: reflexões sobre a geada negra.** Maringá, UEM, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611620265_ARQUIVO_5c82d780ea8b17ed00599a8ec6fbc8e9.pdf. Acesso em 16 nov. 2024

RODRIGUES, Carlos Elias Barros Sobreira Rodrigues. **História Ambiental em debate: o caso da “geada negra” de 1975 no norte do Paraná.** In: *Revista Ars Historica*, v. 25, pgs 116-134. Rio de Janeiro, Ars Historica, 2023.

SAVIANI, Rodrigo. **Geada negra que destruiu pés de café no Paraná completa 40 anos.** Londrina, G1, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/07/geada-negra-que-destruiu-pes-de-cafe-no-parana-completa-40-anos.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A exploração do Jaborandi e o trabalho escravo contemporâneo no sul do Pará:
notas introdutórias

Eduardo de Melo Salgueiro

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
(Unifesspa), campus de Xinguara
eduardomsalgueiro@gmail.com

Laécio Rocha de Sena

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
(Unifesspa), campus de Xinguara
laeciorocha@unifesspa.edu.br

Rafael Rogério Nascimento dos Santos

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
(Unifesspa), campus de Xinguara
rafaelsantos@unifesspa.edu.br

Resumo: Pretende-se, neste trabalho, apresentar notas introdutórias de uma pesquisa em andamento que tem por objetivo avaliar a exploração humana e do meio ambiente, que culmina em trabalho análogo à escravidão contemporânea, por um lado, e, por outro, historicamente utiliza e manuseia uma planta nativa da América do Sul, a saber, o Jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Stapf ex Wardlew). Esta planta, largamente utilizada na produção farmacêutica, especialmente oftalmológica, entrou para a triste “Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção” do “Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis” (IBAMA). Como se não bastasse essa dramática situação ambiental, o uso de mão de obra escrava, nos moldes do mundo contemporâneo, tem afligido o Brasil, especialmente a região amazônica. No centro de tais violências, contra a flora e a vida humana, está a região de São Félix do Xingu, no sul do estado do Pará, recorte geográfico onde ocorreu o caso analisado, isto é, a fuga e violência contra trabalhadores no ano de 1987.

Palavras-chave: Jaborandi. Trabalho escravo. Sul do Pará.

Abstract: The objective of this work is to present introductory notes from an ongoing research project that aims to assess human and environmental exploitation, culminating in labor analogous to contemporary slavery on one hand, and, on the other hand, historically utilizes and handles a native plant from South America, namely, Jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Stapf ex Wardlew). This plant, widely used in pharmaceutical production, especially in ophthalmology, has made its way onto the unfortunate “Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção”



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

of the “*Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis*” (IBAMA). As if this dramatic environmental situation were not enough, the use of slave labor, in the molds of the contemporary world, has plagued Brazil, especially the Amazon region. At the center of such violence, against both flora and human life, is the region of São Félix do Xingu, in the south of the state of Pará, which is the geographical area where the analyzed case occurred, namely, the escape and violence against workers in 1987.

Keywords: Jaborandi. Slavery work. South of Pará.

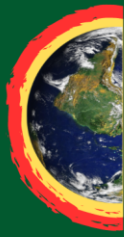
Introdução

Ao longo dos séculos, a utilização de plantas nativas da América esteve relacionada aos usos e práticas que os povos indígenas desenvolveram a partir de um profundo conhecimento sobre as propriedades da flora da região. Mesmo antes da chegada dos europeus, os indígenas utilizavam ervas, raízes e folhas para diversos fins, como medicinais, ritualísticos e outros.

Com a colonização, o saber nativo acerca das plantas passou a ser explorado sistematicamente, apropriado e colocado em circulação para a Europa. Do século XVI em diante, naturalistas, botânicos, viajantes e, de modo geral, o que chamaremos de cientistas, observaram e coletaram inúmeras espécies, elaborando diversos tipos de fontes escritas sobre as mais variadas plantas do território americano, que eram levadas para instituições científicas europeias para serem analisadas (SÁ; ELISABETSKY, 2012; GESTEIRA, 2022; SANTOS, 2023). Entre essas plantas estava o jaborandi.

No século XVII, o médico holandês Guilherme Piso e o matemático alemão Jorge Marcgraf, na obra *História Natural do Brasil* (1648), já trataram sobre o jaborandi, que tem seu nome vulgar derivado do modo como os indígenas a chamaram: yaborã-di “planta que faz babar” ou mesmo ya-mbo-r-endí “aquele que faz salivar” (SAMPAIO, 1987). No entanto, foi somente no final do século XIX que ela se tornou objeto de interesse internacional.

Sua inserção no circuito global ocorreu em 1873, quando o médico pernambucano Sinfrônio Olímpio Cezar Coutinho estudava as propriedades farmacológicas da planta, introduzindo-a em sua prática clínica e levando amostras das folhas para a Europa. Ele também publicou, em 1874, no *Journal de Therapeutique*, um estudo intitulado “*Note sur un nouveau médicament diaphorétique et sialogogue: le jaborandi du Brésil*” (COUTINHO, 1874).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

As propriedades medicinais da folha do jaborandi logo chamaram atenção e foram incluídas na matéria médica europeia (HOLMSTEDT; WASSÉN; SCHULTES, 1979). Por sua vez, o professor baiano Joaquim Monteiro Caminhoá, na *Revista Médica*, publicada no Rio de Janeiro em 1875, já destacava que: “Entre os vegetais da nossa flora médica o jaborandi é um dos que estudei com cuidado; e, visto achar-se atualmente em voga na Europa e entre nós... reproduzirei o que me parece digno de ser reconhecido a respeito” (CAMINHOÁ, 1875, p. 205-206).

Nessa mesma década, E. Hardy, na França, e A.W. Gerrard, na Inglaterra, de forma independente, descobriram o alcalóide pilocarpina, extraído das folhas do jaborandi. A Adolfo Weber é atribuído o início do tratamento de glaucoma a partir das folhas desta planta (HOMMA; MENEZES, 2004). A pilocarpina é utilizada até hoje para a produção de diversos medicamentos e até mesmo em cosméticos.

A espécie que mais concentra esse alcaloide é a *Pilocarpus microphyllus* (MARQUES; COSTA, 1994), por isso chamada de “jaborandi verdadeiro”. No Brasil, ela ocorre de forma natural especialmente nos estados do Maranhão, Pará e Piauí. Esse é um fator importante, pois, atualmente, apesar de ser cultivada pela indústria farmacêutica, a pilocarpina é encontrada em concentrações três vezes maiores em condições naturais (JESUS et.al., 2023).

A importância dessa espécie, especialmente pela concentração de pilocarpina e sua eficácia no tratamento de glaucoma, tornou as folhas de jaborandi objeto da cobiça internacional³. Em 1987, por exemplo, o jornal paraense *O Liberal* anunciava que “98% do alcalóide líquido extraído do jaborandi estão sendo exportados para os Estados Unidos, União Soviética, Japão e países da Europa, principalmente para a Alemanha, onde fica a matriz do laboratório Merck [...]”⁴.

É dentro desse contexto de exploração por parte de grandes farmacêuticas multinacionais que vamos analisar um caso, de forma preliminar, que envolve a exploração humana e do meio

³ É importante salientar que a alta demanda pelas folhas do jaborandi levou a uma coleta predatória que resultou no desmatamento e drástica redução das áreas onde ela ocorre naturalmente, sendo incluída na “Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção”. Como veremos no decorrer do texto, isso não é necessariamente uma novidade, já que são décadas de exploração. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2020/P_mma_148_2022_altera_anexos_P_mma_44_3_444_445_2014_atualiza_especies_ameacadas_extincao.pdf. Acesso em 18 out. 2024.

⁴ Glaucoma. Jornal *O Liberal*, quinta-feira, 22 de outubro de 1987, Belém, Pará, s/p.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

ambiente, culminando em trabalho escravo contemporâneo. Ele ocorreu na Amazônia, mais precisamente no sul paraense, no município de São Félix do Xingu e envolveu justamente o supracitado laboratório alemão Merck. De acordo com Fabiano Costa, nas últimas décadas do século XX, todo o extrativismo de folhas de jaborandi, especialmente no norte do país, esteve relacionado à farmacêutica Merck (2012, p. 10).

Situada em Darmstadt, na Alemanha, a Merck foi responsável por investir milhões de dólares na aquisição de toneladas de jaborandi. Para dar conta de sua operação, a farmacêutica montou uma subsidiária chamada Vegetex Extratos Vegetais do Brasil Ltda., no município de “Parnaíba (PI), em 1973 [...] e que fazia a comercialização de sais de pilocarpina” (COSTA, 2012, p. 119). Assim, a empresa teria a função de colher, comprar as folhas de jaborandi para, então, transportá-las por quilômetros, por exemplo, de São Félix do Xingu, Pará, até o município piauiense supracitado, onde seriam processadas quimicamente para extração da pilocarpina (ARNT, 1994, p. 16).

Na década de 1980, os jornais paraenses como o *Diário do Pará*, *O Liberal*, *A Província do Pará* e o jornal *O Estado de S. Paulo*, publicaram denúncias de trabalho em condições subumanas envolvendo a coleta das folhas do jaborandi, a Merck e a Vegetex. Parte dessa documentação será mobilizada neste texto. Adicionalmente, utilizamos uma declaração feita por um trabalhador que fugiu do trabalho escravo, conforme se verá em momento oportuno. A partir dessas fontes, analisamos o lado sombrio da exploração do jaborandi, que envolve fugas, violências contra trabalhadores, bem como destruição ambiental.

Esse crescente interesse internacional pelo jaborandi e sua exploração não ficou restrito ao campo farmacêutico. Ele também trouxe à tona uma série de problemas sociais e ambientais na Amazônia, à medida que a demanda crescente por essa planta incentivou práticas predatórias e exploratórias na região. A relação entre a extração do jaborandi e a formação agrária do sul do Pará, em especial o município de São Félix do Xingu, com destaque para as condições de trabalho e os conflitos fundiários, será explorada ao longo deste artigo, revelando como a exploração econômica da planta também esteve profundamente conectada à exploração de trabalhadores e à devastação ambiental.

Para pensar São Félix do Xingu: a formação agrária do sul do Pará no século XX



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A história de São Félix do Xingu guarda estreita relação com o próprio processo de ocupação da região sul do Pará e a formação do seu espaço agrário, destacando-se vários aspectos, tais como a economia extrativista baseada no sistema de aviação, que remonta ao início do século XX quando as matas da região foram rapidamente ocupadas por migrantes oriundos de vários lugares do país, em especial do Nordeste, em busca da goma elástica. Tal processo, conforme veremos no decorrer deste tópico, resultou em conflitos com grupos indígenas (notadamente os Mebêngôkre-Kayapó), mas também na própria inserção deles na exploração extrativista.

A atual conformação socioterritorial de São Félix do Xingu, assim como de toda a Amazônia Oriental, é o resultado de dinâmicas que remontam às políticas de ocupação e desenvolvimento econômico pensados e implementados na região pelo Estado brasileiro a partir da década de 1960, sobretudo durante a ditadura militar (1964-1985). No caso do sul do Pará, dois fatores foram de suma importância para a promoção de um rearranjo nas dinâmicas sociais, econômicas e de uso da terra, quais sejam: a construção da rodovia Belém-Brasília (BR 010) e a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966 através da lei nº 5.173. A construção da rodovia foi fundamental para conectar a região ao restante do país, e aos poucos, os rios foram perdendo a centralidade e importância enquanto corredores econômicos. Por seu turno, a SUDAM, sua política creditícia e incentivos fiscais atuaram ativamente no sentido de promover a vinda de grandes empresas agropecuárias para a região. Diante deste novo cenário, Ianni destaca que “nada ficou à margem da modificação, nem a vida cotidiana do caboclo lá no meio do mato, nem os interesses econômicos ou políticos dos donos do lugar” (1978, p. 97).

Segundo Fábio Carlos da Silva, entre fins do século XIX e a década de 1960, a região sul do Pará teve uma “economia camponesa pastoril, permeada pelos dois ciclos extrativistas do caucho” (2007, p. 06). Durante esse período de exploração gomífera na região, tem-se, segundo o autor, a subordinação da lógica de produção pastoril campesina à economia extrativista mercantil. Na primeira década do século XX, o povoado de Conceição do Araguaia – originalmente uma missão religiosa fundada por missionários dominicanos franceses em 1897 – passou por um vertiginoso aumento demográfico graças à descoberta de caucho nas matas da região, e, em pouco tempo, foi aberta uma estrada que levava até as matas do Xingu para a exploração gomífera.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Os migrantes que chegavam à região logo se inseriam na cadeia produtiva da goma elástica e, mediante o sistema de aviamento, viam-se presos a um dono de barracão devido às suas impagáveis dívidas contraídas antes de adentrarem a mata. Nessa dinâmica do extrativismo da borracha, o seringueiro era, nas palavras de Ianni, “um singular prisioneiro do próprio trabalho” (1978, p. 50). Com a crise da borracha frente à concorrência com a produção oriental, o capital, as forças produtivas e sistema de aviamento foram direcionados para a exploração de outros produtos extrativistas, como, por exemplo a castanha-do-pará na região de Marabá (EMMI, 1987). O sistema de escravidão por dívidas implementado no extrativismo do caucho e da castanha se intensificou na região sob os auspícios da política de ocupação da Amazônia durante os governos militares (FIGUEIRA, 2024). A relação intrínseca “entre necessidade e promessa”, para citar uma expressão de Figueira (2024, p. 202), foi fundamental para que muitos trabalhadores, aliciados por “gatos”⁵, migrassem de suas terras (grande parte deles nordestinos) para trabalharem na “derrubada da floresta e a feitura ou limpeza dos pastos e das cercas” (FIGUEIRA, 2024, p. 208).

Ao refletir acerca da formação agropecuária da Amazônia durante a ditadura militar, Francisco Costa (2012) ressaltou a clara preferência do Estado “pelos ricos”. Desta feita, destaca o autor:

O momento amazônico da “fúria modernizadora” da ditadura, a política regional subordinada à modernização da agricultura nacional, conduzida pelo Estado de exceção resultante do golpe de 1964, apresenta uma característica principal: a centralidade na grande empresa, a quem é dada a preferência no processo de desenvolvimento agropecuário regional (COSTA, 2012, p. 54)

Conforme lembrou Moacir Palmeira, uma das dimensões da modernização da agricultura no Brasil, a partir da década de 1960 é a expropriação do campesinato (1989, p. 88). A consolidação da grande empresa agropecuária na região amazônica não se deu sem o alijamento das lógicas camponesas de produção já existentes na figura dos sitiantes e posseiros (IANNI, 1978). A pretexto da dinamização, modernização e integração da Amazônia às cadeias produtivas nacionais e globais, o Estado brasileiro conduziu sua postura na perspectiva assim descrita por Costa: “contenham-se as estruturas camponesas que conduzem o desenvolvimento extensivo da

⁵ O termo “gato”, mencionado aqui, será explicado em detalhe mais adiante no texto.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

agricultura e poder-se-á intensificar com maior rapidez a produção organizada em moldes capitalistas” (2012, p. 53).

Na década de 1970, a abertura do trecho sul da rodovia estadual PA-150, ligando as cidades de Marabá e Redenção, “permitiu o acesso à área com a maior concentração planetária de mogno (*Swietenia macrophylla*)” (MONTEIRO & SILVA, 2023, p. 28). No ano de 1976, começou a construção da rodovia PA-279, ligando a PA-150 a São Félix do Xingu. A sua construção foi bastante complicada, sobretudo devido aos conflitos em torno da demarcação da terra indígena dos Xikrin (SCHMINK & WOOD, 1992). A abundância de mogno na região somada à construção de uma malha rodoviária, que possibilitava o escoamento mais rápido da madeira, foi um fator preponderante para instalação de várias madeireiras na região do Entroncamento do Xingu (atual município de Xinguara) e mais tarde, com o adiantamento das obras da PA 279, na região de São Félix do Xingu.

Conforme lembram Schmink & Wood (2012), as tensões em torno da terra em São Félix do Xingu são anteriores à abertura das rodovias na região nas décadas de 1960 e 70. Desde o início do século XX, durante o período de exploração da borracha, os indígenas Gorotire (subgrupo Mebêngôkre-Kayapó) mantinham uma relação de hostilidade com os invasores do seu território. A guerra contra os *kubê* (não indígenas) se arrastou ao longo de quase todo o século XX, girando em torno de várias questões, tais como a exploração de ouro e madeira em território indígena. A abertura da PA-279 acabou por potencializar o fluxo cada vez maior de migrantes agricultores pobres, mas principalmente madeireiras e fazendeiros em busca de terras. Diante de tal situação, Schmink & Wood atestaram:

A despeito da aparente abundância, a terra disponível próxima à cidade de São Félix era bastante limitada para os pequenos agricultores. Embora vastas áreas permanecessem desocupadas, outros já tinham tomado posse da maior parte das terras do município antes de os migrantes chegarem. São Félix era um lugar onde o usual ciclo da fronteira tinha sido "fechado" pelas ações dos órgãos governamentais e pelas investidas das empresas de mineração, de grileiros e grandes fazendeiros para se apropriarem de imensas extensões de terra (2012, p. 390).

A rodovia trouxe mudanças significativas para a pequena cidade de São Félix do Xingu ao longo das décadas de 1970 e 1980, em especial a forte concentração fundiária, altos índices de desmatamento e os conflitos agrários. Ali, como em outros lugares do sul do Pará, “foram os ricos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

que se apropriaram da maior parte das terras que os migrantes procuravam” (SCHMINK & WOOD, 2012, p. 429). A estes, coube a luta pela terra, e muitas vezes pagar como preço de sangue para ter onde plantar. Com o passar dos anos, as fazendas de São Félix do Xingu serão o destino de muitos trabalhadores nordestinos, mas também de outras regiões do país, que aliciados por propostas tentadoras e quase sempre tangidos pela seca em suas regiões, cairão nas malhas da escravidão por dívida na região.

Violência e escravidão contemporânea – o caso Jaborandi de 1987

Em estudo recente sobre o trabalho escravo contemporâneo, pesquisadores analisaram os casos nessa região geográfica do Pará, isto é, o sul do estado. Fazendo um recorte temporal que vai de 1970 a 2010, foram analisados casos que atingiram “especialmente fazendas e, ocasionalmente, carvoarias instaladas em dezenas de municípios no sul e sudeste do Pará, em uma área que transita entre o Araguaia e o Xingu, de Santana do Araguaia a Marabá, São Félix do Xingu e Altamira” (2021, p. 17).

O trabalho escravo contemporâneo é uma alarmante realidade no Brasil, especialmente na Amazônia, e representa uma grave violação dos direitos humanos que atinge a dignidade das pessoas. Essa situação fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que garante, no artigo 23, que “todo ser humano tem o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.”⁶

Conforme assinala Figueira, a compreensão a respeito da “escravidão varia entre países, em um mesmo país e ao longo da história. Todas têm em comum a coisificação do outro, a desqualificação da pessoa, atingindo sua dignidade (2024, p. 200).” Nesse sentido, é disso que estamos tratando aqui, isto é, como seres humanos são coisificados no interior de um processo de exploração que é tanto da natureza quanto da vida humana, e como estão entrelaçadas no interior da Amazônia brasileira, eventualmente sob os olhos da justiça e do Estado brasileiro, mas, em outros momentos, condenados ao esquecimento.

Como já pudemos destacar, a intensificação do uso da mão de obra escrava contemporânea no interior da Amazônia não se inicia na segunda metade do século XX; entretanto, trata-se de um momento central, uma vez que ocorreu no contexto de uma “política

⁶ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 15 set. 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

de ‘ocupação’ da Amazônia em prol do ‘desenvolvimento’ e da ‘segurança nacional’. Os fluxos acirraram a escravidão ilegal na região e envolveram milhares de pessoas em circunstâncias de aliciamento, privação de liberdade e violência” (FIGUEIRA, 2024, p. 21). O caso que apresentaremos a seguir ocorreu no ano de 1987, no período pós-ditadura, já sob o governo de José Sarney. Vejamos, a seguir.

Tudo começa com o que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) denomina “Declaração de trabalho escravo”, um registro que contém o relato de um trabalhador ou trabalhadora sobre suas condições laborais em determinado local. Como explica Ana de Souza Pinto, agente pastoral da CPT, devemos entender esse documento como um “depoimento [...] no qual se buscavam os dados da localização da fazenda, os elementos centrais para caracterizar a escravidão, o endereço ou o contato dos denunciante (2021, p. 29).

O caso apresentado surge em um contexto no qual a CPT desenvolvia uma metodologia própria para registrar as declarações dos trabalhadores que buscavam apoio. O atendimento não era “aleatório”. Segundo relatos de Geuza, uma agente pastoral, não era incomum receber trabalhadores feridos: “um que chegou com o olho [...] todo inchado, roxo”, além de outros “que [chegavam] baleados”. Posteriormente, as denúncias eram ouvidas “sem anotar, para deixar a pessoa tranquila e identificar o tipo da denúncia [isto é, saber se era caso de trabalho escravo] (FIGUEIRA, PALMEIRA, PRADO, 2021, p. 29).

O registro feito pela CPT de um trabalhador que fugia das condições desumanas às quais estava submetido data de 10 de setembro de 1987. Tratava-se de C.A.A.O., solteiro, 21 anos de idade, nascido em Água Branca, Piauí. Sua declaração foi prestada em 16 de outubro de 1987, no mesmo dia em que também denunciou a situação à imprensa de Belém, especificamente ao jornal *O Liberal*, segundo informações do jornalista Lucio Flávio Pinto em seu blog.⁷ No dia seguinte (17 de outubro), o jornal *O Estado de S. Paulo* também dedicou um espaço, embora pequeno, para abordar a denúncia. Sob o título “Trabalho escravo”, o jornal informava – provavelmente a

⁷ Trabalho escravo em S. Félix. Amazônia Hoje. A Nova Colônia Mundial – por Lúcio Flávio Pinto. Disponível em: <https://amazoniahj.wordpress.com/2017/05/25/trabalho-escravo-em-s-felix/>. Acesso em 15 out. 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

partir das informações dadas por C.A.A.O. – “a existência de trabalho escravo numa plantação de jaborandi [...] em área que pertence à empresa Vegetex.”⁸

Seu relato deve ser lido em partes para que possamos compreender perfeitamente o papel de cada sujeito naquele processo, que começava com o aliciamento de trabalhadores e culminava em condições degradantes de trabalho. As primeiras palavras do trabalhador foram as seguintes:

No dia 10 de setembro de 1987 fui contratado pelo gato de nome MAURO [no Piauí], para trabalhar numa localidade perto de São Félix do Xingu (PA). Comigo foram contratados outros 31 companheiros. O trabalho consistia em apanhar folhas de Jaborandi e nos foi prometido que iríamos ganhar 300 cruzados por dia.⁹

A julgar pelas primeiras informações, depreendem-se alguns pontos que precisam ser explicados, especialmente a figura do “gato”, que, segundo o trabalhador, foi quem o contratou no Piauí. Essa personagem “conjugava com eficiência a sedução e a violência [e] agia só ou em grupo”. No primeiro caso, “transportava [...] controlava a qualidade do que era realizado, cuidava da alimentação.” Para o segundo, quando se tratava de coordenar um número maior de trabalhadores, “contava com *subgatos*, jagunços, motoristas, donos de pensões, policiais, cantineiros (FIGUEIRA, PALMEIRA, PRADO, 2021, p. 20, grifos do original).

Outro aspecto que chama atenção é a quantia prometida, que, segundo o trabalhador, equivaleria a Cz\$ 300,00 por dia. Se essa atividade durasse pelo menos um mês, os trabalhadores ganhariam algo em torno de Cz\$ 9.000,00. Para dimensionarmos melhor essa soma, vamos compará-la ao valor do salário-mínimo entre setembro e dezembro de 1987. Para o primeiro mês, correspondia a Cz\$ 2.400,00 e, para o último, Cz\$ 3.600,00.¹⁰ É evidente que, embora os montantes prometidos sejam altos o suficiente para desconfiarmos das promessas feitas pelo “gato”, não podemos desconsiderar que a inflação do ano de 1987 foi de 415,8%.

De qualquer maneira, uma mudança inesperada ocorreu e afetou os trabalhadores, segundo as declarações feitas por C.A.A.O., que, mais adiante, serão somadas a outras

⁸ Jornal **O Estado de S. Paulo**, sábado, 17 de outubro de 1987, São Paulo, SP, p. 14.

⁹ Comissão Pastoral da Terra. **Declaração de trabalho escravo**. Xinguara, Pará, 1987, p. 01 (palavra em caixa-alta do original).

¹⁰ Decretos: nº 94.815, de 01/09/1987 e nº 95.307, de 01/12/1987.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

informações. Em suas palavras, eles chegaram a São Félix do Xingu no dia “12 de setembro de 1987”, quando o “gato”, lembrado pelo nome Mauro, tomou a seguinte ação:

[Ele] nos entregou nas mãos de VALDIANO e em seguida *desapareceu*. Em seguida uma pessoa me disse que o Mauro ganha uma certa importância por cada trabalhador que consegue. O dia 13 de setembro o VALDIANO nos levou na beira do rio e nos entregou nas mãos do Salomão. Recebemos duas latas de sardinha cada um. Descemos por cerca de 150km o rio Xingu, viajamos por dois dias. Chegamos no local do barracão da empresa fomos levados de caminhão por 35 km; em seguida caminhamos por 65 km a pé dentro do mato.¹¹

A esse respeito, trata-se de uma prática aterradora, muito embora bastante comum: a figura do “gato”, primeiro negociador, que busca os trabalhadores e os “vende” para um terceiro, desaparecendo em seguida. Conforme informam autores que pesquisaram o tema, os “*gatos* vendiam entre si homens, compravam outros de aliciadores ou de donos de pensões [...]” (FIGUEIRA, PALMEIRA, PRADO, 2021, p. 70, grifo do original). Isso nos mostra o quanto essa prática era comum no cenário de exploração do meio ambiente em rincões do país, a partir do uso de mão de obra escrava.

Todo esse cenário de horror era favorecido, especialmente porque tratava-se de uma região de difícil acesso, distante dos centros urbanos, e, portanto, “pela ausência do Estado que exigisse cumprimento das normas trabalhistas e o respeito aos direitos humanos” (FIGUEIRA, PALMEIRA, PRADO, 2021, p. 53). Quanto mais explorarmos as terras dessa região, mais nos deparamos com o trabalho escravo contemporâneo. A título de exemplo, em 1979, oito anos antes da história envolvendo a exploração do jaborandi em São Félix do Xingu, o professor e

¹¹ Comissão Pastoral da Terra. **Declaração de trabalho escravo**. Xinguara, Pará, 1987, p. 01 (Os grifos são nossos. Palavra em caixa-alta do original).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

pesquisador José de Souza Martins já denunciava, no jornal *Resistência*,¹² a violência contra a dignidade humana na região do Xingu.¹³

De todo modo, continuando seu relato, C.A.A.O. informou que chegaram ao alojamento no dia 17 de setembro de 1987, iniciando as atividades no dia seguinte, uma sexta-feira (18). Em seguida, ele forneceu alguns detalhes preciosos para a compreensão da situação em que ele e seus companheiros estavam envolvidos. Trata-se de um longo fragmento, mas pedimos licença ao leitor, dada a importância das informações:

O lugar de trabalho era a cerca de 10km do barracão subindo e descendo morros. O SALOMÃO nos disse que íamos ganhar 5 Cz\$ por cada quilo de folhas colhida [...] Num dia se conseguia colher entre 08 e 15 quilos.

Durante o trabalho éramos vigiados constantemente por duas pessoas armadas de espingarda e revólver. Dez dias depois, sem ainda ter recebido nada, os menores L. e A.C. decidiram fugir e os dois fiscais correram atrás deles armados dizendo que [se] eles não voltassem os matariam [...] Só dois dias depois os encontramos na beira do rio Xingu. Os pistoleiros queriam nos obrigar a voltar atrás para continuar o trabalho mas nós éramos 18 e decidimos voltar para casa. O Salomão nos acompanhou até a margem do rio, deu ordem que não nos dessem comida e desapareceu. Nós ficamos quatro dias na margem do rio até conseguir carona para subir até a cidade.

Fomos até a delegacia de polícia e o delegado nos disse que ele não podia fazer nada e que procurássemos o juiz. Este não estava na cidade e nós fomos procurar VALDIANO,

¹² A reportagem, intitulada “Escravidão no Xingu”, descreve como os “gatos” atuavam em conjunto com a polícia em várias cidades ao norte de Mato Grosso para capturar trabalhadores. Esses trabalhadores eram detidos pela polícia em bares, prostíbulos e outros estabelecimentos. Após a prisão, os “gatos” pagavam a fiança e os levavam para fazendas, onde eram forçados a trabalhar sob condições precárias. Além disso, já chegavam às fazendas endividados, tanto pelos custos de sua soltura quanto pelas compras feitas nos “barracões”, que vendiam produtos a preços exorbitantes. Isso criava um ciclo de exploração praticamente sem fim, do qual os trabalhadores não conseguiam escapar. Jornal **Resistência**, ano 3, nº 10, julho de 1979, Belém (PA), p. 06.

¹³ José de Souza Martins, ao comentar a reportagem, referia-se principalmente à região ao redor do Parque Indígena do Xingu, localizada no norte de Mato Grosso que, embora, esteja inteiramente em Mato Grosso, a bacia do Rio Xingu se estende até o estado do Pará, ligando essas regiões geograficamente.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

representante da firma Vegetex em São Félix do Xingu. Este disse que não nos daria nada, e que iríamos morrer de fome esperando comida ou dinheiro para voltar para casa.

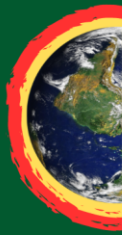
Nos separamos em dois grupos: um de sete e outro de onze e cada grupo voltou por sua conta, sem dinheiro e sem nada para comer. Viajamos aproveitando a carona oferecida por motoristas.¹⁴

O que pretendemos destacar no caso em questão reside em três aspectos: primeiro, a vigilância armada e a coerção eram práticas comuns entre as décadas de 1980 e 1990. Em segundo lugar, o descaso dos agentes públicos, como as delegacias de polícia, que não ofereciam suporte adequado aos trabalhadores em situação de escravidão. Por fim, o abandono que os trabalhadores enfrentavam por parte de seus “empregadores” quando optavam por ir embora, deixando-os à própria sorte em um ciclo contínuo de exploração.

A presença de peões armados era uma prática comum entre as décadas de 1980 e 1990. A esse respeito, Figueira informa que a submissão de “trabalhadores à escravidão era lucrativa por vários motivos. Além de não precisar arcar com as obrigações trabalhistas e previdenciárias, não havia repressão nem controle da sociedade civil”. Nesse sentido, o autor afirma que havia “a coerção da mão de obra, favorecida pelas distâncias e pelo isolamento, pela escassez de estradas e de transportes e pela presença de homens armados e ameaças” (FIGUEIRA, 2024, p. 210). Segundo Ana de Souza Pinto, já mencionada como agente pastoral da CPT, esse período (década de 1980) pode ser considerado o auge dos “casos clássicos de trabalho escravo, muito comuns nos anos 1980 e 1990, com a presença de vigilância armada, castigos cruéis e até mortes” (FIGUEIRA, PALMEIRA, PRADO, 2021, p. 46).

Quando C.A.A.O. menciona que buscaram a polícia, tudo que puderam observar foi um certo descaso ou despreparo por parte dos agentes públicos (o delegado, precisamente). Levando em consideração as informações fornecidas pela bibliografia especializada, essa era a tônica das situações de trabalho escravo contemporâneo. Vejamos, a seguir, um fragmento que nos ajuda a compreender melhor que não se tratava de uma exceção, mas sim de uma regra em termos de comportamento:

¹⁴ Comissão Pastoral da Terra. **Declaração de trabalho escravo**. Xinguara, Pará, 1987, p. 01-02 (Palavras em caixa-alta do original).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

[...] Os auditores fiscais das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), por exemplo, nos anos 1980 e meados dos anos 1990, no Pará, mesmo ao assinalarem minuciosamente o que haviam encontrado nas fazendas – homens armados intimidando trabalhadores, espancamentos e assassinatos de pessoas, o sistema de endividamento no trabalho, situações degradantes de moradia e alimentação – muitas vezes concluíam não terem encontrado indícios de escravidão. Naturalizavam as violações dos direitos contra a pessoa ao registrarem que tais eram modalidades comuns do trabalho e das condições de vida dos assalariados da região (FIGUEIRA, PALMEIRA, PRADO, 2021 p. 51).

Embora o fragmento acima trate especificamente das Delegacias Regionais do Trabalho, outra situação nos mostra a terrível condição contra a qual trabalhadores naquela condição precisavam lidar. Trata-se do caso de um trabalhador que fugiu da fazenda Acapu, localizada em Redenção, Pará. Seu nome era Olimpo Calixto de Souza, e ele foi assassinado em 19 de março de 1986. Segundo informações levantadas por Figueira, Prado e Palmeira, eram raras as vezes em que “havia inquéritos policiais”. Eventualmente, prosseguem os pesquisadores, “a própria polícia do estado se envolvia, favorecendo empregadores.” Foi exatamente o que ocorreu no caso da fazenda Acapu, pois, quanto quando tentou fugir “do trabalho escravo, a polícia recolheu e sepultou [seu] corpo. Apesar de ter os documentos do morto, a polícia fez constar, no registro do óbito, a palavra ‘Desconhecido’” (2024, p. 52).

O terceiro aspecto a ser apontado a partir do relato de C.A.A.O. reside no fato de que, não sendo bem-sucedidos em sua busca por ajuda na delegacia ou na justiça como um todo, o grupo de trabalhadores procurou o representante da empresa Vegetex, conforme informou o trabalhador. Ao entrarem em contato com ele, não houve nenhum acordo e, ao fim e ao cabo, ficaram completamente desamparados, sem dinheiro e sem um lugar para ficar.

Em boa medida, esse comportamento por parte dos “empregadores” poderia ser vantajoso para eles dentro daquele processo, já que, em grande parte, os trabalhadores contratados vinham de regiões distantes, principalmente do Nordeste brasileiro. Embora tratando de outro assunto, Lisbôa, Sena e Silva, ao analisarem a figura do maranhense como migrante que rumou para o sul e sudeste do Pará (sem excluir outros nordestinos), atestam que havia, na região em questão, o “rebaixamento da maioria da população migrante como mão de obra disponível e barata, podendo, inclusive, ser submetida a regime de trabalho escravo” (2023, p. 148).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Logo, a dificuldade em voltar para seus lugares de origem os obrigava, muitas vezes, a permanecer naquelas condições precárias de trabalho escravo. Vale lembrar que as condições de fiscalização ainda eram muito deficientes naquele contexto. De todo modo, esse tipo de violência (não apenas física, mas também psicológica), tinha “o objetivo de garantir o sucesso econômico [...] mesmo se com isso desqualificassem e tratassem gente como coisa, atingisse o seu corpo, a sua alma e a sua dignidade [...]” (FIGUEIRA, PALMEIRA, PRADO, p. 15).

No entanto, as vítimas de uma violência como a do trabalho escravo contemporâneo podem ser compreendidas de duas formas. A primeira refere-se ao seu caráter de quem sofre a violência, “submetido à ação do outro”. Contudo, no caso em questão, as vítimas, “apesar das relações assimétricas construídas socialmente [...] resistiram [...] às imposições através de ações como a fuga, as denúncias ao Estado ou às organizações sindicais ou de direitos humanos, ligadas principalmente à Igreja Católica (FIGUEIRA, PALMEIRA, PRADO, p. 18).

Como pode uma empresa moderna e estrangeira estar ligada ao trabalho escravo contemporâneo? Conforme informam Schwarz e Thomé, “nos anos 1970/80, na Amazônia, eram justamente as empresas modernas as mais envolvidas nas denúncias de escravismo, fato que demonstra que, na região, havia uma nefasta cumplicidade entre o arcaico-residual e o moderno” (2017, p. 10).

Embora seja um tópico para futuro trabalho, vale a pena utilizarmos como exemplo a situação apresentada em uma matéria do jornal *O Mensageiro*, de 1989, quando cobria o evento chamado “Assembleia Tupy”, um encontro anual de povos da região leste do Pará. Naquela edição, havia um tópico em caixa alta sob o título “NÃO ÀS EMPRESAS”. Em seu texto, as comunidades indígenas informavam os desafios com os quais precisavam lidar e, entre outros temas, diziam:

[...] os Guajajara falaram de extração da folha de Jaborandi na reserva Arariboia e da extração de madeira [...] Todo esse dinheiro recebido da empresa Vegetex e Fitobraz não trouxe benefício para as comunidades. Só trouxe miséria e fome para o nosso povo. Quem ganhou foi só a empresa que começou do nada e hoje estão ricos e a comunidade pobre e sem o Jaborandi, tentando fazer novas vendas de madeiras para destruir as matas e o índio sem nada [...]¹⁵

¹⁵ Jornal *O Mensageiro*. Novembro/Dezembro de 1989, ed. 60, p. 04.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O fragmento acima serve para ilustrar a entrada de empresas no interior da Amazônia, ora usando mão de obra escrava de pessoas vindas de outros estados do país, ora fazendo uso de mão de obra indígena, no caso em tela, do povo Guajajara. Depreende-se da citação seu caráter de denúncia, indicando que os únicos beneficiados dentro daquele processo haviam sido as empresas. É importante assinalar que, já naquela época, isto é, na virada dos anos 1980 e início dos anos 1990, o jaborandi era uma planta ameaçada, como informa uma reportagem do *Diário do Pará*, de 13 de março de 1990. Intitulada “Meta do Ibama: criação de modelo de exploração racional da floresta”, informava que, entre as plantas mais ameaçadas, estava “o Jaborandi [...] muito explorado pelo laboratório Merck”.¹⁶ Como vimos, a Vegetex era uma filial da Merck e, mesmo depois dos escândalos envolvendo trabalho escravo, continuava a explorar a planta.

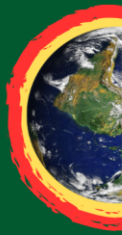
De todo modo, feito esse parêntese, o fato é que C.A.A.O. não esteve sozinho no caso em tela. Como o trabalhador menciona em seu relato, outros companheiros também fugiram daquela empreitada. Se cotejarmos as informações de que dispomos e as somarmos às fornecidas pelo trabalhador mencionado, chegaremos ao triste destino de dois jovens rapazes.

As informações que demonstraremos a seguir são de algumas reportagens da época que trouxeram o caso à tona. A primeira delas remonta a 20 de dezembro de 1987 e trata-se de uma reportagem intitulada “Menor denuncia escravidão em S. Félix do Xingu”, publicada pelo jornal belenense, *Diário do Pará*. Aquela reportagem contava a história do menor F. R. S. M., 13 anos de idade, que, assim como C.A.A.O., também nasceu em Água Branca, Piauí. Segundo informações do texto, o menino denunciava uma fazenda onde existiam 32 pessoas, dentre as quais havia crianças e jovens trabalhando em regime de escravidão. Vejamos a seguir:

F., que juntamente com mais sete crianças foi recrutado no Piauí por um senhor chamado Mário, que recebeu no ato da entrega Cr\$ 1.000,00 por cada criança. Chegou à fazenda mencionada no dia 10 de setembro passado [1987], para trabalhar catando folhas de uma planta chamada jaburandi [sic].

Essas 32 pessoas trabalhavam em média onde horas por dia, com alimentação precária, sob ameaça de espingardas e facões, sem luvas ou qualquer outra medida de proteção [...]

¹⁶ *Diário do Pará*, terça-feira, 13 de março de 1990, p. A-11. Os grifos são nossos.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Dentre às poucas notícias que sabiam, segundo F., está o nome de uma suposta empresa, a Vegetex, e de um nome, Valdian, que, conforme ainda o menor, é o responsável por toda a operação.¹⁷

Das informações anteriores, é importante ressaltar, mais uma vez, o caráter de coisificação do ser humano, tal como se dá em uma relação de escravidão. Assim como já pudemos mencionar a partir dos relatos de C.A.A.O., a reportagem do jornal evidencia o caráter de mercadoria que era atribuído aos trabalhadores. No original, há, inclusive, uma fotografia do jovem trabalhador e, abaixo dela, em tom de denúncia, a legenda: “F., doente, foi comprado por mil cruzados”.

As demais informações, embora apresentem ligeiras diferenças nos nomes do “gato” – aqui chamado de Mário e, na declaração de C.A.A.O, de Mauro –, e Valdian, lá, referido como Valdiano, indicam que se tratava do mesmo processo, isto é, o mesmo grupo de trabalhadores que veio do Piauí rumo a São Félix do Xingu. Dando seguimento às informações, a reportagem informa que, “não suportando mais a exploração, fugiram [...] em um caminhão, que sofreu um acidente e obrigou ao internamento de várias delas, entre as quais F., internado no Hospital Guadalupe”. Assim, com um grave problema na medula, “que lhe paralisava as pernas, F. foi operado e passa bem e espera das autoridades medidas para acabar com esta exploração [...]”.¹⁸

Nota-se que aqui há uma diferença nos relatos, posto que C.A.A.O. não menciona o acidente. De toda maneira, lamentavelmente, F. R. S. M., morreu em 15 de dezembro de 1987, segundo informações do jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição do dia 17 de dezembro daquele ano. Vejamos, os aspectos principais ali mencionados:

A Morte de F. R. S. M., ocorrida anteontem em Belém depois de ter ficado internado cerca de dois meses, reativou as denúncias sobre a existência de trabalho escravo no município paraense de São Félix do Xingu. Contratado para *trabalhar em Marabá*, F., e um grupo de jovens acabaram sendo levados para São Félix e submetidos a condições subumanas de serviço. Segundo [a] irmã do rapaz, quando ele e outros companheiros tentavam fugir do local, o caminhão em que viajavam sofreu um acidente. Um dos jovens morreu na hora e F., no hospital.

¹⁷ *Diário do Pará*, terça-feira, 20 de outubro de 1987, p. A-11.

¹⁸ *Diário do Pará*, terça-feira, 20 de outubro de 1987, Belém, Pará, p. A-11.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

F. fazia parte de um grupo de 32 jovens do [...] Piauí, contratados em setembro para trabalhar em Marabá ganhando aproximadamente 7 mil [cruzados por semana] foram levados para fazer a colheita de um arbusto conhecido como jaborandi, usado para tratamento oftalmológico e comercializado pelo laboratório Merck. [Assim] tentaram fugir pedindo carona a um motorista de caminhão. Segundo a irmã de F., no acidente ocorrido na estrada ele sofreu fratura na coluna.¹⁹

Outros jornais chegaram a noticiar o caso, como *A Província do Pará* e *O Liberal*. Algumas informações importantes são fornecidas no segundo deles, especialmente porque aqui algumas informações voltam a se relacionar, mostrando que efetivamente se tratava do mesmo caso. O título da reportagem era “Adolescente foge do trabalho escravo e morre no acidente”. Embora, tecnicamente, sua morte tenha decorrido do acidente, há informações preciosas no texto. Por exemplo, relata-se que F.R.S.M. era “filho de lavradores”, vindo do mesmo município mencionado em todas as outras fontes, isto é, Água Branca, Piauí. Adicionalmente, acrescentam que sua família era composta por “10 irmãos [sendo a mais velha, uma irmã de 24 anos] e o mais novo de apenas 9 anos”. O jovem lavrador, lamentavelmente, decidiu largar os estudos “diante da proposta de trabalho no município de Marabá [PA], onde ganharia 7 mil cruzados semanais.”²⁰

Um dado interessante vem a seguir, pois, conforme informava a irmã de F.R.S.M., “ao invés de serem conduzidos para Marabá, conforme acertado, os jovens foram levados para São Félix do Xingu, onde cada um dos quais teria sido vendido. Da sede [de São Félix] os jovens foram então transportados para uma área [...] distante 25[km].” Por fim, há informações adicionais às que já apresentamos, a partir da declaração de C.A.A.O. que as confirmam. Na mesma matéria, informa-se que

[...] às margens do rio Xingu [...] experimentaram os piores momentos

Desesperados, 18 dos 32 jovens recrutados em Água Branca, dentre os quais F., decidiram fugir do local, o que fizeram no início de outubro passado, embrenhando-se na mata, na tentativa de alcançar a sede do município de São Félix do Xingu. F., juntamente com alguns dos companheiros de fuga, conseguiu carona de um caminhão, o qual, porém, colidiu com outro [...] cuspidos os jovens, que viajavam na carroceria. No acidente, um dos jovens teve morte instantânea [...]

¹⁹ **O Estado de S. Paulo**, 17 de dezembro de 1987, São Paulo, SP, p.

²⁰ **O Liberal**, 16 de dezembro de 1987, Belém, Pará, s/p.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Com a coluna fraturada, ao chegar ao [Hospital] Guadalupe [em Belém], F. tinha o seu estado agravado por um processo de desnutrição, somado a problemas pulmonares, conforme um dos médicos que o assistiram [...] Foi submetido a três cirurgias, porém não conseguiu superar suas debilidades [...] agravadas pelas condições de trabalho em que foi mantido [...] Domingo passado, 13 [de dezembro], F. foi transferido para a [UTI], falecendo às 7h30min de ontem [15 de dezembro].²¹

Embora haja algumas divergências entre os nomes, tratava-se, certamente, do mesmo grupo de trabalhadores. Embora C.A.A.O. não mencione o acidente, o número de pessoas que fugiu é o mesmo, assim como a situação de precariedade em que todos estavam submetidos. Por passarem por uma experiência traumática e pela forma como a violência (física e psicológica) os atingiu, isso causou confusão nos dois jovens que denunciaram. Essa “desordem” nos pensamentos e na memória é comum em situações dessa natureza, isto é, em pessoas afetadas por “Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)”, que “consiste na falha em integrar uma experiência perturbadora dentro de uma memória autobiográfica [ou uma narrativa coesa, complementamos]” (BURBRIDGE, VAN DER HART, VAN DER KOLK, p. 02).

Destacam-se, por fim, o aliciamento inicial ao qual todos foram submetidos, uma vez que as expectativas de bom ganho financeiro os fizeram acreditar piamente que poderiam enviar parte dos ganhos às suas famílias, nutrindo esperanças de melhoramento de vida. Triste realidade, contudo, a que encontraram. Como vimos, C.A.A.O. relatou ter 21 anos na época e, pelo que consta nas reportagens, F. R.S.M. tinha 13 anos de idade. Embora seja espantoso o quão jovens eram, não se tratava de uma exceção. A partir de um conjunto de 50 depoimentos de 89 vítimas diretas do trabalho escravo no sul do Pará, no período de 1985 a 1994, Figueira, Prado e Palmeira indicam que 79,2% dos trabalhadores tinham idade entre 16 e 30 anos (2021, p. 121). Trata-se de um pequeno recorte da realidade, mas que nos ajuda a dimensionar melhor o perfil dos trabalhadores levados para a região.

Considerações Finais

Quando os autores de “A escravidão na Amazônia: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos” – obra tantas vezes citada neste trabalho – afirmam em suas páginas iniciais

²¹ **O Liberal**, 16 de dezembro de 1987, Belém, Pará, s/p.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

que, por “trás das violências e explorações houve histórias”, chamam a atenção para o fato de que muitas dessas histórias não apareceriam em sua obra, dada a amplitude da violência e das pessoas envolvidas nesse processo, sobretudo as situações que “foram dramaticamente vividas [...] de forma mais intensa até 1995, quando finalmente começou a haver uma fiscalização mais séria e competente de enfrentamento ao crime”. O motivo? Pelo simples fato de que “não haveria espaço físico que as contivesse e, a razão principal, porque a maior parte sequer foi anotada, datilografada ou digitada, gravada ou filmada” (FIGUEIRA, PALMEIRA, PRADO, 2021, p. 15).

É justamente disso que se trata: seria impossível, em tão poucas páginas, darmos conta de escrever sobre a exploração do jaborandi, capítulo de uma longa história de devastação ambiental na Amazônia, e tampouco seria possível contar, com os devidos detalhes, a história dos jovens trabalhadores que saíram do Piauí em busca de melhores condições de vida, mas que retornaram arruinados, marcados pela violência à qual foram submetidos, como ocorreu com C.A.O.O.; ou, em um destino pior, tiveram suas vidas ceifadas, como foi o caso de F.R.S.M e seu companheiro de fuga. Nesse sentido, sobre a conexão entre a exploração do jaborandi e o trabalho escravo contemporâneo, ainda há muito mais a ser contado.

Referências

- ARDNT, Ricardo. Perspectivas de futuro: biotecnologia e direitos indígenas.. **Anais do 1º. Encontro Internacional do Trabalho: diversidade ecossocial e estratégias de cooperação entre ONGS na Amazônia**: Belém, 1994.
- BURBRIDGE, Jennifer, VAN DER HART, Onno, VAN DER KOLK, Bessel. Approaches to the treatment of PTSD. In: WILLIAMS, Mary; SOOMER JR, John F. **Simple and Complex Post-Traumatic Stress Disorder**, Routledge, 2002.
- CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. Jaborandi: Ensaio acerca da botânica e matéria médica brasileira. **Revista Médica**. Rio de Janeiro, Edição 013, 1875, p. 205-206.
- COSTA, Fabiano Gumier. **Os folheiros do jaborandi: organização, parcerias e seu lugar no extrativismo amazônico**. 197f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.
- COSTA, Francisco A. **A Formação Agropecuária na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA-UFPA, 2012
- COUTINHO. S. - *Note sur un nouveau médicament diaphorétique et sialagogue*: le Jaborandi du Brésil. *Journal Therapeutique*, n.5, mar., 1874.
- EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987
- FIGUEIRA, Ricardo R. O caucho e a pecuária: A escravidão na Amazônia. **Metaxy**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5.1, p. 198-215, 2024.
- FIGUEIRA, Ricardo R; PALMEIRA, Rafael; PRADO Adonia. **A escravidão na Amazônia**. Quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos. Rio de Janeiro: Maud X, 2021.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

- GESTEIRA, Heloisa Meireles. O trânsito de plantas: circulação de saberes e práticas médicas na América Meridional durante a Época Moderna. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, jan.-mar. 2022;
- HOLMSTEDT, B., WASSÉN, S. H., & SCHULTES, R. E. Jaborandi: An interdisciplinary appraisal. **Journal of Ethnopharmacology**, 1(1), 3–21, 1979.
- HOMMA, Alfredo; MENEZES, Antônio. O efeito da domesticação na desagregação da economia extrativa: o caso do jaborandi no município de Parauapebas, Estado do Pará. In: **Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural. Dinâmicas setoriais e desenvolvimento regional**: artigos completos. Cuiabá: SOBER: UFMT, 2004.
- IANNI, Otávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978
- JESUS, P. M. M., CALDEIRA, C. F., GASTAUER, M., RIBEIRO, P. G., & RAMOS, S. J. Prediction of pilocarpine production from soil attributes and the nutritional status of *Pilocarpus microphyllus*. **Journal of Plant Nutrition**, 46(10), 2393-2406, 2023.
- MARQUES, Milton E. T.; COSTA, José Paulo C. da. Jaborandi (*Pilocarpus microphyllus*). Embrapa, CPATU. **Básicas**, set. 1994.
- MONTEIRO, Maurílio A.; SILVA, Regiane P. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Amazônia: a região de Carajás**. Belém: NAEA Editora, 2023.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. Artigos Assinados. **Estudos Avançados**. São Paulo, 3 (7). Dez 1989
- PISO, Wilhelm; MARGGRAF, Georg Laet, **Historia naturalis Brasiliae...** Lugdun. Batavorum; Amstelodami: Franciscum Hackium ; Lud. Elzevirium ; Lud. Elzevirium, 1648. 2 v. em 1.
- SÁ, Ivone Manzali; ELISABETSKY, Elaine. Medical Knowledge exchanges between Brazil and Portugal: an ethnopharmacological perspective. **Journal of Ethnopharmacology**, n. 142, p. 762–768, 2012.
- SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. São Paulo: Editora Nacional, Brasília, 1987.
- SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. **“Melhores mestres...”: saberes indígenas e ciência colonial no vale amazônico (século XVIII)**. 251 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EdUFPA, 2012
- SILVA, Fábio Carlos da. A economia pastoril e os primórdios do capitalismo na região do Araguaia paraense (1890-1960). **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 10, n. 1, p. 5-22, jun. 2007.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Cinema Japonês Ambientalista: o Ambientalismo Representado em Studio Ghibli

Gabriel Lacerda de Souza

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH-UEPG) e bolsista CAPES

240402501005@uepg.br

Resumo

O trabalho aqui proposto tem como intenção analisar as obras do estúdio japonês de animação, *Studio Ghibli*, através de uma noção ambientalista da História. Relacionando o discurso presente nos filmes, considerado dotado de um posicionamento ambientalista, além de antiguerra e pacifista, juntamente com os conceitos propostos pelo autor sino-americano Yi-Fu Tuan, da Geografia Humanista, e o conceito da chamada Teoria Verde, proposta por intelectuais das Ciências Sociais e Relações Internacionais. Considerando que interdisciplinaridade é a chave para a construção dessa pesquisa, intercalando e somando as lentes das já citadas áreas das Ciências Humanas, para produzir o conhecimento que se almeja aqui. Para realizar o que se objetiva, as obras consideradas como fonte são: *Nausicaä do Vale do Vento* (1984) e *Princesa Mononoke* (1997). Com estrutura metodológica consistindo na análise fílmica das fontes, examinando seus discursos diretos, em falas de personagens, e indiretos, através de escolhas criativas por parte da direção. Sempre relacionando o que for extraído dos filmes com os conceitos dos autores considerados, além das posições pessoais do diretor por meio de entrevistas e depoimentos, assim construindo a análise do discurso que se busca.

Palavras-chave: Ambientalismo. Studio Ghibli. Cinema.

Abstract

The proposed work aims to analyze the works of the Japanese animation studio, *Studio Ghibli*, through an environmentalist perspective of History. It seeks to relate the discourse present in the films, characterized by an environmentalist stance, as well as anti-war and pacifist positions, with the concepts proposed by Chinese-American author Yi-Fu Tuan, from Humanistic Geography, and the concept of the so-called Green Theory, developed by scholars in Social Sciences and International Relations. Considering that interdisciplinarity is key to building this research, the approach interweaves and combines perspectives from the aforementioned fields within the Humanities to produce the intended knowledge. To achieve its objectives, the Works considered as sources are *Nausicaä of the Valley of the Wind* (1984) and *Princess Mononoke* (1997). The methodological framework consists of a filmic analysis of these sources, examining their direct discourse, through character dialogues, and indirect discourse, via creative choices made by the direction. The analysis seeks to continuously relate the extracted elements from the films to the concepts of



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

the considered authors, as well as the personal views of the director through interviews and statements, thus constructing the desired discourse analysis.

Keywords: Environmentalism. Studio Ghibli. Cinema.

Introdução

Este projeto se dá na sequência de uma pesquisa iniciada em 2021, com a realização de uma Iniciação Científica, desenvolvida ao longo de um ano de duração, intitulada “Pós-guerra e Memória: O posicionamento antiguerra dos filmes de Hayao Miyazaki e Isao Takahata no Studio Ghibli” orientado pelo Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat. Onde buscou-se analisar como o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki impactaram a cultura e memória japonesa no pós-guerra. Tendo como foco o que se mostrava presente o discurso antiguerra e pacifista na obra de Miyazaki Hayao e Takahata Isao, produzida no Studio Ghibli na década de 1980, com a formação da imagem discursiva que o estúdio viria a apresentar a partir de então na filmografia de ambos os diretores.

Tal Iniciação Científica que posteriormente, em 2023, evoluiu para uma monografia realizada como Trabalho de Conclusão de Curso, sob mesma orientação e intitulada “Pós-Guerra e Sensibilidades no Studio Ghibli: O discurso antiguerra nas obras de Hayao Miyazaki e Isao Takahata”. Onde se fez uso da História das Sensibilidades aliado àquilo produzido na Iniciação Científica, além de maior aprofundamento nas análises mediante o tempo disponível, buscando compreender como as experiências de vida de Miyazaki e Takahata, seus sentimentos e emoções haviam influenciado ambas as carreiras e sua forma de fazer arte e expressar isso em suas obras. Levando em consideração que cresceram no Japão imediato da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra, algo que os moldou como sujeitos históricos e evidentemente seus discursos antiguerra e pacifistas nos filmes realizados.

Portanto, é neste cenário que se propõe aqui este trabalho em questão, objetivando analisar e demonstrar aquilo que anda lado a lado com o discurso antiguerra e pacifista do Studio Ghibli, que é o ambientalismo. Visto que o enfoque anterior nas pesquisas era outro, não houve espaço para desenvolver o exame de tal perspectiva ambientalista presente nas obras de Miyazaki Hayao,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

por mais evidente que fosse sua presença, em grande parte por conta da limitação de tempo e claro pela proposta inicial dos trabalhos anteriormente desenvolvidos, isso não foi possível.

Acerca da justificativa para tal pesquisa, faço uso de Ana Fonseca e Pedro da Silva, naquilo que defendem sobre os filmes de Miyazaki, de forma direta, quando falam sobre as obras em sua percepção:

[...] as produções aqui consideradas são visionárias: anteciparam a discussão sobre a relação entre ser humano e natureza, sobretudo no que diz respeito à interdependência do ser humano e todos os demais seres e elementos da natureza, já que o humano faz parte da natureza, antes de isso se tornar algo comum no cinema ou até fora dele. A atualidade do tema é incontestável (Fonseca; Silva, 2021, Online).

Sendo assim, se busca nesta pesquisa trabalhar as noções de ambientalismo possíveis de interpretação através da análise nos discursos das obras selecionadas do Studio Ghibli. Trabalhando com os conceitos propostos por Yi-Fu Tuan principalmente nas obras Paisagens do Medo e Topofilia, além da Teoria Verde advinha dos intelectuais das Ciências Sociais e Relações Internacionais, intitulados “verdes” (Almeida, 2023, p. 2), juntamente com a bagagem e o arcabouço teórico já conhecido e trabalhado anteriormente, vide o contato com a bibliografia historiográfica e as análises fílmicas de obras cinematográficas japonesas realizado em outras pesquisas, como citado. Tendo em mente a chave de construção pretendida neste trabalho, que encontra na interdisciplinaridade a sua grande aliada para a formação de conhecimento científico. Novamente, fazendo-se uso de Fonseca e Silva para destacar o que os autores afirmam ser de grande valia para o tempo presente, tal leitura proposta aqui para com estas produções:

O Brasil é, depois do Japão, o país em que mais vivem japoneses ou seus descendentes no mundo. Se a obra de Miyazaki, sobretudo nos anos iniciais do Studio Ghibli, foi importante para a constituição de uma consciência e de uma percepção ambiental no Japão, na fase mais alta de sua industrialização, de seu capitalismo predatório, influenciando na formação do movimento ecológico japonês, o olhar sensível sobre tais produções é mais que bem-vindo hoje no Brasil (Fonseca; Silva, 2021, Online).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Como destacado brevemente anteriormente, vale destacar, o ambientalismo se relaciona muito com o posicionamento antiguerra e pacifista presente nas obras do Studio Ghibli. Como visto nas já citadas pesquisas realizadas anteriormente, as vivências da Segunda Guerra Mundial impactaram o diretor, direta e/ou indiretamente, de forma a influenciar tais elementos na narrativa e discursiva das obras. Nas formas mais evidentes como atitudes e falas de personagens nos filmes, assim como detalhes de escolhas de diretor ao longo da narrativa, como a fotografia de uma cena, a escolha da trilha sonora, um corte e afins.

A presente pesquisa vem a se inserir no campo historiográfico da História Cultural, historiografia essa que vem crescendo de forma mais significativa no Brasil desde o início do século XXI. Mas evidentemente ainda é um campo menos explorado na História quando comparado a outros mais difundidos desde o século anterior. O que não desqualifica sua possível riqueza para a historiografia como um todo, considerando o exercício da análise de produções culturais como um reflexo e representação do modo de ver e pensar o mundo, das sociedades e pessoas que as produziram.

Bem se sabe que o pós-guerra marcou profunda e significativamente o Japão e sua sociedade, evidente são suas transformações físicas após as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, tal como as mudanças econômicas, políticas, sociais, psicológicas e sobretudo culturais. Isso se mostra evidente, por exemplo, ao longo das análises discursivas realizadas nas pesquisas anteriormente citadas.

Existem muitos tipos diferentes de paisagens do medo. Entretanto independente da forma, produzem duas sensações poderosas. Uma é o medo de um colapso iminente de seu mundo e a aproximação da morte. A outra é uma sensação de que a desgraça é personificada, a sensação de que a força hostil possui vontade (Freitas, 2021, p. 31-32).

Enquanto as obras selecionadas do Studio Ghibli, no caso *Nausicaä do Vale do Vento*, de 1984, e *Princesa Mononoke*, de 1997, se inserem em meio ao período quando o discurso ambientalista vinha ganhando força no Japão. Sendo possível inclusive considerar Miyazaki como um significativo propagador de tal discurso por meio de suas narrativas fílmicas, conforme apontam Fonseca e Silva:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Diferentemente das nações ocidentais, em que os movimentos ambientalistas surgiram para alertar a opinião pública, pressionar empresas e exigir regulação dos países, no Japão as primeiras investidas nesse sentido foram da própria iniciativa privada, já na década de 1960. Depois, O ambientalismo como movimento social, além de não muito numeroso, surge tardiamente no Japão, entre final da década de 1980 e início da de 1990, com fortes indícios da influência dos filmes do Studio Ghibli nesse processo (Fonseca; Silva, 2021, Online).

Além do fato de que os filmes citados do Studio Ghibli se alinham em muito com o conceito de topofilia trazido por Yi-Fu Tuan, mostrando as relações diretas dos personagens da narrativa com a natureza e o meio ambiente a sua volta, em alguns casos sendo harmoniosa, em outros sendo conflituosa, a depender da personagem e da obra. Como se pode conferir através do que Mariana Cisotto define ao se referir a obra de Yi-Fu Tuan:

Enfatiza os aspectos subjetivos das relações humanas com o meio ambiente natural através do estudo da relação das pessoas com a natureza e dos seus sentimentos e ideias sobre os espaços. Trata do ambiente físico no imaginário social, a relação entre paisagem, memória e cultura; a experiência individual e visão de mundo construindo identificações que são compartilhadas num território comum (Cisotto, 2013, p. 94).

1 – Objetivos e metodologia

Se tem por objetivo nesta pesquisa analisar como é representado o discurso ambientalista nas obras de Studio Ghibli, compreender como as narrativas presentes nas obras selecionadas abordam tal discurso, relacionando como os conceitos de paisagens do medo e topofilia de Yi-Fu Tuan se aproxima do discurso presente nas narrativas dos filmes de animação objeto de pesquisa, além de examinar como a chamada teoria verde se correlaciona com o discurso existente em tais filmes.

O trabalho consistirá na análise fílmica das obras selecionadas do Studio, sendo estas: Nausicaã do Vale do Vento (1984) e Princesa Mononoke. Tendo por objetivo analisar as relações dos personagens com a natureza, os elementos no desenvolvimento da história das obras e o que significam tanto diretamente quando indiretamente no discurso perceptível.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Para isso se examinará desde aquilo que for mais direto e claro, como falas de personagens, textos escritos em tela, decisões e comportamentos de personagens, até o que se apresente no subtexto das obras, como escolhas de direção para cenas, sendo cortes, fotografia, trilha sonora, silêncios, enquadramentos, tudo aquilo que for possível de interpretação na narrativa onde seja capaz de se encontrar o discurso ambientalista nas representações.

Além da análise perante as obras em si, e suas narrativas diretas e indiretas de discurso, se fará uso dos conceitos definidos por Yi-Fu Tuan, de paisagens do medo e de topofilia, em suas respectivas obras de título homônimo. Tais definições do autor cino-americano da Geografia Humanista, possibilitam correlacionar as representações de elementos nas obras com a relação ao ambiente e a natureza.

A exemplo as representações possíveis em *Nausicaä do Vale do Vento*, que se ligam com a noção de paisagens do medo criada por Yi-Fu Tuan. Onde os kaijuu, neste caso da obra sendo insetos gigantes, representam uma espécie de ameaça natural, um reflexo ambiental das decisões e ações humanas, uma resposta da natureza perante a poluição radioativa ocasionada pela guerra que ocorreu no passado daquele universo e deixou o mundo destruído e com traços de radioatividade. Segundo o que afirma o autor em seu trabalho quando fala sobre o qual é o significado de paisagens do medo em sua concepção.

O que são paisagens do medo? São as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem caos onipresentes, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes. De certa forma, toda construção humana – mental ou material – é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos. Consequentemente os contos de fadas infantis, bem como as lendas dos adultos, os mitos cosmológicos e certamente os sistemas filosóficos são refúgios construídos pela mente nos quais os homens podem descansar, pelo menos temporariamente, do assédio de experiências novas e da dúvida (Tuan, 2005, p. 12).

Assim como nas obras do Studio Ghibli, também em *Nausicaä do Vale do Vento* é possível a leitura tanto de topofilia conforme a relação de personagens com o ambiente onde vivem em comunhão com a natureza, ou em *Princesa Mononoke* com a defesa identitária e pertencimento à floresta e ao meio ambiente cujo qual San defende com sua vida ao longo da narrativa, conforme Yi-Fu Tuan afirma que “topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal” (2015, p. 16). Sobre esta relação da topofilia que se percebe na obra, é compatível com o que Cisotto aborda em seu texto,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

simplesmente trocando a noção de geográfico para historiográfico e mantendo o mesmo sentido original, quando ela fala que:

O termo [topofilia], como dito, vincula-se à afetividade, os laços estabelecidos com o ambiente considerando muito da subjetivação humana, assim, revela o ser geográfico, o Homem, a sociedade como criadora de significado, por uma natureza que interpreta, tornando a ciência geográfica mais humana e subjetiva, ampliando seu entendimento para além de uma ciência dos lugares (Cisotto, 2013, p. 95)

Além do que se vê em Princesa Mononoke com o embate entre aqueles que querem destruir o meio ambiente e dominá-lo em nome do avanço industrial de um lado e de outro as forças aliadas da preservação ambiental combatendo esse avanço desenfreado, juntamente com espíritos e forças da própria natureza que resistem a essa violência ao ambiente e fazem o possível para preservar tal natureza. O que está diretamente relacionado com uma fala de Yi-Fu Tuan em sua obra quando fala sobre entendimentos e interpretações de paisagens do medo, neste caso onde:

[...] forças hostis assumem uma forma nitidamente visível e tangível: por exemplo, uma tempestade de neve, uma inundação destruidora ou um incêndio e uma multidão enfurecida. Para os europeus de épocas anteriores e para os povos com outras tradições, as montanhas e as florestas eram paisagens do medo. Ao contrário das nevascas e inundações, que podem ser imaginadas como perseguidoras de suas vítimas, as montanhas e florestas agridem apenas aqueles que transgridem seus domínios. Porém, uma montanha também pode parecer um poder ativo: devido à sua presença dominante e nefasta, era capaz de induzir medo nos habitantes dos vales subjacentes (Tuan, 2005, p. 13).

Se fará uso também do conceito advindo da Teoria Verde, de áreas das Ciências Sociais, em principal das Relações Internacionais. Como por exemplo alguns teóricos presentes no referencial teórico utilizado por Júlia Almeida em seu trabalho, onde faz a análise de uma obra em específico de Miyazaki, sendo tais teóricos: Matthew Paterson, Robyn Eckersley, Hugh Dyer, Fernanda Sant'Anna, e Helena Margarido Moreira, que podem servir para embasar a utilização da Teoria Verde nesse uso proposto da historiografia na pretendida pesquisa. De modo a correlacionar como cada aspecto da teoria se mostra presente no discurso e nas representações do ambientalismo nas obras de Miyazaki, como por exemplo, no caso de Princesa Mononoke, contendo um discurso ambientalista, citato por Júlia Almeida em seu trabalho quando fala sobre como a obra:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

[...] Princesa Mononoke foi baseada em críticas sobre o modelo de desenvolvimento industrial do Japão, que ocasionava a degradação de áreas rurais pela agricultura e o desmatamento (SERPA, 2018). Portanto, é uma representação artística e alegórica de um processo histórico e social (Almeida, 2023, p. 3).

Considerando ainda o aprofundamento teórico além dos principais conceitos pretendidos, ao longo de mais leituras e levantamento bibliográfico ao longo do período de desenvolvimento da pesquisa, para enriquecer tal trabalho à medida em que forem sendo feitas tais análises almejadas.

2 – Obras selecionadas como fonte para a pesquisa

As principais fontes consideradas para a realização da pretendida pesquisa são as obras do Studio Ghibli dirigidas por Miyazaki Hayao: *Nausicaä do Vale do Vento* (1984) e *Princesa Mononoke* (1997). Acredito caber aqui uma breve sinopse de cada obra, de forma a ilustrar uma rápida conjectura do cenário no qual se passam as histórias de cada narrativa.

Em *Nausicaä do Vale do Vento* (風の谷のナウシカ / Kaze no Tani no Naushika), de 1984, acompanhamos principalmente a protagonista Nausicaä, que dá título à obra, tendo que lidar com decisões que impactam não apenas sobre sua vida, mas também de seu povo. Como princesa, ela decide por todo o povo habitante do Vale do Vento, que também dá título à obra, e precisa lidar com os conflitos que surgem em seu destino quando trazidos por nações vizinhas do mundo pós-apocalíptico onde a história se passa. Restam apenas alguns poucos resquícios de civilização humana espalhados no que se tornaram grandes desertos, com florestas tóxicas espalhadas, contendo insetos colossais, chamados de Ohmus, e esporos tóxicos para os humanos.

O mundo se faz presente em um futuro pós-apocalíptico, cerca de 1000 anos depois de uma guerra de proporções colossais ter acontecido e devastado o planeta, então restam apenas pequenos grupos de pessoas ainda vivendo em alguns locais isolados em meio a um ambiente hostil. Ao longo da jornada de Nausicaä acompanhamos a personagem evoluindo como pessoa, tendo de assumir o comando de seu povo e deixar o Vale do Vento em busca de solucionar um conflito em grande escala que está sendo arquitetado por outras pessoas que podem colocar em risco a humanidade mais uma vez com outra guerra em escala gigantesca.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



Figura 1: Cenas da obra representando os cenários com criaturas e lugares tidos como tóxicos.

Fonte: NAUSICAA do Vale do Vento. Direção: Hayao Miyazaki. Japão: Studio Ghibli, 1984.

Em *Princesa Mononoke* (もののけ姫 / Mononoke Hime), de 1997, acompanhamos de certo modo três protagonistas, sendo eles o príncipe Ashitaka, habitante de um povoado que vive em comunhão com a natureza a respeitando e sobrevivendo de subsistência; San, que é uma humana que foi criada por entidades divinas da floresta, sendo estas lobos gigantes, e que defende a natureza com sua própria vida; e Lady Eboshi, uma mulher que comanda um povoado nas montanhas que tem desmatado a floresta para minerar ferro e produzir armas de fogo para se proteger da autoridade do imperador, sendo ela e seu povoado composto de sujeitos marginalizados. Por mais que a narrativa seja ficcional, Miyazaki adotou o período Muromachi, de aproximadamente 1336 a 1573 E.C., como plano de fundo o enredo (Almeida, 2023, p. 3). A floresta e natureza da obra são representadas como um espaço sagrado, habitado por *kami*, que são espíritos da natureza e entidades divinas que fazem parte da cosmologia xintoísta, contexto da vivência do autor. Os *kodamas*, por exemplo, são pequenos espíritos da floresta que representam a vitalidade e a saúde do ecossistema. A obra reflete a filosofia japonesa de harmonia com a natureza, enquanto denuncia a devastação ambiental promovida por interesses econômicos.

Portanto acompanhamos ao longo da história basicamente o conflito entre aquilo que cada um destes três personagens defende, a comunhão com a natureza, o domínio sobre ela ou a sua preservação acima da própria vida. Com Ashitaka simbolizando o equilíbrio e a mediação, sendo



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

alguém que busca compreender ambas as perspectivas, tanto a preservação da natureza quanto as necessidades humanas nesse convívio dicotômico; San representando a alma mais natural e a conexão intrínseca entre humanos e o meio ambiente. Criada pelos lobos, ela encarna uma perspectiva que rejeita completamente a humanidade e suas práticas destrutivas, sendo uma figura de resistência radical à exploração, defendendo os animais, a floresta, a natureza e os espíritos que lá habitam com unhas e dentes, deixando sua própria vida em segundo lugar para defender tudo isso; Lady Eboshi é uma antagonista complexa e com conflitos humanos compreensíveis, como é de praxe do trabalho de Miyazaki, ela se manifesta em sua empatia para com os marginalizados, como os leprosos e as mulheres resgatadas da prostituição, por mais que por outro lado ela avance industrialmente sobre a natureza e explore os bens naturais para o uso da violência, isso desafia o maniqueísmo típico das histórias de fantasia, tornando-a uma figura ambígua.



Figura 1: Cenas da obra representando os cenários da natureza e personagens que lutam para mantê-la viva.

Fonte: PRINCESA Mononoke. Direção: Hayao Miyazaki. Japão: Studio Ghibli, 1997.

Também será feito uso de entrevistas dos diretores para buscar compreender aquilo que se apresenta nos discursos inseridos em suas obras. Em principal destaque para a biografia de Miyazaki Hayao, intitulada *Starting Point 1979-1996*, que reúne entrevistas dadas pelo diretor de



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Nausicaã do Vale do Vento e Princesa Mononoke, ao longo deste recorte temporal em revistas e jornais, com comentários tanto sobre seu modo de pensar como também sobre suas decisões e intenções ao longo da produção de suas obras deste período. Da mesma forma que se retomará a obra de Igarashi Yushikuni, *Corpos da Memória*, já utilizada nas pesquisas anteriores e que aborda a representação da sociedade japonesa do pós-guerra.

Das fontes apontadas para o uso na construção do trabalho, todas se encontram disponibilizadas online e de fácil acesso em sites de streaming e de livros online. Além de possuírem a possibilidade de acesso físico se necessário, através da compra por meios oficiais.

Referências

ALMEIDA, Júlia de Castro. **“To see with eyes unclouded by hate”**: Uma análise sobre Teoria Verde em Princesa Mononoke de Hayao Miyazaki. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

CISOTTO, Mariana Ferreira. **Sobre Topofilia, de Yi-Fu Tuan**. In: *Geograficidade*. v. 3. n. 2. Niterói: UFF, 2013. p. 94-97.

FONSECA, Ana Silvia Andreu da; SILVA, Pedro Marcelino da. **Os filmes de Miyazaki e a percepção ambiental**. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*: São Paulo, 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-filmes-de-miyazaki-e-a-percepcao-ambiental/>. Acesso em: 12/05/24.

FREITAS, Rafael Alves de. **Resenha “Paisagens do medo”**. In: *Revista Amazônica sobre ensino de Geografia*. v. 03. n. 02. Belém: IFPA, 2021. p. 30-33.

IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória**: narrativas do pós-guerra na cultura japonesa (1945-1970). São Paulo: Annablume, 2011.

MIYAZAKI, Hayao. **Starting Point**: 1979-1996. San Francisco: Viz Media, 2014.

NAUSICAA do Vale do Vento. *Direção: Hayao Miyazaki*. Japão: Studio Ghibli, 1984. (117 min).

PRINCESA Mononoke. *Direção: Hayao Miyazaki*. Japão: Studio Ghibli, 1997. (134 min).

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2015.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Devastação ambiental e Exclusão social no Vale do Açu/RN frente às pulsões do capital.

Jovelina Santos

Professora do Departamento de História – CAA/UERN. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História - CERES/UFRN. Bolsista Capes. E-mail: jovelinasantos@uern.br

Resumo

A construção da grande barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte, nos anos finais da ditadura militar, provocou severas transformações econômicas, ambientais e sociais na região do Vale do Açu. Projetada para oferecer suporte a expansão do agronegócio, sua construção foi apresentada pelo Estado como um impulsionador do desenvolvimento econômico e social. Por um lado, o bônus dessa política pública beneficiava amplamente os empresários do setor, com o custeio da segurança hídrica garantida pelo Estado. Por outro lado, o ônus dessa intervenção autoritária recaiu sobre os camponeses pobres com a expropriação e expulsão de centenas de famílias, resultando ainda em danos ao meio ambiente e no aumento da vulnerabilidade do território. Nesse contexto histórico de graves violações de direitos, observa-se, em diversos documentos, que os sertões do Açu vivenciaram inquietações sociais e políticas que culminaram nas lutas camponesas por terra de trabalho e moradia, bem como a organização de setores da sociedade civil, para denunciar os severos impactos ao meio ambiente e à saúde vivenciados na região.

Palavras-chave: devastação ambiental. exclusão social. luta camponesa.

Abstract

The construction of the large Armando Ribeiro Gonçalves dam, in Rio Grande do Norte, in the final years of the military dictatorship, caused severe economic, environmental and social transformations in the Vale do Açu region. The dam was designed to support the expansion of agribusiness and its construction was presented by the State as a driver of economic and social development. On the one hand, the bonus from this public policy largely benefited businesspeople in the sector, with the funding of water security guaranteed by the State. On the other hand, the burden of this authoritarian intervention resulted, among other problems, in the expropriation of hundreds of peasant families, damage to the environment and an increase in the vulnerability of the territory. In this historical context of serious rights violations, it is observed in several documents that the Açu backlands experienced social and political unrest that



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

culminated in peasant struggles for work and housing land, as well as the organization of sectors of civil society, to denounce the severe impacts on the environment and health experienced in the region.

Keywords: environmental devastation. social exclusion. peasant struggle.

Introdução

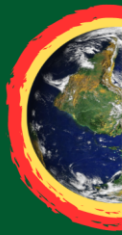
Neste trabalho, serão abordados alguns dos impactos oriundos da construção da grande barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, na região do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte entre 1979 e 1983. Numa perspectiva social, destaca-se que os mais afetados foram os camponeses pobres do município de São Rafael, diretamente atingidos pela obra. Essa população rural vivenciou a desorganização da produção agrícola e extrativista e um violento processo de expropriação e migração forçada²².

Em qualquer que seja o território, a construção de grandes barragens traz danos irreversíveis e em sua larga maioria, produz graves violações de direitos às populações atingidas. No Vale do Baixo-Açu no Rio Grande do Norte, vários foram os problemas durante e após a construção da grande barragem, com destaque para a severa alteração do fluxo do Rio Piranhas-Açu, comprometendo a bacia hidrográfica e a biodiversidade aquática entre outras questões de natureza variada.

A “grande aceleração” é o período que concentra a quase totalidade dos onerosos e autoritários megaprojetos hídricos, como é o caso das grandes barragens. Uma abordagem histórica dessas obras, impostas à sociedade em nome do desenvolvimento econômico e social, conforme encontramos nos discursos técnicos dos órgãos promotores, possibilita o seu reconhecimento como “fato socioambiental total do antropoceno” (MARQUES, 2018, p.483). Um alerta significativo sobre os inúmeros riscos e impactos dessas obras foi apresentado no Relatório organizado pela Comissão Mundial de Barragens em fins do 2000 destacando que os questionamentos e oposições a essas construções colocam na balança o custo-benefício para a natureza e a sociedade:

Todos os problemas que surgem dizem respeito a como a barragem afetará o fluxo do rio, aos direitos de acesso a água e recursos fluviais, à possibilidade da barragem deslocar povoados existentes, estorvar a cultura, corromper os meios de subsistência de comunidades locais ou exaurir ou degradar os

²² O presente texto, com revisões e atualizações, faz parte de uma discussão que apresentei na tese de doutorado.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

recursos ambientais, e ao fato de uma barragem ser ou não o melhor investimento econômico de verbas e recursos públicos. (Comissão Mundial de Barragens, 2000, p.13).

Na atualidade, nos defrontamos com o colapso ambiental, resultante das ações antrópicas que, cumulativamente, foram aniquilando os recursos naturais, ampliando-se na quadra histórica da “grande aceleração”, e comprometendo, por fim, o futuro. Nessa perspectiva, enfrentamos desafios de múltiplas dimensões. Dentre esses, enquanto historiadores, somos chamados a compreender a relevância dos debates científicos em torno do antropoceno, com seus consensos e dissensos, uma vez que as posições e proposições em torno dessa questão, traz implicações teóricas e metodológicas ao nosso campo, impulsionando-nos a refletir sobre o fazer historiográfico (FREYESLEBEN, 2023).

O Projeto Baixo-Açu

Em meados da década de 1970, o governo federal anunciou, por meio do Decreto nº 76.046, de 29 de julho de 1975, a desapropriação de 3% do território do Rio Grande do Norte para a implantação do Projeto Baixo-Açu (PBA). Entre os objetivos do PBA destacavam-se a garantia de disponibilidade hídrica para os projetos de irrigação e o controle das enchentes²³. O relatório produzido pela Hidroservice Engenharia²⁴ indicou que dentre os impactos do PBA, eram considerados mais graves a erradicação das carnaubeiras e a possibilidade das duas maiores lagoas da região (Piató e Ponta Grande) secarem devido as alterações severas no fluxo do Rio Piranhas-Açu. Os prejuízos sociais, ambientais e econômicos devem ser analisados de forma conexa, pois, isoladamente, não permite vislumbrar a relação mais ampla entre natureza e sociedade. Em torno dessas questões, as oposições ao projeto elaboraram diversos argumentos, qualificando-o como

²³ O Projeto Baixo-Açu iria afetar direta e indiretamente áreas de 11 municípios da região do Vale do Açu. Em resumo, o decreto estabelecia duas áreas: uma de 67,036 ha (sessenta e sete mil e trinta e seis hectares) para a bacia hidráulica e faixa seca do açude público e a outra de 91.440,84 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta hectares e oitenta e quatro ares) destinada ao projeto de irrigação "Baixo-Açu". em territórios dos municípios de Assú, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto Rodrigues e Pendência. No plano do DNOCS, o Projeto Baixo-Açu teria três fases: a primeira, e mais importante, seria a construção da grande barragem Armando Ribeiro Gonçalves; a segunda consistiria no assentamento da população desalojada a montante da barragem; e, na terceira fase, ocorreria a estruturação do projeto público de irrigação.

²⁴ Empresa responsável pela realização dos estudos sobre os impactos ambientais do Projeto Baixo-Açu, particularmente, a construção da barragem Eng.º Armando Ribeiro Gonçalves. Fundada em 1958, atuava à época na área de engenharia, planejamento de projetos, gerenciamentos de obras, além de outros serviços. A extensa matéria do Tribuna do Vale (14/10/1979) traz o histórico da atuação da Hidroservice no Brasil e em países da América Latina e África, destacando o *know how* da empresa no setor de projetos de obras hidroelétricas, telecomunicações e de engenharia civil.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

“desastre” para a região, notadamente porque este previa a devastação dos carnaubais, questão que angariou apoio em todos os segmentos sociais e assumiu centralidade nos debates.

Para entendermos por que a erradicação dos carnaubais teve primazia nos debates é necessário compreender o território e sua dinâmica socioeconômica. Essa compreensão requer a superação da concepção uniforme da região semiárida que a associa umbilicalmente à seca e à miséria constante, e considere a rica biodiversidade do bioma caatinga que abrange boa parte da região de clima semiárido. Desse modo, podemos evitar os reducionismos presentes no “perigo de uma história única” (ADICHIE, 2019) a exemplo dos estereótipos sobre os territórios e as populações que neles habitam.

Nessa perspectiva, ressaltamos que, apesar de sua importância, o bioma caatinga foi historicamente negligenciado, e sua associação à completa escassez, propagada nos discursos sobre o semiárido, construiu uma representação hostil desse ecossistema (SILVINO, 2019). Assim, quando as pulsões do capital ameaçam a biodiversidade da caatinga, como ocorre atualmente com a implantação de grandes parques de energias renováveis, seja de matriz eólica ou solar, essas representações têm forte peso simbólico e político, pois, minam a força de contestação e enfrentamento, pois estão profundamente arraigadas nas percepções sobre o bioma.

Com base na minha própria vivência na caatinga, nos relatos do campesinato e na análise dos relatórios produzidos pela Hidroservice Engenharia, é possível organizar um levantamento dos múltiplos usos das florestas de carnaubeira na região do Vale do Açu, alguns dos quais eram exclusivos das camadas mais pobres da população. Há os que caíram em desuso e outros que estão ficando mais raros devido às transformações sociais advindas de políticas públicas para a população de baixa renda. Um exemplo era a presença significativa dos casebres de taipa nas áreas da caatinga onde predominavam as carnaubeiras, cujas construções utilizavam palhas, caule e talos da palmeira. As raízes da carnaubeira eram utilizadas para fins medicinais, os frutos servem de alimentos aos animais e certas espécies de aves e o palmito também era bastante utilizado para a alimentação animal, especialmente em períodos de seca. Os talos eram aproveitados para a confecção de diversos produtos de uso doméstico, na construção das portas dos casebres, nas cercas para proteger as hortaliças e, até mesmo, na confecção de brinquedos infantis. O caule foi extensamente aproveitado na construção civil, especificamente para o fabrico de ripas, caibros, linhas e no travejamento de tetos, que podem ser vistos hoje nos antigos casarões dos “barões da cera” como Meneses (2014) adjetivou os grandes proprietários de carnaubais, certamente, com



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

referência na análise que Andrade (2011) realizou ao comparar as rendas destes proprietários com àquelas auferidas pelos senhores de cafezais de São Paulo e do Paraná. E a cera, o mais caro dos subprodutos da carnaubeira:

Possui amplas possibilidades de usos industriais no fabrico de vernizes, tintas, graxas e unguentos, assim como na preparação de filmes, papel carbono, couros encerados, emplastos, sabonetes, fósforos, isolantes para cabos elétricos, discos fonográficos, pinturas de automóveis e pastas de polimento (BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU. Vol. V, São Paulo: Hidroservice, 1979, p.650).

Não sem razão, foi creditado à carnaubeira o título de “árvore da vida” e os registros sobre seus usos datam da colonização. Numa perspectiva ambiental, o que significa a carnaubeira para o ecossistema? No Rio Grande do Norte essa palmeira forma a mata ciliar dos rios e lagoas nas grandes várzeas das bacias do Piranhas-Açu e Apodi. Sua drástica redução nas últimas décadas é decorrente da instalação de grandes fazendas do agronegócio nestes dois vales férteis.

Em décadas precedentes, essa palmeira recobria as áreas de várzeas, protegendo as margens dos rios e lagoas, formando densas florestas que se estendiam por quilômetros, chegando a contabilizar até 2 (duas) mil palmeiras por hectare em área de grande concentração. Ao lado da carnaubeira, encontravam-se oiticica, juazeiro, quixabeira e outras árvores de menor porte, constituindo um bosque arbóreo que ia ficando mais denso à medida que se aproximava das margens dos rios. A vastidão dos carnaubais e as formas como a população foi apropriando-se da palmeira para fins diversos levaram Manuel Correia de Andrade (2011, p.211) a concluir que há “um complexo cultural na região, uma civilização da carnaúba que está a exigir minucioso levantamento, inventário, que a encare do ponto de vista da importância econômica, das influências culturais, antropológicas e sociológicas, sem esquecer os aspectos históricos”.

O fato de a floresta de carnaubeiras assumir destaque em diversos trabalhos acadêmicos, nos debates acalorados acerca das (in)viabilidades do PBA e outros documentos, encontra razão nos seus significados para a região. Sobre essa questão, Andrade (2011, p.210) destacou que a própria “estrutura fundiária está diretamente ligada a ele (carneubal) e as terras da várzea”. Nos relatórios da Hidroservice²⁵ encontramos que na área da bacia hidráulica iriam “desaparecer”

²⁵ O Relatório da Hidroservice foi apresentado em 11 volumes com um total de 1599 páginas. Aborda os impactos da construção da grande barragem e traz recomendações para mitigar seus efeitos.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

13.350 hectares de caatinga hiperxerófila, e 5.750 hectares de mata ciliar de carnaubeiras. Um pequeno trecho do relatório da Hidroservice apresenta que:

Dos impactos previstos nas áreas diretamente afetadas pelas obras do Projeto Baixo- Açú, o mais importante é o que se relaciona à eliminação de parte dos carnaubais existentes no vale do rio Açú. A importância da carnaúba decorre de sua localização, em geral em regiões com poucas alternativas agrícolas, e pelo fato de oferecer matéria-prima à indústria de cera, permitir a atividade artesanal e também o aproveitamento madeireiro. Acrescido ao aspecto econômico, ecologicamente constitui cobertura florestal mais consistente na região, sendo bastante adaptada ao meio ambiente. Quanto ao aspecto social, sua importância se traduz no fato de que a atividade extrativa da cera de carnaúba é fonte de absorção de mão-de-obra nos períodos de entressafra agrícola (BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU. Vol. VI. São Paulo: Hidroservice, 1979, p. 935)

O Rio Piranhas supria as lagoas de Piató e Ponta Grande com considerável volume d'água rica em nutrientes, alimentando uma diversidade de peixes, que migravam durante a piracema. Essas lagoas situadas a jusante da barragem eram importantes para a alimentação e a renda das famílias pobres da região bem como de pescadores provenientes de outros municípios. A lagoa do Piató, a maior e uma das mais piscosas do Rio Grande do Norte com 18 km de extensão e capacidade para armazenar 96 milhões de m³, alimentava a vida de cinco comunidades rurais (Areia Branca Piató, Olho D'agua, Banguê, Porto Piató e Bela Vista Piató), situadas em seu entorno e constituídas por centenas de famílias, cujas vidas estavam entrelaçadas com a da lagoa.

Sobre a importância da atividade pesqueira nas duas principais lagoas do Vale do Açú, os estudos da Hidroservice apontam que a pesca:

[...] gera cerca de 400 empregos diretos, com ocupação de 5 a 6 horas de trabalho diário, em 21 dias por mês, durante praticamente o ano todo. Gera, ainda, 100 empregos em tempo parcial, para atividades de tratamento e comercialização do pescado e confecção dos equipamentos de pesca. O pescado ainda se constitui na fonte mais segura de sobrevivência da população mais pobre da região, uma vez que, de modo geral, o acesso à pesca é livre. Faz exceção apenas a lagoa Ponta Grande, onde o proprietário das terras que a circundam não permite a pesca, senão dos pescadores residentes e que pescam “à meia” com ele. (BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU. Vol. XI. São Paulo: Hidroservice, 1979. p. 1.460)

O PBA estabeleceu duas áreas distintas e conexas definidas a partir da barragem, contudo, as oposições aos impactos do projeto visibilizavam sobremaneira a área à jusante da barragem.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Esta área concentrava as terras da aluvião e a floresta mais densa de carnaubeiras que, segundo o relatório da Hidroservice, estava destinada ao extermínio. Desse modo, a defesa dos carnaubais se transformou em símbolo de resistência ao PBA, visto que os grandes proprietários rurais da área concentravam maior poder de barganha junto as outras esferas de poder e dominavam o campo do debate político. A montante da barragem haveria de ser sacrificado no altar do progresso o município de São Rafael. Toda a área urbana seria submersa, assim como mais de 50% das terras agricultáveis. A grande barragem era apresentada pelos órgãos executores como “irreversível”, numa evidente demonstração do caráter autoritário dessas políticas públicas que respondem prioritariamente aos interesses do capital (VARGAS, 1987; FERNANDES, 1992) e desse modo, as proposições de construir um reservatório de menor porte para minimizar os impactos do projeto não foram consideradas.

Enquanto os prejuízos a população de São Rafael eram analisados como um fato dado e irrefutável, contra o qual não caberia recurso, a força política de grandes e médios proprietários rurais da área a jusante da barragem foi determinante para que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), responsável pela construção da barragem, renunciasse no início do segundo semestre de 1979, a área correspondente ao projeto de irrigação e colonização que perfazia um total de 91 mil hectares. Dessa forma, apenas a construção da barragem seria implementada, ficando para um outro momento, o projeto de irrigação. Para os proprietários rurais situados à jusante da barragem, essa foi uma vitória significativa, pois, os valores da desapropriação eram irrisórios e os carnaubais forneciam uma boa fonte de renda, até mesmo para aos absenteístas.

Os arautos do progresso saudavam o PBA como a redenção econômica do setor agropecuário do Rio Grande do Norte e o fiador do progresso da região do Vale do Açu. libertando os homens da dependência aos caprichos da natureza. Nesses discursos, o Vale do Açu era apresentado prospectivamente, como um grande celeiro responsável pela eliminação da pobreza e a libertação dos homens da dependência aos caprichos da natureza. Elaborado de forma autoritária, sua execução também seguia o mesmo percurso e o Estado almejava implantá-lo, ainda que a fórceps, para liberar as forças do progresso.

Com a manchete “Vale ou não vale o Vale? Açu, a terra dos poetas”, o jornal A República faz apologia ao PBA e apresenta os técnicos da empresa Andrade Gutierrez como verdadeiros demiurgos do progresso, carregando consigo a cornucópia que traria um futuro promissor para o Vale do Açu. E que futuro seria esse? Os articulistas saúdam a mudança avassaladora do território



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

construindo um discurso ancorado nas oposições entre arcaico e moderno, onde o primeiro representava o passado e o segundo, o futuro. O passado representava a lentidão, o não aproveitamento racional dos recursos naturais, o deitar-se em “berço esplêndido” aguardando as dádivas da natureza:

O farfalhar dos verdes carnaubais, uma imagem secular na paisagem da terra e dos versos dos seus poetas, mais cedo ou mais tarde vão deixar de inspirar o Açú. Os políticos não utilizarão esta imagem em seus comícios o homem da terra não se espreguiçará sob os carnaubais que dão frutos e dinheiro sem muito esforço, o leque da natureza sofrerá uma transmutação. (...) o que eles, os poetas poderão cantar? Os poetas já não gorjeiam como os sabiás nas palhas dos carnaubais e, com estas mudanças em processo, definitivamente cantarão o futuro da terra (GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? Açú, a terra dos poetas. A República. Natal-RN. 6.jul.1979).

Em virtude de a agricultura irrigada ter assumido no PBA o lugar de motor do desenvolvimento para o Vale do Açú, o desaparecimento da carnaubeira era analisado de maneira positiva, para fundamentar o não lugar dessa economia no futuro da região. O “encontro com o futuro” viria com a irrigação proporcionada pelo PBA, uma nova era que, inexoravelmente, promoveria a constituição de um novo homem para um novo Vale.

A modernização da agricultura seria o carro-chefe para outras modalidades de modernização: a dos costumes e das práticas sociais e culturais. A retórica vazia dos políticos se extinguiria e a “indolência” dos homens da várzea cederia ao espírito empreendedor, exigência do novo padrão agrícola que seria adotado, impulsionando um choque cultural, gestado com o fim da carnaubeira “um cultivo nativo que gerou homens acomodados [...]. A irrigação permitirá que o braço do homem trabalhe a terra permanentemente, ao contrário do que ocorre até hoje, quando nasce o carnaubal e o homem tem o único trabalho de cortar as palmeiras para obter lucros anuais” (GUALBERTO; LIMA, 1979)

O Vale descrito acima aparece como o território, onde a “vidinha pacata e poética”, cantada por seus trovadores, corria sem maiores esforços da população, construindo a representação de uma sociedade letárgica, que sob a força impetuosa da modernização agrícola iria potencializar as riquezas da região. Era necessário substanciar a proposta de progresso e as bonanças que dele adviriam para convencer a população da necessidade da barragem. Os dados referentes à produção irrigada e o revigoramento da agropecuária foram apresentados nos periódicos, nos discursos dos técnicos e de todos os agentes envolvidos na defesa do PBA, argumentando que:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Em lugar dos carnaubais, com a terra irrigada, nascerão alfaces, cenouras, pimentões, feijão, milho, novos frutos da terra plantados pelo homem. Os técnicos fazem previsões de que, com a irrigação, todo ano o Vale produzirá 300 mil toneladas de produtos agrícolas. Não haverá seca, nem enchente. A barragem permitirá que 800 famílias vivam exclusivamente da pesca, produzindo 2.500 toneladas anuais. O gado fornecerá 33 milhões de litros de leite por ano, mesmo com a previsão de que 8.400 cabeças serão abatidas anualmente. (GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? Açú, a terra dos poetas. A República. Natal-RN. 6.jul.1979).

Os autores do artigo são obstinados na apologia à irrigação alinhando-se aos argumentos técnicos dos agentes governamentais acerca da transformação da região em enorme celeiro, com impulsionamento da pecuária leiteira e a geração de milhares de empregos. Essa nova realidade alteraria significativamente a vida dos trabalhadores do campo e estes passariam a formar a feliz, próspera e nova classe média rural. Desvinculada da realidade material, a narrativa de Gualberto e Lima sobre o trabalho e a produção na região do Vale do Açú traz a metáfora do paraíso, cuja natureza pródiga guarnecia as necessidades humanas, sem o necessário dispêndio de esforços. No entanto, o extrativismo da carnaubeira, envolvia uma rede complexa de trabalhadores cujas relações de trabalho e remuneração são diversas. Da retirada da palha à extração do pó, se realizavam várias etapas e a maioria delas são na atualidade, assim como no passado, exaustivas e muitas vezes perigosa para os trabalhadores rurais.

Outro aspecto dramático do PBA foi o processo de desapropriação e indenização, precedido de uma política de desvalorização das áreas rurais incorporadas por ele. Os proprietários de toda área atingida, ficaram assustados, notadamente os grandes ruralistas, pois, aos pequenos e médios, essa notícia não chegou de imediato e, quando, por fim, eles tomaram conhecimento, tiveram dificuldades em articular-se politicamente. A grande extensão territorial a ser desapropriada trouxe conflitos e uma profunda insatisfação, tanto para os proprietários rurais quanto para os empresários do setor extrativista mineral e vegetal que atuavam na região.

A partir de meados de 1979, as contradições do PBA continuaram a ser expostas especialmente no Diário de Natal e O Poti. As situações adversas vivenciadas por famílias agricultoras provocaram conflitos com os órgãos do Estado, notadamente o DNOCS, responsável pela obra. O pagamento das indenizações produziu profundas cisões entre antigos proprietários/patrões e agricultores que laboravam em parceria, contribuindo decisivamente para a



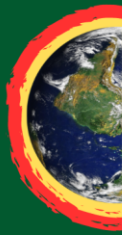
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

construção entre os últimos de uma identidade que rompia com os velhos laços sociais urdidos pelo compadrio e o assistencialismo político.

Essa nova identidade, edificada no processo de luta, possibilitou aos agricultores expropriados distinguirem com maior clareza os interesses em jogo e os levou a elaboração de uma pauta própria com eixo central na reivindicação da reforma agrária.

À medida que as obras da barragem avançavam a população de São Rafael era deslocada compulsoriamente. Para centenas de famílias que não possuíam propriedades e, portanto, não receberiam qualquer indenização, o DNOCS ofereceu assentamento no projeto de colonização de Serra do Mel. No entanto, havia grande resistência, pois se tratava de uma área com enorme carência hídrica e neste período, era agravada pela maior seca do século XX e que coincidiu com a construção da obra, nos anos de 1979 a 1983. Os camponeses de São Rafael fortaleceram suas lutas com a articulação de entidades sindicais, a mediação e o apoio da Igreja Católica. Com o tema central “permanência do homem na terra”, os trabalhadores rurais apresentaram a reivindicação que a indenização deveria ser “casa por casa, terra por terra” e não “casa-terra-dinheiro”.

As manifestações públicas em defesa da terra de trabalho e moradia ocorriam em nível regional e contavam com a participação de diversas organizações. A recusa em sair do território, obrigou o DNOCS a construir casas de tábuas para abrigar essas famílias camponesas. Nos “núcleos de tábuas” a luta pela desapropriação de latifúndios para reassentamento da população expulsa do território, construção de escola, assistência médica e outras reivindicações ganharam mais força política. Em 1987, foram desapropriadas as fazendas Serra Branca, Serrote, Entre Santos e Santo Antonio e os camponeses que residiam nos núcleos de tábuas foram reassentados. Esse é um dos importantes capítulos das lutas camponesas por terra no território norte-riograndense. Desde o início da construção da barragem em 1979, o mercado de terras foi aquecendo e seguiu em ritmo acelerado até os primeiros anos da década de 1990. Construída a barragem, grandes empresas do agronegócio foram se instalando na região atraídas pela segurança hídrica e incentivos fiscais, reordenando o território e gerando reconcentração fundiária. Esse processo contribuiu para a desestruturação da agricultura camponesa à jusante da barragem, com a expropriação dos recursos naturais disponíveis, ainda que de forma escassa e injusta, aos camponeses da região (ALBANO, 2008; VALENCIO, 1994).



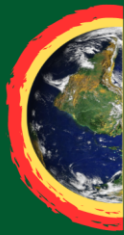
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Os impactos atingiriam diversos setores da vida social, materializando-se na eliminação da agricultura de vazante a montante da barragem e a redução drástica dessa atividade a jusante, em face da inundação dos solos e o controle da vazão do rio, condenando à fome centenas de famílias agricultoras, que, a partir dos meses de junho ou julho, produziam, nas vazantes, as culturas de batata doce e feijão. As recomendações acerca dos impactos não foram levadas a sério. A vida nas comunidades que formavam o chamado “anel” da lagoa do Piató foi, pouco a pouco, transformando-se em “fragmentos de dor”, como trata a antropóloga Maria da Conceição de Almeida Moura (1995).

As implicações socioeconômicas e ambientais para a vida dos ribeirinhos, estivessem a montante ou a jusante da grande barragem, foram várias. Sofreram privações porque já não podiam plantar nas vazantes do Rio Piranhas-Açu, pois, este não corria livre, fazendo o movimento de “passagem” por todo o vale para desaguar no mar. O ribeirinho a montante perdera as terras de várzeas e vazantes submersas pelo grande lago formado com a barragem. Aqueles que cultivavam nas vazantes a jusante da barragem dificilmente poderiam continuar com suas culturas, já que o rio Piranhas-Açu, estreito e contido, não corria livremente – salvo em períodos de grandes precipitações pluviométricas – fazendo o movimento de passagem por todo o Vale.

Analisadas a partir das lentes dos ribeirinhos, as grandes obras hidráulicas são demasiadamente impactantes. No caso do PBA, os impactos no ecossistema da região acarretaram prejuízos de ordem diversa, confirmando o que os “ecólogos”, trabalhadores rurais e outros segmentos haviam proferido no calor dos combates. A bióloga Raimunda Gonçalves de Almeida (1995, p.169) apresentou, em pesquisa realizada após a construção que o barramento do rio Piranhas-Açu dificultou a chegada das águas à lagoa do Piató e que “a lagoa do Piató é hoje um exemplo do descaso da administração pública diante dos problemas graves que emergem da desarticulação das tradicionais relações do Homem com o meio ambiente, por obras de engenharia hidráulica”.

A devastação ambiental foi se ampliando à medida que as empresas se apossavam cada vez mais do território, envenenando o solo e as águas com trágicos resultados a saúde humana e ao meio ambiente de modo mais amplo. A população rural pobre que vivia nas proximidades das grandes empresas sofreu duramente à degradação do ambiente, e como boa parte desta trabalhava na condição de agricultores assalariados nas fazendas do agronegócio, os riscos à exposição aos agrotóxicos aumentaram significativamente.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

No início da década de 1990, as fazendas do agronegócio já dominavam as áreas rurais de alguns municípios da região do Vale do Açu. O descumprimento da legislação trabalhista, jornada de trabalho exaustiva, envenenamento do Rio Pataxó – afluente do Piranhas-Açu, resultando na mortandade de peixes e em problemas à saúde humana, foram temas de debates, mobilizações e denúncias. Nessa conjuntura de grave desrespeito a saúde humana e ao meio ambiente, foi fundado o Grupo de Ambientalistas do Vale do Açu (GAVA) que sozinho ou associando-se a outras denunciavam nos órgãos competentes e na imprensa norte-rio-grandense essas violações. A exemplo, trazemos o caso da empresa Finobrasa que fora denunciada por Ivete Medeiros, Presidenta do GAVA e pelo Presidente do Sindipetro Jailson Melo de Moraes. A empresa utilizava a pulverização aérea nas suas fazendas de algodão, envenenando as águas do Rio Pataxó e as comunidades rurais ribeirinhas.

Embora não fosse tornar públicas na imprensa as denúncias de crimes contra o meio ambiente e a saúde humana no Vale do Açu alguns periódicos noticiaram a situação em situação de grande escândalo. Nas matérias se encontrava a denúncia de que o silêncio e a negligência dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental, contribuía para a recorrência destas violações. Assim como no Vale do Açu, em outros vales férteis cobiçados pelo agronegócio – a exemplo do Vale do Jaguaribe, no Ceará, a situação não diferia. O trabalho de pesquisa do Núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará tem enorme relevância para que se possa conhecer a chamada “modernização agrícola” no Vale do Jaguaribe e das severas condições de trabalho, além dos agravos ao meio ambiente e à vida humana, que foram impostos aos trabalhadores assalariados e às comunidades rurais (RIGOTTO, 2011).

Considerações Finais

No Vale do Açu, durante as três últimas décadas do século XX, a força avassaladora do capital, particularmente, o agronegócio, promoveu, com o apoio do Estado, a desorganização do território para obter vultosos lucros. Por outro lado, as comunidades rurais camponesas, movimentos sociais e organizações da sociedade, forjaram resistências e promoveram muitas lutas que foram travadas em espaços políticos diversos. Esse território encontra-se perenemente sob a mira do grande capital e, atualmente, são as grandes empresas transnacionais de geração de energias renováveis que o capturam. Em que pese o discurso sobre a necessidade ambiental e social



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

de uma nova matriz energética para descarbonizar o planeta, é urgente o debate acerca de seu modelo de implementação. Na região em tela, os parques solares implantados, têm gerado a devastação do bioma caatinga e em outras regiões norte-rio-grandenses provocam a despossessão de agricultores e uma série de violações de direitos. O Estado abriu amplamente as portas para as empresas transnacionais, negligenciou a questão ambiental e abandonou as comunidades tradicionais e os agricultores e agricultoras à própria sorte. Não foi sem tristeza que ouvimos de um agricultor no município de Serra do Mel – onde se instalou um grande parque eólico, a reflexão de que o Rio Grande do Norte, assim como outros estados da federação, encontra-se em condições análogas ao período da colonização.

Os problemas se avolumam, assim como crescem a insatisfação e a preocupação das populações afetadas e das organizações sociais engajadas nas lutas sociais. E nessa conjuntura adversa, nasceu o Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR) que vem realizando diversas atividades, entre elas, a articulação dos lutadores e das lutadoras de diversos territórios para a promoção de debates e organização das ações de enfrentamento. Nos debates, o MAR manifesta publicamente todas as formas de injustiça que permeiam os grandes projetos de energias renováveis, desmistificando o discurso da produção de “energia limpa” e trazendo novos apontamentos para o futuro.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. Recife: Editora Universitária, 2008.
- ALMEIDA, Raimunda Gonçalves de. Lagoa do Piató: fragmentos ecológicos. In: ARANHA, Terezinha de Queiroz (Org.). **Sesquicentenário da cidade do Assú (1845-1995)**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento**: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Trad. Carlos Afonso Malferrari, 2000. Disponível em:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **PROJETO BAIXO-AÇU**. Vol. V, São Paulo: Hidroservice, 1979.

BRASIL: Ministério do Interior/DNOCS. **PROJETO BAIXO-AÇU**. Vol. XI. São Paulo: Hidroservice, 1979.

DNOCS abre mão de 91 mil hectares no Vale do Açu. **Diário de Natal**. Natal-RN. 18.ago.1979.

FERNANDES, Ana Amélia. **Autoritarismo e resistência no Baixo-Açu**. Natal: UFRN, 1992.

FREYESLEBEN, Alice. Os tempos do Antropoceno: reflexões sobre limites, intensidade e duração. **Revista História** (São Paulo), 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/KKBHrgFXm4FthGhh5rv5xJN/#>. Acesso em: 12 ago.2024.

GUALBERTO, João e LIMA Argemiro. Vale ou não o vale: Açu terra dos poetas. **A República**, Natal-RN, 06 jun. 1979. MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso ambiental**. 3ª ed. revista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3ª ed. Revista – Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

MENESES, Ademar Pelonha de. **Apropriação e devastação dos carnaubais no Vale do Açu: ufanismo econômico e violência socioambiental no último quartel do século XX**. Monografia de Graduação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2014.

MOURA, Maria da Conceição de Almeida. Lagoa do Piató: fragmentos de dor. In: ARANHA, Terezinha de Queiroz (Org.). **Sesquicentenário da cidade do Assú (1845-1995)**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1995.

POLUIÇÃO causa mortes de peixes no Pataxó. **Diário de Natal**, Rio Grande do Norte, 26/10/1990. Arquivo: Ivete Medeiros.

RIGOTTO, Raquel (Org.) **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo-Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. Co-edição com a Expressão Popular.

SANTOS, Jovelina Silva. “**Terra por terra, casa por casa**”: resistência camponesa em São Rafael/RN (1979-2000). 2021. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47363>. Acesso em: 20 out. 2021.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

SILVINO, Amanda Sousa. **A Conservação da Caatinga entre Arenas Políticas do Semiárido Brasileiro**. 2019. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019.

TAREFA da Hidroservice: estudos sócio-econômicos. Edição Documento. **Tribuna do Norte**. Natal-RN. 14.out.1979.

VALENCIO, Norma Felicidade. **Grandes Projetos Hídricos no Nordeste**: suas implicações para a agricultura do semi-árido. Natal: UFRN, Editora Universitária, 1994.

VARGAS, Nazira Abib Oliveira. **Beiradeiros do Baixo-Açu**: canto e lamento de Rafael Arcaño da Costa. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Vitivinicultura e conexões Brasil – Itália: o melhoramento genético de videiras em um contexto histórico-global

Gil Karlos Ferri

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

Neste trabalho apresenta-se um panorama histórico-global sobre as pesquisas de melhoramento genético de videiras desenvolvidas a partir de meados do século XIX até o século XXI, com ênfase no trabalho de pesquisadores da Fondazione Edmund Mach em San Michele all'Adige (Trento, Itália) e a cooperação tecnocientífica com pesquisadores de Santa Catarina (Brasil). A análise está embasada na História Ambiental Global e utiliza-se de revisão bibliográfica e fontes como entrevistas, saídas a campo, conferências e publicações da área vitivinícola para apresentar uma narrativa histórica sobre o processo de hibridização de videiras, desde a crise vitivinícola causada pela introdução de patógenos nos vinhedos europeus a partir de meados do século XIX até as recentes pesquisas com variedades resistentes denominadas *Pilzwiderstandsfähig* (PIWI), bem como trata-se das parcerias estabelecidas entre a Fondazione Edmund Mach, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ambas instituições localizadas em Santa Catarina, Brasil. Em um contexto mais amplo, o melhoramento fitogenético de videiras pode contribuir para uma vitivinicultura com aspectos mais sustentáveis ao possibilitar o cultivo de uva com significativa redução no uso de agrotóxicos.

Palavras-chave: Variedades PIWI; Vitivinicultura; História Ambiental Global.

Abstract

In this article we seek to present a global-historical overview of vine phylogenetic improvement research carried out from the mid-19th century to the 21st century, with an emphasis on the work of researchers from the Fondazione Edmund Mach in San Michele all'Adige (Trento, Italy) and techno-scientific cooperation with researchers from Santa Catarina (Brazil). The analysis is based on Global Environmental History and uses bibliographical review and sources such as interviews, field trips, conferences and publications in the wine sector to present a historical narrative about the process of vine hybridization, since the wine crisis caused by the introduction of pathogens in European vineyards from the mid-19th century to recent research into resistant varieties called *Pilzwiderstandsfähig Rebsorten* (PIWI), as well as the partnerships established between Fondazione Edmund Mach, the Agricultural Research Company and Rural Extension of Santa Catarina (EPAGRI) and the Federal University of Santa Catarina (UFSC), both institutions located in Santa Catarina, Brazil. In a broader context, the genetic improvement of vines can contribute to



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

viticulture with more sustainable aspects by enabling the cultivation of grapes with a significant reduction in the use of pesticides.

Keywords: PIWI Varieties; Vitiviniculture; Global Environmental History.

1 – Panorama histórico-global do melhoramento genético de videiras

As videiras domésticas (plantas trepadeiras do gênero *Vitis*) dependem da ação humana para sua disseminação e cultivo. O vinho (produto da fermentação da uva) não existe na natureza e, por ser uma invenção humana, é para a ciência que devemos olhar ao lidarmos com seus atuais desafios e possibilidades de aprimoramento; pois, conforme observou o cientista agrário e professor italiano Attilio Scienza, sem a ciência “seríamos obrigados a beber apenas vinagre” (SCIENZA *et al.*, 2022, p. 245).

O gênero *Vitis* evoluiu mesmo sem o homem e somente conhecimentos genéticos como as leis de Mendel permitiram introduzir o caráter de resistência nos planos de melhoramento genético implementados pelo homem. Anteriormente, o homem havia feito melhorias selecionando as plantas que melhor correspondiam às suas necessidades de quantidade e qualidade. Foi com a propagação de patógenos no século XIX que os melhoristas passaram a atuar de maneira mais intensa e institucionalizada. A partir de meados do século XIX a vitivinicultura passou por significativas modificações com a disseminação de três parasitas que colocaram a produção vitícola europeia em crise: dois parasitas fúngicos: oídio (*Uncinula necator*) e míldio (*Plasmopara viticola*), e um pulgão denominado filoxera (*Daktulosphaira vitifoliae*). Uma das hipóteses atribuído ao início da travessia do Oceano Atlântico em barco a vapor o transporte involuntário desses parasitas da América para a Europa, pois a viagem que antes levava meses passou a ser feita em cerca de 29 dias, possibilitando que fungos e insetos não morressem durante a viagem. Por ter coevoluído com os parasitas, as videiras americanas contêm genes de resistência a essas doenças, porém, a *Vitis vinifera L.* que nunca havia entrado em contato com esses parasitas apresentou-se muito suscetível aos seus efeitos (TÖPFER, 2023).

Após ser descoberta em 1863 na França a filoxera propagou-se para diversos países e mudou drasticamente a viticultura europeia. Na Itália, o pulgão foi descrito pela primeira vez em Como no ano de 1879. Já na região do Südtirol (na época pertencente ao Império Austro-Húngaro)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

a filoxera chegou no verão de 1901, quando se descobriu os primeiros vinhedos afetados em Merano, Caldaro e Santa Magdalena. Com a identificação dos primeiros focos de filoxera, os profissionais do Istituto Agrario di San Michele all'Adige (fundado em 1874) perceberam rapidamente que a propagação do inseto (filoxera) não poderia ser travada, e como resposta a tal crise as vinhas começaram a ser renovadas com materiais (enxertos) que o instituto havia começado a produzir preventivamente cerca de dez anos antes. O Istituto Agrario também tomou medidas para formar agricultores através das comissões distritais anti-filoxera que tinham a tarefa de vigilância e controle da propagação da infestação, bem como assistência aos viticultores. A crise causada pela filoxera assumiu o centro das atenções no congresso do vinho realizado em setembro de 1897 em Gorizia, onde, na ocasião, o diretor do instituto, dr. Edmund Mach, observou em tom cômico “que em alguns casos seria correto erguer um monumento à filoxera pelos benefícios que traz à viticultura, uma vez que a sua reconstrução eliminou vinhas multivarietais e castas antigas de baixa qualidade” (SCIENZA *et al.*, 2022, p. 75, 76 e 80).

Apesar de inúmeros métodos e remédios que buscavam combater as doenças que colocavam a vitivinicultura europeia em crise, o único sistema que realmente provou ser eficaz foi a enxertia da videira europeia em porta-enxertos americanos com um sistema radicular resistente à filoxera. A partir da segunda metade de 1870, inúmeras variedades de videiras americanas começaram a ser plantadas no sul da França destinadas a se tornarem mães de estacas, porta-enxertos ou utilizadas para hibridização. Na Itália, na região do Trentino-Alto Ádige, a reconstituição das vinhas com a crise da filoxera caracterizou-se primeiramente pela utilização de cepas americanas de *Riparia a Rupestris*, e depois, paulatinamente, seguiu-se a introdução de cruzamentos obtidos a partir da hibridização destas (INDIRIZZO VITICOLO, 1954, p. 35). Entretanto, a longo prazo, os híbridos europeu-americanos não tiveram muito sucesso, sendo preteridos por variedades estrangeiras como Cabernet Sauvignon, Merlot e Riesling renano (CATONI, 1922, p. 27).

O enfrentamento a crise causada pelos patógenos colocou os países europeus num esforço concentrado que contribuiu para transformar a agricultura de uma economia de subsistência para uma economia de mercado. Numerosas escolas foram fundadas e tornaram-se centros de investigação, inovação e formação de agricultores, entre as quais se destacam as de Brebante, Klosterneuburg, Porec, Rotholz e San Michele all'Adige. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, além dos remédios para filoxera, oídio e peronospora (o primeiro relatado em



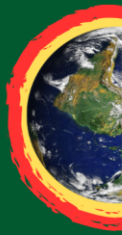
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Valsugana em 1883), também surgiram os primeiros fertilizantes minerais químicos, desenvolveu-se o método de ensilagem de forragens e difundiu-se o uso do arado metálico capaz de revirar a fatia de solo. Neste contexto, a renovação da viticultura foi sobretudo o resultado de “uma nova mentalidade” que se formou através da educação dos agricultores com a fundação de novas escolas agrícolas e o desenvolvimento de experiências práticas (STEFANINI & TOMASI, 2010, p. 26, 27, 139 e 140).

A necessidade de videiras mais resistentes levou instituições e pesquisadores de diversos países a investir no melhoramento genético. De acordo com o pesquisador Philippe Darriet (Université de Bordeaux), num primeiro período que vai de 1870 a 1935, devido aos danos da filoxera, variedades americanas (resistentes à filoxera, míldio, oídio) foram plantadas na Europa, sobretudo no sul da França, concomitantemente com a adoção progressiva da enxertia (DARRIET, 2023).

A partir dos anos 1950, observou-se o retorno do cultivo das variedades *Vitis vinifera* tradicionais e a redução da área cultivada com híbridos na Europa. Entre as razões que contribuíram para essa mudança, estão a baixa qualidade dos vinhos elaborados com as cultivares híbridas e a divulgação de informações sobre os possíveis efeitos negativos para a saúde dos consumidores destes vinhos – informações que não se confirmaram (RITSCHER *et al.*, 2015, p. 159). Seletores de porta-enxertos de videira, o desenvolvimento da indústria química e da produção de fungicidas contribuíram para preservar as variedades de videiras europeias. Os programas de seleção foram redirecionados em muitos países no final dos anos 1960. Alemanha, Áustria, Suíça e Hungria continuaram com esses programas, e os países dos Balcãs aderiram a eles posteriormente: Romênia, Bulgária, Grécia e Sérvia. O cruzamento reverso com as variedades *Vitis vinifera* levou à diminuição e eliminação do sabor “selvagem” e preservação da tolerância a doenças (SIVČEV *et al.*, 2010, p. 204 e 205). Na Alemanha, além de Geilweilerhof, pesquisadores de Freiburg (Friburgo) – principalmente Norbert Becker (1937 - 2012) e seus sucessores – trabalharam na seleção de um grande número de variedades resistentes cultivadas e utilizadas em cruzamentos até hoje, como, por exemplo: Johanniter, Solaris, Bronner, Sauvignier Gris, Muscaris, Prior, Cabernet Cortis, Cabernet Carbon e o próprio Merzling, que é o genitor da variedade resistente Solaris (STEFANINI, 2023).

2 – Variedades resistentes: *Pilzwiderstandsfähig* (PIWI)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Nas últimas décadas o crescente interesse dos consumidores por vinhos produzidos com menor utilização de tratamentos químicos deu impulso a novos projetos de melhoramento genético para resistência. Em linhas gerais, podemos afirmar que as vinhas resistentes modernas são a evolução daquilo que foram os primeiros híbridos – “produtores diretos” – cruzamentos entre espécies de videiras europeias, americanas e/ou asiáticas. Desde o início do século XX, espécies do gênero *Vitis* (*V. labrusca*, *V. rotundifolia* e *V. rupestris*, de origem americana e *V. amurensis*, de origem asiática) estão sendo usadas em cruzamentos com a videira europeia (*V. vinifera* L.) na tentativa de combinar qualidade de vinho com resistência genética a doenças. Entretanto, os primeiros cruzamentos não foram satisfatórios do ponto de vista qualitativo, a tal ponto que a França e a Itália – entre as duas guerras – limitaram o seu cultivo enquanto a Alemanha, a Áustria e alguns países orientais o preservaram enquanto intensificavam a procura de novos cruzamentos. Para melhorar a qualidade das uvas produzidas nos programas de melhoramento genético foi utilizada a técnica de retrocruzamento que consistiu em utilizar, nos ciclos subsequentes, um progenitor de *Vitis vinifera*. A cada geração a participação do genitor americano foi progressivamente reduzida no cruzamento, que nos híbridos de quarta e quinta geração não ultrapassa 6%. Desta forma, cada vez mais, a qualidade do vinho produzido manteve-se elevada sem perder a tolerância às doenças criptogâmicas (SCIENZA *et al.*, 2022, p. 236). Os cultivares híbridos são obtidos por métodos convencionais, sem engenharia genética, o que tem a vantagem de mantê-los fora do debate atual sobre os organismos geneticamente modificados (BELLO & SANCHÍS, 2008, p. 11).

A partir do XVI Congrès International de la Vigne et du Vin, realizado pela Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) em 1979, em Stuttgart, os geneticistas alemães propuseram que os pesquisadores não mais utilizassem a denominação “híbridos”, mas sim “vinhedos resistentes” (ALLEWELDT *in* XVI Congrès OIV 1979 *apud* EYNARD & DALMASSO, 1990, p. 260). A abreviatura PIWI é originária da expressão alemã *PilzWiderstandsfähig* (resistente a fungos) que denota as variedades resistentes a doenças fúngicas. A longo prazo, a sugestão na mudança da denominação das variedades híbridas logrou sucesso, sendo atualmente as variedades PIWI reconhecidas como variedades resistentes. O pesquisador Marco Stefanini iniciou a trabalhar no Istituto Agrario di San Michele all’Adige em 1985, onde o professor Attilio Scienza, na época diretor geral, o convocou para iniciar o trabalho



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

de *breeding*, isto é, cruzamentos de videiras. Em 1987 foi implementado em Maso Togn, localidade de Faedo, o primeiro vinhedo experimental com variedades resistentes selecionadas no Julius Kühn-Institut, em Geilweilerhof, Alemanha: Sirius, Silva e Regent. Em outro lote, o instituto também adquiriu as variedades Merzling e Freiburg 945/60, ambas de Friburgo, iniciando entre 1990 e 1993 as atividades de melhoramento genético com criação de populações com resistência ao míldio. Entre 1987 e 1989, Stefanini realizou viagens à Hungria e trouxe variedades resistentes para o Trentino, como Nero, Bianca e Kunleany, as quais foram utilizadas para planos de melhoramento posteriores pois apresentavam diferentes fontes de resistência. No Leste europeu não havia legislação que impedisse o cultivo de variedades híbridas – como ocorria com a Europa Ocidental – deste modo, os centros de pesquisa na Hungria desenvolveram uma série de populações de seleções de genótipos resistentes que tinham características mais positivas do que as variedades que até então tinham sido desenvolvidas no Ocidente. E isto deveu-se ao fato de que, especialmente na Hungria, os pesquisadores húngaros tiveram acesso aos materiais genéticos de videiras americanas nas quais eram conhecidas formas de resistência que existia em *Vitis amurensis* e, portanto, naqueles centros de investigação húngaros já utilizavam várias fontes de resistência. Tanto é que no congresso realizado na Hungria em 2000 sobre genética da videira, o professor Kozma Pal já apresentou os primeiros exemplos de variedades resistentes com diferentes fontes de resistência, ou seja, as famosas piramidizadas (STEFANINI, 2023).

De acordo com Stefanini, na época as variedades que não eram 100% *Vitis vinifera* não podiam ser cultivadas para a produção comercial de vinho e quando começaram a fazer os primeiros cruzamentos foram considerados pessoas que desperdiçavam tempo e recursos porque não havia tal aviso ou suspeita de que os problemas com as mudanças climáticas e pressão dos patógenos poderiam se intensificar como aconteceu. Entretanto, o que surpreendia sobre estas variedades resistentes é que elas realmente necessitavam – apesar de não haver imunidade – de um número reduzido de tratamentos. Na época, a resistência era avaliada do ponto de vista fenotípico, porque todo o conhecimento genético ou genótipo (marcadores etc) ainda não estava no *background*. Então basicamente se fazia a seleção fenotipicamente, introduzindo o míldio na estufa. Persistindo nas experimentações, foram a partir destes experimentos iniciais que os pesquisadores do instituto agrícola de San Michele passaram a compreender melhor os fatores fitogenéticos de resistência as doenças fúngicas e a aprofundar a temática de pesquisa com variedades resistentes. Após um período sem consideráveis avanços nos trabalhos com



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

melhoramento genético no instituto, em 1998 esses trabalhos foram retomados, ganhando novo impulso em 2008, com o melhoramento focado na resistência (STEFANINI, 2023).

Do ponto de vista qualitativo, as variedades PIWI são variedades essencialmente muito próximas das variedades *Vitis vinifera*. Porém, as PIWI têm resistência intrínseca, ou seja, genética, e podem de alguma forma retardar ou reduzir o desenvolvimento do fungo. É importante ressaltar que não existe resistência completa, por isso são realizados alguns tratamentos com fungicidas, que visam manter baixa a quantidade e a pressão do inóculo fúngico, o que ajuda a evitar a superação da resistência genética. A resistência é uma reação que se desenvolve na planta com a exposição ao fungo. Então basicamente o tempo de reação e os tipos de metabólitos que a planta produz podem de alguma forma tornar a variedade mais ou menos resistente. Por isso se faz a piramidização através da qual busca-se inserir nas novas variedades múltiplas fontes de resistência (STEFANINI, 2023).



Figura 01: Vinhedos experimentais com variedades PIWI da Fondazione Edmund Mach. San Michele all'Adige, Trentino-Alto Ádige, Itália, 21 set. 2023.

Fonte: acervo do autor.

Na Itália, os primeiros resultados deste novo ciclo de cruzamentos são representados pelas 15 vinhas recentemente inscritas no Registo Nacional de variedades autorizadas para cultivo,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

variedades obtidas pela Universidade de Udine em colaboração com a Vivai Cooperativi Rauscedo (VCR) e alguns empresários friulanos (SCIENZA *et al.*, 2022, p. 234). Em 2020, foram inscritas no Registro Nazionale delle Varietà di Vite as variedades Termantis, Nermantis, Charvir e Valnosia.

De acordo com o viticultor Silvano Clementi, um dos principais diferenciais que as variedades PIWI apresentam é a redução drástica nos tratamentos antiparasitários, algo em torno de 70% a menos de tratamentos com pesticidas. Além disso, a redução no número de tratamentos tornou-se interessante para o produtor pois seus vinhedos, localizados em Pressano di Lavis (Trentino, Itália), estão localizados em terrenos difíceis de trabalhar com declive excessivo, assim o risco de acidentes com trator diminui significativamente (CLEMENTI, 2024).

3 – A cooperação internacional entre pesquisadores brasileiros e italianos

De acordo com Marco Stefanini, foi através de um projeto de intercâmbio da Associação Trentini nel Mondo e da Província Autônoma de Trento que no final da década de 1980 o Istituto Agrario di San Michele all'Adige recebeu alguns estudantes brasileiros do Colégio Agrícola de Camboriú (Santa Catarina, Brasil) para realizar cursos profissionalizantes. O projeto, coordenado por Ciro Russo da associação Trentini nel Mondo, era uma forma de bolsa para que os jovens descendentes de trentinos que emigraram para o Brasil pudessem ter relação com a terra natal de seus ancestrais e o apoio para desenvolverem negócios no setor agrícola. Esses intercâmbios aconteceram por três anos e depois os estudantes retornaram para Nova Trento e Rodeio, em Santa Catarina, Brasil. Enquanto em Nova Trento eles tinham uma história um pouco mais profícua na produção vitivinícola – porém com variedades híbridas/americanas – em Rodeio se estabeleceram dois rapazes que estudaram no instituto e a partir daí iniciaram a produção de vinho. O problema era que no Brasil ainda não havia uma atividade de viveiro para multiplicação de plantas de qualidade do ponto de vista sanitário. Assim, entre 1997 e 1998 o Instituto Agrícola de San Michele all'Adige foi contactado pela Província de Trento para disponibilizar sua *expertise* para apoiar um projeto de construção de dois viveiros no Brasil que poderiam multiplicar mudas sadias. Foi a partir deste projeto que o pesquisador Marco Stefanini, já especialista no setor dos viveiros, esteve envolvido nesta atividade e a partir de 1999 começou a ir ao Brasil uma ou duas vezes por ano para preparar e organizar o projeto (STEFANINI, 2023).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Ainda de acordo com Stefanini, as bases para a cooperação internacional entre a Fundação Edmund Mach e a Universidade Federal de Santa Catarina foram estabelecidas através dos contatos iniciais com o professor Aparecido Lima da Silva e, depois, com o professor José Afonso Voltolini. A partir disso, ocorreu a organização do projeto e o envio de mudas sadias e certificadas, de toda uma série de variedades que naquele momento o mercado de viveiros brasileiro exigia, como, por exemplo, Cabernet, Montepulciano, Primitivo e Merlot. A FAPESC era a financiadora deste projeto, enquanto a CIDASC era o órgão que a nível estadual em Santa Catarina controlava e certificava todo o material vegetal das videiras. Até o ano de 2005 os pesquisadores italianos realizaram diversas viagens ao Brasil para conferir os viveiros que haviam sido criados em Santana do Livramento, no caso do Rio Grande do Sul, e em Rodeio, no caso de Santa Catarina. Nesse período, entre 2000 e 2004 o professor Voltolini esteve em San Michele all'Adige para realizar sua pesquisa de doutorado pela Universidade de Milão, porém em parceria com o Istituto Agrario. A pesquisa de Voltolini sobre a utilização de microenxertia verde para acelerar a produção de material de viveiro e manter a saúde da matéria-prima também foi incluída na discussão do projeto (STEFANINI, 2023).

O conhecimento sobre a realidade vitivinícola brasileira dos pesquisadores italianos em ressonância com o interesse dos pesquisadores brasileiros possibilitou uma parceria entre a FEM e instituições de Santa Catarina para a execução de um projeto – em conjunto com a UFSC e EPAGRI, financiado pela FAPESC – para verificar a possibilidade de plantar e produzir vinho de 36 variedades italianas, diferentes daquelas normalmente cultivadas. A partir deste projeto que testou as variedades italianas em Santa Catarina, desdobrou-se, em sequência, um projeto para as variedades com melhoramento genético, pois, nas condições climáticas do Planalto catarinense, o cultivo das variedades europeias requer grande quantidade de agroquímicos no controle de doenças como o míldio (*Plasmopara viticola*) e oídio (*Uncinula necator*). O controle químico destas doenças resulta no uso de fungicidas, o que, além de aumentar o custo de produção, também oferece riscos à saúde humana e ao ambiente, comprometendo a sustentabilidade do sistema produtivo. Para agravar esta condição, as mudanças climáticas previstas podem aumentar ainda mais a pressão destas doenças sobre o cultivo das videiras, resultando no uso ainda mais intensivo de fungicidas.

Sobre o início do projeto com variedades resistentes no Brasil, o pesquisador Marco Stefanini relembra que:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O projeto das [variedades] resistentes nasceu essencialmente do nosso conhecimento e também da minha insistência, porque vimos que para produzir vinho no Brasil tinham que fazer praticamente dois tratamentos por semana. [...] Decidimos propor aos pesquisadores brasileiros a hipótese de fazer o mesmo esquema das novas variedades italianas com as novas variedades resistentes ao míldio e ao oídio. Disponibilizamos o material de Freiburg para eles através do nosso conhecimento e possibilidades. Então Leocir estava fazendo doutorado em Geilweilerhof e por isso mantinha relações com a instituição [JKI] que havia cedido a UFSC algum material em parte aprovado/inscrito e em parte ainda em fase experimental (STEFANINI, 2023).

Considerando os entraves para o desenvolvimento vitivinícola catarinense, pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com instituições da Itália (Istituto Agrario di San Michele all'Adige, Fundação Edmunch Mach) e Alemanha (Institute for Grapevine Breeding Geilweilerhof, Julius Kühn-Institut), estão investindo em programas de melhoramento fitogenético para a seleção de variedades adaptadas as diferentes regiões climáticas catarinenses, resistentes às doenças e ao ataque de insetos e com qualidade para consumo *in natura* da uva e produção de vinho com qualidade enológica (EPAGRI, 2017, p. 03-06). O plantio das primeiras variedades PIWI ocorreu em 2015, com a participação dos pesquisadores italianos Marco Stefanini e o Duillio Porro; após 2017, pesquisadores da Alemanha também passaram a fazer parte do projeto (SOUZA, 2022).

Alguns nomes foram importantes para a articulação inicial, organização e execução do projeto com variedades PIWI no Brasil, dentre os quais destacam-se: João Peterson (EPAGRI/Videira), o qual juntou as demandas dos colegas e escreveu o projeto, coordenando-o até ter sido assumido por André Luiz Kulkamp de Souza (EPAGRI/Videira), o qual também ficou responsável pelos vinhedos experimentais PIWI de Videira e Água Doce; prof. dr. Aparecido Lima da Silva (UFSC/Florianópolis), atualmente aposentado, mas que contribuiu nas articulações com a Província Autônoma de Trento e demais trabalhos de pesquisa; prof. dr. José Afonso Voltolini (UFSC/Florianópolis), o qual fez seu doutorado na Itália; prof. dr. Rubens Onofre Nodari (UFSC/Florianópolis), importante nos contatos e no desenvolvimento de trabalhos com seus orientandos; Jean Pierre Rosier, que na época era o gerente da EPAGRI de Videira; Vinícius Caliari, que trabalha com a parte de enologia na EPAGRI/Videira; Marco Dalbó, pesquisador melhorista da EPAGRI/Videira; prof. dr. Leocir José Welter (UFSC/Curitiba), que fez o doutorado no Julius Kühn-Institut e possibilitou a parceria com a Alemanha; Lírio Luiz dal Vesco (UFSC/Curitiba); Emílio Brighenti (EPAGRI/São Joaquim), responsável pela unidade de São

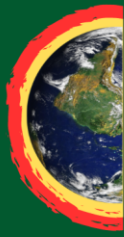


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Joaquim; Alberto Fontanella Brighenti (UFSC/Florianópolis); Emílio Della Bruna (EPAGRI/Urussanga), responsável pela unidade de Urussanga; Rosete Pescador (UFSC/Florianópolis), que atuou por cerca de dois anos no projeto e depois assumiu a direção do CCA; Hamilton Vieira, responsável pela parte do CIRAM devido as estações meteorológicas que cada unidade experimental possui. No exterior, destacam-se os seguintes parceiros do projeto: Na Itália, na Fondazione Edmund Mach, dr. Marco Stefanini e dr. Duillio Porro, os quais estão diretamente envolvidos desde o início, e a pesquisadora Silvia Vezzulli, que trata principalmente da genética da videira; e na Alemanha, no Julius Kühn-Institut, o projeto conta com a parceria do dr. Oliver Trapp, que é o melhorista, junto com o dr. Reinhard Töpfer, diretor do centro, e o dr. Ludgar Hausmann, que trabalha com a parte de genética (SOUZA, 2022).

De acordo com Marco Stefanini, os pesquisadores brasileiros vieram para a Europa em períodos diferentes e entenderam como era toda a história do melhoramento genético na Europa, que essencialmente em poucos anos foi toda transferida para o Brasil, assim poderiam começar contando com a colaboração e todo o *background* da história europeia nesse campo. Neste sentido, a Fundação Edmund Mach tem mantido relacionamentos com instituições brasileiras, inclusive com Campinas (SP), porque as condições brasileiras são interessantes por dois aspectos fundamentais: 1) verificar o nível real de resistência; e 2) porque no Brasil existem agentes patológicas que não são muito difundidas na Itália, mas que mais cedo ou mais tarde com as mudanças climáticas poderão ocorrer, como, por exemplo, a antracnose. Portanto, a parceria com o Brasil permite compreender quais variedades enviadas com resistência ao míldio também tem resistência também à antracnose, permitindo se antecipar sobre os comportamentos destas variedades e quais genótipos usar em cruzamentos atuais e futuros, como uma rede de colaboração e conhecimento (STEFANINI, 2023). Sobre o financiamento do projeto e as relações estabelecidas com os pesquisadores brasileiros, Stefanini salienta que:

É preciso dizer que este projeto de variedades resistentes foi totalmente financiado por órgãos brasileiros: EPAGRI e UFSC foram os colaboradores científicos, mas quem pagou foi a FAPESC. [...] Assim também o fato de termos ido lá como especialistas para um trabalho de colaboração efetiva em igualdade de condições com os pesquisadores e o fato de haver financiamento exclusivo do mundo brasileiro é significativo, pois os brasileiros tinham interesse em desenvolver esse tipo de atividade. Não era só a nossa ideia de que aquilo ficaria bem no Brasil, mas sim uma transposição de fato do nosso conhecimento da FEM. Confiaram em nós. Em todo caso eles sempre vieram para olhar, para provar, então não é uma aceitação cega, mas sempre foi um caminho compartilhado (STEFANINI, 2023).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Atualmente, em Santa Catarina, estão em teste 44 genótipos de variedades de uvas PIWI, algumas com produção de 7 safras, em cinco vinhedos experimentais em Santa Catarina: São Joaquim, Água Doce, Curitibanos, Videira e Urussanga (respectivamente, figuras 02 a 06). Essas variedades são resistentes a míldio e o oídio. O cultivo de variedades PIWI requer menor número de pulverizações e menor quantidade de agrotóxicos do que as variedades tradicionais de *V. vinifera*. Na conjuntura do comércio internacional, a disponibilidade de variedades próprias significaria independência tecnológica e melhores condições para participar de um mercado rentável e competitivo.



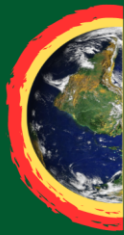
Figuras 02 a 06: Vinhedos experimentais com variedades PIWI: 02) Estação Experimental da EPAGRI de Videira (SC), 19 dez. 2022; 03) Estação Experimental da EPAGRI de Urussanga (SC), 20 jan. 2023; 04) Vinícola Villaggio Grando em Água Doce (SC), 19 maio 2023; 05) Fazenda Experimental da UFSC de Curitibanos (SC), 20 dez. 2022; 06) Vinícola Suzin em São Joaquim (SC), 18 maio 2023.

Fonte: acervo do autor.

4 – Variedades PIWI: por uma vitivinicultura mais sustentável

Apesar das diversas razões favoráveis para o cultivo de variedades resistentes por seus aspectos mais sustentáveis, a aceitação e consolidação do cultivo de variedades resistentes permanece uma questão de variáveis tanto produtivas quanto políticas.

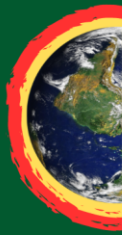
As variedades com melhoramento genético enfrentam diversos preconceitos e desafios para sua plena aceitação, tanto entre produtores como entre consumidores. A falta de um marco legal, que permita seu cultivo sem desqualificações, representa uma barreira à adoção de cultivares



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

resistentes para elaboração de vinhos finos. Na Itália as variedades resistentes são classificadas como "vinífera", mas com a ressalva que permite a sua utilização apenas para vinhos de mesa de Indicazione Geografica Tipica (IGT) e não podem ser utilizadas para vinhos com Denominação de Origem (art. 8, parágrafo 6. Decreto Legislativo 61/2010). Na Alemanha, as variedades com genética não-europeia inferior a 5% são classificadas como vinhas europeias, permitindo a obtenção de vinhos com Denominação de Origem e na França, em alguns Appellation d'Origine Contrôlée (Denominação de Origem Controlada) é permitido o uso de PIWI de 5 a 10% da mistura (SCIENZA *et al.*, 2022, p. 238). Em outros países, inclusive no Brasil, uma única hibridação com espécie silvestre já resulta na classificação da nova cultivar como "híbrida", não importando o número de retrocruzamentos realizados com cultivares de *V. vinífera*, ou seja, a proporção do contexto genético de viníferas na genética da nova cultivar (RITSCHER *et al.*, 2015, p. 166).

Segundo o viveirista italiano Andrea Morelli, considerando que mais de 50% dos agroquímicos utilizados na agricultura na Europa provêm do setor vitivinícola, as vinhas PIWI podem diminuir cada vez mais esta incidência e conseguir a sustentabilidade ambiental. As variedades PIWI podem ser úteis em situações particulares de terrenos e perto de locais sensíveis como escolas e residências, pois os tratamentos são reduzidos e a saúde das pessoas fica mais protegida. Também são mantidas terras adequadas que de outra forma teriam que ser abandonadas devido às restrições impostas pelas regulamentações municipais ou provinciais em matéria de tratamentos fitossanitários. A população sente-se mais segura ao observar menos tratamentos, o que reduziria o conflito entre os agricultores e a população geral. Além disso, as variedades PIWI também podem ser uma solução de adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Nos últimos anos têm-se observado temporadas muito erráticas na Itália e em todo o mundo, que muitas vezes apresentam altos níveis de seca ou queda de chuvas intensas e incessantes por longos períodos. As variedades PIWI podem responder a estas questões críticas, com a sua resistência a elevados níveis de umidade que lhes permitem defender-se mais facilmente contra os fungos (MORELLI, 2024). Ainda de acordo com Morelli, o cultivo de PIWI pode ser visto como um investimento arriscado, pois nem todas as regiões aprovaram o cultivo de PIWI, que estão sob observação e necessitam de processos burocráticos e experimentais lentos para permitir o plantio. Porém, é um fato que quando se tem que plantar uma vinha não se pode esperar anos e deixar a terra improdutiva, e então, conseqüentemente, os viticultores optam por variedades que já são aceitas (MORELLI, 2024).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

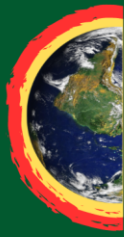
Sobre os desafios que as variedades resistentes PIWI ainda precisam enfrentar, o viveirista destaca que:

Na minha opinião, a grande dificuldade dos enólogos é a hostilidade dos grandes produtores de vinho nacionais para com estas variedades. Muitos enólogos ficam perplexos em plantá-las mas sobretudo quando plantam variedades PIWI não sabem como vender as uvas e a que preço, porque não há grande procura destas uvas no mercado e há uma forte instabilidade. Quando as grandes vinícolas privadas e cooperativas encorajarem o cultivo destas variedades PIWI, garantirem uma remuneração justa às uvas e organizarem reuniões de formação técnica sobre as mesmas, haverá um grande impulso na sua produção e os produtores de vinho tornar-se-ão menos relutantes (MORELLI, 2024).

Na opinião do pesquisador Marco Stefanini, o maior obstáculo que deve ser superado é o preconceito em relação às novas variedades, pois – talvez justamente por produzir e selecionar novas variedades – percebe-se que não há espaço para algo novo na viticultura. Um dos motivos que explica esse preconceito é porque a comunicação do vinho aposta fortemente na historicidade. Se uma área produziu uma determinada variedade, do ponto de vista histórico tendemos a dizer que a variedade deve continuar a ser cultivada ali. Porém, Stefanini acredita na valorização do *terroir* para aproveitar todas as oportunidades que o território oferece para demonstrar um determinado tipo de produto. Afinal, com as mudanças climáticas, cada vez mais o *terroir* é um conceito não estático, ou seja, tem a sua própria evolução contínua. E isso impõe que na relação genótipo \times ambiente quando o *terroir* muda o genótipo também deva mudar também (STEFANINI, 2023). Sobre essa questão, o pesquisador apresenta exemplos:

O [vinho] Teroldego Rotaliano é 100% Teroldego, então teoricamente nada poderia ser incluído. Mas temos a certeza de que com a evolução do clima em todas as áreas onde o Teroldego se saia bem, o Teroldego ainda se sai bem? E esse é o ponto de interrogação. A resposta é que mesmo na natureza há necessidade de evolução, ou seja, de mudança, e as novas variedades deveriam ser vistas com esse propósito. Por outro lado, uma vez não existia Cabernet Sauvignon, havia Cabernet Franc e Sauvignon Blanc, e foi lançada essa variedade Cabernet Sauvignon que é uma das variedades mais difundidas no mundo, certo? Então na minha opinião é esse aspecto que precisa ser modificado um pouco. Olhar para as novas variedades como uma melhor possibilidade de expressar o que um determinado território nos permite produzir (STEFANINI, 2023).

Além da possibilidade de valorizar um território com aspectos mais sustentáveis em seu cultivo, as variedades resistentes apresentam especificidades organolépticas que devem ser observadas no processo de vinificação. Deve-se considerar que as variedades resistentes apresentam características estruturais do fruto ligeiramente diferentes e, portanto, o conhecimento enológico destas variedades é fundamental para torná-las um produto diferenciado face ao vinho convencional.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Segundo o pesquisador Duilio Porro, as variedades PIWI não tem a pretensão de serem iguais e/ou substituir as variedades convencionais que têm uma procura contínua e valorização global já consolidada. Tomando o exemplo de variedades amplamente difundidas em todo o mundo, como Chardonnay e Cabernet Sauvignon, atualmente não é possível propor variedades semelhantes em termos de respostas qualitativas. Na verdade, o trabalho que vem sendo realizado em diversas instituições de pesquisa ao redor do mundo visa acelerar processos de obtenção de variedades com aspectos qualitativos semelhantes. Neste sentido, Porro argumenta que:

As variedades atuais e/ou futuras de PIWI, em qualquer caso, não podem substituir as mencionadas. Eles só podem ser semelhantes. Para isso, porém, é preciso tempo e – sobretudo – que os empresários agrícolas e enólogos acreditem nelas primeiro, propondo-as em grande escala para que possam ser escolhidas e apreciadas. Este segundo passo depende, portanto, tanto do consumidor que deve escolhê-los como dos canais de distribuição (Horeca, GDO) que podem oferecer os vinhos obtidos a partir destas variedades com campanhas midiáticas específicas (PORRO, 2024).

Juntamente com o marketing, a comunicação sobre os reais impactos da vitivinicultura é um caminho interessante para a divulgação e aceitação das variedades resistentes no mercado, conforme aponta Stefanini:

É claro que se analisarmos o carbono produzido ao longo de todo o ciclo de produção do vinho, o que mais impacta é o vidro, o transporte da garrafa pelo mundo. Então o problema de comunicar essas coisas é fundamental na minha opinião. Ou seja, é ter informação, uma possibilidade de informar corretamente o consumidor. Com sinceridade. Ter a coragem de informá-lo nos termos corretos e não com *marketing* enganoso. No sentido de que o problema da comunicação é muito importante porque influencia muito as escolhas do consumidor. (STEFANINI, 2023).

De acordo com Attilio Scienza, a comunicação dos vinhos produzidos com variedades PIWI deve considerar suas características organolépticas de forma original e sem os comparar com os seus “pais”. Afinal, a Itália possui o maior número de denominações de origem e este patrimônio deve ser mantida. Por sua vez, pesquisadores estão trabalhando na combinação de tão preciosas características organolépticas – próprias dessas denominações de origens – com a busca pela sustentabilidade ambiental, o que leva a reduzir as necessidades de intervenções com pesticidas (SCIENZA *et al.*, 2022, p. 240).

Para o pesquisador Reinhard Töpfer, permanecem as questões de introdução no mercado das variedades PIWI disponíveis. Na Alemanha, a participação no mercado pode chegar de 6 a 7% até 2030, porém seria possível chegar de 20 a 30% com as possibilidades de combinação dentro da lei de rotulagem, vinhos espumantes e o desenvolvimento de uma marca forte como a PIWI



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

International. Töpfer defende que se deve convencer os consumidores não pela resistência a doenças, mas sim pela mitigação dos danos que as variedades resistentes possuem frente aos efeitos das mudanças climáticas (TÖPFER, 2023).

As variedades PIWI não são a única opção para a consolidação de uma vitivinicultura diferenciada, entretanto, representam uma alternativa para o cultivo mais sustentável pelo menor uso de agrotóxicos.

Referências

BELLO, Maria Luisa Feijoo; SANCHÍS, Fernando Mestre. Climate change mitigation to restore water resources: the contribution from vineyards management to reduce greenhouse gases. Anais do XIII IWRA World Water Congress. International Water Resources Association. Montpellier, França, 01 a 04 set. 2008. Disponível em: <https://www.iwra.org/member/index.php?page=286&abstract_id=904>. Acesso em: 04 mar. 2024.

CATONI, Giulio et al. **La Viticoltura e l'Enologia nel Trentino**: omaggio del Consiglio Provinciale di Agricoltura di Trento al Consorzio Antifillosserico Bresciano che per festeggiare il XXV anniversario di sua fondazione scelse a meta della sua escvrsione questa terra redenta. Trento: Tipologia Nazionale, 1922. 27p. Acervo: Biblioteca Fondazione Edmund Mach. San Michele all'Adige, Trento, Italia.

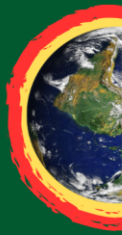
CLEMENTI, Silvano. **Entrevista concedida à Gil Karlos Ferri**. San Michele all'Adige, Trentino-Alto Ádige, Itália, 05 dez. 2023. Acervo: Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (LABIMHA/UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

DARRIET, Philippe. **The context of resistant grape vine varieties in France**: historical aspects, current oenological observations and perspectives. Institut des Sciences de la Vigne et du Vin (ISVV), Université de Bordeaux. In: IIIª Rassegna con valutazione dei vini da "uve PilzWiderstandsfähig" (PIWI). Fondazione Edmund Mach, San Michele all'Adige, 01 dez. 2023.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Avaliação vitivinícola de genótipos de videira nas condições edafoclimáticas de Santa Catarina**. Fase V. Plano de Trabalho submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Coordenador: André Luiz Kulkamp de Souza. Florianópolis (SC), 2017. 31p. Acervo: Rubens Onofre Nodari. Florianópolis, Brasil.

EYNARD, Italo; DALMASSO, Giovanni. **Viticultura Moderna**: manuale pratico. Ed. IX. Milano: Ulrico Hoepli Editore, 1990.

Indirizzo Viticolo per la Provincia di Trento. Serie “Carta Viticola” fascicolo Iº. Comitato Vitivinicolo della Provincia di Trento. Camera do Commercio, Industria e Agricoltura. Trento:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Arti Grafiche “Saturnia”, 1954. 69p. Acervo: Fondazione Edmund Mach. San Michele all’Adige, Trento, Italia.

MORELLI, Andrea. **Entrevista concedida à Gil Karlos Ferri**. Padergnone, Trentino-Alto Ádige, Itália, 15 fev. 2024. Acervo: Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (LABIMHA/UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

PORRO, Duilio. **Entrevista concedida à Gil Karlos Ferri**. San Michele all’Adige, Trentino-Alto Ádige, Itália, 13 fev. 2024. Acervo: Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (LABIMHA/UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

RITSCHHEL, Patricia; MAIA, João D. G.; CAMARGO, Umberto A. Variedades resistentes: interseção entre rusticidade e qualidade – a experiência brasileira. **Anais do XV Congresso Latino-Americano de Viticultura e Enologia**. Bento Gonçalves, RS, 03 a 07 nov. 2015. p. 158-170. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1033270/variedades-resistentes-interseccao-entre-rusticidade-e-qualidade--a-experiencia-brasileira>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SCIENZA, Attilio; RONCADOR, Rosa; PEDERZOLLI, Nereo. **Raccontare il Trentino del Vino**. Nuove Arti Grafiche: Trento, 2022. 271p. Acervo: Biblioteca Fondazione Edmund Mach. San Michele all’Adige, Trento, Itália.

SIVČEV, Branislava V.; SIVČEV, Ivan L.; RANKOVIĆ-VASIĆ, Zorica Z. Natural process and use of natural matters in organic viticulture. *Journal of Agricultural Sciences*, Belgrade, vol. 55, n. 02, p. 195-215, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.2298/JAS1002195S>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

STEFANINI, Marco. Entrevista concedida à Gil Karlos Ferri. San Michele all’Adige, Trentino Alto-Ádige, Itália, 15 nov. 2023. Acervo: Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (LABIMHA/UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

STEFANINI, Marco; TOMASI, Tiziano. **Antichi Vitigni del Trentino**. San Michele all’Adige, Trentino-Alto Ádige, Itália: Fondazione Edmund Mach, 2010. 271p.

SOUZA, André Luiz Kulkamp de. **Entrevista concedida à Gil Karlos Ferri**. Videira (Santa Catarina, Brasil), 19 dez. 2022. Acervo: Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (LABIMHA/UFSC). Florianópolis, Brasil.

TÖPFER, Reinhard. **PIWI Breeding in Germany: achievements and prospects**. Julius Kühn-Institut (JKI), Geilweilerhof. In: IIIª Rassegna con valutazione dei vini da "uve PilzWiderstandsfähig" (PIWI). Fondazione Edmund Mach, San Michele all’Adige, 01 dez. 2023.

Agradecimentos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo auxílio financeiro através do projeto de pesquisa “Vitivinicultura Serrana: o despontar de um terroir de oportunidades para Santa Catarina”, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro ao projeto “Da terra à mesa: uma história ambiental da vitivinicultura nas Américas” e à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela Bolsa do Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE/CAPES) concedida a Gil Karlos Ferri.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

“Ídolos tejidos de plumas”: as aves e as cosmologias andino-amazônicas no
relato de Gaspar de Carvajal²⁶

Fredson Pedro Martins

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará e
bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
pedro.fredson@alumni.usp.br

Resumo

O trabalho busca refletir sobre as formas como as aves da região amazônica colonial foram utilizadas como substrato para interpretações cosmológicas desenvolvidas pelos europeus. Para tanto, analisamos a crônica colonial “Descubrimiento del río de las Amazonas” (1542), escrita pelo frei Gaspar de Carvajal. Construiu-se uma reflexão sobre as formas como as cosmologias foram utilizadas como substrato para uma leitura e ressignificação acerca do papel das aves que habitavam o mundo natural amazônico e seus agenciamentos nas trocas econômico-ecológicas e simbólicas com os povos da região andina. Por meio da observação dos núcleos comunicativos e dos horizontes simbólicos-práticos, foi possível perceber como certos modelos interpretativos foram desenvolvidos por distintos operadores da agência colonial. Foi possível perceber como as cosmologias em contato foram utilizadas como instrumento na compreensão sobre as aves da região, negociando e ressignificando distintas formulações ontológicas das populações indígenas que habitavam os espaços que margeavam a bacia hidrográfica do alto e do baixo Amazonas. Notou-se que a relação entre cosmologias e mundo natural permearam os núcleos comunicativos e as traduções culturais que conectaram os mundos postos em conflito, principalmente na construção de templos, vestimentas e ritualidades.

Palavras-chave: Cosmologias Andinas-Amazônicas; Gaspar de Carvajal; Crônicas Coloniais.

Abstract

This research seeks to reflect on the ways in which the birds of the colonial Amazon region were used as a substrate for cosmological interpretations developed by Europeans. To this end, we analyze a colonial chronicle, *Descubrimiento del río de las Amazonas* (1542), written by Friar Gaspar de Carvajal. A reflection was developed on how cosmologies were employed as a foundation for reading and re-signifying the role of birds inhabiting the Amazonian natural world and their agency in economic-ecological and symbolic exchanges with the peoples of the Andean region. Through the observation of communicative nuclei and symbolic-practical horizons, it was possible to discern how certain interpretative models were developed by different operators of colonial agency. We observed how the cosmologies in contact were used as tools for understanding the birds of the region, negotiating and re-signifying distinct ontological formulations of the indigenous populations that inhabited the areas bordering the Upper and Lower Amazon basins. It

²⁶ Este texto é o esboço inicial de parte do capítulo dois de minha tese de doutorado, produzida na UFC sob a orientação do professor Almir Leal de Oliveira. Conforme poderá se observar, as discussões aqui ainda são bastante incipientes e deverão ser aprofundadas posteriormente com o trabalho documental e as leituras em curso.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

was noted that the relationship between cosmologies and the natural world permeated the communicative nuclei and cultural translations that connected the worlds in conflict, particularly in the construction of temples, clothing, and rituals.

Keywords: Andean-Amazonian Cosmologies; Gaspar de Carvajal; Colonial Chronicles.

O autor, a obra e a expedição de Gaspar de Carvajal

Uma breve biografia de Gaspar de Carvajal

De acordo com os dados coletados por José Toríbio Medina (1894, p. XIV), Gaspar de Carvajal nasceu em Trujillo de Extremadura, no ano de 1504, tendo depois ingressado na Ordem dos Dominicanos.

Provavelmente encontrava-se no Convento de San Pablo de Valladolid, quando o imperador Carlos V²⁷ ordenou ao superior dos Dominicanos, em 30 de setembro de 1535, que enviasse dez religiosos (apesar de terem enviado apenas oito deles, sob o comando de Carvajal) para acompanhar o bispo Fr. Vicente de Valverde ao Peru (MEDINA, 1894, p. XV).

Em 1538 se encontrava como provincial do convento dominicano de Lima, o que prova que seguiu as ordens do seu superior espanhol na atuação da evangelização dos povos do Novo Mundo e fundou um convento dominicano no Peru (MEDINA, 1894, p. XVIII).

Assim como Gonzalo Pizarro, Carvajal era de Extremadura, o que indica que muito provavelmente suas famílias se conheciam a muito tempo e pode ter contribuído na sua resolução de acompanhar o explorador na expedição que partiu de Quito (MEDINA, 1894, p. XIX). Pizarro e seus seguidores objetivavam realizar o desbravamento das terras orientais, onde se acreditavam ter o “país da canela”, e tomar posse das terras antes controladas por Benalcázar²⁸.

Entre fevereiro de 1540 e setembro de 1542 realizou a travessia do rio Amazonas, uma experiência que marcou profundamente sua experiência na América e sua visão sobre os povos indígenas da região. Foi em 1542, na Ilha de Cubagua, no fim da expedição de Orellana, que tomou

²⁷Carlos V foi proclamado sacro imperador romano-germânico em 1519. Recebeu o título de monarca espanhol em 1516, tendo governado até 1556, quando seu filho Filipe II herdou o trono.

²⁸Sebastián de *Benalcázar* foi um *adelantado* e conquistador de origem *espanhola*, tendo falecido em Cartagena das Índias no dia 30 de abril de 1551. Foi o responsável por várias incursões invasoras nos tempos iniciais da conquista, além de ter se envolvido profundamente nas disputas entre os Pizarro e os Almagro.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

conhecimento da morte do bispo Valverde pelas mãos dos grupos Puna e de Francisco Pizarro por grupos indígenas no Chile.

Em 1544 tentou intervir no processo de prisão do vice-rei Blasco Núñez contra os ouvidores (MEDINA, 1894, p. XXII). Sua interferência não deu bons resultados e o vice-rei permaneceu preso. Núñez combateu os irmãos Pizarro em seus levantes, tendo sido derrotado e decapitado em Añaquito em 1546.

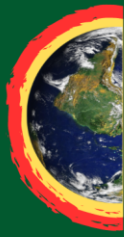
No período entre 1548 e 1557, Carvajal ocupou diferentes cargos dentro da malha eclesiástica colonial, atuando no processo de evangelização de diferentes regiões, o que o permitiu tecer uma ampla rede de influências e poderes: foi prior do convento dos dominicanos na cidade de Cuzco (MEDINA, 1894, p. XXII); depois foi enviado para Tucumán como Protetor de Índios (MEDINA, 1894, p. XXIII); foi instituído como vigário geral do convento e das casas dominicanas de Tucumán; foi nomeado como pregador geral do convento de Guamanga; e também foi eleito Provincial dos Dominicanos, no capítulo da ordem que teve lugar em Lima (MEDINA, 1894, p. XXIV).

No ano de 1584, a cidade de Lima testemunhou o último suspiro de um homem que havia cruzado os mistérios do Novo Mundo com a tenacidade de um explorador e a curiosidade de um sábio. Gaspar de Carvajal, com aproximadamente 80 anos (DONOVAN, 1908), partiu desta vida em meio a uma época de transformações profundas, marcada por conflitos e encontros culturais, levando consigo o peso e a sabedoria de uma jornada que moldou o destino dos povos e das terras que ele tão avidamente investigou. Sua morte marcou o fim de uma vida de descobertas e desbravamentos, encerrando o ciclo de um homem cujas aventuras, entrelaçadas com os fios da história colonial, reverberam através dos séculos como ecos de uma era de exploradores, sonhos, desilusões e violências.

A divisão da obra e seu contexto de produção

O texto de Carvajal abarca um período que vai de dezembro de 1541, quando Orellana e seus companheiros se separam da expedição de Pizarro, até setembro de 1542, quando o bergatin que levava o religioso chega à Ilha de Cubagua, em Nova Cádiz.

O texto é uma narrativa de ordem cronológica, contando os principais episódios da passagem pelo rio Amazonas. Não é dividido em capítulos ou assuntos. Sua estrutura remete



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

bastante a um diário de viagem, narrando os principais episódios em ordem de acontecimentos. A obra foi publicada ainda em 1542 (SOUZA, 2014, p. 11).

Principais eventos da expedição de Pizarro e suas aventuras com Orellana

A expedição liderada por Gonzalo Pizarro partiu no verão equatorial, no final de fevereiro de 1540. Sob o sol que banhava os Andes equatorianos, os soldados, armados com suas espadas, formavam um contraste marcante com o cenário exuberante da paisagem. O clima de tensão e novidade envolvia o grupo, exacerbando a sensação de urgência e fervor. Cada espada não era apenas uma ferramenta de conquista, mas também um símbolo das aspirações grandiosas que moviam os exploradores. Alimentados por sonhos de dominação e a promessa de novas terras, esses homens enfrentavam as adversidades impulsionados pela expectativa de encontrar múltiplas riquezas pela frente, movidos pela esperança de expandir seus territórios e consolidar seu poder nas vastas regiões inexploradas do Novo Mundo (MEDINA, 1894, p. LXV).

Depois de alguns meses descendo os rios da região e invadindo as terras andino-amazônicas, as tropas expedicionárias lideradas por Pizarro passavam por grande necessidade, com os alimentos escassos, debaixo de fortes chuvas e atacadas por doenças. Diante de tantos empecilhos, Pizarro resolveu enviar Carvajal, juntamente com o capitão Francisco de Orellana, para irem tentar buscar mantimentos nas águas abaixo do rio Coca, tendo em vista a grande necessidade e desânimo pela qual todos passavam (MEDINA, 1894, p. XIX).

Após algumas semanas de navegação e impossibilitado de retroceder ao local no qual os companheiros haviam ficado, Orellana resolve, em dezembro de 1541, romper com as ordens de Pizarro e descer o máximo possível os rios amazônicos em uma expedição de desbravamento/conquista. Segundo o historiador Toríbio Medina (1894, p.CXLII), Orellana não conseguiu retornar com ajuda para Pizarro e se viu obrigado a fazer a completa descida do rio²⁹, em uma tentativa de sobrevivência para suas forças.

As caudalosas águas do rio Napo serviram de caminho durante alguns dias, até que em 11 de fevereiro de 1542 a expedição chegou ao rio Marañon, estabelecendo contato com diversos grupos

²⁹Segundo os relatos de Carvajal, tudo indica que eles se encontravam na confluência do rio Cururay com o rio Napo, em uma região dominada pelos indígenas Irimaraes, e tomaram a decisão no dia 02 de fevereiro de 1541.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

indígenas que habitavam as margens do rio e vinham constantemente observar aquele grupo estranho que atravessa as florestas (MEDINA, 1894, p. CXLII).

Depois de quinze dias de navegação, chegam no dia 26 de fevereiro, um domingo, nos territórios controlados por uma liderança indígena chamada de Aparia, *el grande*. Se estabelecem no local e ficam até 24 de abril de 1542, focados na construção de outro bergantim, pois o deles havia sido fortemente danificado. Neste período celebraram a festa da Páscoa e se confessam com os religiosos que acompanhavam a expedição (MEDINA, 1894, p. CXLIV).

Continuando o descimento do rio, em 12 de maio se encontravam com as povoações Machiparo, guerreando ferozmente com indígenas da região. Segundo o relato, neste momento conseguiram boas provisões após a batalha, mas a um alto custo humano, tendo em vista que muitos do grupo de Orellana ficaram feridos, inclusive tendo um deles morrido pouco tempo depois e um arcabuzeiro ficado invalidado. De acordo com Carvajal, os europeus não tiveram descanso nas terras controladas pelos Machiparo, tendo sido constantemente seguidos e atacados pelos indígenas em suas canoas, ao longo dos dias e das noites. Teria sido somente depois que Hernan Gutierrez de Celis, um dos militares que compunham as tropas, matou um dos chefes indígenas das canoas que houve certo abrandamento (MEDINA, 1894, p. CXLVI).

Nos dias seguintes o grupo de Orellana continuou a avançar pela região amazônica. Por volta do dia 13 de maio encontraram um povoado indígena chamado Oniguayal ou Omaguci, e o tomaram a força para se abastecer (MEDINA, 1894, p. CXLVIII). Alguns dias depois encontraram um rio o qual dão o nome de *Trinidad*³⁰, pois havia três ilhas que marcavam o encontro dos rios; além disso, Carvajal aponta que o território era dos Omagua e estava repleto de grande população de indígenas (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 43). Posteriormente, no dia 3 de junho, avistam a chegada de águas muito escuras que desaguavam no rio em que navegavam, era o encontro do rio Negro com o Amazonas (MEDINA, 1894, p. CXLVIII; CARVAJAL, [1542] 1894, p. 47).

Ao decorrer da primeira semana do mês de junho vão enfrentar novos desafios, como um novo ataque indígena, só que dessa vez ao longo da noite, o que vai deixar vários colonizadores feridos. Entretanto, apesar dos ferimentos, eles puderam capturar vários indígenas que foram levados como prisioneiros (MEDINA, 1894, p. CXLVIII).

³⁰Provavelmente seria a desembocadura do atual rio Purus.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Em 10 de junho o grupo de Orellana entrou por um novo rio, que vão denominar como rio Grande³¹. Vai ser nesta região que os invasores passarão pela chamada *Pronvincia de las Picotas*, um povoado indígena que tinha várias cabeças de mortos penduradas e colocadas à mostra (MEDINA, 1894, p. CXLIX). A passagem dos europeus foi marcada pela violência e destruição, conforme o relato que aponta que poucos dias depois, em 14 de junho, eles tomaram um povoado indígena para se abastecer, incendiando as habitações que encontravam pela frente, na qual morreram diversas pessoas, tudo indica que inclusive crianças e mulheres indígenas (MEDINA, 1894, p. CXLIX).

Chegando o fim do mês de junho, no dia 24, Carvajal apresenta um dos mais curiosos episódios do seu relato de viagem: o intenso combate travado com as mulheres guerreiras, que ele denomina de amazonas, tomando de empréstimo o termo utilizado desde a Grécia Antiga. Neste evento o padre dominicano foi ferido com uma flechada no flanco, o que o teria machucado profundamente (MEDINA, 1894, p. CXLIX). Conta o autor que os companheiros, depois de sair do povoado em que enfrentaram as amazonas, que tinham por chefe uma indígena chamada Conori (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 67), pediram para Orellana encostasse um pouco mais abaixo no rio, para poderem se abastecer de alimentos em um povoado indígena que estaria desabitado. Entretanto, o que aconteceu foi que os índios haviam armado uma cilada e cobriram os espanhóis com uma infinidade de flechadas, sendo que uma destas acertou Carvajal no olho, o que o fez perder parcialmente sua visão (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 62). Na medida em que foram descendo o Amazonas, eles continuaram a ser alvo de diversos ataques de grupos indígenas. Em sua narrativa, o frei dominicano narra que Orellana tentou se defender dos ataques incessantes, acampando em uma ilha na confluência que vinha do rio Tapajós, mas os indígenas não deram trégua e continuaram atacando, o que fez com o soldado Garcia de Soria fosse perdido, tendo morrido após ser atingido por uma flecha envenenada (MEDINA, 1894, p. CL).

Passados alguns dias, depois de vários episódios de conflito nos quais suas vidas foram constantemente ameaçadas, os aventureiros começaram a sentir certa maresia no rio, o que teria servido para levantar o ânimo de todos, pois passaram a acreditar que estavam cada vez mais próximos da foz do rio (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 73). Ao tentarem capturar um povoado indígena para se abastecer, sofreram duras aflições, pois os indígenas da localidade apresentaram

³¹Tudo indica que este novo rio seria a desembocadura do rio Madeira dentro do Amazonas, ampliando sua vazão.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

grande resistência e o bergantim pequeno que utilizavam em sua navegação bateu em uma árvore e quebrou parte da sua madeira, fazendo com eles quase afundassem (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 76). Além disso, por conta da demorada batalha com os indígenas, as águas do rio baixaram com o recrudescimento da maré e o bergantim grande ficou encalhado nas areias, o que os tornou um alvo fácil. Diante das dificuldades, Orellana ordenou que metade dos homens fosse afastar os indígenas, enquanto os outros consertavam o bergantim menor para tentar escapar (MEDINA, 1894, p. CLII). No dia seguinte e com a situação um pouco mais calma, se refugiaram perto de um monte e passaram a preparar o barco menor para navegar no mar (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 78). Trabalharam no concerto dos barcos por 32 dias, até que conseguiram partir desde uma região praieira no dia 8 de agosto (MEDINA, 1894, p. CLIII).

Depois de 16 dias navegando pelas águas do rio, no dia 24 de agosto chegaram a desembocadura do Rio Amazonas no mar (MEDINA, 1894, p. CLIV) e, passados mais dois dias, no dia 26 de agosto, saíram ao mar através da ilha grande do Marajó (MEDINA, 1894, p. CLV), se colocando assim como o primeiro grupo de europeus que havia navegado dos Andes até o Atlântico.

Buscando encontrar territórios controlados pelos europeus, passam a realizar uma navegação de cabotagem, saindo da foz do Amazonas e indo sentido Oeste pela costa. No dia 29 de agosto entraram na região do Golfo de Paria (Foz do Delta do Rio Orinoco) e passam 7 dias para sair (MEDINA, 1894, p. CLVI).

Em setembro de 1542 chegaram à Ilha de Cubagua, na atual Venezuela, marcando o fim da expedição (MEDINA, 1894, p. CLVI).

As aves e o mundo amazônico colonial – alimentação, cartografia e cosmologia

Inicialmente gostaríamos de chamar atenção para a presença de aves como alimento, utilizadas para saciar a fome dos europeus, atuando como garantia para que sua missão de exploração/invasão dos novos territórios fosse bem sucedida. Carvajal, em alguns momentos, apresenta o consumo de perdizes, papagaios e pavós, seja através da captura de povoados ou pela doação de indígenas, conforme pode ser observado nos dois trechos a seguir: “[...] mando sacar de suas canoas mucha cantidad de comida, [...] **perdices** y gatos y monos asados [...] (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 20. Grifo nosso.)” e “[...] y huyeron y hubo lugar de recoger comida, que en este pueblo, loado Nuestro Señor, no faltó, porque había [...] **muchos pavos y papagayos** y muy gran



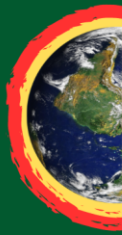
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

abundancia [...] (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 55. Grifo nosso.)”. Estes relatos apresentam aspectos interessantes da dieta nativa, salientando que os povos indígenas da região amazônica contavam com diferentes fontes de proteínas.

Presentes no cotidiano das comunidades indígenas, a variedade e beleza das aves fez com que estes animais passassem a ocupar um lugar de destaque nas leituras e representações sobre o novo mundo, gerando diferentes graus de agenciamento e afetação na vida dos animais humanos. Ao desenvolverem sua elaboração imagética do novo mundo, as aves quase sempre estavam presentes na construção cartográfica do primeiro século da invasão. Os cartógrafos da época apresentaram diferentes tipos de aves nas regiões dos rios que faziam parte daquilo que futuramente iríamos chamar de bacia do Amazonas³².

No mapa da América anônimo, produzido por volta de 1532, podemos observar quatro aves, pintadas com diferentes colorações, que variam de laranja-avermelhado, cinza-esbranquiçado e verde azulado. Nos parece que o uso de distintas cores na confecção das imagens das aves foi uma tentativa de sucesso do cartógrafo de representar justamente a multiplicidade de espécies presentes na região amazônica, que ficaram famosas justamente pela variação de cores em suas plumagens, como era o caso dos diversos tipos de papagaios e araras. Interessante notar que as aves estão colocadas em uma zona entre o Peru (no mapa aparece o termo PERV PROVINCIA) e as terras do Brasil (pelo uso da nomenclatura ELBRASIL), com a descrição do rio Marañon (nomeado no mapa de RIO DE MARANOM) e a presença também de outros elementos da fauna, com criaturas que nos lembram onças e macacos. Neste mapa, produzido antes da expedição liderada por Orellana, não consta a nomenclatura do rio Amazonas, tendo em vista o número reduzido de informações sobre a região.

³² Um trabalho magistral sobre o processo de invenção do rio Amazonas na cartografia colonial foi produzido por Lucas Montalvão Rabelo, cujo título é “A invenção do Rio Amazonas na cartografia (1546-1560)”, publicado em 2020 na Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.7443>



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



Figura 1: Detalhe do mapa da América anônimo, produzido por volta de 1532, no qual se pode observar diferentes aves nas proximidades do “rio de Marañon”.

Fonte: Herzog August Bibliothek de Wolfenbüttel. Disponível em: <http://diglib.hab.de/mss/104a-aug-2f/start.htm?distype=thumbs-img&imgtyp=0&size=>

Por sua vez, o mapa produzido por Sebastião Caboto em 1544 também apresenta importantes elementos que compunham o imaginário sobre o universo americano. Produzido pouco tempo depois da publicação do relato de Carvajal, o mapa de Caboto já apresenta uma visão do rio Amazonas em formato serpenteado, além de itens como uma batalha entre espanhóis e as guerreiras femininas, conforme a narrativa do frei dominicano.

Assim como no mapa anterior, diversos elementos da fauna são representados pelo cartógrafo. Aqui, gostaríamos de chamar atenção para a presença de uma ave com uma plumagem vermelha em sua cabeça e em parte das suas asas, localizada no centro da imagem. A ave se encontra localizada cercada por diversos indígenas que fazem diferentes ações, como alguns que trabalham carregando uma espécie de potes vindo na direção dos Andes para a Amazônia (sentido oeste para o leste), outros que guerreiam contra os espanhóis e outros que cortam madeira. Além disso, temos espécies de onças/jaguares logo acima e abaixo da ave.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



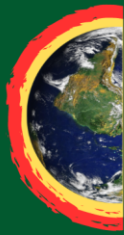
Figura 2: Detalhe de uma ave na região do rio Amazonas, presente no mapa-múndi de Sebastião Caboto (1544), com a presença de indígenas cortando madeira e carregando potes.

Fonte: Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55011003p>

Confeccionado alguns anos depois, em 1551, o mapa de Sancho Gutiérrez foi bastante influenciado pelo de Sebastião Caboto, apresentando semelhança em diversos elementos, tais como a presença das guerreiras amazônicas, indígenas com potes nas costas e no formato do rio Amazonas.

Além disso, o mapa de Gutiérrez também traz a presença de aves na região da América que corresponde ao que seria o território amazônico. Acompanhadas de algumas edificações que são colocadas nas proximidades do rio, representando as moradias indígenas, aparecem duas aves e duas criaturas esverdeadas com uma boca alargada (algo que acreditamos serem jacarés).

É bastante curioso o fato de que as aves presentes neste mapa não apresentem um grande colorido em suas plumagens, sendo caracterizadas apenas por uma coloração amarelada com algumas partes pretas. Destarte, a sua presença indica o valor que estes animais possuíam na caracterização da região, chamando bastante atenção dos europeus, uma vez que são ícones simbólicos da fauna nativa.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



Figura 3: Detalhe do rio Amazonas no mapa-múndi de Sancho Gutiérrez de 1551, no qual podem ser observadas duas aves e dois jacarés.

Fonte: Österreichische Nationalbibliothek. Disponível em: <https://www.onb.ac.at/bibliothek/sammlungen/karten/50-zimelien-test/16-jahrhundert/sancho-gutierrez-welkarte-1551>

Por fim, o mapa produzido por Diogo Homem em 1558 também apresenta a presença de uma ave nas proximidades do rio Amazonas, sendo, neste caso, a ave apresenta uma plumagem com coloração mais diversificada, com tons de verde, vermelho e azul, estando pousada no galho de uma árvore. Circunvizinhos a ave, podemos observar um agrupamento de indígenas, no qual um deles possui um arco e flecha em suas mãos e aponta na direção da ave. Aqui, é difícil afirmar se o indígena estaria em posição de ataque com relação a ave ou estaria apontando sua arma para o acampamento, possivelmente de europeus, que existe mais afastado atrás do pássaro. Outro elemento bastante interessante na imagem são os diversos pedaços de corpo humano pendurados acima do indígena que detém o arco e flecha. Como existem outros indígenas localizados juntos e a presença de uma fogueira, talvez o autor do mapa tenha representado um ritual antropofágico. Interessante notar que a ave parece assistir tudo de seu local de pouso, completamente integrada ao mundo ritual-simbólico indígena.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



Figura 4: Detalhe do do mapa da América do Sul de Diogo Homem, produzido em 1558 e presente no The Queen Mary Atlas, no qual pode-se notar o rio Amazonas e outros diversos elementos.

Fonte: British Library. Disponível em: http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Add_MS_5415_A

Além de servir para alimentação e estarem presentes na cartografia do século XVI, as aves ocuparam um papel de destaque nas cosmologias amazônicas e nas trocas estabelecidas com os povos da região andina. Segundo os relatos de Carvajal, havia uma série de deidades, ritualidades, construção de vestimentas e decoração de templos feitos de diferentes tipos de penas de aves.

Narra Carvajal que alguns dias depois da festa de Ascensão de Cristo, eles entraram nos territórios controlados pelos povos Omáguas e se depararam com povoados bem construídos. Ao encontrarem um povoado menor, localizado em um barranco e menos guarnecido pelas forças indígenas, Orellana ordenou aos seus homens que o invadissem, objetivando se abastecerem dos mantimentos que por lá houvessem. Depois de espantarem os indígenas que protegiam o lugar, passaram a saquear e analisar o que havia nas habitações. Carvajal se surpreendeu ao se deparar com a presença de uma espécie de templo nativo, no qual havia diferentes figuras mais que humanas confeccionadas por tecidos de plumas, que, na sua lógica (baseada em uma leitura europeia e marcada pela ressignificação das práticas cosmológicas e simbólicas do universo Omágua), foram classificadas imediatamente como ídolos pagãos. Neste ponto, vale a pena observarmos a descrição elaborada pelo frei dominicano:

“[...] y en esta casa se hallaron dos **ídolos tejidos de pluma de diversa manera**, que ponían espanto, y eran de estatura de gigante y tenían en los brazos metidos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

en los molledos unas ruedas á manera de arandelas, y lo mismo tenían en las pantorillas junto á las rodillas: tenían las orejas horadadas y muy grandes, á manera de los indios del Cuzco, y mayores." (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 44. Grifo nosso.)

Além do comparativo fé cristã versus práticas idolátricas, Carvajal também usa como elemento comparativo sua experiência e vivência com o mundo andino, ao perceber que certos traços biológicos e itens de ornamentação presentes na figura encontrada no templo se assemelhavam aos traços físicos dos povos incas que habitavam a cidade de Cusco. O sistema de interpretação pautado na dualidade cristianismo x idolatria esteve presente ao longo de todo o processo de conquista.

Por seu turno, a presença de semelhanças com os povos andinos não pode ser vista como algo que partiu unicamente da imaginação de Carvajal. Conforme apontado no início deste capítulo, as trocas andino-amazônicas já vinham de uma longa data, permitindo o intercâmbio de itens materiais como joias, penas, vestimentas e pessoas humanas, além de elementos culturais-simbólicos como ideias, sistemas de organização social, deidades e práticas cosmológicas. Ou seja, do nosso ponto de vista, a descrição das cosmologias Omáguas feita pelo frei dominicano serve para confirmar que pensar separadamente - e de maneira excludente - as zonas andinas e amazônicas é um grande equívoco, tendo em vista que estes espaços foram palco de profundas e longuíssimas interações.

Ainda descrevendo este vilarejo Omágua, Carvajal destacou que o lugar apresentava caminhos largos que davam acesso às zonas internas da floresta, aos moldes de uma estrada real, o que possivelmente indicava a existência de povoações maiores e mais complexas para além das margens dos rios. Diante destes apontamentos, pensamos: Seria exagero imaginar que os elementos ritualísticos encontrados no pequeno povoado seria uma espécie de templo de culto avançado de alguma cultura que se localizava em zonas mais internas da Amazônia? Infelizmente, pela limitação das informações contidas nas fontes, esta pergunta não pode ser respondida de maneira segura.

Avançando em sua navegação pelo rio Amazonas, depois de passar pela desembocadura do rio Negro, já em território do Baixo Amazonas, o grupo liderado por Orellana foi surpreendido ao encontrar construções e elementos de culto inesperados. Observemos a descrição de Carvajal, para que depois possamos refletir sobre os itens presentes nela. Diz o dominicano:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

"En este pueblo estaba una plaza muy grande, y en medio de la plaza estaba un tablón grande de diez pies en cuadro, figurada y labrada de relieve una ciudad murada con su cerca y con una puerta. En esta puerta estaban dos torres muy altas de cabo con sus ventanas, y cada torre tenía una puerta frontera la una de la otra, y en cada puerta estaban dos columnas, y toda era obra ya dicha estava cargada sobre dos leones³³ muy feroces que miraban hacia atrás, como recatados el uno del otro, los cuales tenían en los brazos y unas toda la obra, en medio de la cual había una plaza redonda: en medio desta plaza estaba un agujero por donde ofrecían y echaban chicha para el sol, que es el vino que ellos beben, y el sol es en quien ellos adoran y retiene por su Dios. En fin, el edificio era cosa mucho de ver, y el Capitán, y todos nosotros espantados de tan gran cosa, preguntó á un indio que aquí se tomó qué era aquello ó por qué memoria tenían aquello en la plaza, y el indio dijo que **ellos eran sujetos y tributarios á las amazonas y que no las servían de otra cosa sino de plumas de papagayos e de guacamayos para forros de los techos de las casas de sus adoratorios**, y que los pueblos que ellos tenían eran de aquella manera, y que por memoria lo tenían allí, y que adoraban en ello como en cosa que era insignia de su senora, que es la que manda toda la tierra de las dichas mujeres. Hallóse también en esta misma plaza una casa no muy pequena, dentro de la cual había muchas **vestiduras de plumas de diversos colores**, las cuales vestían los indios para celebrar sus fiestas y bailar cuando se querían regocijar delante deste tablón ya dicho, y allí ofrecían sus sacrificios con su danada intención." (CARVAJAL, [1542] 1894, p. 48-49. Grifo nosso)

Vários são os aspectos que chamam atenção neste episódio. O pequeno templo, os elementos de decoração, a prática de oferta de bebida e sacrificios para as deidades... mas aqui, queremos focar na relação entre as plumas e as guerreiras amazonas. Segundo o autor, ao questionarem um dos indígenas sobre os motivos pelos quais mantinham aquela praça, ele deixou claro que os povos daquele lugar eram tributários das guerreiras amazonas, o que nos remete a modelos de estruturação social com regimes de trocas econômico-ecológicas entre diferentes grupos da Baixa Amazônia. Cabia ao povoado invadido pelos espanhóis servir estas mulheres guerreiras com "plumas de papagayos e de guacamayos", que eram utilizados na construção dos forros dos adoratórios e na confecção de suas vestes ritualísticas.

Fica nítido, no trecho acima, como o sistema cosmológico de diversos grupos da região era fundamentado em mecanismos de reciprocidade ecológica de itens de origem animal, fundamentado assim uma percepção de um forte agenciamento das criaturas não-humanas nas relações de poder, controle e sociabilidade grupal. A constante necessidade de existência de um acervo robusto de penas disponíveis para suprir as demandas coletivas, certamente fez com que

³³Tudo indica que aqui existia a presença um felino da região amazônica, muito provavelmente uma onça. Carvajal faz a leitura e descrição das imagens conforme seu arcabouço cultural.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

estas comunidades indígenas desenvolvessem técnicas de aproximação, captura e extração de plumagens de diversas aves, configurando outros modelos de relação que não necessariamente as percebia como simples fonte de estoque produtivos. A valorização das plumagens e sua conexão com as deidades que organizavam e sustentavam a vida comum, colocava estes animais não-humanos em uma categoria ontológica central para sobrevivência coletiva.

Wilkinson (2018) destacou para o uso de plumagem como item altamente valioso para os povos andinos, atuando na configuração de ordenação social (tendo em vista que certos tipos de artesãos que trabalhavam com plumagens situavam-se em posições mais elevadas na configuração hierárquica) e como elemento de demarcador das elites. Ademais, segundo o autor, os intercâmbios de penas como grupos andinos datava de períodos muito anteriores ao incaico, podendo ser encontradas plumagens de origem amazônica em culturas como a Wari, com papel de destaque para a atuação dos Arawak na realização dos intercâmbios dos bens econômico-ecológicos. O autor também sinaliza que apesar da utilização de plumagens de aves nativas das altitudes andinas, “a principal fonte de penas maiores de vermelho vivo, amarelo e azul foi a Amazônia” (p. 1365). Neste sentido, segundo o autor, quando analisamos os fluxos de vida que eram movimentados nos intercâmbios ecológicos das plumas, vemos que espécimes dos gêneros *Amazona* (papagaios amazônicos), *Ara* (araras), *Ramphastos* (tucanos) e *Tangara* (sanagros) foram particularmente valorizados por conta da afetação que a pigmentação e o tamanho de suas penas causavam.

Tendo por base fluxos de significados idiossincráticos, processuais e múltiplos que regem a relação dos animais humanos com as aves presentes na crônica de Carvajal, podemos dizer que a ideia de humanidade-pessoa dos grupos indígenas amazônicos não se enquadra na lógica racional moderna de categorização sujeito/objeto e natureza/cultura (STRATHERN, 2014). Não é com base na substância biológica de composição dos corpos que se estabelecem os conjuntos, séries e agrupamentos de divisão dos seres, tal como Carvajal quer se fazer acreditar. É uma perspectiva relacional diferente, feita com base nos tipos de conexões, elos e junções de afetação e agenciamento que os outros seres (outras vidas) produzem. Dentro de certas ontologias amazônicas existem animismos (BIRD-DAVID, 1999) que produzem devires próprios e interações outras de encadeamento das criaturas físicas e virtuais.

Exemplifico e encerro. O pássaro que canta e traz presságios entre os Camba/Xebero/Cocama/Omagua não é apenas uma ave que pode ser estabelecida como elemento



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

do mundo natural, em certa medida vista como inferior por não produzir cultura como os humanos fazem. Nos dispositivos de imaginação e nas lógicas de sentidos destes povos, este pássaro possui agência, vontade e impacta na existência de tudo aquilo que compõe a vida que faz parte do seu fluxo de ação, produzindo relações de poder em comunidades inteiras e criando outros processos de interação com aquilo que a nossa ontologia categorizou como mundo natural. Desse modo, pode-se pensar mecanismos de produção e reprodução de relações interacionais de afetação entre os múltiplos seres circundantes, sejam animais-humanos, animais não humanos ou formas mais que humanas. Não existe uma dicotomização, pois percebe-se as relações entre seres físicos e virtuais se sobrepõem, absorvendo, recusando e/ou confluindo diferentes modos de ação (DESCOLA, 2023).

Referências

- BIRD-DAVID, Nurit. "Animism" Revisited. *Personhood, Environment, and Relational Epistemology. Current Anthropology*, v. 40, Issue S1, p. 67-91, Fev., 1999.
- CARVAJAL, Gaspar. *Descubrimiento del río de las amazonas*. Sevilla: Imprenta de E. RASCO, [1542] 1894.
- DESCOLA, Phelippe. *Para além de natureza e cultura*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2023.
- DONOVAN, Stephen. "Gaspar de Carvajal." In: *The Catholic Encyclopedia*. Vol. 3. New York: Robert Appleton Company, 1908. <<http://www.newadvent.org/cathen/03393b.htm>>.
- MEDINA, José Toríbio. "Introducción". In: CARVAJAL, Gaspar. *Descubrimiento del río de las amazonas*. Sevilla: Imprenta de E. RASCO, [1542] 1894. p. VII-CCXXXIX.
- SOUZA, Rosimeire Oliveira. *Omágua: invenção e trajetória de uma categoria étnica colonial no Alto Amazonas (séculos XVI-XVIII)*. 2014. 188 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, 2014.
- STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- WILKINSON, D. (2018) The Influence of Amazonia on state formation in the ancient Andes. *Antiquity*, 92, 365, p. 1362-1376.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Tempo, Espaço e Clima: um estudo de caso sobre o movimento "Celulose Não!" e os usos do ambiente no processo de resistência ambiental

Gabriel Ferreira da Silva

Doutorando em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
gabriel.ferreira.ea@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa investiga a campanha contra a instalação de uma fábrica de celulose na cidade de Rio Grande - RS no final dos anos 1980 denominada de "Celulose Não!", interrelacionando-a com os elementos climáticos e geográficos do referido município. Durante o ano de 1988, o governador do estado do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, anunciou que a metade Sul do estado seria contemplada com a instalação de uma empresa de fabricação de papel celulose. Apesar dos grandes investimentos e a promessas de empregos, em poucos meses o movimento ambientalista da cidade foi capaz de convencer a população cidadina de que a construção desta fábrica seria mais prejudicial à cidade do que benéfica. Ao fim de um ano de campanhas, a sociedade civil estava convencida e pressionou o poder público a encerrar a construção da empresa. Fazendo uso dos conceitos e metodologias operadas pelo campo de estudos da História Ambiental, buscou-se apontar como os ativistas foram capazes de realizar o que se denomina aqui de uso político do clima e do espaço geográfico no momento de construir suas estratégias de resistência contra o empreendimento. Entre os principais elementos abordados, aponta-se como os ambientalistas e cientistas da Universidade Federal do Rio Grande usaram o regime de ventos do município, assim como as estruturas ecológicas do estuário da laguna dos Patos para demonstrar para a população que o referido empreendimento acabaria com locais tradicionais de pesca, assim como a poluição aérea da fábrica seria toda despejada no principal local de lazer da cidade, o balneário Cassino.

Palavras-chave: Clima. Celulose. Campanha ambiental.

Abstract

The present research investigates the campaign against the installation of a cellulose factory in the city of Rio Grande - RS in the late 1980s, called "Celulose Não!" interrelating it with the climatic and geographical elements of the municipality. In 1988, the governor of the state of Rio Grande do Sul, Pedro Simon, announced that the southern half of the state would be granted the installation of a paper cellulose manufacturing company. Despite large investments and promises of jobs, within a few months the local environmental movement convinced the city's population that the construction of this factory would be more harmful than beneficial. After a year of campaigning, civil society was persuaded and pressured the government to halt the factory's construction. Using concepts and methodologies from Environmental



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

History, this study aims to highlight how the activists were able to employ what is termed here as the political use of climate and geographical space in shaping their resistance strategies against the project. Among the main elements addressed, it is emphasized how environmentalists and scientists from the Universidade Federal do Rio Grande used the city's wind regime and the ecological structures of the Patos Lagoon estuary to demonstrate to the population that the enterprise would destroy traditional fishing areas, and that air pollution from the factory would be concentrated in the city's main leisure area, the Cassino beach.

Keywords: Climate. cellulose. Environmental campaign

Introdução

No final dos anos 1980 a cidade de Rio Grande- RS passava por uma difícil crise socioeconômica que também afligia todo Brasil. Desemprego, violência e incerteza eram expressões que faziam parte do cotidiano da população que ansiava por soluções para as mazelas sociais que vivenciavam. Foi então que no verão de 1988 o então governador do estado, Pedro Simon, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), anunciou que o município receberia uma gigantesca planta de produção de papel celulose.

O projeto propunha um investimento sem precedentes na região, prometendo gerar aproximadamente 6 mil empregos diretos e sendo apresentado como a solução econômica para a metade sul do Rio Grande do Sul. Esta área, historicamente menos favorecida por investimentos públicos, enfrentava desafios econômicos significativos. Além disso, o projeto era visto como uma oportunidade única para revitalizar a economia local e atrair novos negócios. No entanto, o sucesso dependeria da execução eficiente e do apoio contínuo do governo e da iniciativa privada.

A proposta celebrada pela mídia regional era vista como incontestável pelos políticos e empresários locais. Entretanto, ambientalistas da cidade criaram um movimento de contestação eficaz ao ponto de convencer a população cidadina a rejeitar o projeto, promovendo assim um dos maiores atos de resistência ambiental do Sul do estado, o movimento “Celulose Não!”.

Este ensaio é o esforço reflexivo sobre uma dissertação de mestrado que promoveu um estudo de caso sobre o movimento em questão. Neste trabalho, aprofundamos a influência climática nos desdobramentos do processo de resistência e como o clima da cidade, em especial o regime típico de ventos da região, foram fundamentais para que as ações do movimento ambientalista obtivessem sucesso. Além disso, evidencia-se como a formação científica da



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Universidade Federal do Rio Grande auxiliou os ambientalistas na compreensão dos elementos do clima como aliados na disputa pelo uso do ambiente.

Como *corpus* de pesquisa desta investigação, foram utilizados diversos artigos científicos produzidos por ambientalistas da época, que serviram de base para seus argumentos e estratégias de resistência. Além disso, foi realizado um levantamento abrangente de aproximadamente dois anos do periódico *Jornal Agora*, cobrindo os anos de 1988 a 1990. Também se conduziu uma série de entrevistas com atores que participaram diretamente do objeto de estudo. Por fim, foram analisados os folhetos distribuídos pelos ambientalistas, que continham os principais argumentos contrários à implantação da fábrica

Visto a ampla gama de fontes consultadas, considerou-se metodologicamente mais adequado a utilização do método de análise de conteúdo para categorizar e realizar a crítica adequada de todas as fontes. Uma vez que os documentos utilizados versam sobre conteúdo das ciências naturais e humanas, jornais e entrevistas, acredita-se que as propostas de Franco(2020) sejam as mais adequadas para abordar, sistematizar e analisar esta ampla gama documental.

Para este ensaio reflexivo, optou-se por utilizar somente alguns recortes específicos do periódico investigado, um relatório produzido pelos ambientalistas e principalmente o folheto de propaganda distribuído durante o período abordado. Esta opção se deu, pois como se trata de um escrito de caráter mais reflexivo, não se entende a necessidade de abordar um número exaustivos de documentos.

Esta pesquisa se insere teoricamente dentro do campo da História Ambiental e possui como principais referências os historiadores Fernand Braudel e José Augusto Pádua. Pesquisas em história ambiental priorizam perspectivas que valorizam as dimensões ambientais dos processos e continuidades nas relações sociais. Desta forma, elementos como o espaço geográfico, ou como no caso desta pesquisa, o clima, são fontes privilegiadas de análise.

Dois conceitos muito importantes foram fundamentais para esta investigação sendo eles a longa duração e geo-história pensados por Braudel (2015)³⁴. A longa duração, pesar de vulgarmente entendida como uma história com um extenso recorte temporal, trata-se de um mapeamento das estruturas que mantem as continuidades que dão as características gerais de uma

³⁴ O presente artigo está traduzido na íntegra no artigo de Guilherme Ribeiro intitulado de: A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

determinada sociedade. No caso de Rio Grande, intensifica-se o regime anual de ventos como tal estrutura.

A geo-história, intimamente ligada ao conceito de longa duração, busca desvendar as características estruturais e as influências ambientais específicas de cada local ao longo do tempo. No caso da cidade de Rio Grande, por exemplo, a forte relação de suas estruturas econômicas e culturais com a atividade pesqueira está diretamente associada à sua localização geográfica, que a define como um importante ponto de atracação de barcos e navios, ou seja, como um porto natural. Considerando esses dois conceitos, constrói-se um panorama da história de Rio Grande em que grande parte da formação da cidade se baseou nas imposições geográficas que influenciaram o estabelecimento de estruturas sociais, tanto políticas quanto materiais. Além disso, os agentes que definiram as relações de mudança e continuidade na história da cidade o fizeram levando em conta o que é considerado aqui a principal estrutura de longa duração: o vento.

Estes dois conceitos foram fundamentais tanto para o processo interpretativo dos dados, mas principalmente para edificar a pergunta-chave desta pesquisa: Teriam os ativistas do movimento “celulose não” consciência da agência do clima e dos ventos da cidade de Rio Grande no que tange a elaboração de suas ações de resistência? Foi com essa pergunta típica das pesquisas em história ambiental, como aponta Pádua (2010), que estruturou as reflexões deste ensaio.

Visto isso, busca-se dividir este trabalho em dois momentos. Inicialmente, discute-se aspectos fundamentais da cidade de Rio Grande, de sua cultura, ambiente e perspectivas socioeconômicas. Este movimento foi fundamental para introduzir a compreensão dos eventos de resistência ocorridos na cidade.

Posteriormente analisamos as fontes que baseiam a argumentação central deste trabalho, apontando como a compreensão dos fatores climáticos foram fundamentais para a história que se segue. Busca-se analisar as fontes à luz da dos conceitos teóricos anteriormente citados sempre tendo em vista a importância da pesquisa empírica.

O lugar e seus agentes

A cidade de Rio Grande fica no extremo-sul do estado do Rio Grande do Sul e se destaca por seu extenso litoral. A praia do Cassino se estende por 226 km até a divisa com o Uruguai,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

sendo considerada uma das maiores praias do mundo. Além disso, o município encontra-se no local exato onde desembocam as águas da Laguna, formando o estuário da Laguna dos Patos.

A região estuarina é marcada por sua abrangência em biodiversidade e recursos naturais. Diversos crustáceos e peixes utilizam das ricas áreas alagadas para se proteger durante o período de reprodução. Este cenário acabou por gerar ao longo dos séculos um lugar de cultura marítima, voltado à pesca e ao setor portuário.

As pesquisas de Oliveira (2013) apontam que a ligação do município com o litoral e principalmente o oceano atlântico acabou por criar um modo de vida voltado à cultura marítima. Desde sua fundação em 1737, a região estuarina serviu como porto para a cidade de Rio Grande e base militar para marinheiros e militares que vinham para localidade proteger o território português dos constantes ataques dos espanhóis.

Tal percepção do espaço atlântico é fundamental para nossa abordagem, já que as experiências dos personagens principais por nós analisados, os marinheiros, eram caracterizadas pelo movimento. Suas vidas, mesmo que visualizadas a partir do contexto riograndino, relacionavam-se com uma cultura e tradições de trabalho que, acreditamos, só adquirem nexos se inseridas em contextos de trabalho e de fluxo de ideias nem sempre restritos a fronteiras nacionais rigidamente estabelecidas, impossibilitando-nos de tratar a cidade de Rio Grande como uma delimitação espacial rígida no que se refere ao pertencimento dos indivíduos analisados. Mesmo que não foquemos o oceano em si, buscamos perceber as formas como uma área específica Rio Grande e como a cultura marítima nela presente eram definidas em suas relações com o espaço oceânico. (OLIVEIRA,2013, p.73)

Apesar de toda a importância do porto para a cidade, a cultura litorânea voltada ao ambiente marinho não se resume somente ao ambiente naval. A praia do Cassino possui o balneário mais antigo do Brasil, de mesmo nome. O lugar é historicamente um local de descanso e veraneio das camadas mais abastadas da cidade e dos municípios vizinhos. A cultura de praia criada neste ambiente é uma das mais antigas do Brasil, como aponta Nóbrega (2012) e é sem dúvidas uma das grandes marcas do município que recebe todos os anos milhares de veranistas.

Em nosso entendimento, está na pessoa de Antônio Candido de Sequeira a figura de uma articulação empresarial e política fundamental para a fundação do primeiro balneário planejado do Rio Grande do Sul Riograndino de nascimento, mas afastado da cidade até meados da década de 1870, seu retorno ao paço municipal se fez sintomático no que tange um quadro de referências que será incorporado na futura Villa Sequeira (NÓBREGA,2012, p.17)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A gigantesca extensão de praia aliada a um ecossistema estuarino tornou Rio Grande uma região propícia à pesca artesanal e industrial ao longo de sua história. A atividade pesqueira é sem dúvidas uma das principais marcas da história socioeconômica do município, que durante os anos 1970 foi o maior polo da América Latina de processamento de pescado e até o presente momento é um local conhecido pela sua tradição pesqueira.

Segundo um estudo elaborado pelo Departamento de Estudos Econômicos do Centro de Indústrias de Rio Grande (Cirg) e o Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) no seu auge em 1979, o parque industrial pesqueiro tinha mais de 15 empresas com instalações industriais e uma frota de 26 barcos sediada em Rio Grande. Gerava cerca de 17.000 empregos diretos e a manipulação de aproximadamente 125.000 toneladas de pescado (Cirg, 1980). (HAIMOVICI, M.; CASTELLO, J. P.; ABDALLAH, P. R, 2014, p.2)

Nota-se que o ambiente onde se localiza o município de Rio Grande acabou por propiciar um *habitus* cultural voltado às atividades marítimas, tanto no campo social, quanto econômico. Não é à toa que o surgimento da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) surge justamente com o objetivo de voltar as atividades desta instituição ao ambiente costeiro.

Todos estes elementos aqui citados propiciaram à cidade a instalação de um dos maiores complexos portuários da América latina. O Porto de Rio Grande, que apesar de antigo, passou por reformas durante o século XX que possibilitaram a este local fazer parte de todo um projeto nacional de importação e exportação de produtos. Entre as principais alterações aqui apontadas, pode-se indicar a construção dos molhes da barra e a implementação do que hoje é conhecido como Super Porto.

Em 1970, foi realizada uma nova dragagem do canal de acesso à Barra, para possibilitar a entrada de navios calando 40 pés. Neste momento, foi realizado um Plano Diretor para a realização dos terminais do Superporto e, para que a implementação fosse possível, foram comprados 1.761ha de terreno, que somados à área adquirida em 1957, de 107ha, totalizou 1.868ha. Esta soma de terras fez a Segunda Seção e a Quarta Seção da Barra e todos os demais terrenos a Leste da Meridional 52°8', formando o Complexo Portuário Industrial, o Superporto e a área de expansão (FERREIRA, 2016, p.61)

A relação entre o Superporto e o frágil ecossistema é um tema de debate antigo na cidade, dividindo a população e especialistas da universidade. As constantes alterações estéticas do ambiente causadas pelas diversas instalações portuárias e industriais acabaram muitas vezes por alterar alguns modos tradicionais de subsistência no município, como por exemplo o padrão de



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

vida dos pescadores artesanais. Ademais, práticas culturais marítimas, como o surf, que muitas vezes são interrompidas por causa do lodo proveniente da Laguna, geram acalorados debates sobre a origem destes sedimentos, se naturais ou provenientes da dragagem no canal barra.

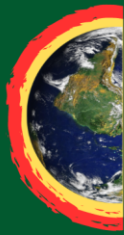
Dentro deste ambiente de conflito socioambiental pela disputa dos usos do ambiente costeiro e estuarino, observa-se o surgimento de uma multiplicidade de movimentos e grupos ambientalistas no município. Alguns dos mais importantes destes grupos ligados à cidade surgem entre o início dos anos 1980 e metade dos anos 1990, influenciados por uma discussão global sobre os impactos da ação humana no meio ambiente.

(...) o início dos anos 1980 proporcionou o surgimento de diversos movimentos, agremiações, coletivos e organizações de ação contestatória dos mais variados espectros. Acredita-se que o Nema também esteja incluso aqui. Ademais, no tocante à forma de organização, especula-se que esta tenha a ver diretamente como uma resposta ao modelo ditatorial. Como se sabe, as questões ambientais eram amplamente delegadas durante os anos de chumbo, sendo inviável desta maneira, indivíduos atuarem na defesa do meio ambiente através da institucionalidade do estado. Isso pode explicar o modelo político-organizacional adotado pelo Nema e CEA desta maneira. (SILVA,2019, p.67)

Embora esses movimentos tenham surgido no contexto de um movimento ambiental maior, os grupos ambientalistas da cidade apresentam uma característica distinta em relação a outros movimentos semelhantes: suas origens estão profundamente enraizadas no ambiente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Observa-se que os grupos ambientalistas mais antigos e duradouros do município mantêm uma conexão direta com a FURG.

O Nema nasce efetivamente no ano de 1985, por iniciativa de estudantes do curso de Oceanologia da FURG. A decisão de criar a organização é oriunda da preocupação em relação à situação ambiental do município de Rio Grande. Em pouco tempo, os integrantes já firmaram parcerias com setores municipais, em especial, com a autarquia do balneário Cassino, onde juntos discutiram quais seriam as bases de atuação do grupo e por fim, decidiram que a principal meta deste agrupamento seria a de levar o conhecimento científico à comunidade, atitude pioneira na época (SILVA,2019,p.68)

A estreita ligação entre os movimentos ambientalistas de Rio Grande e a academia resultou em uma militância altamente instrumentalizada, especialmente no que diz respeito à compreensão das relações entre seres humanos e o meio ambiente. Não por acaso, a FURG abriga o maior e mais antigo programa de pós-graduação em Educação Ambiental do Brasil. Além disso, alguns dos fundadores do curso, como Roberto Tagliani, também foram pioneiros nos grupos ambientalistas da cidade, como o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A instrumentalização proporcionada pela universidade, somada ao contexto do ambiente litorâneo de Rio Grande, direcionou o foco dos movimentos ambientalistas para a conservação dos ambientes costeiros e estuarinos. É nesse cenário que chegamos ao ano de 1988, quando o governo do estado do Rio Grande do Sul anunciou a instalação de um complexo de produção de papel celulose no porto de Rio Grande, às margens da Laguna dos Patos.

O anúncio não foi feito de forma despretensiosa, ou ao acaso, como aponta Silva (2019). A região do superporto de Rio Grande possuía um espaço destinado à instalação de uma fábrica de celulose, como consta em sua planta base. Ademais, toda a estrutura do superporto foi pensada para abarcar as mais variadas tipologias industriais, de fábricas de adulto até petroquímicas.

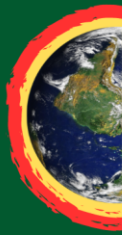
Nesse sentido, foi efetivamente no início dos anos 1970 que se deu o primeiro plano do Superporto de Rio Grande. Neste plano, idealizado por uma empresa francesa chamada Société Générale, entre as indicações de uso da chamada retro área para o modelo de complexo industrial, figurava a indústria naval, indústria de papel/celulose e petroquímica. Tal modelo de área marítima de desenvolvimento industrial segue os exemplos dos modelos europeu, japonês e norte-americano e estava baseado no conceito de complexo portuário industrial (SILVA,2019)

Uma matéria de destaque no *Jornal Agora*³⁵ aponta para importância do projeto para região. Um texto centralizado e ocupando boa parte do espaço da página do periódico é a indicação de que o assunto tratado era algo relevante. Bourdieu (1996) aponta em seus estudos sobre mídia justamente as intencionalidades e relevância da configuração das notícias nos jornais.

O entusiasmo por parte da mídia da cidade não era desmedido, pois como apontado anteriormente, o país inteiro sofria com as mazelas do que hoje é conhecida como a década perdida, desemprego, inflação e violência eram problemas que assolavam Rio Grande e o Brasil. Desta maneira, o anúncio de um projeto dessa magnitude era visto como A salvação econômica da metade sul do estado.

O projeto de fato era astronômico até para os dias de hoje prevendo um investimento de cerca de dois bilhões de dólares e intencionando cerca de 7 mil empregos diretos e 20 mil indiretos. Por óbvio, todos estes números e pretensões eram superestimadas pelos jornais e defensores do projeto, contudo ao analisarmos o projeto da fábrica, nota-se que de fato o projeto teria um impacto poderoso sobre a economia local.

³⁵ O jornal agora circulou de ano a ano, desde 20/09/1975 até 10/03/2020 e foi por muito tempo o principal veículo de informação escrita da cidade.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

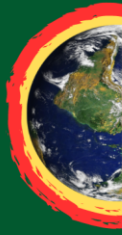
O prefeito Anselmo Rodrigues pretende estudar pormenorizadamente o assunto, que considera de grande importância. “Afinal serão investidos pela indústria, nada menos que dois bilhões de dólares, com a criação de 7 mil empregos diretos”, disse o vice-prefeito Edgar Cuervello que, agora, agiliza novos contatos com Lutzenberger e a possibilidade de visita ao grupo Aracruz, no Espírito Santo. (AGORA,13/04/89).

Desta maneira, parece improvável, vista a crise econômica relatada, que um projeto desta magnitude fosse receber qualquer tipo de críticas ou questionamentos por partes de qualquer setor social. Entretanto, após poucas semanas do anúncio do projeto um movimento organizado pelos ambientalistas da cidade foi capaz de fazer uma contraposição tão grande à instalação da fábrica que ao fim do ano de 1989 o governo do estado foi obrigado a desistir do projeto em Rio Grande.

Durante o que se denomina aqui de "processo de resistência ambiental", os ambientalistas começaram a promover uma série de discussões e campanhas de conscientização ambiental em vários setores da sociedade civil em Rio Grande. Essas iniciativas incluíram reuniões em comunidades religiosas, associações de moradores de bairros e a câmara de vereadores, bem como a distribuição de panfletos em praças e locais de descanso frequentados pelos habitantes de Rio Grande, especialmente na praia.

Toda a pressão feita acabou por gerar uma reunião de emergência entre propositores do projeto (governo do estado) e os receptores dele (Município de Rio Grande), como aponta a reportagem do Jornal Agora. O prefeito da cidade, o governador do estado, professores universitários, ambientalistas e empresários do município debateram por uma tarde inteira os rumos do projeto. Ao fim, mesmo contrariado, o governo do estado acabou por desistir oficialmente do empreendimento.

Conforme defendem os três entrevistados para a realização deste trabalho, o momento decisivo para o fim da intenção de instalação da fábrica se deu com a presença do então governador, Pedro Simon, na cidade de Rio Grande, no ano de 1989, ocasião em que um grupo de representantes do movimento “Fora Celulose!”, composto por professores da FURG, ambientalistas e políticos, levou ao mandatário estadual o relatório redigido pelos cientistas Universidade, documento este que resenhava os motivos da mobilização com a finalidade de recusar o empreendimento. Apesar deste fato, importante destacar que a discussão sobre o assunto continuou em pauta por mais um após a vinda do governador, não se encerrando, portanto, com o fato político acima citado, como afirmam os entrevistados. (SILVA,2017,p.62)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Nesse processo de conscientização, os ambientalistas conseguiram convencer a população a rejeitar a construção da fábrica, pressionando o governo a seguir o mesmo caminho. No próximo capítulo, abordaremos como os ativistas tomaram medidas eficazes e estruturaram seus argumentos.

O clima de Rio Grande e seus grupos ambientalistas

Antes de analisarmos as estratégias argumentativas, é importante considerar brevemente dois aspectos distintos. Primeiro, é necessário compreender a composição dos grupos ambientalistas que lideraram o movimento de resistência. Em segundo lugar, é fundamental entender as características climáticas e ambientais de Rio Grande, especialmente seu regime de ventos e o processo de reprodução dos peixes no estuário.

Apesar de sua extensa relação com o ambiente marinho, a principal característica de Rio Grande é seu forte e constante regime de ventos. Estes cessam poucos dias durante o ano e durante os invernos castigam a população com o gélido frio do continente antártico, conhecido como minuano.

Outro fator importante é em relação ao comportamento do regime de ventos da cidade, que muda conforme as estações do ano. Durante os meses mais frios, há um fortalecimento de ventos sul/ **sudeste**. Durante o início da primavera e o final do outono predominam o **Norte/Nordeste**. Este fator faz com que no inverno a cidade seja atingida pelos ventos frios vindos do polo sul e durante o verão pelos quentes ventos vindos do centro do país.

Analisando as rosas dos ventos sazonais (figura 2), nota-se que, para o período de verão, os ventos de nordeste ocorreram com uma grande frequência e também apresentaram uma alta intensidade (entre 18 e 38 km/h). A segunda componente mais observada foi a leste, porém com uma intensidade muito menor que a direção nordeste(...) durante o inverno, as direções nordeste, norte e sudoeste tiveram aproximadamente a mesma frequência. Os ventos de sul e sudoeste apresentaram uma forte intensidade, provavelmente devido à maior intensidade e número de frentes frias que chegam à região durante os meses de junho, julho e agosto. (KRUSCHE,2000, p.6)

Tendo clara então esta importante característica climática da cidade, cabe agora uma breve análise dos grupos ambientalistas que foram analisados nesta pesquisa e que viviam sobre as



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

determinações deste clima. Buscando um recorte adequado, o trabalho em questão focou em apenas dois deles, o NEMA e o CEA.

Ambos os grupos, hoje ONGs ambientais, foram formadas na esteira do surgimento dos movimentos ambientalistas dos anos 1980 e tinham como objetivo dar voz aos problemas ambientais de sua região. Tanto o CEA, quanto o NEMA foram fundados por acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande, especialmente por estudantes das ciências da natureza, tais como a biologia e a oceanologia, contudo, estudantes de diversos outros cursos também participavam.

É interessante notar, antes de prosseguir que, tanto o CEA, quanto o Nema, são fundados em um momento próximo à década de 1980. Para além disso, ambas organizações são moldadas em estruturas similares, em forma de ONGs e possuem, inicialmente, um discurso semelhante de defesa do meio ambiente e do ecossistema costeiro. É nítido que há uma inter-relação entre os grupos, o que indica, desta maneira, que os sujeitos que compõem esses quadros, podem fazer parte de instituições ou espaços de sociabilidade que os induziu ou incentivou na criação destes grupos. O curso de oceanologia parece ser o elo entre as ONGs. (SILVA,2019, p.66)

O surgimento desses movimentos no âmbito da universidade proporcionou aos seus ativistas um conhecimento aprofundado sobre o funcionamento dos sistemas naturais e ambientais, permitindo-lhes focar em aspectos que passariam despercebidos por pessoas comuns, como o regime de ventos, por exemplo. Além disso, a ligação estreita com a universidade conferia aos membros do movimento um certo capital político, tornando-os figuras respeitadas pela sociedade. É importante lembrar que estamos falando dos anos 1980, um período em que o acesso ao meio universitário era significativamente mais restrito do que hoje, e as universidades desfrutavam de um prestígio que atualmente já não é tão presente. Nesse contexto, a FURG, uma universidade pública e federal, destacava-se pela sua longa tradição nas ciências naturais, especialmente com o curso de Oceanologia e seus renomados programas de pós-graduação, considerados entre os melhores do Brasil.

O uso do clima e os processos de resistência

A investigação reuniu uma série de evidências que revelaram as estratégias adotadas pelos ambientalistas, além dos fatores que contribuíram para a eficácia dessas táticas. Ao longo de dois anos de pesquisa, concluiu-se que todas as estratégias, em conjunto, foram essenciais para o



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

sucesso do movimento. No entanto, uma delas se destacou como a principal, e será analisada a seguir.

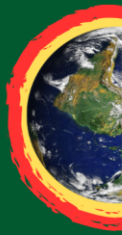
Conforme aponta Silva (2017), o principal trunfo dos ambientalistas foi usar o conhecimento sobre o regime de ventos da cidade a seu favor. Compreendendo as dinâmicas dos ventos e, conseqüentemente, o clima local, os ativistas passaram a destacar, em suas argumentações e materiais de divulgação, que os resíduos aéreos da fábrica, durante o verão, seriam transportados até o balneário Cassino, poluindo a área e comprometendo a temporada de veraneio. Esse ponto será explorado com mais detalhes adiante.

É importante lembrar que, nos anos 1980, as fábricas de celulose não possuíam as tecnologias de mitigação de impactos ambientais que existem atualmente, o que resultava na emissão de fortes odores e outros efeitos negativos. Além disso, o Rio Grande do Sul já havia enfrentado, uma década antes, os impactos da poluição causada por uma empresa similar, a Borregaard.

Para entender melhor esse argumento e permitir uma análise mais profunda tanto dele quanto das fontes da pesquisa, é necessário discutir brevemente a localização do balneário Cassino e o local proposto para a fábrica. Segundo Silva (2017), o porto de Rio Grande já contava com um local predeterminado para a instalação do complexo de produção de celulose, situado às margens da Laguna dos Patos, uma área com grande disponibilidade de água e próxima aos molhes da barra de Rio Grande.

Ao observar um mapa de Rio Grande, nota-se que o balneário Cassino fica a apenas 4 km em linha reta do local de instalação da fábrica. Com base no regime de ventos mencionado, é lógico concluir que, durante os meses mais quentes, toda a poluição atingiria diretamente o centro de lazer e veraneio do município. Foi essa percepção que levou os ativistas a estruturarem sua principal argumentação: "A fábrica de celulose acabaria com a balneabilidade do Cassino".

O principal documento que sustenta esse ponto é um folheto que sintetizava os principais argumentos do movimento e era distribuído durante as ações de conscientização. Nele, destacam-se seis argumentos distintos, dos quais três abordam diretamente a questão da poluição do balneário.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

CELULOSE

As verdades que você precisa saber.
Vivemos muito tempo com a idéia de que a natureza é um bem inesgotável, gratuito e eterno. Entretanto o problema da poluição tem-se agravado e adquirido proporções dramáticas tanta pela sua extensão como pelo risco concreto que ela traz para a maioria das formas de vida existentes.
Sendo assim a poluição adquire a forma de uma imensa bomba atômica jogada a conta-gotas sobre nossas cabeças nossas consciências e nosso futuro.
A implantação de uma **fábrica de Celulose em Rio Grande** agravaria substancialmente os problemas sociais, econômicos e ambientais da Cidade e da Região Sul do Estado.
Consideramos imoral arriscar a vida das pessoas e da Natureza a pretexto de um falso progresso que beneficia sempre a uma parcela muito reduzida da população.

EMPREGOS

A fábrica, segundo dados do sumário executivo do projeto, forneceria 688 empregos diretos sendo que quase a metade deles seriam para técnicos com experiência anterior em fábricas deste tipo, Sobrariam para os Rio-Grandinos 458 empregos (numero muito pequeno). Além disso mais de 20.000 pessoas com suas atividades diretamente ligadas a pesca teriam suas funções ameaçadas em consequência da devastação ambiental que seria provocada pela implantação da fábrica de Celulose.

ODOR

NÃO EXISTE TECNOLOGIA NO MUNDO INTEIRO QUE ELIMINE O CHEIRO A "OVO PODRE" que uma fábrica de Celulose provoca. No Verão o VENTO Nordeste levaria o cheiro para o CASSINO, comprometendo a balneabilidade da PRAIA, No Inverno o Vento Sul dominante tornaria a qualidade do ar em Rio Grande ainda mais comprometida e com o mesmo cheiro característico a "OVO PODRE".

TURISMO

O Comprometimento da água e do ar pelo lançamento dos efluentes de uma fábrica de CELULOSE implicaria numa drástica redução no TURISMO (lembramos que no Verão passado 200.000 turistas por mês visitaram o Balneário do CASSINO), bem como prejudicaria qualquer plano futuro que vise o desenvolvimento do Setor. A implantação desta fábrica ameaçaria cerca de 800 empregos gerados pela atividade comercial do Turismo (bem mais que os empregos que seriam gerados).

SAÚDE

Não existe previsão de tratamento dos efluentes capaz de evitar os graves danos ao meio ambiente, segundo dados do próprio Projeto. Serão lançados no MAR produtos altamente tóxicos que assimilados pelos PEIXES, CAMARÕES E MARISCOS, seriam consumidos mais tarde pelo Homem ocasionando intoxicações na População em geral. Alguns produtos são CANCERÍGENOS, e a fumaça eliminada pela fábrica implicaria em problemas respiratórios na população.

PESCA

Somente a pesca do Camarão Rosa rende entre 4,52 a 65,68 milhões de dólares por ano. O Camarão e muitos peixes de importância comercial utilizam o estuário (Zona de mistura de água doce com água salgada) para se alimentarem quando ainda são pequenos. Assim como nossos BEBES, estes peixes jovens são muito sensíveis e podem morrer pelo efeito dos poluentes. Assim no futuro não irão ficar adultos para poderem ser pescados, e a atividade PESQUEIRA seria muito prejudicada. Será que vale a pena desconsiderar a vocação PESQUEIRA de nosso Município?

INFRAESTRUTURA

A implantação desta Indústria provocaria um inchaço na Periferia do Município, porque os empregados utilizados na construção desta fábrica, trazidos pelas Empreiteiras, ficariam desempregados após a sua conclusão aumentando o déficit habitacional e problemas com a falta de TRANSPORTES COLETIVOS, SAÚDE e EDUCAÇÃO para famílias destes trabalhadores.

RESUMINDO:
...A FÁBRICA DE CELULOSE DARIA MUITO DINHEIRO A ALGUNS.....E MUITOS PROBLEMAS (AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS) PARA GRANDE MAIORIA DA POPULAÇÃO DE NOSSO MUNICÍPIO"



CEA Centro de Estudos Ambientais

Figura 1: Folheto CEA

Fonte: acervo do autor

Por óbvio a existência deste argumento central não pode ser encarada como uma prova de que os ambientalistas usaram de forma consciente a compreensão da dinâmica climática a seu favor. Para que se possa notar isso de forma mais clara é necessário analisar de maneira mais



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

profunda e crítica o restante das fontes utilizadas nesta pesquisa, em especial o material em que o folheto era baseado.

Como já mencionado, a grande maioria dos membros da "celulose não" eram acadêmicos e muitos inclusive professores da FURG. Além disso, a FURG por ser uma das maiores universidades federais do sul do país, possuía, tanto hoje, como nos anos 1980, um respaldo social muito grande. Sendo assim, o primeiro grande passo do movimento em busca de barrar o projeto foi o de comprovar cientificamente os impactos negativos que a fábrica poderia causar.

Desta forma, os ambientalistas e diversos cientistas da universidade criaram um relatório que buscava apontar diversos potenciais problemas ambientais que poderiam ser causados pela construção de uma fábrica de celulose no estuário da laguna dos Patos. Este relatório versava sobre diversas áreas do conhecimento entre as de destaque pode-se apontar a medicina, direito, oceanologia e engenharia química. Ao compararmos o conteúdo deste documento com o folheto distribuído, nota-se que é deste relatório que se baseia tal fonte, podendo notar inclusive frases transcritas *ipsis litteris*.

Considerações finais

Ao longo deste ensaio, buscou-se evidenciar a conexão entre o movimento ambientalista de Rio Grande, suas estratégias de ação e a percepção dessas pessoas em relação ao clima da cidade. Sem recorrer a determinismos ou conclusões superficiais, e com o apoio de uma gama limitada de fontes, o principal objetivo foi demonstrar a presença de uma resistência ambiental fundamentada no conhecimento climático.

Essa investigação levanta diversos outros questionamentos e abre caminhos para novas pesquisas. Um deles é se a estratégia de compreender e utilizar as dinâmicas ambientais do local foi exclusiva do movimento "Celulose Não" ou se também aparece em outros movimentos reivindicatórios.

Este estudo ainda não se aprofundou nesse questionamento por meio de uma investigação histórica. No entanto, conceitualmente, Leff (2009) afirma que os novos movimentos sociais, especialmente o ambientalista, que surgiram após a queda da União Soviética, passaram a propor uma nova forma de relação com o mundo, baseada no que ele chama de "racionalidade ambiental".



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Embora não se possa fazer afirmações categóricas, acredita-se que o movimento "Celulose Não" seguiu essa lógica. Segundo Leff (2009), parte do processo de construção dessa racionalidade ambiental envolve compreender o ambiente em que se vive e propor um mundo mais sustentável. Essas características são claramente observáveis no movimento "Celulose Não".

Referências bibliográficas

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Autores Associados, 2020.

LEFF, Enrique, **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Editora Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. Construindo a história ambiental da América Latina. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 12, n. 13, p. 11-29, 2005.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes antropológicos, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 24 (68), p. 81-101, 2010

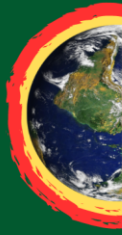
SILVA, Gabriel. **Movimento ambientalista e educação ambiental: um estudo de caso sobre o movimento "celulose não" no município de Rio Grande no final dos anos 1980**. Universidade Federal do Rio Grande. PPGEA. 2020

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. **Sobre Águas Revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)**. 2013.

HAIMOVICI, M.; CASTELLO, J. P.; ABDALLAH, P. R. Desenvolvimento da pesca industrial sediada em Rio Grande: uma visão histórica sob a ótica de atores privilegiados. **A pesca marinha e estuarina no Brasil: Estudos de casos multidisciplinares**. Rio Grande: Editora da FURG, 2014

BRAGA, Maria Fernanda S.; KRUSCHE, Nisia. Padrão de Ventos em Rio Grande, RS, no período de 1992 a 1995. **Atlântica**, v. 22, p. 27-40, 2000.

Fontes



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

DOMINGUES. Marcelo. Consequências Sócio-econômicas para o Rio Grande com a instalação de uma fábrica de cellulose. In: Relatório de impacto sócio-econômico. Rio Grande: FURG / Departamento de Geociências. 1989, 12 f.

Agora, Rio Grande, p 2. XIV, 01/03/1989.

Agora, Rio Grande, p 3. XIV, 26/03/1989.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Análise das políticas sociais de acolhimento a imigrantes na Itália: assistência e racismo

Ivan Ducatti

Professor Adjunto – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Pesquisador Visitante – Università Ca' Foscari, Veneza, Itália

Vice-coordenador do Núcleo de Estudos em Trabalho, Sexo/Gênero e Raça/Etnia a partir do Materialismo Histórico-Dialético (NEGREM) (UNIRIO)

Resumo

Os números de pessoas que se deslocam pelo mundo, como migrantes internacionais, nacionais e refugiados, têm crescido de forma exponencial desde o início do século XXI. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2000 a 2015, foram contabilizadas 244 milhões de pessoas nessas condições, com um aumento migratório de deslocamento populacional de 41% em relação aos anos antecedentes. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, chegaram à Europa Ocidental dezenas de milhões de imigrantes, de todas as partes do mundo, com uma transformação social enorme: o nascimento de sociedades multinacionais, multirraciais, multiculturais, multirreligiosas. Os governos e as empresas pretendiam que os imigrantes só fossem temporários, para poder dispor de uma massa de trabalhadores precários, pouco integrados e vulneráveis. Porém, tal pretensão, que tem voltado com força nos últimos anos, tem encontrado a resistência das populações imigrantes, que criaram um enraizamento social cada vez maior. Desde a grande crise não resolvida de 2008, a transformar-se de “questão imigração” numa questão militar, com os governos propondo que a solução se dê com o uso das marinhas militares e as polícias de fronteiras. Escolhe-se a Itália, uma vez que aquele país, além de ser um dos que mais recebe fluxos migratórios dos continentes asiático e africano, suas políticas migratórias têm sido expressas em leis contra os/as imigrantes, como a lei 132, de 2018, fomentando a exclusão, por intermédio de ideologias de segurança, o que tem feito com que a Itália deixe de ser um refúgio para as populações imigrantes. Decorrente dessas práticas de exclusão, nas últimas duas décadas, houve um crescente racismo anti-imigrante na Europa, tornando-se um fenômeno estrutural nas sociedades europeias, sendo que sua estrutura interna tem raízes sociais específicas e mecanismos de funcionamento próprios, como o racismo, que visa inferiorizar e marginalizar os imigrantes, naturalizando as desigualdades.

Palavras-chave: Migração. Racismo. Acolhimento. Política Social para Imigrantes.

Abstract

The number of people moving around the world, as international migrants, national migrants, and refugees, has grown exponentially since the beginning of the 21st century. According to the United Nations (UN) data, from 2000 to 2015, 244 million people were counted in these conditions, with a 41% increase in population displacement migration compared to previous years. Since the end of the Second World War, tens of millions of immigrants have arrived in Western Europe from all over the world, bringing about enormous social transformation: the birth of multinational, multiracial, multicultural and multireligious societies. Governments and companies expected immigrant phenomena only to be temporary, in order to have access to a mass of precarious, poorly integrated and vulnerable workers. However, this concept, with a strong and powerful coming-back in recent years, has met resistance from immigrant populations, who



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

have established an increasingly mighty social presence. Since the great and unresolved crisis of 2008, the “immigration issue” has been transformed into a military issue, with governments proposing that the solution be provided by the use of military navies and border police. Italy has been chosen for – in addition to being one of the countries that receives the most migratory flows from the Asian and African continents – its migration policies have been expressed in anti-immigrant laws, such as Law 132 of 2018, fostering exclusion through security ideologies, which has meant that Italy has ceased to be a refuge for immigrant populations. As a result of such exclusionary practices, anti-immigrant racism has grown in Europe over the last two decades, becoming a structural phenomenon in European societies, with its internal structure having specific social roots and its own operating mechanisms, such as racism, aiming to demean and marginalize immigrants, naturalizing inequalities.

Keywords: Migration. Racism. Reception. Immigrant Social Policy.

Introdução

Nos estudos italianos sobre a migração, observam-se questões que envolvem as razões de partida, as condições sociais, políticas e ambientais dos países de origem, as características da viagem migrante, refugiado ou não, bem como o sistema de recepção organizado no país da primeira chegada ou desembarque. Envolve também toda uma política de acolhimento, que, captada numa análise mais refinada, expressa, no plano político dos governos, a gestão do capital sobre a assistência aos trabalhadores que migram, de cuja força de trabalho (pela condição frágil e de vulnerabilidade em que se encontram os imigrados) erige-se a construção de mais precarização para os mesmos, com o conseqüente aumento das taxas de lucro para aqueles e aquelas que vivem da exploração do trabalho alheio. Precarização esta que não é uma crença ou uma ideia, mas expressão do aumento da desigualdade (em todos os níveis humanos) na Itália, cujos dados estatísticos de instituições oficiais e burguesas assim comprovam, pelo incremento da pauperização e guetização da vida (PEROCCO, 2018 e 2020).

Este artigo expressa alguns resultados e análises de uma pesquisa em construção, de título homônimo ao deste mesmo trabalho, em desenvolvimento na cidade de Veneza, Itália. A pesquisa tem se realizado a partir de literaturas sobre o tema e informações colhidas nos diversos setores de acolhimento a imigrantes, como sindicatos, organizações sociais laicas e religiosas, patronatos e instituições públicas oficiais, voltadas para o serviço social. Esse processo ocorre, *in loco*, na região metropolitana de Veneza, incluindo a própria cidade, bem como Mestre e Marghera (esta última, um grande polo industrial).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

1 – A imigração para a Itália hoje

Os números de pessoas que se deslocam pelo mundo, como migrantes internacionais, nacionais e refugiados, têm crescido de forma exponencial desde o início do século XXI. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2000 a 2015, foram contabilizadas 244 milhões de pessoas nessas condições, expressando um aumento migratório de deslocamento populacional de 41% em relação aos anos antecedentes (VENDRAMINI, 2018).

O fenômeno da imigração não é recente, ao contrário, marca vários períodos históricos, com diásporas, tráfico de pessoas escravizadas, expatriação por guerras etc. Como afirmam Basso e Perocco (2020), a passagem de uma Europa de emigração para um continente de imigração foi uma mudança enorme. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, chegaram à Europa Ocidental dezenas de milhões de imigrantes, de todas as partes do mundo. Verificou-se, assim, uma transformação social enorme: o nascimento definitivo de sociedades multinacionais, multirraciais, multiculturais, multirreligiosas.

Por um longo período, os governos e as empresas pretenderam que os imigrantes só fossem temporários, para poder dispor de uma massa de trabalhadores precários, pouco integrados e vulneráveis. No entanto, tal pretensão, que tem voltado com força nos últimos anos, encontrou a orgulhosa resistência das populações imigrantes, que criaram um enraizamento social cada vez maior. O mesmo vale para a pretensão similar dos poderes estabelecidos de submeter as populações e os/as trabalhadores/as migrantes a uma exploração diferencial e a todo tipo de discriminações, que foram encaradas com lutas e rebeliões. Desde a grande crise não resolvida de 2008, esse conflito piorou até transformar a “questão imigração” numa questão militar, com os governos propondo que a solução se dê com o uso das marinhas militares e as polícias de fronteiras.

Desta forma, suas manifestações no atual período em que o modo de produção capitalista se desenvolve, nesta fase da reestruturação flexível, caracterizada pelo acirramento da precarização do trabalho e das corridas migratórias crescentes, em especial do continente africano para a Europa. E dentro desse continente, escolhe-se a Itália, uma vez que aquele país, além de ser um dos que mais recebe fluxos migratórios do continente africano, se destaca por governos de extrema-direita, a exemplo de Silvio Berlusconi, nos anos 1990, passando por Matteo Salvini (ambos do partido Forza Italia) e chegando a Giorgia Meloni, atual primeira-ministra italiana pelo partido Fratelli d'Italia. A política da extrema-direita se caracteriza pela xenofobia, pelo ataque, em todos os níveis



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

aos trabalhadores imigrantes, o que acirra e, cada vez mais, alimenta os comportamentos racistas em todas as esferas sociais. No caso italiano, as políticas migratórias têm sido expressas em leis contra os/as, como a lei 132, de 2018, fomentando a exclusão, por intermédio de ideologias de segurança, o que tem feito com que a Itália deixe de ser um refúgio para as populações imigrantes.

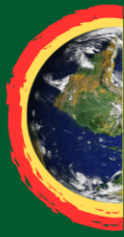
Decorrente dessas práticas de exclusão, segundo Perocco (2018), nas últimas duas décadas, houve um crescente racismo anti-imigrante na Europa, tornando-se um fenômeno estrutural nas sociedades europeias, sendo que sua estrutura interna tem raízes sociais específicas e mecanismos de funcionamento próprios. O racismo visa inferiorizar e marginalizar os imigrantes, ao mesmo tempo em que legitima e reproduz as desigualdades sociais que afetam a maioria deles, naturalizando as desigualdades.

2 – O racismo no acolhimento

Faz-se mister considerar a questão racial nas análises dos processos de imigração na Itália, em especial sobre trabalhadores/as oriundos/as do continente africano e asiático, desde o início do séc. XXI. Conjugada às políticas de acolhimento, a questão racial, que tem sido cada vez mais balizada por leis criadas dentro deste mesmo período, para impor cada vez mais dificuldade de acesso aos serviços públicos, pelos partidos de direita e extrema-direita na Itália, expressa cada vez mais sentimentos e práticas racistas e de xenofobia entre a população italiana branca.

Para compreender a questão racial (o racismo e a imigração) e, conseqüentemente, analisar o movimento real do fenômeno sobre desse fenômeno, temos utilizado os seguintes passos metodológicos: (1) análise da produção teórica italiana sobre os temas sobre racismo e imigração; (2) conhecimento das especificidades da imigração na Itália, posto que aquele país se constitui hoje um importante centro de imigração; (3) estudo dos documentos oficiais do governo italiano que tratam da imigração (leis, decretos e normativos em geral); (4) análise das características dos centros de acolhimento dos imigrantes existentes no norte da Itália (Vêneto, região da Universidade Ca' Foscari); (5) conhecimento das novas facetas das expressões racistas, como a islamofobia, por exemplo.

No entanto, este item ainda se encontra em fase de elaboração, pois os dados ainda estão sendo construídos e analisados, a partir da metodologia acima traçada. Portanto, qualquer interpretação sobre a questão racial conjugada ao processo de inserção social e política do/a



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

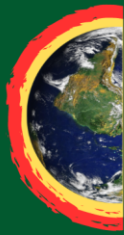
trabalhador imigrante na Itália, neste exato estágio da pesquisa, tornar-se-ia imatura, pouco sustentável e nada crível de expressão científica, levando a conclusões que não corresponderiam ao movimento concreto do fenômeno que pretendemos ampliar. No entanto, podemos afirmar que, há praticamente cem anos, o racismo e o ódio ao estrangeiro têm encontrado terreno fértil na Itália. Desde os tempos fascistas, a *intelligentsia* fascista considerava o racismo como forma estratégica não só no campo das ideias, mas como ação política, o que se expressa tanto na revista *La Difesa della Razza* (editada na década de 1930) como no *Manifesto della Razza*, de 1938.

3 – Instituições e forma de acolhimento de imigrante

As informações que ora se apresentam são baseadas nos documentos das instituições que são citadas ao longo do texto. A verificação da práxis de acolhimento expresso em suas missões e objetivos ainda estão em processamento, cujo acompanhamento, nem sempre exequível, encontra muitos óbices burocráticos. Portanto, o que temos ainda são discursos e intenções publicamente expressas.

Iniciemos pelo serviço estatal de acolhimento da prefeitura de Veneza. De forma geral, de acordo com o serviço de pronta intervenção da prefeitura de Veneza, intitulado “*Servizio pronto intervento sociale, inclusione e mediazione*”³⁶, para todas as instituições que lidam com o acolhimento de imigrantes, buscam-se intervenções de mediação e integração relacionadas com imigração e proteção internacional, que são ações dirigidas a pessoas sem-abrigo e/ou toxicodependentes, tanto intervenções de primeiros socorros na rua e projetos de inclusão social. As intervenções relativas a sujeitos imigrantes ou titulares e requerentes de proteção internacional são: (1) informação especializada sobre o tema da imigração e asilo (para cidadãos e operadores); (2) intervenções socioeducativas e de mediação para inclusão escolar, intervenções de mediação linguístico-cultural para serviços sociais e serviços de saúde na área; (3) apoio a casos vulneráveis de imigração e asilo sem outros apoios; (4) intervenções de formação linguística em particular para categorias vulneráveis, também no âmbito das redes entre instituições e associações na área; (5) planejamento e intervenções promocionais para incentivar a integração, coordenação com as instituições locais que tratam da imigração e do asilo (sede da polícia e prefeitura). É possível

³⁶ Em português: “Serviço de pronta intervenção social, inclusão e mediação” (tradução do autor).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

observar também que existe algum serviço destinado a titulares de proteção internacional (refugiados políticos), para promover a sua inclusão social após o reconhecimento do estatuto jurídico dos mesmos.

No contexto da marginalidade, o Serviço assegura a oferta de serviços de apoio primário aos toxicodependentes e/ou sem-teto, por intermédio dos “Centros de Dia” existentes, que são instituições da prefeitura para o acompanhamento da oferta de serviços, que ocorre também em colaboração com as principais associações envolvidas no setor, buscando reforçar os serviços com oferta específica de acolhimento nos períodos de inverno, construção de projetos individuais de inclusão social (habitação, trabalho), por intermédio de uma metodologia de acolhimento chamada de “housing first”, que são processos de ajuda a partir da obtenção de alojamento, seguidos de projetos de prevenção de danos relacionados ao álcool/drogas.

Todo o Serviço está empenhado em atividades de promoção, mediação social, educação para as diferenças e prevenção a serem realizadas nas escolas e no território local. Também o Serviço inclui intervenções dirigidas às comunidades minoritárias (como os roms³⁷).

A essas intervenções consolidadas, soma-se um novo dispositivo previsto na Lei “Quadro da Organização dos Serviços Sociais (328/2000)”, que significa a intervenção de emergência social para pessoas em situações reais de grave risco.

Somada a essas ações estatais, existem também outras de caráter privado, como aquelas realizadas pela Associação Cristã de Trabalhadores Italianos³⁸, em especial a ação “Famílias em Veneza”, que é um projeto criado pelo Município de Veneza, Acli e Sociedade Cooperativa Social de Rochdale. De forma geral, esse serviço consiste na realização de intervenções de mediação e integração relacionadas com imigração e proteção internacional, ações de contato e projetos de inclusão social dirigidas a pessoas sem-teto e/ou toxicodependentes e intervenções de emergência social 24 horas por dia (na realidade, não há grande distinção do serviço prestado somente pela prefeitura de Veneza, que contém os mesmos itens de atuação. Tal serviço, no entanto, está dividido em cinco estruturas distintas com elevada intensidade de integração, divididas em três áreas: 1) Área de Emergência Social, ativa 24 horas por dia, todos os dias do ano, dirigida a qualquer pessoa que se encontre em situação de emergência social temporária e imediata; 2) Área de

³⁷ Ciganos – termo que está em processo de abolição por ser considerado pejorativo por essas mesmas populações/etnias, que se autodenominam “roms”.

³⁸ Acli – Associazione Cristiane Lavoratori Italiani, braço sindical da Igreja Católica, presente em quase todas as cidades italianas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Marginalidade: Trabalho de Proximidade e Projetos de Inclusão Social – no contexto da marginalidade, o Serviço assegura a oferta de serviços de apoio primário aos toxicodependentes e/ou sem-teto; o acompanhamento da oferta de serviços também em colaboração com as principais associações envolvidas no setor; o reforço de serviços com uma especificidade ofertada de acolhimento nos períodos de inverno; construção de projetos individuais de inclusão social para moradores de rua e projetos de prevenção de danos relacionados ao álcool e drogas; 3) Área de Imigração: Migrações, Orientação, Mediação, Integração e Projetos e Ações de Proteção Internacional, que são intervenções relativas a sujeitos imigrantes ou titulares e requerentes de proteção internacional, com oferta de informação especializada sobre a temática da imigração e asilo, intervenções socioeducativas e de mediação para inclusão escolar, bem como intervenções de mediação linguístico-cultural para serviços sociais e socio sanitários locais, com apoio para casos vulneráveis de imigração e asilo sem outros apoios.

Das instituições privadas, não ligadas a sindicatos ou entidades religiosas, tem-se a Melting Pot Europa, que, como expressa seu nome, de atuação em todo o continente europeu. Trata-se de uma instituição que promove o serviço de imigração e promoção dos direitos de cidadania e asilo, com diretoria de políticas sociais, participativas e de acolhimento. O Serviço de Imigração e Promoção dos Direitos de Cidadania e Asilo da Melting Pot Europa foi fundado no início da década de 1990 com o objetivo de incentivar o acolhimento de imigrantes e seus familiares em Veneza, respeitando os direitos e deveres do que consideram a cidadania. Nos últimos anos o Serviço tem trabalhado na promoção do bem-estar social, individual e coletivo, procurando envolver e ativar todas as instituições e recursos presentes na área, para aquilo que chamam de uma convivência digna e plural. Tal serviço garante apoio, segundo a instituição, e orientação aos/às imigrantes, com alguma ajuda em casos de necessidade material, facilidade na utilização dos serviços locais, visando afastar quaisquer formas de discriminação. Além disso, visa sensibilizar operadores (servidores e trabalhadores da assistência social de acolhimento), cidadãos e instituições para a temática da imigração, criando conhecimento mútuo, oportunidades de encontro e intercâmbio entre pessoas de diferentes origens e culturas.

Segundo o Melting Pot Europa, o trabalho por eles realizado é inspirado nos princípios de igualdade, imparcialidade, continuidade, participação, clareza e transparência, eficiência e eficácia. O serviço tem como objetivo promover o envolvimento das pessoas, famílias, instituições, associações, voluntários e grupos sociais privados, bem como na identificação,



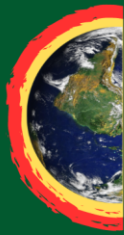
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

planejamento e prestação de serviços dirigidos aos/às imigrantes.

O Melting Pot Europa é composto por educadores, assistentes sociais, mediadores linguístico-culturais, gestores especializados em migração, acolhimento e interculturalidade e uma secretaria administrativa e organizacional. Há também serviço jurídico voluntariado. O Projeto parte de uma iniciativa de comunicação online gratuita e independente, que visa analisar o fenômeno da migração com ênfase nos direitos de cidadania. Essa missão, realizada há quase vinte anos, mantém um portal online, sempre acessível e aberto ao contributo de todos. O que a caracteriza é o fato de realizar uma ação de comunicação e formação dirigida a todas as associações, militantes, jornalistas, migrantes e individuais, aos quais é dada a oportunidade de partilhar experiências e intuições, e de as colocar ao serviço da comunidade. Ao longo dos anos, segundo a própria Melting Pot Europa, muitos juristas, especialistas e operadores uniram as suas vozes para relatar as batalhas em favor dos direitos dos estrangeiros, travadas não só em tribunais ou com os instrumentos da burocracia, mas também no contato com as pessoas e as suas histórias. Em 2003, por exemplo, o que era um projeto de rádio local tornou-se um site inovador com caráter nacional e europeu.

O Projeto Melting Pot Europa, por intermédio de seu portal eletrônico, é uma ferramenta de trabalho, capaz de fornecer informação gratuita e atualizada sobre legislação de imigração, circulares administrativas, jurisprudência e práticas em curso, mas também um espaço de reflexão e participação da população alvo, em que as narrativas visam mudar o que existe por meio de uma renovada experiência de cidadania.

Em Veneza, existe também um serviço especializado para a proteção de requerentes de asilo político e refugiados de guerra. Trata-se do Centro de Recepção de Migrantes Darsena. Este Centro é a entidade gestora de um outro projeto, o “Fontego”, também do Município de Veneza, e faz parte do Sistema de Proteção de Requerentes de Asilo e Refugiados, lançado em 2001 pelo Ministério do Interior italiano com o Alto Comando das Nações Unidas. As intervenções do Centro são realizadas em coordenação com a unidade de intervenções e projetos do departamento de proteção internacional do município de Veneza. Dedicada a pessoas solteiras que solicitem ou sejam titulares de proteção internacional ou detentores de proteção humanitária e subsidiária. Eles mantêm uma instituição que tem a capacidade para abrigar 35 lugares (local ao qual ainda não conseguimos acesso) e tem como objectivo acompanhar cada pessoa acolhida num caminho de (re)conquista da própria autonomia. Prestam, de acordo com seus objetivos, um serviço de



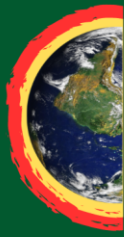
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

acolhimento, proteção e tutela, bem como apoio à integração socioeconômica, apoio psicológico, orientação jurídica e assistência no repatriamento voluntário. As intervenções são personalizadas e implementadas no pleno respeito das necessidades de cada família e de cada beneficiário individual, bem como da diversidade religiosa e cultural de pertença. A recepção proporciona, além da alimentação e alojamento, que os hóspedes sejam apoiados pelos operadores no que diz respeito à sua inclusão na estrutura, aos cuidados pessoais, à realização de trâmites burocráticos relativos à autorização de residência e ao pedido de proteção internacional.

No Centro Darsena, segundo a instituição, é dada especial atenção ao programa de aprendizagem da língua italiana, elemento indispensável de integração em qualquer país de acolhimento, bem como à valorização de competências anteriores ou à aquisição de novas competências profissionais através de cursos de formação, preparatórios para um verdadeiro processo de autonomia e inclusão trabalhando. Os hóspedes são apoiados na colocação dos seus filhos na escola e apoiados no seu relacionamento com as instituições de ensino. A atividade de acompanhamento social visa também o conhecimento do território e o acesso efetivo aos serviços locais, incluindo a assistência social e de saúde. O serviço de apoio psicológico é oferecido a todos os hóspedes e em particular aos pertencentes à categoria “vulnerável”, que inclui cursos individuais e para casais, bem como intervenções familiares ou em grupo. O Sistema oferece, por meio da Organização Internacional para as Migrações, orientação e assistência para a repatriação voluntária e informações atualizadas sobre a situação nos países de origem. O projeto inclui também o acolhimento de pessoas significativamente afetadas pela sua história migratória, pela dramaticidade das suas experiências, pela precariedade das suas condições psicofísicas.

4 – A imigração e a sociologia italiana

Para a sociologia italiana, em recentíssimas publicações, as migrações estão entre as poucas questões que têm algum sucesso em nível internacional a influenciar a agenda das políticas sociais estatais, organizações governamentais e não governamentais e o debate público relacionado. Há um vasto eco que circunda o fenômeno migratório, e as suas implicações sociais, apesar de fazerem-no popular, o fazem com uma fonte de simplificações, por vezes meramente instrumentais, que muitas vezes confundem, ao invés de explicar o fenômeno migratório em si. Trabalhos pouco conclusivos podem levar a tensões ideológicas, que se expressam pela retórica de



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

teses soberanistas e racistas.

Não se nega a centralidade do fenômeno migratório como um fator de mudanças sociais na história contemporânea. Mas a análise crítica sobre isto ainda está em andamento, tendo que voltar a temáticas sobre teses puramente racistas e xenófobas, para que sejam superadas. Afinal, na Europa, medidas de regulamentações nacionais e internacionais encontram-se destinadas a excluir, por exemplo, os refugiados dos processos de recepção e reconhecimento, mesmo ao custo da violação de normas constitucionais e internacionais.

O entrelaçamento deste tema na atualidade – a incandescência da matéria e suas múltiplas implicações culturais, políticas e sociais, a sua sobreposição com o debate político nacional e internacional, sua conjugação com a temática dos direitos humanos e do trabalho, juntamente com caminhos históricos e regulatórios desenvolvidos de forma diferente entre os vários países que hoje enfrentam este fenômeno – produzem um hiato perigoso entre os seus (a população) no que tange a a relação entre a realidade concreta e sua percepção, na qual se desenrola o destino de milhões pessoas (OMIZZOLO, 2019).

Visando, assim, superar as tais teses soberanistas, racistas e xenófobas sobre a migração e imigrantes, a sociologia italiana tem buscado tratar do fenômeno por intermédio de diversos prismas. Por exemplo, as grandes discrepâncias climáticas causadas pelas graves e profundas mudanças na temperatura mundial têm também levado ao fluxo migratório em nível mundial, afinal essas mudanças radicais têm produzido devastações na produção agrícola, em especial no continente africano. Enfim, as mudanças climáticas induzem, para a busca pela sobrevivência humana, aos processos de imigração em massa da África e Ásia para a Europa. Assim, não se constituem matérias excepcionais as críticas aos processos predatórios ocasionados pelas mutações climáticas que, conseqüentemente, se entrelaçam aos problemas migratórios – reforçando, assim, o fato de que uma problemática, como o fator imigratório, não se encontra à parte das demais destruições diretamente causadas pela produção destrutiva do modo de produção capitalista, de maneira exponencial (ROSIGNOLI, 2022). Trata-se de uma totalidade, em que a imigração é uma expressão.

Os imigrantes que conseguem se estabelecer, enquanto trabalhadores, no país para o qual migraram, o fazem nas condições mais precarizadas, impostas pela burguesia. As desigualdades são expressas em todos os índices sociais e econômicos (condições de trabalho, habitação, educação, renda, saúde e nível de exploração do trabalho). Em relação ao trabalhador nacional, o



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

imigrante encontra-se sempre em desvantagem. Garantindo, desta forma, uma ampliação de margens de lucro para o grande capital. Neste sentido, estudos sobre desigualdades agudas oriundas da exploração do trabalho imigrante se destacam em trabalhos sobre sindicatos e trabalhadores imigrantes (BASSO et PEROCCO, 2020; DELLA PUPPA, 2021; MARINO, 2017).

Também são recorrentes temas sobre os imigrantes, que se conjugam à educação, à exposição à mídia, ao acolhimento e asilo em geral. Enfim, as ciências sociais italianas (para além da sociologia) têm analisado o imigrante em várias perspectivas, não descuidando de críticas mais severas a processos de exclusão e preconceitos raciais (BORGNA, 2021; ROSIGNOLI, 2022; FASO et BONTEMPELLI, 2017). Vejamos, por exemplo, a relação entre imigrantes e educação. Borgna (2021) nos informa que a superficialidade do debate italiano sobre a situação dos estudantes estrangeiros e as repercussões que a sua presença no sistema pública italiano pode ter demonstra uma falta de atenção à experiência dos países europeus em que a imigração internacional é um fenômeno de curso mais longo curso. Essa falta de atenção é também encontrada em estudos acadêmicos.

No caso da formação da imagem pública sobre os imigrantes, a crítica aos veículos de informação são fundamentais e necessárias. Afinal, a reflexão sobre as representações midiáticas dos fenômenos migratórios não deve partir apenas do pressuposto implícito de que as políticas públicas para o acolhimento ao imigrante são amplamente influenciadas pelo discurso público da imprensa em geral, e que tal discurso se desenvolve em termos de construção e definição de agendas governamentais (BINOTTO, BRUNO et LAI, 2016). Em outras palavras, um discurso distorcido sobre a realidade do trabalhador imigrante, além de, não raro, causar distorções sobre a percepção dos mesmos pelas populações autóctones – fortalecendo o preconceito, o racismo e a xenofobia –, pode produzir políticas nefastas e distorcidas por intermédio da agenda política, que, nas mãos da extrema direita italiana, vem efetuando um cenário cada vez pior para o trabalhador imigrante.

Conclusão

Apesar desses objetivos de grande valorização humana que as instituições pregam e procuram realizar de fato, sabemos que, na prática, os/as imigrantes ocupam as piores colocações no mundo do trabalho, com os piores empregos, condições salariais baixas e precária assistência



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

aos serviços públicos.

Porém, saindo do genérico, podemos afirmar que há novas formas de organização do trabalho derivadas da terceirização da produção, tendo a força de trabalho do/a imigrante como suporte, através da subcontratação e da exploração de trabalhadores imigrantes empregados nos setores da construção naval, metalomecânica e construção, em especial na região de Veneza. Essa subcontratação passou por várias etapas, até ser totalmente difundida em toda a Itália, sempre em condições de trabalho precarizado no sistema de subcontratação dos setores já citados, impactando as transformações da organização do trabalho, as políticas migratórias, com a combinação de estratificações de mercado de trabalho e estratificação civil. Há novos desafios para o sindicalismo, com a divisão e a sindicalização dos trabalhadores, que são determinadas pela política de subcontratação, o que leva à dificuldade de sindicalização dos trabalhadores imigrantes. São dificuldades que são colocadas pelos próprios sindicatos, que, por não acompanharem a dinâmica dessas transformações.

Na Itália, ao longo dos últimos vinte e cinco anos, o trabalho imigrante cresceu em grande parte sob a bandeira de uma forte segregação profissional que o transformou – como no caso da agricultura, da construção civil, da logística, da atividade de serviços, do cuidado, do trabalho doméstico etc – num elemento praticamente insubstituível (CILLO & PEROCCO, 2024). Do mesmo modo, por um lado, uma grande parte da força de trabalho imigrante estabilizou-se e enraizou-se, adquirindo maior centralidade no mercado de trabalho oficial e também conhecendo várias melhorias em termos de emprego e, mais genericamente, em termos de inclusão social. Por outro lado, persistem ainda grandes fenômenos de canalização, como os 3D (*dirty, dangerous, demanding*) – como classificam os sociólogos daqui para tratar da irregularidade, da informalidade e da exploração em diversas formas e intensidades (Idem).

Referencial

AGÊNCIA BRASIL. **Parlamento da Itália aprova lei polêmica sobre imigração e segurança.** Publicado por Agência EFE, Roma, 27.11.2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-11/parlamento-da-italia-aprova-lei-polemica-sobre-imigracao-e-seguranca>. Acesso em 29.10.2023.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

ALVES, José E. D. et CORRÊA, Sônia. **Demografia e ideologia**: trajetos históricos e os desafios do Cairo + 10. R. bras. Est. Pop., Campinas, v. 20, n. 2, p. 129-156, jul./dez. 2003.

BARBOSA, Wilson do N. **A discriminação do negro como fato estruturador do poder**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nr 3, junho/2009.

BASSO, Pietro. O retorno a campo do racismo, uma questão de fervorosa atualidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 70-86, jan.-jun., 2015.

BASSO, Pietro et PEROCCO, Fabio. Imigração e e transformação social da Europa: a reviravolta de uma época e as suas perspectivas. **Perspectiva Revista do Centro de Ciências da Educação**. V. 38, n. 4 – p. 01 – 24 out./dez. 2020 – Florianópolis.

BINOTTO, Marco; BRUNO, Marco et LAI, Valeria. **Tracciare confini**: l’immigrazione nei media italiana. Milão: Franco Angeli, 2016.

BORGNA, Camilla. **Studiare da straniero**: immigrazione e disuguaglianze nei sistema scolastici europei. Bolonha: Il Mulino, 2021.

CILLO, Rossana et PEROCCO, Fabio. Il lavoro degli immigrati in Italia. Introduzione al tema monografico. *Economia e Società Regionale*. 1’24, XLII(1), ISSN 1827-2479, Mestre (VE), 2024, p. 7-10.

_____. Subappalto e sfruttamento differenziale dei lavoratori immigrati. Il caso di tre settori in Italia. *Economia e Società Regionali*, XXXIV, 2016, Mestre (VE), p. 101-123.

DAMASCENO, Wagner Miquéias. **Racismo, escravidão e capitalismo no Brasil**: uma abordagem marxista. Bauru: Mireveja, 2022.

FASO, Giuseppe et BONTEMPELLI, Sergio. **Accogliere rifugiati e richiedenti asilo**: manuale dell’operatore critico. Florença: Cevot, 2017.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

OMIZZOLO, Marco. **Essere migranti in Italia**: per una sociologia dell’accoglienza. Milão: Meltemi, 2019.

PEROCCO, Fabio. Anti-migrant islamophobia in Europe: social roots, mechanisms and roots. **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 26, n. 53, ago. 2018, p. 25-40.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

_____. Guerra contra os imigrantes e as novas políticas de exclusão: o caso da lei italiana “Segurança e imigração” (n.132/2018). **Travessia – Revista do Migrante**, ano XXXII, nr 87, set-dez/2019.

ROSIGNOLI, Francesca (org.). **Environmental justice for climate refugees**. Nova York: Routledge, 2017.

VENDRAMINI, Célia R. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, maio/ago. 2018 ISSN 1982-0259.

Internet

Prefeitura de Veneza e acolhimento a imigrantes. Disponível em: <https://www.comune.venezia.it/it/content/servizio-pronto-intervento-sociale>. Acesso em: 01.10.2024.

Sobre a Associação Cristão dos Trabalhadores Italianos (Acli – Associazione Cristiane Lavoratori Italiani). Disponível em: <https://fap.acli.it/le-acli-associazioni-cristiane-lavoratori-italiani/>. Acesso em: 01.10.2024.

Sobre o Centro Darsena e acolhimento de imigrantes. Disponível em: http://www.buonpastore.org/AREE_DI_INTERVENTO-105.asp?id_pagina=406&id_pagina_2=378&Lang=1. Acesso em: 01.10.2024.

Sobre o Projeto Melting Pot Europa. Disponível em: <https://www.meltingpot.org/en/>. Acesso em: 01.10.2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Buscas ecológico-temporais e o ponto de vista dos conservacionistas, em base a um
avance de uma revisão sistemática sobre bordas florestais no Neotrópico

Marina Fonseca Lima

Atualmente é bolsista PCI-5 (CNPq), no Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA). É licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES - 2018). Mestre em Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais pela Universidade da Beira Interior (UBI- 2023).
mfonseca021@gmail.com

Luis Martin Vallejos

Atualmente, é pesquisador PCI- INMA (Instituto da Mata Atlântica). Graduado em Ciências Biológicas - Universidad Nacional de Trujillo (2011). Mestre em Ecologia e Evolução (PPGEE - UERJ) com bolsa da CNPq. Doutorando em Ecologia (PPGE - UFRJ), e integrante do Laboratório de Ecologia de Aves e Ecologia Comportamental da UERJ, sob supervisão da Profa. Dra. Maria Alice dos Santos Alves. Tem experiência na área de Ecologia e Zoologia, com ênfase em Ornitologia. Como também na Gestão e educação ambiental.
martin.vallej@gmail.com

Resumo

Este estudo foca na análise da evolução das pesquisas sobre o efeito de borda na ecologia, com especial atenção à região Neotropical, uma das áreas de maior biodiversidade do planeta, mas também altamente vulnerável. O objetivo principal foi compreender como os estudos sobre o tema têm se distribuído ao longo do tempo e espaço, além de identificar possíveis vieses em relação às variáveis ecológicas e tipos de bordas analisados. Com base em uma revisão sistemática de 150 estudos publicados entre 1970 e 2024, utilizou-se de plataformas como Web of Science, SCOPUS, SciELO e Periódicos CAPES, além de palavras-chave "borda florestal", "efeito de borda" e "influência da borda" em diferentes idiomas (inglês, português, coreano e espanhol). Investigamos padrões temporais, táxons estudados e tipos de contrastes de borda, e os tipos de matriz analisados foram classificados em quatro categorias: cultivos agrícolas, áreas cimentadas, áreas naturais e áreas de pastagem. Dentre os estudos coletados, 28,2% (42 estudos) foram realizados na região Neotropical. Os resultados revelaram desigualdades na distribuição geográfica e temática dos estudos, destacando a necessidade de ampliar as pesquisas para regiões e táxons negligenciados. Esta análise não apenas mapeia as tendências existentes, mas também aponta lacunas de conhecimento, sugerindo novas direções para estudos futuros.

Palavras-chave: Estudos de temporalidade ecológica. Efeito carismático nos estudos. Estudos de paisagem.

Abstract



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

This study focuses on analyzing the evolution of research on edge effects in ecology, with special attention to the Neotropical region, one of the most biodiverse yet highly vulnerable areas on the planet. The main objective was to understand how studies on this topic have been distributed over time and space, as well as to identify potential biases regarding ecological variables and types of edges analyzed. Based on a systematic review of 150 studies published between 1970 and 2024, using platforms such as Web of Science, SCOPUS, SciELO, and CAPES Journals, and keywords like "forest edge," "edge effect," and "edge influence" in different languages (English, Portuguese, Korean, and Spanish), we investigated temporal patterns, studied taxa, and types of edge contrasts. The analyzed matrices were classified into four categories: agricultural crops, urbanized areas, natural areas, and pastures. Among the collected studies, 28.2% (42 studies) were conducted in the Neotropical region. The results revealed disparities in the geographic and thematic distribution of the studies, highlighting the need to expand research to neglected regions and taxa. This analysis not only maps existing trends but also identifies knowledge gaps, suggesting new directions for future studies. Thus, it aims to contribute to the development of more effective conservation strategies tailored to the complexity of Neotropical ecosystems.

Keywords: Temporal Ecology Studies. Charismatic Effect in Research. Landscape Studies.

Introdução

Os cuidados com o meio ambiente, principalmente com a preservação e conservação de biomas e espécies, tem aparecido cada vez mais nos debates institucionais e políticos ao redor do mundo, devido às grandes perdas ecológicas. Essa preocupação crescente pode ser consequência de grandes eventos mundiais como a Conferência de Estocolmo e a Rio-92, os quais foram determinantes para o debate mundial.

Em paralelo, tem-se observado nas últimas décadas, um progressivo avanço nos estudos sobre as comunidades florestais tropicais, os quais desempenham um papel crucial na conservação da biodiversidade global. Já que a fragmentação desses ecossistemas, frequentemente resultante da conversão de florestas em áreas agrícolas ou pastoris, tem gerado sérias consequências para a integridade ecológica das paisagens naturais (Carvalho, et al., 2007).

A divisão das florestas em fragmentos isolados não afeta apenas a diversidade biológica, mas também promove uma série de transformações ambientais nas áreas afetadas. A criação de bordas, que são zonas de transição abruptas entre o ambiente florestal e as áreas adjacentes, como campos ou pastagens, é uma das consequências mais notáveis da fragmentação. Essas bordas geram microclimas distintos, com maior incidência de luz solar, aumento da temperatura, maior velocidade do vento e outras mudanças nas condições ambientais, que podem alterar a composição



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

da vegetação e afetar a sobrevivência de várias espécies, especialmente aquelas mais sensíveis às condições internas da floresta (Malvido, 1998).

Os estudos das bordas, portanto, se tornam fundamentais para entender as mudanças que ocorrem nas paisagens fragmentadas e como essas transformações impactam a biodiversidade. A interação entre o ambiente natural e as matrizes adjacentes, sejam elas áreas agrícolas, pastagens ou vegetação secundária, resulta em uma série de modificações nas comunidades biológicas, influenciando a abundância e a distribuição de organismos ao longo do território (Malvido, 1998).

Esses efeitos, muitas vezes, resultam em uma perda significativa de biodiversidade, uma vez que as espécies que dependem de habitats contínuos são forçadas a viver em espaços reduzidos e isolados, com menor capacidade de se dispersar ou se reproduzir (Dayer *et al.*, 2020). Por este motivo, entendemos a importância de ampliar os estudos nessa área, principalmente com um recorte espacial voltado para a região neotropical, já que está além de abranger uma grande variedade de ecossistemas, é uma das regiões com maior biodiversidade do mundo.

Diferentemente de algumas delimitações políticas, a definição Neotropical é baseada em aspectos ecológicos, e teve início com Sclater (1858). No entanto, alguns fitogeógrafos e zoogeógrafos, especialmente aqueles que trabalhavam com invertebrados, adotaram uma definição mais restrita, excluindo a parte sul e a região andina da América do Sul devido às suas ligações mais próximas com outras áreas austrais, como Austrália e África do Sul. Nesse sentido, a região Neotropical corresponderia principalmente aos trópicos do Novo Mundo, abrangendo grande parte da América do Sul, Central e parte do México, excluindo áreas como os Andes e o norte do México (Morrone, 2014).

A região Neotropical também foi subdividida em várias áreas ou sub-regiões ao longo do tempo. Wallace (1876) inicialmente identificou quatro sub-regiões: mexicana, antillana, brasileira e chilena. Esse modelo foi seguido por diversos autores no decorrer dos séculos XIX e XX, que propuseram divisões adicionais, como as regiões Guianano-Brasileira e Andino-Patagônica. A biogeografia moderna, incluindo análises ecogeográficas e macroecológicas, continuou a apoiar e expandir essas divisões (Morrone, 2014).

Assim, ainda que suas definições e zoneamentos possam variar, podemos definir, de uma maneira geral, que o Neotrópico pode ser caracterizado como:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Uma gama de ecossistemas, desde ambientes desérticos a florestas úmidas, caracteriza a região neotropical. São os biomas neotropicais: as florestas tropicais Amazônica e Atlântica, prados de alta altitude andinos - páramos, puna e jalca -, Pampas, florestas sazonalmente secas, savanas e campos rupestres (Hughes *et al.* 2013; Pennington & Lavin 2016), Chaco (Prado 1993), desertos (Roig *et al.* 2009) e Pantanal (Pott *et al.* 2011). Outros autores apresentam para o neotrópico ecorregiões, definidas como unidades de terra que incluem um conjunto distinto de comunidades naturais e espécies (Olson *et al.* 2001) (Lima *et al.*, 2018, p. 2211).

Além disso, podemos destacar a grande riqueza de biodiversidade dos ecossistemas tropicais das américas. As Florestas Tropicais Sazonalmente Secas (FTSS) e as savanas são áreas de grande diversidade, com destaque para o México, Peru e Bolívia, onde a riqueza de espécies é significativa, com várias regiões apresentando altos níveis de endemismo, como a Caatinga e os Vales inter-Andinos. As savanas do Cerrado brasileiro e os Llanos da Venezuela e Colômbia são as maiores e mais ricas em espécies e endemismo, sendo o Cerrado particularmente notável pela sua grande diversidade florística. O Chaco, por sua vez, abriga uma biota com elementos de diversos biomas, dividindo-se em áreas secas e úmidas, cada uma com suas composições florísticas definidas (Lima *et al.*, 2018, p. 2211).

Uma outra problemática a respeito desse tema é que, apesar de muitos estudos realizados, não é possível fazer generalizações confiáveis sobre os efeitos da fragmentação de florestas e das bordas florestais, pois os resultados variam muito. Um exemplo disso são as variações microclimáticas, que nem sempre são investigadas, mas que têm um impacto significativo, pois os padrões de vegetação dependem do clima e do microclima local. Além disso, apesar da grande quantidade de estudos sobre os impactos da fragmentação florestal e suas consequências para as comunidades vegetais, ainda é necessário aprimorar os modelos e as previsões sobre esses processos, além de entender melhor como as atividades humanas (como desmatamento e urbanização) afetam a perda de espécies (Sampaio, 2011, p. 14).

Logo, entende-se que a compreensão mais aprofundada do fenômeno da fragmentação florestal e dos processos ecológicos envolvidos, como o efeito de borda, pode ajudar na criação de estratégias de manejo florestal mais eficazes. Isso contribuiria para a preservação da diversidade biológica e da integridade dos ecossistemas, especialmente em paisagens antropizadas (fortemente impactadas pela ação humana). Nesse sentido, é importante frisar a importância de aprimorar o



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

entendimento sobre esses encadeamentos para proteger os ecossistemas naturais (Sampaio, 2011, p. 14).

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar padrões históricos e sociais nas pesquisas sobre o efeito de borda na ecologia, com foco na região Neotropical. Especificamente, buscamos identificar tendências temporais e espaciais nos estudos, bem como possíveis vieses na seleção das variáveis ecológicas e tipos de bordas consideradas. Através de uma revisão sistemática de estudos publicados, pretendemos avaliar se existem padrões no uso de diferentes variáveis e contrastes fronteiros, o que poderia fornecer uma base para a compreensão de como o campo se desenvolveu e quais lacunas de conhecimento requerem atenção futura.

Assim, este trabalho busca explorar como a fragmentação florestal e os efeitos de borda, juntamente com as dinâmicas sociopolíticas e econômicas, moldam a conservação das florestas tropicais e da biodiversidade no Neotrópico.

Metodologia

Para a obtenção de dados dos artigos, foram realizadas buscas em diferentes plataformas de pesquisa científica, como: Web of Science³⁹, SCOPUS⁴⁰, SciELO⁴¹ e o portal Periódicos⁴². As buscas abrangeram artigos datados a partir da década de 1970, até outubro de 2024. Além disso, a investigação seguiu com base nas orientações de Vallejos *et al.* (2024), e traçou como palavras-chave os seguintes termos: “borda florestal”, “borda”, “edge effect” e “edge influence”, em inglês, português, coreano e espanhol.

Foi realizado o levantamento do total dos trabalhos, os quais foram classificados por regiões, sendo considerados apenas os da região tropical, o que resultou em um total de 42 trabalhos (ver Figura 1). Esta região inclui majoritariamente países da América Latina. Para cada estudo, foram registrados o ano e a década em que foram realizados, o grupo taxonômico ou taxa

³⁹ Pode ser acessado através do link: www.webofknowledge.com.

⁴⁰ Pode ser acessado através do link: www.scopus.com.

⁴¹ Pode ser acessado através do link: <https://scielo.org/>

⁴² Pode ser acessado através do link: www.periodicos.capes.gov.br



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

abordado, o país onde a amostragem foi conduzida e o bioma da área de estudo, seguindo a classificação de Olson *et al.* (2001).

Por último, registou-se o tipo de contraste da borda, o que corresponde ao tipo de ambiente que cria a borda com a floresta. Para as análises, esses contrastes foram classificados em quatro tipos: cultivos agrícolas (incluindo plantações mistas ou de um único tipo, bem como áreas de silvicultura com árvores exóticas para extração de madeira), áreas cimentadas (como zonas urbanizadas ou estradas pavimentadas, que causam grande impacto na floresta), áreas naturais (incluindo rios, clareiras na floresta ou vegetação secundária que cresce naturalmente após o desmatamento) e áreas de pastagem (áreas desmatadas mantidas como pastagem para gado). Após a coleta dos dados, foram calculadas as proporções e feitas comparações entre as variáveis nos mesmos estudos.

Resultados

Após a verificação de trabalhos realizados com a temática “efeito de borda”, foram encontrados um total de 150 produções, das quais apenas 42 foram feitas na região neotropical, isso corresponde a 28,2 % (Figura 1). Aqui, destacamos o Brasil com maior número de pesquisas realizadas, com 23 trabalhos sobre o tema. Isso representa 15,44% do total de pesquisas realizadas no Neotrópico, com mais de um terço dos estudos provenientes dessa região. Em seguida, vêm a Colômbia e o Equador, cada um com 4 estudos, o que corresponde a 2,68% do total de trabalhos, e o restante dos trabalhos, estão entre 1,34% ou abaixo disso.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

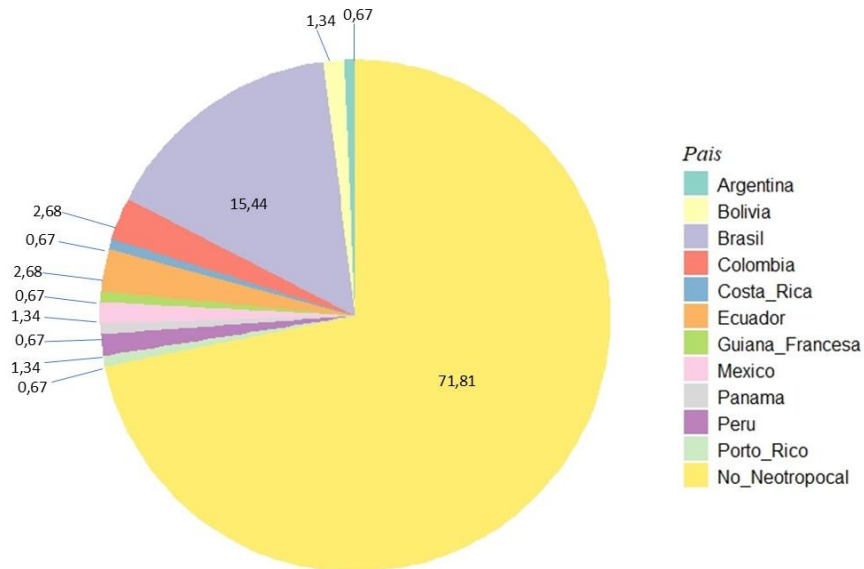


Figura 1: Porcentagem de estudos não neotropicais (71,81), e estudos neotropicais distribuídos entre 11 países, representando 28,2 % dos estudos.

Com respeito aos biomas onde foram realizados este tipo de estudos, os principais destaques são as florestas tropicais úmidas, com 31 estudos (Figura 2), assim a Mata Atlântica considerada como este tipo de bioma segundo o WWF, apresentou 12 estudos (Olson *et al.*, 2001). Dos cinco biomas estudados, o tropical úmido é o que tem maior diversidade biológica, ademais, vários trabalhos sobre os biomas florestais foram encontrados, mas nenhum deles fez qualquer verificação sobre os manguezais.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

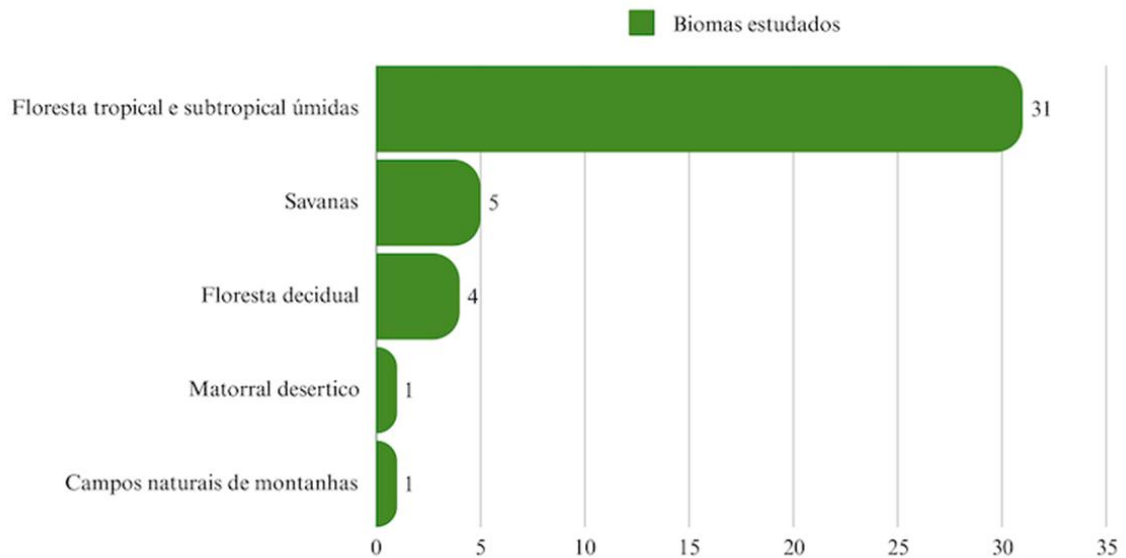


Figura 2: Representação dos cinco biomas estudados com os efeitos de borda, sendo a floresta tropical e subtropical úmida com maior representatividade nos trabalhos encontrados.

No caso da temporalidade dos trabalhos, nos anos 1970 foi realizada apenas uma pesquisa, mas conforme foram passando as décadas, esse número foi aumentando chegando até 13 estudos nos anos 2010 (Figura 3), onde foram os maiores registros dos trabalhos por décadas. De todos os trabalhos realizados, nenhum deles efetuou uma comparação temporal do mesmo lugar, isso é, não houveram estudos com continuidade ou acompanhamento do local analisado.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

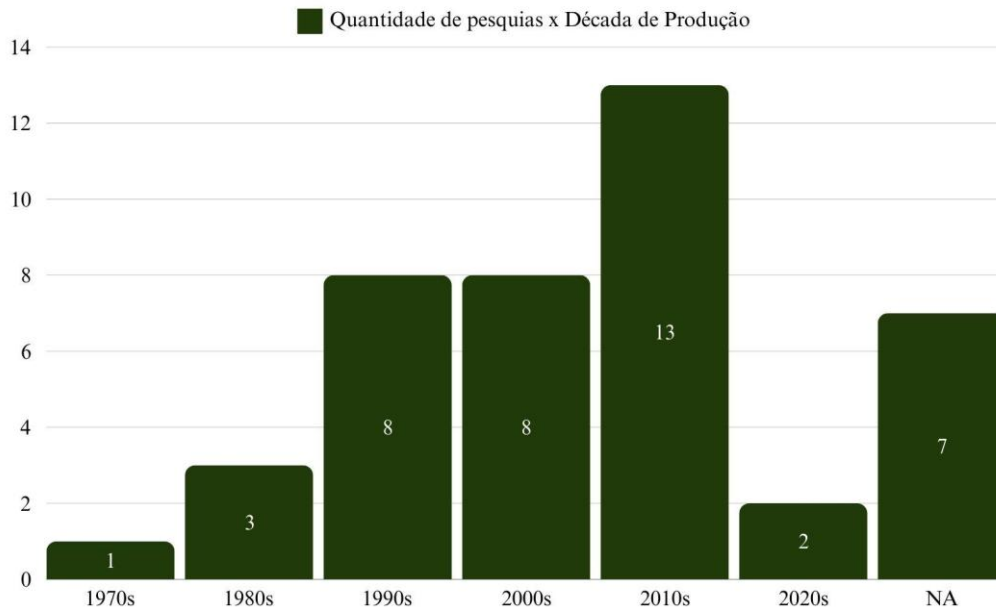


Figura 3: Quantidade de pesquisas feitas entre as décadas de 1970 e 2020. NA representa um ano que não foi informado no artigo.

Para analisar a representatividade de cada grupo estudado, observamos que as aves são o grupo taxonômico mais estudado, com um total de 17 pesquisas, seguido pelas plantas com 11 (Figura 4). Além disso, foi possível observar que o grupo de anfíbios e répteis é o menos estudado, com somente dois estudos realizados. Isto pode indicar um viés dos pesquisadores, pelo apelo carismático da biodiversidade, ou até mesmo pela facilidade em monitorar aves e plantas, do que espécies da herpetofauna.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

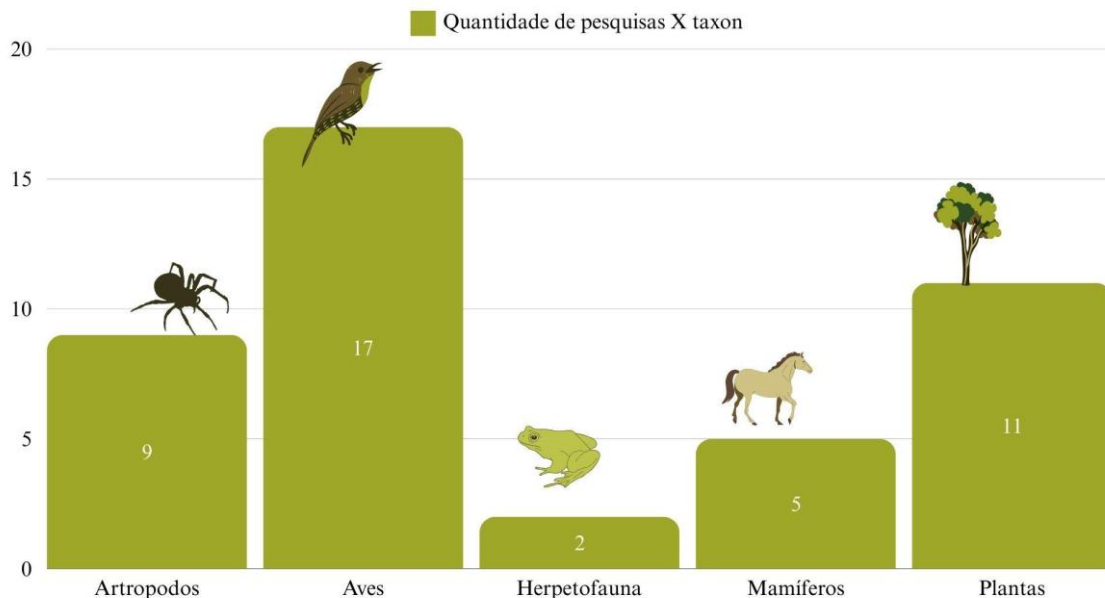


Figura 4: Quantidade de estudos dos principais grupos taxonômicos nos estudos de efeito de borda realizados no neotrópico.

Por fim, foram representados por meio do diagrama de Venn (Figura 5), a quantidade de estudos que analisaram os efeitos de borda em diferentes tipos de contrastes de uso do solo: cultivos agrícolas, clareiras (naturais), áreas cimentadas e pastagens. Cada seção e interseção do diagrama indica o número de estudos que investigaram um ou mais desses tipos de borda

Primeiramente temos a pastagem, sendo o tipo de contraste mais estudado individualmente, com 8 trabalhos focados exclusivamente nesse tipo de borda. Também apresenta duas interseções significativas, sendo um trabalho que analisa pastagem com clareiras naturais e outro com áreas cimentadas. Já as áreas cimentadas é o segundo contraste mais estudado isoladamente, com 6 estudos focados apenas nesse tipo de borda. Há também uma interseção com cultivos e pastagem, com um estudo que analisa simultaneamente as três bordas (1 estudo), e outra interseção com pastagem (2 estudos).

O contraste que apresenta cultivos como borda, possui 3 estudos exclusivos, além de estar representado em uma interseção com clareiras naturais (1 estudo). Enquanto as clareiras naturais tem 3 estudos isolados, mas também aparece em interseções com os outros tipos de borda: com cultivos (1 estudo), com pastagens (1 estudo) e com ambos os cultivos e pastagens (2 estudos).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A interseção de todos os quatro tipos de borda possui 0 estudos, indicando que nenhum trabalho analisou simultaneamente cultivos, clareiras naturais, áreas cimentadas e pastagens. As interseções que envolvem três tipos de borda também apresentam números baixos, como a combinação de cultivos, clareiras naturais e áreas cimentadas (1 estudo). Outras combinações duplas, como pastagem e áreas cimentadas (2 estudos), indicam alguns estudos focados em múltiplos contrastes.

Nesse sentido, podemos perceber que este diagrama mostra que o foco principal dos estudos está em bordas de pastagem e áreas cimentadas, enquanto as interseções entre todos os tipos de borda são escassas. Isso evidencia uma possível lacuna na literatura, pois poucos estudos abordam múltiplos tipos de borda de forma integrada, sugerindo oportunidades para futuras pesquisas que analisem essas interações complexas.

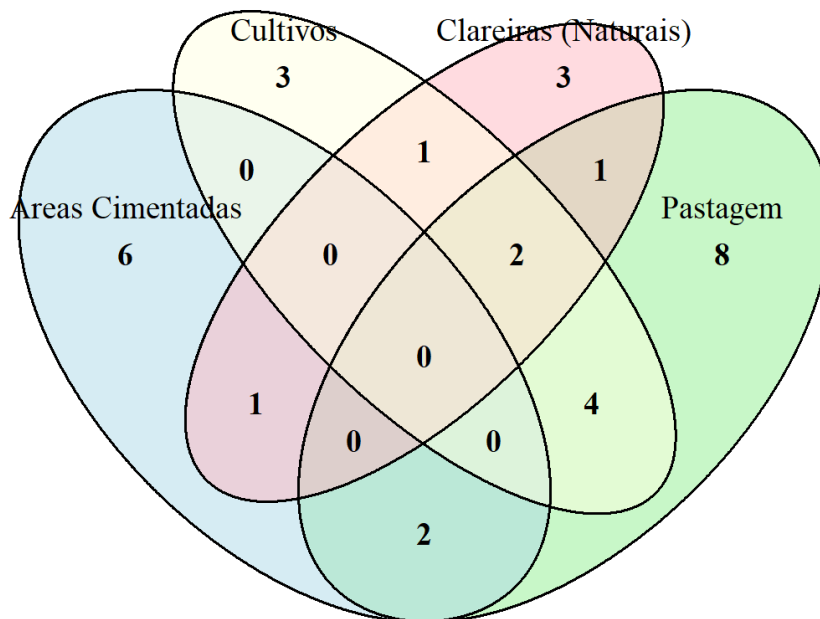


Figura 5: Diagrama de Venn indicando a relação entre a quantidade de trabalhos produzidos e os contrastes de bordas encontradas em cada pesquisa.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Discussão

Além dos impactos diretos da fragmentação sobre os ecossistemas, é essencial considerar o papel das pressões humanas como motores dessas transformações. A expansão da agricultura, a pecuária e a urbanização são as principais responsáveis pela conversão de florestas em outras formas de uso do solo. A conversão de florestas em pastagens e áreas agrícolas não apenas reduz a área de habitat disponível para muitas espécies, mas também altera a estrutura da paisagem, criando uma variedade de matrizes que podem ser hostis para a biodiversidade original (Dayer *et al.* 2020).

No Neotrópico, por exemplo, a expansão agrícola tem sido uma das principais causas do desmatamento, exacerbando a fragmentação e a criação de bordas, e comprometendo a conectividade entre os fragmentos florestais (Dayer *et al.* 2020).

Os efeitos diretos que a criação de uma borda pode causar nos remanescentes florestais e os processos envolvidos são inúmeros, incluindo a perturbação física da vegetação e do solo, mudanças do meio abiótico e de trocas de energia do ecossistema, entre outros. O processo da criação de bordas gera uma resposta primária rápida do ecossistema, incluindo danos às árvores e outras plantas, perturbação ao solo florestal, diminuição da dispersão de pólen, alterações na evapotranspiração, na densidade de árvores, área foliar, biomassa (HARPER *et al.*, 2005). Esses efeitos podem ser divididos em dois grupos distintos. O primeiro refere-se aos efeitos abióticos, que envolvem mudanças no meio físico, principalmente microclima (temperatura, umidade do ar, radiação solar, modificação dos ventos) (KAPOS, 1989); e o segundo, aos efeitos bióticos, que envolvem mudanças nas populações e comunidade, podendo essas ser diretas (alteração na abundância e na distribuição de espécies de acordo com a tolerância às bordas) ou indiretas (envolvem alterações na interação entre as espécies, como predação, parasitismo, entre outros) (RODRIGUES, 1993; MURCIA, 1995) (Sampaio, 2011, p. 12).

Contudo, a dinâmica de desmatamento e fragmentação não pode ser entendida apenas sob uma perspectiva ecológica. É também fundamental levar em consideração os fatores sociais e econômicos que moldam as decisões humanas sobre o uso do solo. A ciência social da conservação tem se mostrado uma ferramenta essencial para compreender as causas e consequências dessas transformações, ao analisar as motivações, crenças, valores e decisões dos diversos atores envolvidos, como pequenos produtores rurais, grandes empresas agrícolas e comunidades locais. Estudar como esses agentes interagem com a paisagem e com os recursos naturais oferece insights



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

valiosos para o desenvolvimento de estratégias de conservação mais eficazes (García-Barrios, 2009).

O comportamento humano, em particular, exerce uma influência significativa sobre a conservação das florestas. A exploração madeireira ilegal, a conversão de florestas em áreas agrícolas e a ocupação urbana têm sido as principais causas da degradação de habitats no Neotrópico. No entanto, mudanças nas práticas agrícolas, como a adoção de técnicas de agroecologia ou o uso sustentável de terras, podem ajudar na mitigação dos impactos da fragmentação.

Além disso, a globalização e as políticas neoliberais têm desempenhado um papel significativo na transformação das paisagens tropicais. A migração rural e a intensificação da agricultura, impulsionadas por essas políticas, podem contribuir tanto para a recuperação de áreas degradadas por meio do reflorestamento quanto para a perpetuação da perda florestal, dependendo das circunstâncias econômicas e sociais. As políticas de conservação precisam, portanto, considerar as complexas interações entre fatores econômicos, sociais e ecológicos, a fim de promover uma gestão mais integrada e sustentável dos recursos naturais (García-Barrios, 2009).

Esse complexo cenário de interação entre ecologia e comportamento humano torna essencial a integração de abordagens ecológicas e sociais no estudo da fragmentação florestal e seus efeitos. A compreensão dos impactos da fragmentação, especialmente os efeitos de borda, e a análise das dinâmicas sociopolíticas e econômicas, são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de conservação que não apenas mitiguem os danos causados pela fragmentação, mas também promovam a restauração e a conectividade ecológica entre os fragmentos.

A sustentabilidade ecológica a longo prazo depende da criação de um equilíbrio entre a preservação da biodiversidade e as atividades humanas, e isso só será possível por meio de uma abordagem integrada e multidisciplinar que envolva tanto cientistas quanto as comunidades locais e os tomadores de decisão.

O contexto socioeconômico e o financiamento de pesquisas podem influenciar a quantidade de estudos por país. A relevância do Brasil no número de estudos sobre efeito de borda pode indicar uma maior prioridade em questões de conservação devido à biodiversidade única da Amazônia e Mata Atlântica. Considerar o incentivo de políticas públicas ou a criação de redes de pesquisa regionais poderia ajudar a expandir estudos em outras áreas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Além disso, o fato de a maioria dos estudos se concentrar em florestas tropicais úmidas, e especialmente na Mata Atlântica, pode refletir a preocupação com áreas de alta biodiversidade e alta taxa de desmatamento. Uma análise comparativa com biomas menos estudados, como os manguezais, permitiria explorar lacunas de conhecimento e apontar a necessidade de mais estudos em biomas diversos para uma visão completa dos efeitos de borda.

Outro ponto relevante a ser colocado é que, o aumento gradual no número de estudos desde a década de 1970 até os anos 2000 indica uma tendência crescente de interesse em ecologia de borda. Esta tendência pode estar ligada à conscientização sobre a fragmentação de habitats e as consequências ecológicas associadas ao avanço da fronteira agrícola e ao desmatamento. Considerar por que nenhum dos estudos aborda comparações temporais poderia indicar uma área promissora de pesquisa para identificar mudanças de longo prazo em relação aos efeitos de borda.

O viés em favor de aves e plantas em estudos de efeito de borda pode ser explorado com base na acessibilidade e visibilidade desses grupos, que costumam ser mais fáceis de monitorar e têm um apelo popular e científico mais consolidado. Nesse sentido, é necessário que haja mais estudos sobre grupos taxonômicos menos estudados, como anfíbios e répteis, que podem responder de forma única às bordas e são frequentemente indicativos de condições ambientais específicas. Além da predominância de estudos que envolvem áreas de pastagem, é importante colocar que diferentes tipos de borda (como bordas cimentadas e clareiras naturais) podem causar impactos ecológicos distintos. Isso leva à recomendação de diversificar as áreas de contraste de borda para melhor entender como diferentes usos da terra afetam as espécies e a estrutura do habitat.

Conclusão

Considerando que muitos contrastes de borda ainda não foram suficientemente explorados, uma discussão sobre como abordagens experimentais ou estudos a longo prazo podem preencher essas lacunas seria valiosa. Isso incluiria, por exemplo, como os contrastes com áreas urbanas e agrícolas afetam a resiliência dos ecossistemas de borda, abordando aspectos como fragmentação e conectividade

Ademais, a fragmentação florestal é um processo complexo que envolve não apenas mudanças ecológicas, mas também fatores sociais, econômicos e políticos. A criação de bordas e



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

a consequente alteração do microclima e das interações ecológicas impactam profundamente a biodiversidade, comprometendo a resiliência dos ecossistemas. No Neotrópico, a intensificação do desmatamento por expansão agrícola e urbanização destaca a urgência de compreender as relações entre ecologia e comportamento humano, a fim de promover estratégias de conservação efetivas e socialmente justas.

Para enfrentar os desafios da fragmentação e seus efeitos, é essencial adotar uma abordagem multidisciplinar que integre ciências naturais e sociais. A inclusão de comunidades locais e outros atores nas decisões de manejo do território é crucial para garantir que as soluções propostas sejam sustentáveis e sensíveis às realidades socioeconômicas. Logo, é necessário ampliar o foco das pesquisas para biomas e grupos taxonômicos menos estudados, como manguezais e anfíbios, preenchendo lacunas de conhecimento que podem contribuir para uma visão mais abrangente dos efeitos da fragmentação.

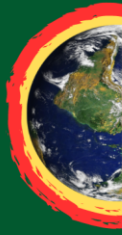
Por fim, a formulação de políticas públicas robustas, apoiadas por incentivos econômicos e iniciativas de pesquisa regional, é fundamental para enfrentar a fragmentação florestal. Ao promover o reflorestamento, a conectividade entre fragmentos e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, essas políticas podem mitigar os impactos negativos da fragmentação, favorecendo tanto a biodiversidade quanto o bem-estar humano. O equilíbrio entre conservação e desenvolvimento será alcançado por meio de uma gestão integrada e colaborativa dos recursos naturais.

Referências

CARVALHO, W. A. C. et al. Variação espacial da estrutura da comunidade arbórea de um fragmento de floresta semidecídua em Piedade do Rio Grande, MG, Brasil. **Revista Brasileira de Botânica**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 315-335, 2007.

DAYER A. Ashley. et al. Applying conservation social science to study the human dimensions of Neotropical bird conservation. **The Condor**, Volume 122, 2020.

FLAMENCO-SANDOVAL, Alejandro; MARTÍNEZ RAMOS, Miguel; MASERA, Omar Raúl. Assessing implications of land-use and land-cover change dynamics for conservation of a highly diverse tropical rain forest. **Biological Conservation**, v. 138, n. 1–2, p. 131-145, 2007. ISSN 0006-3207.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

GARCÍA-BARRIOS, Luis. et al. Neotropical Forest Conservation, Agricultural Intensification, and Rural Out-migration: The Mexican Experience. **BioScience**, Volume 59, Issue 10, November 2009, Pages 863–873, <https://doi.org/10.1525/bio.2009.59.10.8>.

LIMA, N. E. de. et al. Caracterização e história biogeográfica dos ecossistemas secos neotropicais. **Rodriguésia**, 69(4), 2209–2222, 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2015). **Capítulo 36 da Agenda 21**. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/destaques/item/8067-cap%C3%ADtulo-36-da-agenda-21.html>>. Acesso em 06 nov. 2024.

MORRONE, Juan. (2014). Biogeographical regionalisation of the Neotropical Region. **Zootaxa**. 3782. 10.11646/zootaxa.3782.1.1.

MYERS, N., Mittermeier, R., Mittermeier, C. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, 403, 853–858, 2000. <https://doi.org/10.1038/35002501>.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2020). **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>>. Acesso em: 06 nov 2024

OLSON, D. M. et al. Terrestrial ecoregions of the world: a new map of life on Earth. **BioScience**, 51(11), 933–938, 2024. [https://doi.org/10.1641/0006-3568\(2001\)051\[0933:TEOTWA\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1641/0006-3568(2001)051[0933:TEOTWA]2.0.CO;2)

PACIENCIA MLB, PRADO J. Efeitos de borda sobre a comunidade de pteridófitas na Mata Atlântica da região de Una, sul da Bahia, Brasil. **Braz J Bot** [Internet]. 2004.

SAMPAIO, Rita Camila Nobre. Efeito de borda em um fragmento de floresta estacional semidecidual no interior do Estado de São Paulo. 2011. xiii, 83 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônômicas, 2011.

SANTOS, M. (2001). **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record.

SCLATER, P.L. (1858) On the general geographic distribution of the members of the class Aves. Proceedings of the Linnean Society of London, **Zoology**, 2, 130–145.

VIVEIROS, A. M. (2022). Impactos do agronegócio na economia e no meio ambiente. **Politize!**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/impactos-agronegocio/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

VALLEJOS, L. M. et al. Species traits and latitude mediate bird responses to forest edges globally. **Landscape Ecology**, 39(3), 53, 2024. <https://doi.org/10.1007/s10980-024-01845-9>.

WALKER, Robert. Deforestation and Economic Development. **Canadian Journal of Regional Science/Revue canadienne des sciences régionales**, v. 16, n. 3, p. 481-497, 1993. ISSN 0705-4580.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Os limites da ciência do Antropoceno: ecocídio culposo e contabilidade da
natureza

Alice F. Freyesleben

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento
Comunitário (PPGDC) da Unicentro e bolsista PDJ Fundação Araucária/CNPq

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre alguns desafios teóricos que caracterizam a noção de Antropoceno no campo disciplinar da História. Em linhas gerais, três narrativas históricas têm predominado nos debates científicos sobre essa noção: a primeira, a do “ecocídio culposo”, explica como, em seu percurso de desenvolvimento, a humanidade destruiu ecossistemas e provocou alterações nos ciclos biogeoquímicos planetários sem saber o que estava fazendo. Por sua vez, a narrativa da “mudança sem precedente” afirma que a convulsão climática nos colocou em uma situação terrível nunca antes experimentada pela existência humana. Desse modo, a transformação que testemunhamos ultrapassada os limites da compreensão histórica porque rompe o tecido de regularidades a partir do qual nutríamos nossas expectativas de mudanças e compreendíamos o passado. Por fim, outra narrativa que predomina nos estudos sobre as transformações planetárias de nosso tempo é a do “geopoder” quantificador. Segundo essa forma de apresentação do problema, a crise ambiental em curso é fruto de uma série de erros de cálculos ao longo da história. Na história do desenvolvimento humano, houve uma disjunção entre economia e limites da natureza que agora precisa ser corrigida. O futuro é o lugar do manejo dos danos, mitigação dos impactos e das soluções tecnológicas que poderão resolver os piores estragos do passado. Assim, a proposta deste trabalho é analisar como essas três narrativas acionam o passado de maneiras que acabam diluindo e invisibilizando responsabilidades de agentes e projetos políticos econômicos sem os quais não estaríamos preocupados com a capacidade de regeneração e resiliência de nosso planeta.

Palavras-chave: Antropoceno. Ciência. Narrativas

Abstract



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

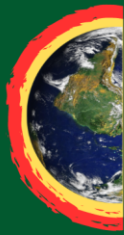
This paper aims to reflect on some theoretical challenges that characterize the notion of the Anthropocene in the disciplinary field of History. Broadly speaking, three historical narratives have predominated in scientific debates on this notion: the first, that of “culpable ecocide,” explains how, in its development path, humanity destroyed ecosystems and caused changes in planetary biogeochemical cycles without knowing what it was doing. In turn, the narrative of “unprecedented change” claims that climate upheaval has placed us in a terrible situation never before experienced by human existence. In this way, the transformation we are witnessing has surpassed the limits of historical understanding because it breaks the fabric of regularities from which we nourished our expectations of change and understood the past. Finally, another narrative that predominates in studies on the planetary transformations of our time is that of quantifying “geopower.” According to this way of presenting the problem, the ongoing environmental crisis is the result of a series of miscalculations throughout history. In the history of human development, there has been a disjunction between the economy and the limits of nature that now needs to be corrected. The future is the place for damage management, impact mitigation, and technological solutions that can resolve the worst damages of the past. Thus, the purpose of this work is to analyze how these three narratives trigger the past in ways that end up diluting and rendering invisible the responsibilities of agents and political-economic projects without which we would not be concerned with the regeneration and resilience capacity of our planet. Resumo em inglês

Keywords: Anthropocene. Science. Narratives.

Introdução

Em 1940, em algum lugar perto da fronteira da França com Espanha, Walter Benjamin registrava que: “articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’, mas sim, apoderar-se de uma lembrança *tal como ela lampeja num momento de perigo*” (2005, p. 65). Naqueles mesmos escritos, Benjamin (2005, p. 65) afirmou que “em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que [sempre] está na iminência de subjugar-la. [...] E que “o dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”

O inimigo vitorioso a que se referia não eram apenas os nazistas de quem fugia naqueles dias que antecederiam sua morte. Benjamin creditava aos que manipulavam o passado a missão de



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

salvar os mortos dos que defendem que o triunfo do progresso a qualquer custo é o triunfo humano. O passado, dessa forma, poderia ser acionado contra o sistema de representação criado pelo inimigo que enaltece a expansão acelerada da liberdade, da razão, da civilização e da ciência e apresenta o mundo como uma totalidade a ser governada rumo ao crescimento econômico e tecnológico. Anos depois de Benjamin, outro alemão chamado, Reinhart Koselleck (2006; 2014), analisou os efeitos do encurtamento da duração das viagens advindo da invenção dos motores à combustão no fim do século XVIII e também refletiu sobre a substituição das feiras sazonais, que por muitos séculos determinaram o ritmo do comércio, por um mercado global que nunca para. Esse mercado, que no século XXI se transfigurou em um leviatã, um monstro hiper-real do consumo – não mais limitado aos mercados e shoppings, mas que flui nos espaços de nossos carros, nossos fones de ouvido e nossas telas de computador no movimento incessante do elétron. Koselleck gastou boa parte de sua vida discutindo como o sucesso desse sistema modificou de maneira profunda a forma como a maior parte das pessoas se relaciona com o tempo.

Mas já não se trata só da rapidez dos deslocamentos, dos contágios, das transformações políticas, culturais, tecnológicas. A aceleração penetrou no planeta. É próprio tempo geológico que está se acelerando: clima está mudando rápido demais eis o Antropoceno e dentro dele nosso tempo parece se exaurindo ainda mais rápido do que antes. De acordo a narrativa sustentada por cientistas das principais instituições de pesquisa do mundo, a Terra funciona como um grande sistema complexo composto de diversos circuitos químicos, físicos, geológicos, biológicos, atmosféricos e hidrológicos (Lenton, 2016; Rockström et al. 2009; Steffen et al. 2018). Por sua vez, o agente “humanidade” pressionou o grande sistema e o desequilibrou. Grosso modo, a responsabilidade por esse desequilíbrio costuma ser atribuída ao crescimento demográfico, econômico e tecnológico que ensejou a mobilização de combustíveis fósseis em larga escala.

A ciência e os limites não ditos do Antropoceno.

Segundo a narrativa apresentada por geocientistas reconhecidos como Paul Crutzen, Will Steffen, Jacques Grinevald (2018), destruímos o planeta sem saber que estávamos fazendo. Embora, esse processo já estivesse se desdobrando há séculos, ele só foi identificado pelos cientistas no final do século XX. Ao realizarem uma contabilidade de fluxos e estoque da natureza, os pesquisadores do Sistema Terra descobriram que, na verdade, vivíamos um débito ecológico.



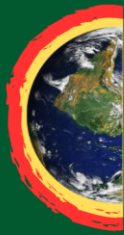
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Ou seja, em seu progresso, a humanidade colocou em risco as condições de própria sobrevivência. Assim, cometeu uma espécie de ecocídio culposo.

Em seu amplo diagnóstico acerca do atual colapso ambiental, o historiador Luiz Marques (2023, p. 48) ressalta que “em termos de capacidade de perturbar coordenações do Sistema Terra, dez anos de nossa história presente equivalem agora a séculos de nossa história pregressa.” Nesse cenário, mais do que nunca a ciência se apresenta como única ferramenta para nos conduzir em meio a nova trajetória assumida pelo planeta. Sob tal lógica, os cientistas seguem trabalhando entre as fronteiras da geologia, da química, da climatologia, oceanografia, biologia e de tantas outras disciplinas e nos alertam: o aumento das temperaturas está mais veloz do que havia sido previsto. A palavra de ordem da ciência é urgência. Já cruzamos seis dos nove “limites planetários”. Esse conceito científico foi desenvolvido para identificar fronteiras dentro dos quais a humanidade pode continuar a se desenvolver e prosperar sem causar mudanças ambientais catastróficas. Ele foi introduzido em 2009 por uma equipe de cientistas liderada por Johan Rockström e atualizado por Will Steffen e outros em 2015. O conceito destaca limiares ambientais críticos que, se ultrapassados, podem levar a mudanças irreversíveis nos sistemas que sustentam a vida na Terra.

Segundo cientistas do influente *Stockholm Resilience Centre* (2023)⁴³: é tarde demais para resolver o problema da concentração de gases do efeito estufa (GEE) ou para lidar com os estoques de água doce, reparar a saturação de Nitrogênio e de Fósforo nos solos; não há mais tempo para reverter a transformação de paisagens naturais por desmatamento, cultivo e urbanização e também não conseguimos evitar a perda da biodiversidade. Até o limite do desconhecido foi ultrapassado. O parâmetro chamado de “Novas entidades” representa o limite incógnito do quanto de substâncias químicas sintéticas (por exemplo, microplásticos, poluentes orgânicos), materiais radioativos antropogênicos (como resíduos de usinas e armas nucleares) e intervenções humanas em processos evolutivos (como organismos geneticamente modificados) o planeta pode aguentar. Para a equipe que encabeça esse ambicioso projeto de quantificação para uma “gestão segura” dos perigos ambientais, ainda temos alguma margem no que se refere à acidificação oceânica e à liberação de aerossóis na atmosfera assim como à camada de ozônio.

⁴³ Todos os dados sistematizados pelo Stockholm Resilience Centre estão publicados na página oficial da instituição: <<https://www.stockholmresilience.org/>>



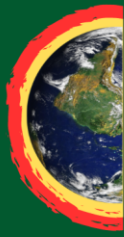
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Os dados científicos são colocados como fundamentais à administração dos danos do passado e à gestão dos impactos futuros das ações presentes. Frente à experiência do colapso ambiental, essa narrativa se impõe como a única capaz de atestar o que equilibra e desequilibra o planeta, do qual deveríamos ter uma só representação descritiva e numérica. Assim, ações rápidas são postuladas e clama-se por uma superação dos embates ideológicos, uma vez que o tempo urge. Se as campanhas de conscientização sobre a necessidade de economizar água, separar lixo e instalar placas de energia solar não estão sendo suficientes para salvar o planeta, vamos aumentar o valor do trabalho da natureza. Absorção de carbono, reservatórios de aquíferos, reservas de biodiversidade passaram a ser negociados como serviços sistêmicos nas principais bolsas de valores do mundo.

Sem que o antigo problema da compreensão do papel ativo dos cientistas na construção de fatos tenha sido resolvido, um novo problema surgiu: como compreender o papel ativo da agência humana não só na construção de fatos, mas também na própria existência de fatos? Quais são os fenômenos que esses fatos estão tentando documentar? Em outras palavras, embora saibamos que o princípio poluidor/pagador nunca impediu a poluição, a órbita conceitual das teorias liberais, que serviu de base a tudo aquilo que nos últimos séculos foi entendido como desenvolvimento humano, permanece intocável pelas geociências.

Desse modo, fica cada vez mais difícil imaginar um futuro que não seja a eterna repetição do presente. O imperativo da comparação quantitativa sob custódia da economia – que dividiu o mundo em áreas subdesenvolvidas, em desenvolvimento e desenvolvidas – continua se mostrando como incompatível com a capacidade regenerativa do planeta. O caminho para a evolução social segue atrelado aos ditames suicidas do capitalismo – “desenvolvimento”, agora “sustentável”. É o que a penetração de termos como “crédito de carbono”, “orçamento” e “mercado verde” nos circuitos institucionais e centros de decisão governamental revela: a ordem da lucratividade permanece definindo as regras da macro e micro política, em nível local e global. Não conseguimos pensar um mundo que não seja dominado pelas noções ligadas à aceleração irrefreável dos lucros e do crescimento.

Nessa representação do planeta como uma totalidade sistêmica a ser medida, controlada e governada, as determinantes técnicas são superestimadas em detrimento das arbitrariedades econômicas. Assim, mais do que proporcionar uma visão integrada da complexidade e



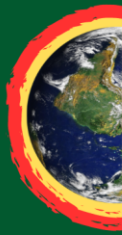
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

interdependência dos processos planetários, da forma como tem sido mobilizado pelos geocientistas. o que o conceito de “limites planetários” nos oferece é uma abordagem de governança tecnocrática. Quantificar a natureza é o grande negócio de nosso tempo. A ciência, nessa analítica, produz estimativas para que o business *as usual* possa continuar.

A medição de uma “distância segura para a evolução da humanidade” – conforme manifestado no título do famoso artigo de 2009 assinado pelos cientistas Joahn Rockström e Will Steffen, *Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity*, e também desenvolvido como documentário no *Netflix* – o que mostra a abrangência do debate – legitima a instauração daquilo que Bonneuil e Fressoz (2024) chamam de “geopoder”. Os autores franceses salientam que assim como “os conhecimentos biológicos do século XIX e XX permitiram a formação de novos objetos científicos: população, raça e vida” (Bonneuil e Fressoz, 2024, p. 127), inaugurando o que Foucault (2008) chamou de “biopoder”, o naturalismo ocidental instrumentalizado pelo conhecimento do ambiente global (*geoconhecimento*) gesta um novo tipo de poder. IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU), Future Earth são, nesse sentido, emblemas desse novo objeto de conhecimento e de governo. “Depois da vida, é a Terra inteira (desde a litosfera até a estratosfera) que passa a ser objeto de conhecimento [...] e de governo” (Bonneuil e Fressoz, 2024, p. 128).

Para operar, esse novo poder depende da rápida produção de saídas técnicas, respostas objetivas e soluções “neutras”. A geoengenharia, é um dos campos de pesquisa encarregado disso. Os geoengenheiros recebem volumosos recursos para projetos como o envio de partículas microscópicas de água do mar ao céu com intuito de clarear nuvens baixas, refletir mais calor de volta para o espaço e, assim, resfriar a atmosfera. Há também grandes projetos que preveem a liberação de aerossóis nas camadas mais altas da estratosfera para refletir um pouco do calor do sol e tornar o planeta mais seguro.

Nessa história existem apenas dois personagens: o Sistema Terra e a engenhosa humanidade, cuja identidade de principal agente geológico foi finalmente assumida. Impelidos pela contagem regressiva, não temos tempo para parar e responder perguntas como as de Ailton Krenak (2019), que insiste em questionar: mas o que se entende por humanidade? Existe um parâmetro universal do que é seguro para todos os humanos? E o que a segurança desse “seleto grupo” implicará para todos os outros que ficarem de fora? Quando se fala em desenvolvimento



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

sustentável, o que se pretende desenvolver, o que se almeja sustentar? Essas perguntas não aparecem nos artigos da *Philosophical Transactions*, *Nature*, da *Science* e demais periódicos científicos de renome, que seguem listando de maneira difusa e generalista fatores causais do Antropoceno.

A estatística ambiental tem medido as resultantes de fenômenos históricos e sociais que levaram ao colapso ambiental em curso – crescimento populacional, uso de fertilizantes, produção de papel, barragens construídas – mas nada informa sobre os agentes e instituições que produziram esses fenômenos e que continuam lucrando com eles. O consumo continua sendo a principal forma de relação com o mundo. Nesse sentido, a provocativa imagem evocada por Krenak (2020, p.44) da pessoa que quer subir o Himalaia levando “junto sua casa, a geladeira, o cachorro, o papagaio, a bicicleta” (2020, p.44) expressa bem a dimensão narcísica do drama da aceleração do consumo frente à falácia científica da sustentabilidade.

Submeter a ciência e suas narrativas à crítica histórica não significa incriminá-la como grande responsável pelos horrores do mundo. Na verdade, a análise histórica é um instrumento fundamental para problematizar categorias e pressupostos que as ciências naturais tomam como dados. Mostrar a historicidade dos conceitos e das palavras é uma forma de pôr em xeque aquilo que se apresenta como “fato” contra o qual nada se pode fazer. A imagem da ciência como “guia do desenvolvimento humano em um planeta em mudanças”, conforme expresso no estudo homônimo publicado pelo Stockholm Resilience Centre (“*Guiding human development on a changing planet*”, Steffen et al., 2015), só faz sentido num universo de significados profundamente subordinados aos velozes imperativos da economia e da inovação que invisibilizam os mecanismos de dominação por meio dos quais agentes e grupos dizem ao planeta ao mesmo tempo que instauram relações sociais e ambientais assimétricas. Desconsiderar esses mecanismos favorece a concentração da produção e, conseqüentemente, da poluição nas regiões pobres onde os mais vulneráveis são expostos a todo tipo de perigo ambiental.

Outra narrativa científica que engendra perigosos silenciamentos é a da mudança sem precedente. Segundo o historiador Zoltán B. Simon (2021; 2019), um dos seus principais articuladores, a convulsão climática nos colocou em uma situação terrível nunca antes experimentada pela existência humana. Dessa premissa, a transformação que testemunhamos ultrapassa os limites da compreensão histórica porque rompe o tecido de regularidades a partir do



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

qual nutríamos nossas expectativas de mudanças e compreendíamos o passado. Eventos políticos e econômicos e decisões interagem com o clima e a natureza de forma a gerar um novo tipo de narrativa histórica: a processualidade passou a dividir espaço com a temporalidade acontecimental do entrelaçamento humano-não humano. A partir de agora, esperamos uma série de alterações nunca antes conjecturadas. Ora, até que ponto a ideia de uma experiência catastrófica sem precedentes se sustenta, visto que diversos outros povos do mundo, como os habitantes originários das Américas, por exemplo, já “viveram em seu passado (e em sua forma de passado) um fim do mundo.” (Turin, 2022, p. 150)?

Do mesmo modo, a narrativa da “descoberta”, ou “ecocídio culposo”, descreve como a humanidade destruiu ecossistemas e provocou alterações nos ciclos biogeoquímicos planetários em seu percurso de desenvolvimento sem saber o que estava fazendo. Isto é, apenas após o aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos os cientistas teriam tido condições de revelar o ponto cego das expectativas de liberdade, qual seja, a de que toda liberdade moderna estaria necessariamente associada à abundância material (Charbonnier, 2021). De fato, trata-se de uma perspectiva que invisibiliza a longa história de resistência e luta ecológica. Ademais, a ideia de que os cientistas teriam *descoberto* a face oculta da história e que a partir de agora caberia a *todos nós* ouvir seus alertas para uma possível salvação é algo que afeta a compreensão dos desafios presentes.

Nesse sentido, questionar a narrativa da transformação do planeta pela espécie humana é essencial para abrir espaços para lidar com problemas cujas respostas só podem ser encontradas com tempo e paciência. Como os fluxos de matéria e energia foram (e continuam sendo) distribuídos por dispositivos econômicos e políticos? Quem são os maiores beneficiários dessa ou daquela descoberta científica? Como uma determinada solução científica será acessada ou implementada? Ela será vendida? Sem esse tipo de problematização, narrativas como a dos limites planetários não passam de roteiros quantitativos, elaborados a partir da mesma lógica que nos trouxe até aqui, para indicar o quanto se deve consumir, poluir, modificar, extrair, excluir, etc.

Isabelle Stengers (2015) nos lembra que sem criar espaços de hesitação nos quais possamos, de fato, parar e pensar sobre quais questões desejamos nos engajar, continuaremos apenas respondendo às perguntas que nos são impostas com urgência pelo capitalismo e suas crises (ambiental, energética, financeira, produtiva, cultural, política, etc.). Nesse sentido, parar o *avanço*



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

do conhecimento é uma estratégia crucial na luta contra a aceleração do Antropoceno, termo que se mostrou conveniente para nomear o conjunto de catástrofes ecológicas e por sintetizar uma realidade histórica e sociológica. Contra a instauração do geopoder, Stengers (2023, p. 12-13) declara guerra à escalabilidade: nenhum bem comum, nenhum passado total, nenhum parâmetro geral pode continuar sendo evocado pelo saber científico e pelas instituições que o legitimam independentemente das “circunstâncias, dos encontros, das criações de relação”.

Diante disso, historiadores e historiadoras estão sendo conclamados a repensar categorias básicas do pensamento histórico tais como humano, agência, arquivo, cultura, natureza, fontes, identidade, individualidade e coletividade, tempo, periodização, poder e força, espaço, subjetividade, dentre outros (Domanska, 2019). A recente centralidade assumida por teorias decoloniais, pós-humanistas, transhumanas, multiespécies e tantas outras proposições embaralharam a tradicional distribuição de sentidos, objetos, agentes, problemas, soluções, saberes, tempos e pode ser considerada como um esforço de criação frente ao reconhecimento da inadequação dos instrumentos narrativos que temos à mão. Isso pois o colapso em curso não se processa só no nível ambiental, mas alcança as estruturas de sentido herdadas da tradição ocidental. Em razão da quantidade de variáveis que essas teorias levantam e do caráter de objeção que assumem, elas nos ajudam a refletir sobre a atual crise planetária em sua relação com o tempo universalizado da modernidade cada vez mais acelerado. Uma infinidade de saberes e percepções de povos que têm memória ancestral, e que carregam lembranças de antes serem configurados como humanos – “Porque tem gente que era peixe, tem gente que era árvore antes de se imaginar humano”, como diz Krenak (2020, p. 51) –, têm sido evocados contra o esquecimento de que outros tempos são possíveis.

De certo modo, para lembrar Stengers, não podemos desistir de lutar contra esses imperativos que funcionam como formas “de feitiçaria que, de modo obstinado, sorrateiro e perverso, paralisa nossa capacidade de resistir” (2023, p.152). Nesse sentido, John Guldi e David Armitage (2018) retomam a ideia de Hayden White (2018) acerca da importância da produção de “passados práticos” na construção de um “futuro público”, isto é, a elaboração de tais passados seriam mais do que nunca necessários ao engajamento ativo dos historiadores, cuja profissão não é “uma escolha de carreira, mas existencial” (GULDI; ARMITAGE, 2018, p. 185). Para tanto, pensar as narrativas da crise no âmbito dos grandes empreendimentos interinstitucionais e intergovernamentais, sem perder de vista as experiências locais historicamente consolidadas – as



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

quais muitas vezes são obliteradas em prol de soluções advindas das cúpulas decisórias das instâncias políticas e científicas internacionais –, é uma ferramenta crucial para a consolidação do discurso histórico nesse debate.

Diante do perigo tal como hoje ele se apresenta, o dom de atear a centelha da esperança ao passado pertence àquele(a) historiador(a) que o maneja contra os discursos da tradição, contra os discursos descritivos e quantitativos da Ciência do Sistema Terra. Pertence aquele(a) historiador(a), que estudando o passado, produz armas contra a responsabilização de pessoas comuns pelos crimes ecológicos, enquanto grandes empresas, agentes políticos e operadores do mercado permanecem anônimos e impunes. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence àquele historiador(a) que articula lembranças de outros mundos e valores não como nostalgia, fetiche ou repetição. Pois não há retorno possível.

Referências

BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito de história” in. LÖWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Trad. Wanda N. C. Brant; Jeanne M. Gagnebin; Marcos Lutz Müller, 2005.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Batiste. **O acontecimento antropoceno: a Terra; a história e nós**, trad. Marcela Vieira. São Paulo, SP: Quina Editora; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2024.

CHARBONNIER, P. **Abundância e Liberdade** – uma história ambiental das ideias políticas, trad. Fábio Mascaro Querido. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DOMÁNSKA, Ewa. “History, anthropogenic soil and unbecoming human” in. DUBE, S; SETH, S; SKARIA, A. (orgs.) **Dipesh Chakrabarty and the Global South** – subaltern studies, postcolonial perspectives, and the Anthropocene. 1ª ed. London: Routledge; 2019, pp. 201-214.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População** – Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUILDI, Jo; ARMITAGE, David. Manifesto pela história, trad. Modesto Florenzano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma P. Maas e Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: estudos sobre história. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LENTON, Timothy. **Earth System Science**: A very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2016

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

ROCKSTRÖM, Johan et al. “Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity” in. **Ecology & Society**, vol. 14, n. 2, art. 32, 2009.

SIMON, Zoltán B. **History in Times of Unprecedented Change** – A Theory for the 21st Century. London: New York: Bloomsbury, 2019

SIMON, Zoltán B. “Domesticating the future through history” in. **Time & Society**, vol. 30(4), 2021

STEFFEN, Will et al. “Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet”. In. **Science**. Vol. 347, n. 6223. pp. 736-747. 13 fev. 2015

STEFFEN, Will et al. “Trajectories of the Earth System in the Anthropocene”. In. **PNAS – Perspective**. Vol. 115, n. 33, pp. 8255-8259, 24 aug. 2018.

STEFFEN, W; GRINVALD, J; CRUTZEN, P; McNEILL, J. “The Anthropocene: conceptual and historical perspectives”. In. **Philosophical Transactions** - a journal from The Royal Society, A (2011) 369, pp. 842-876, Jan. 2011.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes** – resistir à barbárie que se aproxima, trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências, trad. Fernando Silva e Silva. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

TURIN, Rodrigo. “A ‘catástrofe cósmica’ do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea”. in. MULLER, A; IEGELSKI, F (org.). **História do Tempo presente** – mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

WHITE, Hayden. “O passado prático”, trad. Arthur L. de Avila, Mário M. Netto e Felipe R. Krüger. In. **ArtCultura**, vol. 20, n. 37, p. 9-19, Uberlândia, jul-dez, 2018



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Relações Brasil e Portugal: impactos da exploração madeireira na Mata Atlântica
Colonial

Carolina Torres

Mestre em Geografia e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
(PUC-Rio)
tgomescarolina@gmail.com

Veronica Maioli

Especialista em restauração (WWF-Brasil)
vmaioli_az@hotmail.com

Resumo

As madeiras nativas do Brasil tiveram um papel crucial na construção civil e naval, sendo amplamente utilizadas dentro e fora do país. Durante o período colonial, a demanda por esses recursos levou a uma intensa exploração da Mata Atlântica, com a maior parte das madeiras exportadas para Portugal. Fatores como a Revolução Francesa e o terremoto de Lisboa em 1755 aumentaram a necessidade de madeira brasileira, alterando a relação entre humanos e natureza. A colonização portuguesa promoveu a exploração massiva de árvores, especialmente neste bioma rico em diversidade. Este trabalho analisa a exploração das madeiras da Mata Atlântica durante o período colonial (1500-1822). Documentos históricos identificaram madeiras como tapinhoam, peroba, pau-brasil, jacarandá e vinhático, além dos principais locais de extração e exportação. Os nomes populares foram relacionados aos nomes científicos, sendo as famílias botânicas mais representativas as mais abundantes. As madeiras, de alta qualidade, foram categorizadas de acordo com seus usos: a maioria como uso indefinido, seguida por uso múltiplo e construção naval. As fontes indicaram uma exploração total de cerca de 20.000 m³, com maior ocorrência no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Alagoas, e significativa exportação para Lisboa. A mão de obra era diversificada e o conhecimento colonial sobre as madeiras da Mata Atlântica era limitado. A pesquisa revela o impacto ambiental e socioeconômico da exploração madeireira, com implicações que ecoam até hoje.

Palavras-chave: Madeiras históricas. Período colonial brasileiro. Mata Atlântica.

Abstract

Native woods of Brazil played a crucial role in both civil and naval construction, being widely used both domestically and internationally. During the colonial period, the demand for these resources led to intense exploitation of the Atlantic Forest, with a significant portion of timber exported to Portugal. Events like the French Revolution and the 1755 Lisbon earthquake increased the demand for Brazilian wood, drastically altering the relationship between humans and nature. Portuguese colonization promoted massive tree exploitation, particularly in this biodiverse biome. This work discusses the exploitation of Atlantic Forest timber during the colonial period (1500-1822). Historical documents allowed for the identification of woods such as tapinhoam, peroba, pau-brasil, jacarandá, and vinhático, as well as the main extraction and export locations. The common names were linked to their scientific names, with the most representative botanical families being the most abundant in the biome. The high-quality woods could be used for various purposes



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

and were categorized accordingly: most as undefined use, followed by multiple uses and naval construction. Sources indicated total exploitation of about 20,000 m³, with the highest occurrences in Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, and Alagoas, and significant exports to Lisbon. The labor force was diverse and segmented, and colonial knowledge of Atlantic Forest woods was limited. The research reveals the environmental and socioeconomic impact of timber exploitation, with implications that resonate today.

Keywords: Historical woods. Brazilian colonial period. Atlantic Forest.

Introdução

Quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, sua primeira impressão registrada foi a abundância de madeiras, como descrito na famosa carta de Pero Vaz de Caminha, que mencionou "arvoredos" ao olhar para o horizonte. Essa admiração pode ter sido causada não apenas pela diferença visual, já que Portugal havia esgotado muitas de suas reservas florestais no século XII (MARQUES, 1994), mas também pela vasta cobertura arbórea da Mata Atlântica, que na época abrangia cerca de 150 milhões de hectares (RIBEIRO *et al.*, 2009), representando uma renovação da madeira, fundamental para as tecnologias e construções do período pré-industrial (CABRAL, 2012; MAIOLI, 2014).

As crônicas de Caminha sobre seu primeiro encontro com a Terra de Vera Cruz conseguiram transmitir suas impressões ao rei D. Manuel, que enviou uma expedição de reconhecimento em 1501. Essa expedição provavelmente marcou a primeira remessa de madeiras brasileiras para Portugal (DEAN, 1996), dando início à apreciação e cobiça pelas árvores da Mata Atlântica, que abriga uma grande diversidade de espécies endêmicas, atualmente ameaçadas de extinção (MYERS *et al.*, 2000; METZGER, 2009).

Ainda que a interação da espécie humana com as diversas espécies da Mata Atlântica remonte a mais de 12.000 anos (OLIVEIRA *et al.*, 2020), a chegada dos portugueses à costa brasileira e a instauração do período colonial, de 1500 a 1822, alteraram significativamente a lógica e o teor dessas relações, bem como a velocidade dos processos de utilização e destruição dos recursos florestais (MAIOLI, 2014).

O pau-brasil (*Paubrasilia echinata* (Lam.) Gagnon, H.C.Lima & G.P.Lewis), árvore da família das Leguminosas cujo cerne vermelho era utilizado já pelos tupis para colorir fibras de algodão (DEAN, 1996), foi a primeira espécie a ser explorada economicamente pelos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

colonizadores. Como os portugueses já conheciam, utilizavam e comercializavam amplamente um “pau-brasil” asiático (*Caesalpinia sappan* L.), amplamente apreciado por toda a Europa, especialmente para a fabricação de tintas e corantes, a descoberta de um território coberto de árvores corantes era bastante animadora e o pau-brasil chegou a ser descrito pelo governador-geral Diogo de Meneses, em 1609, como uma das “verdadeiras minas do Brasil” (HOLANDA, 1995).

Essa exploração comercial, iniciada com o pau-brasil, logo se estendeu para outras espécies, como jacarandá, tapinhoam, peroba e vinhático. Algumas das espécies mais utilizadas pela coroa à época ficaram posteriormente conhecidas como “madeiras-de-lei” (MAIOLI *et al.*, 2020), classificação empregada para as madeiras que foram nominalmente citadas por algum tipo de lei ou decreto emitido pela coroa na tentativa de impedir ou ao menos desencorajar a utilização dessa commodity por terceiros e, assim, garantir para si todo o lucro possível com a exploração e comércio internacional do recurso. É bem possível ainda que, mediante a grande diversidade vegetal da Mata Atlântica, a lista de espécies utilizadas tenha sido muito maior do que as relações encontradas nos decretos reais.

Estados como o Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia obtiveram destaque na exportação de madeiras no período de 1796 a 1819 (HUTTER, 1986; MILLER, 2000). Esses estados foram importantes também para as rotas do comércio ultramarino português, uma vez que eram muito utilizados para construção e reparo de embarcações, com a utilização de madeiras locais. Enquanto a Bahia abrigou o primeiro porto e estaleiro da colônia, em 1546 (HOLANDA, 1995), e apresenta uma extração estimada de dois milhões de árvores de pau-brasil apenas nos primeiros dois séculos de colonização (CARVALHO, 2006), Rio de Janeiro e Pernambuco configuram na atividade desde o século XVI (HUTTER, 1986). Além das necessidades do comércio internacional, a exploração madeireira também estabeleceu relações com outros ciclos econômicos empreendidos na colônia, como o cultivo de cana-de-açúcar, e estima-se que mais de 1.200 km² de Mata Atlântica foram explorados para atender às necessidades de lenha para a fabricação de cana até a metade do século XVII (DEAN, 1996). Nos anos 1800 a criação de um aparato administrativo pela Corte, voltado para a ampliação da exploração madeireira na colônia, evidencia a influência do comércio internacional na maximização da extração de árvores brasileiras (MORTON, 1978).

O presente estudo aborda a relação da exploração madeireira com o comércio internacional do período colonial brasileiro e os impactos gerados no bioma Mata Atlântica. A demanda por



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

madeira nativa para suprir as necessidades europeias não só alterou profundamente a biodiversidade e o equilíbrio ecológico do bioma, mas também moldou as dinâmicas sociais locais. Com a pressão econômica imposta pela Coroa e o desenvolvimento de uma infraestrutura administrativa voltada para a extração, comunidades e trabalhadores foram incorporados ao processo, modificando as relações sociais e os modos de uso da terra. Assim, o trabalho propõe uma análise dos efeitos ambientais e sociais das políticas extrativistas impulsionadas pelo mercado global durante esse período.

Uma busca sistemática utilizando palavras-chave foi realizada nos acervos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). A análise se concentrou em 146 documentos relevantes, categorizando dados sobre o nome da madeira, quantidade, uso, local de extração e exportação.

1 - Espécies exploradas e seus usos

Em contraste com a homogeneidade das florestas temperadas, a Mata Atlântica brasileira abriga uma grande variedade de espécies madeireiras de alta qualidade (MAIOLI, 2014). Essa elevada diversidade (riqueza), contudo, é acompanhada por uma baixa densidade de indivíduos de cada espécie (abundância), o que representa um desafio significativo para a extração, já que limita a possibilidade de obtenção de grandes quantidades de madeira em um único local. Além disso, a diversidade de espécies e a dispersão das árvores dificultam a identificação das espécies mais valiosas, impossibilitando a simples replicação dos métodos empregados nas florestas europeias e norte-americanas, onde predominam a alta abundância e a baixa diversidade (DRUMMOND, 1991). Ainda que esses fatores tenham acrescentado complexidade ao processo de exploração, a sociedade colonial brasileira se desenvolveu em grande medida a partir de suas florestas, e a madeira foi um dos recursos mais explorados pela Coroa nos primeiros anos de colonização, especialmente no comércio ultramarino (CABRAL, 2006).

Os 146 documentos históricos mencionaram 132 nomes populares de madeiras exploradas durante o período colonial, das quais as mais comumente citadas foram: tapinhoam, peroba, pau-brasil, jacarandá e vinhático (mencionados em 23, 19, 10, nove e oito documentos,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

respectivamente). Essas cinco madeiras já possuíam leis e decretos históricos que proibiam ou restringiam seu corte e exploração à Coroa Portuguesa (MAIOLI *et al.*, 2020) desde 1606, e atualmente tem ao menos uma possível espécie associada ameaçada de extinção de acordo com as listas oficiais (MMA, 2008; IUCN, 2022; FLORA E FUNGA DO BRASIL, 2023). Essas madeiras também pertencem a famílias botânicas atualmente reconhecidas como as mais ricas, abundantes e diversas da Mata Atlântica (STEHMANN *et al.*, 2009), indicando que as espécies mais exploradas no período colonial podem ter sido aquelas mais frequentemente encontradas.

Ainda que o início da exploração das madeiras coloniais brasileiras tenha sido marcado por uma seletividade e preferência pelo pau-brasil, os documentos históricos demonstram que uma vasta quantidade de espécies era utilizada e comercializada. A conservação dessas espécies, que ficaram conhecidas como ‘madeiras-de-lei’, era determinada por leis e decretos reais que podiam ser específicos, com a indicação do nome da madeira como no caso do tapinhoam (AHU_ACL_CU_017, Cx. 31\Doc. 3266 (1) - ano de 1739), ou mais abrangentes, referindo-se a “todas as matas da costa e das margens dos rios que desembocassem no mar” (AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 55\Doc. 4193 (1) - ano de 1798). Algumas fontes históricas corroboram dados de falta de recursos madeireiros no período colonial. O próprio tapinhoam, possivelmente relacionado à espécie *Mezilaurus navalium* (Allemão) Taub. ex Mez, atualmente considerada como Em Perigo (MMA, 2008; IUCN, 2022), já era indicado como difícil de se encontrar nas matas de Pernambuco e Bahia no início do século XVIII, devido ao “total consumo do comércio devassador a Inglaterra e Holanda” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 28\Doc. 2970 (1) - ano de 1736).

A madeira era um material essencial não apenas para a expansão da colônia, mas para a construção de navios, carros de boi e carruagens, além do aumento dos centros urbanos europeus. Grandes mudanças sociais e administrativas no contexto europeu do século XVIII demandavam matéria-prima, como por exemplo o terremoto seguido de um incêndio em Lisboa, em 1755, que destruiu boa parte da cidade e causou uma grande onda de extração e exportação madeireira na colônia (CABRAL, 2007). As técnicas de construção implementadas pelo Marquês de Pombal para a reconstrução da capital portuguesa, com a utilização de quadros de madeira preenchidos por pedras, somaram à inerente necessidade por material lenhoso. Pouco tempo depois, os conflitos militares relacionados à Revolução Francesa aumentaram também a demanda por madeira, uma



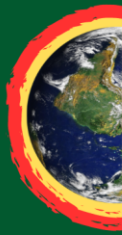
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

vez que esta era necessária para a produção dos navios e armas de guerra, bem como para a utilização como combustível e fonte de aquecimento dos soldados (MAIOLI, 2014).

Dessa forma, a necessidade de salvaguardar as melhores espécies madeireiras para uso exclusivo da Coroa Portuguesa influenciou a criação de legislações que proibiam seus cortes e extrações. Em um período de cerca de 200 anos o discurso é profundamente alterado pela grande exploração empreendida nas matas brasileiras e passa de “ao estender-se o olhar ao horizonte não se podia ver senão arvoredos” (MARQUES, 1944; CABRAL, 2007) para “(...) não tem achado nestes destritos aonde se tem procurado nem hum só pao que seja maciço, todos são ocos no seu âmago” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 71\Doc. 6539 - ano de 1764).

A grande extensão da Mata Atlântica, em conjunto com a os vieses trazidos pela tecnologia e discurso da época, não permite que informações sobre escassez de árvores sejam generalizadas ou tomadas como incontestáveis, especialmente quando considerado o caráter seletivo da exploração empreendida pela indústria madeireira do período. Contudo, a combinação da atividade madeireira com a atividade agrícola, ou seja, o corte raso de madeiras de grandes latifúndios com aproveitamento de árvores específicas de interesse madeireiro e posterior queima das demais espécies para a fertilização do terreno, pode ter sido o motivo de grandes prejuízos para as florestas da Mata Atlântica (CABRAL, 2012). Mediante esse contexto, as leis conservacionistas, sobretudo sobre as madeiras mais valorizadas, eram pouco ou nada respeitadas, já que a fiscalização não era efetiva para toda a extensão da Mata Atlântica e seu cumprimento atrapalharia o aproveitamento da terra por parte dos produtores rurais (CABRAL, 2004).

A ampla utilização das madeiras brasileiras, entretanto, não necessariamente foi traduzida em indicações de usos específicos nas fontes consultadas. Assim, a maior parte das madeiras foi categorizada como de uso Indefinido (78 madeiras), seguida por Uso Múltiplo (23 madeiras), quando a fonte indicava mais de uma utilização para a madeira, e Construção Naval (23 madeiras). O grande número de madeiras sem indicação específica de uso nos documentos pode ser explicado por duas hipóteses: o desconhecimento das madeiras brasileiras por parte dos colonizadores, atribuído à grande diversidade da Mata Atlântica, e a ampla utilização das madeiras, devido a grande qualidade e multiplicidade de usos das espécies brasileiras.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Ao que diz respeito sobre a falta de conhecimento por parte dos portugueses sobre as madeiras brasileiras, suas propriedades e aplicações, um Ofício do intendente dos Armazéns Reais de 1784, depois de mais de um século do início da colonização, sobre o exame e aprovação das madeiras relata que na ribeira do Pará (ANTT - PT/TT/PREE/2/120), indica que não havia “mestre nem oficial com inteligência para poderem examinar e aprovar as madeiras” que seriam remetidas aos Arsenais Reais da Corte, em Lisboa. No mesmo ano, um ofício de Luís de Vasconcelos e Sousa (AHU_ACL_CU_017, Cx. 124\Doc. 10004) relata que “nessa matéria tudo é desordem”, pois nem mesmo os nomes das árvores eram os mesmos em todos os distritos, o que levava à ignorância de seus “verdadeiros préstimos”.

Embora haja relatos de desorganização e desconhecimento sobre as madeiras nativas da Mata Atlântica, a realidade é que essas madeiras eram essenciais e onipresentes na vida cotidiana do período colonial. O período pode ser considerado uma ‘Era da Madeira’ (CABRAL, 2012), uma vez que todos os utensílios, ferramentas e construções dependiam da matéria lenhosa (MILLER, 2000). Dessa forma, é possível que, mais uma vez, a grande diversidade da Mata Atlântica tenha “atrapalhado” a documentação dos usos empregados às suas árvores, já que relatar todas as utilidades poderia demandar muito tempo e talvez fosse considerado desnecessário devido o caráter comum e múltiplo. Além disso, alguns manifestos de carga de navios do período colonial já chegaram a apresentar 121 tipos de madeiras diferentes, através de seus nomes populares (MAIOLI, 2014), o que indica a apreensão de algum tipo de conhecimento sobre as madeiras brasileiras, mesmo que este não fosse completamente organizado.

A versatilidade das madeiras da Mata Atlântica e sua consequente multiplicidade de usos é indicada em algumas fontes, como nas memórias sobre as matas da Comarca de Ilhéus, escrita por Baltazar da Silva Lisboa em 1803. No documento, Baltazar da Silva Lisboa afirma que as madeiras eram úteis “tanto para o arsenal Real da Marinha, como para as Fragatas que se construirão nesta cidade, e para a obra do Paço” (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos) e se refere às madeiras da comarca de Ilhéus como muito vantajosas por sua possibilidade de aplicação tanto na construção naval, quanto na construção civil e mobiliário (MENDES & LOUZADA, 2018).

Apesar da grande presença e aplicabilidade das madeiras no cotidiano colonial, o aparato documental consultado indicou uma possível limitação do conhecimento a pessoas que utilizavam



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

a madeira no seu dia-a-dia. Um ofício de 1768 do Conde de Azambuja, enviado ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, indica que o conhecimento de “nomes e préstimos” era restrito aos trabalhadores envolvidos em obras que se utilizavam de madeira (AHU_ACL_CU_017, Cx. 85\Doc. 7543 (1)). Dez anos mais tarde, um ofício do governador da capitania de Pernambuco evidencia a existência de “especialistas” portugueses, como tanoeiros (AHU_ACL_CU_015, Cx. 131\Doc. 9896 (1)), profissionais que produziam barris, tonéis e pipas, havendo inclusive um movimento de importação destes durante a administração pombalina.

A grande indicação de utilização das madeiras na construção naval pode ser atribuída a dois fatores: os navios serem o principal meio de transporte internacional do período colonial e o primeiro empreendimento colonial ter sido a construção de um porto e estaleiro. O período colonial brasileiro se deu num momento da história em que aquele que dominasse o mar dominaria também a terra, portanto, possuir uma expressiva indústria naval garantia soberania comercial e militar e gerava, assim, proteção e segurança nacional (MILLER, 2000). A criação do porto e estaleiro na Bahia em 1549, utilizado para a fabricação e reparo de navios e fragatas da carreira da Índia (LAPA, 1968), uma vez que a região ocupava uma posição bastante estratégica em rotas que cruzavam o Atlântico e necessitavam de madeira para reparos e armazenamento (HUTTER, 2005), iniciou uma tradição e uma indústria de construção naval brasileira, que se utilizava especialmente das madeiras nativas, extremamente apreciadas para a atividade.

Todas as madeiras amplamente mencionadas nas fontes históricas (tapinhoam, peroba, pau-brasil, jacarandá e vinhático) apresentaram uso múltiplo. Pau-brasil e vinhático foram as madeiras com maior número de utilidades gerais: o pau-brasil, usado na carpintaria, construção civil, tinturaria e como fonte de energia; e o vinhático, utilizado em carpintaria, marcenaria, construção civil e naval. Esses dados evidenciam não apenas a alta qualidade das madeiras da Mata Atlântica, empregadas em uma vasta gama de utilidades e, por isso, consideradas “pau para toda obra” (CABRAL, 2006), mas também mostram como a grande diversidade de aplicações dessas árvores pode ter limitado o uso extensivo devido à complexidade de identificação e aplicação de suas propriedades específicas.

2 - Locais de extração e destino de exportação



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A colonização portuguesa iniciou sua exploração do território brasileiro na região nordeste, especialmente no estado da Bahia, com a criação do porto e estaleiro real ainda em 1549 (LAPA, 1968). O estado abrigou a capital da colônia, em Salvador, por grande parte do período colonial, com essa configuração sendo alterada tempos depois com a passagem da capital para o Rio de Janeiro, que ocorreu mediante a chegada e instalação da Família Real no Brasil (RALIN & PORTO, 2020). As fontes documentais consultadas no presente estudo indicaram atividade madeireira nos estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, dentro dos limites do Bioma Mata Atlântica. Além disso, os portos mais indicados na exportação de madeiras foram Rio de Janeiro (49 fontes), Pernambuco (23 fontes), Jaraguá (nove fontes) e Bahia (sete fontes).

A literatura disponível sobre exportação madeireira no período colonial indica os portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia como, respectivamente, os mais relevantes para a atividade, especialmente na segunda metade do período colonial, de 1796 a 1819 (MILLER, 2000) e vai de encontro com os dados encontrados no presente estudo. É possível que a ordem de importância da atividade desses portos tenha sido determinada pela mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763 (BICALHO, 2013), bem como pelo estabelecimento do porto do Rio de Janeiro como porto único, pelo Marquês de Pombal (RALIN & PORTO, 2020), que concentrava a produção de grande parte do território brasileiro (CABRAL, 2014).

Apesar de ter sido o berço da colonização brasileira, é possível que a Bahia, com o passar dos anos e o avanço da colonização e o aumento da importância da atividade açucareira para a colônia, tenha configurado menor importância na atividade e exportação madeireira no período por conta da oposição das elites locais ao envio das madeiras baianas para outras capitânicas. Os grandes latifundiários da cana-de-açúcar defendiam, portanto, um uso local da matéria lenhosa do estado, além de útil para a produção do açúcar, com a construção de carros de boi, utilização de lenha nas caldeiras dos engenhos e até mesmo a queima indiscriminada com intenção de fertilizar os solos antes das plantações dos canaviais (MORTON, 1978; DIAS, 2007; CABRAL, 2012).

Algumas fontes relatam também localidades mais específicas em que a exploração madeireira era realizada, no interior dos estados, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e Bahia. É interessante perceber que a maior parte das fontes que indicam locais específicos de atividade



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

madeira na Bahia e em Pernambuco datam do século XVIII enquanto a maior parte das fontes para o Rio de Janeiro datam do século XIX, o que possivelmente está relacionado à mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro (BICALHO,2013) e também à exaustão das matas da região pela indústria açucareira (MILLER, 2000).

De forma geral, é possível observar uma predileção por matas próximas à costa e a rios navegáveis. Esse fato pode ser atribuído à comodidade e facilidade do transporte das madeiras pelos rios até os portos, mas, especialmente na Bahia do século XVIII, à grande demanda por madeira nos engenhos, onde eram utilizadas principalmente como lenha para as caldeiras. A escassez de matas próximas aos engenhos, causada pelo intenso consumo na atividade, agrava ainda mais essa situação (MILLER, 2000). Algumas fontes históricas indicam os seguintes rios do estado da Bahia com atividades de extração madeireira: Rio das Contas, Rio das Caravelas, Rio Taquipé, Rio Cachoeira da Vila e Rio Fundão (BNRJ - II-34,5,29 - Manuscritos; AHU_ACL_CU_005, Cx. 34\Doc. 6429 (1); AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2)). Além das matas associadas a esses rios, algumas vilas também foram mencionadas, como as vilas de Cairu, Jaguaripe e o povoado de Jequiú (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (2);AHU_ACL_CU_005, Cx. 89\Doc. 17464 (1)). A forte indicação de matas associadas a rios e vilas sugere uma preferência por reservas madeireiras próximas a regiões de intensa atividade humana, e, no caso da Bahia, possivelmente ligadas à indústria açucareira.

As localidades específicas de exploração madeireira no Rio de Janeiro do século XIX, conforme indicadas em documentos históricos, podem ser divididas em quatro grupos: regiões urbanas como o Engenho Novo, rios como o Carioca, regiões costeiras como a Ilha Grande e matas interioranas (matas da Posse, Macacu, Colégio, Papocaya e Campos dos Goytacazes). Anterior ao século XIX, há a indicação de atividade madeireira sendo empreendida no Rio São Francisco, em 1646 (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 3\Doc. 518 (1)) e em Cabo Frio, Macaé, Cantagalo e Guapi em 1797 (AHU_ACL_CU_017, Cx. 162\Doc. 12145 (1)), todas regiões costeiras ou associadas a grandes rios. Assim, a cronologia das fontes, sugere que a exploração madeireira teve seu início nessas áreas mais acessíveis e, com o tempo, foi se interiorizando em resposta à escassez das madeiras nas regiões mais habitadas, resultando em um processo de interiorização (MENEZES, 2022).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Com relação ao destino das madeiras exploradas, Lisboa, Bahia e Pernambuco foram os portos mais indicados nas fontes consultadas. Diversas vezes, Lisboa e Bahia foram indicados como destino de uma mesma madeira, possivelmente apontando para uma rota em que o navio realizava uma parada antes do destino final (Lisboa) para ser abastecido de suprimentos e também cargas de valor comercial, inclusive madeiras. O porto da Bahia é descrito na literatura como o “pulmão pelo qual a colônia respirava” (LAPA, 1968), pois além da sua posição central na costa brasileira e a facilidade de acesso pelos navios, era também um território cheio de recursos naturais. É possível ainda, que a grande indicação da Bahia como porto de destino nos documentos indique uma concentração da produção de madeiras brasileiras antes de seu envio para o destino final, Lisboa na maioria das vezes, já que o costume de concentrar a produção nos portos da Bahia e do Rio de Janeiro é abordado na literatura (CABRAL, 2014), o que possivelmente estava relacionado a questões administrativas, uma vez que esses dois estados abrigaram a capital da colônia.

Cabral (2014) indica o ano de 1796 como o início de um registro formal e amplo da exportação madeireira, através das “Balanças Gerais”, com a indicação das quantidades e dos preços de gêneros comercializados pelo império português. Contudo, um dos anos com maior quantidade de documentos de exportação encontrados na presente pesquisa foi o ano de 1759, com cinco fontes que indicam listas de cargas exportadas do Brasil para Portugal ou abordam o pagamento de serviços realizados na exportação das madeiras até a Corte. A quantidade de fontes produzidas em um mesmo ano é superada apenas pelo ano de 1810, mas a maior parte dos documentos desse ano faz referência ao envio ou produção de madeiras no estado da Bahia, não abordando explicitamente a exportação dessas madeiras. É possível que a grande quantidade de documentação produzida no ano de 1759 tenha alguma relação com as mudanças instituídas pela administração pombalina e a incorporação das terras jesuíticas ao estado, bem como a exploração destas (MENEZES, 2022).

As fontes indicaram, ainda, o envio de madeiras para portos localizados na África, ilhas do domínio português, como a Ilha da Madeira, para Inglaterra e regiões da América espanhola, como a Colônia do Sacramento. Até o ano de 1698 as fontes consultadas indicam a exportação apenas de duas madeiras brasileiras para o porto de Lisboa: o pau-brasil e o tapinhoam. A partir de 1720 as fontes consultadas indicam uma exportação mais diversificada, com o envio de mais espécies madeireiras para outros portos, como o da Colônia do Sacramento. A Inglaterra começa a se



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

configurar diretamente como porto de destino final das madeiras brasileiras, seja a partir de um porto da colônia ou diretamente de Lisboa, a partir de 1800, mas o grande período de consumo inglês das madeiras coloniais ocorreu próximo aos eventos militares relacionados às Guerras Napoleônicas (CABRAL, 2014). Além disso, ainda que a exportação de madeira para as colônias portuguesas na África não fosse oficialmente contabilizada, as fontes existentes permitem interpretar que as árvores brasileiras foram utilizadas na região em atividades relacionadas ao comércio de pessoas escravizadas (CABRAL, 2014).

Contudo, é importante ressaltar a evolução da exploração colonial no território com o início da produção de cana-de-açúcar no Brasil e a grande importância que a atividade assumiu para a construção social da colônia (CABRAL, 2014). Essa transição, em grande parte motivada pela crise na produção em outras colônias portuguesas e a grande concorrência no mercado internacional com outras potências europeias (MENEZES, 2022), pode indicar uma diminuição da exploração das madeiras brasileiras à primeira vista, mas na verdade alterou a lógica e algumas formas de realização da atividade. Com a expansão dos canaviais, a demanda por adubação do solo cresceu. Os colonizadores adotaram a técnica de coivara, que consistia em queimar áreas de floresta para enriquecer o solo com as cinzas resultantes (DEAN, 1996). Nesse processo, era realizado inicialmente uma limpeza do terreno e, assim, as espécies madeireiras de interesse econômico e comercial eram apreendidas. Além disso, a madeira era muito necessária para o próprio funcionamento dos engenhos produtores de açúcar, sendo utilizada como lenha nas caldeiras (ENGEMANN *et al.*, 2010) como para a produção de caixas para o transporte intercontinental do açúcar (SCHWARTZ, 1999; ENGEMANN *et al.*, 2005; OLIVEIRA & FRAGA, 2011).

Apesar da reconhecida relevância das madeiras brasileiras no comércio europeu, é possível observar também dificuldades na manutenção constante da exportação ao longo do período colonial, refletidas em momentos de declínio e ajustes nas dinâmicas comerciais. Entre 1796 e 1819, por exemplo, Portugal passou a importar mais da Inglaterra do que exportar madeiras brasileiras para a potência (CABRAL, 2014), o que pode estar relacionado a dificuldades estruturais da indústria madeireira brasileira. Em 1803, há ainda o registro de importação de madeira portuguesa pela colônia (BNRJ - Manuscritos I-22,14,005), mesmo com a abundância de árvores de excelente qualidade no território brasileiro. Esse cenário de troca de mercadorias, com



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

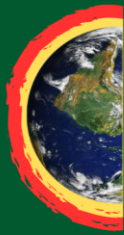
madeiras saindo do Brasil para abastecer a demanda portuguesa, coexistiu com um fluxo migratório significativo de portugueses para o território brasileiro, intensificado após a transferência da corte em 1808 (MEIRELLES, 2015). A chegada da família real e de outros portugueses trouxe novas dinâmicas políticas e econômicas, que interagiram com as atividades comerciais, incluindo o comércio de madeiras.

3 - Impactos Socioambientais da exploração madeireira

A exploração madeireira na Mata Atlântica moldou tanto a paisagem física quanto as relações sociais e culturais ao longo do tempo. A paisagem, que abrange diversos significados, é a estrutura resultante das interações entre humanos e a natureza (KROPF *et al.*, 2020). Para entender as transformações nas paisagens da Mata Atlântica, é essencial considerar o componente cultural, incluindo os agentes humanos e as técnicas empregadas em sua relação predatória com as florestas. A interação entre humanos e elementos não-humanos nas florestas da Mata Atlântica ocorre há mais de 12.000 anos (RUÍZ *et al.*, 2017); no entanto, o período colonial trouxe uma profunda mudança no paradigma dessas interações (MAIOLI *et al.*, 2020). Assim, informações sobre os diferentes atores e setores sociais, bem como sobre as formas com que estes se relacionavam com a floresta, são essenciais para entender os detalhes da atividade madeireira e sua contribuição para a formação de uma cultura e sociedade colonial.

A atividade madeireira, embora inserida em um contexto exploratório e comercial, contava com a participação de três principais grupos: indígenas, africanos escravizados e trabalhadores livres. As feitorias reais, criadas no século XVIII na Bahia, visavam maximizar a extração de madeiras para atender às necessidades da metrópole. Até o século XVII, entretanto, o estado português obtinha madeira brasileira através de um esquema de encomendas aos colonos, no qual enviava lista das madeiras aos governadores das capitanias e estes, por sua vez, encaminhavam os pedidos a comerciantes particulares que se encarregavam de todo o processo de extração das árvores (MORTON, 1978; DIAS, 2007).

As feitorias eram também chamadas de cortes reais e, além de configurar a unidade básica do sistema madeireiro da coroa, possuíam uma hierarquia bem estabelecida, replicando uma estrutura já conhecida e utilizada na metrópole, em que inspetores e juizes conservadores eram responsáveis pelo pleno funcionamento da atividade (CABRAL, 2007). As feitorias eram estabelecidas em pontos estratégicos, não somente para a extração, mas também para o comércio



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

de madeira. Localizadas principalmente em áreas costeiras e próximas a rios navegáveis, estas facilitavam a ligação entre a produção madeireira e os postos comerciais, tanto internos quanto externos. As rotas utilizadas para o transporte da madeira eram predominantemente fluviais, aproveitando a rede de rios que cortava o território. Isso permitia que as madeiras fossem levadas dos sertões para os centros urbanos e portos com maior facilidade.

Ao que diz respeito aos grupos sociais que realizavam os trabalhos relacionados aos cortes das madeiras, foi possível perceber uma diferenciação no emprego de mão-de-obra conforme o aparato pelo qual a atividade madeireira era realizada. De forma geral, quando os cortes de madeira eram empreendidos pelos jesuítas, isto é, enquanto estes estiveram presentes no território colonial, antes das mudanças instituídas pelo Marquês de Pombal (MENEZES, 2022), o principal grupo social empregado na atividade eram os indígenas. A contratação de indígenas para o corte de madeira, bem como para a identificação e seleção das melhores árvores, parece uma escolha sensata, considerando o profundo conhecimento que esses povos nativos possuíam sobre a região e suas espécies (AHU_ACL_CU_005, Cx. 35\Doc. 6508 - ano de 1764). As fontes consultadas indicam que os indígenas eram vistos como “ágeis para todo tipo de serviço, excelentes falquejadores e bons torneiros” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 122\Doc. 24001 (2) - ano de 1802), além de serem descritos como “mãos habilidosas em todas as obras” (AHU_ACL_CU_005, Cx. 96\Doc. 18732 (1) - ano de 1798).

Por outro lado, os registros que tratavam do uso de mão de obra escrava estavam majoritariamente vinculados à extração de madeira para proprietários particulares. Nas Memórias sobre as matas da Comarca de Ilhéus, de Baltazar da Silva Lisboa, registradas até 1 de agosto de 1803 (BNRJ - I-31,30,27 - Manuscritos), o autor observa que ser nomeado administrador dos cortes reais permitia vender "madeiras e taboados fabricados com os seus escravos", demonstrando o uso de mão de obra escrava em atividades privadas. Já o Ofício de Matias José Ribeiro, intendente dos armazéns reais, de 1786, sobre o exame e a aprovação de madeiras destinadas aos armazéns reais (ANTT - PT/TT/PREE/2/120), aponta a necessidade de “auxiliar com alguns índios” o mestre da Fábrica de madeiras, Joaquim Vicente, pela falta de "força de escravatura suficiente" para o trabalho, evidenciando a presença de indígenas e africanos em funções semelhantes. Assim, é possível que a utilização de escravizados africanos tenha se iniciado nos cortes empreendidos por particulares para atender às encomendas das coroa, que usariam também sua força de trabalho para obtenção de árvores que seriam usadas em seus engenhos de açúcar e tenham se tornado o grande



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

padrão de emprego de mão-de-obra nas atividades madeireiras coloniais a partir de 1759, com a saída dos jesuítas do território (CABRAL, 2014).

Embora os registros documentem a atividade madeireira como um domínio da monarquia portuguesa, é necessário considerar que produtores rurais também poderiam ter desempenhado esse papel. Diante da paisagem da Mata Atlântica, esses proprietários tinham três opções econômicas: desmatamento e queima para uso agrícola, exploração da madeira, ou a preservação da floresta para usos futuros (MILLER, 2000). As condições ambientais da Mata Atlântica brasileira, portanto, podem ter favorecido o surgimento de uma indústria madeireira privada, que configurou o terceiro grupo social empregado na atividade. Segundo Dean (1996), essa atividade era bem organizada e conseguia iludir os agentes reais, sendo coordenada por madeireiros, serradores e tropeiros que decidiam sobre os detalhes da exploração madeireira. A formação de uma indústria madeireira privada pode ser interpretada como um processo de "terceirização", em que tanto a Coroa quanto os particulares se aproveitavam dos recursos da América Portuguesa. Esse sistema, que incluía a operação de fábricas e serrarias, contava com trabalhadores livres, escravizados e indígenas para atender à crescente demanda por madeira. Assim, ao suprirem as necessidades da administração real, esses estabelecimentos também possibilitavam, em certa medida, que agentes independentes se envolvessem na exploração e no comércio da madeira, ampliando a atividade econômica madeireira para além do controle direto da Coroa.

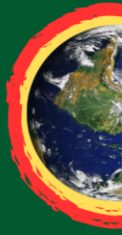
A exploração madeireira na Mata Atlântica, marcada por complexas interações entre humanos e meio ambiente, moldou as paisagens e teve profundas implicações socioeconômicas e culturais. A diversidade de agentes, como indígenas, africanos escravizados e trabalhadores livres, revela dinâmicas laborais e econômicas multifacetadas. As feitorias reais funcionavam como centros de extração e comércio, refletindo uma hierarquia similar à metrópole portuguesa, enquanto rotas fluviais facilitavam a mobilização de recursos. A transição para uma indústria madeireira privada e a terceirização das atividades indicam uma reorganização econômica voltada para atender demandas específicas de Portugal, adaptando-se às mudanças internacionais do período colonial. Compreender esses impactos socioambientais é fundamental para a história ambiental brasileira e para refletir sobre as relações entre natureza e sociedade.

Referências



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

- BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. URBANA: **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1–20, 2013.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII: evidências empíricas para a região do Vale do Macacu. **Ambiente & Sociedade**, v.7, n.2, p.125-144. 2004.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. 'Pau-para-toda-obra': Paisagem florestal e usos da madeira na Bacia do Rio Macacu, Rio de Janeiro, final do século XVIII. **Anais do III Encontro da ANPPAS**, Brasília-DF. 2006.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. Entre o machado e o tição: agricultura tropical extensiva e exploração madeireira no Rio de Janeiro colonial tardio. **Revista História & Perspectiva**, v. 1, n. 36-37, 2007.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. **O 'Bosque de madeiras' e outras histórias: a Mata Atlântica no Brasil Colonial (séculos XVIII e XIX)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- CARVALHO, P. E. R. **Espécies Arbóreas Brasileiras**. Brasília: Embrapa Informação e Tecnologia; Colombo, PR: Embrapa Floresta, 2006.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, M. H. **Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- ENGEMANN, C.; OLIVEIRA, R. R. “As matas são finitas?”. **Abordagens Geográficas**, v. 1, n. 1, 2010.
- ENGEMANN, C.; CHAGAS, J.; SANTOS, R. S.; BORGES, A. C.; OLIVEIRA, R. R. Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do Engenho do Camorim, RJ. In: OLIVEIRA, R. R. (Org.). **As marcas do homem na floresta: História Ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005. p. 119-142.
- FLORA E FUNGA DO BRASIL. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUTTER, L. M. A madeira do Brasil na construção e reparo de embarcações. **Revista Instituto Estudos Brasileiros**, n. 26, 1986.
- INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN). **The IUCN Red List of Threatened Species**. Version 2022-2, 2023. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org>. Acesso em: 31 mai. 2023.
- LAPA, J. R. A. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- MAIOLI, V. **Uso de madeiras da Mata Atlântica em construções históricas no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Evolução, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014
- MAIOLI, V.; BELHARTE, S.; KROPF, M. S. & CALLADO, C. H. Timber Exploitation in Colonial Brazil: A Historical Perspective of the Atlantic Forest. **História Ambiental, Latinoamericana y Caribena**, v.10, n.2, p.46-73. 2020.
- MARQUES, João Martins da Silva. **Descobrimientos Portugueses**. Lisboa, v. 1, p. 7. 1944.
- MEIRELLES, J.G. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, 91 p. ISBN: 978-85-68576-96-0.
- MENDES, Madson & LOUZADA, Kézia. Memória, Economia e Sociedade: um estudo sobre o extrativismo florestal na Comarca de Ilhéus (Bahia, Brasil) no Século XVIII. (2018). **REVHIST - Revista De História Da UEG**, 7(1), 339-351.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

- MENEZES, Danilo Wilson. **Entre a devastação e a conservação: uma história ambiental da Mata do Buraquinho - Paraíba (1585 - 2014)**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, 2022.
- METZGER, J. P. Conservation issues in the Brazilian Atlantic forest. **Biological Conservation**, v.142, n.6, p.1138-1140. 2009
- MILLER, S. W. **Fruitless tree: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Lista Oficial das espécies da flora Brasileira ameaçadas de extinção**. Instrução Normativa No. 6. Diário Oficial da União, 185, Seção I, p.75-82. 2008.
- MYERS, N.; MITTERMEIER, R.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G.A.B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, n. 7326, p. 895, 2000.
- MORTON, F. W. O. The Royal Timber in Late Colonial Bahia. **Hispanic American Historical Review**, v. 58, n. 1. 1978.
- OLIVEIRA, R. R.; FRAGA, J.S. Integrando processos sociais e ecológicos: o metabolismo social de três sistemas produtivos históricos do Estado do Rio de Janeiro. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP. 2011.
- RALIN, R. & PORTO, C. M. O nascimento (morte) da ciência no Brasil: Os primeiros séculos. **Ciências Humanas e Sociais**, v. 6, n. 2, p. 189-200. 2020.
- RIBEIRO, C. M.; METZGER, J. P.; MARTENSEN, A. C.; PONZONI, F. J. & HIROTA, M. M. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological Conservation**, v.142, n.6, p.1141–1153. 2009.
- RUÍZ, A.; OLIVEIRA, R. R. & SOLÓRZANO, A. Buscando la Historia en los Bosques: el papel de los macrovestigios y de la vegetación en la Mata Atlántica. **Fronteiras**, v.6, n.1. 2017
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- STEHMANN, J. R.; FORZZA, R. C.; SALINO, S.; SOBRAL, M.; PINHEIRO, D.; KAMINO, L. H. (Ed.). **Plantas da Floresta Atlântica**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2009.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Preservar o meio ambiente e a defesa da ciência: os discursos de criação da Universidade Regional do Cariri na Revista Itaytera por meio da perspectiva da história global (1986-1996)

Assis Daniel Gomes

Pós-doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora(UÉ), com instância de investigação no Instituto iberoamericano na Universidade de Salamanca (USAL)

Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras – PPGIHL, da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

zumeboletim@gmail.com

Resumo

Neste artigo, objetivamos problematizar os discursos de criação da Universidade Regional do Cariri (URCA) na Revista Itaytera por meio da perspectiva da história global (1980-2000). Para isso, analisamos as matérias da Revista Itaytera, usada como veículo de luta e divulgação das ações em prol da criação da URCA. A revista Itaytera é um periódico criado pelo Instituto Cultural do Cariri na cidade do Crato em 1955. Nela os seus acadêmicos tinham como meta a defesa das letras, da ciência e a promoção do espírito, destacando, assim, em suas páginas matérias referentes à geografia, à história e às letras da região. Essa instituição era formada por profissionais liberais, como médicos, sacerdotes e professores, e contribuiu para a promoção da cultura regional. Por exemplo, promoveram juntamente com a Diocese do Crato em 1959 uma luta em prol da criação da Faculdade de Filosofia do Crato. Entretanto, esses intelectuais ansiavam que sua região tivesse uma Universidade que garantisse, por exemplo, o desenvolvimento da ciência e que pudesse ajudar a preservar suas riquezas naturais, como a Floresta Nacional do Araripe e as suas reservas de fósseis, patrimônio nacional e global, chancelado pela UNESCO. Enfim, esse desejo foi realizado em 1986 com a junção das faculdades existentes no Cariri mediante a direção da Faculdade Católica do Crato, dando-lhe o nome de Universidade Regional do Cariri.

Palavras-chave: Meio ambiente. Ciência. Itaytera. Universidade.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Abstract

In this article, we aim to problematize the discourses on the creation of the Regional University of Cariri (URCA) in the Itaytera Magazine from the perspective of global history (1980-2000). To do so, we will analyze the articles in the Itaytera Magazine, which was used as a vehicle for the struggle and dissemination of actions in favor of the creation of the URCA. The Itaytera Magazine is a periodical created by the Cultural Institute of Cariri in the city of Crato in 1955. Its academics aimed to defend literature, science, and the promotion of the spirit, thus highlighting in its pages articles related to the geography, history, and literature of the region. This institution was formed by liberal professionals, such as doctors, priests, and teachers, and contributed to the promotion of regional culture. For example, in 1959, together with the Diocese of Crato, they promoted a struggle in favor of the creation of the Faculty of Philosophy of Crato. However, these intellectuals longed for their region to have a university that would guarantee, for example, the development of science and that could help preserve its natural resources, such as the Araripe National Forest and its fossil reserves, a national and global heritage site, endorsed by UNESCO. Finally, this desire was fulfilled in 1986 with the merger of the existing faculties in Cariri under the direction of the Catholic Faculty of Crato, giving it the name of Regional University of Cariri.

Keywords: Environment. Science. Itaytera. University.

Introdução

Neste artigo, problematizamos os discursos de criação da Universidade Regional do Cariri (URCA) na Revista Itaytera por meio da perspectiva da história global (1986-1996). Para isso, mapeamos as matérias dessa revista referentes a criação da URCA, verificando como esse discurso mobilizou imagens e ações para promover a criação e o fortalecimento dessa instituição de ensino superior durante os seus 10 primeiros anos.

A revista Itaytera foi um periódico fundado pelo Instituto Cultural do Cariri (ICC) em 1955. Desde o início tinha como finalidade divulgar as ações e as ideias que circulavam entre os acadêmicos desse órgão civil. O ICC é uma sociedade civil criada na cidade do Crato, Ceará, no



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

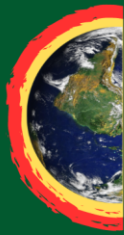
dia 18 de outubro de 1953 que tem como finalidade “o estudo das ciências, letras e artes em geral, e especialmente da história e da Geografia Política do Cariri” (Itaytera, 1955, p.181).

Nesse intuito, construíram uma revista para ser o veículo privilegiado para a promoção e divulgação desses estudos, das ações e atuações do ICC no Cariri cearense. J. de Figueiredo Filho, um de seus fundadores, escreveu o editorial “Explicando...”, no primeiro número da revista, dando explicações sobre a importância desse periódico e o motivo de terem escolhido esse nome. Para Figueiredo Filho, essa revista tinha um caráter cultural e um programa definido: “o da defesa intransigente da região caririense” (Figueiredo Filho, 1955, p.01).

O nome Itaytera refere-se a forma como os nativos chamavam um rio do Crato, que oficialmente se denomina *Batateira*, mas os indígenas Cariris e os seus descendentes o conheciam pela denominação de *Itaytera*. A escolha desse nome para a revista enfatizava o elemento da natureza e a sua importância para a região, realçando a ideia de oásis e as riquezas que a Chapada do Araripe disponibilizava para o usufruto de quem morava no Cariri cearense. Dessa forma, uma pauta sobre a preservação dessa riqueza natural foi enfatizada desde o primeiro número da revista Itaytera, como também a promoção e organização por parte do ICC de ações que pudessem combater o desmatamento e a destruição desse patrimônio natural: “Itaytera é o símbolo da pujança da natureza caririense” (Figueiredo Filho, 1955, p.02).

Nesse intuito, compreender a história global como “uma forma de análise histórica que situa os fenômenos, os eventos e os processos em contextos globais” (Conrad, 2019, p.16), auxilia-nos a fazer as conexões e comparações necessárias para entender as particularidades locais, regionais e nacionais, na finalidade de construir um sistema universitário que dialoga com o modelo internacional de vertente europeia e ocidental, mas olhando também as condições concretas das regiões, sejam as materiais, de infra-estrutura e da formação de seu corpo docente. Pensando, assim, em uma história global da educação, dialogamos as várias temporalidades históricas, interligando-as aos movimentos orgânicos e conjunturais. Segundo Saviani (2015), essa abordagem metodológica nos auxilia a entender os processos globais mediante as conexões espaciais e temporais.

Nesse sentido, propomos compreender a Universidade Regional do Cariri como discurso. A sua criação e consolidação se deu no campo imagético-discursivo, buscando agregar-lhe uma carga simbólica que pudesse corroborar com a sua existência e permanência para o



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

desenvolvimento regional. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se aproximava das instituições de ensino superior existentes no Ceará, naquele momento, buscava se diferenciar para defender a importância de sua existência, para angariar fundos financeiros em prol de sua consolidação e de seu crescimento. Olhamos, assim, o discurso como uma prática social repleta de relações de poder (Said, 1990; Albuquerque Júnior, 2011).

1 - Itaytera, natureza e URCA

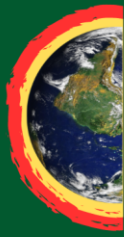
O ICC foi um dos órgãos civis na região do Cariri que apoiaram a luta pela construção, primeiramente, das faculdades, por exemplo, a Faculdade Católica do Crato (1959), instituição privada, pertencente à Diocese do Crato, e da Faculdade de Economia e Direito (1961), células da Universidade do Ceará, instituição pública.

A revista Itaytera foi um veículo de divulgação dessa criação e luta, como também para a promoção e divulgação de uma universidade pública para o Cariri cearense, visando o seu fortalecimento e consolidação: “através da URCA, finalmente, Itaytera poderá ter a sua redenção e a garantia de sua sobrevivência” (Itaytera, 1987, p.06). Esse era o horizonte de expectativa (Koselleck, 2006)⁴⁴ dos acadêmicos congregados no Instituto, ou seja, a URCA daria continuidade ao estímulo e ao fomento das letras, das ciências e das artes no Cariri, como também abriria portas para parcerias em prol de intercâmbios e atividades de extensão universitária, por exemplo, no campo cultural.

Mesmo com poucos recursos, a Urca começou a ajudar o ICC, contribuindo para a publicação da Itaytera, por exemplo, a partir do número 32. Esse auxílio veio como uma forma de reconhecimento, mas também para reforçar o capital simbólico (Bourdieu, 2013)⁴⁵ que o ICC e a

⁴⁴ Para Koselleck (2006, p.338), a experiência “é um passado presente, cujos acontecimentos foram incorporados e podem ser recordados. Na experiência se fundem tanto à elaboração racional, como os modos inconscientes do comportamento que não devem, ou não deveriam ainda estar presentes no saber”, a expectativa, por sua vez, “se efetua no hoje, é futuro feito presente, aponta ao (...) não experimentado, ao que só se pode descobrir. Esperança e temor, desejo e vontade, a inquietude, mas também à análise racional, a visão receptiva ou à curiosidade formam parte da expectativa e a constituem”.

⁴⁵ Para Bourdieu (2013, p.112-113), “o capital simbólico seria outro modo de designar o que Max Weber chama de carisma”[...]. Para uma prática ou uma propriedade funcionar como símbolo de distinção basta que seja posta em relação à qualquer uma das práticas ou das propriedades que lhe são praticamente substituíveis num certo universo



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Itaytera tinham na região, agregando força política e reconhecimento a nova instituição que trilhava seus primeiros caminhos para a sua valorização regional e nacional.

Desde o ano de 87, quando profundamente sensibilizado com a situação de penúria do nosso Instituto Cultural do Cariri, o Magnífico Reitor José Teodoro Soares prometera essa ajuda. E de fato, já podendo movimentar conta própria no Orçamento de 1988, concedeu-nos essa ajuda em dinheiro, em duas prestações, cumprindo o que prometera, e abrindo um espaço, uma perspectiva muito maior, para os próximos anos. O ICC é grato a URCA e ao seu dinâmico, esclarecido e atuante Reitor, que vem realizando trabalho verdadeiramente hercúleo, na fase mais difícil de nossa instituição universitária, a da implantação e consolidação. (Itaytera, 1988, p.84).

Para mostrar a consolidação e dar visibilidade a essa instituição de ensino superior em sua promoção e produção científica na região, destacavam-se os vários eventos científicos que se realizaram em seus primeiros anos. Por exemplo, a promoção do I Simpósio Internacional sobre Padre Cícero, evento de impacto para os estudos sobre a religiosidade popular do Cariri cearense, que impulsiona ainda hoje o turismo religioso, tendo um impacto econômico, social e político a nível estadual, regional e nacional.

Reforçando, assim, a importância da URCA, construindo sua imagem como uma instituição de ensino superior que tem como prioridade pensar o Cariri pelo Cariri e que contribuiria para o desenvolvimento regional, seja no setor econômico, educacional, científico e tecnológico, dentre outras áreas. Tendo como foco os estudos sobre o Padre Cícero e os romeiros de Juazeiro, o colunista da Itaytera destacou, enaltecendo a instituição nascente e o corpo dos docentes que a compunha, que esse evento promovido pela URCA que ocorreu no Memorial Padre Cícero em Juazeiro do Norte acolheu “a nata da intelectualidade, estudiosos, sociólogos e pesquisadores internacionais sobre o Pe. Cícero” (Itaytera, 1988, p.84).

Temos, então, matérias que também expõem dados sobre a instalação da Urca, por exemplo, a publicada em 1987, “Instalação da URCA marca novo tempo no Cariri”, o colunista da Itaytera que não foi nomeado, destacou que a mais de 30 anos os intelectuais e as instituições

social; portanto, que seja recolocadas no universo simbólico das práticas e das propriedades que, funcionando na lógica específica dos sistemas simbólicos, a das separações diferenciais, retraduz a diferenças econômicas em marcas distintas, signos de distinção ou em estigmas sociais”.



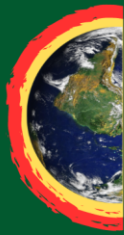
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

que promoviam as letras, a educação e a cultura estavam tentando criar uma Universidade no Cariri. O governador Gonzaga Mota foi sensível ao apelo, apoiando e concretizando esse desejo. Para isso, em 14 de maio de 1985, criou-se uma comissão para verificar a viabilidade da fundação composta por Antônio Martins Filho, Manoel Gonçalves, Silvio Braz e Mons. Francisco Montenegro. A presença de um membro da Diocese do Crato se fez devido a influência da Igreja Católica no sistema educacional caririense, em sua vida intelectual, como também era a proprietária de uma das Faculdades que fora incorporada nesse projeto de construção de uma universidade pública na região, a saber, a Faculdade Católica do Crato. Os seus estudos e as suas pesquisas visavam verificar concretamente se haviam possibilidades para essa fundação.

O Governador, em 1986, enviou mensagem com projeto de lei à Assembléia, criando a Universidade Regional do Cariri, que após acalorados debates, foi aprovada. A sanção da Lei, que tomou o número 11.191, criou a URCA, posteriormente autorizada a funcionar por Decreto nº 94.016 do Presidente José Sarney, em 11-2-87. (Itaytera, 1987, p.183).

No dia 7 de maio de 1987 os que lutaram para conseguir a fundação da URCA se reuniram para festejar o dia de sua instalação pelo Governador Gonzaga Mota. Essa festividade e a fundação da URCA eram colocadas como um elo entre Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, como um símbolo que uniria as três principais cidades da região. Esse reforço se dava devido ao sentimento bairrista dos cratenses que colocavam a URCA como a Universidade do Crato e filha de seus esforços, negando assim o labor político e intelectual feito pelos membros do município de Juazeiro do Norte e Barbalha. A escolha da festa da instalação dessa instituição aponta a invenção de uma identidade regional, de um simbolismo contra o separatismo e o sentimento de disputa muito presente nessas três cidades. Por exemplo, o início da solenidade se deu em um território de cruzamento entre esses municípios, destacando a URCA como o seu elo simbólico-identitário.

Na praça do triângulo em Juazeiro foram hasteadas as bandeiras dos Municípios do triângulo (Crato - Juazeiro - Barbalha) e em seguida as autoridades se deslocaram ao SESI/ Crato, em cujo pátio houve solenidade de hasteamento das



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Bandeiras dos Estados Nordestinos e de diversos outros municípios da região. (1987, p.183).

Nessa primeira fase, fora eleito o professor Antônio Martins Filho⁴⁶ para assumir o reitorado, isso se deu devido ao seu cabedal intelectual e ao seu capital simbólico em relação à administração das Universidades no Ceará, por exemplo, foi o primeiro reitor da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará, trabalhou também para as suas fundações. O vice-reitor foi José Newton Alves de Sousa. Para os acadêmicos do ICC, tinha-se renovado as esperanças de dias melhores para a promoção da cultura letrada no Cariri cearense com a fundação da Urca: “temos fundadas esperanças na Universidade Regional do Cariri - a URCA - oficialmente instalada a 7 de março de 1987, e que será uma nova clarinada de esperanças, para as cousas do espírito e da cultura em nosso meio” (Itaytera, 1987, p.06).

Dessa forma, compreendemos que os discursos imagéticos divulgados no momento de criação da Universidade e durante os seus primeiros anos de existência estavam repletos de linguagens que agregavam símbolos importantes para a consolidação e afirmação de sua importância para a região e o estado. Era preciso justificar a necessidade da construção de mais uma universidade pública no Ceará, pois já existiam a Universidade Federal do Ceará (1954) e a Universidade Estadual do Ceará (1977).

Nesse jogo de poder, que era mais visível no campo político, também se fazia por meio do uso dos discursos e imagens sobre os recursos naturais da região e de sua preservação como elemento que justificaria a criação de uma instituição que ajudaria em sua salvaguarda. Por exemplo, o projeto S.O.S Chapada do Araripe de 1993, reuniu as esferas municipais, estaduais e federais, como também as instituições públicas e privadas em prol de defender a Chapada do Araripe. Um dos campos educativos da recente universidade era formar os futuros professores que atuariam no ensino básico e superior.

⁴⁶ Nas no sítio Santa Teresa, Cariri. Bacharel em direito, membro do Instituto do Ceará, Academia cearense de Letras e Rotary Club de Fortaleza. Professor Catedrático e doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará. Contribuiu para a criação da Universidade Federal do Ceará (1954), Universidade Estadual do Ceará (1977), Universidade Regional do Cariri (1986) e mais de 20 Universidades pelo Brasil. Enfim, foi 13 anos membro do Conselho Nacional de Educação.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Uma pauta importante incorporada nesse início e que comungava com o projeto S.O.S Chapada do Araripe era favorecer o estudo do meio ambiente local, sua valorização e seu uso de uma forma que não o destruísse, hoje chamamos essa perspectiva de sustentabilidade. O secretário de Cultura do Município de Barbalha, Jefferson Albuquerque Júnior, destacou que os políticos, a elite intelectual e econômica caririense deveriam incorporar as políticas ambientais nacionais e internacionais que, naquele momento, estavam sendo discutidas na Conferência Mundial para o Meio Ambiente - ECO 92. Essa chamada de atenção do referido intelectual se fez pois nos mapas e materiais construídos pela Conferência não mencionaram o Cariri e a sua chapada.

Para Sirinelli (1998, p.268), “para as elites culturais, a questão do papel desempenhado pelo diploma universitário nos mecanismos de capilaridade social toma logicamente uma importância particular”. Isso era um dos elementos que faziam com que as elites do Cariri buscassem conseguir esse símbolo de desenvolvimento para a sua região. Associado a isso, o elemento da salvaguarda da sua natureza se mesclava com os elementos identitários e com as atividades econômicas que utilizavam desses recursos como matéria-prima.

Para a historiadora Jane Semeão, a elite intelectual congregada no Instituto Cultural do Cariri entre 1950 e 1970 inventaram estratégias enunciativas visando edificar uma tradição paisagística para o Cariri cearense, vinculada ao sentimento de identidade: “1 - como forma de apresentar/descrever a região; 2 - a utilização do modelo de narrativa de travessia do sertão presente em relatos de viagem. Ambas as situações exprimiam traços identitários a partir do contraste realizado com o semiárido” (Semeão, 2023, p.82).

Tais estratégias enunciativas são manejadas nos anos 1980 e 1990 novamente pelos intelectuais do ICC e apresentados, por exemplo, em sua revista *Itaytera*. Isso se fez para defender a Chapada do Araripe e a fundação da Universidade Regional do Cariri, reinventando essa tradição recebida dos fundadores dessa instituição por meio das linguagens e dos símbolos próprios daquele momento histórico e cultural.

Esse projeto era uma resposta e uma ação em prol de denunciar o descaso com esse patrimônio natural, mas também buscar soluções que pudessem preservar o pouco que restava: “há muito tempo o Cariri reúne estudiosos, elabora projetos, reclama e grita em defesa da chapada do Araripe” (Albuquerque Júnior, 1993, p.166). O esquecimento e a exclusão de mencionar a Chapada



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

do Araripe na Eco 92, ocorrida no Rio de Janeiro, agregava uma imagem de que tudo estava sendo preservado e que o desmatamento, por exemplo, não ocorria na Chapada do Araripe.

Por isso, para os acadêmicos do ICC, o grito de socorro deveria ressoar mais forte, para quebrar com as políticas internas que falseavam informações e camuflavam dados. Nesse intuito, não bastava apenas tornar visível nas redes de comunicação da época que tinha um visibilidade nacional e internacional, era preciso fundamentalmente primeiro esclarecer a “população, principalmente à juventude sobre educação Ambiental virá reverter o quadro de descaso com este imponente Santuário Ecológico do Nordeste” (Albuquerque Júnior, 1993, p.167). Entretanto, é importante ponderar que a concepção de natureza da ECO-92 é uma construção historicamente situada. Fora essa perspectiva incorporada pelo Projeto mencionado acima⁴⁷.

Considerações finais

Refletimos sobre os primeiros 10 anos de criação da Urca, mediante a perspectiva da história global, nos aponta elementos que foram manejados para justificar a criação de mais uma universidade pública em um estado pobre. Para defender essa criação era preciso mobilizar os discursos identitários, era preciso apontar a necessidade concreta para a fundação dessa instituição, por exemplo, que ajudaria a preservar o seu patrimônio cultural (material, imaterial e natural), como também como geradora de seu desenvolvimento, seu crescimento econômico e humano.

Nesse sentido, os intelectuais do Cariri, por exemplo, os congregados no ICC, utilizaram algumas estratégias manejadas pelos intelectuais da região norte, como o manejo dos elementos identitários e de suas riquezas naturais, que criaram a Universidade Vale do Acaraú em 1968, instituição de cunho privado e ligada à Diocese de Sobral. Posteriormente, tornou-se Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, instituição pública, vinculada ao estado do Ceará, em 1993.

Enfim, o desafio de ambas era se consolidar, enquanto uma instituição pública, e promover o desenvolvimento regional, importante fator para justificar a necessidade de sua fundação, haja

⁴⁷ Para Funes (2013, p.204), “o conceito de natureza foi forjado num lugar sociocultural, situado historicamente. O que se entende por natureza, e como se lida com ela, são informações produzidas ao longo dos séculos; esforços de compreender o mundo, dispostas de discurso pretensamente verdadeiros”.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

vista a existência e o impacto das duas Universidades estaduais já existentes, a UECE e a UFC, na economia cearense, por exemplo.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos**, n.96, 2013, p.105-115.

CONRAD, Sebastian. **O que é a história global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

FUNES, Eurípedes. História ambiental: possibilidades de novos olhares. In: NADARI, Eunice Sueli; CORREIA, Sílvio Marcus de Souza. **Migrações e natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013, p.203-218.

GOMES, A. D.; SEMEAO, J. . O Instituto Cultural do Cariri e a (re) construção do espaço caririense(1950-1970). In: **XIII Semana de Iniciação Científica**: “ciência e cultura: percursos e desafios, Crato, 2011, p. 1-8.

GOMES, A. D.; SEMEAO, J. Em defesa do folclore: O Instituto Cultural do Cariri e a construção de uma identidade caririense(1953-1980). In: **X Congresso de História da Educação do Ceará**, 2011, Juazeiro do Norte. Discursos, ritos e símbolos da educação popular, cívica e religiosa, 2011, p. 1-7.

GOMES, A. D. “A paisagem geográfica”: ciência e técnica no Cariri cearense (1945-1973). In: Eduardo Ferreira Chagas; Danielle Rodrigues de Oliveira; Munique de Souza Freitas; Natália Ayres. (Org.). **Educação e filosofia**: Perspectivas e Desafios. Curitiba: Crv, 2018, p. 89-102.

GOMES, Assis Daniel. **Cotejos da ciência**: o projeto norte americano R.I.T.A no nordeste brasileiro (Brasil e EUA, anos 1960). 2020. 440 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

GOMES, Assis Daniel. **Faça-se luz: a eletrificação urbana no Cariri Cearense (1949-1972)**. 2016. 315f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2016.

GOMES, Assis Daniel. O ICVC e seu projeto intelectual para Juazeiro do Norte (1974-1984). In: **Encontro Cearense de Historiadores da Educação - ECHE/ Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação - ENHIME/ Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais - SINECGEO**, 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza: Impreco, 2014. p. 359-371.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

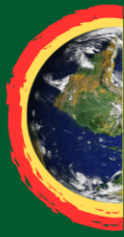
SAVIANI, Dermeval. **História do Tempo e Tempo da História: Estudos de Historiografia e História da Educação**. São Paulo: Editora autores associados, 2015.

SEMEÃO, Jane. **Um “oásis” chamado Cariri: Instituto Cultural do Cariri, natureza, paisagem e construção identitária do sul cearense (1950-1970)**. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SEMEÃO, Jane. Instituto Cultural do Cariri, Natureza e potencialidades econômicas do sul cearense entre as décadas de 1950-1970. **Boletim do Tempo Presente**, v. 10, 2021, p. 1-12.

SEMEÃO, Jane. Instituto Cultural do Cariri e à invenção de uma tradição paisagística para o sul cearense (1950-1970). **Revista Ars Histórica**, n^a 25, jan/jun, 2023, p.74-92.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p.259-280.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Agroecologia, classe e a erva-mate: memória e experiência de agricultores
agroecológicos no centro-sul Paranaense

Murilo Carlos Siqueira

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e bolsista do CNPq
siq.mcs@gmail.com

Laureen Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
laureenslv@gmail.com

Alessandra Izabel de Carvalho

Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
ale.marumbi@gmail.com

Resumo

A agroecologia surge como uma resposta complexa e necessária às múltiplas crises ambientais e socioeconômicas enfrentadas pelas sociedades contemporâneas. Ela propõe um novo paradigma para o desenvolvimento rural, um que não se limite a metas e parâmetros exclusivamente econômicos, mas que também incorpore a biodiversidade, a justiça social, a equidade nas relações de produção e o uso sustentável dos recursos naturais. Compreendendo a importância de repensar as práticas agrícolas em sintonia com o meio ambiente e com as demandas sociais, o artigo busca analisar de que forma a agroecologia atua não apenas como uma prática agrícola, mas também como um motor de formação da consciência de classe entre os trabalhadores rurais da região Centro-Sul do Paraná. As entrevistas realizadas pelo projeto "Memórias do conhecimento tradicional associado às Florestas com Araucária" fornecem as bases empíricas para essa análise. A partir delas, foi possível identificar a relação profunda entre a agroecologia, a identidade coletiva dos trabalhadores, a luta histórica pela posse da terra e o papel central do cultivo da erva-mate nesse processo, tanto como prática cultural quanto como atividade econômica essencial para a manutenção dessas comunidades.

Palavras-chave: Agroecologia. Erva-mate. Consciência de classe

Abstract



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Agroecology emerges as a complex and necessary response to the multiple environmental and socio-economic crises faced by contemporary societies. It proposes a new paradigm for rural development, one that is not limited to exclusively economic goals and parameters but also incorporates biodiversity, social justice, equity in production relations, and the sustainable use of natural resources. Understanding the importance of rethinking agricultural practices in harmony with the environment and social demands, this article aims to analyze how agroecology functions not only as an agricultural practice but also as a driving force in the formation of class consciousness among rural workers in the Center-South region of Paraná. The interviews conducted within the project "Memories of Traditional Knowledge Associated with the Araucaria Forests" provide the empirical basis for this analysis. From these interviews, it was possible to identify the deep relationship between agroecology, workers' collective identity, the historical struggle for land ownership, and the central role of yerba mate cultivation in this process, both as a cultural practice and an essential economic activity for the sustenance of these communities.

Keywords: Agroecology. Yerba mate. Class consciousness.

Introdução

A formação territorial do Paraná Tradicional é bastante antiga e, assim como outras regiões do Brasil, marcada pela concentração fundiária e políticas de desenvolvimento descontextualizadas, aplicadas de cima para baixo. Segundo Cunha (1988 p.123), diferente do restante do Paraná, esta região manteve um contingente significativo de pequenos agricultores de subsistência com elementos ligados aos faxinais e ao extrativismo. Apesar da originalidade de sua estrutura agrária, a perspectiva de desenvolvimento homogeneizante de modernização da agricultura aplicada pelo Estado não considerou essas especificidades territoriais, ignorando as necessidades da população local. Isso provocou processos de desagregação de vários faxinais e comunidades tradicionais, gerando especulação imobiliária e avanço da monocultura de uso intensivo de agrotóxicos.

A paisagem da região é marcada por um mosaico produtivo, destacando-se a monocultura de soja, fumo, milho, madeira, que são caracterizadas pelo uso intensivo da terra, insumos e maquinários, mas também a produção de alimentos, pecuária de subsistência, hortas, abelhas e outras culturas baseadas no conhecimento ecológico local. A produção de erva-mate desempenha um papel fundamental nesse contexto, pois é estabelecida principalmente em propriedades de agricultura familiar e de pequena escala, em sua maioria no contexto de sistemas tradicionais e



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

agroecológicos de erva-mate sombreada. Esses sistemas referem-se a um grupo de práticas agrícolas e agroflorestais típicas da agricultura familiar e comunidades tradicionais como povos indígenas e faxinalenses (Nimmo et. al. 2022).

O objetivo deste artigo é investigar a relação que se estabelece entre o discurso agroecológico com a formação de uma consciência de classe trabalhadora nesse contexto. Para isso, foram usadas como fontes três entrevistas realizadas no ano de 2018 pelo projeto “Memórias do conhecimento tradicional associado às Florestas com Araucária”.

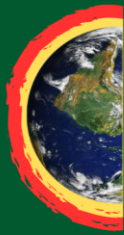
2 - A agroecologia e a história de vida dos agricultores

A revolução verde foi adotada amplamente como política de desenvolvimento pelos países latino-americanos na segunda metade do século XX. A partir da década de 1980, as suas graves consequências desse modelo tornaram-se mais visíveis com o aumento da concentração de terras, êxodo rural, degradação e escassez dos “recursos naturais” e a contaminação por agrotóxicos (Altieri, 1998). Esses efeitos foram sentidos pelos agricultores entrevistados, seus relatos trazem uma experiência negativa com as políticas que atrelavam o crédito a um pacote tecnológico disseminado pelos órgãos públicos de extensão rural. Essas tecnologias eram apresentadas aos agricultores como um ideário moderno de agricultura e uma forma de aumentar a produtividade, buscando romper com o modo tradicional de produção com a introdução de novas espécies e intenso uso de insumos químicos. O trecho a seguir faz parte do relato de Bernardo Vergopolem, um agricultor de Bituruna/PR, sobre os projetos frustrados fomentados pela Emater⁴⁸:

Nós ali da comunidade fomos a primeira família a comprar calcário, a usar adubo, a... usar semente comprada... híbrida que diziam que... os técnicos da Emater chegaram falando que era o futuro para a agricultura, era... era fazendo assim que nós ia ficar bem de vida e era moderno e coisa. (Vergopolem, 2018)

Essa fala ocorre logo no início da entrevista, quando o entrevistado elenca os fatos “mais marcantes” de sua trajetória. Em sua memória, havia um apelo à modernização do trabalho no discurso dessas instituições que correspondia a um sentido de vanguarda na adoção dessas

⁴⁸ Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

práticas pela sua família, um marcador social que a diferenciava das demais da comunidade por ter sido a primeira a adotar um conjunto de práticas modernas. Esse sentido fornecia um horizonte de expectativas positivo. Logo na sequência, ele elabora uma crítica dessa experiência, quando cita o exemplo do projeto de cultivo de uvas promovido pela Emater. Para Bernardo, o principal fator do fracasso desse projeto foi o de ignorar as especificidades locais e as práticas que já se demonstravam exitosas na propriedade:

E aí a experiência que eu considero hoje assim... inclusive negativa de tudo isso, porque daí assim, não que o plantio da uva não fosse importante, eu acho que é importante até hoje, só que o problema é que... eles... disseram que tinha que ser uma uva variedade que produzia bastante, não aquela nossa que nós tinha lá. (Vergopolem, 2018)

Nos relatos dos entrevistados, os resultados dessa política foram perdas financeiras, comprometimento da propriedade da terra e ameaças às variedades já cultivadas anteriormente. As perdas financeiras foram causadas porque, além do alto custo de produção desses novos pacotes tecnológicos, havia também a dificuldade para escoar a produção por falta de canais de comercialização. O prejuízo financeiro gerava o comprometimento da propriedade uma vez que, para arcar com o pagamento dos financiamentos, os agricultores empenharam seus imóveis ou se viam obrigados a vender partes de suas terras. Além disso, as variedades já cultivadas anteriormente foram prejudicadas ao serem sobrepujadas pelas novas espécies e sofrerem com a incidência dos agrotóxicos e novas pragas, oriundas do desequilíbrio ambiental gerado pela redução da diversidade nas propriedades.

As três entrevistas analisadas são de pessoas com trajetórias muito ligadas aos movimentos sociais e participação política, pode-se dizer que suas vidas se entrelaçam com a história política e de ocupação da região. Elas participaram da fundação de importantes partidos políticos, associações, sindicatos e ocupações. Nesse sentido, os fatos relatados não são entendidos por esses agricultores como uma cadeia de acontecimentos espontâneos ou consequências imprevistas, mas como um mecanismo deliberado de opressão do sistema capitalista e que persiste até o presente. Essa compreensão é fruto de reflexões que atravessaram anos e se relaciona muito com o processo de transição agroecológica e aos espaços de discussão coletiva:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Início dos anos noventa, né? É... foi o período que eu agora com a experiência de vida que a gente conviveu, que eu considero assim que a gente foi vítima, foi simplesmente assim, USADO... e VÍTIMA de um processo de um sistema capitalista e de consumir coisas que seriam... que não teriam necessidade hoje pra agricultura familiar, pra nossa realidade da... tanto da família como da... da comunidade, né? Então isso, hoje com a visão que eu tenho, é um momento assim que eu me sinto que foi, como diz? Que a gente, além de ter a questão dos resquícios desses problemas, dos venenos principalmente, do trabalho assim que prejudicou muito. (Vergopolem, 2018, grifo nosso)

Nesse sentido, foram elencados alguns elementos presentes nas falas dos agricultores, que, ao relacionar sua trajetória de vida com a consolidação da agroecologia, reconhecem esse movimento como um importante papel para superação dessas condições de exploração: a questão identitária, suas experiências enquanto trabalhador rural e a agroecologia como aglutinadora da classe.

2.1 - Apontamentos sobre a construção da identidade dos agricultores agroecológicos

Um elemento importante para os entrevistados é o fato de serem filhos de agricultores. Já nas primeiras respostas, essa informação aparece como parte da apresentação, quase como um “protocolo” em todas as entrevistas. Os relatos continuam a partir daí com algumas memórias sobre a infância e o trabalho na roça que compõe a identidade de agricultor. É comum, não só nesse conjunto de entrevistas, mas em outros espaços de conversa, as lembranças sobre barraquinhas improvisadas pelos pais, ou da sombra de alguma árvore para abrigar as crianças nesse espaço de trabalho para que não fiquem expostas ao sol. Podemos considerar essa uma experiência comum. Segundo Thompson (1989, p. 10), a experiência comum é fundamental para a formação da classe trabalhadora e é determinada pelas relações de produção em “que os homens nasceram ou entraram involuntariamente”. Para esses agricultores, essa experiência de classe é dada já na primeira infância, no seio da relação familiar.

O trecho a seguir é significativo porque, além de trazer esses elementos bastante comuns das narrativas sobre infância no campo, ele extrapola a experiência e formação como agricultor para o período da sua gestação:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Daí minha mãe conta que nós íamos pra roça antes de nascer, né? Que... ela estava grávida e também ajudava o pai na roça e também daí... depois de... Que eu lembro desde pequeno, é seis ou sete anos, mas daí ela conta que também levava nós na roça, as vezes pequenininho, bebê às vezes, pnhava na cesta, levava e pnhava lá na sombra do xaxim ou do toco da imbuia ou do toco do pau e deixava lá. E daí também ia ajudar a carpir a roça e fazer o serviço e tudo. Então... ouvindo os relatos dela que ainda às vezes ela conta aqui também e coisa... a gente ia antes de nascer ou desde pequenininho na roça, então isso fez com que a gente fosse aprendendo desde pequeno a trabalhar na roça, né? (Vergopolem, 2018)

Esse relato também traz a relação com os elementos naturais (a sombra do xaxim ou o toco de imbuia). Conforme destacado por Carvalho *et. al.* (2022, p. 28) “os erveiros constroem sua própria identidade em interação com a floresta, como administradores e portadores de conhecimentos”. Essas identidades ambientais são conformadas no decorrer de gerações e, como observado por Nogueira (2021), imprimiram na paisagem diferentes camadas históricas e ecológicas. Em sua pesquisa, ao acompanhar os erveiros em uma travessia em suas propriedades, os elementos naturais e ruínas se entrelaçavam as narrativas dos entrevistados, compondo a sua história e de suas famílias. Segundo esse autor, essas interações socioecológicas permitiram a preservação desses sistemas como um importante patrimônio cultural e biológico, mesmo diante dos projetos de ocupação e desenvolvimento do Estado que incentivavam seu desmatamento.

Essa forma de resistência se apoia nas práticas tradicionais de produção que não ocorrem como mera reprodução como eram no passado, mas a partir de uma releitura ou atualização articulada pelo discurso agroecológico. Trata-se de um sentido emergente, ligados às pautas contemporâneas de preocupação com a saúde e o meio ambiente que se contrapõem a um sentido dominante, que é o discurso da produtividade, competitividade e modernidade da revolução verde.

A produção em pequena escala orientada apenas ao autoconsumo e que, durante algum período, não teve valor de mercado, como as pequenas hortas e produção de erva-mate, desempenhou um importante papel nessa transição. Pode-se associar essa permanência à noção de cultura residual, definida por Willians (2009, p. 218) como “significados e valores, que não



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

podem ser verificados ou expressos nos termos da cultura dominante”, mas que ainda são vividos e praticados no dia a dia ou incorporadas de alguma maneira na cultura dominante. Essas práticas que permaneceram de forma “subterrânea”, fora do radar da economia de mercado e, portanto, das políticas públicas e financiamentos. No contexto de construção de uma cultura alternativa ao modelo dominante, essas práticas foram resgatadas e amalgamado a esses valores emergentes (como o ambientalismo), definidos por Willians (2009, p. 219) como “novos significados, valores, práticas, significações e experiências” que são criadas continuamente.

Segundo o autor, há uma tentativa imediata de incorporação dos sentidos emergentes pela cultura dominante. Esse movimento permite reivindicar o reconhecimento e valorização desses agricultores pelo Estado e pelo mercado. Conforme destaca Carvalho *et. al.* (2022, p. 28) os erveiros “sabem que suas propriedades oferecem vários serviços ecossistêmicos e benefícios para a sociedade, tais como a proteção de nascentes e manutenção de matas ciliares”. Essas reivindicações aparecem nas pautas das reuniões como a possibilidade de projetos de remuneração por serviços ecossistêmicos ou de uma certificação específica para a erva-mate sombreada. Tomando a definição de Thompson (1989, p.10) de consciência como “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnada em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”, esse processo de reivindicação de reconhecimento e remuneração indica a formação de uma consciência de classe de trabalhadores agroecologistas.

2.2 - Posse da terra e reforma agrária

Outra singularidade dessa “consciência de classe agroecologista” é a diferença do modo de trabalho e vida no campo e na cidade, principalmente na relação desses sujeitos com a coletividade, com a natureza, com seu corpo e com o tempo. Na visão dos entrevistados, as relações sociais estabelecidas no meio urbano são reguladas pelo trabalho assalariado, que disciplina todo o tempo da família. Já no campo, com o trabalho autodeterminado pelo agricultor, o tempo e rotina passam a ser pautados pelos fenômenos e ciclos da natureza e pelo próprio corpo do trabalhador:

- Seu Anísio, como que é a rotina de vocês aqui na propriedade? Como é o dia a dia de vocês aqui?



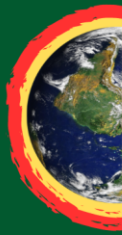
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

- Hoje nós estamos bem tranquilos, sabe? Eu digo que dinheiro não temos, mas temos liberdade, temos liberdade, se chegar uma visita aqui em casa nós sentamos aí e tomamos chimarrão a tarde inteira, não tem problema, né? [...] Mas graças a Deus a saúde está boa até agora então, mas a gente levanta, se quiser levantar as sete levanta, se quiser levantar as nove levanta, se quiser levantar as oito levanta, né? Não tem esse negócio. Tá mais frio: “Opa, hoje vou ficar um pouquinho mais”. Ah, tá garoando muito? “Ah eu não vou me molhar, já estou meio velho, ainda vai me dar uma gripe” (Rosa, 2018).

Essa rotina de trabalho na agricultura, que segundo Anísio Rosa permite essa liberdade e a possibilidade de socialização, não se estende ao sistema de cultivo convencional que impõe ao trabalhador um regime mais rigoroso e precário do que o trabalho assalariado urbano:

Eu comparo os plantadores de soja que nós temos aí que são pequenos plantadores de soja, mas que daí eles são laranja, os outros patrões não tão aí, fornecem máquina para ele, os caras trabalham de noite, trabalham de dia, plantando soja. Não tem domingo, não tem nada. E quando chega no final vende a soja, entrega tudo pras cooperativas, pro banco. Chega hora de fazer outra safra, se a cooperativa não financiar ele de novo, os cerealistas aí não financiar eles pra fazer outra safra, ele não vai conseguir fazer, não vai porque não tem como fazer. Então vai continuar sendo sempre escravo do sistema. E é o sistema individualista que leva a gente ir para esse lado, né? Porque o sistema individualista, você passa ser individual, não pensa no coletivo, não pensar... Você acaba sendo escravo do sistema. Eu analiso assim que eu nunca gostei de ser escravo, empregado até concordo que seja, mas escravo, tem que ter um limite, né? (Rosa, 2018)

Ao longo de toda a entrevista, Anísio abordou o tema da reforma agrária, bandeira presente em sua trajetória de vida e militância. Para ele, a perda da terra pelo agricultor, que é uma das consequências desse ciclo de exploração do sistema convencional, acaba transformando as áreas rurais em áreas urbanas. Essa lógica individualista que ele descreve, adotada pelos agricultores, se estende à ocupação do território a medida que se urbaniza. No trecho a seguir, ele relaciona uma série de problemas que, na sua opinião, estão ligadas a essa transformação como a fragmentação das famílias pela perda do “controle dos filhos”, violência, dentre outros:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Eu conheci o nosso município aqui no tempo que não tinha bairro[...]. E depois foram fundando outros bairros interessados para levar e ter mão de obra barata nas fábricas dos madeireiros e foram concentrando aqueles bairros, né? Porque a mão de obra barata é importante para o empresário e aí tendo bastante gente, vai sobrar mão de obra, né? Hoje o que está em Bituruna, uma “matação” de gente dentro daqueles bairros, roubo, maconha. Até de famílias boas que vieram para dentro daqueles bairros que depois não conseguem mais controlar os filhos, os coitados dos pais hoje sofrem porque vê os filhos fazendo esse tipo de coisa. Então se não houver acho que uma distribuição de terra, que isso a gente, eu quase não acredito que aconteça, do jeito que está nossos governantes que nós temos, cada vez indo para pior, né? Cada vez a gente vendo o rumo, só pensam no capitalismo, né? (Rosa, 2018)

Percebe-se assim que, a luta pela terra não é apenas a uma questão de posse dos meios de produção, ela está ligada à construção de valores, formas de vida e de identidades. A complexidade dessa construção fica mais evidente no contexto das ocupações de movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária. Nesses acampamentos, além de sujeitos com trajetórias de vida parecidas com a de Anísio, que seus pais e avós foram vítimas de grilagem e que segundo ele “fomos sempre meio sem terra”, há outros que, pelo contrário, não tinham qualquer relação com a produção agrícola:

É, nessa questão extrativista é bastante complicado pra você tirar o pessoal dela, o pessoal do nosso município é muito extrativista, ele nasce dentro de quadros de serraria, né? Ou às vezes pessoas que já trabalham nos florestamentos, trabalham, né? E ele se acostuma assim naquelas questão salarial, né? Que é ter o salário todo mês, né? E aí, pra você fazer, até no processo de reforma agrária a gente viu o quanto foi difícil, naquela euforia de “Agora quero um lote de terra”, né? [...] Mas daí essa questão é bem complicada porque daí a pessoa tá com a cabeça pra um lado, sabe fazer só aquilo e daí pegou o lote, não conseguiu sobreviver do lote, né? Aí eu sempre, eu tenho uma palavra que sempre eu rebato quando o pessoal fala “ah vendeu por vadio”. Não, ele não soube sobreviver da terra, né? Ele vendeu porque ele não teve acompanhamento técnico, não teve alguém pra ensinar ele a produzir a terra, tirar seu sustento dali e acabou desanimando e indo embora. Mas vadio ele não é porque ele tá lá numa



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

fábrica trabalhando 10 horas, 12 horas por dia. Como que você pode chamar uma pessoa dessa de vadio? Ele só não conseguiu trabalhar, né? (Rosa, 2018)

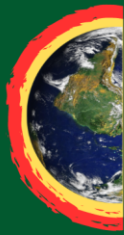
No início desse relato, há o reconhecimento de que a cultura do trabalho assalariado no município trazida por esses novos sujeitos para os assentamentos influencia na cultura do trabalho rural como um todo, que são as práticas extrativistas que ele discutia nesse momento da entrevista. Também há a consciência de que existe um processo de formação desse trabalhador como agricultor que, por não terem o vínculo anterior com a terra, ficam mais vulneráveis à exploração no campo e por isso a necessidade de uma assistência técnica mais adequada. Essa assistência, segundo o entrevistado, também precisa estar mais orientada ao fortalecimento coletivo e não apenas nas técnicas individuais. No trecho a seguir ele traz algumas memórias sobre esses processos:

E é gostoso quando você tem alguns técnicos que passaram por aqui por exemplo que trabalhavam muito em sistema mutirão, né? Tipo vai fazer uma fonte d'água, vai mutirão. Vai planejar o campo de erva mate, vamos fazer um dia lá num, vamos fazer um dia lá no outro, isso é muito rico viu!? Esse sistema de mutirão de organização de grupos é pra... incentiva muito as pessoas. É muito bom quando a gente pode ter, né? É um prejuízo muito grande quando a gente não tem isso, né? Um prejuízo muito grande porque a pessoa que se isola, ela vai pegar o quê? Vai pegar o sistema convencional, o pior que tem, né? Mas que a mídia bota na cabeça dele, o que ele escuta na televisão, acaba as vezes sendo um escravo do sistema, né? (Rosa, 2018)

Essas formações técnicas coletivas também são espaços privilegiados para uma formação política. Também fica evidente nesse trecho o papel dos mecanismos da hegemonia na disseminação dessa cultura dominante que, na ausência de espaços de construção de consciência de classe, ou seja, no isolamento do agricultor, tem a capacidade de lhe impor um sistema completamente desvantajoso. Por isso, organizações de fomento da agroecologia estão tão presentes nessas entrevistas.

2.3- A transição agroecológica e as organizações de promoção da agroecologia

Apesar de se basear em técnicas e saberes tradicionais de agricultura, a transição agroecológica na narrativa dos entrevistados aparece ligada a rupturas, conflitos e esforços de conciliação familiar, diferente da adoção dos pacotes tecnológicos ligados à revolução verde. Talvez pelo fato de que a transição agroecológica envolva uma tomada de consciência ou



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

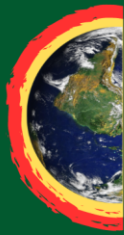
mudança de atitude frente a uma situação grave enquanto a agricultura convencional faz parte de uma cultura dominante que é inculcada e propagada com muito mais capilaridade através da mídia, assistência técnica, financiamentos etc. O momento da transição agroecológica está muito bem marcado na memória dos entrevistados, como por exemplo no trecho a seguir da entrevista de Bernardo:

Foi quando no ano de mil novecentos e noventa e três, né? Eu não sei o dia, não lembro o dia, mas isso ainda daria pra resgatar e tudo, um dia frio que nem hoje assim, bem cedinho, nós tinha malmente levantado e tudo, e eu escutei um ronco assim. Sai... os cachorros acuraram, eu saí ali na varanda da casa, uma Brasília alaranjada parou ali na beira da estrada assim... e sai da Brasília, o Anésio, né? [...] Eu fui receber no portão e ele falou: “Bernardo, eu vim porque eu queria conversar com vocês ali, pra de repente a gente trocar uma ideia de discutir um novo jeito de trabalhar na roça, falar sobre a agroecologia...”. Foi onde daí também assim, eu lembro até hoje, que daí esse dia a gente sentou e conversou e tudo. E daí ele explicou o que seria o trabalho da AS-PTA⁴⁹ e porque que ele não estava mais na Emater... e já aí, ia começar a ajudar nós a organizar esse trabalho e coisa. (Vergopolem, 2018)

Destaca-se nesse relato a vivacidade com que Bernardo constroi a cena em sua memória, como os detalhes sobre o clima, o automóvel, os cachorros, tudo isso indica a importância que esse encontro teve na sua trajetória de vida. Bernardo, nesse trecho e em toda a entrevista, destaca esse caráter de articulação política e social da agroecologia. Já no relato de Hamilton, a transição veio como uma necessidade que se impôs por questões de saúde, principalmente depois do nascimento de seu filho que tem hidrocefalia e por isso decidiram parar de usar veneno e abandonar a fumicultura. No excerto a seguir pode-se perceber a pressão social exercida sobre os agricultores que decidem abandonar o sistema convencional e a importância dos espaços coletivos como uma forma de autoafirmação:

Porque a gente tinha aquela vontade de mexer com agroecologia, mas de primeiro nos chamava de louco e um monte de coisa. Daí a gente quando é novo,

⁴⁹ A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.” Ver: <https://aspta.org.br/>



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

né? Mas eu acho que sou burro mesmo, né? Só que depois você começou a ver, né? E depois a gente começou a lidar e daí começou a se sustentar, né? [...]. Hoje já tá um passo mais adiantado, mas logo que nós começamo aqui, né? Era bem pouquinho gente e tudo chamava de louco, né? De, de fazer esses tipos de coisa. (Paizani, 2018)

Hamilton atribui em seu relato parte do peso da pressão social ao fato de ser jovem, algo que foi superado pelo resultado positivo, pela inserção em projetos e a um coletivo. Já no texto que vem a seguir, extraído da entrevista de Bernardo, essa pressão veio da própria Embrapa que estava envolvida com o financiamento da produção:

Quando a gente... é... se conscientizou de... de... mudar o jeito de produzir que a gente seguiu lá com o pai e com o grupo que a gente não ia mais plantar as lavoura desse jeito. E sim ia transformar essas lavouras em plantar no sistema agroecológico, né? Eu lembro assim que o técnico da Emater que era inclusive o responsável, ainda nós não tinha terminado de pagar o financiamento do trator que naquela época... nessa época já tinha o PRONAF⁵⁰ e coisa. Aí o técnico da Emater inclusive ficou revoltado e dai fez uma reunião e falou assim: “Não, então a partir de hoje eu não respondo mais pelo... não respondo mais pelo projeto porque se vocês não aceitam eu como... pra mim orientar o plantio de vocês ali nessa área e coisa e que... eu... não respondo mais” Ai a gente falou: “não, tudo bem, mas a gente definiu que vai plantar...” (Vergopolem, 2018)

Já no relato de Hamilton, a transição agroecológica surge também como uma pressão dos filhos, que segundo ele já tinham o interesse em abandonar o cultivo com agrotóxicos. Novamente aparece o elemento de congregação familiar no trabalho de agricultura agroecológica:

E aí os meus guris sempre não gostaram de usar veneno, nunca gostaram, né? [...] Então quando a gente queria fracassar eles diziam: “Ó pai, se o pai usar veneno tá sujeito perder os camarada, não vamos ficar aí usando veneno”. Isso foi bom também, né?

⁵⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Ajudou porque só o pai ou só a mãe, só os filhos não saem dessa, precisa a família querer. Essa transição é importante a família, né?

A AS-PTA, assim como o MST e os Sindicatos rurais aparecem como importantes organizações de fomento e discussão da agroecologia em todas as entrevistas, mas destaca-se a AS-PTA principalmente por ter provido os agricultores de um diagnóstico que revelou a importância da erva-mate na produção. Os relatos apontam que, apesar dos cultivos convencionais como milho, feijão, soja, fumo serem os que mais consumiam mão de obra, mecanização e recursos financeiros que demandavam comprometimento com créditos bancários e as áreas mais aptas para agricultura, era a erva-mate que amortizava os pagamentos, diminuía o risco dos agricultores e que na prática viabilizava a produção. Já houve tentativas anteriores de enquadrar a produção da erva-mate ao modelo convencional de produção, desmatando a área de incidência da árvore para a produção a pleno sol. Como a erva-mate cresce em áreas que não foram desflorestadas por não serem consideradas aptas para agricultura, descritas nas entrevistas como “áreas dobradas”, ou seja, muito acidentadas ou rochosas, esses projetos não foram adotados pelos agricultores. Isso permitiu posteriormente, além de uma importante fonte de renda e uma segurança frente às incertezas dos investimentos no cultivo convencional, um caso concreto de cultivo agroecológico e uma experiência que os permitiu ter mais segurança ou convicção nessa empreitada de transição para a agroecologia.

3 - Considerações finais

Conforme salientado por Altieri (1998), a agroecologia surge como uma nova abordagem para lidar com essa profunda crise ambiental e socioeconômica no meio rural. A análise das três entrevistas aponta para alguns elementos importantes de como esses agricultores se inseriram nesse processo e que a agroecologia, para além de um discurso ou um conjunto de práticas ecológicas, desempenha um importante papel para a superação dessas condições de exploração.

O primeiro é a relação com a identidade, pois a adoção de pacotes tecnológicos que apelam para um discurso de modernidade pelas famílias transforma as condições de trabalho no campo e a forma como esses trabalhadores se reconhecem, o que também acontece na transição para a agroecologia.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O segundo elemento se relaciona ao conceito de experiência e como as organizações de pesquisa e extensão rural, que fomentam a agricultura agroecológica, promoveram junto aos agricultores espaços de reflexão sobre suas experiências de exploração e de cultivo tradicional de erva-mate, facilitando essa transição.

O terceiro é como a agroecologia se vincula a luta pela terra que marca a trajetória dos agricultores entrevistados e produzem novas identidades a medida em que há uma diferenciação entre os produtores que são filhos de agricultores e os novos que ingressaram na agricultura através dos movimentos sociais.

Dessa forma, percebe-se nas entrevistas que a leitura que esses sujeitos fazem das condições de trabalho e de exploração passam por várias fases diferentes. O primeiro desafio é a posse da terra, sem ela, resta aos agricultores serem explorados através de arrendamentos ou produção por “meia” (quando se divide a produção pela metade, uma para o agricultor e a outra para proprietário da terra). O segundo é, mesmo quando há a posse da terra, o trabalhador pode ser 'escravizado' por meio de financiamentos cuja aprovação está atrelada a um pacote tecnológico específico. Nesse cenário, o agricultor assume todo o risco, empenhando sua propriedade, porém, sua atividade é determinada de forma heterônoma pelas organizações de extensão rural e fornecedores.

Por fim, a transição para a agroecologia, ao resgatar práticas tradicionais que foram suplantadas pelo sistema convencional, permite a superação dessas condições de “escravização” ou de “vítimas” do sistema na qual os agricultores se encontram.

FONTES

PAIZANI, Hamilton. Entrevista 13. Projeto: Memórias do conhecimento tradicional associado às Florestas com Araucária. Entrevistadores: Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo. PPGH/UEPG. Transcrição: Danusa Guimarães. São João do Triunfo, 2018.

ROSA, Anísio. Entrevista 15. Projeto: Memórias do conhecimento tradicional associado às Florestas com Araucária. Entrevistadores: Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo, Robson Laverdi. PPGH/UEPG. Transcrição: Raissa Schneider. Curitiba, 2018.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

PAIZANI, Bernardo. Entrevista 19. Projeto: Memórias do conhecimento tradicional associado às Florestas com Araucária. Entrevistadores: Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo, Robson Laverdi. PPGH/UEPG. Transcrição: Brenda Rotter. Bituruna, 2018.

Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CARVALHO, A. I.; NIMMO, E. R.; LAVERDI, R.. Por uma história oral ambiental dos conhecimentos ecológicos tradicionais da erva-mate no Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte Catarinense. In: CARVALHO, A. I.; et al. (Org.) **Memórias, histórias e etnografias: estudos a partir da história oral**. Ponta Grossa: Ed. UEPG; Editora UFSM, 2022. 256 p., il. Livro eletrônico. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_4c7DmVqyN5Hs3CFIUZ5-2u9PO752ILv/view. Acesso em: 22 fev. 2024.

NIMMO, E. *et al.* **Erva-mate sombreada: Sipam** “Sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na Floresta com Araucária, Brasil”. Embrapa Florestas, Colombo, 2022.

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. **Historicidade e Significado nas Paisagens dos Sistemas Tradicionais de Produção de Erva-Mate na Bacia do Alto Iguaçu, Sul do Paraná**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Prefácio. P 09-14.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O Ensino de História e as Mudanças Climáticas: criando janelas para outros mundos

Fadí Campolina Fada

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e bolsista do CNPq

Resumo

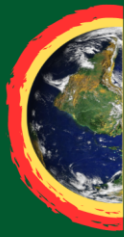
Esta comunicação apresenta parte da minha pesquisa de mestrado em andamento, na qual se analisa abordagens das mudanças climáticas em livros didáticos de história. O debate aqui mobilizado se dá em torno da historicidade das mudanças climáticas e como essas podem ser trabalhadas nas aulas de história. Para isso, o livro didático é invocado como um objeto de grande importância no cotidiano escolar e também por seu papel na constituição histórica das disciplinas escolares. Busca-se, portanto, entender a função do ensino de história no enfrentamento às mudanças do clima e seus impactos socioambientais, visto que esse é um tema que ultrapassa as fronteiras disciplinares e que exige atenção dos mais diversos campos do conhecimento. A história ambiental é utilizada aqui como apoio teórico e metodológico, além de conceitos fundamentais que guiam a teia de discussões como o de justiça climática, colonialidade e racismo ambiental.

Palavras-chave: justiça climática; crises socioambientais; história ambiental.

Abstract

This communication presents part of my ongoing master's research, which analyzes approaches to climate change in history textbooks. The debate mobilized here revolves around the historicity of climate change and how these can be addressed in history classes. To this end, the textbook is invoked as an object of great importance in everyday school life and also for its role in the historical constitution of school subjects. The aim, therefore, is to understand the role of history teaching in tackling climate change and its socio-environmental impacts, as this is a topic that goes beyond disciplinary boundaries and demands attention from the most diverse fields of knowledge. Environmental history is used here as theoretical and methodological support, in addition to fundamental concepts such as climate justice, coloniality and environmental racism, which guide the web of discussions.

Keywords: climate justice; socio-environmental crises; environmental history.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

“Nós não podemos nos render a essa narrativa de fim de mundo. Essa narrativa é para nos fazer desistir dos nossos sonhos.”

Ailton Krenak

Introdução

Este trabalho se trata de uma pesquisa de mestrado em andamento onde são analisadas abordagens das mudanças climáticas em livros didáticos de história. Os recortes são os PNLD's de 2011 a 2023, e os livros são do 8º e 9º anos do ensino fundamental. As obras analisadas são as que foram utilizadas na Escola Municipal Cônego Higino, localizada na cidade mineira de João Monlevade.

O historiador Arthur Soffiati, no fim dos anos de 1980, denuncia no seminário “Perspectivas do Ensino de História” a ausência de temas nos livros e materiais didáticos voltados para a relação entre as sociedades humanas e o meio ambiente. A proposta de Soffiati era de que os livros didáticos de história tivessem capítulos com enfoque específico na história ambiental de modo crítico, com a perspectiva histórica da relação entre humano e natureza. Tal proposta ainda não foi concretizada e a necessidade de uma educação ambiental voltada para as novas gerações cresce, ano após ano.

A problemática ambiental em torno das alterações do clima já se apresenta como um dos principais desafios do século 21, mobilizando diversos âmbitos da sociedade em todo o globo. A urgência de um ensino de história sensível ao enfrentamento às mudanças climáticas e comprometido com a educação ambiental crítica se faz tão presente quanto à urgência com o compromisso de outras pautas centrais, que se inter-relacionam, como o combate ao racismo e ao cisheteropatriarcado.

Objetiva-se, portanto, entender como esse tema é levantado pelos manuais didáticos e como ele pode ser aprimorado no ensino de história, levando em consideração a urgência da superação do antropocentrismo e de falsos discursos como o do desenvolvimento sustentável.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

É muito comum a abordagem das mudanças climáticas e seus impactos no ensino de ciências, geografia e biologia. No entanto, quando nos voltamos ao ensino de história esse tema é pouco discutido,

[...] como se a história estivesse invadindo um território alheio e se propusesse a entrar em uma espécie de aventura, embrenhando-se em seara desconhecida, exclusiva da área das ciências da natureza. Quando, no entanto, situamos as diversas problemáticas ambientais, podemos perceber como muitos dos temas abordados são também familiares às ciências humanas e como as aproximações entre sociedade e meio ambiente possibilitam enriquecimento mútuo entre as áreas da natureza - Química, Física, Biologia, Geologia - e as ciências humanas. (BITTENCOURT, 2008, p. 257)

Falar sobre mudanças climáticas nas ciências humanas é imprescindível para um entendimento amplo sobre suas consequências socioambientais. Por se tratar de uma crise multidimensional, o novo regime planetário impõe a todas as áreas do conhecimento científico um esforço para buscar as melhores formas de lidar com o problema.

Na disciplina histórica, o meio natural foi, por muito tempo, ignorado dos seus estudos, e, com a construção do campo da história ambiental, essa realidade pode ser repensada por muitos historiadores. A ideia de uma natureza estática e atemporal permeou grande parte da historiografia dos dois últimos séculos, isso se explica pela razão de que o pensamento ocidental sempre lidou com a natureza como um cenário inerte à disposição dos humanos. Nas últimas décadas, essa noção tem mudado e, com a história ambiental, é possível pensar em uma natureza dinâmica, em movimento e que possui potencial performativo.

Essa noção é essencial para o estudo das mudanças do clima no ensino de história, demarcando a importância e o papel que a história ambiental possui nesta pesquisa por contribuir com percepções e metodologias que auxiliam na abordagem desta temática nas aulas de história.

Nesse sentido, nesta comunicação vou evidenciar com mais ênfase a construção teórica em torno da história ambiental e dos impactos sociais das MC que darão sustentação às análises dos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

livros didáticos. Bem como marcar a necessidade de trabalhar com a justiça climática para guiar toda e qualquer discussão nas humanidades sobre este tema.

Historicidade das mudanças climáticas

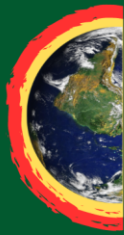
Ao contrário da narrativa de grupos hegemônicos que insistem em negar a responsabilização nas perturbações no sistema terrestre, o que vivemos hoje não começou natural nem repentinamente. A importância de enfatizar a origem histórica das mudanças do clima se dá na medida em que isso interfere na maneira como os países e órgãos internacionais globais conduzem suas políticas de combate ao problema.

Nesse sentido, os estudos históricos exercem um papel fundamental na garantia da verdade e da justiça. A invisibilização de processos econômicos na responsabilidade dos ataques aos ecossistemas que garantem o pleno funcionamento do nosso planeta serve a determinados grupos que não querem assumir a conta. Muitas são as ações que podem ser apontadas como as causas das mudanças climáticas: queima de combustíveis fósseis para geração de energia e fabricação em larga escala de produtos, criação massiva de gado e desmatamento florestal são alguns exemplos.

Todas essas ações antrópicas, para além de serem realizadas por e para um sistema econômico que visa a acumulação de capital, possuem algo em comum: são sustentadas por uma base de pensamento moderna antropocêntrica que conduziu todo um modelo civilizatório que hoje é dominante em todo o mundo, a de que a natureza e seus recursos estão a serviço da espécie humana. Essa lógica, além de separar o humano do restante da natureza, hierarquiza espécies de animais e plantas e outros seres bióticos e abióticos.

Desse modo, podemos localizar historicamente quando a exploração ambiental cresceu em uma escala global levada e justificada por ideias cunhadas na modernidade europeia. Aqui, insisto em situar o espaço geográfico porque o continente europeu foi o local de origem de embarcações que atravessaram oceanos e mares e colonizaram violentamente quase todo o resto do mundo.

O colonialismo, dos séculos 16 ao 21, possui também responsabilidade nas catástrofes socioambientais que enfrentamos hoje. Os cataclismas ambientais não afetam todas as pessoas na mesma medida no globo, nem toda a humanidade é a responsável pelas mudanças do clima e outras formas de exploração ambiental. As pessoas mais afetadas por essas devastações são as que vivem



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

no “porão do mundo moderno” (FERDINAND, 2022, p. 209). Assim, entender e saber lidar com justiça climática e socioambiental é essencial para a constituição de um saber histórico no século 21.

Quando é levantada aqui a importância de historicizar e contextualizar as mudanças climáticas, a intenção é justamente que a História, enquanto disciplina, traga para o debate questões de raça, classe, gênero, território e como essas marcações implicam em uma desigualdade na forma como é realizada a ação antrópica sobre a natureza e como as consequências dessas ações são vividas pelas pessoas.

Pensando nisso, o pesquisador Malcom Ferdinand propõe pensar em uma dupla fratura: colonial e ambiental, ambas decorrem da modernidade. Nesse sentido escreve Ferdinand:

A dupla fratura da modernidade designa o muro espesso entre as duas fraturas ambientais e coloniais, a dificuldade real de pensá-las em conjunto e de manter, em compensação, uma dupla crítica. Entretanto, tal dificuldade não é vivenciada da mesma maneira por ambas as partes, e esses dois campos não assumem uma responsabilidade igual. Pelo lado ambientalista, a dificuldade provém de um esforço de invisibilização da colonização e da escravidão na genealogia de um pensamento ecológico, que produz, em contrapartida, uma ecologia colonial e, até, uma ecologia da arca de Noé. (FERDINAND, 2022, p. 22)

Para o autor, há uma recusa nos movimentos ambientais em reconhecer o papel da colonialidade na problemática ambiental. “Dessa invisibilização decorre, segundo Kathryn Yussof, um ‘Antropoceno Branco’, cuja geologia apaga as histórias dos não brancos, um imaginário ocidental da ‘crise ecológica’ que apaga o fato colonial.” (FERDINAND, 2022, p.25)

A modernidade europeia demarca como um de seus modelos civilizatórios a separação entre cultura e natureza, ou melhor, entre humano e natureza. Essa divisão, graças à colonização, se difunde por todo o globo e, ainda hoje, em grande parte das sociedades do mundo essa perspectiva antropocêntrica impera nos pensamentos e, principalmente, nas ações.

A colonialidade são os tentáculos da modernidade, como já apontou Anibal Quijano. Graças a ela as mais diversas cosmopercepções não ocidentais foram marginalizadas, e, hoje, o que podemos ver é a mercantilização da natureza. Nesse sentido, podemos pensar na metáfora de que a modernidade é a mente pensante das mudanças climáticas, a colonialidade são seus braços e



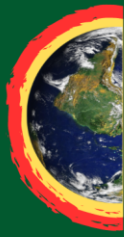
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

pernas e o capitalismo é sua face. É preciso, portanto, historicizar as mudanças do clima e seus cataclismas ambientais, só assim é possível uma responsabilização para alcançar a justiça.

[...] O próximo passo foi a Revolução Industrial: o significado da “natureza” em Acosta e Bacon mudou, chegando a se referir a “recursos naturais”, o alimento necessário para nutrir as máquinas da Revolução Industrial que produziam outras máquinas (a ferrovia e o automóvel), que, por sua vez, precisavam de mais alimento, carvão e óleo. A “catástrofe ambiental” começou nesse momento. Enquanto a regeneração da vida antes da Revolução Industrial ainda sustentava uma relação amigável entre o aculturado homem ocidental e a integração do trabalho e da natureza sobre a qual ele construía a sua cultura, a distância aumentou após a Revolução Industrial e todas as outras civilizações foram cada vez mais relegadas, nos olhos do homem ocidental, ao passado. A “natureza” – amplamente concebida – se transformou em “recursos naturais”, enquanto a “natureza” – como substantivo concreto que nomeia o mundo físico e não humano – se tornou no Novo Mundo a base para o cultivo de açúcar, tabaco, algodão etc. Em outras palavras, o conceito passou a se referir à fonte dos recursos naturais (o carvão, o óleo, o gás) que abasteciam as máquinas da Revolução Industrial. Ou seja, a “natureza” se tornou repositório para a materialidade objetivada, neutralizada e basicamente inerte que existia para a realização das metas econômicas dos “mestres” dos materiais. (MIGNOLO, 2017, p.7)

É possível perceber, com essa citação de Walter Mignolo, que o tripé modernidade, colonialismo e capitalismo não foram apenas suporte para o desencadeamento das alterações do clima e todas as catástrofes decorrentes destas, mas este tripé foi seu fio condutor. Assim, completa Malcom Ferdinand:

Eis a dupla fratura. Ou se coloca em questão a fratura ambiental desde que se mantenha o silêncio da fratura colonial da modernidade, de suas escravidões misóginas e de seus racismos, ou se desconstrói a fratura colonial sob a condição de abandonar as questões ecológicas. Entretanto, ao deixar de lado a questão colonial, os ecologistas negligenciam o fato de que as colonizações históricas, bem como o racismo estrutural contemporâneo, estão no centro das maneiras destrutivas de habitar a Terra. Ao deixar de lado a questão ambiental e animal, os movimentos antirracistas e pós-coloniais passam ao largo das formas de violência que exacerbam a dominação de pessoas escravizadas, colonizados e mulheres racializadas. Essa dupla fratura tem como consequência estabelecer a arca de Noé como metáfora política adequada da Terra e do mundo diante da tempestade ecológica, trancando no fundo do porão da modernidade os gritos de apelo por um mundo. (FERDINAND, 2022, p. 27)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Ainda hoje é invocado termos como progresso e desenvolvimento, tristes e perigosas heranças coloniais. Durante a pesquisa, este último termo, o desenvolvimento, tomou um lugar importante por sempre aparecer nas abordagens ambientais nos livros didáticos de história. O tão falado “desenvolvimento sustentável”, título da Agenda 2030 da ONU, surge quase como uma solução mágica e rápida para os problemas climáticos e ambientais. Mais a frente do texto vou retornar neste ponto, mas Ailton Krenak, sobre isso, responde de maneira tão simples como sua proposta: “progresso e desenvolvimento são dois mitos sem fundação nenhuma. São papos furados. O progresso e o desenvolvimento: dois papos furados” (KRENAK, 2023).

Impactos socioambientais e justiça climática

As secas, as chuvas torrenciais e enchentes, as ressacas marítimas causadas pelo aumento do nível do mar, o calor excessivo e os incêndios florestais são apenas alguns exemplos de desastres ambientais que impactam a vida de milhares de pessoas e que são consequências das alterações no clima. Pessoas que vivem em territórios periféricos, muitas vezes abandonados pelo poder público e historicamente marginalizados e empobrecidos, são as mais impactadas pelas consequências das alterações climáticas.

Pensando em uma escala mundial, os países do sul global são os mais afetados. A grande maioria, tendo um passado colonial de exploração, ainda luta para consolidar suas democracias e garantir justiça social. São esses países periféricos e empobrecidos que também possuem a menor taxa de emissão de gases de efeito estufa, a menor taxa de consumo de recursos planetários e têm interferência mínima nas causas das mudanças climáticas.

Em 30 de setembro de 2024, o Reino Unido marca o fim da operação das últimas usinas de carvão em atividade no país. Após quase um século e meio de intensa queima de combustíveis fósseis, o país que inaugurou esse tipo de energia foi o primeiro a deixá-la completamente. Esse fato nos traz informações importantes e nos invoca uma cruel reflexão: até onde vai a brutalidade histórica de países que se enriqueceram às custas do empobrecimento de outros? A tarefa da história na justiça climática é de grande responsabilidade e demanda seriedade.

A plataforma Climate Watch disponibiliza alguns estudos que apontam o *ranking* dos países que mais emitiram gases poluentes, e que também são os países com as mais altas taxas de



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

consumo. Os primeiros nessa lista são Estados Unidos, Rússia, Japão e os países da União Europeia, sendo os principais setores responsáveis por esta alta os de energia e uso do solo. Em um outro *ranking* é possível observar os países com as menores taxas de emissão per capita, alguns deles são: Fiji, Gana, Ruanda, Burundi, Comores e Haiti.

Historicamente, EUA e UE possuem as maiores taxas de emissões cumulativas, em um período de 1850 a 2021. A Universidade de Notre Dame também possui uma pesquisa onde classifica, por diversas categorias, a vulnerabilidade de países com as mudanças climáticas. Os primeiros da lista, os menos vulneráveis, são os países europeus, seguidos de Estados Unidos e Canadá. À medida que vamos descendo a lista, os países mais vulnerabilizados são os países africanos e sul-asiáticos.

A colonialidade e o racismo estão escancarados nesses estudos. Países com o histórico de exploração colonial são os mais vulneráveis às mudanças do clima, enquanto alguns dos maiores emissores de GEE são ex-metrópoles. Os países mais afetados são os mais empobrecidos e os que menos possuem recursos para enfrentar as consequências socioambientais das MC. Podemos perceber, portanto, a importância da justiça climática.

Muitos desses países possuem sistemas políticos, econômicos e sociais desestabilizados, o que favorece ainda mais a iminência de disputas e conflitos por território, água e comida. Alguns dos impactos sociais das crises climática e ambiental são a escassez hídrica, a fome, a falta de terras agricultáveis e, principalmente, o aumento do abismo entre as classes sociais. As migrações em massa também entram na conta, seja devido ao calor extremo, à seca ou às inundações, muitas pessoas estão sendo obrigadas a se deslocarem de suas casas em busca de melhores condições de vida. Este cenário, infelizmente, tende a piorar e, a cada ano, as mudanças climáticas estão fazendo mais vítimas.

Nesse sentido, cabe aqui trazer o conceito de justiça climática, tão falado nos dias de hoje e que, no entanto, encontra grandes obstáculos em sua materialidade. A injustiça climática vivenciada em grandes desastres ambientais decorrentes das alterações do clima, impacta comunidades periféricas, rurais, racializadas e empobrecidas. Decorrente da histórica desigualdade social, essa injustiça se apresenta na proporção dos impactos sociais desses desastres. Além do âmbito local, há também o global, onde países “desenvolvidos”, principais emissores de GEE, como já apresentado anteriormente, negam em assumir responsabilidades de cooperação



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

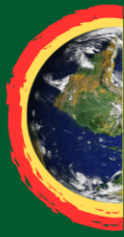
internacional com países empobrecidos mais atingidos pelas mudanças climáticas, aumentando o abismo da desigualdade entre as regiões do globo. Segundo o pesquisador e ativista Jean Pierre Leroy, podemos pensar a injustiça e a justiça climática da seguinte maneira

A injustiça climática tem como causas situações de desigualdade que se instauram entre regiões e países do mundo e, dentro de cada região e cada país, entre grupos sociais, consequências de um modelo de crescimento baseado, de um lado, na maximização do lucro, e, do outro, em um modelo de produção e de consumo que, ao impactar de tal modo o planeta, provocou a crise climática atual. Ao falarmos de injustiça, podemos entender a crise climática não como um fenômeno natural, uma fatalidade que atingirá indiferente e inexoravelmente na mesma proporção a todos. Na crise climática mundial, operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos produzidos pelas mudanças do clima a populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

Em contrapartida, a justiça climática é entendida como o conjunto de princípios que assegura que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo provocada pelo câmbio climático, que compromete gravemente a qualidade de vida, inviabiliza sua reprodução e o obriga a migrar. (LEROY, 2009, p. 3-4)

Outro conceito importante para entender o problema é o de racismo ambiental, que, basicamente, pode ser definido como a discriminação racial nas políticas ambientais. Historicamente, no Brasil, as populações negras e indígenas sofreram de uma desterritorialização, que veio por meio da colonização e, depois, no pós-abolição. Sem território, esses povos vão buscar se territorializar em algum lugar. Muitos desses lugares são periféricos e mais vulneráveis a desastres ambientais, assim começa o racismo ambiental, mas ainda vai além.

Este tipo de discriminação racial se apresenta também quando essas pessoas atingidas por desastres vão em busca de justiça e como é o tratamento dado a elas, seja por parte do Estado, da imprensa ou de outros órgãos. Segundo o pesquisador Bernard Constantino Ribeiro, o racismo ambiental se manifesta também na discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis, além de estar presente em ações ou omissões para prejudicar comunidades racializadas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Desse modo, é perceptível como o racismo se apresenta como elemento chave quando falamos das principais pessoas impactadas pelas crises socioambientais e como ele se articula, no século 21, com as mudanças climáticas, sendo impossível não trazer o debate racial para a justiça climática.

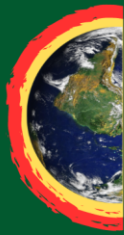
Ensino de história ambiental

Este trabalho procura repensar o Ensino de História neste cenário em que vivemos de crises socioambientais, visto que “o ensino de história que busca dar conta das demandas do presente precisa se reconstruir constantemente” (LOPES, 2022, p.271). Há diversas possibilidades em pesquisar como o tema das mudanças climáticas é levantado no Ensino de História, mas a proposta aqui, como já dito anteriormente, é a análise de abordagens ao tema das mudanças climáticas nos livros didáticos de história.

Selva Guimarães Fonseca, em seu livro “Didática e Prática de Ensino de História”, pensa o livro didático como o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, sendo também a principal fonte de estudo no processo de ensino. Nesse sentido, “o livro didático de história, em sintonia com os currículos, tornou-se o canal privilegiado para a difusão de determinados saberes históricos” (FONSECA, 2003, p. 52).

Mesmo sendo alvo de críticas extremamente contundentes, e que são importantes para seu melhoramento, o livro didático ainda é o mais usado nas salas de aula, movimentando a indústria editorial em todo o país e se consolidando como um produto cultural para além de material didático. Sua importância para o Ensino de História é inegável e seu uso enquanto fonte de pesquisa é vasto em diversas áreas do conhecimento.

Paralelamente a Selva Guimarães, Circe Bittencourt defende que o livro didático tem sua importância na medida em que sistematiza e explicita conteúdos históricos provenientes da produção historiográfica e das propostas curriculares, sendo “o principal responsável pela concretização dos conteúdos históricos escolares” (BITTENCOURT, 2008, p. 313). Bittencourt também aponta para algumas características do livro didático que precisam ser levadas em consideração quando utilizado como fonte de pesquisa. Sendo um material que possui “limites, vantagens e desvantagens”, sua análise exige seu entendimento “em todas as suas dimensões e complexidade” (BITTENCOURT, 2008, p. 301).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Isto posto, muitos historiadores se esforçam hoje para “reavaliar o lugar do humano na escrita da história, defendendo uma narrativa que privilegie as populações mais vulneráveis” (LOPES; VIANA JUNIOR, 2020, p. 21). As mudanças climáticas, portanto, lançam para os historiadores desafios colocados pelas mais diversas ferramentas de enfrentamento, como a educação ambiental. Para Ely Bergo de Carvalho, “o desafio lançado para os historiadores pela educação ambiental é o de produzir uma história para o futuro” (CARVALHO, 2011, p. 8).

A celeridade das alterações climáticas e suas decorrentes crises socioambientais exigem de todos os campos do conhecimento agilidade e cuidado no (re)pensar e no fazer científico. Além, evidentemente, de melhores mecanismos de expandir o acesso aos conhecimentos para toda a sociedade. Dessa forma, a educação básica tem papel central em formar cidadãos críticos e aptos para lidar com os desafios do nosso tempo.

O Ensino de História, por sua vez, tem a construção da cidadania como essência. Para Selva Guimarães Fonseca, o Ensino de História precisa se desvincular das ideias de progresso, que coloca a história em um ciclo limitado e fechado, como se a história tivesse um início, um meio e um fim determinados. Isso cria nos alunos, “já nas séries iniciais, uma concepção auto-excludente da história” (FONSECA, 2003, p. 90). Assim,

[...] a principal característica dessa história é a exclusão: sujeitos, ações e lutas sociais são excluídos. A exclusão e a simplificação do conhecimento histórico escolar introjetam nos alunos a seguinte ideia: vocês não fazem história, nós não fazemos história. A história é feita por e para alguns, que não somos nós, são outros e são poucos. (FONSECA, 2003, p. 90)

O Ensino de História precisa se articular para que os educandos se entendam como agentes históricos do seu tempo e possuidores de uma consciência histórica que os possibilitem “a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e a práxis individual e coletiva” (FONSECA, 2003, p. 89). Desse modo, o combate às mudanças climáticas perpassa por muitas causas e é uma pauta que necessita da participação das juventudes em todo o globo.

Este combate precisa ser mobilizado, pensado e fortalecido pela juventude brasileira, ampliando efetivamente a função social da escola. Para além das aulas de ciências, biologia e geografia, é importante que a história também leve para a sala de aula esse debate, fazendo com que esses estudantes se compreendam enquanto sujeitos históricos, atores de seu tempo que podem



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

promover mudanças, capazes de levantar pautas e agir de modo a exercer sua cidadania. Isso, além de ajudá-los a compreender os próprios processos históricos, se colocando nesses processos e atribuindo sentidos aos saberes escolares, ajuda também em uma das tarefas centrais do Ensino de História: promover a cidadania e a justiça. Portanto,

[...] qual (is) história (s) ensinar e qual cidadania queremos no Brasil, no século 21? Isto significa pensar: qual sociedade sonhamos e construímos, cotidianamente, nos nossos espaços de vida? Buscar essas respostas requer de nós, que temos como ofício o ensino de história, um profundo olhar sobre os desafios do nosso tempo, as exigências teóricas e políticas.” (FONSECA, 2003, p. 89)

Pensando no Ensino de História voltado para às questões ambientais, este “precisa, cada vez mais, comprometer-se com o alargamento da compreensão sobre a historicidade das relações humanas com o resto da natureza” (LOPES, 2022, p. 271). Sem essa base histórica, o debate acerca das mudanças climáticas na história se reduz a um simples problema pontual que pode ser resolvido com soluções simples e individuais.

Aqui entra a importância da história ambiental como um suporte metodológico para o ensino das mudanças climáticas nas aulas de história. Entender as relações do humano com a natureza ao longo do tempo, a relação do antropocentrismo e de outros agenciamentos não humanos na história é fundamental para uma reflexão histórica e social das MC.

Desde a década de 1970, este campo vem se destacando por já avançar no sentido de compreender a História de maneira ampla e com a participação ativa de atores outros. A história ambiental constitui uma abordagem que procura entender “a interação entre antropossociedades e os ambientes ‘naturais’ dos quais fazem parte” (CARVALHO, 2004, p. 107). Nesse sentido, há uma incorporação da natureza não humana como agente nos processos históricos, e isso é o diferencial desse campo se comparado com outras abordagens historiográficas.

O estudo dessas interações também compõe as influências mútuas que se dão entre humanos e a natureza não humana, isto é, a história ambiental entende que as historicidades se dão por meio de uma rede de relações múltiplas. Percebe, assim, “o passado histórico a partir de uma perspectiva relacional na qual humanos e não humanos interagem e se transformam mutuamente” (NASCIMENTO, 2022, p. 450). Além disso, a história ambiental carrega uma forte interdisciplinaridade com as ciências naturais, de tal modo que se apresenta ainda mais preparada



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

para pensar o ensino das mudanças climáticas nas aulas de história, visto que esse é um tema que ultrapassa fronteiras disciplinares e se orienta a partir de uma abordagem transversal.

Conclusão

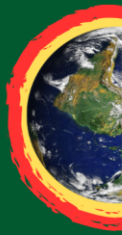
Durante a análise inicial dos livros didáticos pude já constatar alguns aspectos que permaneceram nas abordagens de 2011 a 2023. Um deles, é a presença dessa temática em espaços periféricos do livro, como nas últimas páginas dos capítulos ou das unidades e em box's como “saiba mais”. Além disso, em grande parte dos materiais analisados, esse tema surge no tópico sobre a revolução industrial (8º ano) e sobre o mundo contemporâneo (9º ano), apenas um livro aborda as mudanças climáticas no tópico sobre iluminismo, o que possibilita uma outra perspectiva sobre.

Outro aspecto, esse já relativo ao conteúdo, é o uso intenso do conceito de desenvolvimento sustentável. A “sustentabilidade” hoje já é criticada por ser insuficiente em lidar com uma problemática tão complexa como o novo regime climático, se escondendo por detrás de máscaras que procuram continuar a exploração da natureza em prol da manutenção do sistema econômico dominante. Desenvolvimento e sustentabilidade não cabem na mesma caixa.

Para Ailton Krenak, precisamos hoje de uma transfiguração das nossas capacidades de relação com a Terra, uma mudança de paradigma. Para isso, o escritor nos propõe fabular e cogitar realidades outras, habitando esses espaços, essas formas harmônicas de se relacionar e essas linhas de pensamento e ações adaptadas, de forma que possamos “achar um furo na paisagem” (KRENAK, 2024). Além disso, provocar nas crianças e jovens o desejo de outros mundos, “que não seja a reprodução deste mundo gasto” (KRENAK, 2024).

Por esse caminho, a noção de futuro é outro aspecto que surge muito nos livros didáticos, afinal, para onde ou até onde vai a história? Esse é um questionamento que algumas crianças e jovens já me fizeram em sala de aula e que, muitas vezes, não é dada a devida atenção para essa ideia de futuro. No entanto, para abordar as mudanças climáticas nas aulas de história podemos partir do futuro, fugindo do tempo linear e caminhando por outras perspectivas que trazem todas essas questões que apresentei neste texto.

Por fim, alguns livros didáticos se aproximam de uma reflexão mais crítica, outros mantêm um discurso desgastado e falho. Tudo isso nos leva para pontos que envolvem o Estado e suas políticas educacionais, a formação de professores e o cotidiano escolar, o que não vou aprofundar



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

aqui, mas procuro incitar uma reflexão sobre possibilidades reais para uma nova abordagem das mudanças climáticas no ensino de história, de modo que consigamos manter abertas “janelas para outros mundos” (KRENAK, 2024).

Referências

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Ely B. **A história Ambiental e a "crise ambiental" contemporânea: um desafio político para o historiador**. Esboços: Histórias Em Contextos Globais, 11(11), pp. 105–116, 2004.

CARVALHO, Ely B. **Uma história para o futuro: o desafio da educação ambiental para o ensino de história**. Revista História Hoje, v. 5, n. 14, 2011.

Climate Watch. **Historical GHG Emissions**. Disponível em: https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?end_year=2021&source=Climate%20Watch&start_year=1990. Acesso em 07 de outubro de 2024.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Ubu Editora, 2022.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LEROY, Jean Pierre. **Justiça Climática, um direito humano negado**. Revista Democracia Viva, edição 43, p. 3-8, setembro, 2009. Disponível em: <https://issuu.com/ibase/docs/democracia-viva-43>. Acesso em 08 de outubro de 2024.

LOPES, Alfredo. **Interfaces entre História Ambiental e Agroecologia para o Ensino de História no Antropoceno**. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 39, 25 jan. 2022. p. 271.

LOPES, A. R. S., VIANA JUNIOR, M. M. **O Antropoceno como Regime de Historicidade**. Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, v.12, n.23, 2020.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade, o lado mais obscuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, 2017.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. **O ensino de história ambiental na educação básica: uma Aula-Oficina sobre a “pré-história”**. Revista História Hoje, v. 11, n. 22, p. 449-467, 2022.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Projeto Preserva. **Ailton Krenak: temos que provocar o desejo de pensar mundos diferentes.** YouTube, 03 de outubro de 2024. 10min34s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aInlmT-1UAQ&list=LL&index=2>. Acesso em 08 de outubro de 2024.

Rede Internacional de Estudos Decoloniais. **Racismo Ambiental.** YouTube, 30 de maio de 2023. 1h41min27s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-gyNICmDqD0>. Acesso em 15 de julho de 2023.

University of Notre Dame. **Notre Dame Global Adaptation Initiative.** Disponível em: <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>. Acesso em 07 de outubro de 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A pobreza do “ouro verde”: os impactos da agricultura cafeeira durante a Primeira República (1889 – 1930) no patrimônio ambiental brasileiro

Jéssica Fernanda Barauna

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e bolsista da CAPES
jessicafernandaabaraunaa@univille.com

Roberta Barros Meira

Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
rbmeira@gmail.com

Mariluci Neis Carelli

Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
mariluci.carelli@gmail.com

Resumo

Ao longo das últimas décadas, o patrimônio ambiental brasileiro tem sofrido diversas transformações decorrentes da exploração intensiva da terra. O café, introduzido no período colonial, destacou-se durante a Primeira República (1889 – 1930), escorado em medidas protecionistas estaduais e federais, conhecidas como "políticas de valorização", que tinham como objetivo controlar os preços do produto mediante às crises de superprodução. Embora essas medidas tenham oferecido soluções de curto prazo, a expansão cafeeira persistiu por muitos anos, resultando na degradação ambiental de grandes áreas, por meio do desmatamento, queimadas e práticas inadequadas de plantio. Esses impactos ambientais, perceptíveis desde aquele período, destacam como a monocultura do café afetou o patrimônio ambiental brasileiro. Dessa forma, o trabalho aqui apresentado tem como objetivo principal discutir os efeitos socioeconômicos e ambientais do crescimento da produção cafeeira durante a Primeira República, explorando as crises de superprodução, os discursos de progresso e a degradação ambiental. A pesquisa está sendo desenvolvida através do estudo de documentos produzidos pelo Departamento Nacional do Café, bem como dados disponíveis nos acervos digitais da Câmara dos Deputados, da Biblioteca Nacional e do Ministério da Fazenda, além do estudo de bibliografias pertinentes sobre o assunto.

Palavras-chave: Cafeicultura. Patrimônio Ambiental. História Ambiental.

Abstract

Over the past few decades, Brazil's environmental heritage has undergone various transformations due to the intensive exploitation of land. Coffee, introduced during the colonial period, gained prominence during the First Republic (1889–1930), supported by state and federal protectionist measures known as "valorization policies," aimed at controlling prices in response to overproduction crises. Although these



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

measures provided short-term solutions, coffee expansion persisted for many years, leading to the environmental degradation of vast areas through deforestation, fires, and inadequate farming practices. These environmental impacts, evident since that period, highlight how the monoculture of coffee affected Brazil's environmental heritage. Thus, the main objective of the present work is to discuss the socioeconomic and environmental effects of the growth of coffee production during the First Republic, exploring overproduction crises, progress discourses, and environmental degradation. The research is being developed through the study of documents produced by the National Coffee Department, as well as data available in the digital archives of the Chamber of Deputies, the National Library, and the Ministry of Finance, in addition to relevant bibliographies on the subject.

Keywords: Coffee Cultivation. Environmental Heritage. Environmental History.

Introdução

Durante o primeiro quartel do século XVIII, o solo brasileiro passou a ter contato com uma espécie desconhecida. O café, planta de origem africana, encontrou na região sudeste brasileira condições climáticas favoráveis e espalhou-se rapidamente, estando em evidência durante a Primeira República (1889 – 1930). Logo, o Brasil se consolidou como o maior produtor mundial do café, status que ocupa até hoje,⁵¹ fato que gerou impactos ambientais com consequências sentidas ainda no presente. Essas consequências derivam de um histórico de forma de cultivo insustentável de cultivo do café, marcado por crises de superprodução, que foram contidas a curto prazo através das “políticas de valorização” vindas por parte do Estado. Essas políticas favoreceram principalmente as elites agrárias do país, gerando o aumento da desigualdade social e abalos econômicos, além de incentivarem indiretamente o maior uso de terras para o plantio das lavouras, favorecendo assim a degradação do patrimônio ambiental (Taunay, 2013).

Ao analisarmos fontes sobre o período, é perceptível o destaque dado aos discursos de progresso relacionados ao cultivo do café, tendo em vista que na época o produto chegou a representar mais de 70% das exportações totais do país (Lederman, 2009). Porém, as discussões sobre os impactos negativos de sua monocultura são esvaecidos por essa narrativa, que já demonstra fragilidade a partir da necessidade de medidas para proteger os preços do café, explanando um dos problemas da concentração da renda nacional na exportação de produtos

⁵¹ Panorama do Agro. **CNA Brasil**, Brasília, fev. 2024. Disponível em <https://cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro#:~:text=Atualmente%2C%20o%20Brasil%20%C3%A9%20o,TradeMap%2C%20ITC%2C%202023>). Acesso em: 14 out. 2024



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

agrícolas. Além de suas implicações econômicas, a produção cafeeira moldou o cenário político da Primeira República (1889 – 1930), com as sucessões presidenciais sendo feitas entre as oligarquias paulista e mineira através da política do café com leite⁵², gerando uma situação de intervenção ainda mais incisiva que assegurava lucros garantidos aos cafeicultores a partir do crescimento da cafeicultura no país (Negro; Brito, 2013).

Assim, é notório analisar que com a elite cafeeira no poder, a sociedade também se viu moldada pela mercadoria e sua agricultura predadora. Durante a expansão cafeeira na Primeira República (1889 – 1930), pode-se destacar como principais mudanças: as formas de trabalho, as técnicas de cultivo, as organizações sociais, e por fim, a transformação no ambiente e nas paisagens brasileiras, impactadas diretamente pela ampliação das lavouras no Brasil. Embora a riqueza gerada pela cafeicultura tenha contribuído para o desenvolvimento de infraestrutura e urbanização do país, a expansão das plantações trouxe consigo uma série de desafios ambientais que demonstram uma realidade de pobreza oculta por trás do seu sucesso.

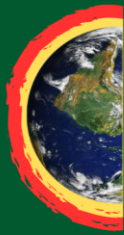
Dessa forma, o presente estudo visa discutir as imbricações entre a expansão cafeeira durante a Primeira República e as transformações do patrimônio ambiental brasileiro. Ao analisar as fontes documentais da época, a pesquisa busca compreender como as políticas agrícolas, o manejo inadequado das terras e as crises de superprodução moldaram a paisagem da região Sudeste do Brasil e como essas questões se conectam aos desafios atuais de sustentabilidade.

Por fim, compreender o legado da cafeicultura no Brasil envolve repensar o patrimônio cultural do país, indo além das fazendas históricas e focando nas práticas sustentáveis e de preservação ambiental. A valorização do patrimônio ambiental deve incluir a recuperação de ecossistemas degradados e a promoção de uma agricultura que não apenas busca lucro, mas também garante a preservação dos recursos naturais e o bem-estar social.

1 – Pequena trajetória do café no Brasil: da introdução às crises de superprodução

A produção cafeeira é um temas mais expressivos da história agrícola do Brasil, com suas raízes remontando a 1727, quando as primeiras mudas de café chegaram ao país (Magalhães, 1937). Embora o cultivo tenha se iniciado lentamente em regiões como Pará, Amazonas e

⁵² O nome vem das produções das oligarquias paulistas (café) e mineiras (leite).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Maranhão, foi no Rio de Janeiro que a produção passou a se desenvolver, e algumas décadas depois alcançou destaque no cenário de exportações nacionais (Taunay, 2013). Essa rápida expansão cafeeira foi influenciada por diversos motivos, entre eles as condições climáticas favoráveis das regiões produtoras, concentrando-se inicialmente no Vale do Paraíba Fluminense e, posteriormente, expandindo-se para São Paulo e Minas Gerais, onde Prado Júnior (2012) destaca que a produção passou a ser vista como sinônimo de progresso e desenvolvimento econômico. O autor ainda complementa que:

Até o terceiro quartel do século passado, toda esta área que abrange a bacia do Paraíba e regiões adjacentes será o centro por excelência da produção cafeeira do Brasil. Geograficamente forma uma unidade: assinalarei suas características naturais e que lhe são comuns: altitudes médias, clima temperado, relevo acidentado, revestimento natural de florestas subtropicais. (Prado Júnior, 2000, p. 156)

Além disso, a demanda internacional da mercadoria que incentivou a produção e também os auxílios dados pelo Estado aos cafeicultores, visavam o aumento das produções e da arrecadação nacional. No entanto, como defende (Pádua, 1998), apesar de estar em um período de auge e se expandindo de forma "excelente" nas serras, o cultivo do café apresentava elementos de irracionalidade e ineficiência que prenunciavam uma futura crise. A superprodução, que começava a ameaçar a economia cafeeira e o sistema produtivo, tornava-se realidade no final do século XIX e no início do século XX, com a chegada da Primeira República (1889 – 1930).

Durante o período, o café já era considerado o produto mais valioso do Brasil e a base da economia nacional, representando 72,5% das exportações brasileiras (Lederman, 2009). Conforme a tabela abaixo podemos acompanhar o aumento das exportações do produto durante a Primeira República (1889 – 1930):

Tabela 1: Produção exportável do café (em sacas)

| Anos (média do período) | Rio de Janeiro | São Paulo | Minas Gerais |
|--------------------------------|-----------------------|------------------|---------------------|
| 1891/1900 | 911.000 | 4.775.000 | 1.787.000 |
| 1901/1910 | 995.000 | 9.252.000 | 2.772.000 |
| 1911/1920 | 812.000 | 9.306.000 | 2.446.000 |



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

1920/1930

945.000

11.131.000

3.445.000

Fonte: Vieira, 2000, p. 70 apud Lederman, 2009, p. 41

A chegada das crises de superprodução já eram previstas por autoridades da época, como foi o caso do então governador do estado de São Paulo e, posteriormente, presidente do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves, que encaminhou uma mensagem ao Congresso Legislativo do Brasil no ano de 1901, onde dizia:

Ha muito tempo, aliás, os poderes públicos se mostram impressionados com a expansão da cultura do café e com a necessidade de serem conquistados novos mercados consumidores. Em 1896 o presidente deste Estado, auxiliado pelo do Espirito Santo, aludindo ao crescimento da cultura do, café, principalmente no Brasil, e á previsão de uma crise, que parecia iminente, provocada pelo excesso de produção — *excesso fortemente desproporcionado ao desenvolvimento que o seu consumo podia ter. entregue ás condições normais* — dirigiu-se ao dos outros Estados produtores, convidando-os para uma conferência, que teria pôr fim a organização de uma propaganda sistemática e contínua para a conquista de novos mercados. (Alves, 1931, p. 19)

Essa foi uma das tentativas de reorganização do mercado cafeeiro em resposta ao aumento da produção, que não acompanhava mais a demanda de consumo e via os preços caindo a cada ano, enquanto a produção aumentava. Assim, foram adotadas políticas protecionistas para valorizar o preço do café no mercado internacional, conhecidas como políticas de valorização do café. Entre 1906 e 1924, o Estado implementou três grandes medidas Entre as características mais relevantes dessas ações, podemos destacar:

(a) manutenção dos preços do café entre 55 e 65 francos a saca; (b) redução das exportações de tipos inferiores de café; (c) organização de uma campanha de publicidade no exterior visando elevar o consumo do café; (d) imposição de uma taxa proibitiva nas novas plantações de café; (e) negociação de um empréstimo de 15 milhões de libras para custear a administração do acordo; (f) estabelecimento de um fundo (Caixa de Conversão) para estabilizar o câmbio (Peláez, 1947, p.52)

Dessa maneira, com o Estado atuando como seu principal aliado, o café manteve sua expansão ao longo da Primeira República, sustentado principalmente pelas políticas governamentais. No entanto, essas medidas solucionavam o problema de forma temporária e não



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

geravam resultados positivos em relação ao aumento artificial do preço do produto, que continuava a crescer a cada ano. O governo, ao tentar estabilizar o mercado, ignorou os sinais de que uma diversificação econômica se tornava cada vez mais necessária. Os cafeicultores, em busca de aumentar seus lucros, ampliaram as áreas cultivadas sem considerar os impactos ambientais e as necessidades de conservação do solo. Essa lógica produtiva, baseada em uma exploração intensiva, culminou em um ciclo de degradação ambiental que afetou a sustentabilidade do próprio cultivo.

Os anos de crise que se seguiram não apenas impactaram a economia nacional, mas também transformaram a dinâmica social nas regiões produtoras. Na medida que o século XX avançava, a crise cafeeira continuava a reverberar. No entanto, muitos produtores continuaram a ver o café como a única fonte viável de renda, ignorando as oportunidades de diversificação. Dessa forma, era gerado um ciclo vicioso onde os cafeicultores plantavam o café em larga escala, os preços caíam devido à alta oferta, o Estado entrava com as medidas protecionistas do preço para controlar a situação e garantir o lucro aos fazendeiros, e logo mais lavouras surgiam ocupando vastos espaços do solo brasileiro. Com isso, o legado do café no Brasil tornou-se ambíguo: ao mesmo tempo que simbolizava riqueza e progresso, também representava os desafios enfrentados pela monocultura, a concentração das terras, a desigualdade social e a destruição das florestas, uma vez que se desconsiderou quaisquer práticas reguladas e sustentáveis de cultivo.

Assim, a expansão das lavouras cafeeiras trouxe consigo diversos impactos ambientais. A conversão de grandes áreas de floresta em monoculturas de café resultou na degradação de ecossistemas locais, na perda de biodiversidade e na erosão do solo. Segundo Rezende; Coelho; Campos (2017), após o esgotamento do solo, as áreas de lavoura eram abandonadas e o cultivo passava a acontecer em outro local, que imediatamente passava a ser degradado. O uso de queimadas, desmatamentos e plantio inadequado foram intensificados nesse período e impactaram diretamente o meio ambiente, afetando a qualidade do solo, do ar, da vegetação, dos recursos hídricos e da fauna. Além disso, o manejo inadequado do solo e a destruição da cobertura vegetal natural contribuíram para o empobrecimento do solo, tornando-o improdutivo e, posteriormente, vindo a ser abandonado (Meurer, 2010). Esses efeitos adversos não só afetaram as comunidades locais, mas também contribuíram para um desequilíbrio ambiental que se tornaria evidente nas décadas seguintes, evidenciando a necessidade urgente de práticas agrícolas mais sustentáveis e diversificadas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

2 – Impactos ambientais da agricultura cafeeira durante a Primeira República (1889 – 1930)

Durante a Primeira República (1889–1930), a expansão cafeeira estava em seu ápice, marcada pelo discurso do progresso, mas para além dele, essa expansão transformou profundamente o patrimônio ambiental do país. O modelo agrícola adotado para o cultivo do café foi marcado por práticas insustentáveis, que geraram impactos duradouros no solo, na vegetação e nos recursos hídricos. A derrubada das florestas virgens para dar lugar às lavouras foi uma prática comum, sendo a queimada uma técnica predominante. Sobre isso, Dean (1996, p. 206) traz que:

A queimada da floresta para plantar cafezais foi a principal causa, mas não a única, do desflorestamento no século XIX. O comércio do café induziu o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização e a implantação de ferrovias. Consequências indiretas da prosperidade fabril baseada numa única mercadoria de exportação, exerceram pressões sobre uma área mais ampla da Mata Atlântica, dando início ao que agora pode ser considerado como danos irreversíveis a paisagens antropomorfizadas.

Esse método a longo prazo se mostrava insustentável, além de impedir a formação de húmus⁵³ no solo, acelerando o processo de esgotamento do solo, que, após alguns anos de cultivo, tornava-se improdutivo, fazendo com que os agricultores a abandonassem as terras e avançassem sobre novas áreas florestais, pois para eles “seria trabalhoso esperar por essa decomposição” (Pádua, 1998).

Essas práticas agrícolas, herdadas do período colonial, refletiam um desprezo pelos processos naturais de recuperação da terra, priorizando o lucro imediato em vez do melhoramento das lavouras e das técnicas produtivas. Os cafeicultores viam a terra como um recurso inesgotável, utilizando-a de maneira intensiva e sem um planejamento a longo prazo. O ciclo destrutivo de plantar, esgotar o solo e migrar para outras áreas levou a uma degradação generalizada, principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que concentravam a maior parte da produção cafeeira durante o período. As queimadas e o desmatamento, além de impactarem diretamente a cobertura vegetal, a fauna e os recursos hídricos, contribuíram para o empobrecimento dos solos e, posteriormente, para a crise agrícola (Meurer, 2010).

⁵³ O húmus, matéria marrom-escura da camada superficial do solo, é produzido pela **decomposição de matéria vegetal e animal**. O húmus é rico em carbono e geralmente ácido devido ao seu conteúdo de **ácido húmico**. Aumenta o potencial de armazenamento de água do solo e produz ácido carbônico, que desintegra os minerais. Ver mais em: <https://www.organicospro.com.br/humus-o-que-e-como-se-forma-e-qual-sua-importancia>. Acesso em: 17/10/2024



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Além disso, a monocultura do café, voltada para o mercado internacional, não permitia a diversificação de culturas, o que agravava ainda mais o ciclo de esgotamento. Ao focar exclusivamente na produção de um único produto, os agricultores não permitiam a recuperação natural dos solos e mantinham uma dependência direta de práticas que degradavam o meio ambiente. Como resultado, extensas áreas foram deixadas inutilizáveis e abandonadas, reforçando a dinâmica de deslocamento e expansão contínua da fronteira agrícola.

A devastação das áreas de Mata Atlântica e a transformação das áreas florestais em monoculturas criaram um tipo de paisagem agrária, em que a exploração da terra de forma irracional se tornou *modus operandi*. Essa paisagem agrária moldada pela exploração cafeeira, que inclui as grandes fazendas históricas, vilas e infraestruturas como ferrovias e estradas⁵⁴, reflete não apenas o apogeu econômico desse período, mas também os custos ambientais dessa prosperidade. Os autores Delamaro *et al.* (2002, p. 13) ainda acrescentam que

A cada processo de mudança da sociedade, a paisagem se adapta às novas necessidades e atualiza-se. Por outro lado, esse movimento de mudança é influenciado pela forma já estabelecida, na medida em que as determinações sociais devem levar em conta essas heranças do passado. A paisagem constitui-se de objetos naturais e de objetos sociais produzidos na relação da sociedade com o espaço. A conservação dos espaços que abarcam o patrimônio e também sua recuperação devem apoiar-se na memória coletiva e engajar a população; com o propósito de revitalizá-los, combinar os objetos sociais do passado e do presente.

Para muitos, as fazendas de café e as áreas cultivadas são hoje vistas como parte do patrimônio histórico-cultural brasileiro, mas essa compreensão não pode ignorar o impacto ambiental destrutivo que as sustentou, que para Prado Junior (1979), foram as maiores responsáveis pelos danos ambientais nas áreas que ocupavam. O autor ainda acrescenta que:

E só muito recentemente, de algumas dezenas de anos a esta parte, que se começaram a fazer seriamente sentir os efeitos devastadores dos processos empregados e até então consagrados na lavoura do café, como sejam, tratamentos sumários da planta, despreocupação com respeito à proteção do solo contra a erosão, descuido na colheita e beneficiamento do produto etc. Mas até aquele momento, eles se justificavam plenamente, porque eram financeiramente mais compensadores que outros quaisquer. Não é por ignorância ou desleixo que as gerações passadas de cafeicultores brasileiros tratavam suas lavouras pela

⁵⁴ As ferrovias foram desenvolvidas nas regiões de produção cafeeira principalmente devido ao comércio do café. É necessário pensarmos que para a construção de uma via férrea, é preciso grande mobilização, tanto de pessoas, como de maquinário. Além disso, para sua implantação, é necessário em alguns casos, a desapropriação de moradores adjacentes ao local da obra, utilização de área indígena ou até mesmo em áreas de habitat natural de diversas espécies e micro-organismos vivos (Batalha, 2018, p. 2). Assim, percebemos que os impactos das lavouras cafeeiras foram além do uso das terras.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

forma que o fizeram, e que hoje tão facilmente se critica. Para os fins que eles tinham em vista, para o “negócio” que estavam empreendendo, era isso que convinha.

Nesse sentido, percebemos que a exploração predatória da agricultura cafeeira durante a Primeira República (1889–1930) "ainda favorece o processo de desertificação, comprometendo a qualidade do solo e, assim, reduzindo ou até eliminando sua capacidade de sustentar atividades agropecuárias e habitação humana" (Rezende; Coelho; Campos, 2017, p. 6). Arruda (2016, p. 114) ainda argumenta que a natureza, que deveria ter sido um recurso para a construção de um “grande país”, tornou-se, em tempos de crise ecológica, uma lembrança das oportunidades desperdiçadas por nossos antepassados. O autor também destaca que a preservação do patrimônio ambiental no Brasil precisa ser pensado considerando os espaços transnacionais, como forma de superar os limites dos entreves impostos pelos estados-nacionais:

ao referir-se a um patrimônio ambiental, os limites possíveis de sua circunscrição espaço-temporal podem facilmente ultrapassar as fronteiras nacionais, dada a interdependência dos ecossistemas em termos planetários. Se o fenômeno da globalização parece colocar em suspenso as soberanias dos estados-nacionais, a efetiva proteção do patrimônio ambiental parece também ultrapassar estes mesmos limites. A preservação e proteção do único suporte de identidade comum ao ser humano, o ambiente terrestre, talvez exija a superação do “chão da nossa história”. (Arruda, 2016, p. 123)

Como afirmam Delamaro et al. (2002, p. 13), a conservação dessas paisagens não deve se limitar à preservação estática dos espaços, mas precisa englobar ações de reorganização ambiental, integrando as práticas sustentáveis e garantindo que essas paisagens sejam preservadas para as futuras gerações.

3 – Considerações finais

A crise ambiental que surgiu a partir da monocultura cafeeira não se limitou apenas ao esgotamento do solo e à devastação das florestas. A degradação dos recursos hídricos também se tornou um problema significativo. As práticas de plantio inadequadas, como a remoção da cobertura florestal e a ausência de técnicas de conservação do solo, resultaram na diminuição da capacidade de retenção hídrica do solo. Além disso, a falta de um controle das produções causou as crises de superprodução, que assolaram o Brasil durante a Primeira República (1889 – 1930).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Em resposta à crise de superprodução, as políticas de valorização foram implementadas pelo Governo. Embora essas políticas tivessem como objetivo controlar os preços do café no mercado internacional, elas não resolveram os problemas estruturais da economia cafeeira, como a concentração de renda e a degradação ambiental. A política de retenção de estoques, por exemplo, apenas adiava a solução do problema, já que os produtores continuavam a expandir suas lavouras em busca de maiores lucros. Esse ciclo de expansão agrícola e intervenção estatal fez com que o Brasil continuasse dependente do café, dificultando a diversificação econômica e o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável.

Outro ponto importante causado pela monocultura cafeeira foi a urbanização acelerada, que decorreu diretamente da riqueza gerada pelo café. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro passaram por processos de modernização e expansão, financiados, em grande parte, pelos lucros da exportação cafeeira. As ferrovias, construídas para facilitar o escoamento do café até os portos, também desempenharam um papel crucial na integração do território e na ampliação da rede urbana. Contudo, essa urbanização teve um custo ambiental elevado, pois as áreas florestais ao redor das grandes cidades foram progressivamente transformadas em zonas industriais e residenciais, intensificando o desmatamento e a poluição. A ausência de uma política agrícola sustentável durante a Primeira República também contribuiu para o aumento da vulnerabilidade do país diante das flutuações do mercado internacional. O legado da monocultura cafeeira, portanto, deixou marcas profundas tanto no meio ambiente quanto na estrutura econômica do país.

A valorização do patrimônio não pode se restringir às grandes fazendas e estruturas físicas que simbolizam o apogeu econômico do café. Deve-se incluir também a recuperação e preservação dos ecossistemas degradados, refletindo a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental. O reconhecimento de que o ambiente faz parte do legado cultural brasileiro é um passo importante para a criação de políticas que promovam a preservação ambiental de longo prazo.

Por fim, as lições da Primeira República (1889 – 1930) sobre a monocultura cafeeira continuam relevantes nos dias de hoje, à medida que o Brasil busca equilibrar a necessidade de crescimento econômico com a proteção de seus recursos naturais. As políticas agrícolas futuras devem considerar os erros do passado para garantir que a agricultura possa ser praticada de forma



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

sustentável. Só assim será possível proteger o patrimônio ambiental brasileiro e assegurar que as futuras gerações possam usufruir de seus benefícios, tanto econômicos quanto ecológicos.

Referências

ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó De; ENGEL, Vonia. A influência da economia cafeeira no processo de industrialização do Brasil na República Velha. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 1, n. 34, p. 581–592, 2016.

BATALHA, Thalline dos Santos. Impactos Ambientais na Construção de Ferrovias: Uma iniciativa para a minimização de riscos na Construção Civil. **Revista do CEDS**, São Luís, v. 1, n. 9, p. 12, 2018.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELAMARO, Maurício César *et al.* Turismo nas fazendas históricas do Vale do Paraíba Fluminense: um estudo sobre sustentabilidade. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11–17, 2002.

LEDERMAN, Julia Zonenschein. **O desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro na década de 1920**. 2009. 55 f. Bacharel em Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MAGALHÃES, Basílio de. **O café na história, no folclore e nas belas-artes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (5ª). v. 174

MEURER, Micael. **A formação desértica antrópica e o futuro do Pampa Gaúcho: uma visão da função socioambiental da propriedade e da pessoa e a responsabilidade civil**. 2010. 149 f. Mestrado em Direito - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. A Primeira República muito além do café com leite. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 197–201, 2013.

PÁDUA, José Augusto. “Cultura esgotadora”: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 134–163, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária No Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 44. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

REZENDE, Elcio Nacur; COELHO, Hebert Alves; CAMPOS, Pedro Henrique da Silva. Responsabilidade civil-ambiental pela exploração da propriedade privada decorrente da cafeicultura no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiás, v. 40, n. 2, p. 198–216, 2017.

TAUNAY, Afonso de E. **Pequena história do café no Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. v. 1

VIDAL, Armando (org.). **Defesa do café no Brasil**. Coletânea de documentos oficiais. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1935. v. 1

Agradecimentos

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento da pesquisa e aos grupos de estudo: Estudos em Circulação de Saberes, Natureza e Agricultura (Cana) e Cultura e Sociedade (Cults), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Singularidades da “Fauna Brasileira”: Ideias e percepções de viajantes do século
XIX e primeiras décadas do XX

Nelson Aprobato Filho

Pesquisador Residente da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (USP)

Pós-doutorando no Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Integrante do Centro de Estudo dos Animais (CEA) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – CNPq)

aproatofilho@gmail.com

Resumo

O objetivo principal é destacar em relatos de viagem pertencentes ao acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, as ideias e percepções sobre a fauna silvestre brasileira descritas por naturalistas europeus e norte-americanos que percorreram diversas regiões do país durante o século XIX e primeiras décadas do XX. Movimentando-se por diferentes territórios, eles escreveram e fizeram representações iconográficas sobre espécies animais e suas interações com o meio ambiente e com os seres humanos, muitos dos quais pertencentes a grupos adventícios. Parte dessas interações deram-se nas práticas de coleta, preparação e envio de espécimes para o exterior, dando início a um processo de comercialização da fauna que sofreria um aceleração nas décadas subsequentes. Por outro lado, tanto permitiram o conhecimento sobre a fauna brasileira, quanto abriram caminhos para a conservação e preservação da mesma. Pretende-se ainda destacar a participação compulsória nesse processo de escravizados provenientes do continente africano ou afrodescendentes.

Palavras-chave: Fauna silvestre. Tráfico de animais. Viajantes.

Abstract

The main objective is to highlight, in travel reports belonging to the collection of the Biblioteca Brasileira Guita and José Mindlin of the University of São Paulo, the ideas and perceptions about Brazilian wild fauna described by European and North American naturalists who traveled through different regions of the country during the 19th century and the first decades of the 20th century. Moving through different territories, they wrote and made iconographic representations about animal species and their interactions with the environment and with human beings, many of whom belonged to adventitious groups. Part of these interactions took place in the practices of collecting, preparing and sending specimens abroad, starting a process of commercialization of fauna that would accelerate in subsequent decades. On the other hand, they both allowed knowledge about Brazilian fauna and opened paths for its conservation and preservation. It is also intended to highlight the compulsory participation in this process of enslaved people from the African continent or of Afro-descendants.

Keywords: Wild fauna. Animal trafficking. Travelers.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Introdução ao tema

O objetivo principal deste texto é destacar em relatos de viagem pertencentes ao acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, as ideias e percepções sobre a fauna silvestre brasileira descritas por viajantes europeus e norte-americanos que percorreram, durante o século XIX e primeiras décadas do XX, diversas regiões do Brasil. Movimentando-se por diferentes territórios, eles escreveram e fizeram representações iconográficas sobre espécies animais e a suas interações com o meio ambiente e com os seres humanos, muitos dos quais pertencentes a grupos adventícios. Parte significativa dessas interações deram-se nas práticas de coleta, preparação e envio de espécimes para o exterior, dando início a um processo de comercialização da fauna que sofreria um aceleração e transformações nas décadas subsequentes. Por outro lado, essa prática transnacional tanto permitiu o conhecimento sobre a fauna brasileira, quanto abriu caminhos para a conservação e preservação da mesma. Pretende-se ainda destacar a participação compulsória nesse processo de escravizados provenientes do continente africano ou afrodescendentes. Neste texto, e na comunicação que foi apresentada, pretendeu-se apresentar os primeiros apontamentos e os principais objetivos de duas pesquisas sobre o tema que estão em sua fase inicial de desenvolvimento.⁵⁵

Em levantamentos preliminares de fontes primárias e de referências bibliográficas específicas sobre a saída de fauna silvestre do Brasil para a Europa e Estados Unidos e suas formas de representação entre 1808 e 1934 pode-se observar um fato revelador e paradoxal: se por um lado o acervo documental é vasto, de riqueza singular e praticamente inexplorado, por outro o conjunto de estudos, principalmente históricos, sobre o tema e período é bastante escasso. Entre 1808 e 1934 foi produzida uma grande, eclética e potencialmente importante quantidade de documentos que podem trazer relevantes aportes para os estudos e ações sobre a temática. Nos projetos que estão em desenvolvimento serão privilegiadas as fontes oficiais, os registros jornalísticos e os relatos de viagem.

⁵⁵ Trata-se de pesquisa de Pós-doutorado intitulada “*Made in Brazil*” – *Impactos da saída de fauna silvestre do Brasil para a Europa e Estados Unidos de 1808 a 1934 e a importância estratégica do tema para o mundo contemporâneo: correlações históricas, políticas e internacionais*. Esta pesquisa está em desenvolvimento no Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campos Osasco. Parte dessa pesquisa, especificamente o trabalho com os relatos de viajantes, está sendo feita na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. Como Pesquisador Residente, nessa instituição estou desenvolvendo o projeto intitulado *Singularidades da Fauna (na) Brasileira: Representações de animais silvestres brasileiros em relatos de viajantes no acervo da BBM (1808-1934)*. Maiores detalhes sobre esses projetos estão descritos no item 2 deste texto.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

No que se refere à bibliografia sobre o tema, uma importante contribuição foi realizada pela historiadora Regina Horta Duarte e intitula-se “Birds and Scientists in Brazil. In Search of Protection, 1894-1938”. (Duarte, 2013, pp. 270-301). Duarte centrou suas análises no fornecimento de aves, pássaros, penas e plumas para o mercado internacional da moda e analisou as primeiras iniciativas de cientistas para tentar coibir tal prática. Outra importante investigação é a do biólogo André P. Antunes. Em seu artigo “*Empty forest or empty rivers? A century of commercial hunting in Amazonia*” o autor apresenta, por meio da análise de documentação histórica da primeira metade do século XX, mais especificamente do período entre as décadas de 1930 e 1960, os danos causados pela caça comercial e venda de peles e couros sobre a fauna da região Amazônica. Em suas análises, Antunes destaca que o impacto dessa prática sobre animais silvestres terrestres foi menor, quando comparado com o que ocorreu com a fauna aquática da região. Os rios, ao contrário das rotas por terra para entrada e exploração da floresta, facilitaram a pesca comercial na Amazônia. Nesse sentido, segundo o autor, a fauna terrestre demonstrou maior resiliência. (Antunes, 2016).

Se os trabalhos de Duarte e Antunes têm destaque no campo do comércio, o zoólogo Paulo Emílio Vanzolini produziu um importante artigo na área da ciência, mais especificamente sobre os viajantes que percorreram o Brasil coletando plantas e animais. Nesse artigo, intitulado *A contribuição zoológica dos primeiros viajantes naturalistas no Brasil*, há também informações históricas sobre o período entre os anos de 1808 e 1934. (Vanzolini, 1996). A historiadora da ciência Janet Browne, da *Harvard University*, publicou, em 2001, um artigo sobre cientistas europeus que realizaram pesquisas no Brasil. Browne apresenta dados sobre, entre outros aspectos, as relações desses cientistas com guias e coletores de espécies contratados no Brasil. A autora também discute os destinos dados a muitas coleções zoológicas e aspectos ligados à Biogeografia. (Browne, 2001). Outros importantes pesquisadores de diversas áreas também fizeram breves considerações históricas sobre o fornecimento de animais silvestres brasileiros para o exterior no período referido: Eurico Santos, em *Da ema ao beija-flor*; Helmut Sick em *Ornitologia Brasileira*; Polido e Oliveira, no trabalho de conclusão de curso *O comércio ilegal de animais silvestres no Brasil*; Sarah Fitzgerald, no livro *International Wildlife Trade: Whose business is it?* (Santos, 1990; Sick, 1997; Polido e Oliveira, 1997; Fitzgerald, 1989). Nos últimos anos, têm sido realizados importantes estudos referentes ao envio de fauna silvestre brasileira para a Europa durante o longo período colonial. (Almeida, Papavero, Teixeira, 2014; Papavero, Teixeira, 2013a e 2013b;

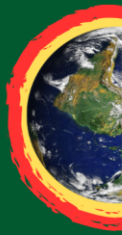


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Teixeira, Papavero, 2010; Kury, 2014; Ribeiro, 2006; Ribeiro, 2021). No que se refere ao século XIX, contudo, diversos aspectos dessa complexa história permanecem inéditos.

Em 1863, por exemplo, o poeta e abolicionista norte-americano John Greenleaf Whittier recebia em sua casa, localizada em *Amesbury, Massachusetts*, nos Estados Unidos, um inusitado presente: dois exemplares do pássaro brasileiro popularmente chamado de alma-perdida ou alma-de-gato (*Piaya cayana*). O remetente de tão extraordinária e exótica recordação fora o Imperador D. Pedro II, amigo e correspondente do famoso poeta da Nova Inglaterra. Alguns meses antes da chegada do presente, no Natal de 1862, Whittier havia publicado *The cry of a lost soul*, poema inspirado em uma lenda indígena amazonense sobre o canto do pássaro alma-perdida. D. Pedro II gostou tanto do trabalho que resolveu traduzi-lo. Num gesto que mesclava amizade e admiração, excentricidade e sagacidade, talvez com o objetivo de surpreender o poeta, juntamente com uma cópia autografada de sua tradução, teve a ideia de também enviar os dois exemplares do *Piaya cayana*. Os pássaros haviam sido capturados na Fazenda Imperial de Santa Cruz e montados sobre um galho de árvore pelo empalhador Auguste Bourget. Famoso em sua época, Bourget possuía uma loja e oficina à rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, e em suas propagandas intitulava-se *naturaliste*, especializado em “*insectes, papillons, coquilles et oiseaux*.” Após a morte de Whittier, em 1892, sua filha e genro doaram as aves para o *New England Museum of Natural History*. (Magalhães Júnior, 1958).

Dez anos antes das aves alma-de-gato terem sido enviadas para os Estados Unidos, outra espécie da fauna silvestre brasileira também havia deixado o país rumo à Inglaterra Vitoriana: A fine living specimen of this comparatively rare animal was first exhibited in the Zoological Society’s gardens, in the Regent’s park, 1853. It is stated to be the first specimen brought alive to England, and accordingly excited considerable attention. It was of a pair, captured near the Rio Negro, in the southern province of Brazil, and shipped for England by some German travelers. The male died on the voyage; the female arrived in London in 1853, and was exhibited in Broad-street, St. Giles’s, until purchased by the Zoological Society for the sum of 200 £. The advantage of this live specimen to naturalists has been very great. [...] The original Great Ant-Bear, received at the Gardens of the Zoological Society on the 29th of September, 1853, died on the 6th of July, 1854. There are now [1869] two of these animals living in the Gardens, one of which is a remarkably fine specimen. (Timbs, 1869, pp. 72 e 84).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Entre toupeiras, morcegos, ouriços, tucanos e pinguins, o prolixo escritor e divulgador de ciência inglês John Timbs dedicou um capítulo inteiro de seu livro – *Eccentricities of the animal creation* – ao tamanduá-bandeira. O objetivo principal do autor foi apresentar as “excentricidades” naturais desse extraordinário animal. Para isso, além de suas observações pessoais realizadas no *Gardens of the Zoological Society*, fez uma síntese do que, até aquele período, sabia-se cientificamente sobre a espécie. Entre outros estudos cita a descrição zoológica feita pelo naturalista britânico Alfred Russel Wallace realizada durante sua viagem ao Brasil por volta de 1853 e, além dessa, comenta também as reflexões do renomado biólogo Richard Owen realizadas no próprio local em que o exemplar brasileiro ficou cientificamente alojado, após um breve período de exposição, provavelmente comercial, na *Broad-street, St. Giles's*. (Timbs, 1869, pp. 73 e 76). Contemporâneo ao evento descrito, Timbs acompanhou todo o interesse e entusiasmo científico e popular em torno do tamanduá-bandeira vindo do Brasil.

No final do século XIX era também comum encontrar nas ruas de Paris mulheres da elite usando chapéus adornados com penas e plumas de aves. Um símbolo ainda maior de riqueza e requinte era colocar, nos penteados, como se fossem broches, pássaros empalhados. Especificamente para esse mercado, 20 mil couros de beija-flores eram anualmente exportados de uma fazenda do Rio de Janeiro para a França. Emas, garças, guarás, papagaios, periquitos, araras, gaturamos, tucanos, beija-flores e saracuras eram as aves mais procuradas e aquelas que mais foram dizimadas pelo voraz mercado das confecções de luxo. (Duarte, 2013, pp. 270-301).

Para se ter uma ideia do quão aquecido e devastador era o ramo empresarial, basta consultar estatísticas do período. Os dados são estarrecedores: entre 1901 e 1905 o Brasil vendeu 6000 quilos de penas para a Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos; de 1910 a 1914 o total chegou a 20 toneladas. Nessas estatísticas, como sugere Regina Horta Duarte, não foram incluídos os totais de aves mortas por contrabandistas e o fator de que cada pássaro abatido contribuía apenas com poucas gramas de penas. (Duarte, 2013, pp. 275-6). Levando-se essas questões e estatísticas em consideração, pode-se avaliar a quantidade de animais que eram necessários para se conseguir toneladas de matéria-prima.

No citado trabalho de Duarte, há indicações sobre as primeiras manifestações, no Brasil, contra a sistemática matança de aves. A autora privilegia, em sua análise, a atuação de dois dos mais renomados cientistas que trabalharam em terras brasileiras naquele período: Hermann von Ihering, primeiro diretor do Museu Paulista, e Emílio Augusto Goeldi, diretor do Museu Paraense



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

de História Natural e Etnográfica. Eles não só denunciaram a caça indiscriminada de aves, como alertaram, enfaticamente, para os perigos que isso representava para o meio ambiente brasileiro. (Duarte, 2013, pp. 279-87).

Se por um lado os Estados Unidos foi um dos maiores compradores de penas e pássaros do Brasil, por outro liderou também o caminho para contestar esse tipo de comércio. Em 1913, por exemplo, na presidência de Woodrow Wilson, foi aprovado o *Federal Tariff Act* que proibiu a importação de couros de pássaros e aves silvestres. Na lei americana também ficaram proibidas a entrada no país de cabeças, asas, caldas e peles de aves. (Duarte, 2013, pp. 276).

“Birds and Scientists in Brazil” oferece pistas importantes para analisar outras espécies de animais não analisados por Duarte; outras categorias de mercado consumidor como, por exemplo, aquelas que usavam animais para produzir objetos de decoração (peles de felinos) ou partes de coleções domésticas ou institucionais (borboletas e insetos); e, por fim, pontos de partida para analisar a questão da proteção da fauna silvestre numa escala mais ampla de tempo, agentes, espécies e iniciativas.⁵⁶

Em 1910, por exemplo, Hermann von Ihering apresentou uma concorrida conferência, intitulada “Devastação e conservação das matas”, na recém-inaugurada Universidade Popular de Piracicaba. (Ihering, 1911, pp. 485-500). O naturalista acompanhava de muito perto não apenas a devastação das florestas brasileiras, como também o extermínio sistemático de aves e outros animais da fauna silvestre. Logo no início de sua conferência, afirmou:

Nos países de civilização adiantada já se tem feito muito: os Estados Unidos da América do Norte, particularmente, já possuem uma larga legislação protetora da flora e da fauna. A América Meridional, a este respeito, acha-se num lastimável atraso. Para só falar do Brasil, faltam leis federais de caça, pesca, proteção das aves. As revistas europeias, tratando da desapidada matança de pássaros, beija-flores, garças e outras aves de plumas, indicam o Brasil e o Peru entre os países que se acham em primeira linha na exportação de plumas e pássaros destinados a enfeitar os chapéus das senhoras. Agora, com a organização do ministério da Agricultura, é de se esperar que em breve o Brasil perca a posição pouco lisonjeira que neste sentido ocupa. Atualmente, no Brasil, perseguem-se impunemente, durante todo o ano, não só os animais de caça, mas também os passarinhos. Uma grande parte dos nossos rios já perdeu quase todos os seus peixes, mercê da pesca a dinamite; [...]. (Ihering, 1911, pp. 485-6).

Percebe-se a abrangência e voracidade desse mercado internacional de aves ao se levar em consideração que elas eram caçadas até mesmo nos centros urbanos em crescimento, como era o

⁵⁶ Em pesquisa publicada nos Estados Unidos, o historiador William Leach destaca o interesse de colecionadores norte-americanos, durante o século XIX, por espécies de borboletas brasileiras. (Leach, 2013).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

caso da cidade de São Paulo. Em sua conferência o biólogo também faz menção às leis municipais que tentavam proibir a caça. Na sequência da citação apresentada acima, Ihering afirmou:

Aqui em S. Paulo já existem algumas leis municipais de caça, mas por falta de fiscalização não são observadas, e, como a caça em muitos municípios já não existe, o que em outros países é um sport aqui degenera em caçada de moleques, que com as suas “picapaus” entram nos terrenos particulares, fazendo hecatombes de tico-ticos, sabiás, sairas, anús e de todos os pássaros que lhes estejam ao alcance do chumbo. Deste modo ficamos privados dos nossos melhores auxiliares na perseguição dos insetos nocivos. As içás, que outrora eram destruídas em grande parte pelos suiriris, tesouras, bem-te-vis e outros pássaros insetívoros, atualmente podem multiplicar-se à vontade. (Ihering, 1911, p. 486).

Do século XIX aos dias atuais a fauna silvestre brasileira tem despertado inúmeros e intrincados interesses nacionais e internacionais. O comércio legal de fauna silvestre representa, na atualidade, um dos mercados mundiais economicamente mais promissores e ecologicamente mais devastadores. Entre os anos de 2005 e 2009, por exemplo, a CITES, *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*, contabilizou uma média anual de vendas em torno de 317 mil aves vivas, 2 milhões de répteis vivos, 2,5 milhões de peles de crocodilo, 1,5 milhões de peles de lagarto, 2,1 milhões de peles de cobra, 73 toneladas de caviar e 1,1 milhões de partes de coral. Os valores arrecadados por esse comércio, incluindo também as plantas, sobem em escala exponencial. Em 1990 foram movimentados globalmente cerca de 160 bilhões de dólares americanos. Em 2009 o valor estimado foi superior a 323 bilhões. Estima-se atualmente que somente na União Europeia são empregados 100 bilhões de euros no comércio de vida selvagem. (Traffic, s.d.).

Ainda mais impactantes são as estatísticas mundiais, nem sempre exatas, sobre o comércio ilegal de fauna silvestre. Esse tipo de comércio tem alcançado, nas últimas décadas, desdobramentos e graus de importância sem precedentes. Um dos mais recentes documentos sobre o tema, lançado em 2024 e que traz uma constatação que coloca em alerta todos os setores mundiais atuantes na problemática, é o *Relatório Global sobre a Vida Selvagem e os Crimes Florestais*. (United Nations, 2024). Elaborado pelo *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), o documento aponta que, nos últimos anos, apesar dos esforços e iniciativas altamente sofisticadas, não houve uma diminuição satisfatória na estimativa de casos de tráfico internacional de animais silvestres. De acordo com o relatório, entre os anos de 2015 e 2021, foi verificada a ocorrência de comércio ilegal de fauna e flora em 162 países e territórios, afetando em torno de 4.000 espécies.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O Brasil, ao longo da história, tem sido uma das principais regiões fornecedoras de fauna silvestre ilegal para essa rede de tramas internacionais. Em 2001, por exemplo, a RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres – publicou o *1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre*. (Renctas, 2001). No período em que o documento foi elaborado, ano de 2000, estimava-se que esse comércio ilegal movimentava entre 10 a 20 bilhões de dólares por ano e o Brasil era responsável por cerca de 5 a 15% desse total. Nesse mesmo documento, a RENCTAS também publicou que, em 1932, cerca de 25.000 beija-flores foram mortos no Pará e suas penas foram vendidas para a Itália e utilizadas como enfeites em caixas de bombons. Em 1964, um canhão de origem francesa foi importado e utilizado para caçar “bandos de marrecas na Amazônia, sendo registrada a morte de 60.000 dessas aves em apenas uma fazenda no Amapá”. O tráfico de animais silvestres, conforme a ONU, é considerado o quarto mais lucrativo mercado ilícito do mundo, ficando atrás apenas do tráfico de drogas, de armas e de pessoas.

Em uma estimativa apresentada em artigo pelo biólogo Mauro Galetti Rodrigues verifica-se que, anualmente, somente em São Paulo, 80 mil aves oriundas do tráfico são apreendidas. (Rodrigues, 2015, p. 77). Em outro levantamento ainda mais recente, também publicado por Rodrigues, por ano cerca de 1,5 bilhão de dólares é o valor proveniente de animais silvestres ilegalmente exportados pelo Brasil. Nesse mesmo trabalho o biólogo adverte que anualmente 60 milhões de vertebrados são caçados, de forma ilegal, somente na Amazônia brasileira. Sobre as outras regiões do Brasil, segundo o autor, não existem dados elaborados sobre a prática da caça criminosa. (Rodrigues, 2016, p. 62.)

1 – 1808-1934, o longo “século de ouro” da fauna silvestre brasileira

O período delimitado para as duas pesquisas que deram origem à comunicação apresentada, 1808-1934, possui singularidades históricas, estruturas relacionais e potencialidades interpretativas praticamente inéditas que são de fundamental importância para a interpretação e compreensão da temática proposta nos projetos. O ano de 1808 marca a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, a abertura de inúmeras instituições científicas e, principalmente, a promulgação do *Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas*. Em 1934, na presidência de Getúlio Vargas, foram instituídos os Decretos Federais 23.672, 23.793 e 24.645 que



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

respectivamente estabeleceram a nível federal o primeiro *Código de Caça e Pesca*, o primeiro *Código Florestal* e as primeiras *Medidas de Proteção aos Animais* no Brasil. Após esses decretos de 1934 se verifica um paulatino aperfeiçoamento tanto nos mecanismos de saída, quanto nas iniciativas de combate a esses mecanismos e proteção da fauna silvestre. Contudo, as bases principais para esse aperfeiçoamento, assim como para o surgimento dos decretos assinados por Vargas, encontram-se entre os anos de 1808 e 1934.

Esse período foi um grande divisor de águas para a história da fauna silvestre brasileira e internacional e, portanto, para o tema dos projetos. Foi um período de transição que comportou, em escala transnacional, inúmeras e profundas transformações socioculturais, político-econômicas, científico-tecnológicas e ecológico-ambientais com impactos que se desdobraram nas mais variadas dimensões, entre elas as que envolveram os animais silvestres. Tenho por hipótese, a ser comprovada com as pesquisas, que a saída de fauna silvestre do Brasil para o exterior contribuiu de forma significativa, quando não determinante, para muitas dessas transformações. Penso que deslindar esses elementos – ou seja, identificar e analisar as singularidades históricas, as estruturas relacionais políticas e internacionais e as potencialidades interpretativas desse período – será de fundamental importância para a temática em sua dimensão passada e contemporânea e em suas perspectivas históricas, políticas e internacionais. Muito daquilo que caracteriza e define a complexidade do comércio e, principalmente, do tráfico internacional de animais silvestres na atualidade, como sumarizado nos parágrafos acima, teve sua gênese e se alicerçou entre os anos de 1808 e 1934.

No amplo conjunto de transformações desse período, considero importante evidenciar três aspectos que acredito centrais: o *Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas* de 1808; as *expedições científicas* e os viajantes que vieram para o Brasil; a *Revolução Científico-Tecnológica* a partir de 1870.

Esses eventos influenciaram, transformaram ou definiram, direta ou indiretamente, os intrincados processos de saída legal ou ilegal de fauna silvestre brasileira para o exterior. Apesar de não serem os únicos, eles são decisivos para caracterizar o período 1808-1934 como sendo de grande relevância para a temática.

1.1 – Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas



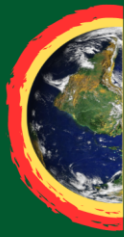
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O ano de 1808, marco inicial dessa periodização, trouxe uma série de transformações para a História do Brasil, com efeitos de curto, médio e longo prazo sobre a vida dos animais silvestres. A principal delas veio com o *Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas* de 28 de janeiro de 1808 que estabeleceu o fim do Pacto Colonial entre o Brasil e Portugal. (Schwarcz, 2002; Eça, 1908; Arruda, 2008). A partir desse decreto e da instalação da Corte Portuguesa no Brasil começaria uma nova etapa na história das relações internacionais brasileiras. Tenho por hipótese, a ser investigada durante as pesquisas, que a quantidade e a diversidade de animais “exportados” pelo país após 1808 foi, com o passar dos anos, progressivamente aumentando. Com uma legislação mais aberta para outros mercados consumidores e com o paulatino acréscimo no número de embarcações ligando o país a outras regiões do mundo, principalmente à Inglaterra, a fauna silvestre brasileira assumiu um outro grau de importância, que estimulou a cobiça por causa da retirada de animais do país. Os aspectos comentados a seguir em grande parte se desenvolveram no país como consequências desse decreto de 1808.

1.2 – Expedições científicas

Com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil e o fim do Pacto Colonial verificou-se uma grande afluência de cientistas, artistas e viajantes estrangeiros para terras brasileiras, muitos deles fazendo parte das mesmas expedições e missões. (Motoyama, 2004; Franken, 1979). O ano de 1817, por exemplo, marcou a chegada da Missão Cultural e Científica Austríaca trazendo os zoólogos J. C. Mikan, Johann von Natterer, Johan Baptist Spix, Giuseppe Raddi, o botânico alemão Karl Philipp von Martius, e os naturalistas Schott e Pohl. Para se ter uma ideia aproximada da importância e impacto de missões como essas basta citar apenas o trabalho realizado por um de seus zoólogos, Johann von Natterer que, em sua permanência no Brasil, de 1817 a 1835, enviou para o Museu de Viena milhares de animais coletados no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Amazonas e Pará com destaque para 1.146 mamíferos, 12.295 aves e 2 mil vidros contendo extensa coleção de vermes parasitários.

Em 1820 o barão e cônsul da Rússia, George Heinrich Von Langsdorff, organiza outra grande comissão científica para o Brasil da qual fizeram parte o zoólogo Christian Hasse, o naturalista-colecionador Eugène Ménétrières, os botânicos Wilhelm Freyreiss e Ludowig Riedel e os pintores Antoine Hercules Florence, Amadei Taunay e Johann Moritz Rugendas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Entre 1838 e 1842 o Brasil fez parte do roteiro da viagem científica de circum-navegação da *U. S. Exploring Expedition*, patrocinada por Washington D.C. Ao retornar para os Estados Unidos levaram um carregamento de 40 toneladas de espécimes coletadas no Brasil e em outras regiões do mundo. Esse material deu origem, em 1846, ao acervo do *Smithsonian Institution*. (Pivetta, 2014).

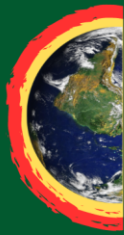
Em meados do século XIX, mais precisamente entre 1848 e 1852, o naturalista britânico Henry Walter Bates viajou pelo Brasil com o objetivo de explorar o Amazonas. O também naturalista Alfred Russel Wallace acompanhou Bates na expedição e explorou o rio Negro. No retorno de Wallace para a Europa, em 1852, o cientista perdeu toda sua coleção em um incêndio ocorrido na embarcação em que viajava.⁵⁷

Em 1865 foi realizada a grande expedição científica norte-americana, financiada por Nathaniel Thayer e chefiada pelo zoólogo e geólogo suíço Louis Agassiz. O material recolhido por Agassiz foi enviado para o acervo do *Harvard Museum of Natural History*. Dois anos depois, em 1867, o *Smithsonian Institute*, de Washington D.C., organiza uma grande expedição para o Brasil da qual participaram os cientistas James Orton e os irmãos H. M. e P. V. Myers. Em 1870 o naturalista e colecionador norte-americano Herbert Smith faz sua primeira viagem de pesquisa para o Brasil. Entre outros interesses, dedicou-se com mais intensidade à zoogeografia. O material por ele coletado, principalmente aves, foi enviado para o *American Museum of Natural History*, de Nova York.

1.3 – Revolução Científico-Tecnológica ou Segunda Revolução Industrial

A partir de 1870 um novo fenômeno, de escala mundial, influenciaria diretamente o interesse por animais em geral e pela fauna silvestre em particular. Entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX começam a ser introduzidos em vários países do mundo, entre eles o Brasil, máquinas e inúmeros produtos até então desconhecidos. Em grande parte “importados” dos Estados Unidos e da Europa, eles eram provenientes dos resultados da Revolução Científico-Tecnológica iniciada nesses países. Essa revolução provocou profundas mudanças socioculturais, político-econômicas, científico-tecnológicas e ecológico-ambientais que

⁵⁷ Foi durante essa expedição que Wallace descreveu o tamanduá-bandeira que foi mencionado por John Timbs em seu livro e citado no início deste texto.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

tiveram impactos diretos sobre a saída de animais silvestres do Brasil para o exterior, inclusive para o mundo da ciência.

Segundo Geoffrey Barraclough, a Revolução Científico-Tecnológica, ou Segunda Revolução Industrial, fora desencadeada a partir de 1870 e ficou conhecida como a era do aço, da eletricidade, do petróleo e dos produtos químicos. Ela trouxe em seu bojo a mudança da estrutura da sociedade industrial, a integração e interligação econômica do mundo e o neoimperialismo do final do século XIX. A principal diferenciação que separa as duas primeiras revoluções industriais foi o impacto, ou o efeito, desencadeado pela segunda, dos progressos científicos e tecnológicos sobre a “vida e perspectivas das pessoas”. (Barraclough, s.d., capítulo II. Hobsbawm, 1988, Capítulo 10)

Se pensarmos numa dimensão mais ampla, as transformações das ciências e das tecnologias após 1870 tiveram também impactos e efeitos incisivos não só sobre o ser humano, mas para todas as formas de vida existentes no planeta. Com a Revolução Científico-Tecnológica os animais, e particularmente os animais silvestres, passaram a ter um tipo de importância nunca antes experimentado. Nas pesquisas procurarei demonstrar como isto se deu no campo específico da saída de animais silvestres do Brasil para o exterior. Poderia citar, como exemplo, a facilidade e rapidez com que a fauna brasileira, ou partes dela (como couros, peles, penas, plumas, venenos, carnes, etc.), começaram a chegar na Europa e Estados Unidos após o aperfeiçoamento dos meios de transporte, dos produtos químicos e das formas de conservação oriundos dessa revolução. Outro aspecto de grande relevância foi a abertura, a partir de 1870, de inúmeros outros campos e possibilidades de investigação para o mundo da ciência e da tecnologia que envolveu os animais. Não menos importantes, para pensarmos os impactos dessas descobertas sobre a fauna silvestre, foi o uso que dela fizeram os diversos segmentos ligados à arte, à moda, ao entretenimento, a gastronomia e principalmente ao setor da produção industrial. Com essa revolução, um novo mundo de perspectivas se abria e os animais silvestres eram vistos como um dos alvos principais, como uma espécie de matéria-prima abundante e valiosa.

Contudo, ao pensar nessa periodização, é importante destacar que a Revolução Científico-Tecnológica também propiciou o surgimento de novas e fundamentais ideias, atitudes, pesquisas, técnicas, ferramentas e mecanismos para controlar o comércio indiscriminado, combater o contrabando e proteger a fauna silvestre brasileira e mundial da extinção.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Por fim, os aspectos sumarizados acima têm relevância central e em muitos sentidos inédita para analisar e compreender os mecanismos de estabelecimento das relações internacionais brasileiras entre 1808 e 1934. Explorar esses mecanismos a partir da história da saída de fauna silvestre do Brasil para o exterior é parte central dos projetos cujos objetivos são apresentados na segunda parte deste texto.

2 – Fauna silvestre em perspectivas históricas e interdisciplinares

2.1 – Impactos da saída de fauna silvestre do Brasil para a Europa e Estados Unidos de 1808 a 1934

O objetivo principal do projeto *“Made in Brazil” – Impactos da saída de fauna silvestre do Brasil para a Europa e Estados Unidos de 1808 a 1934 e a importância estratégica do tema para o mundo contemporâneo: correlações históricas, políticas e internacionais* em desenvolvimento no Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campos Osasco, é analisar as relações históricas, políticas e internacionais que possibilitaram o processo de saída (legal e ilegal) de milhões de exemplares da fauna silvestre do Brasil para os Estados Unidos e Europa (principalmente França, Inglaterra, Alemanha e Portugal) entre os anos de 1808 e 1934. Para atingir o objetivo principal, metodologicamente a pesquisa está sendo dividida em três eixos dialógicos e seis temáticas analíticas. Os eixos são a urdidura do projeto e compreendem os domínios da História, das Relações Internacionais e da Política. Esses eixos são a estrutura do projeto e convergem para o objetivo principal da investigação. Entrecruzando esses eixos, na trama do tecido da história, estão sendo explorados os seguintes temas que, por sua vez, constituem os objetivos específicos da proposta de pesquisa:

Analisar como se constituíram os segmentos políticos, sociais, empresariais, institucionais e de sujeitos anônimos envolvidos no processo;

Analisar as formas principais utilizadas no período para a saída de animais com destaque para o comércio legal, o contrabando, a doação, a permuta e a apropriação;

Analisar e descrever as categorias principais de destinatários na Europa e nos Estados Unidos tendo como foco inicial o mundo da ciência e das artes, o setor da produção industrial e o mercado da moda, do entretenimento e da gastronomia;



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Identificar e analisar os impactos ecológico-ambientais causados por esse processo;

Identificar e analisar as primeiras estratégias governamentais, legais, institucionais e pessoais nos países envolvidos para a proteção e preservação da fauna silvestre;

Levantar e apresentar elementos que contribuam para analisar a importância e os impactos desse processo histórico ocorrido entre 1808 e 1934 para refletir sobre o tema e propor alternativas no mundo contemporâneo.

Os objetivos deste projeto foram criteriosamente estabelecidos tanto por meio de análises preliminares sobre o tema em sua perspectiva histórica, interdisciplinar e contemporânea, assim como por meio de pesquisas acadêmicas que venho realizando desde 2002 na área de História dos Animais.⁵⁸ Estabelecer um diálogo entre essa área e o campo de conhecimento das Relações Internacionais acredito ser uma forma promissora e inovadora para atingir os objetivos propostos.

2.2 – Singularidades da Fauna (na) Brasileira

Parte da pesquisa de pós-doutorado está sendo desenvolvida na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (BBM). Como pesquisador residente estou desenvolvendo o projeto intitulado *Singularidades da Fauna (na) Brasileira: Representações de animais silvestres brasileiros em relatos de viajantes no acervo da BBM (1808-1934)*.

O objetivo principal do projeto é explorar nos relatos de viajantes, em especial os naturalistas, do acervo da BBM uma temática específica: a fauna silvestre brasileira. Essa fonte primária, por sua característica intrínseca, ou seja, ser constituída por registros e representações escritas e iconográficas produzidas por pessoas e profissionais que estavam em movimento – em viagem –

⁵⁸ A História dos Animais é, ainda hoje, um campo historiográfico pouco investigado no Brasil. Ele se consolidou na Europa e Estados Unidos a partir da década de 1980 principalmente por meio dos trabalhos pioneiros realizados pelo historiador Keith Thomas na Inglaterra e pela historiadora Harriet Ritvo nos Estados Unidos. Venho trabalhando com o campo desde 2002, ano em que iniciei minha pesquisa de doutorado em História na USP intitulada *O couro e o aço, sob a mira do moderno: a aventura dos animais pelos jardins da Pauliceia (1872-1940)*, (FAPESP processo 03/00206-6). Entre 2011 e 2015 durante a realização de estágio de Pós-Doutorado (História-FFLCH-USP/FAPESP-Processo 10/52646-3) desenvolvi a pesquisa “*Ideias de cachorro, poeira de ideias*” e outras percepções. A importância dos animais no complexo mundo de Machado de Assis. Parte dessa pesquisa, realizada entre maio de 2013 e abril de 2014, fui *Visiting Scholar* no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e, sob a supervisão da Profa. Dra. Harriet Ritvo, desenvolvi a pesquisa *Impacts of science and technology in the relations between human beings and animals, United States and England (1850-1910): bibliographical and documentary subsidies for deepening and analysis of the importance of animals in Rio de Janeiro and in Machado de Assis*. Para a realização dessa pesquisa contei com Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) concedida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (FAPESP Processos 10/52646-3 e 12/20891-4). No Brasil, tenho sido considerado pioneiro nesses estudos. (Duarte, 2019, p. 29).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

pelo Brasil, tinha por função, além de documentar experiências de deslocamento, fornecer informações para seus países e instituições de origem. Dentre essas informações constavam aspectos da fauna silvestre. Tanto as espécies coletadas, quanto as representações que delas eram feitas, tinham por destino, em grande parte das vezes, o exterior.

O segundo objetivo é, por meio dessa exploração, selecionar e destacar as representações escritas e iconográficas sobre a fauna silvestre brasileira que possuam maior grau de singularidade, tanto no tocante aos relatos de viajantes do acervo Brasileira da BBM, quanto para os Estudos Brasileiros sobre a temática. Daí a proposta expressa no título principal do projeto: “Singularidades da Fauna (na) Brasileira”. As representações selecionadas servirão de base para atingir os resultados principais esperados pela proposta, como também para o desenvolvimento de parte fundamental dos objetivos do projeto de pós-doutoramento.

Interessa-me particularmente as representações que suscitem algum tipo de relação com a perspectiva da retirada de determinadas espécies animais do país. Essa seleção, buscando por tais singularidades, além de contemplar objetivos principais do projeto de pós-doc, será o arcabouço central para os resultados esperados para o projeto de residência no sentido de explorar e divulgar o acervo da BBM.

Para citar apenas um exemplo que contribui para fundamentar esses objetivos, recupero um seminal registro documental disponibilizado na BBM Digital:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

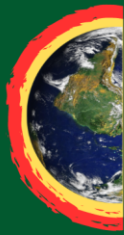


Debret, Jean Baptiste, 1768-1848

“*Nègres chasseurs rentrant en ville. Le retour des nègres d’un naturaliste*” (1835)

BBM – Biblioteca Digital – Parte de: [bbm/3802 – 006245-2_IMAGEM_063.jpg](#)

Não há dúvida quanto à relevância da coleção dos trabalhos de Debret no conjunto do acervo da BBM e para os Estudos Brasileiros. Contudo, chamar a atenção para um aspecto específico dos trabalhos de Debret, do acervo da BBM e dos Estudos Brasileiros, ou seja, o da fauna silvestre nacional e seu interesse internacional, é uma forma eficaz de explorar e divulgar singularidades das riquezas da BBM que podem despertar novos graus de interesse científico, cultural, social e ambiental. Por outro lado, ao colocar essa fonte documental primária em uma perspectiva de análise histórica e interdisciplinar, ou seja, aquela que está sendo proposta no projeto de pós-doutoramento (História, Estudos Brasileiros, História dos Animais e Relações Internacionais) evidencia e abre caminhos relevantes e plurais de investigação como, por exemplo: o trabalho de escravizados na coleta de espécies da fauna brasileira; a coleta de animais vivos e animais mortos; o envio dessa fauna para o exterior; a importância científica e comercial dessas criaturas; a perspectiva organizacional, quase catalográfica, do desenhista ao separar as espécies



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

coletadas: aves, borboletas, cobras, mamífero, lagartos; a legenda que informa o retorno dos caçadores para a vila e o naturalista como o destinatário dos animais; etc. A ilustração remete ainda para as esferas das representações escritas – os animais coletados seriam fontes para os relatos e análises do naturalista – e, por outro lado, para possíveis representações sonoras – com destaque para o canto dos pássaros que foram coletados. Essa sonoridade animal chamava a atenção de coletores, naturalistas, caçadores e outros setores interessados na fauna brasileira para outros fins além dos científicos.⁵⁹

Registros iconográficos como esse guardam inúmeras camadas de significado. Elas são representação de seres humanos e de animais; do meio ambiente e das relações com ele estabelecidas; do movimento e da circulação de ideias europeias, americanas e africanas; do movimento e da circulação de pessoas, plantas e animais. Por fim, a ilustração criada por Debret, contém ainda substratos para analisar, por meio dos recursos de estética utilizados, diversos níveis de mascaramentos das realidades retratadas. Um desses níveis refere-se à fauna silvestre coletada e transportada. O número de espécimes representado na ilustração é absolutamente irrelevante se comparado com os volumes colecionados e enviados por cada naturalista para seus países e instituições de origem, conforme sumarizado em item anterior desse texto. Prática também comum entre viajantes naturalistas era vender para outros colecionadores ou instituições europeias e norte-americanas os exemplares que fossem duplicatas. Os naturalistas ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace, percorreram a Amazônia brasileira com o objetivo de recolher material zoológico e botânico para o Museu de História Natural de Londres. Bates, em sua obra (Bates, 1944), afirma que uma das formas para financiar a viagem foi a venda de grande número de duplicadas de espécimes animais por ele coletadas durante os onze anos que permaneceu no Brasil, de 1848 a 1859. Sua coleção particular formada na Amazônia possuía mais de 14.000 espécies, sendo que cerca de 8.000 eram novas e não haviam sido até então descritas.

Explorar esses relatos e as práticas que envolveram a saída do Brasil de milhões de espécimes da fauna silvestre pode abrir inúmeras possibilidades para a análise e compreensão da história desses animais e dos grupos de pessoas, de inúmeras regiões do planeta, que com eles

⁵⁹ A História dos Sons é um campo que venho trabalhando em conjunto com a História dos Animais ao longo de minha carreira como pesquisador. Sou pioneiro nos estudos sobre os sons urbanos com pesquisa que realizei durante o mestrado na USP (FAPESP processo 97/13979-0). Em 2008 a dissertação foi publicada em livro pela EDUSP-FAPESP. (APROBATO FILHO, 2008).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

interagiram. Pode, ainda, propiciar reflexões sobre os intrincados níveis de movimentação e das ideias que foram sendo construídas e divulgadas por meio desse processo. Processo, por sua vez, que foi desencadeado e desenvolvido por meio de uma agência animal-humana compartilhada.

Referências

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. **Animais enviados para Portugal entre 1754 e 1808, pelos Governadores da Capitania de Pernambuco**. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP, 2014.

ANTUNES, André P. *et al.* Empty forest or empty rivers? A century of commercial hunting in Amazonia. **Science. Advances** 2, e1600936(2016). DOI:10.1126/sciadv.1600936.

APROBATO FILHO, Nelson. **Kaleidosfone – As Novas Camadas Sonoras da Cidade de São Paulo, fins do século XIX / início do XX**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

ARRUDA, José Jobson de A. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808**. Bauru: Cátedra Jaime Cortesão; EDUSC, 2008.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

BATES, Henry Walter. **O naturalista no rio Amazonas**. Tradução, prefácio e notas Candido de Mello-Leitão. São Paulo: Companhia editora nacional, 1944. (1ª ed. 1863).

BROWNE, Janet. Natural History collecting and the Biogeographical tradition. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VIII (supplement), 959-67, 2001.

DUARTE, Regina Horta. “Birds and Scientists in Brazil. In Search of Protection, 1894-1938. In: FEW, Martha; TORTORICI, Zeb. **Centering Animals in Latin American History**. Durhan and London: Duke University Press, 2013.

DUARTE, Regina Horta. “História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação”. **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha**, 9(2), 16-44. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2019v9i2.p16-44>

EÇA, Vicente Almeida d'. **A abertura dos portos do Brasil: ensaio histórico**. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1908.

FITZGERALD, Sarah. **International Wildlife Trade: Whose business is it?** Baltimore: World Wildlife Fund, 1989.

FRANKEN, Tjerk Guus. “Cronologia da Ciência Brasileira, 1500-1945”, In: **Formação da Comunidade Científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional/FINEP, 1979, pp. 333-446.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 3.^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IHERING, Hermann von. Devastação e conservação das matas. Conferência do dr. Hermann von Ihering na Universidade Popular de Piracicaba. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo: Typografia do Diário Oficial, v. VIII, v. VIII, 1911, p. 485-500.

KURY, Lorelai Brilhante (org). **Representações da fauna no Brasil - Séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio Editorial Ltda, 2014.

LEACH, William. **Butterfly People**. New York: Vintage Books, 2013.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Ao redor de Machado de Assis: pesquisas e interpretações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). **Prelúdio de uma história. Ciência e Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PAPAVERO, Nelson & TEIXEIRA, Dante. Animais enviados do Grão-Pará para as Quintas Reais de Belém (Portugal) no século XVIII. **Arquivos de Zoologia**. Volume 44 (2): 121-169, São Paulo, 2013a.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante M. Remessa de animais de Santa Catarina (1791) para a “Casa dos Pássaros” no Rio de Janeiro e para o Real Museu da Ajuda (Portugal). **Arquivos de Zoologia**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 185-209, 2013b.

PIVETTA, Marcos. Nas ondas da globalização. Primeira expedição científica de circum-navegação dos Estados Unidos mostra que a jovem nação buscava um lugar no mundo desde o início do século XIX. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo: Plural Editora e Gráfica, n. 226, p. 76-81, dez. 2014.

POLIDO, A.P. e OLIVEIRA, A.M.M. **O comércio ilegal de animais silvestres no Brasil**. Trabalho de conclusão do curso de Ciências Biológicas das Faculdades Integradas São Camilo, São Paulo, 1997.

RENTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. **1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre**. Brasília: Rentas, 2001. Disponível em <http://www.rentas.org.br/trafico-de-animais/>.

RIBEIRO, Patrícia Maria. **“Entre os muitos e esquisitos pássaros e bichos desta terra”: A remessa de animais silvestres do Brasil colônia para Portugal (1777-1808)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. A triste e malsucedida epopeia transatlântica da onça que “morreo de raiveza, ferrando os dentes em hum pao”. O tráfico de animais no Brasil Colônia. In: ENCONTRO DA ANPPAS, III, 2006, Brasília, **Anais do III Encontro da ANPPAS**, 2006.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

RODRIGUES, Mauro Galetti. **A defaunação no Antropoceno. Processo afeta a saúde humana de diversas maneiras: de destruição ao controle de transmissão de doenças.** *Scientific American Brasil*, São Paulo: Editora Segmento Ltda, n. 156, p. 74-9, mai. 2015.

RODRIGUES, Mauro Galetti. **Missão delicada. Refaunação assistida: revertendo os efeitos da defaunação nos ambientes naturais.** In: RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. **1º Relatório Nacional sobre Gestão e Uso Sustentável da Fauna Silvestre.** Brasília: Renctas, abril de 2016, p. 62. Disponível em: <http://www.renctas.org.br/trafico-de-animais/>.

SANTOS, Eurico. **Da ema ao beija-flor.** 5ª. ed., Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990. SICK, Helmut. **Ornitologia brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis. Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TEIXEIRA, Dante M. & PAPAVERO, Nelson. O tráfico de primatas brasileiros nos séculos XVI e XVII. In: PESSÔA, Leila Maria; TAVARES, William Corrêa; SICILIANO, Salvatore (org.), **Mamíferos de Restingas e Manguezais do Brasil.** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Mastozoologia & Museu Nacional – UFRJ, 2010, p. 253-282.

TIMBS, John. **Eccentricities of the animal creation.** London: Seeley, Jackson, and Halliday, 1869.

TRAFFIC. Disponível em: <http://www.traffic.org/trade/>.

UNITED Nations – Office on Drugs and Crime. **2024 World Wildlife Crime Report.** Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wildlife.html>.

VANZOLINI, Paulo Emílio. A contribuição zoológica dos primeiros viajantes naturalistas no Brasil. In: **Revista da USP: Dossiê o Brasil dos Viajantes.** São Paulo, USP/CCS, 30, julho-agosto, 1996.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O papel do milho híbrido Agrocerec na modernização da agricultura no Brasil 1945
- 1960

Jaine Menoncin Voicolesko

Mestra em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO

jainemenoncin@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o processo de implementação da semente de milho híbrido no Brasil através da empresa Sementes Agrocerec S.A. (SASA) e sua relação com agências filantrópicas norte-americanas em um contexto pós Segunda Guerra Mundial. Especificamente, neste estudo é abordada a influência de agências ligadas ao empresário Nelson Rockefeller, como a American International Association for Economic and Social Development (AIA) e a International Basic Economy Co. (IBEC), uma vez que, essas agências conheceram as experiências de pesquisadores brasileiros e propuseram um acordo de cooperação, o qual resultou na criação da Sementes Agrocerec S.A. (SASA). O recorte temporal abrange os anos de 1945 a 1960, período selecionado por compreender desde a fundação da empresa pelos agrônomos brasileiros, até a implementação efetiva no mercado, antecedendo a sua diversificação produtiva. As fontes utilizadas são os livros comemorativos de 25, 50 e 70 anos da empresa, relatórios institucionais e correspondências entre os agrônomos brasileiros e norte-americanos. Busca-se tratar do milho híbrido não apenas como parte da introdução de um novo sistema de relações políticas e econômicas com os Estados Unidos, mas também compreendê-lo como elemento de modernização da agricultura brasileira, como valorização da ciência e do “moderno”. Assim, trata-se de um trabalho relacionado à História Ambiental, uma vez que se discute o milho como um fator importante dentro deste processo de desenvolvimento, e também como propulsor de mudanças e impactos na relação do homem com o plantio desta semente.

Palavras-chave: História Ambiental. Milho híbrido. Modernização.

Abstract.

This research aims to present some results of the research developed during the master's degree in history by the Postgraduate Program in History at the Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro, which sought to analyze the process of implementing the hybrid corn seed in Brazil, taking as focus on the company Sementes Agrocerec S.A. (SASA) and its relationship with agencies linked to businessman Nelson Rockefeller, such as the American International Association for Economic and Social Development



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

(AIA) and the International Basic Economy Co. (IBEC). The time frame used ranges from 1945 to 1960, a period that covers the foundation of the company Agrocerec by Brazilian agronomists, until its effective implementation in the market, preceding its productive diversification. The sources used are the company's 25th, 50th and 70th anniversary commemorative books, institutional reports and correspondence between Brazilian and North American agronomists. Thus, in this sense, we seek to explore hybrid corn not only as part of the introduction of a new system of political and economic relations with the United States, but also to understand it as an element of modernization of Brazilian agriculture, as an appreciation of science and of “modern”. This is a work related to Environmental History, since corn is discussed as an important factor within this development process, and which caused changes and impacts in man's relationship with the planting of this seed.

Keywords: Environmental History, hybrid corn, modernization.

Introdução

Este trabalho é resultado de parte da dissertação de mestrado intitulada “De milho (*Zea mays L.*) à agrocel: o papel do milho híbrido agrocerec na modernização da agricultura no Brasil (1945-1960)” apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Centro Oeste, Unicentro.

A importância da relação entre as pesquisas nos Estados Unidos e as pesquisas e produção do milho híbrido no Brasil pela empresa Agrocerec, fica evidente ao longo da pesquisa, por meio do estudo de diversos documentos, uma vez que, esse processo é parte de um contexto político e econômico que conta com a intervenção de ações norte-americanas, em específico com as agências de Nelson Rockefeller. Uma destas agências expandiu para outras áreas, como a assistência técnica à agricultura, o que foi determinante para a composição da Sementes Agrocerec S.A. (SASA).

A *American International Association for Economic and Social Development* AIA foi criada em 1946 sob uma perspectiva filantrópica inicialmente. No ano seguinte, com fins lucrativos, surgiu o *International Basic Economy Corporation* (IBEC) e em 1951, dentro da estrutura destas duas agências, surgiu o *IRI Research Institute* (IRI), que teve como objetivo o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à agricultura.

Enquanto a AIA apoiou-se no trabalho de difusão de “modernas” técnicas e tecnologias direcionadas ao trabalho agrícola, muitas delas desenvolvidas pelo



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Serviço de Extensão Rural dos Estados Unidos, o IBEC atuou tanto em projetos de colonização quanto, ao menos no início de seu trabalho no Brasil durante a segunda metade da década de 1940, com pesquisas voltadas ao desenvolvimento de sementes de milho híbrido, resultando, por exemplo, na criação da Sementes Agroceres S.A., que nas décadas seguintes se tornaria a líder mundial em produção e vendas nesta área (Silva, 2012 p. 3).

O objetivo destas agências internacionais era, dentro de sua própria ideologia, “promover projetos que levassem à obtenção de melhores padrões de vida à população latino-americana, principalmente àquelas do meio rural” (Silva, 2009, p. 14).

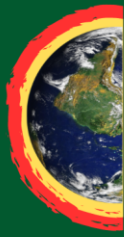
Desta forma,

a AIA atuou num contexto de consolidação da influência norte-americana e manutenção de interesses políticos e econômicos na América Latina e no Brasil, difundindo e adaptando programas de assistência técnica originados nos Estados Unidos às realidades locais (Silva, 2009, p. 14).

Assim, o milho híbrido é visto neste trabalho, como a valorização “moderno” e também como parte da introdução de um novo sistema de relações políticas e econômicas com os Estados Unidos, que buscava por meio da ideologia do desenvolvimentismo, a abertura de mercados e modernização da relação com a América Latina.

O milho híbrido da Agroceres e o aumento da produtividade das lavouras de milho no Brasil

No ano anterior à criação da empresa Agroceres, já com as pesquisas em hibridação de milho em andamento no Brasil, o agrônomo Antônio Secundino, que se tornaria um dos seus sócios fundadores, publicou um artigo na Revista Ceres, denominado “O milho: como produzi-lo melhor e mais barato”, no qual tratava de diversos assuntos relacionados à produção de milho e trazia sugestões para que os agricultores atingissem melhores níveis de produção, explicando cada uma de suas etapas, desde a escolha das áreas de plantio, adubação e preparo do solo, melhores métodos e épocas de plantio e colheita. Nesta mesma publicação, Secundino já recomenda a utilização de sementes de milho híbrido, o que era uma novidade na época.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Podemos perceber, por meio das sugestões dadas pelo agrônomo em seu artigo, a tentativa de estabelecer novas relações com a natureza a partir da introdução da semente híbrida de milho no mercado brasileiro, baseando-se na valorização da ideia de ciência e da racionalidade da produção, tendo como principal preocupação o aumento da produtividade, sem levar em consideração os impactos ambientais que esse aumento poderia ocasionar.

Como forma de convencimento acerca das vantagens da utilização de sementes de milho híbrido, dentre todas as recomendações dadas pelo agrônomo e fundador da empresa Agrocere, no que diz respeito à escolha das áreas para o plantio, Secundino afirmava que um “fazendeiro inteligente deve realizar o cultivo do milho em áreas de baixada ou tidas como planas, quando não encharcadas”. (Secundino apud Galvão et al, 2014, p. 821), recomendação esta que, de acordo com o autor, ainda é válida, principalmente em pequenas propriedades.

Sobre a adubação e a preparação do solo, Secundino afirma em seu artigo que “a adubação dos terrenos esgotados é condição essencial para que o fazendeiro obtenha lucros com a cultura de milho” (Secundino apud Galvão et al, 2014, p. 822). Recomenda também a utilização da palha do próprio milho, considerando que esta seria um adubo natural muito eficiente para o plantio, evitando as queimadas, e sendo necessário apenas o revolvimento do solo com a palha. Outra opção indicada pelo agrônomo para adubação do solo é o esterco curtido, segundo ele, um adubo bom e barato.

Com relação à melhor época para o plantio, o agrônomo afirmava que ela deveria ser experimental, assim, poderia ser diferente em determinadas regiões. Porém, recomendava-se outubro como o melhor mês para a semeadura.

Outro fator considerado crucial para Secundino, para se ter uma boa colheita de milho é a escolha da semente, sobre isso, o agrônomo afirma que “a boa semente é a base da boa cultura. Uma boa variedade e a seleção contínua e cuidadosa são fatores indispensáveis a quem deseja produzir milho economicamente” (Secundino apud Galvão et al, 2014, p. 822). Quando se fala em produzir milho economicamente, podemos relacionar à produção em larga escala, grandes propriedades e todo um novo cenário que vem imbuído na modernização da agricultura.

Aliado à esse processo de modernização, sobre a semeadura e o arranjo das plantas, Secundino defendia a ideia de que a semeadura deveria ser o mais uniforme possível e sem falhas, para evitar prejuízos, apontando assim para a importância da mecanização no processo de plantio;



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

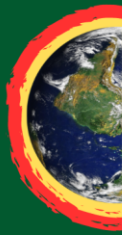
o que de acordo com Galvão et al (2014) ainda era insignificante na época, por conta dos altos custos e difícil acesso.

A plantação era feita manualmente, com a utilização de enxadas, e para esses casos o agrônomo sugeria um espaçamento adequado entre as plantas, aconselhando os agricultores por meio de metáfora que “se colocarmos cinco leitões a comer num cocho muito pequeno, há mais desordem que aproveitamento” (Secundino apud Galvão et al, 2014, p. 824) , assim como o plantio do milho. Desta forma, para possibilitar uma boa iluminação e espaço para o crescimento da planta, Secundino recomenda um espaçamento de 1,10 a 1,20 metros entre as fileiras.

É interessante destacar que, tanto as orientações aos agricultores, como posteriormente os anúncios e propagandas do milho híbrido, feitas pela empresa Agrocerec, a estratégia utilizada é a mesma, fazer comparações em uma linguagem simples, de fácil compreensão, utilizando metáforas com elementos do cotidiano dos agricultores.

No decorrer do seu artigo, Secundino defende a utilização da semente híbrida e da mecanização da agricultura, descrevendo o cultivo mecânico como a melhor e mais eficiente alternativa, por gastar menos tempo e dinheiro nas diversas etapas de produção.

Com relação à produtividade do milho, de acordo com os dados do IBGE, no ano de 1944 a área semeada com milho no Brasil era de 4,10 milhões de hectares, os quais produziram 5,58 milhões de toneladas, um total de cerca de 1359 kg por hectare. Galvão et al (2014) nos trazem que, em 1977, a Conab iniciou o acompanhamento dos rendimentos das safras de milho. Neste ano, “a safra plantada de milho chegava a 11,7 milhões de hectares, alcançando produção total de 19,2 milhões de toneladas, o que gerou uma produtividade média de 1,62” (Galvão et al, 2014, p. 820). De acordo com os dados da Conab (2014), referentes à safra 2012/2013, o Brasil obteve produção recorde atingindo rendimento médio de 5.149 kg por hectare. (Conab, 2014).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

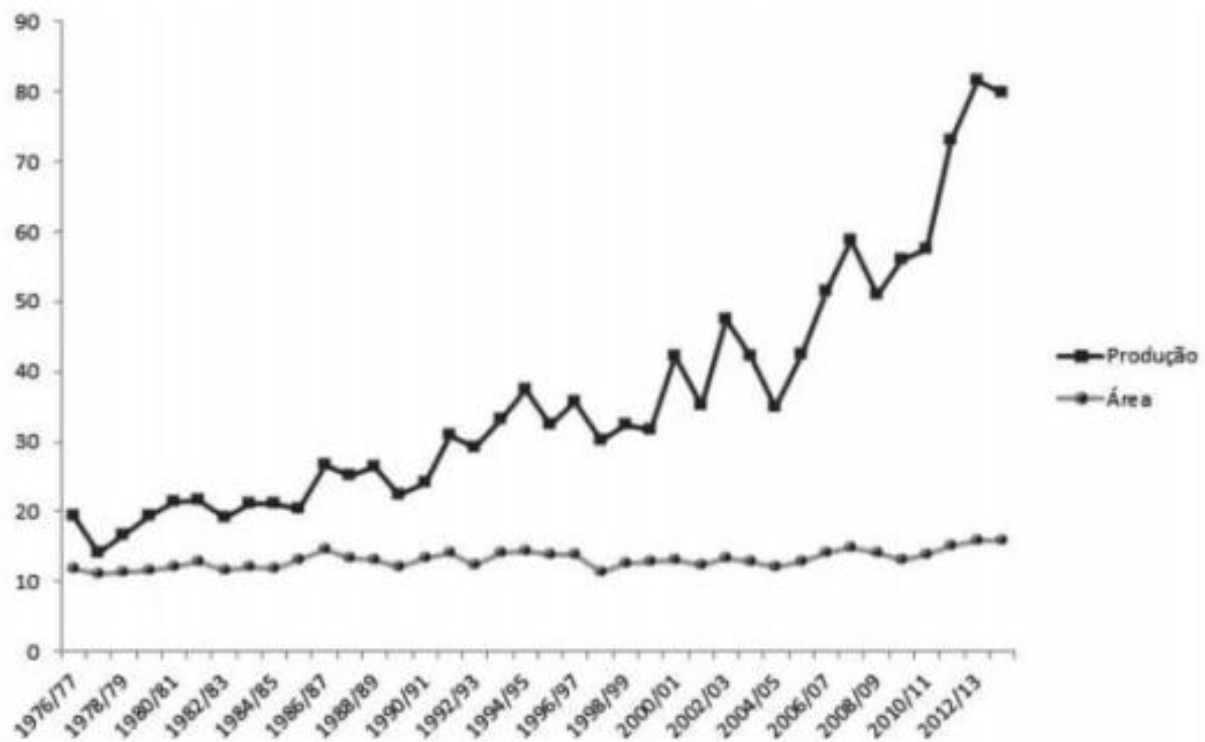


Figura 1: Série histórica de produção e área plantada de milho (em milhões)

Fonte: Galvão et al (2014) p. 821

Os autores afirmam que o fato de o aumento da produção chegar a ser de 14,61 vezes, sendo que a área plantada teve um aumento de apenas 3,86, deve ser atribuído ao avanço tecnológico, e destacam a Universidade Federal de Viçosa como uma instituição que “sempre esteve presente no desenvolvimento de pesquisas, tecnologias, cultivares, formação de profissionais e informação ao produtor rural através da extensão rural” (Galvão et al, 2014, p. 820).

Em seu artigo, Antônio Secundino defende o milho, definindo o mesmo como sendo o esteio da fazenda. Em outras palavras, seria o pilar da fazenda, o que daria a sustentação de sua estrutura. Além disso, para ele, o agricultor “moderno” deveria “ter como lema o conceito de “BBB” (produzir Bastante, Bom e Barato)” (Galvão et al, 2014, p. 820); assim, segundo Secundino, este agricultor estaria contribuindo também patrioticamente para a economia do Brasil.

Segundo Galvão et al (2014), muitas das técnicas utilizadas atualmente diferem das recomendadas por Secundino em seu artigo, entretanto várias ainda são práticas aconselhadas até os dias atuais.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Este panorama de transição da agricultura para aquela considerada moderna, é explorado em diversos momentos pelo relatório da empresa, o qual aponta além do crescimento na produção e vendas das sementes de milho híbrido, as dificuldades e períodos difíceis pelos quais a empresa passou. Muitas dessas dificuldades são atribuídas a fatores climáticos e ao tipo de solo, aspectos apontados como de fundamental importância para o crescimento ou a queda nas vendas de sementes híbridas.

O relatório de 1971 nos traz diversos exemplos que ilustram estas questões. Um destes trata do ano de 1949:

O ano de 1949 foi um ano de seca, criando o primeiro teste para o produto da empresa. Os resultados foram extremamente favoráveis. O híbrido Agroceres rendeu 90% a mais do que o milho normal, nas mesmas condições do solo e a demanda aumentou até o ponto em que as sementes tinham de ser racionadas. Decidiu-se para expandir a produção rapidamente, e outra fazenda foi comprada em Minas Gerais (Higgins, 1971, p.13 tradução nossa).

Já no ano seguinte, o relatório traz informações de que as condições climáticas foram favoráveis ao plantio de milho, obtendo-se altos rendimentos também com a semente tradicional, o que ocasionou na queda da venda das sementes de milho híbrido.

No entanto, o padrão de clima em 1950 mudou em todo centro-sul do Brasil, e uma grande colheita foi realizada. Com alto rendimento em todos os lugares, o agricultor sentiu mais uma vez seguro com seu estoque de sementes tradicionais. A demanda mudou e apenas metade da produção do ano foi vendida (Higgins, 1971, p.13 tradução nossa).

Estes e outros exemplos são utilizados para ilustrar o aumento e a diminuição das vendas. Entretanto, os dados do relatório permitem analisar que apesar da instabilidade nas vendas, ocorre o crescimento da empresa com a expansão de novas unidades, e conseqüentemente maior produção e expectativa em relação à demanda de vendas.

Desta forma, com o aumento da demanda e a boa reputação que a equipe de genética foi adquirindo perante os agricultores brasileiros, Castro (1988) afirma que no início da década de 1960 o milho híbrido já representava entre 20 a 30% das sementes plantadas no país, tornando-se



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

a segunda maior produtora de híbridos, com uma safra de 13.300 toneladas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Em seu artigo publicado em 1944, Secundino já afirmava que o milho híbrido era a tecnologia que veio para ficar e seria o futuro (Galvão et al 2014.), fato confirmado anos mais tarde no relatório da empresa ao abordar as receitas de vendas nos primeiros 25 anos da Agroceres:

As receitas de vendas de sementes de milho híbrido dispararam para US\$ 4 milhões e um lucro líquido de 15% sobre as vendas têm sido consistentemente retornado. As vendas de sementes este ano irão produzir um valor de colheita mais de US\$ 100 milhões em campo de milho para a economia nacional. A gestão tem feito esta empresa uma das mais bem sucedidas no país, e, certamente, a maior dedicada exclusivamente para o desenvolvimento da agricultura (Higgins, 1971, p. 20 tradução nossa).

Outro elemento que comprova a teoria de Secundino, sobre o milho híbrido ser uma tecnologia que veio para ficar, é o fato de que, de acordo com Galvão et al (2014), atualmente, a tecnologia do milho híbrido é amplamente utilizada no país, proporcionando um aumento na produtividade de aproximadamente 60 kg por hectare e representando 92,7% dos cultivares de milho.

O desenvolvimento da agricultura é frequentemente apontado nas correspondências e no relatório como objetivo da empresa e também como justificativa para as ações da mesma. Podemos observar ainda o fato de que a introdução da semente de milho híbrido no mercado brasileiro acarretou efeitos em cadeia, os quais, de acordo com Castro (1988), geraram um processo sequencial de inovações, induzindo a novas pesquisas complementares. Neste sentido, segundo a autora, a difusão de insumos industriais, implementos e maquinários em prol da modernização da agricultura exigem novas pesquisas que vão:

desde os testes para a obtenção da combinação de insumos de maior economicidade, até a busca de híbridos de menor porte adaptados à mecanização da colheita – o que só se tornaria uma questão relevante para a pesquisa no Brasil a partir de fins dos anos 1960, quando se generaliza o uso de equipamentos agrícolas (Castro, 1999, p. 116).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

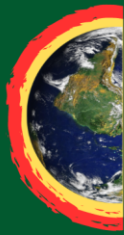
As informações contidas no relatório institucional da empresa condizem com os argumentos de Castro (1988) ao afirmar que este cenário só tornou-se efetivamente possível no final da década de 1960, e justifica pelo fato de que em períodos anteriores a este

a fertilização e mecanização da agricultura estavam em evidência primária somente nas propriedades maiores, uma vez que o transporte é pobre e muitos agricultores continuam a ignorar as vantagens das sementes melhoradas” (Higgins, 1971, p. 20 tradução nossa).

Ainda de acordo com o documento, a Agrocerec demonstrou impacto considerável com o desenvolvimento das sementes de milho híbrido. Tal impacto é resumido no mesmo em três pontos principais. O primeiro ponto destacado faz menção ao fato de que a indústria de sementes teria sido fortemente estimulada pela persistência em comercializar um produto novo e de qualidade. Após 25 anos de fundação, os híbridos já seriam responsáveis por quase metade da semente de milho plantada no país, sendo que destas um terço corresponderiam às sementes produzidas pela Agrocerec.

O segundo ponto, diz respeito ao aumento substancial da produção e da produtividade do milho, que se expandiu por uma larga margem, o qual está presente em diversos dados, tabelas e gráficos no decorrer do relatório e das correspondências trocadas entre agrônomos brasileiros e norte-americanos. E por fim, o terceiro ponto, diz respeito à contribuição da semente de milho híbrido com o desenvolvimento e modernização do setor agrícola e da indústria do milho em geral. O documento também traz informações sobre as instruções e indicações fornecidas pela Agrocerec aos agricultores, destacando que a empresa buscava utilizar uma linguagem simples sobre os cuidados com as sementes híbridas e o plantio.

O impacto reflete em um processo de educação altamente eficaz. As observações mostram que o agricultor médio que usa semente Agrocerec tem, por conta própria, sido notavelmente adepto a aquisição de informações sobre como cuidar melhor de sua cultura, e quais são as melhorias necessárias para obter melhor rendimento. (...) A força motivadora por trás disso é econômica. A semente híbrida lhe custa US\$ 3,00 por hectare, enquanto o milho comum, que se salvou de ano anterior, lhe custa nada (Higgins, 1971, p. 37 tradução nossa).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O documento atribui essa transmissão intensiva, que pode ser analisada como uma espécie de educação rural, como “uma das mais valiosas contribuições que a Agrocerec faz para a agricultura brasileira” (Higgins, 1971, p. 41 tradução nossa), pois, tendo alcançado seu objetivo, além de aumentar as vendas da empresa, estaria contribuindo para o desenvolvimento da agricultura no país.

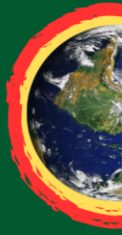
Outro elemento interessante a ser analisado, é o fato de que pagar pela semente híbrida, ao invés de selecionar sementes da safra anterior, seria o motivo do agricultor tornar-se mais cuidadoso com a sua plantação. Assim, “ele se junta a cooperativas, participa de palestras, e pede conselhos de vizinhos” (Higgins, 1971, p. 37-38 tradução nossa). O maior cuidado com a plantação, a busca por novas técnicas e maquinários, aliados à utilização da semente híbrida são fatores que contribuíram para o aumento da produtividade.

Da mesma forma, o documento nos traz informações para analisar as relações que o agricultor passa a ter com os bancos e aponta a utilização da semente híbrida como um fator positivo para a concessão de crédito, uma vez que:

O Milho comum, devido à sua maior suscetibilidade às calamidades naturais, fez com que a instituição [banco] desconfiasse da concessão de crédito, a menos que as previsões climáticas fossem boas, e o fiador tivesse suprimento devedor e garantia. No entanto, quando o agricultor está usando milho híbrido, o banco está mais disposto a estender o crédito - culturas híbridas aprovam o melhor seguro contra a seca ou praga, bem como a instituição pode ser mais segura de ser reembolsada. Esta é uma das razões pela qual a Agrocerec teve tão boas relações com os bancos comerciais e rurais (Higgins, 1971, p. 38 tradução nossa).

Como resultado do acesso ao crédito, o documento enfatiza que, em um período de curto prazo, houve aumento no número de agricultores de classe média, “conscientes do valor dos insumos agrícolas modernos, e sentindo orgulho em sua produção” (Higgins, 1971, p. 38 tradução nossa). Assim, a utilização do híbrido Agrocel, de acordo com o relatório, foi um pouco além dos níveis de subsistência para atender às demandas nacionais e potencialmente internacionais.

Dados trazidos pelo livro comemorativo de 70 anos da Agrocerec, também afirmam que, em 1945, ano de criação da empresa, o Brasil plantou 4 milhões de hectares com milho e obteve



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

um rendimento de 4,8 milhões de toneladas, com uma produtividade de em média 1200 kg/ha. Comparando com a safra de 2014,

foram plantados 15,8 milhões de hectares, incluindo a segunda safra, com rendimento de 80,1 milhões de toneladas colhidos, obtendo assim, uma produtividade de 5.100 kg/ha, 4,25 vezes maior do que há 70 anos (Ribeiro, 2015, p. 131).

Estes dados também refletem em outros setores:

Voltando a 1945, o Brasil produzia naquela época 7,3 kg de carne bovina por ano para cada hectare ocupado com pastagens. Hoje são 63,3 kg, um crescimento de mais de 8,6 vezes. Com a soja e o milho produzidos em um hectare (soja no verão e milho na segunda safra, produtividades médias), é possível obter atualmente mais de 2.500 kg de carne suína ou 3.000 kg de carne de frango. Essa produção é no mínimo 14 vezes superior ao que era possível obter em 1945 usando um hectare de milho (não havia soja nem segunda safra) para alimentar o suíno ou o frango daquela época (Ribeiro, 2015, p. 131).

Portanto, com base nos documentos analisados, concluímos que a Sementes Agrocere demonstraram impacto considerável não apenas no desenvolvimento e no aumento da produtividade de milho no Brasil, por meio da introdução da semente híbrida no mercado, mas também por sua contribuição para o desenvolvimento e a modernização do setor agrícola de maneira geral, assim como para com as mudanças na relação entre o agricultor, as técnicas empregadas e o próprio cenário agrícola brasileiro.

Essa trajetória evidencia como a introdução do milho híbrido Agrocere não se limitou a transformar os padrões de cultivo e produtividade no Brasil, mas também contribuiu para a construção de uma agricultura mais tecnificada e integrada às dinâmicas econômicas globais. Ao mesmo tempo, o caso do milho híbrido reflete os desafios e impactos ambientais, sociais e culturais que acompanham a modernização agrícola no país. Esse processo, impulsionado por tecnologias e ideologias desenvolvimentistas, redefine não apenas práticas agrícolas, mas também as relações



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

entre agricultores, instituições e a própria natureza, lançando luz sobre os legados e as contradições de um modelo agrícola que continua a moldar o presente.

Referências

AGROCERES. **Agroceres: 25 anos.** 1970

ARAUJO, Ney Bittencourt de; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA Luiz Antônio. **Complexo Agroindustrial: O “Agribusiness” Brasileiro** Agroceres, São Paulo, 1990, 238 p

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BESKOW, Paulo R. **Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964).** Estudos Sociedade e Agricultura UFFRJ Número 12, abril de 1999 p. 56 – 79.

CASTILHO, Denis. **Os sentidos da modernização.** Revista UFG v. 30 n. 2, 2010.

CASTRO, Ana Célia. **Conhecimento de Firma e Diversidade Produtiva: O caso Agroceres.** 1988. 403 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

CONAB (2014) **Companhia Nacional de Abastecimento.** Safras / Séries Históricas. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 03/11/2024.

DRUMMOND, J. A. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** Estudos Históricos, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

FERREIRA, Eliel Alves. **Desempenho de híbridos de linhagens parcialmente endogâmicas de milho em top crosses, em três locais do estado de São Paulo.** 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Agricultura Tropical e Subtropical, Instituto Agrônomo, Campinas, SP, 2008.

GALVÃO, João Carlos Cardoso et al. **Sete décadas de evolução do sistema produtivo da cultura do milho.** Rev. Ceres, [s.l.], v. 61, p.819-828, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO).

GONÇALVES, Jackson Eduardo. **Contextualização do Complexo Agroindustrial Brasileiro.** Xliii Congresso da Sober, Ribeirão Preto, p.1-11, 2005.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Agricultura e biologia na Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’ (ESALQ): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1927-1937).** 2010. 348 f.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Tese (Doutorado) - Curso de História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

HIGGINS, John P. M. **Impact Study Sementes Agroceres S. A.** April, 1971. New York

IBGE (1947) **Anuário estatístico do Brasil** - Ano VII-1946, Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE. 549p.

MAYRINK, Geraldo. **Travessia** - do Sertão ao Agribusiness. 1995. MARTINEZ, Paulo Henrique. **Brasil: desafios para uma História Ambiental.** Nômadas, 2005.

MARX, Leo/ Mazlich, Bruce. **Progresso: realidade ou ilusão?** Lisboa: Bizâncio, 2001

MENONCIN, Jaine. **A indústria do milho híbrido no Brasil: o caso das Sementes Agroceres (1945-1960).** 2015. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

MENONCIN, Jaine. **De milho (Zea mays L.) à agrocel: o papel do milho híbrido agroceres na modernização da agricultura no Brasil (1945-1960).** 2017. Dissertação de Mestrado em História – Estadual do Centro Oeste, Irati, 2017.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.**— Brasília: FUNAG, 2012.

PACHECO, Lourival. Antônio Secundino de São José. In: Magalhães, Gilson Faria Potsch; Sabioni, Gustavo Soares; Borges, José Marcondes (Ed.). **A Universidade Federal de Viçosa no século XX.** Viçosa: Editora UFV. p.73-76. 2006.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da História Ambiental.** Estudos Avançados, 2010.

RIBEIRO, Alexandre Dórea (Ed.). **Agroceres 70 anos: Você vê, você confia.** Brasil: Dba, 2015.

SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional: A atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961).** Rio de Janeiro, 2009

SILVA, Claiton Marcio da. **Ciência, agricultura e nação: o IRI Research Institute (IRI) e o processo de “conquista” dos Campos Cerrados (1946-1980)** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. **Estratégias para fomentar o desenvolvimento rural.** Revista de Estudos sociais, ano 12, n. 24, v. 2, 2010.



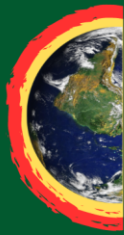
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

STAL, Eva. **Estratégia Tecnológica na Empresa**: o caso Agrocere. Revista de Administração, São Paulo v. 28 n. 1 p. 102-109 janeiro/março 1993.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, Vol. 4 n. 8 p. 198-215.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual do Centro Oeste pela oportunidade de desenvolver a pesquisa, por meio do Programa de Pós Graduação em História e agradeço especialmente ao meu orientador Claiton Marcio da Silva pelo incentivo e apoio no decorrer da pesquisa.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A Questão Ambiental No Município De Tamarana-PR: Aspectos Socioeconômicos e Políticos Locais

Vinícius Marcondes Araújo (UEM)

e-mail: vmarcondesaraujo@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Roger Domenech Colacios (UEM)

RESUMO: Este estudo apresenta os levantamentos iniciais de uma pesquisa em andamento sobre a questão ambiental no município de Tamarana-PR. Emancipado de Londrina em 1995, Tamarana, com uma população de pouco mais de 10 mil habitantes, tem uma constituição histórica marcada pela ocupação de terras que pertenciam originalmente à reserva indígena Kaingang, situada em uma área de Mata Atlântica. A colonização do território pela população não-indígena teve início no começo do século XX, inserida no contexto de expansão agrícola no norte do Paraná. As atividades econômicas predominantes, desde então, envolveram latifúndios e pequenos produtores familiares, cujas práticas agrícolas e extrativistas impactaram a vegetação nativa e reduziram drasticamente o território das populações originárias. Nos quase 30 anos desde a emancipação, o município tentou diversificar suas atividades econômicas, apostando no turismo rural e na instalação de indústrias, mas o agronegócio segue como principal pilar da economia local. Nossa pesquisa investiga a formação do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA), que inclui conselhos, órgãos, instrumentos legislativos e políticas públicas voltadas ao meio ambiente. Analisamos o SISMUMA como resultado de tensões entre interesses econômicos, sociais e ambientais, observando como essas dinâmicas influenciam a elaboração de políticas ambientais no contexto local. Buscamos também compreender como a sociedade civil se engaja com essas questões, considerando episódios significativos como enchentes, vendavais e a tentativa de instalação de um aterro sanitário. Metodologicamente, o estudo se apoia nas contribuições teóricas da História Política, Ambiental e Regional, com uma abordagem baseada no materialismo histórico-dialético. As principais fontes utilizadas incluem documentos governamentais e legislativos, além de análises estatísticas.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Tamarana; História Ambiental; História Regional; Paraná

1. Problematização e aspectos gerais da pesquisa

A cidade de Tamarana (Paraná) completará, em 2025, 30 anos de existência enquanto município. A história da ocupação colonizadora de seu território remonta à década de 1920, com a chegada de posseiros provenientes principalmente de localidades ao sul, como Ponta Grossa (PR). Posteriormente, com a fundação de Londrina (1934), Tamarana se torna distrito deste município – situação que perduraria até 1995 (OLIVEIRA, 2008). Desde sua emancipação, a cidade tem enfrentado desafios comuns a muitos dos jovens e pequenos municípios pelo Brasil,



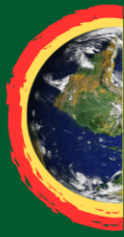
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

como a gestão ambiental e a promoção do desenvolvimento econômico aliados à participação democrática da sociedade civil em um contexto de carência de recursos humanos e materiais.

Nossa proposta de pesquisa é compreender como a questão ambiental foi tratada pelo poder público e a sociedade civil tamaranenses ao longo desses 30 anos, inserindo nossa análise dentro de um quadro mais amplo de avaliação dos múltiplos aspectos assumidos pelo desenvolvimento econômico e social local neste período. Neste sentido, procederemos a uma reconstrução dos aspectos históricos que envolvem a ocupação do território, as características socioeconômicas e demográficas e a configuração do aparato político e administrativo da cidade. Deste modo, articularemos o debate em torno da questão ambiental a questões globais que envolvem e mobilizam os atores locais, em especial a dependência da economia local em relação à atividade agropecuária.

O território de Tamarana abrange uma região ocupada pelo menos desde a segunda metade do século XIX por indígenas da etnia Kaingang. Em 1900, o governo do estado do Paraná destinou por meio de decreto uma área de 68.536ha, que englobava a totalidade do território atual do município, à criação do Território Indígena Apucarantina, com sede às margens do rio Tibagi. Posteriormente, devido à entrada de posseiros na porção oeste dessa região, o território foi reduzido para 6.300ha (1949) até chegar aos atuais 5.575ha (1953). Também data deste período a construção da Usina Hidrelétrica do Apucarantina, que represou o rio homônimo e atualmente está situada dentro da terra indígena. (NOVAK, 2018, 2021; NOVAK & MOTA, 2013)

Segundo dados do Censo de 2022, Tamarana conta com 1.669 habitantes indígenas, ou 15,6% da população total do município (10.707 habitantes, em uma área de 472 km²), o que o coloca na 90^a posição entre os municípios brasileiros com maior percentual de população indígena. Atualmente, este povo mantém relações frequentes e ambíguas com a população não-indígena e as esferas governamentais: os movimentos de contestação à perda de seus territórios originais, de combate à degradação ambiental causada pela usina e pelas atividades agropecuárias ao redor da reserva e luta por maior representatividade nos órgãos públicos convivem com os conflitos internos entre as lideranças, as diferentes visões sobre a inserção econômica da aldeia no município e as negociações constantes com o poder público para o atendimento de demandas locais. (NOVAK, 2018, 2021; NOVAK & MOTA, 2013)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Assim, a expressividade desses atores na constituição da sociedade e do território tamaranenses e sua inserção particular no debate sobre a questão ambiental não devem ser deixados de lado em nossa pesquisa. Buscaremos inserir a população Kaingang nesta investigação enquanto agentes heterogêneos, participantes de um processo histórico específico, mas fundamentalmente ligados ao nosso objeto principal.

Conforme mencionado, a ocupação permanente do território tamaranense pela população não-indígena tem início por volta da década de 1920. Essa primeira leva de colonizadores era constituída principalmente por “safristas” – criadores de porcos seminômades que abriam clareiras nas matas, plantavam milho e criavam os animais soltos até o ponto de abate, quando eram conduzidos em tropas para as cidades mais próximas. É atribuída a esses criadores a abertura das primeiras picadas e a formação do núcleo populacional que constituiria o povoado de São Roque, posteriormente (1943) rebatizado como Tamarana⁶⁰ por recomendação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de modo a evitar duplicidade com o município de São Roque, em São Paulo. Vale ressaltar, no entanto, que pelo menos desde uma divisão judicial realizada em 1908, já haviam títulos de propriedade sobre essas terras em nome de investidores e fazendeiros “pioneiros” da região, como o colonizador Gustavo Avelino Corrêa e o produtor de mate Ivo Leão. (OLIVEIRA, 2008, p. 36-9; 41-4)

A atividade safrista atraiu famílias de agricultores provenientes do interior de São Paulo e do Paraná, que se fixaram no povoado principalmente entre 1925 e 1935, estabelecendo roças e pequenas casas comerciais. Pouco foi investigado sobre a situação legal da posse de terras por esses “pioneiros”. No entanto, já em 1930 há o reconhecimento do povoado enquanto distrito judiciário da comarca de Tibagi. Se o processo de ocupação e reconhecimento do povoado esteve inicialmente vinculado à região sul do Paraná, com o início do empreendimento colonizador que

⁶⁰ Segundo o dicionário Aurélio (2010), “tamarana” é uma espécie de clava utilizada pelos indígenas tupi-guarani. Apesar da presença indígena no território do município, a origem do nome não parece estar ligada à iniciativa desse grupo ou dos habitantes não-indígenas locais. A recomendação dos Correios está alinhada ao Decreto-Lei nº 311/1938, imposto durante o Estado Novo, com a intenção de interditar a repetição dos nomes das cidades e distritos, “recomendando a preferência em adotar nomes regionais de língua indígena regional ou relacionado aos fatos históricos da região, em caso de substituição de topônimos”. (IBGE. **Toponímia em línguas dos povos indígenas no Brasil**. 2007. Disponível em: https://dplpng.ibge.gov.br/images/dplpng/sessoes/IX_conferencia/Toponymy%20in%20languages%20of%20native%20peoples%20in%20Brazil_tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf . Acesso em: 04/04/2024.)



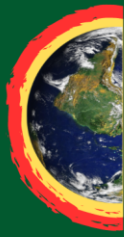
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

fundou Londrina (1934) este núcleo se volta ao norte, sendo desmembrado de Tibagi e anexado a Londrina em 1939. (OLIVEIRA, 2008, p. 44-6)

A ligação com Londrina alterou rapidamente o perfil do distrito. A construção de uma estrada de rodagem, em 1941, eliminou a necessidade do transporte de porcos a pé. A suinocultura continuaria como atividade predominante até o final daquela década, sendo posteriormente suplantada por outras práticas, em especial o cultivo de arroz. Desde então, a economia agropecuária é predominante no distrito: ao redor do núcleo urbano, concentram-se as pequenas e médias propriedades, em posse das famílias de “pioneiros”, que se dedicam ao cultivo de cereais, cana de açúcar, café e à criação de animais. Nas áreas mais distantes, estabelecem-se grandes propriedades que exploram a extração madeireira e o cultivo de café. (OLIVEIRA, 2008, p. 51-4)

Este perfil econômico permanece sem grandes alterações, pelo menos até a década de 1980, quando é criado o assentamento rural da Água da Prata (1985). Como resultado da luta de trabalhadores rurais pela posse da terra, até o ano de 2004 foram criados mais 13 assentamentos, abrigando 382 famílias e cobrindo uma área de 5.297ha no município. Esses assentamentos se concentram nas áreas ocupadas anteriormente pelos grandes latifúndios explorados pelas madeireiras e pela cafeicultura, que passaram por um processo de esgotamento a partir da década de 1970. As famílias assentadas se dedicam, desde então, à agricultura familiar, à pecuária e ao arrendamento de suas terras para a atividade monocultora, especialmente de soja. (SILVA, 2007; ROSA, 2009)

Após a emancipação, manteve-se o perfil predominantemente agrícola da economia local, embora desde o final da década de 1980 já houvessem tentativas por parte de lideranças locais em diversificar a economia do município com a promoção do turismo e da industrialização (SILVA, 2016). Atualmente, a cidade conta com áreas destinadas a parques industriais, mas ainda com a maior parte de seus terrenos vazios. As unidades industriais predominantes são aquelas ligadas à agroindústria, além da existência de indústrias de cosméticos, materiais para construção civil, de reciclagem de baterias automotivas, entre outras. Em relação ao turismo, o município é conhecido pelas cachoeiras, campings e estâncias localizados nas serras e às margens de rios. A análise de alguns dados recentes, no entanto, indica a permanência de um perfil dependente da atividade agrícola, três décadas após a emancipação.

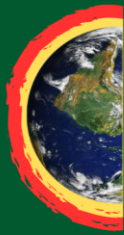


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Em 2017, Tamarana contava com 597 estabelecimentos agrícolas, que ocupavam uma área de 36.683ha (77% do território total), enquanto as áreas remanescentes de Mata Atlântica somavam, em 2021, 9.105ha (19% do território). Nesses estabelecimentos, a produção de soja é a atividade predominante: em 2022, a produção do grão foi de 60.500 toneladas em 16.100ha (44% da área de estabelecimentos agrícolas), o que representou 176 milhões de reais em valor bruto. Além da lavoura, o município contava em 2022 com um rebanho de aproximadamente 12 mil bovinos, 2 milhões de galináceos e uma produção de 22 mil kg de tilápia. Em 2010, os setores da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura empregavam 2.283 de um total de 5.599 pessoas economicamente ativas, e em 2021, a atividade agropecuária foi responsável por 147 milhões de reais do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, frente a 44 milhões da indústria e 99 milhões do setor de comércio e serviços. (IPARDES, 2024, p. 3-5, 26, 29, 37-8)

Emancipada menos de uma década após a promulgação da Constituição de 1988, Tamarana nasceu em um contexto de valorização das atribuições administrativas e legislativas municipais que marcam o texto desta Carta. Neste sentido, a formação de um Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA) no município acompanhou a tendência da Política Nacional do Meio Ambiente (lei federal nº 6.938/1981) em aumentar o protagonismo da esfera municipal no tratamento de questões ambientais. O SISMUMA é composto pelas entidades políticas, conselhos, órgãos, instrumentos legislativos, políticas públicas e fundos monetários direcionados ao meio ambiente em um município. Sua implantação e abrangência dependem das características de cada localidade, o que exige uma compreensão ampla da realidade e especificidades municipais e investimento na capacitação e amadurecimento do debate entre poder público e sociedade civil. (ÁVILA & MALHEIROS, 2012, p. 34-7)

Em Tamarana, o órgão central e executor do SISMUMA é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que exerce essa função desde sua criação, em 2014 (lei municipal nº 1.032/2014). Até então, as funções da pasta eram exercidas por uma Diretoria de Meio Ambiente, subordinada à Secretaria de Agricultura. Atualmente, o orçamento da nova secretaria é consideravelmente maior do que o de sua antecessora: do orçamento de 52 milhões de reais da administração municipal para 2023, foram destinados 1 milhão e 313 mil reais ao Meio Ambiente e 683 mil reais para a Agricultura (lei municipal nº 1.505/2022).



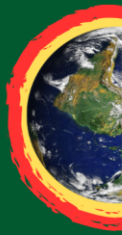
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Em relação ao aparato legislativo, o município conta desde 1997 com uma lei que regulamenta sua “Política Ambiental de Proteção, Controle, Conservação e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente” (lei municipal nº 41/1997), estabelecendo seus objetivos, princípios, atribuições, instrumentos, regulações, normas e a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Fundo Municipal do Meio Ambiente. A questão ambiental também está contemplada em sua Lei Orgânica, aprovada em 2002, na forma de competências gerais atribuídas ao município, em acordo com a Constituição Estadual e a à Política Nacional do Meio Ambiente.

Em sua atual gestão, nomeada em 2022, o Conselho Municipal de Meio Ambiente é composto por membros do poder legislativo, das secretarias municipais do Meio Ambiente, Educação, Saúde e Agricultura e por outros quatro membros representantes de entidades da sociedade civil, todos nomeados pelo prefeito. A atuação do conselho não recebe publicidade adequada: em uma busca *online*, não encontramos informações sobre a atuação e composição do conselho em anos anteriores.

Em relação ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, embora previsto em lei desde 1997, sua criação só foi colocada em pauta recentemente, em fevereiro de 2024, em projeto encaminhado pelo Executivo à Câmara Municipal (projeto de lei nº 2/2024). O texto trata das fontes de financiamento, forma de administração e aplicação dos recursos destinados ao meio ambiente, encontrando-se em tramitação na casa legislativa. Assim, o acompanhamento desse processo ao longo da realização de nossa pesquisa pode contribuir para compreender “em tempo real” o debate sobre a questão ambiental no município.

Junto a este debate, há também a discussão em torno do Plano Diretor do município. O documento, fundamental para orientar a ocupação e o desenvolvimento do território urbano, levando em consideração aspectos econômicos, sociais e ambientais, foi elaborado pelo Poder Executivo municipal após uma série de audiências públicas, realizadas ao longo de 2022, e apresentado à Câmara Municipal no final daquele ano. No entanto, o texto recebeu parecer jurídico desfavorável por parte desta casa, que alegou “prejuízo ao processo legislativo participativo”, alegando que as audiências não tiveram participação efetiva da sociedade civil (ofício nº 118/2023 da Câmara Municipal de Tamarana). A tramitação do projeto ainda está em aberto, de modo que buscaremos acompanhá-la durante a realização de nossa pesquisa.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Os dados aqui apresentados preliminarmente indicam que, especialmente nos últimos 10 anos, Tamarana avançou na consolidação de seu SISNUMA. No entanto, ainda persistem algumas questões a serem investigadas, como a legislação ambiental “avulsa” aos códigos já mencionados, a forma como são destinados e aplicados os recursos municipais ao meio ambiente e a atuação cotidiana dos órgãos e conselhos ambientais em sua relação com setores ligados à atividade agropecuária e outros potencialmente nocivos ao meio ambiente.

Além disso, há o desafio de avaliar as dimensões da atuação da sociedade civil na questão ambiental, tendo em vista a ausência de organizações voltadas para estes fins e a ação meramente pontual de alguns setores da população. Alguns acontecimentos recentes trouxeram à tona o debate sobre as questões ambientais na cidade, podendo ser tomados como objeto de reflexão em nossa pesquisa. Em 2014, uma empresa de gestão de resíduos sólidos iniciou estudos para a construção de um aterro sanitário no município. Um grupo de agricultores “tradicionais” (não assentados) da cidade, proprietários de terras próximas ao futuro aterro, reagiu realizando um “tratoração” e manifestações nas audiências públicas realizadas pela empresa⁶¹. A iniciativa foi bem-sucedida ao mobilizar parte da população e vereadores contra o empreendimento, o que forçou a empresa a abandonar o projeto. Posteriormente, a cidade passou a integrar um consórcio intermunicipal com o objetivo de destinar os resíduos sólidos a um aterro fora da área do município (Lei Municipal nº 1.375/2019).

A ocorrência de eventos climáticos extremos, que têm se tornado cada vez mais frequentes globalmente, como consequência das mudanças climáticas, também afetou a cidade. Em janeiro de 2016, uma série de temporais elevou o nível dos rios que cortam o município a uma altura sem precedentes, destruindo residências, pontes, estradas e lavouras, causando o rompimento de represas e inutilizando todo o maquinário de uma fábrica de papelão.⁶² No ano seguinte, quando os prejuízos das enchentes ainda se faziam sentir no cotidiano e na memória da população, um vendaval deixou aproximadamente 200 imóveis destelhados no centro urbano, além de derrubar árvores e postes da rede de energia elétrica⁶³. Embora em menor intensidade, eventos desse tipo

⁶¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/06/agricultores-fazem-tratoraco-contrainstalacao-de-empresa-no-norte-do-pr.html>

⁶² Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/01/nove-cidades-do-pr-decretam-estado-de-emergencia-ou-de-calamidade.html>

⁶³ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/temporal-quebra-mais-de-20-postes-e-deixa-dezenas-de-casas-destelhadas-em-tamarana-no-nort>



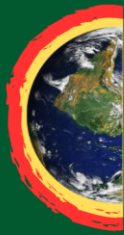
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

continuaram ocorrendo periodicamente nos anos seguintes, exigindo do poder público municipal uma contínua mobilização para captar e aplicar recursos em atendimento à população afetada.

Nossa hipótese principal, tendo em vista nossas considerações iniciais sobre a formação histórica do município, suas características econômicas e a condição atual de seu SISMUMA, aponta para a existência de uma ambiguidade na forma como a administração pública e a sociedade civil tamaranenses encaram as questões ambientais. O cuidado com o meio ambiente é visto por esses atores como fundamental para a qualidade de vida da população e para o desenvolvimento econômico da cidade, na medida em que a degradação ambiental afeta diretamente a atividade agrícola (o “motor” do desenvolvimento do município) e outras atividades de crescimento potencial, como o turismo e a indústria. No entanto, essa preocupação ainda não foi acompanhada de políticas públicas consistentes e duradouras que visam criar um SISMUMA sólido, bem estruturado e fortalecido por ações de conscientização e mobilização da sociedade civil, para além dos momentos de crise. Neste quesito, os avanços obtidos desde a emancipação são reconhecidos, mas ainda limitados por questões socioeconômicas e políticas locais. Além disso, os discursos predominantes entre as lideranças políticas e sociais parece indicar a existência de uma crença na possibilidade de um desenvolvimento sustentável e tecnológico, que alie agropecuária extensiva, industrialização, turismo e conservação ambiental.

2. Revisão bibliográfica e referenciais teóricos

Em um levantamento bibliográfico *online*, encontramos poucos trabalhos que se articulam diretamente ao nosso tema de pesquisa. Nossa pesquisa se concentrou nos *sites* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital da UEL. A busca por produções que mencionassem o termo “Tamarana” em seu título ou resumo retornou 37 resultados, dentre os quais 6 teses de doutorado, 27 dissertações de mestrado e 4 monografias de conclusão de curso de graduação e pós-graduação. Divididos por área do conhecimento, Geografia concentra a maior parte desses trabalhos (2 teses, 11 dissertações, 3 monografias), seguida por Letras (4), Agronomia (4), Ciências Sociais (3), Administração (2), Educação (2), Engenharias (2), História (1), Ciências Biológicas (1), Medicina Veterinária (1) e Serviço Social (1). A maior parte desses trabalhos (25) foi produzida na



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

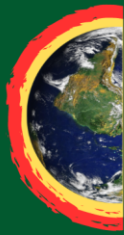
Universidade Estadual de Londrina (UEL), mas há produções oriundas de diversas instituições (PUC-SP, UEM, UFPR, UFSC, UFSCAR, UNESP, USP e UTFPR). Em relação à época de publicação, a maioria (24) data do período de 2011 a 2020.

Em relação aos temas, 12 trabalhos tratam de aspectos relacionados aos trabalhadores rurais, agricultura familiar e assentamentos; 10 possuem caráter mais técnico em áreas como agronomia, zootecnia, serviço social e turismo; e 9 trabalhos se concentram em temáticas antropológicas, educacionais e linguísticas relacionadas à Terra Indígena Apucarantina. Para nossa pesquisa, consideramos que essas fontes bibliográficas serão, em maior ou menor medida, indispensáveis para enriquecer a compreensão dos aspectos socioeconômicos e políticos que pretendemos investigar.

Os trabalhos especificamente historiográficos sobre o município são o trabalho de conclusão de curso de Juliana Sieni Oliveira, “Formação Sócio-Espacial do Município de Tamarana – Paraná.” (2008) e a dissertação de mestrado de Rafael Nascimento Silva, “Entre o SIM e o NÃO: História da emancipação política de Tamarana e seu ensino na escola” (2016). Embora produzidos fora do âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação em história, ambos empreendem investigações valiosas que podem embasar nossa pesquisa.

Oliveira (2008) reconstruiu o processo de formação do núcleo urbano tamaranense com base na bibliografia disponível sobre o tema, complementando com notícias de jornal e depoimentos orais de pioneiros – atualmente, já falecidos. O processo de emancipação do município também recebeu atenção no trabalho, embora de forma superficial, trazendo apenas uma reconstrução cronológica dos eventos. Os objetivos limitados são esperados em pesquisas realizadas em contexto de graduação; no entanto, consideramos que o levantamento bibliográfico, a coleta de depoimentos e estatísticas e as conclusões da autora serão importantes para enriquecer nossa análise com novos materiais e questionamentos.

A dissertação de Silva (2016) se concentrou no processo de emancipação do município por meio das notícias de jornais, dos embates legislativos e da coleta de depoimentos orais de atores participantes dos eventos. Sua abordagem é inovadora na medida em que buscou compreender a participação da população indígena neste processo, somado a uma investigação sobre a forma como a história do município é ensinada nas escolas locais. Ao apontar para as problemáticas que envolvem a memória coletiva sobre os embates políticos recentes na história da cidade, o autor



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

coloca em debate as relações entre poder público e sociedade civil, que serão aprofundadas em nossa pesquisa.

A revitalização da história política na historiografia francesa, iniciada na década de 1970, tem nas ideias de Pierre Rosanvallon (2010) um de seus desdobramentos recentes mais significativos. O historiador distingue a “política” como um segmento do mundo do “político” com base na ideia da produção de representações por um povo ou comunidade. Assim, a política seria o espaço para onde convergem as representações – estas são produzidas no mundo do político, uma realidade mais ampla definida como “o processo que permite a constituição de uma ordem a que todos se associam, mediante deliberação das normas de participação e distribuição.” (ROSANVALLON, 2010, p. 42). Neste sentido, o objetivo de uma história do político seria “promover um entendimento acerca do modo por que são projetados e se desenvolvem os sistemas representativos, que permitem aos indivíduos ou grupos sociais conceber a vida comunitária.” (ROSANVALLON, 2010, p. 44). Entendemos, assim, que ao buscarmos compreender a forma como a questão ambiental é trabalhada pelo poder público e pela sociedade civil de um município, devemos considerar sua característica de representação, daquilo que embasa simbolicamente uma vida política em comunidade.

Do campo da história ambiental, adotamos a perspectiva sugerida por José Augusto Pádua (2010) de entender a natureza e a cultura não como dimensões separadas, ou mesmo antagonistas, mas como realidades construídas e reconstruídas de forma contínua e inseparável. Assim, a análise histórica sobre o meio ambiente deve se dar em três níveis: o da ecologia, o da constituição socioeconômica das sociedades e o das dimensões cognitivas humanas. Também buscaremos inserir nossa pesquisa nos debates recentes sobre a história ambiental urbana (ARAÚJO, 2023), entendendo a cidade como espaço marcado pelas tensões e interações entre as noções de espaço natural e cultural.

O recorte espacial da pesquisa exige um recurso às contribuições da história regional. A aproximação deste campo com a Geografia permite compreendermos o espaço como uma materialidade física que se constitui em campo de forças em disputa como resultado da produção humana. Este processo de apropriação lhe atribui múltiplos sentidos. Assim, a compreensão de uma realidade local ou regional permite ao historiador abordar em detalhe os aspectos específicos de uma totalidade ou de regiões mais amplas e testar ou mesmo reformular generalizações teóricas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

(BARROS, 2007; 2022) Mesmo circunscrita a uma fronteira político-administrativa, nossa pesquisa deverá levar em conta a inserção da espacialidade tamaranense em sua realidade regional mais ampla, observando suas múltiplas interações.

Finalmente, para fundamentar nossa análise, recorreremos ao materialismo histórico-dialético, entendido aqui como a compreensão de nosso objeto de pesquisa tal como ele é em si mesmo, em sua estrutura e dinâmica. Entendemos o papel do pesquisador como sujeito ativo, que mobiliza conhecimentos, critica, revisa e usa da criatividade e imaginação, e cujo interesse principal é a compreensão das determinações e contradições reais e concretas que constituem seu objeto de pesquisa. (NETTO, 2011) Neste sentido, a materialidade e as determinações das relações sociais, políticas e ambientais da população tamaranense devem ser entendidas sob uma chave de leitura que as insiram em sua totalidade enquanto realidade social. (NETTO, 2011, p. 51-9)

3. Objetivos, metodologia e fontes

Nossa pesquisa tomará como objetivo central compreender a construção do debate e das políticas públicas em torno da questão ambiental no município de Tamarana, entre 1995 e 2025. Esta proposta se desdobrará em alguns objetivos específicos, como: traçar um panorama da formação histórica e das especificidades socioeconômicas e territoriais do município; analisar as políticas públicas municipais que envolvem as questões ambientais, em contraste com a realidade econômica local; avaliar o envolvimento dos atores da sociedade civil nos debates e políticas públicas locais sobre a questão ambiental;

Para perseguir estes objetivos, a pesquisa exigirá o trabalho com um conjunto variado de fontes, com metodologias específicas para cada tipo documental. A documentação produzida por órgãos governamentais, como leis, relatórios, ofícios, portarias, atas, entre outros, são, em sua maioria, disponibilizados para consulta *online* nos *sites* dos respectivos órgãos. Mesmo a documentação não acessível por este meio pode ser solicitada diretamente aos órgãos, já que o recurso à Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) constitui importante ferramenta ao pesquisador. Assim, pretendemos recorrer à documentação produzida e armazenada pela Prefeitura Municipal de Tamarana, pela Câmara Municipal de Tamarana, pelo Governo do Estado



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

do Paraná e outros órgãos vinculados à administração pública. A análise desse material deve levar em conta sua característica de documento oficial, produzido em um espaço de disputas políticas e formatado por exigências técnico-administrativas. São, enfim, discursos normativos, que devem ser interpretados considerando suas motivações, intenções e resultados concretos.

Os dados estatísticos, como aqueles produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também constituirão importante fonte de pesquisa, na medida em que permitirão a análise quantitativa de variáveis socioeconômicas e demográficas do município ao longo do tempo, e mesmo a comparação com outros municípios. Nesta pesquisa, as estatísticas serão utilizadas principalmente como indicadores do desenvolvimento socioeconômico do município, sendo tomadas como ponto de partida para as questões levantadas por nossa hipótese principal.

As fontes jornalísticas constituirão um importante suporte para que nossa pesquisa não se reduza aos discursos oficiais. Recorrendo aos acervos de periódicos, como a *Folha de Londrina*, o *Jornal de Londrina*, assim como ao material audiovisual produzido e disponibilizado *online* por emissoras televisivas, pretendemos avaliar o impacto dos acontecimentos locais relacionados à questão ambiental sobre a sociedade civil. O discurso jornalístico deve ser lido considerando as intenções do órgão emissor – estas, muito além de informar, criam e reproduzem relações de poder e pontos de vista que devem ser contextualizados pelo pesquisador.

Finalmente, o recurso a depoimentos orais de atores políticos e da sociedade civil permitirão uma amostra de como nosso objeto de pesquisa se traduz na realidade cotidiana da população. Assim, buscaremos identificar e entrevistar gestores e autoridades públicas, lideranças populares e indivíduos diretamente afetados por eventos climáticos e ambientais de modo a compreender suas concepções sobre a relação entre a questão ambiental e o desenvolvimento socioeconômico do município, avaliando em que medida a sociedade civil está inserida na construção de políticas públicas voltadas ao meio ambiente no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Desde sua instalação, Tamarana faz parte de um universo de 3.860 pequenos municípios (com até 20 mil habitantes) que representam 69% dos 5.570 municípios brasileiros. Embora concentrem aproximadamente 16% (ou 32 milhões de habitantes) da população do país, essas administrações ocupam 45% do território nacional (ou 3.869.668 km²). Deste modo, mesmo que sua expressividade em termos populacionais não se compare aos grandes centros, municípios como Tamarana mantém sob sua jurisdição extensas áreas de interesse econômico e ambiental. Como estudo de caso, esta pesquisa pode contribuir para a compreensão sobre a forma como administrações frequentemente carentes de recursos humanos e materiais tratam as questões ambientais no âmbito local.

Além disso, evidencia-se a existência de uma lacuna bibliográfica que contemple nosso tema de pesquisa e mesmo outras questões correlacionadas, como a história da formação e ocupação do território tamaranense e sua inserção no processo de colonização do norte do Paraná, suas dinâmicas políticas, sociais e culturais, as memórias coletivas e a interação entre a população indígena e não-indígena. Assim, como parte de nosso esforço de pesquisa, buscaremos identificar fontes e problemáticas ainda não investigadas pela historiografia regional e que possam contribuir para seu enriquecimento.

Finalmente, buscaremos desenvolver com nossa pesquisa uma contribuição teórica ao campo da história política através do diálogo com campos de estudos da história ambiental e da história regional, incorporando em nossas reflexões os debates e preocupações atuais em torno dessas temáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. A cidade e urbano têm lugar nos estudos de História Ambiental? A abordagem da História Ambiental Urbana. **Revista Canoa Do Tempo**, v. 15, p. 1–28, 2023.

ARRUDA, Gilmar; COLACIOS, Roger. Considerações ético-políticas na História (Ambiental): escalas e o presentismo da devastação. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 64–94, 2019.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

ÁVILA, Rafael Doñate; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. O sistema municipal de meio ambiente no Brasil: avanços e desafios. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 33–47, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARROS, José D'Assunção. História Local e História Regional - a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 2, p. 22–53, 2022.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, p. 95–129, 2007.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva**. Londrina: Eduel, 2015.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IPARDES. **Caderno estatístico do município de Tamarana**. Fevereiro de 2024. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86125&btOk=ok>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

LEME, Taciana Neto. Os municípios e a política nacional do meio ambiente. **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, n. 35, p. 25–52, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Estela Maria Souza Costa. Política ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 137–150, 2012.

NOVAK, Éder da Silva. Os Kaingang e a reestruturação do território indígena Apucarana (PR) no século XX. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 11, n. 1, p. 279–307, 2018.

NOVAK, Éder da Silva. Os Kaingang e a Usina Hidrelétrica do Apucarantina. **Revista de História Regional**, v. 26, n. 1, 121–150, 2021.

NOVAK, Éder da Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. Desiguais e combinados: índios e brancos no vale do Rio Tibagi – PR na primeira metade do século XX. **CAMPOS - Revista de Antropologia Social**, v. 14, n. 1/2, p. 77–113, 2013.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

OLIVEIRA, Juliana Sieni. **Formação Sócio-Espacial do Município de Tamarana – Paraná**. 2008. 107 p. Monografia (Bacharel em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

ROSA, Luis Artur Bernardes da. **Agricultura familiar em assentamentos rurais: o caso do município de Tamarana-PR**. 2009. 124 p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Daniela Doms Godinho da. **Assentamentos rurais e mudanças na dinâmica sócio-espacial local: o caso do município de Tamarana-PR**. 2007. 157 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SILVA, Rafael Nascimento. **Entre o SIM e o NÃO: História da emancipação política de Tamarana e seu ensino na escola**. 2016. 142 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Vinícius Marcondes Araújo é graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e mestre em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente, cursa o doutorado na mesma instituição.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Fragmentos para a História Ambiental: os desastres socioambientais no Sul do
Brasil a partir do Diário da Tarde (1983)

Marizete Gasparin Zenaro

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF)
e bolsista Uniedu. Prof Orientador: Dr. Marcos Gerhardt

Resumo

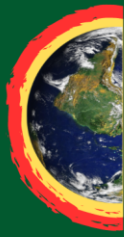
A região Sul do Brasil vem apresentando, ao longo dos últimos anos, um aumento na ocorrência de desastres socioambientais associados aos eventos climáticos extremos. Esses eventos podem ser de origem climatológica, geológica, hidrológica ou até meteorológica, combinadas com ações antrópicas. O ano de 1983, marcado na história pela ocorrência de inundações, também sinalizou a presença de outros eventos que intensificaram os danos desse desastre, modificando espaços e histórias de vida. O contexto da época, assinalado pelo crescimento populacional e pela migração de pessoas do campo para a cidade, alterou as características do espaço urbano e as condições do desastre. O presente trabalho tem por objetivo pesquisar a história dos desastres socioambientais ocorridos em maio e junho de 1983, a partir do periódico *Diário da Tarde*, identificando os eventos que ocorreram nesse período, as regiões atingidas e a relação do homem com o meio ambiente. Trata-se de uma pesquisa nas edições no jornal *Diário da Tarde* publicadas entre os dias 19 de maio e 08 de junho de 1983, que contribui para conhecer um pouco mais da história regional e compreender as preocupações ambientais existentes no contexto da década de 1980, quando os estudos de História Ambiental ganharam corpo nos debates acadêmicos.

Palavras-chave: Antropização; Imprensa; Inundações; Mudança climática.

Abstract

The southern region of Brazil has been experiencing, over recent years, an increase in the occurrence of socio-environmental disasters associated with extreme weather events. These events can be of climatological, geological, hydrological or even meteorological origin, combined with anthropogenic actions. The year 1983, marked in history by the occurrence of floods, also signaled the presence of other events that intensified the damage caused by this disaster, modifying spaces and life stories. The context of the time, marked by population growth and the migration of people from the countryside to the city, changed this characteristic of urban space and the conditions of the disaster. The present work aims to research the history of the socio-environmental disasters that occurred in May and June 1983, based on the newspaper *Diário da Tarde*, identifying the events that occurred during this period, the regions affected and the relationship between man and the environment. This is research into editions newspaper *Diário da Tarde* published between May 19th and June 8th, 1983, which contributes to knowing a little more about regional history and understanding the environmental concerns that existed in the context of the 1980s., when Environment History studies gained ground in academic debates.

Keywords: Anthropization; Press; Floods; Climate change.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

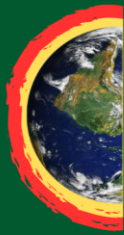
Introdução

Sol, chuva, frio ou calor? Quem nunca viu ou ouviu, ao longo da história, uma dessas condições meteorológicas serem mencionadas ou citadas na previsão do tempo? Essas são só algumas características naturais do ambiente referente ao estado da atmosfera, que podem ocorrer de forma intensa e modificar ou não os espaços e a história humana, quando associados à ação antrópica. Ao longo do ano de 2024, experiências humanas relacionadas às fortes precipitações e ondas de calor impactaram os debates, estudos científicos e as publicações nos meios de comunicação.⁶⁴ Mas essa não foi a primeira vez que eventos climáticos ocorreram e surpreenderam a sociedade brasileira pelos desastres provocados. Na região Sul do Brasil, por diversas vezes, fenômenos atmosféricos naturais ocorreram de forma intensa, provocando os chamados eventos climáticos e contribuindo com a construção da história dos desastres socioambientais.

O ano de 1983 foi marcado por acontecimentos semelhantes. A ocorrência de intensas precipitações com elevados volumes de chuva, provocaram desastres conhecidos como a ‘Enchente de 83’. Porém, não foram só as condições das enchentes que produziram os danos, outros eventos de menor intensidade contribuíram para potencializar os desastres, quando associados à presença humana. Nesse contexto, pergunta-se: Quais os eventos climáticos que ocorreram na região Sul do Brasil em maio/junho de 1983 produzindo os desastres? Qual o impacto socioambiental desses desastres? Como o homem se relacionava com o meio ambiente no momento dos desastres? Essas perguntas serão discutidas no presente trabalho, que faz parte da pesquisa de doutorado em História, referente aos desastres socioambientais hidrológicos ocorridos no século XX, e tem por finalidade analisar a história dos desastres socioambientais ocorridos no Sul do Brasil entre o final de maio e início de junho de 1983.

O tema é complexo. Outros estudos, em outros contextos, podem levar a outras interpretações. Mas as fontes selecionadas aqui, situam-se nas 17 edições publicadas na imprensa *Diário da Tarde*, entre os dias 19 de maio e 08 de junho do referido ano, que abordam em suas narrativas as características do clima e o impacto dos desastres socioambientais. Marialva Barbosa escreve sobre a relação dos meios de comunicação e a história mencionando as narrativas jornalísticas: “Recuperar o passado significa caminhar do agora numa direção pretérita a partir de

⁶⁴Referente às fortes precipitações ocorridas neste ano ver BRACK (2024). A página traz na seção Leia mais a indicação de outras publicações sobre o tema. Referente às ondas de calor ocorridas no Brasil ver os dados postados em INMET (2024) e em Cemaden/MCTI (2024).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

traços, restos, vestígios que o passado deixa no presente. Significa considerar que os rastros são signos de representação” (Barbosa, 2007, p. 11). Portanto, é fundamental analisar as representações presentes nas narrativas jornalísticas ao recuperar o passado, e o historiador faz isso interpretando o acontecimento dentro do contexto produzido.

Mesmo que o tempo dessa análise seja de curta duração e não consiga apresentar resultados mais amplos à História, a investigação possibilita conhecer um pouco mais da história regional referente ao Sul do Brasil, levando em consideração o contexto das décadas de 1970/80, quando as preocupações ambientais chegaram a “[...] uma parcela muito mais ampla da esfera pública” (Pádua, 2010, p. 82), intensificando presença nos discursos políticos, nos movimentos populares, nos meios de comunicação e nos estudos científicos realizado nas academias, inclusive, com a criação da História Ambiental que trazia enquanto objetivo, “[...] aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (Worster, 1991, p. 200). Nesse campo de investigação, os desastres socioambientais enquanto tema em crescente discussão, tornam-se objetos de pesquisa e contribuem, enquanto fragmentos, para os estudos de História Ambiental.

Diário da Tarde é o único material da imprensa paranaense, com publicação na referida data, que está disponível para pesquisa online via plataforma da Biblioteca Nacional Digital. Sob a direção do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, circulava pela sociedade paranaense desde 1889, registrando fatos locais, regionais, nacionais e internacionais, referente a temas variados como a política, economia, meio ambiente, sociedade, esporte e inclusive as páginas policiais. No ano de 1983, era publicado em exemplar de 08 páginas de segunda a sexta feira, de 06 páginas no sábado, folgando as edições no domingo.

Conceitualmente, o trabalho discute expressões relacionadas aos eventos climáticos vinculados aos desastres socioambientais. O *Anuário Brasileiro de Desastres Naturais*, traz em seu anexo a tabela de Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), que define os desastres como naturais e classifica-os conforme suas características, sendo, geológico, hidrológico, meteorológico e climatológico (Brasil, 2012, p. 72-75). Estas características são melhor discutidas no corpo do trabalho, porém, detalham apenas a influência natural do desastre, sem a interferência humana.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Juliano Costa Gonçalves estuda os desastres e menciona que:

A intensidade de um perigo advém da magnitude do evento que o originou. Significa dizer, por exemplo, que a quantidade de chuva medida em milímetros (mm) por dia vai determinar a intensidade do perigo, ou melhor dizendo, quanto maior a chuva, maior a intensidade de um perigo e maior a sua área de influência (2010, p. 01).

Para a História, a magnitude de um evento pode influenciar a condição de um desastre, mas o resultado não depende somente das características naturais do ambiente e sim da relação socioambiental, que ocorreu tanto no local de ocorrência do evento, quanto em outros espaços ao longo da história. Essa relação é o que definimos como antropização. Estudos mostram, que a etimologia da palavra vem do grego *anthòpos* (homem) e tem o sufixo de *ikos* que indica uma ação. Quando vinculado ao meio ambiente, as ações estão presentes numa relação de dependência entre ambos e podem ser construtivas ou destrutivas (Fernandes; Santos; Seruffo, 2024, p. 65-89). As reportagens citadas na presente pesquisa exemplificam a presença e/ou a ação humana no espaço e tempo de ocorrência dos eventos, produzindo a condição do desastre. Schwartz (2007) escreve sobre os eventos climáticos enquanto fenômenos naturais, que só se tornam desastres naturais (catástrofes) quando encontram concentrações de pessoas ou propriedades. Nessa interpretação, para diferenciar o conceito nos estudos historiográficos, a condição de um desastre não depende unicamente das características naturais do ambiente e portanto, define-os como desastres socioambientais devido à relação antrópica existente, conforme também mencionado por Nodari e Espíndola (2013).

O recorte espacial, Sul do Brasil, devido a sua amplitude, não traz uma homogeneidade natural em todas as características físicas do ambiente. O *Atlas Climático da Região Sul do Brasil* mostra que, de acordo com a classificação climática de Köppen, a região possui: clima temperado do tipo quente (Cfb) na maior parte da região sul, com temperatura média no mês mais frio, menor que 18°C e no mês mais quente inferior à 22°C; clima subtropical (Cfa) em parte do norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e centro/sul do Paraná, com temperaturas médias no mês mais frio inferior à 18°C e no mês mais quente superior a 22°C; e clima tropical (Af) numa pequena faixa litoral do Paraná, com umidade do ar elevada e chuvas abundantes. A altitude varia do nível do mar até 1.818 metros de elevação, com paisagens de planícies, serras, planaltos e vales. O bioma Pampa ocupa a região mais ao sul, enquanto no restante tem a presença da Mata Atlântica. As temperaturas oscilam ao longo do ano, algumas regiões abaixo de zero no inverno e outras acima



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

de 37° no verão. Os volumes das precipitações alcançam valores médios entre 1000 mm e 2000 mm ao longo do ano, sendo algumas regiões com volumes maiores para o inverno e outras para o verão. Essas características físicas do ambiente interferem na ocorrência dos eventos climáticos e auxiliam no planejamento das atividades agrícolas, na preservação do ambiente e nas políticas públicas rurais (Wregue et al., 2012).

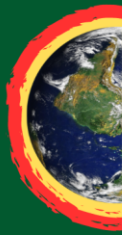
Para dialogar com as fontes aqui apresentadas, foram utilizados artigos científicos que abordam o tema mencionado e os conceitos discutidos nesta pesquisa.

1- Fragmentos de 1983: uma análise dos desastres socioambientais no Sul do Brasil

Os estudos referentes aos desastres socioambientais, conforme mencionado, se fizeram presentes nas pesquisas acadêmicas a partir da criação da História Ambiental enquanto campo de investigação. Esse tema, ainda jovem na historiografia, carece de muitas análises, mas cresceu na medida em que as preocupações ambientais ganharam espaço na sociedade.

Nesse contexto de preocupações, a imprensa também abordou o tema registrando os eventos climáticos e divulgando em muitas reportagens os desastres ocorridos. A expressão desastre, por mais trágica que seja, atrai olhares humanos sempre que mencionada. Foram 80 notícias e textos publicados nas 17 edições, que de forma direta ou indireta abordaram o evento. Algumas dessas matérias serão analisadas neste trabalho.

Para compreender melhor, a relação do homem com o meio ambiente, referente aos desastres socioambientais, faz-se necessário conhecer conceitualmente as características naturais dos eventos climáticos. De acordo com a tabela do COBRADE, são classificados em geológico (terremoto, vulcões, movimento de massa, e erosão), hidrológico (inundações, enxurradas e alagamentos), meteorológico (Sistemas de Grandes Escala, tempestades e temperaturas extremas) e climatológico (seca) (Brasil, 2012, p. 72-75). No Sul do Brasil, dentre os eventos citados, somente terremotos e vulcões ainda não ocorreram. Os demais, atingiram a região. Porém, no período contemplado nesta pesquisa, os eventos de origem climatológica e as temperaturas extremas também não aparecem nas reportagens.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

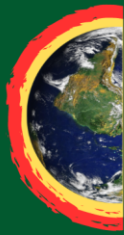
A passagem desses eventos climáticos é comum em diversas regiões do planeta. O que difere são as características e intensidade dele, em cada espaço e tempo. Enquanto em alguns locais e momentos, ocorrem de forma superficial, outros, são moderados ou até intensos.

Os eventos climáticos registrados, entre o final de maio e início de junho de 1983, apresentam características diferenciadas. As fortes precipitações que causaram os desastres socioambientais hidrológicos, se manifestaram através de três eventos: as enchentes, as inundações e os alagamentos. Segundo Masato Kobiyama e outros autores, todos derivam da intensidade da chuva, mas provocam efeitos diferenciados no ambiente. Enquanto na enchente o rio fica cheio, mas não chega a transbordar, na inundação o rio transborda ocupando as áreas próximas. Ambos dependem da vazão do rio, além do volume e tempo de chuva. Nos alagamentos, a água ocupa determinadas superfícies próximas do rio, devido a deficiência de drenagem (Kobiyama et al, 2006). Em todos os eventos a ação antrópica de modificação do ambiente natural e ocupação do espaço, pode intensificar a situação dos desastres.

A imprensa referente ao dia 19 de maio, trazia as enchentes e inundações no Rio Grande do Sul:

O Rio Uruguai, que ontem de manhã atingiu seu nível máximo desde que começou a enchente, chegando em São Borja a 11,4 metros acima do normal, está agora baixando lentamente, e os prefeitos e líderes ruralistas já se mobilizam para conseguir recursos destinados a superar os problemas causados pelas inundações. Ontem ainda havia, segundo cálculos da Coordenadoria da Defesa Civil do governo gaúcho, três mil pessoas desabrigadas, das quais 600 perderam tudo que tinham e estão recolhidas a prédios públicos. Os prefeitos das cidades mais atingidas - Uruguaiana, Itaqui e São Borja, na margem do Rio Uruguai, e Alegrete, no Rio Ibirapuitã - acreditam que até o final do mês a situação estará normalizada, e estão pedindo recursos ao governo do Estado para auxiliar na reconstrução das casas atingidas e na repavimentação das ruas e estradas (Diário da Tarde, 1983, p. 05).

Os registros mostram que o evento iniciou com as cheias do rio, logo, transbordou inundando as regiões próximas, deixando desabrigados aqueles que ali residiam. Todas as cidades atingidas foram construídas nas imediações do rio e a presença humana refletia o desastre ocorrido. Analisando os conceitos mencionados na reportagem, é possível perceber que as enchentes assustam, mas provocam menos registros de danos do que as inundações. Na medida que o volume de água saía do leito do rio, o desastre aumentava. Além das residências atingidas deixando



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

famílias desabrigadas, estradas que auxiliam a locomoção de pessoas também sofreram estragos. A relação de dependência humana com o meio físico presente na região, intensificava a definição do desastre.

As inundações não ocorreram somente no Rio Grande do Sul, o Paraná também foi mencionado nas reportagens, inclusive no final do mês de maio, quando as chuvas ainda insistiam em ocorrer (Diário da Tarde, 31 maio 1983, p. 01).

Antes disso, no dia 20 de maio, os alagamentos foram publicados em reportagem que menciona a situação de Curitiba: “No centro, alagamento em virtude da impossibilidade dos bueiros e galerias pluviais poderem engolir toda a água que desceu [...]” (Diário da Tarde, 1983, p. 02). A própria narrativa trazia os motivos do desastre. Se o volume das precipitações excederam o planejamento urbano ou o crescimento urbano com ampliação da pavimentação das ruas reduziram a infiltração da água no solo e destinaram aos canais um volume maior do que o estimado, não podemos afirmar, mas sabe-se que as mãos humanas erraram. O homem, enquanto interventor de qualquer uma dessas condições, não planejou adequadamente a vazão de água que passaria pelas galerias ao longo dos anos e como em muitas outras situações semelhantes, a população que residia no local durante o evento, vivenciou os danos. Essa vazão de água também poderia ter se intensificado com o passar do tempo e aumento da presença humana local.

No campo geológico, o movimento de massa e a erosão aparecem nas edições do jornal. Ambos apresentam alteração no solo deslocando materiais em função da gravidade e da ação da água, com diferença na escala temporal. De acordo com Amaral e Martins (2018), o movimento de massa ocorre em um tempo menor e depende da gravidade do solo e do volume de água, enquanto a erosão, tem ação contínua e está associada ao manejo inadequado do solo e à intensidade da água que chega à este, acelerando o processo de degradação. São exemplos de movimento de massa, os deslocamentos de materiais (terra, rocha) da superfície, de forma parcial ou total, as fissuras e o afundamento que ocorrem em qualquer tipo de solo. Na erosão ocorre o desgaste do solo e pode ser continental, fluvial ou marinha (Amaral e Martins, 2018).

Os movimentos de massa, enquanto potencializadores de desastres socioambientais, aparecem na imprensa mencionando principalmente o estado do Paraná. No dia 20 de maio, foi publicado o evento ocorrido na região sudoeste, entre Guarapuava e Chopinzinho, quando um



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

trecho da BR 373 ficou interditado devido a queda de barreira (Diário da Tarde, 1983, p. 02). No dia 21, foi a vez de Ponta Grossa, quando um desmoronamento provocou mortes (Diário da Tarde, 1983, p. 02). No dia 24 do mesmo mês, foi citado o norte do Paraná, entre Maringá e Umuarama, quando a rodovia ficou bloqueada pela ocorrência de queda de barreira, além de outras regiões quando pontes foram arrancadas pelas águas dos rios (Diário da Tarde, 1983, p. 02). Em todas as reportagens a interferência humana acelerou o desastre. Mesmo invisível nas expressões, o homem estava lá e foi o responsável por construir as vias de locomoção ou residir no terreno inapropriado. A imprensa não publicou os movimentos de massa ocorridos em outros estados, mas sabe-se que características semelhantes poderiam aparecer em outros locais.

Referente a erosão, o jornal *Diário da Tarde* publicou em 20 de maio:

Microbacia integrada é a formação de um grupo de produtores vizinhos para executar o trabalho de conservação dos solos em conjunto. Os principais objetivos da microbacia são: segurar nas propriedades toda a água das chuvas, o que acabará com as erosões e voçorocas; evitar a compactação do solo e favorecer a infiltração da água, o que aumentará a fertilidade; melhorar as condições das estradas existentes na área e evitar a poluição dos rios (1983, p. 02).

Mesmo que em outras reportagens a imprensa mencionou timidamente o prejuízo nas lavouras, causado principalmente pelo excesso de água no solo, germinação e apodrecimento de grãos (Diário da Tarde, 23 maio 1983, p. 02), nesta narrativa tentava justificar as ações humanas que vinham sendo desenvolvidas para reduzir o impacto ambiental, informando sobre o sistema de conservação de solos, denominado microbacias, que estava sendo realizado no oeste do Paraná, com a finalidade de reduzir os danos na área rural em períodos de fortes precipitações.

Outros eventos climáticos, que ocorreram no Sul do Brasil no período em estudo, situam-se no campo meteorológico. Com características mais específicas, se apresentam através dos Sistemas de Grande Escala, das tempestades e das temperaturas extremas. Os Sistemas de Grande Escala ocorrem em escala regional e se definem pela velocidade do vento, às vezes associado ao volume de água. Na região litorânea, denominam-se ciclone, e no continente, frentes frias, que podem trazer quedas de temperatura, chuvas intensas, vendavais e quedas de granizo. As tempestades ocorrem em escala local, de forma isolada ou agrupada e apresentam-se em tornados, raios, granizo, chuvas intensas e vendavais, que dependem de fatores variados como a velocidade do vento, descarga elétrica, baixas temperaturas, volume de precipitação e pressão atmosférica



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

(deslocamento da massa de ar). As temperaturas extremas se apresentam enquanto ondas de calor e frio, com temperaturas muito acima ou muito abaixo da média apresentada até então (Brasil, 2012, p. 74-75).

Referente a esse grupo dos desastres naturais, a imprensa *Diário da Tarde*, no período em estudo, não registrou a ocorrência de temperaturas extremas e vendavais, apenas constam em suas publicações as tempestades derivadas de chuvas intensas, quedas de granizo, raios e quedas de temperatura com a presença de massa de ar frio chegando a provocar geadas. No dia 20 de maio foi publicado na imprensa a ocorrência de granizo em alguns locais de Curitiba, inclusive na região central (Diário da Tarde, 1983, p.02). Na edição de 21 de maio, traz a ocorrência de temporais na região de Ponta Grossa, associados apenas ao volume da água precipitada, mas não à velocidade do vento (Diário da Tarde, 1983, p. 02). Dia 28 de Maio, mencionou o caso do temporal no Rio Grande do Sul, com a presença de raios que causaram incêndio em uma fábrica de colchões (Diário da Tarde, 1983, p. 02). No dia 01 de Junho, circulava pela imprensa:

[...] começou o frio, registrando-se ontem uma temperatura mínima de 2,9 graus positivos. A tendência nos próximos dias é de queda ainda maior da temperatura, mas os desabrigados, concentrados em São Borja, Itaqui e Uruguaiana, deverão retornar em breve para suas casas. [...] Em Cambará do Sul, no Nordeste do Rio Grande do Sul, ocorreu a temperatura mínima no Estado, atingindo 2,9 graus positivos. Fez também muito frio no Sul: 3,2 em Alegrete, 3,4 em Santana do Livramento, e 3,8 em Bagé. Segundo o 8º Distrito de Meteorologia do Ministério da Agricultura, em Porto Alegre, houve geada em Bagé. No entanto, nesta época do ano, a geada não tem qualquer efeito negativo sobre a lavoura gaúcha. Em Santa Catarina geou apenas em Chapecó. A previsão da meteorologia para hoje é de tempo bom, frio e possivelmente com geada no Rio Grande do Sul (Diário da Tarde, 1983, p. 02).

Além dos elevados volumes de chuva que vinham ocorrendo em 1983, também o frio estava aparecendo de forma acentuada, quando entre a última semana de maio e a primeira semana de Junho, as temperaturas estiveram próximas de zero, inclusive no oeste catarinense (Epagri, 2020). Essa característica do clima, era típica para o momento e portanto, não provocava danos na agricultura, mas somava a outros eventos e dificultava ainda mais a recuperação aos atingidos pelas inundações.



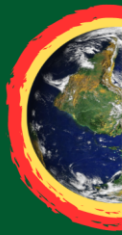
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Na medida em que os dias passavam, o desastre se intensificava: o número de eventos ocorridos, as cidades atingidas, os desabrigados, os prejuízos econômicos e as mortes, só aumentavam, ampliando também os registros de tragédia na história de vida do homem.

O tempo em que ocorre o evento, pode ser de curta duração, quando referido aos desastres hidrológicos, geológicos e meteorológicos, se comparado aos eventos climatológicos, mas todos produzem danos na presença humana. Porém, analisando as consequências desses desastres, esse tempo se estende para a longa duração, quando se refere à recuperação dos atingidos.

Referente aos eventos ocorridos em maio de 1983, a imprensa *Diário da Tarde* publicou no dia 20 de maio: “Vários municípios paranaenses estão sofrendo outra vez com as chuvas que começaram a cair ontem pela manhã. [...] Ontem, o Governo do Estado liberou um milhão de cruzeiros para os que se encontram em pior situação” (*Diário da Tarde*, 1983, p. 01). A narrativa ‘estão sofrendo outra vez’, sinaliza que eventos semelhantes ocorreram em outros momentos e trouxeram prejuízos aos mesmos municípios. Isso reforça a expressão socioambiental, informando que a falta de harmonia na relação humana com o meio ambiente, reflete no resultado de um evento climático, ou seja, o homem enquanto transformador do espaço também se torna vítima e sofre as consequências do desastre. Não é o evento que ocorre sempre nos mesmos locais, mas que determinados locais, não apropriados para tal situação, mediante a presença e/ou interferência humana, produz a condição de um desastre nos momentos das fortes precipitações. Exemplo disso, são as chuvas de maio de 1983, que ocorreram em toda a região Sul do Brasil, mas nem todos os locais o evento provocou um desastre. Não importa quem, mas o fato de ocupar um espaço, que por natureza traz risco ou modificá-lo tornando risco, pode intensificar a tragédia.

O que chama atenção na citação mencionada (*Diário da Tarde*, 20 maio 1983, p. 01,) é a rapidez entre o início das chuvas, a identificação dos prejuízos e os investimentos destinados à recuperação. Segundo a reportagem, tudo ocorreu no mesmo dia. Para quem sofre um dano, a urgência e eficiência no atendimento faz diferença na recuperação. Porém, sabe-se que no ano de 1983, período de inflação na economia, não era tão fácil assim as políticas públicas serem desenvolvidas com tamanha eficiência. Se a imprensa não estava equivocada na narrativa, querendo utilizar um discurso para enaltecer os feitos de determinada autoridade política, a análise caminha para outra hipótese: como outros eventos semelhantes haviam ocorrido em momentos anteriores, as autoridades políticas haviam destinado verbas para tal situação e só estavam



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

esperando a ocorrência do desastre para justificar sua aplicação. A expressão ‘os que se encontram em pior situação’, também não define quem foi a população atendida com esse auxílio.

Na mesma edição, o jornal continua mencionando em outra reportagem:

No interior o problema também foi dos grandes. No Sudoeste, entre Guarapuava e Chopinzinho, na BR 373, houve queda de barreiras e lá estão sem saída, fechados num trecho de 190 km, dois caminhões e uma carreta que terão que ficar à espera do desentupimento da via para poderem seguir viagem. A cidade de Coronel Vivida ficou parcialmente inundada diante das fortes chuvas, com muita dor de cabeça para as populações atingidas. Em Chopinzinho, o muro do Estádio de futebol chegou a cair. Em muitas outras partes por onde o temporal passou também foram registrados muitos problemas, inclusive para a agricultura. Em Curitiba, [...] quanto ao trânsito, nem é preciso comentar: foi a balbúrdia de sempre (Diário da Tarde, 20 maio 1983, p. 02).

A narrativa da imprensa reafirma o tamanho do evento a partir dos danos provocados em diversas áreas deste e de outros estados da região Sul. Todos os fatos citados demonstram a participação humana como interventora do desastre. A limitação na mobilidade humana, se apresenta como resultado de uma via construída em solo íngreme, que cedeu após receber elevado volume de precipitação, sendo bloqueada pelo movimento de massa. Se essa via, não tivesse sido construída em solo com características propícias para o desastre ou não existisse presença humana no local, os danos se definiriam apenas como ambiental. Um trecho de 190 quilômetros com apenas três veículos sem mobilidade, apresenta como hipótese que a via era pouco utilizada ou a passagem para veículos menores estava liberada por acesso secundário, sem infraestrutura para o trânsito de veículos maiores. Não se tem registro de outros danos nessa ocorrência, mas num momento de pouca tecnologia e acesso limitado aos recursos, as condições do tempo faziam diferença na recuperação dos estragos e posteriormente liberação da via.

O perímetro urbano de Coronel Vivida, agrava essa condição - construído nas imediações do rio, provocou o desastre nas habitações atingidas, prejudicando a vida de muitas pessoas. Embora a reportagem não cite a condição socioeconômica dessa população, sabe-se que muitas vezes, as moradias em locais de risco, pertencem à população de baixa renda, que não tem poder aquisitivo para residir em local mais seguro e quando essas inundações ou alagamentos ocorrem em local legalizado, o planejamento urbano não foi realizado com eficiência. Fato esse apresentado



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

no centro de Curitiba, quando os bueiros e galerias não davam conta de escoar toda a água precipitada e o caos ocorria, inclusive no trânsito.

Além do Sul do Brasil, outras regiões também sofreram com as condições do tempo, neste momento. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso,⁶⁵ além do Paraguai viveram situações difíceis. No dia 21 de maio a imprensa publicou sobre a enchente no Paraguai:

Uruguai, Venezuela, Espanha, Japão e França, entre outros países já manifestaram seu interesse em enviar ajuda ao Paraguai que enfrenta as piores enchentes de sua história, com o Rio Paraguai se elevando 8 metros e 62 centímetros acima do nível normal no Porto de Assunção (Diário da Tarde, 1983, p. 03).

Mencionado em poucas reportagens, o país vizinho também sofreu danos com as chuvas, principalmente em cidades cortadas por rios que chegaram a elevar suas águas a níveis com recordes históricos,⁶⁶ e recebeu auxílio, inclusive de outros países, que se mobilizaram na tentativa de minimizar as consequências do impacto do desastre. Assim como o homem interfere na criação das condições de um desastre, também se mobiliza para auxiliar na recuperação aos atingidos. Não foram encontrados na imprensa registros de ajuda internacional para a região Sul do Brasil.

Não eram só danos materiais que apareciam na imprensa. Perdas de vidas também circularam pelas páginas dos jornais, intensificando a característica do desastre. No dia 21 de maio, a imprensa *Diário da Tarde* publicou mais estragos ocorrido com as chuvas. Desta vez em Ponta Grossa:

O violento temporal de 4ª feira, não se limitou a causar prejuízos e transtornos em várias regiões do Paraná. Também provocou mortes em Ponta Grossa. O desmoronamento de uma casa matou, na madrugada, uma família inteira composta de 8 pessoas, entre adultos e crianças; em outro desmoronamento morreu uma anciã, enquanto uma criança pereceu afogada nas águas do Arroio da Ronda, naquela cidade. [...] (Diário da Tarde, 1983, p. 02).

Certamente a residência estava localizada em uma região de risco, que somados às precipitações, fizeram vítimas. A curta duração do evento, impossibilita muitas vezes identificar o

⁶⁵Referente aos desastres ocorridos em outros estados brasileiros ver as edições do jornal *Diário da Tarde* publicadas nos dias 01, 09 e 10 de junho de 1983.

⁶⁶Para estudos mais aprofundados sobre a enchente no Paraguai, a imprensa *Diário da Tarde* também publicou na edição do dia 30 de maio de 1983 reportagem referente à temática.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

aumento do risco em tempo de evitar a tragédia. A falta de oportunidade de residir em outro local, associados a falta de experiência e conhecimento com situações semelhantes, aumenta os riscos e consequentemente os danos de um desastre.

Outras reportagens, também apresentaram a perda da vida humana neste período de excessivas chuvas. No Rio Grande do Sul, em Itaqui, uma criança morreu afogada no Rio Uruguai (Diário da Tarde, 28 maio 1983, p. 02). A reportagem manifesta a falta de cuidado dos adultos com os menores, tornando-se vítima das águas. Sem maiores informações sobre o ocorrido e sabendo que ainda hoje ocorrem situações semelhantes, pode-se pensar que a relação do homem com o rio era naturalizada, sem perigo portanto, com menos cuidado.

As matérias publicadas na imprensa ao longo dos dias, mostram os estragos causados em diversas regiões. Em 28 de Maio a imprensa publicou:

Em todo o Paraná o total de desabrigados é de 12.941. Desses, os maiores números estão em Francisco Beltrão, com 4.100, e em Irati, com 3.934. Foram 181 as casas totalmente destruídas, enquanto 2.160 sofreram avarias parciais e podem ser recuperadas. O número de mortos foi fixado em 14. Fora isso, ainda não se sabe exatamente o montante dos prejuízos causados às lavouras, que atingem as mais variadas culturas, significando enorme prejuízo para o Estado, tanto no conjunto dos próprios agricultores como para a economia paranaense. Mais de vinte municípios estão com sua vida complicada e agora vem a luta para a recuperação, enquanto existe o temor de novas chuvas [...] (Diário da Tarde, 1983, p. 02).

Conforme a reportagem, apenas nove dias após o início das fortes precipitações, era possível estimar os estragos que este evento produziu em diversas regiões, mas sem muita precisão devido a falta de tecnologia para o acesso a todos os locais. Tanto no espaço urbano quanto rural, os estragos foram grandes, causando transtornos à rotina de vida da população. Entre eles, dificuldades para ocupar as habitações, locomover pessoas e materiais, abastecer com alimentos a indústria e o comércio, além dos elevados prejuízos econômicos.

Outro caso que exemplifica a relação do homem com o meio ambiente, é a reportagem do dia 24 de maio que traz a situação em Curitiba nos dias de chuva, quando aumentavam o número de veículos nas vias, dificultando a mobilidade urbana, principalmente no centro, e aumentando o risco de acidentes, deixando inclusive, pessoas hospitalizadas (Diário da Tarde, 1983, p. 04). A capital do Paraná, nesse momento, contava com aproximadamente 1.024.980 habitantes, muitos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

dos quais vivenciavam situação difícil quando ocorriam elevadas precipitações (IBGE, 1982-1983, p. 47). Conforme a reportagem do dia 31 de maio:

Mais enchente na região Metropolitana, numa das zonas sempre afetadas quando chove: foi logo pela manhã, com as águas tomando conta do Conjunto Elvira, em Cidade Jardim, São José dos Pinhais. As águas subiram a mais de quatro metros de altura, atingindo muitas casas cujos moradores tiveram que abandoná-las. Novamente os prejuízos foram grandes para as pessoas atingidas e que novamente ficaram ao desabrigo. Com mais um dia chuvoso, também os bairros periféricos da cidade voltaram a sofrer, com ruas cada vez mais barrentas e outros problemas. Como a temperatura não caiu exageradamente, isso faz prever que o tempo continuará chuvoso, afetando ainda mais a vida de milhares de pessoas. Enquanto isso, o prefeito Maurício Fruet já tem um relatório completo dos estragos causados pelas inundações em Curitiba, até o final da semana passada. Foi entregue ao ministro Mário Andreazza, do Interior, pelo prefeito, na cidade catarinense de Chapecó. Aponta que a única solução para acabar com as inundações, principalmente na Vila Hauer Boqueirão, será a dragagem do rio Iguaçu, numa extensão de 10 quilômetros, na sua extensão total dentro do município de Curitiba. Para isso pede recursos àquele Ministério. Também foi solicitada a canalização de 8 rios da cidade, medida indispensável porque afeta outras áreas da cidade, com constantes cheias. São os rios Barigui, Mossunguê, Córrego Muller, Uru, Bacacheri-Mirim (que já está sendo canalizado em parte, através de convênios com DNOS), Belém, Atuba e Bacacheri. Só assim a população próxima voltará a ter sossego (Diário da Tarde, 1983, p. 02).

A partir da reportagem compreende-se que residir próximo de um rio, tirava o sossego da população quando as precipitações eram volumosas. Mas sem outra opção de moradia, essa história se repetia na vida de muitas pessoas em momentos distintos. Alguns abandonaram sua residência até a situação das águas ser normalizada, mas sofreram danos por um tempo maior do que a permanência das chuvas. As perdas materiais se repetiam e a reconstrução se estendia para a longa duração. O problema era constatado, mas a solução tardava a se concretizar. A expressão ‘numa das zonas sempre afetadas quando chove’ induz a pensar que não precisava de muita chuva para que ocorresse o desastre. O local em que parte da população residia não apresentava condições aptas para habitação - negligência na execução das políticas públicas, inclusive quando menciona a necessidade de dragagem do rio como alternativa para solução do problema. Era o assoreamento interferindo na condição do desastre.

Por todo o estado, regiões foram atingidas pelas chuvas produzindo desastres, e orientações eram fornecidas pela imprensa à população, conforme mostra a reportagem do dia 24 de maio:

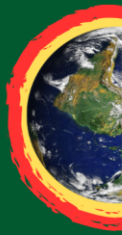


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A situação ainda é grave no Paraná, em consequência de novas chuvas que caíram em diversas regiões. Agora o Norte e os demais pontos do Estado estão isolados entre si, devido à interdição na Rodovia do Café, 30 quilômetros adiante de Ponta Grossa, pelo aumento do volume das águas do rio Barrinha, que até ontem à tarde já ultrapassaram a pista daquela via. Também a ligação Maringá Umuarama está interditada devido a queda de barreira. Em várias rodovias novos trechos sofreram prejuízos e muitas pontes caíram por desmoronamento e arrancadas pelas águas. O município de Piraí entrou ontem em estado de calamidade pública e só ali 12 pontes caíram, causando inúmeros problemas à população que se vê impedida em seus deslocamentos, com várias localidades ficando isoladas. Em todo o Estado, 23 cidades ainda não voltaram à vida normal, enquanto os prefeitos dos municípios atingidos procuram recursos para solucionar seus problemas, junto ao Governo estadual. Em todo o Estado, mais de cinco mil pessoas ainda estão desabrigadas, sendo socorridas das mais diversas formas em regime de emergência. A lavoura também está bastante prejudicada nos municípios que se viram debaixo da água. A movimentação do trânsito é perigosa e para evitar maiores tragédias, os motoristas devem tomar os máximos cuidados, sendo preferível perder algumas horas a mais nas suas viagens mesmo os transportadores de cargas, do que arriscar a vida inutilmente diante da precariedade de certos trechos de estradas (Diário da Tarde, 1983, p. 02).

Neste caso, além de relatar os locais atingidos pelas chuvas, mencionava a situação das estradas no Paraná, tentando alertar os motoristas sobre os cuidados necessários ao circular pelas vias. As intensas precipitações provocaram mudanças nas características do ambiente e conseqüentemente na mobilidade de quem dependia deste. Quando não eram os alagamentos e movimentos de massa que bloqueavam o trânsito em uma estrada, eram as águas dos rios que levavam as pontes impossibilitando a passagem. Assim muitas localidades ficaram isoladas. Em um momento que não existia meios de comunicação como a internet, algumas famílias estavam incomunicáveis, podendo inclusive sofrer danos sem conseguir socorro. A expressão ‘socorridas das mais diversas formas em regime de emergência’ não detalha como ocorreu esse socorro. A mobilidade humana requer caminhos para o deslocamento que nem sempre são abertos em locais seguros. Muitas vezes, interesses econômicos reduzem as análises e estudos de construção em espaços mais viáveis, outras, a falta de experiência ou modificação realizada pelo homem pode afetar as conseqüências dos desastres.

Embora a intensidade das precipitações foi diferente de um local para outro, e muitas regiões tinham sido atingidas anteriormente, nenhum registro de igual proporção ocorreu num período recente, que pudesse deixar em alerta a população para conseqüências trágicas. Nenhuma



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

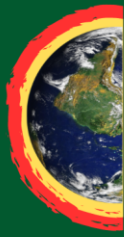
notícia da imprensa se reportou a outro evento de intensidade semelhante. Se ocorreu, o pouco acesso à informação por parte da população, tornou o fato desconhecido, não produzindo precaução. Caso contrário, a intensidade do evento e a proporção regional de abrangência do mesmo, sinalizava que mudanças climáticas estavam ocorrendo.

A relação entre homem e meio ambiente mostra que nem sempre quem sofreu o desastre foi quem agiu ambientalmente. Entre as várias citações apresentadas aqui, a relação humana com o meio ambiente, tanto na ocupação de um espaço, quanto em sua transformação, influenciou na ocorrência dos desastres, justificando a expressão socioambiental.

Considerações Finais

Analisando as reportagens da imprensa, em apenas 17 dias de publicações, observa-se que no ano de 1983, os desastres socioambientais derivados de eventos climáticos, ocorreram em vários estados brasileiros se estendendo para países vizinhos. Os primeiros registros se concentraram no Rio Grande do Sul e posteriormente no Paraná. Santa Catarina, embora foi pouco mencionada pelo jornal *Diário da Tarde*, sofreu grandes prejuízos conforme abordado pela imprensa catarinense. Independentemente do local que o evento ocorreu, danos semelhantes foram noticiados. A presença humana em determinado ambiente ou a sua interferência na transformação do espaço, intensificava a condição do desastre.

Entre os eventos climáticos apresentados pela imprensa, ganharam destaque nas reportagens aqueles de origem hidrológica, geológica e meteorológica. Dificilmente ocorriam de forma isolada. Um somava ao outro ampliando as condições do desastre. O elevado volume de chuva persistindo por vários dias, provocou enchentes, em rios e córregos com vazão limitada, chegando a inundar e alagar regiões próximas. Quem ocupava esses locais, sofreu as consequências do desastre. Essas chuvas também intensificaram a ocorrência dos movimentos de massa, que provocavam desastres humanos quando em locais habitados ou dificuldade na mobilidade, quando ocorriam em estradas e barrancas dos rios. Quando essas chuvas vinham acompanhadas de raios, provocavam outros danos. Além das precipitações, uma onda de frio cruzou a região Sul nesse curto período, prejudicando a recuperação dos atingidos pelas inundações e a plantação no campo com as geadas. Esse frio não estava fora de época, mas o volume e intensidade das chuvas caracterizaram condições climáticas atípicas para o ano.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Todos os registros apresentam os maiores danos em locais ligados à ocupação humana. O espaço urbano aparece muito mais nas reportagens do que na área rural, embora ambos tenham sido atingidos chegando à condição de um desastre. O crescimento populacional elevado, vivenciado na segunda metade do século XX, principalmente do espaço urbano, contribuiu para que os fenômenos climáticos se tornassem eventos climáticos e produzissem a condição de desastre. A ocupação de espaços desordenados, sem a devida infraestrutura ou em locais de risco, próximo a rios em regiões planas ou distantes deste em solo íngreme, intensificou a ocorrência do desastre.

As chuvas de 1983 marcaram a história de vida de muitas pessoas. Além de parecer um ano atípico nas condições climáticas apresentadas neste breve período, diferenciando muito aos anos que antecederam, mostrou que a relação entre homem e meio ambiente é de extrema dependência, chegando muitas vezes a ser naturalizado situações que levam a condição de um desastre. O mesmo sol, a mesma chuva, o mesmo frio e o mesmo calor, que organizam a vida humana oferecendo as condições de sobrevivência, geram desconforto, prejuízos e até tragédias. Quando não planejadas adequadamente na ocupação do espaço e intervenção ambiental, fazem com que os eventos climáticos participem da história dos desastres socioambientais, somando, cada vez mais, aos estudos de História Ambiental.

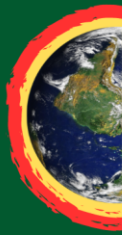
Referências e fontes

AMARAL, Cinthia Maria; MARTINS, Ricardo Augusto. Breve análise conceitual de erosão e movimentos de massa. **Anais do 7º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 19 a 21 junho de 2018. p. 189-192. Disponível em <https://itr.ufrj.br/sigabi/anais/> Acesso em: 14 jul 2024.

BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de Comunicação e História: elos visíveis e invisíveis. In: *Mídia, História e sociedade: desafios historiográficos brasileiros*. **Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 2007.

BRACK, Paulo. Tragédia climática e ambiental no Rio Grande do Sul em 2024. **Instituto Humanitas Unisinos**. Rio Grande do Sul, 27 mai 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639766-tragedia-climatica-e-ambiental-no-rio-grande-do-sul-em-2024-artigo-de-paulo-brack> Acesso em 03 ago 2024.

BRASIL. Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE). **Anuário Brasileiro de Desastres Naturais 2011**. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Brasília: CENAD, 2012, p. 72-78.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

DIÁRIO DA TARDE. Flagelados. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.396, p. 05, 19 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Chuvas maltratam o Paraná. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.397, p. 01, 20 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Encarte: Com a chuva muitos problemas no Paraná. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.397, p. 02, 20 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Novo sistema para a conservação de solos. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.397, p. 02, 20 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Encarte: Temporal provoca dez mortes em Ponta Grossa. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.398, p. 02, 21 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Enchente. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.398, p. 03, 2 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Encarte: Rodovia do café está interditada. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.400, p. 02, 24 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Acidentes com a chuva. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.400, p. 04, 24 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Temporal no RS assusta gaúchos, provoca incêndio e duas mortes. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.404, p. 02, 28 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Encarte: Quase treze mil ao desabrigo no PR. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.404, p. 02, 28 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Inundação. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.405, p. 05, 30 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Cidade novamente inundada. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.406, p. 01, 31 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. Encarte: quatro metros de água em São José. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.406, p. 02, 31 mai 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

DIÁRIO DA TARDE. 3500 desabrigados pelas chuvas no RS. **Diário da Tarde**. Curitiba, Ano 84, nº 24.407, p. 02, 01 jun 1983. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Banco de dados de variáveis ambientais de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2020. 20p. (Epagri, Documentos, 310) – ISSN 2674-9521(On-line).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Eventos extremos: Seca e calor intenso marcam setembro de 2024. INMET. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/noticias?noticias=onda%20de%20calor> Acesso em 22 ago de 2024.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos; SANTOS, Adriano Madureira dos; SERUFFO, Marcos Cesar da Rocha. Indicadores Antrópicos: estudo comparativo para sustentabilidade na Amazônia. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, Vol 43, nº 01, p. 65-89, jan-abr 2024.

GONÇALVES, Alice Rauber. Pensamento urbanístico na década de 1950: resgate histórico de um período de transição. **Anais do XI Seminário de História das Cidades e Urbanismo**, vol. 11, nº 01, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/7818644> Acesso em: 17 ago 2024.

IBGE. **Censo de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1983. Vol 1, nº 20, p. 47. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n20_pr.pdf Acesso em: 11 jul 2024.

KOBIYAMA, Masato et al. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Florianópolis: Ed. Organic Trading, 2006.

Monitoramento de secas e impactos no Brasil - Agosto/2024. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - **Cemaden/MCTI**. Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/monitoramento/monitoramento-de-seca-para-o-brasil/monitoramento-de-secas-e-impactos-no-brasil-agosto-2024> Acesso em 13 Set 2024.

NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. Relações Complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; Correa, Sílvio Marcus de Souza. **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, 24 (68): 81-101, São Paulo: IEA/USP, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. Differential disasters: the 1928 hurricane and the shaping of the circum-caribbean region. **Harvard review of Latin America**, Vol VI, nº 02, 2007, p. 1-9. Disponível em: <https://revista.drclas.harvard.edu/differential-disasters/> Acesso em: 03 ago 2024.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 08, 1991, p. 198-215.

WREGGE, Marcos Silveira; STEINMETZ, Silvio; JUNIOR, Carlos Reisser; ALMEIDA, Ivan Rodrigues de. **Atlas Climático da Região Sul do Brasil: Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Brasília - DF: Embrapa, 2012.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O Museu de Biologia Professor Mello Leitão e a História da Preservação
Ambiental no Brasil: Ciência e Conservação da Natureza na História do Bioma
Mata Atlântica (1983-2014)

Antonio José Alves de Oliveira
Doutor em História Global UFSC

Resumo

O entendimento da Mata Atlântica como um Bioma possui uma história que engendra uma série de processos históricos. Incorpora uma “História natural do passado”, com processos geológicos, biofísicos e eventos climáticos que ajudam a compreender a composição e a biodiversidade de uma floresta tropical. Por outro lado, a dinâmica e as técnicas utilizadas por diferentes “levas humanas”, em contato intenso com a floresta há pelo menos 20 mil anos, moldaram a sua configuração, deixando marcas profundas nas paisagens e na toponímia. No século XIX, ainda, se esboçaram classificações como as estabelecidas pelo naturalista Carl Von Martius. Mas é no século XX que a ideia de Mata Atlântica como um Domínio/Bioma, o mapeamento de suas características, a diferenciação e as fronteiras com os demais biomas ganham densidade histórica. Atravessa nesse sentido a construção de um entendimento não somente dessa “História natural do passado”, mas o entendimento daquilo que se perdeu no processo histórico ao longo dos séculos de colonização e principalmente na formação do Estado-Nação brasileiro. Essa é, portanto, uma história ao mesmo tempo científica e política. Assim, aqui intentamos percorrer através da leitura das correspondências, ofícios, memorandos existentes no Arquivo MBML a emergência e a construção desses conceitos, o caminho trilhado que articulou redes de pesquisadores nacionais e internacionais em torno do mapeamento do Bioma Mata Atlântica, as especulações e estudos históricos em relação à sua extensão e a ideia de conservação e preservação das áreas remanescentes. Desse modo, pretendemos atentar para o papel ocupado pelo MBML/INMA nesse processo, atentando para o caminho percorrido no processo da criação e consolidação da identidade da instituição e a imagem articulada junto a suas redes no campo da ciência e como essas redes são articuladas politicamente em torno das discussões de produção científica, preservação da natureza e educação ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Mata Atlântica; História das Ciências; História dos Conceitos; Bioma.

Abstract

The understanding of the Atlantic Forest as a Biome has a history composed by a series of historical processes. First, it incorporates a Natural History of the Past with a series of geological and biophysical processes as much as climatical events which helps us to understand the composition and the biodiversity existing in the immense tropical forest. In the other hand, the dynamics and the techniques used by different human waves, with intense contact with the Forest for at least 20 thousand years, molding its configuration, leaving profound marks in its landscape and its toponymy. Yet, in the XIXth century, classifications were sketched, like the proposed ones by the naturalist Carl Von Martius. But it was only in the XXth century that the idea of the Atlantic Forest as a Biome, with the mapping of its characteristics, the differences and the frontiers alongside the different Biomes earn a historical density. It is traversed not only by a natural history of the Past, but also with the understanding of all that has been lost along the historical processes in the XIXth and XXth centuries, with the process of colonization and also with the process of the Building of



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

the Nation. This is, therefore, a history of the scientific thinking as much as a history of political action. Thus, here we intend to understand this process through the reading of a series of correspondances, offices and reports existing in the MBML Archive, attentive to the emergence and the construction of these concepts, the articulations between different nets, with national and international researchers concerning the mapping of the Forest Atlantic Biome, the speculations and the historical studies concerning the extension and the idea of conservation and preservation of the remaining areas. Thus, we intend to interrogate and produce a better understanding of the role of institutions whose were part of this process, mainly, the role occupied and developed by the MBML/INMA with this, also understand the construction of the institution's identity, its image vehiculated in the field of scientific productions, and also how those scientific nets are articulated politically throughout the discussions concerning scientific productions, preservation of Nature and environmental consciousness in Brasil.

Keywords: Atlantic Forest; History of Sciences; History of Concepts; Biome.

Introdução

O entendimento da Mata Atlântica como um Bioma possui uma história que engendra uma série de processos históricos. Incorpora por um lado uma “história natural do passado”, com processos geológicos, biofísicos e eventos climáticos do globo que ajudam a compreender a formação, a composição e a biodiversidade existente em uma floresta tropical. Por outro lado, a própria dinâmica e as técnicas utilizadas por diferentes “levas humanas”, em contato intenso com a floresta há pelo menos 20 mil anos moldaram a sua configuração e deixaram marcas profundas nas paisagens e na toponímia (DEAN, 1994). Ainda, é certo que no século XIX, com as viagens dos naturalistas estrangeiros pelo interior do país se esboçaram classificações, mapeamentos e circunscrições, como as estabelecidas pelo naturalista bávaro Carl Friedrich Von Martius (MARTIUS, 1943).

Um bioma, como enfatiza Diogo Cabral, entretanto, é um conceito criado por biólogos e geógrafos durante o século XX. O intuito com a criação de tal conceito é de descrever grandes sistemas ecológicos definidos principalmente por razões climáticas. Sua razão semântica e igualmente social é, portanto, a de dar conta de uma área, onde climas, fisionomia de vegetação, solos e altitudes sejam semelhantes ou aparentados. Desse modo, mesmo “comunidades vegetais que guardem diferenças importantes em termos de composição de espécies podem ser incluídas num mesmo bioma, desde que vivam sob condições semelhantes.” É por essa razão que o que chamamos de bioma Mata Atlântica agrupa um conjunto variado de comunidades vegetais, como restingas, manguezais, campos de altitude, entre outras – “sujeitas a estresses ambientais mais pronunciados, como extremos de temperatura, inundações, secas, alta salinidade etc. Baseados no



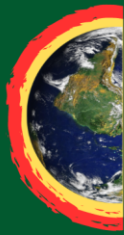
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

exame de resíduos de vegetação, bem como na consideração da vegetação potencial do território – i.e., aquela que o solo e o clima poderiam fazer crescer, caso os humanos não intervissem”, e por essa mesma razão, o olhar para o passado, e as estimativas que os biogeógrafos projetam para sua área pré-cabralina. (CABRAL, 2014; p. 40)

Desse modo, ao longo da segunda metade do século XX a ideia de Mata Atlântica como um Domínio/Bioma, o mapeamento de suas características, a diferenciação e as fronteiras com os demais biomas ganham densidade histórica. Atravessa nesse sentido a construção de um entendimento não somente dessa “história natural do passado”, mas também o entendimento daquilo que se perdeu no processo histórico ao longo dos séculos de colonização e principalmente na formação do Estado e da Nação brasileiros, principalmente ao longo dos séculos XIX, durante o Império, e XX, com o que os historiadores chamam de “Grande Aceleração” (PÁDUA, 2022).

1. O MBML e os projetos de proteção à Mata Atlântica que o atravessam

Essa é, portanto, uma história ao mesmo tempo científica e política. Científica, posto que é a partir de uma série de grandes inovações no campo do pensamento sobre o Bioma/Domínio, desde as chamadas teorias das “sucessões ecológicas”, levantadas por Eugen Warming na década de 1940, até o pensamento sobre aspectos paleoclimáticos e a retropicalização da floresta pós-glaciação, trazido por Aziz Ab’Saber. Ou seja, de que a Mata Atlântica passa a ser entendida com seu próprio desenvolvimento ao longo de um tempo alargado de milhares de anos, abrangendo com esse novo entendimento, regiões que até então estavam fora do escopo do conceito e dos mapas que buscavam dar conta da ideia de Mata Atlântica, como era o caso da Floresta Ombrófila Mista, a florestas de Araucárias. É igualmente, uma luta política, posto que somente com uma grande mobilização, principalmente ao longo das décadas de 1980 e 1990, a partir de sujeitos históricos vinculados à Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN), como Ibsen Gusmão Câmara, o Consórcio Mata Atlântica, como José Pedro de Oliveira Costa, representantes do Condephaat, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo, como Aziz Ab’Saber, e outros representantes nas instituições políticas da Nova República, como Fábio Feldman, que o novo conceito de Bioma/Domínio Mapa Atlântica é mobilizado e encaminhado como projeto de Lei, em busca de uma proteção mais efetiva dos seus remanescentes. (CASTRO, 2003)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Esse caminho percorrido atravessa, portanto, a história de muitas instituições e da constituição de redes de pesquisa e de mobilização de lutas políticas que são atravessadas por interesses comuns que versam sobre pesquisas científicas na e sobre a Mata Atlântica, sobre interesses e lutas políticas que versavam e versam sobre preservação da natureza e que se coadunavam com uma atenção maior em divulgação de aspectos da educação ambiental para um público mais amplo. Esse tripé (pesquisa científica, preservação da natureza e educação ambiental), que fora mobilizado por gerações anteriores, como a geração da década de 1930, ligada ao Museu Nacional, é também o que passa a ser mobilizado pelo Museu de Biologia Professor Mello Leitão (MBML), como uma instituição pública, entre os anos de 1983, data em que Augusto Ruschi doa/vende o seu acervo e espaço para a União (sendo então vinculada ao Ministério da Cultura e à Fundação Pró-Memória) e 2014, ano em que a instituição é mobilizada, depois de longo processo, do Ministério da Cultura para o Ministério da Ciência e Tecnologia, sendo então, fundado o Instituto Nacional da Mata Atlântica.

Nesse período, muitos aspectos das lutas para a classificação de forma abrangente do Bioma/ Domínio ganham força e muitas lutas concomitantes emergem nesse cenário, muitos dos quais atravessam as práticas científicas e a representação política do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, por conta de sua importância numa escala regional, e igualmente por conta de sua importância nas lutas históricas pela preservação de remanescentes de Mata Atlântica de grande importância e visibilidade no Estado do Espírito Santo, nomeadamente por conta da criação das Reservas da Nova Lombardia (posteriormente rebatizada de Reserva Biológica Augusto Ruschi) e a Estação Biológica de Santa Lúcia, ambas resultado de lutas significativas de Augusto Ruschi contra os empreendimentos monocultores ou de grandes proprietários de terras no Espírito Santo.

Muitos desses projetos a partir de finais da década de 1970 em torno da preservação, proteção e conservação desses remanescentes emergem de processos históricos que impeliram grandes articulações interestaduais. É o caso do processo histórico de tombamento de remanescentes da Mata Atlântica, processo histórico que teve início com as ações do Condephaat em São Paulo, com a articulação de intelectuais como Aziz Ab'Saber e José Pedro de Oliveira Costa. Tal processo culmina no tombamento da Serra do Mar, nos estados de São Paulo e Paraná, entre os anos de 1985 e 1988. E, com isso, levanta igualmente o debate em torno da inclusão de outros estados da Federação na mobilização em torno de instrumentos usualmente voltados à



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

proteção de bens culturais, para a inclusão da proteção agora de “bens naturais”, que possuísem, por seu turno, uma forte vinculação com a “identidade nacional”.

No caso dos remanescentes do estado do Espírito Santo, as correspondências recebidas pelo Diretor do MBML à época, José Tabacow, apontam para o início dos trabalhos em fins da década de 1980 e princípios da década de 1990. Além dos trabalhos de zoneamento para o tombamento na região serrana do estado, onde fica a cidade de Santa Teresa, sede do Museu, técnicos e funcionários foram destacados e participaram ativamente das discussões e reuniões, como o caso de Wilson Boni, técnico a serviço do MBML. O documento da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo destaca ainda a decisiva participação do técnico para que as normas aplicáveis ao tombamento fossem concluídas, “para a declaração da Mata Atlântica Capixaba, como Patrimônio Natural do nosso Estado”, ocorrida finalmente em 1991, junto ao Conselho de Cultura do Estado. Esse processo culmina com 36% do território do estado, com remanescentes de Mata Atlântica alçados ao status de proteção por meio do instrumento de tombamento, com diferentes graus de proteção.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

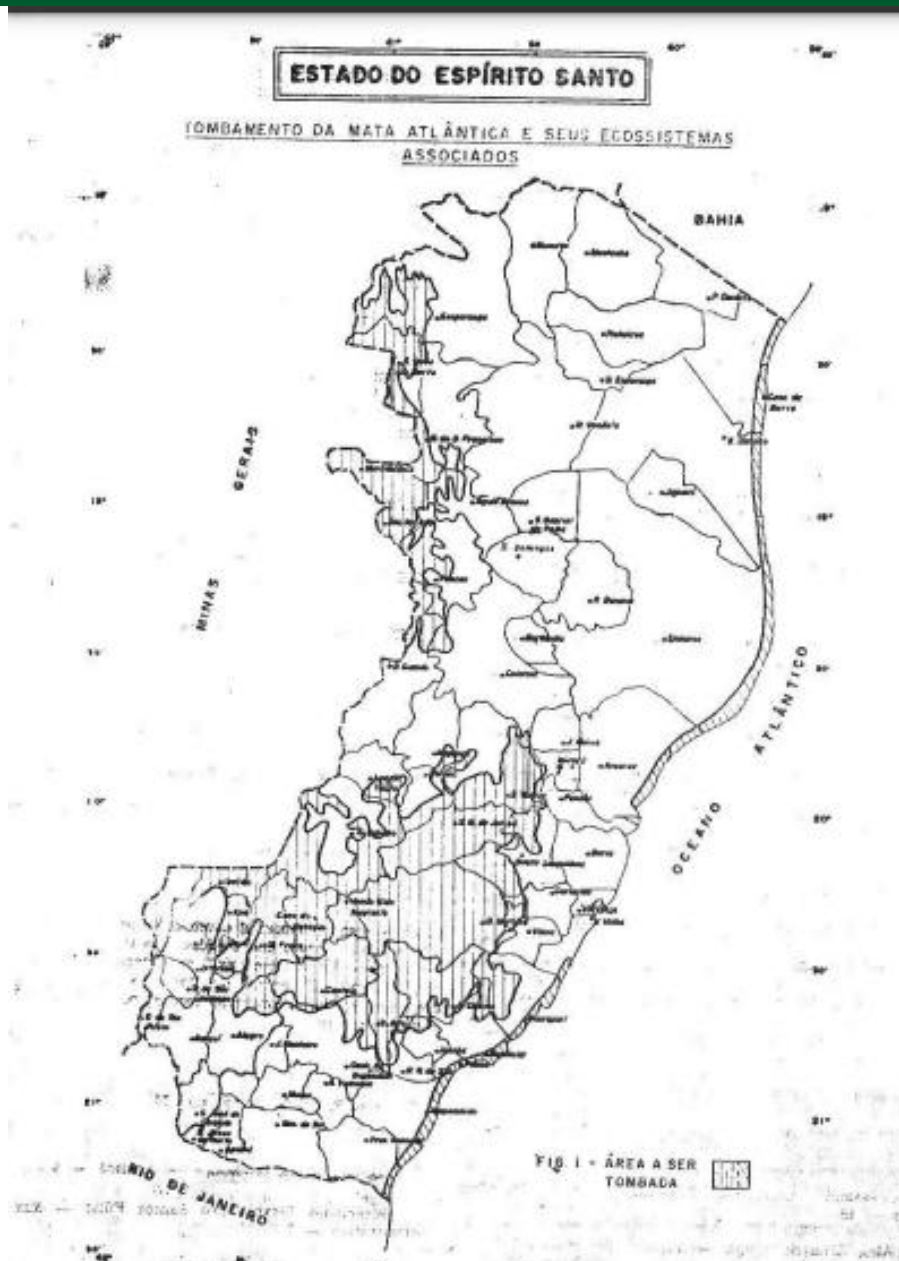


Figura 1. Tombamento da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados.⁶⁷

Nos anos subsequentes, uma série de outros projetos em variadas escalas também são lançados e permeiam ou vão ao encontro dos projetos em andamento no MBML, dentre os quais

⁶⁷ Tombamento da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. Resolução do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em <https://secult.es.gov.br/Media/secult/resolu%C3%A7%C3%B5es/Resolucao%20CEC%2003.91%20Mata%20Atlantica.pdf>. Consultado em 20.11.2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

podemos destacar as “reservas da Biosfera”, no início da década de 1990. As reservas de Biosfera, projetos de escalas globais para a proteção de florestas, mobilizadas como MaB (Man and Biospheres), na década de 1970 pela Unesco, buscaram se constituir como instrumentos de planejamento voltados para a conservação da diversidade biológica e cultural, ao conhecimento científico e ao desenvolvimento sustentável. Assim, o projeto das reservas de Biosfera fora destinado a implementação destes objetivos relacionados à preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados.

Outro projeto de grande interesse no início da década de 2000, e que do mesmo modo atravessava os projetos em andamento no MBML são os “Corredores ecológicos”. No que diz respeito à escala do estado do Espírito Santo, a ideia do projeto versava sobre a criação de um corredor central na Mata Atlântica, percorrendo todo o estado do Espírito Santo e a porção sul da Bahia, com dois centros de endemismo, definidos com base na área de distribuição de vertebrados, de borboletas e de plantas. A importância do projeto sobre os corredores ecológicos se demarca por conta de os corredores serem lugar de ocorrência de várias fisionomias de floresta ombrófila, além de florestas semidecíduais, restingas e manguezais, ao longo dos estuários. Além disso, no extremo sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, se constituem uma das principais matas de tabuleiro (variação de floresta ombrófila densa) do Corredor Central da Mata Atlântica. O projeto dos corredores fora pensando também como elemento de estímulo de atividades sustentáveis, como agricultura orgânica, agrossilvicultura, ecoturismo, averbação de reservas legais, recuperação de áreas degradadas, com o intuito de diminuir as pressões no entorno dos fragmentos de Mata Atlântica. A integração do MBML nos meandros do Projeto Corredores Ecológicos se evidencia a partir dos relatórios do encontro, ocorridos em Abril de 2004, e igualmente acerca da criação dos corredores ecológicos da região centro Serrana.

Na segunda metade do século XX, portanto, concomitante a esse processo histórico atravessado pelo MBML, ganham força igualmente os estudos em torno dos conceitos de Bioma e o mapeamento dos domínios/biomas existentes no território nacional, as fronteiras e ecótonos existentes entre eles, assim como os projetos em torno do mapeamento de suas características, a relação entre agentes humanos e não humanos, e o apontamento de que a conservação da natureza era um elemento essencial para a própria relação construída com a ideia de identidade nacional. Nesse sentido, os meandros desde a fundação do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, em 1949, ligado ao MNRJ e posteriormente ao Ministério da Cultura e Fundação Pró-Memória, o



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

MBML se articula com uma série de atores importantes nos projetos de proteção aos remanescentes de Mata Atlântica, e mais do que isso à própria ideia do Bioma/ Domínio Mata Atlântica, denunciando e agindo ante o violento desmatamento.

Na emergência do conceito se articula sua abrangência como arma política para a proteção dos seus remanescentes. Dentre esses atores podemos citar a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), e a Fundação SOS Mata Atlântica, com uma série de articulações e projeções cartográficas para o conceito e projetos de leis. Ainda, no contexto histórico para a Conferência Rio-92, a emergência de uma legislação própria para a proteção da Mata Atlântica conceituando e circunscrevendo as fronteiras desse Bioma, esses sujeitos e atores apontam para uma série de caminhos trilhados pela ideia de Preservação e Conservação da Natureza no Brasil, caminhando *pari passu* com o objeto de nossa investigação, qual seja, o papel institucional e o lugar ocupado pelo MBML/INMA em torno desses debates, articulando práticas científicas, conservação da natureza, educação ambiental, engendramento de discursos históricos de longa e longuíssima duração e, principalmente discussões e lutas políticas voltadas para a proteção/ preservação / conservação da Mata Atlântica.

Assim, entendemos que através da leitura das correspondências, ofícios, memorandos existentes no Arquivo MBML é possível observar e traçar linhas de análise acerca das articulações existentes em torno da emergência e construção desses conceitos, o caminho trilhado que articulou redes de pesquisadores nacionais e internacionais em torno do Bioma Mata Atlântica, os estudos históricos relacionados à sua extensão, e as ideias veiculadas de conservação e preservação das áreas remanescentes. Desse modo, entendemos que o papel ocupado pelo MBML nesse processo possui uma instigante relação a ser deslindada, posto que sua atuação desde meados da década de 1980 se conecta às ações de uma série de sujeitos históricos e demais instituições que estavam engajadas politicamente na criação de projetos e de leis de proteção ambiental, concernentes principalmente com a conceituação científica de Mata Atlântica como um bioma/domínio. Esse processo se dá principalmente também pelo reconhecimento das lutas históricas que haviam sido longamente encampadas por parte do fundador do MBML, Augusto Ruschi, pela sua militância no campo ambiental, e igualmente por manter o museu como um importante produtor de conhecimentos científicos e pesquisas sobre a Floresta Atlântica, desde o final da década de 1940, por sua conexão com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, mas principalmente por uma série de



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

parcerias que havia sido consolidadas ao longo de quase quatro décadas em que o Museu seguia como museu particular. (GONÇALVES, 2023)

Por outro lado, esse processo e essas conexões com essa rede atuante de atores políticos e de demais instituições científicas preocupadas com a preservação ambiental no Brasil, e nomeadamente engajada politicamente em torno da luta pela preservação dos remanescentes da Floresta Atlântica, após a transferência do Museu para a União, em 1983, e pelo recrudescimento das lutas em torno da proteção da Floresta Atlântica por uma série de mecanismos, dentre os quais o próprio conceito abrangente de Mata Atlântica, que, com base nas conceituações de sucessões ecológicas de Eugen Warming, incluiria como parte do Bioma Mata Atlântica a floresta ombrófila mista, a Floresta de Araucária. Esses contatos, redes e projetos científicos incidem diretamente sobre a identidade do MBML.

Na década de 1980, com a transferência do Museu para a União, ainda nos primeiros anos a diretoria do Museu continuou a cargo de Augusto Ruschi, entre os anos de 1983 e 1986, entretanto, com a morte de Ruschi e os recursos financeiros federais minguantes, a vinculação do Museu se dava a partir da Fundação Nacional Pró memória, que “funcionava como uma instituição dual (ao lado do próprio Sphan, com o intuito de dar mais dinamismo às políticas culturais para a preservação do patrimônio cultural”⁶⁸. Essa vinculação diretamente à Fundação Pro-Memória e aproximação do MBML com outras instituições museológicas do país, entretanto criava uma distorção na própria imagem e identidade do MBML, posto que suas atividades, malgrado os cada vez minguantes recursos federais (chegando à situação mais dramática e preocupante aquando do fechamento do Ministério da Cultura, em 1990, o transformando em Secretária Especial), por excelência, estavam voltadas para as pesquisas científicas, preservação ambiental e educação ambiental. Desse modo, durante esse período, uma série projetos voltados para este tripé continuam, embora com uma escassez cada vez maior de recursos, continuaram a fazer parte do escopo da instituição.

Nesse sentido, os diálogos estabelecidos, as redes, os conceitos que perpassa a documentação e as correspondências no MBML/INMA, os convênios estabelecidos com órgãos do governo brasileiro como o Ministério da Agricultura e instituições como o Instituto Brasileiro

⁶⁸ Ver principalmente as informações no sítio do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>. Consultado em 20/11/2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

de Desenvolvimento Florestal (1970-84), a articulação durante esse percurso nos ajudam a pensar a história institucional do MBML/INMA e, portanto, do papel e lugar ocupado pela Instituição nas discussões e na divulgação da necessidade de preservação/conservação do Bioma.

2. Considerações: Os projetos do MBML e os mecanismos para a proteção ambiental no Brasil

Por fim, podemos destacar nesse processo de transformação, a inserção do MBML em três eixos que se adensam e se sustentam as investigações durante esse período. 1. As discussões e a participação do Museu de Biologia Professor Mello Leitão (MBML) nos processos históricos e nos projetos de Proteção ao Bioma/ Domínio Mata Atlântica. Esse processo pode ser evidenciado principalmente a partir da constituição do Fundo Documental (MBML), arquivo riquíssimo com a documentação do Museu entre os anos de 1983 e 2014. Este primeiro eixo de investigação abre margem para a investigação dos documentos em uma nova vertente de interpretação, qual seja a relação entre História dos animais, História Ambiental e História das Ciências. 2. História dos Animais. Com esse eixo, podemos evidenciar com um novo olhar sobre a História Animal, os conhecimentos produzidos sobre a história dos animais da Mata Atlântica, atento principalmente à circulação de informações sobre animais no Museu na segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI, com isso se faz possível analisar igualmente de que maneira essa circulação de conhecimentos sobre os animais da Mata Atlântica são articulados à consciência da proteção ambiental, como as discussões em torno das extinções, e como esses projetos são articulados à necessidade de proteção do Domínio/Bioma e nas próprias articulações para a criação do Instituto Nacional da Mata Atlântica, em 2014. Como exemplos, podemos citar peles de aves que circularam em instituições nacionais, como o MNRJ, igualmente peles que foram enviados para instituições museológicas internacionais; igualmente projetos do MBML, como o projeto de reintrodução do *Callithrix Geoffroyi*, sagui de cara branca, com parceira do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro; além do projeto de investigação sobre os maior primata das Américas, *Brachyteles arachinoides*, o miquiqui, projetos de importância na compreensão da morfologia e evolução dos animais junto à Mata Atlântica, mas também transições na própria história das ciências, quando podemos observar essas relações na documentação migrando das preocupações notadamente mais morfológicas para indicativos das relações com a ecologia dos animais. Esses



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

elementos nos permite adensarmos a um terceiro ponto, qual seja, o da elaboração de elementos de: 3. História das Ciências na Mata Atlântica, nesse aspecto podemos destacar igualmente o trabalho que vem sendo brilhantemente executado nos últimos anos para a catalogação dos arquivos recém-captados, cuja guarda foram gentilmente cedidos pelas famílias de Ademar Coimbra Filho e Álvaro Aguirre, cujas contribuições para a história das ciências, da primatologia, além das lutas políticas em torno do conceito abrangente de Mata Atlântica, traçando no mapa a inclusão da Floresta Ombrófila Mista, ou floresta de Araucária são de extrema importância para as lutas políticas que se seguiram e que se seguem, ainda em nossos dias, com as constantes ameaças e pressões que continuam a grassar ainda em nossos dias em torno dos remanescentes da Mata Atlântica.

Referências

AB'SABER, Aziz. O Tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n.21, 1986.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Cultura institucional e história: o Instituto Butantan. **Cad. hist. ciênc.**, São Paulo, v.1, n.1, 2005. Disponível em <<https://bit.ly/2Dy1psa>>. Acesso em 09.09.2021.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CABRAL, Diogo. **Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial**. Rio de Janeiro: Garamond Editorial, 2014.

_____; OLIVEIRA-COSTA, Jorge Luís P. O Bioma Mata Atlântica como historicidade relacional. In: SCHUCH, Cristiane Fortkamp; DAMASCENO, Darlan; GUAREZ, Fabiana; ROSSI, Giovana (Orgs.). **Biomass, Historicidades e suas temporalidades**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2021.

CASTRO, Leonardo Costa de. **Da Biogeografia à Biodiversidade: políticas e representações da Mata Atlântica**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, 202 p. UFRJ/Museu Nacional, 2003.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. **Plano de Ação para a Mata Atlântica**. Série Políticas Públicas – Caderno nº 4. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Governo do Estado de São Paulo, 1996.

COSTA, José Pedro de Oliveira. Patrimônio Natural e o Estatuto do Tombamento. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.21, 1986.

CRISPIM, Felipe Bueno. O tombamento de áreas naturais pelo CONDEPHAAT: marco de inovação e memória da instituição do patrimônio paulista (1976-1995). **Arq. urb**, n. 26, p. 23-43, 2019.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Institutos de Pesquisa Científica no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (coords.). **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979-1980, vol. 2.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. **Proteção à Natureza e Identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: A Fundação Brasileira para a conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Textos de História**, vol. 17, n.1, 2009.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil nos anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

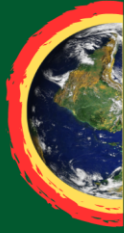
GALINDO-LEAL, Carlos; Câmara, Ibsen de Gusmão. (orgs.). **Mata Atlântica: Biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.

GONÇALVES, Alyne dos Santos. **A militância conservacionista de Augusto Ruschi: práticas científicas e estratégias políticas na construção da biologia e da conservação da natureza no Brasil (1937-1986)**. Doutorado (História), UFES, Vitória, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

_____. **Histórias de Conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2020.

LIMA, André R.; CAPOBIANCO, João Paulo R. (Orgs.). **Mata Atlântica: Avanços Legais e institucionais para sua conservação**. Documentos do ISA n. 04. Setembro de 1997.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

MITMANN, Gregg; DASTON, Lorraine. **Thinking with animals:** New Perspectives on Anthropomorphism. Columbia University Press, New York, 2004.

NANCE, Susan. **The Historical Animal.** Syracuse University Press, New York, 2015.

PINTO, L. P.; HIROTA, M. M. **30 anos de Conservação do Hotspot de Biodiversidade da Mata Atlântica:** desafios, avanços e um olhar para o futuro. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2022.

RITVO, Harriett. **The Animal Estate:** The English and other creatures in the Victorian Age. Harvard University Press/ Cambridge, Massachusetts, 1987.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e as Ações de Fiscalização
Ambiental no Rio Grande do Sul

Cristian Vian

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

E-mail: cristian.vian@live.com

Orientador: Prof. Marcos Gerhardt

Resumo

A promulgação do Código Florestal de 1965 e do Código de Fauna de 1967 objetivou estabelecer maior rigor no uso das áreas florestais e na proteção da flora e da fauna silvestres no Brasil. As mudanças legais mobilizaram os setores públicos em prol da conservação de espécies animais e de plantas silvestres. Órgãos de Estado como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB) elaboraram estratégias e desenvolveram práticas para combater a exploração predatória das espécies nativas e algumas exóticas. Esta comunicação apresenta e discute algumas das estratégias adotadas por esses órgãos e parte das ações de fiscalização ambiental realizadas pelo IBDF na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, enquanto órgão responsável por coordenar a política florestal e de proteção e conservação da flora e da fauna no território nacional.

Palavras-chave: IBDF. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. História Ambiental. Biodiversidade.

Abstract

The enactment of the Forest Code of 1965 and the Fauna Code of 1967 aimed to establish greater rigor in the use of forest areas and in the protection of wild flora and fauna in Brazil. The legal changes mobilized the public sectors in favor of the conservation of wild plant and animal species. State bodies such as the Brazilian Forestry Development Institute (BFDI) and the Rio Grande do Sul Zoobotanical Foundation (ZFB) have devised strategies and developed practices to combat the predatory exploitation of native and some exotic species. This communication presents and discusses some of the strategies adopted by these



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

bodies and part of the environmental inspection actions carried out by the BFDI in the northeast of the state of Rio Grande do Sul, as the body responsible for coordinating forestry policy and the protection and conservation of flora and fauna in the national territory.

Keywords: IBDF. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Environmental History. Biodiversity.

Introdução

Esta pesquisa tem como tema as ações de fiscalização ambiental realizadas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), enquanto órgão de Estado responsável por coordenar a política florestal e de proteção e conservação da flora e da fauna no território nacional. As promulgações do Código Florestal de 1965 e do Código de Fauna de 1967, objetivaram estabelecer maior rigor no uso das áreas florestais e na proteção da flora e da fauna silvestres no Brasil. As mudanças legais mobilizaram os setores públicos em prol da conservação de espécies animais e de plantas silvestres. A partir de documentos obtidos no arquivo da Floresta Nacional de São Franciscos de Paula, no Rio Grande do Sul, objetiva-se apresentar e discutir parte das estratégias e práticas desenvolvidas pelo IBDF em parceria com outros órgãos como a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, para combater a exploração predatória de espécies nativas e algumas exóticas na região nordeste do Rio Grande do Sul.

Mudanças na legislação e medidas de proteção à flora

Durante a década de 1960, o Brasil passou por momentos turbulentos em seu cenário político. A instauração de um regime militar movimentou a estrutura administrativa do país. Algumas das mudanças ocorridas nesse período tiveram significativo impacto nas relações entre seres humanos e a natureza. A instituição do novo Código Florestal de 1965 pela Lei nº 4.771, que extinguiu o Decreto nº 23.793 do código anterior de 1934, visou estabelecer maior rigor na proteção de florestas. O Código de Fauna de janeiro de 1967 instituído pela Lei nº 5.197, revogou a antiga Lei nº 5.894 de 1943 do Código de Caça e procurou estabelecer critérios claros com relação as atividades de caça e pesca. O código proibiu a caça profissional e conferiu maior proteção as espécies nativas.

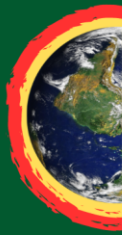


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Seguindo a premissa das reformas na administração pública, o governo brasileiro criou em fevereiro de 1967 o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) pelo Decreto lei nº 289. Este órgão substituiu o Instituto Nacional do Pinho (INP) que foi extinto na ocasião do mesmo decreto. O IBDF assumiu a responsabilidade de formular a política florestal brasileira, bem como de “orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País” (Brasil, 1967a). Cabia prioritariamente ao IBDF, cumprir e fazer cumprir as Leis nº 4.771 e nº 5.197 supracitadas, além de “promover a repressão às fraudes na exploração florestal, produção, transporte, comercialização e industrialização de produtos florestais, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo” (Brasil, 1967a). O Decreto nº 62.018, de dezembro de 1967 que aprovou o regimento do IBDF determinou que a Comissão de Política Florestal é quem ficaria responsável por “orientar e facilitar a coordenação e execução da política florestal e das medidas de proteção e conservação da flora e fauna” (Brasil, 1967b).

Para poder cumprir as Leis do Código Florestal e do Código de Fauna, bem como do seu próprio regimento, a Delegacia Estadual do IBDF no Rio Grande do Sul criou na década de 1970 o Grupo de Coordenação e Fiscalização Ambiental (GCFAL). O grupo era composto por membros da Delegacia Estadual do IBDF e outros servidores da autarquia dentre eles gestores e funcionários que trabalhavam nos Parques Nacionais e Florestas Nacionais administrados pelo instituto. No Rio Grande do Sul, o GCFAL esteve à frente de intenso trabalho de fiscalização para o cumprimento das Leis de proteção da flora e da fauna da época. Em diversos relatórios de fiscalização que puderam ser obtidos nos arquivos da Floresta Nacional de São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul, foi possível identificar parte do trabalho desenvolvido pelo IBDF e pelo GCFAL. As ações de fiscalização eram realizadas a partir da determinação da chefia do GCFAL e o cargo era ocupado pelo delegado estadual do IBDF, naquela época. As denúncias chegavam por telefonemas, cartas e também por visita presencial do denunciante à Delegacia Estadual, escritório, ou alguma Unidade de Conservação administrado pelo IBDF. Em Relatório de Fiscalização de Flora de outubro de 1979, encaminhado ao chefe do GCFAL é possível verificar como eram executados alguns dos trabalhos pelo grupo:

Efetuada pela Floresta Nacional de São Francisco de Paula, nos dias 09 e 10 de outubro de 1979, Senhor Chefe. A fim de cumprir suas determinações, eu



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

secretário administrativo, e mais funcionários lotados nesta Flona que são os seguintes: os Srs. Clair Marcello Canani, Alcides Anildo Lucas da Rosa, Nilson Menegás e Alvino Corrêia da Silva. Dia 09-10-79, saímos da Flona de São Francisco de Paula, com destino, ao município de Bom Jesus, às 6:00 horas no caminho vistoriamos vários caminhões com madeiras, chegamos lá por volta das 10:00 horas. Sanamos um pequeno defeito na viatura de placa AR-7813 lotado nesta Flona, que utilizamos para fazermos este trabalho de fiscalização. Às 12:30 horas partimos para a costa do Rio Pelotas na Fazenda Santa Cruz, de propriedade do Sr. Carlos Roberto Velho e outros, para fazer o levantamento na área de corte feito pela firma Grigoletto e Tartarotti Ltda. Ao término do levantamento encontramos 958 pinheiros com diâmetro superior a 40 cm., 385 pinheiros com diâmetro inferior a 40 cm. e 750 toras de vários estaleiros no local do corte. Total de pinheiros encontrados 1.243, encerramos os trabalhos as 19:30 horas (Floresta Nacional, 1979).

Os cortes de araucárias com diâmetro à altura ao peito (DAP) abaixo de 40 centímetros haviam sido proibidos pelo IBDF através da Portaria nº 2367 de agosto de 1971, exceto, conforme o artigo 2º:

Nos casos de florestas naturais submetidas a manejo florestal, mediante projetos devidamente registrados e aprovados pelas Delegacias Estaduais do IBDF, poderão ser autorizados desbastes de árvores com diâmetro inferior ao mínimo fixado no art. 1º, devendo, em tais casos, as Guias Florestais emitidas para a extração e transporte dessas árvores ou toras, mencionarem obrigatoriamente o número do processo respectivo, para efeito de controle e fiscalização (Brasil, 1971).

No trecho subsequente do relatório de fiscalização há o prosseguimento dos trabalhos no dia seguinte:

Dia 10-10-1979 reiniciamos o trabalho as 7:30 horas. Fomos na Serraria Grigoletto e Tartarotti LTDA. Estava totalmente parada. Passamos na Serraria Irmãos Iochpe S/A. entregar Formulários de Instruções, vistoriamos as toras encontradas na serraria, tinha sua bitola normal, mas no local não tinha licença de corte, falamos com o gerente e ele nos garantiu que tinha, mas se encontrava no escritório central, intimamos sob o nº 009/79 para nos apresentar documentação em São Francisco de Paula, ao qual se comprometeu de apresentar o mais breve possível. Também encontramos um caminhão com toras de pinheiros da Madeireira São Cristóvão LTDA. Não acompanhava a licença de corte, intimamos sob o nº 010/79 para comparecer em Porto Alegre, para apresentar esclarecimento junto ao Chefe do GCFAL. Da referida licença e local corte (Floresta Nacional, 1979).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Mesmo com as mudanças na legislação e a presença ativa do IBDF o que se observa é a quantidade de irregularidades da parte de proprietários de terra e madeireiros. Dando sequência a ação de fiscalização:

Seguimos para a localidade de Matemático na Serraria do Sr. Luiz Pelissári, lá chegando estavam trabalhando irregularmente pois estavam serrando somente pinheiros finos, efetuamos o levantamento, lavramos o Termo de Embargo da serraria, Termo de Apreensão, Termo de Deposito do material e intimamos sob o nº 011/79 para dar esclarecimento em Porto Alegre junto ao Chefe do GCFAL. Visitamos a Serraria Madepinus, a qual estava parada aguardando uma licença de corte do IBDF, no momento em que lá estivemos não tinha madeiras na serraria, entregamos o Formulário de Instrução fornecido por esta Delegacia Estadual e seguimos em frente. Ao regressarmos de Bom Jesus passamos por Cambará do Sul, na localidade de Rocinha avistamos um corte grande de pinheiros, pelo que se vê alguns com diâmetro inferior a 40 cm. em uma extensão de 3.000 situado nas duas margens da estrada, corte este feito pela Celulose Cambará S/A. Aguardamos instruções do Sr. Chefe do GCFAL para sabermos dados exatos do referido corte. Passamos na serraria do Sr. Vitério Titoni, estava serrando normal, nos apresentou a Licença de Corte nº 115/79 expedida em 21- 03-79 válida até 30-02-80. Corte de 700 pinheiros, local de corte Fazenda Potreiros. Visitamos 5 serrarias e vistoriamos 8 caminhões conforme relação que segue anexo. Chegamos na Flona de São Francisco de Paula, às 19:20 horas, percorremos 490 Kms (Floresta Nacional, 1979).

Como é possível observar no trecho acima, com o esgotamento dos estoques de araucaria no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade dos novecentos, pinheiros jovens com diâmetro inferior a 40 centímetros passaram a serem derrubados indiscriminadamente por parte de alguns madeireiros (Carvalho, 2010, p. 157). No final do relatório é colocada a seguinte observação:

O gerente da Serraria Irmãos Iochpe S/A. Chegou aqui na Flona de São Francisco no dia 15-10-79 as 11:30 horas e nos apresentou os seguintes documentos: autorização para desmatar nº 3146, licença que prorroga nº 88/78, data da prorrogação 07-03-79, número de registro EF-0332, área inspecionada em 22-02-79, quantidade 7.769 pinheiros, local de corte Fazenda Boa Ventura – Bom Jesus – RS (Floresta Nacional, 1979).

A Portaria Normativa DC nº 20, de setembro de 1976, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, proibiu o abate de araucárias adultas portadoras de pinhas, nos meses de abril, maio e junho (Brasil, 1976). Entretanto é possível constatar em relatórios como este que,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

mesmo após todas as medidas de proteção as florestas e resoluções do IBDF para a racionalização do uso da *araucaria angustifolia*, este, seguia ocorrendo ao final da década de 1970.

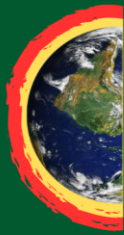
Medidas de proteção à fauna

Conforme o artigo 5º do Decreto-lei nº 289, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal deveria “celebrar convênios e acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, visando ao bom desempenho de suas atribuições” (Brasil, 1967). Nesta perspectiva, na década de 1980, a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB), através de um projeto coordenado e denominado pelo órgão de “Projeto Pró-Fauna”, criou e sugeriu ao IBDF um “Esquema de Fiscalização para Proteção da Fauna”. Este esquema visava aprimorar as ações de fiscalização em conjunto com outros órgãos de Estado como os de segurança pública. A FZB foi instituída pela Lei-estadual nº 6497 de dezembro de 1972, era responsável por realizar pesquisas no campo do meio ambiente, realizava serviços de levantamento de espécies ameaçadas de extinção, mapeamento de ecossistemas, proteção e recuperação da flora e da fauna, apoiando tecnicamente o estado do Rio Grande do Sul. O artigo 1º destacava os objetivos do esquema de fiscalização desenvolvido pela FZB, que eram:

- Fiscalizar para educar
- Moralizar a lei de proteção à fauna
- Criar um clima de insegurança aos caçadores furtivos
- Promover batidas relâmpagos, simultâneas, em várias partes do Estado
- Infracionar para processar (Fundação Zoobotânica, 1981).

O artigo 2º apresentava os recursos humanos a serem utilizados nas ações de fiscalização, que seriam os fiscais da delegacia estadual do IBDF (capital e interior) e os soldados da Brigada Militar (Fundação Zoobotânica, 1981). Em seguida, no artigo 3º, o esquema descrevia a modalidade de ação para a fiscalização ambiental, sugerindo “barreiras em rodovias” com o intuito de abordar e fiscalizar caçadores que estivessem viajando nas:

- Estradas principais, próximas aos municípios de zoneamento de caça
- Estradas secundárias para verificar se caçou no zoneamento ou não (2 barreiras simultâneas, carimbando as guias de trânsito)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

- Nas BR-290 ou BR-116, próximo aos entroncamentos com estradas que vem das áreas de caça: 3 barreiras simultâneas – 2 nas estradas de interior e a 3ª na BR
- Na estação rodoviária
- Na estação ferroviária
- No aeroporto: inspeção de pequenos aviões provenientes do interior do RS
- Nas estradas de regiões totalmente fora dos zoneamentos de caça (Fundação Zoobotânica, 1981).

No artigo 4º, o esquema apresentava um quadro denominado de “campanhas contra determinadas modalidades de predação da fauna”. O Quadro 1 destacava a configuração estabelecida para as campanhas, nele estavam contidas as espécies de animais, as regiões onde os órgãos de fiscalização deveriam atuar, as formas de ações de fiscalização, os locais, as pistas das quais poderiam revelar a ação e presença de caçadores e que os fiscais deveriam investigar e por último, os horários que as ações de fiscalização deveriam ocorrer.

Quadro 1: Campanhas contra determinadas modalidades de predação da fauna

| Espécies | Região | Forma de Ação | Locais | Pistas | Horário de Ação |
|-----------------|--|---------------------------------------|----------------------|--|-----------------------------------|
| Tatu | Campos de Cima da Serra | Barreiras, acampamentos tipo pic-nic | Estradas do interior | Cães s/raça definida. Acampamentos de más condições | Das 12h às 9h |
| Veados | Campos de Cima da Serra, Alto Uruguai, Missões, Campanha, Serra do Sudeste | Volantes do interior com investigação | Diversos | Cães verdadeiros | Durante o dia e 1ª horas da noite |
| Pássaros | Nordeste do Estado | Barreiras e volantes c/ investigação | Diversos | Diversos | Diversos |



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

| | | | | | |
|-------------------|---------------------------------------|------------------------------|--|---|-------------------------|
| Ratão-do-banhado | Litoral | Investigação | Locais de entrega de peixe. Acampamento de pescadores | Pele, carne, trapas, sangue, crânios | Diversos |
| Capivara | Litoral e Depressão Central | Investigações | Diversos | Vestígios do animal, arma de bala, cães | Diversos |
| Lebre | Todo Estado | Barreiras, fiscalização | Diversos | Holofotes, faroletes, cães | Diversos |
| Ema | Missões, Campanha e Depressão Central | Investigação Fábrika e Lojas | Cidades | Penas | Diversos |
| Espécies diversas | Próximo a Cidades | Investigações batidas | Arrabaldes de cidades | Tiros, transporte de armas e armadilhas | Diversos fins de semana |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do Esquema de Fiscalização Para Proteção da Fauna.

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 1981. Acervo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula.

Não foi possível encontrar informações relativas ao planejamento do Quadro 1 e quais foram os critérios adotados pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul no desenvolvimento do mesmo, porém, uma hipótese a ser considerada é a do conhecimento sobre as temporadas de caça e as informações obtidas ao longo do tempo através das experiências práticas da FZB e de outros órgãos de fiscalização ambiental.

No artigo 5º é descrito como as abordagens deveriam acontecer e onde deveriam ocorrer as investigações:

- Pescadores amadores (normalmente carregam clandestinamente armas sem registro)
- Comércio de pássaros (casas comerciais)



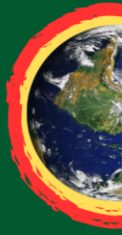
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

- Captura de pássaros silvestres (pessoas de bairros e vilas que capturam pássaros para fins ornamentais egoísticos).
- Caça com fundas e bodoques.
- Caça dentro de propriedades rurais, pelos moradores locais (Fundação Zoobotânica, 1981).

O artigo 6º destacava que as barreiras deveriam ser integradas junto às principais rodovias do Estado, simultaneamente, inclusive fora das regiões de caça. Além disso destaca que na temporada de caça há maior interesse pela caça furtiva (Fundação Zoobotânica, 1981). O mesmo artigo ainda destaca que os fiscais deveriam investigar a destruição de ninhos e locais de procriação como ninhais, o apanhe de ovos e de filhotes, drenagens de áreas alagadas e a captura de filhotes para o comércio, em especial os psitacídeos (Fundação Zoobotânica, 1981). No artigo 7º, ponderava que todos os processos entregues às Delegacias de Polícia deveriam ser acompanhados e devidamente cobrados. Nos depoimentos os fiscais deveriam estar acompanhados por assistência jurídica (Fundação Zoobotânica, 1981). O artigo 8º discorria sobre os materiais de sinalização nas barreiras de fiscalização, os fiscais do IBDF deveriam estar munidos desse material para as barreiras em rodovias e estes deveriam servir para a utilização diurna e noturna (Fundação Zoobotânica, 1981). O 9º e último artigo, comentava sobre a caça fora do país, destacava que muitos caçadores gaúchos e de outros estados caçam no Uruguai e Argentina e que para fiscalizar estes, o IBDF deveria montar esquema em comum acordo com o sistema de fiscalização alfandegário de fronteiras (Fundação Zoobotânica, 1981).

Em um Relatório de Fiscalização Ambiental de julho de 1982 é possível verificar parte das ações de proteção à fauna que eram realizadas pelo GCFAL do IBDF, em parceria com outros órgãos de Estado:

Com a cobertura policial do Cabo Rafael Lido Silva Rivero e a colaboração do fiscal do ICM, Sr. João Adão Barreto iniciamos as autuações e apreensões às 13:30 horas estendendo-se até 00:30 horas do dia 05-07-82 onde foram lavrados 31 autos de infração e apreensão de números 1751 à 1781, todos de fauna sendo apreendidos 33 espingardas, como segue: 3 calibre 12, 7 calibre 16, 4 calibre 20, 2 calibre 24, 7 calibre 26, 8 calibre 32, 2 calibre 36, juntamente com 19 cartucheiras com 591 cartuchos e 78 peças de caça. Os infratores eram procedentes dos seguintes municípios catarinenses: Nova Veneza 10, Criciúma 11, Siderópolis 2, Timbé do Sul 1, Tubarão 2, Meleiro 4 e Urubici 1. Outrossim gostaríamos de salientar que em virtude do grande movimento de infratores e quantidade de armas apreendidas o Cabo Rafael Lido Silva Rivero solicitou reforço policial ao destacamento de Bom Jesus para manter maior segurança,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

reforço este que chegou por volta de 1:00 hora do dia 05-07-82 com uma viatura e dos policiais militares portando uma metralhadora (Floresta Nacional, 1982).

Este trecho do relatório informa como as ações de fiscalização poderiam ser perigosas. A grande quantidade de armamento e apreensões realizadas pela ação de fiscalização desencadeou um clima de insegurança:

Dado ao grande movimento de infrações ficou ameaçado a falta de DUA e mais um funcionário para o andamento da fiscalização. Às 3:30 horas do dia 05-07-82 o funcionário José Rodrigues de Souza regressou à Flona para manter contato com o Chefe do GCFAL e levar mais material. Foram vistoriados 45 carros, passando pela barreira quatro caçadores filiados à Clubes de Caça, onde os mesmos só transportavam armas sendo os seguintes: Renato de Luca – arma nº 70953 – 2 canos – calibre 24, carteira nº 23 e Remi de Luca – arma nº 29672 – 2 canos – calibre 36, com parte e licença filiada ao Clube de Caça Alberto Scheidt de Santa Catarina e Vanio da Rosa registro nº 2572/81 – Arma calibre 12 – Marca Boito, carteira nº 97 filiado ao Clube de Caça Pedras Grandes – Santa Catarina. Em retorno dos funcionários José Rodrigues de Souza e Adalberto Ribeiro do Santos que reforçou a equipe houve defeito mecânico na camioneta placa AR-7965 necessitando reparos urgentes, a qual ficou na oficina de Cambará do Sul. O funcionário do Parna de Aparados da Serra que estava na mesma oficina foi solicitado para que nos levasse até a barreira e, no retorno trouxesse a caça apreendida onde foi doada à Fundação de Saúde São José após ter sido fotografada (Floresta Nacional, 1982).

Até aqui é possível constatar a intensa movimentação de caçadores de Santa Catarina no nordeste do Rio Grande do Sul neste período. Era comum os animais caçados apreendidos nas ações de fiscalização serem doados para o preparo da alimentação de hospitais e demais instituições filantrópicas nas regiões onde o IBDF atuava (Floresta Nacional, 1982). Ao final do relatório:

Informamos que não houve infração de flora devido a fortes chuvas ocorridas no dia 04-07-82 estendendo-se até o dia 06-07-82, dia em que retornamos. Quando do retorno passamos na serraria de Cléo José Monteiro onde já tinha sido intimada em nome de Ana Nunes Coelho. Lavramos o auto de infração nº 6888, Termo de Apreensão, Termo de Depósito e Termo de Embargo do estabelecimento lacrando a serra e circular, às 14:30 horas. Fotografamos as armas apreendidas e retornamos à Flona às 19:00 horas percorremos 460 km com um consumo de 110 litros de gasolina (Floresta Nacional, 1982).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Se considerarmos que naquele período os caçadores não possuíam as tecnologias de telefonia móvel, GPS e demais aparatos eletrônicos de hoje, as possibilidades de empreender fuga ou burlar de alguma maneira a fiscalização ambiental eram significativamente reduzidas. O resultado era a realização de apreensões como apresentado na Figura 1:

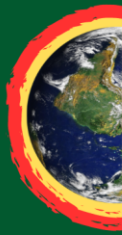
Figura 1: Apreensão de armas, munições e animais pelos fiscais do IBDF na década de 1980



Fonte: Acervo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula

Na Figura 1 obtida no acervo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula é possível verificar a grande quantidade de armamentos e munições apreendidas dispostas sobre a viatura do IBDF. No canto direito da imagem, no meio das armas, encontra-se um filhote de macaco, sem vida, em cima de uma folha de jornal. De acordo com Hugo Fernandes-Ferreira e Rômulo R. Alves:

Na década de 80, foram criadas duas leis que tornam ainda mais rigorosas a regulamentação de atividades ligadas ao abate de fauna. A Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) torna de responsabilidade civil os danos causados ao meio ambiente e a qualquer outro de interesse difuso ou coletivo e a Lei nº 7.643/87 proíbe a caça ou qualquer ato invasivo e intencional de todas as espécies de cetáceos (2014, p. 3).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, houve avanços com relação a proteção da flora e da fauna silvestres. O parágrafo 1º, inciso VII do Capítulo VI, que dispõe sobre o Meio Ambiente, estabelece “proteger a fauna e flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade”. Essa e outras diretrizes serviram de escopo para a criação de novas e rígidas leis ambientais nas décadas seguintes.

Conclusão

A promulgação do Código Florestal de 1965 e do Código de Fauna de 1967 trouxeram novas diretrizes para a proteção da natureza. As organizações de Estado responsáveis pela aplicação das leis como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e as forças de segurança, tiveram que se adaptar à realidade daquele período. A parceria firmada entre o IBDF e outras organizações como a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, permitiram o aprimoramento das práticas de fiscalização ambiental. Esse aperfeiçoamento, melhorou os recursos humanos dentro daquelas instituições, resultando em atuações bem sucedidas, mesmo com a vasta cobertura territorial que deveriam fiscalizar. Tendo em vista as suas capacidades técnicas e de pessoal, estes órgãos cumpriram com algumas de suas principais funções. Coibir a predação de flora e de fauna daquela época.

Referências e fontes

BRASIL. *Lei nº 4.771*, de 15 de setembro de 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Lei nº 5.197*, de 3 de janeiro de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15197.htm. Acesso em: 30 set. 2024

BRASIL. *Decreto-Lei n. 289*, de 28 de fevereiro de 1967a. Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/1965-1988/del0289.htm#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Brasileiro%20do%20Desenvolvimento%20Florestal%20e%20dá%20outras%20providências. Acesso em: 30 set. 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

BRASIL. *Decreto nº 62.018*, de 29 de dezembro de 1967b. Aprova o Regimento do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62018-29-dezembro-1967-403230-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Portaria nº 2367*, de 5 de agosto de 1971. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Rio de Janeiro. Arquivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula.

BRASIL. *Portaria Normativa DC nº 20*, de 27 de setembro de 1976. Proíbe o abate de pinheiros adultos (*araucaria angustifolia*), portadores de pinhas, nos meses de abril, maio e junho. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Rio de Janeiro. Arquivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta Ombrófila Mista e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. 2010. 313 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

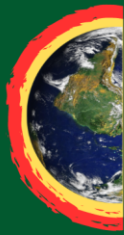
FERNANDES-FERRERIA, Hugo; ALVES, Rômulo R. da Nóbrega. *Legislação e mídia envolvendo a caça de animais silvestres no Brasil: uma perspectiva histórica e socioambiental*. Revista Gaia Scientia, João Pessoa, v. 8, p. 1-7, jan. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia/article/view/17919/10216>. Acesso em: 30 set. 2024.

FLORESTA NACIONAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. *Relatório de fiscalização*. 15 de outubro de 1979. São Francisco de Paula. Arquivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula.

FLORESTA NACIONAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. *Relatório de fiscalização*. 08 de julho de 1982. São Francisco de Paula. Arquivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula.

FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Sugestões de esquema de fiscalização ambiental para proteção da fauna*. 05 de maio de 1981. Sapucaia do Sul. Arquivo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 6497*, de 20 de dezembro de 1972. Autoriza a instituição de Fundação e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-6497-1972-riogrande-do-sul-autoriza-a-instituicao-de-fundacao-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 set. 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

UHE Foz do Chapecó: Energia, Desenvolvimento e Seus Impactos

Melody Forcelini

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul e bolsista -UFFS
melody.forcelini@estudante.uffs.edu.br

Samira Peruchi Moretto

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul(UFFS)
samira.moretto@uffs.edu.br

Resumo

A construção de grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas, tem sido uma constante na história do Brasil. Isso se deve, em geral, ao avanço tecnológico e à crescente demanda por energia. Usinas hidrelétricas tornaram-se um investimento promissor, pois são uma fonte importante de energia renovável e contribuem significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do país. Contudo, apesar dos benefícios relacionados à geração de energia em larga escala, a construção dessas usinas acarreta sérios impactos ambientais e sociais nas regiões em que são implementadas. Um exemplo significativo desse tipo de empreendimento é a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, situada na região da Fronteira Sul do Brasil. Localizada entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ela afeta direta e indiretamente doze municípios. Sua construção (2006-2010), transformou drasticamente o curso natural do rio Uruguai, gerando inundações que devastaram áreas com rica biodiversidade e comunidades rurais que dependiam do rio para sua subsistência. Desde o início do século XX, o rio Uruguai desempenha um papel crucial na economia da região e ao longo da primeira metade deste século, foi uma via vital para o escoamento de matérias-primas, facilitando o desenvolvimento inter-regional e a colonização de áreas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O historiador Donald Worster (1991) argumenta que a natureza, em qualquer lugar do mundo, oferece aos humanos um conjunto flexível, mas limitado, de recursos para sua sobrevivência. Conforme as necessidades de um grupo social evoluem, surgem novas tecnologias que aplicam conhecimentos e habilidades para a exploração desses recursos. Aplicando essa ideia ao contexto da UHE Foz do Chapecó, observa-se que a barragem reflete uma narrativa de desenvolvimentismo, na qual a tecnologia e o aproveitamento dos recursos naturais são mobilizados para promover o que se considera um benefício comum.

Palavra Chave: História Ambiental, Energia, UHE Foz do Chapecó

Abstract

The construction of large infrastructure projects, such as hydropower plants, has been a constant in Brazil's history. This is generally due to technological advancements and the growing demand for energy. Hydropower plants have become a promising investment, as they are an important source of renewable energy and contribute significantly to the country's socioeconomic development. However, despite the benefits related to large-scale energy generation, the



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

construction of these plants causes serious environmental and social impacts in the regions where they are implemented. A significant example of this type of undertaking is the Foz do Chapecó Hydroelectric Plant, located in the Southern Border region of Brazil. Situated between the states of Santa Catarina and Rio Grande do Sul, it directly and indirectly affects twelve municipalities. Its construction (2006-2010) drastically altered the natural course of the Uruguay River, causing floods that devastated areas with rich biodiversity and rural communities that depended on the river for their livelihood. Since the early 20th century, the Uruguay River has played a crucial role in the region's economy, and throughout the first half of this century, it was a vital route for the flow of raw materials, facilitating interregional development and the colonization of areas in Santa Catarina and Rio Grande do Sul. Historian Donald Worster (1991) argues that nature, anywhere in the world, offers humans a flexible yet limited set of resources for their survival. As the needs of a social group evolve, new technologies emerge that apply knowledge and skills to exploit these resources. Applying this idea to the context of the Foz do Chapecó Hydroelectric Plant, it is observed that the dam reflects a narrative of developmentalism, where technology and the use of natural resources are mobilized to promote what is considered a common benefit

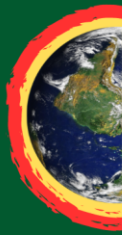
Keywords: Environmental History, Energy, Foz do Chapecó

Introdução

A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, construída na Fronteira Sul do Brasil, entre 1980 e 2010, é um marco na história ambiental e tecnológica do país. Localizada na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre os municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS), a estrutura e o reservatório da UHE Foz do Chapecó ocupam áreas em doze municípios dos Estados de Santa Catarina, a saber: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Chapecó, Paial e Itá e no Rio Grande do Sul: Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande e Itatiba do Sul. A casa de força, onde as unidades geradoras estão abrigadas, fica totalmente localizada em Alpestre, RS.

A UHE Foz do Chapecó, um empreendimento de grande porte, impactou significativamente a paisagem e o modo de vida das comunidades locais, alterando o curso do rio Uruguai e inundando áreas importantes. A região, com rica história de povoamento e desenvolvimento agrícola, além de grande diversidade ambiental, foi profundamente afetada.

Esse ensaio é uma parte inicial do projeto de pesquisa que busca compreender como a narrativa de desenvolvimento e modernização influenciou as políticas e decisões que levaram à construção da usina, e como as intervenções tecnológicas alteraram a dinâmica ecológica e socioeconômica da região sob a perspectiva da história ambiental. As comunidades locais foram diretamente impactadas, com deslocamentos populacionais, perda de terras e mudanças no modo de vida. A fauna, a flora e o curso do rio Uruguai também sofreram alterações significativas. A



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

ideia é abordar uma temática global: as decisões históricas e tecnológicas que moldaram o uso dos rios, em contraste com a crescente demanda por energia em um mundo cada vez mais industrializado, urbanizado e moderno, que exige constante investimento em infraestrutura para sustentar seu desenvolvimento. Nesse sentido, busca-se analisar o papel de um empreendimento tecnológico profundamente perpassado pelo fenômeno global da modernização, que é a construção de uma usina hidrelétrica.

Energia elétrica em desenvolvimento

A construção de grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas, tem sido um tema recorrente na história do Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Isso deve-se, em grande parte, ao avanço da tecnologia no mundo atual e a necessidade por maior energia para consumo e utilização. Para tanto, a criação de Usinas Hidrelétricas tornou-se um investimento promissor, pois são importantes fontes de energia para o mundo e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da nação. Apesar dos benefícios da produção de energia em larga escala, a construção das hidrelétricas causa enormes danos às comunidades em que são inseridas. Durante a construção das usinas é onde ocorrem os maiores impactos na região, como a destruição da fauna e flora e das construções históricas, fruto das práticas sociais produzidas pela população.

A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (UHE Foz do Chapecó), localizada na região da Fronteira Sul, é um exemplo emblemático de um empreendimento de grande porte. Sua construção, iniciada em 2006 e concluída em 2010, alterou significativamente a paisagem e o modo de vida das comunidades da região. A região da Fronteira Sul, onde a UHE Foz do Chapecó está localizada, é marcada por uma rica história de povoamento e desenvolvimento agrícola, além de apresentar uma grande diversidade ambiental. A construção da usina impactou diretamente o rio Uruguai, um dos principais rios da região, alterando seu curso e inundando áreas significativas. Analisando assim, sob a perspectiva com uma temática global: as escolhas tecnológicas e históricas sobre rios e seus usos, por um lado, e a necessidade de geração de energia no mundo contemporâneo cada vez mais industrializado, urbanizado e moderno, demandando continuamente infraestrutura para tais empreendimentos.

O Brasil do período pós-Segunda Guerra Mundial é um caso evidente de como um assunto global impacta diversas áreas e locais: dentro do conceito do desenvolvimentismo, respaldado por



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

ideologias modernizadoras e pela coordenação técnica e científica alinhada com os Estados Unidos, várias iniciativas de modernização, facilitadas por organizações americanas, começaram a ganhar destaque no país.

Desde os primeiros anos do século passado, o rio Uruguai tem desempenhado um papel vital na economia de diversas cidades. Formado pelo encontro dos rios Pelotas e Canoas, fazendo parte da bacia do Rio da Prata, ele ocupa uma área de aproximadamente 365.000 km². A maior extensão do rio funciona como um marco geográfico que define as fronteiras, inicialmente entre o Brasil e a Argentina, e posteriormente entre os estados brasileiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O rio Uruguai contribuiu para a colonização de inúmeras regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sendo fundamental para o desenvolvimento econômico inter-regional, principalmente por ser o principal meio para escoar matérias primas para outros países ao longo da primeira metade do século XX.

Na década de 1960, o Brasil iniciou um significativo movimento na construção de hidrelétricas, impulsionado pela expansão do Sistema Elétrico Nacional e pela busca por modernização industrial. O país, almejando um desenvolvimento fundamentado no crescimento econômico, concentrou esforços na industrialização e urbanização, tornando essencial aumentar a capacidade de geração de energia elétrica. Assim, em 1960, foi estabelecido o Ministério de Minas e Energia para fortalecer o sistema energético brasileiro.

A abrangência do fenômeno da apropriação dos rios no Brasil durante esse período voltado para a modernização, seja para a geração de energia, seja como reservatório de água potável ou para irrigação, reflete ansiedades, expectativas e visões de mundo que revelam decisões históricas sobre o que produzir, como produzir, onde produzir, o que modernizar, como e quando. Decisões essas que, vale destacar, estão profundamente imersas em controvérsias, disputas e instituições comprometidas com o próprio processo de modernização. Contudo, essa abrangência é aplicada em contextos específicos, combinando concepções particularizadas de tecnologia e ciência, aproveitando-se de conjunturas políticas nacionais e locais que resultaram em consequências socioambientais regionais.

O historiador ambiental Sterling Evans (2016) destaca que existem 45 mil barragens altas no mundo, sendo que 40 mil foram construídas a partir da década de 1950, o que implica que quase



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

metade dos rios do planeta passou por modificações profundas em suas paisagens. Nesse contexto, Evans sugere que o controle da água é um dos principais marcos do estado moderno, já que, para fornecer energia elétrica ou abastecer a agricultura, é essencial garantir o fluxo contínuo da água.

A tendência mundial de utilizar os rios para fins como geração de energia, abastecimento de água e irrigação, especialmente em países como o Brasil que buscavam a modernização nesse período, revela as ansiedades, expectativas e perspectivas da época. Essas escolhas históricas moldaram as decisões sobre o que, como, onde e quando produzir, e quais áreas priorizar para modernizar.

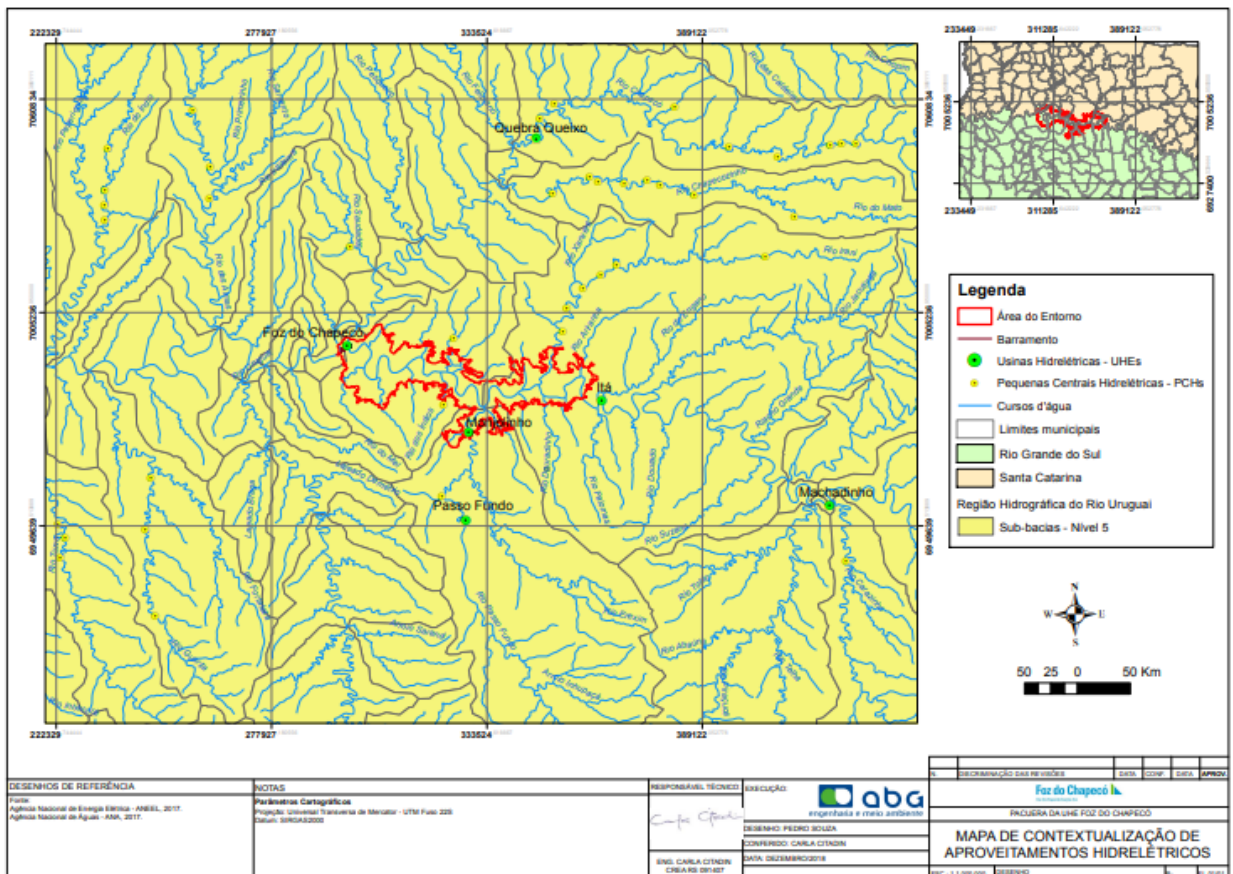


Figura 1: Mapa de Contextualização de Aproveitamentos Hidrelétricos

Fonte: SOCIOAMBIENTAL CONSULTORIA LTDA.- PACUERA - UHE Foz do Chapecó. Agosto, 2019.

No término do século XX, a percepção econômica e ambiental mudou, com o surgimento de uma abordagem voltada para a tecnologia de grande porte. Nesse contexto, o rio tornou-se



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

objeto de desejo de governos e empresas para geração de energia através da construção de hidrelétricas.

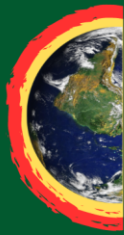
Os motivos que sustentam a ampliação da geração hidrelétrica estão relacionados aos programas de crescimento econômico do Brasil desde os anos 90, O aproveitamento da água para a geração de energia elétrica encontrou no território brasileiro um importante campo para o desenvolvimento e consolidação da engenharia nacional. (Berman, 2007) . Atualmente, estão em funcionamento no Brasil, 214 Usinas Hidrelétricas (UHE) e 430 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Dessas, 29 UHEs estão instaladas nos estados do Rio Grande do Sul (17) e Santa Catarina (12). As pequenas centrais hidrelétricas correspondem a 112, sendo divididas igualmente entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (ANEEL,2024)

A energia elétrica é essencial para o modelo de desenvolvimento da sociedade. Os argumentos que justificam sua expansão da produção de hidroeletricidade estão vinculados a projetos de desenvolvimento da economia brasileira, em vigor desde a década de 1990 e é corroborado com os Planos de Aceleração do Crescimento do governo federal, (PAC I e II) já que o potencial hidráulico brasileiro é conhecido no mundo todo.

A tecnologia, com suas conotações de "força bruta" e "industrialização", emergiu como um elemento central para a compreensão das sociedades do século XX em diante. A crescente dependência tecnológica em todos os âmbitos da vida social gerou a expectativa de que ela pudesse corrigir as "imperfeições naturais" e oferecer soluções cada vez mais eficientes para os desafios da existência humana.

A busca por energia sempre esteve associada a um processo de subjugação dos recursos naturais, o que muitas vezes é entendido como um sinônimo de desenvolvimento, conforme apontado:

Desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. Assim, a crítica à ideia de desenvolvimento exigia que se imaginassem outras perspectivas que não as liberais ou socialistas ou, pelo menos, que essas se libertassem do desenvolvimentismo que as atravessa.(PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24 apud VIGNATTI, M. A. P.; SCHEIBE, L. F.; BUSATO, M. 2016)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A permeação da tecnologia na vida cotidiana gerou a falsa impressão de que a existência humana estaria condicionada a ela. A energia elétrica, produzida em larga escala por usinas hidrelétricas, tornou-se um pilar fundamental desse modelo. No Brasil, a abundância de recursos hídricos impulsionou a adoção de uma política energética centrada na hidroeletricidade. Conforme aponta Raquel Viana (2003):

A política nacional do setor energético, amparada pela existência de um grande número de rios aproveitáveis para a geração de energia elétrica, intensificou, nas últimas décadas, a exploração desse recurso natural. Foi principalmente a partir do final da década de 60, durante o regime militar, que o tão propagado sonho de desenvolvimento e modernidade teve como um de seus maiores símbolos as grandes barragens. Tendo em vista a necessidade de ampliação da oferta de energia elétrica demandada pela crescente industrialização e urbanização, bem como o desejo de transformar o Brasil em uma grande potência, foram elaborados e/ou implementados alguns dos maiores projetos hidrelétricos brasileiros, tais como as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu, finalizadas em 1984 e 1983, respectivamente.

A partir da década de 1970, o Brasil vivenciou um boom na construção de usinas hidrelétricas, com investimentos bilionários em projetos como Itaipu e Tucuruí. Conforme citado por Espíndola (2015): em 1975, o projeto da Usina Hidrelétrica de Itaipu, foi orçado inicialmente em US\$ 10,3 bilhões e em 1976, a usina Hidrelétrica de Tucuruí, sendo a maior usina integralmente brasileira, teve custos estimados de US\$ 10 bilhões.

Atualmente, na região da bacia do rio Uruguai, abrangendo os afluentes Pelotas e Canoas, estão localizadas pelo menos cinco importantes usinas hidrelétricas: a UHE Barra Grande, situada no rio Pelotas; a UHE Campos Novos, localizada no rio Canoas; além da UHE Machadinho, UHE Itá e UHE Foz do Chapecó, todas situadas no próprio rio Uruguai.

História Ambiental e a UHE Foz do Chapecó

A história ambiental constitui-se em um campo interdisciplinar e busca entender a interação presente entre os seres humanos e o mundo natural. Conforme apontado por Klanovicz (2013) “Às intervenções humanas são consideradas comuns, mas a história ambiental busca



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

posicionar as ações e instituições humanas dentro da natureza, não fora de uma natureza prístina que seria intocada.”

Segundo um dos fundadores do campo da história ambiental, o norte americano Donald Worster (1991) os historiadores ambientais discordam da ideia de que as ações humanas são completamente independentes do ambiente. Eles buscam compreender como os aspectos ambientais inseridos em um determinado contexto influenciaram na construção e desenvolvimento de determinado processo histórico.

Em diálogo com Donald Worster, o também historiador ambiental José Augusto Drummond (1991) afirma que um dos traços da história ambiental é:

[...] explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas. As ciências naturais contribuem na identificação do conjunto de recursos naturais disponíveis no território de uma sociedade.

O autor observa ainda que historiadores ambientais encontram “conceitos e enfoques úteis para estudar o papel da cultura nos usos dos recursos. Afinal, os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados”, pois segundo o que infere Drummond (1991,p.182): “não existem recursos naturais per se.”

Donald Worster (1991,p.206) ainda afirma que, “em todo ou qualquer lugar, a natureza oferece aos humanos que ali vivem um conjunto flexível, mas limitado, de possibilidades de se manterem vivos.” De acordo com as necessidades de sobrevivência de um determinado grupo social, exigem-se novas “tecnologias”, ou seja, “a aplicação de habilidades e conhecimentos à exploração do ambiente.”

Conforme apontado pelos professores da universidade federal da fronteira sul, a “história ambiental surge respondendo aos anseios da sociedade por saber mais sobre o impacto humano na natureza ao longo do tempo, procurando alternativas ou lições no passado que possam ser úteis para os problemas ambientais contemporâneos.” SILVA et al. (2015,p.271). Assim, a história ambiental investiga a forma como os indivíduos empregam os recursos da natureza em seu interesse próprio, sendo a exploração dos rios para a produção de energia um caso ilustrativo disso.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Desta forma, levando em consideração as proposições de Donald Worster (1991) e José Drummond (1991), observa-se que o caso de implantação da UHE Foz do Chapecó pode ser analisada a partir desses pressupostos, já que a ideia de tecnologia que permeia a construção da barragem e a mudança ambiental e social da região pode ser traduzida pela narrativa de desenvolvimentismo e aproveitamento dos recursos naturais para um benefício comum.

A História Ambiental, nesse sentido, tem papel fundamental no caminho. A sua narrativa leva em consideração “as mudanças nas sociedades humanas e como elas interferem nas mudanças no meio natural e como o meio natural condiciona a experiência humana.”(Espíndola,2015)

Além da revisão bibliográfica acerca da história ambiental, uma revisão da literatura revelou diversos trabalhos que abordam direta ou indiretamente a temática. Worster (1985) examina a relação entre sociedade e natureza, destacando a gestão da água como um fator que molda paisagens e comunidades. Seus conceitos são úteis para a interpretação de dados sobre os impactos da UHE.

Com o aumento da elaboração de projetos de grande escala, como a construção das usinas hidrelétricas, uma nova modalidade de tecnologia é empregada, chamada por Josephson (2009) de tecnologia de força bruta. Esse conceito discute grandes empreendimentos tecnológicos que transformam significativamente o meio ambiente e os ecossistemas. A ideia de tecnologia de força bruta é aplicável para analisar a magnitude do projeto UHE Foz do Chapecó. Nesse sentido, podemos também dialogar com o historiador Jó Klanovicz (2016) que pontua que,

Uma das maiores manifestações sociais da tecnologia, foi a emergência dos anúncios publicitários, que vieram a reforçar a visão sobre a própria tecnologia cumprindo o papel psicológico de excitar necessidades de consumidores, associando-as a desejos intangíveis, difundindo não apenas benefícios individuais , mas progresso social advindo da aquisição de produtos tecnológicos.

A necessidade de eletricidade aumentada para impulsionar o avanço do Brasil é frequentemente destacada nos materiais promocionais e nas diretrizes das organizações encarregadas de estabelecer usinas hidrelétricas em todo o país. O uso dos meios de comunicação reforçou a ideia de que a tecnologia associada a termos como “desenvolvimento” e “progresso” tornaria-se indispensável para a vida da população.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Evans (1999) oferece uma perspectiva sobre os impactos dos esforços de conservação e dos projetos de infraestrutura no meio ambiente e nas comunidades locais, destacando a relevância das medidas de mitigação ambiental na Costa Rica. Pode ser utilizado para análise pois discute as complexidades das políticas ambientais e sua aplicação em projetos de desenvolvimento, aplicável ao estudo em questão.

Os autores supracitados, contribuem para a compreensão dos impactos socioambientais de grandes projetos de infraestrutura, como a UHE Foz do Chapecó em diálogo com a história ambiental. Enquanto Worster oferece um quadro teórico para analisar a relação entre sociedade, natureza e tecnologia, Evans fornece um estudo de caso que ilustra as complexidades e contradições das políticas de conservação ambiental em um contexto específico. A pesquisa em desenvolvimento, buscará aprofundar essa análise, investigando como a narrativa de desenvolvimento e modernização influenciou as políticas que levaram à construção da UHE Foz do Chapecó e como as intervenções tecnológicas alteraram a dinâmica socioambiental da região.

Referências

ANEEL. Matriz Elétrica Brasileira. Sistema de informações de geração da Aneel - SIGA. 2024. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOiR9> Acesso em: 8 jun. 2024.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 1, n. 59, p. 139-153, 2007.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ESPÍNDOLA, M.A. Tecnização da natureza: o desastre ambiental da Usina Hidrelétrica de Barra Grande (SC) In: NODARI, E. S.; ESPÍNDOLA, M. A, LOPES, A.R. S. (orgs.) *Desastres Socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 157-181.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

EVANS, S. *The Green Republic: A Conservation History of Costa Rica*. University of Texas Press, 1999.

EVANS, S. *As barragens de Sonora: História Ambiental e Social das Águas no México*, in: *Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações*, 4. Florianópolis: LABIMHA-UFSC, 2016.

FORCELINI, M. "Colossal, Complexa, Imprescindível": Tecnologia de Força Bruta e a Usina Hidrelétrica de Itá/SC. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2017.

JOSEPHSON, P. R. *Would Trotsky wear a bluetooth? Technological utopianism under socialism, 1917-1989*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

KLANOVICZ, J. *História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade*. *História Unisinos*, Novo Hamburgo, v. 17, p. 293-302, 2013.

KLANOVICZ, J. *Tecnologia de força bruta e história da tecnologia: uma leitura historiográfica*. *Fronteiras: revista catarinense de História*, Florianópolis, n. 27, p. 134-149, 2016.

SILVA, Claiton Márcio da; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma História Ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas*. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (orgs.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Editora da UFFS, 2015, p. 271-297.

SOCIOAMBIENTAL CONSULTORIA LTDA. *Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial - PACUERA - UHE Foz do Chapecó*. Agosto, 2019.

VIANA, R. M. *Grandes barragens, Impactos e Reparações: um estudo de caso sobre a Barragem de Itá*. 191f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

VIGNATTI, M. A. P.; SCHEIBE, L. F.; BUSATO, M. A. *Projetos hidrelétricos em Santa Catarina*. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.30, n.87, p.165-176, 2016.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

WORSTER, D. *Rivers of Empire: Water, Aridity, and the Growth of the American West*. Oxford University Press, 1985.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Plagas e imaginário sobre el Gran Chaco Sudamericano

Valéria Dorneles Fernandes

Doctora en Historia Social, Bolsista Conicet Posdoc, Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR), Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Argentina

Adrián Gustavo Zarrilli

Doctor en Historia, Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR), Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Argentina

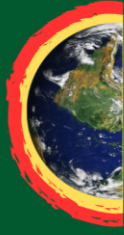
Resumen

La región ecológica del Gran Chaco Sudamericano es una región boscosa de aproximadamente 1.000.000km², ubicada en el centro de América del Sur. El territorio nacional de diferentes países se superpone a esta región. El Gran Chaco es específico por la ocurrencia de diferentes microrregiones climáticas y de relieve, que conforman un mosaico de praderas, humedales, esteros, sabanas, una gran extensión de bosques y matorrales. En cuanto a la Historia Ambiental, esta ecorregión está poco estudiado, especialmente si se lo compara con biomas como la Floresta Atlántica y la región amazónica. El Gran Chaco es interpretado tanto en otras disciplinas como en el imaginario social como un lugar inhóspito, salvaje, desocupado y “vacío”. Por un lado, el Gran Chaco es visto como el “lugar del mal”, de donde provienen los problemas, y, por otro, históricamente estuvo incorporado y participado en esquemas de desarrollo nacional a partir de la explotación puramente mercantil. En principio del siglo XX el Gran Chaco Sudamericano fue centro de discusión del Comité Permanente Interamericano Antiacridiano (1948-52), comité formado por los países de América del Sur para discutir el problema de la langosta. En estas reuniones los científicos y políticos más aun de entender el problema, buscaban un culpable o, mejor dicho, un lugar del origen del problema. En esto sentido, el Gran Chaco fue apuntado como el origen del problema de la langosta, o sea, más una vez el Gran Chaco ocupaba un lugar del “malo”. El trabajo propuesto presenta una discusión y caracterización del Gran Chaco Sudamericano, su papel económico y las miradas sobre esta ecorregión a partir de la discusión perpetrada por el Comité Permanente Interamericano Antiacridiano.

Palavras-chave: Gran Chaco Sudamericano. Langosta. História Ambiental.

Abstract

The ecological region of the South American Gran Chaco is a forested region of approximately 1,000,000 km², located in the center of South America. The national territory of different countries overlaps this region. The Gran Chaco is specific due to the occurrence of different climatic and relief microregions, which make up a mosaic of grasslands, wetlands, estuaries, savannas, a large expanse of forests and scrublands. Regarding Environmental History, this biome is little studied, especially when compared to biomes such as the Atlantic Forest and the Amazon region. The Gran Chaco is interpreted both in other disciplines and in the social imagination as an inhospitable, wild, unoccupied and “empty” place. On the one hand, the Gran Chaco is seen as the “place of evil”, where problems come from, and, on the other, it



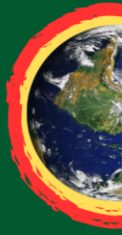
6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

was historically incorporated and participated in national development schemes based on purely commercial exploitation. At the beginning of the 20th century, the South American Gran Chaco was the focus of discussion at the Permanent Inter-American Anti-Assault Committee (1948-52), a committee formed by the countries of South America to discuss the locust problem. At these meetings, scientists and politicians, in addition to understanding the problem, sought a culprit or, better said, a place of origin of the problem. In this sense, the Gran Chaco was pointed out as the origin of the locust problem, that is, once again the Gran Chaco occupied the place of the “bad guy”. The proposed work presents a discussion and characterization of the South American Gran Chaco, its economic role and the views on this ecoregion based on the discussion perpetrated by the Permanent Inter-American Anti-Assault Committee.

Keywords: Gran Chaco Sudamericano. Locust. Environmental History.

Introducción

El Gran Chaco Sudamericano es una región forestal de aproximadamente 1.000.000 km² ubicada en el centro de América del Sur y los territorios nacionales de diferentes países se superponen a esta ecorregión. Actualmente, un 60,43% de su superficie total se ubica en Argentina, un 28% en Paraguay, un 11,43% en Bolivia y un 0,14% en Brasil (FUNDACIÓN VIDA SILVESTRE, 2024) (Figura 1). Esto revela que la historia de esta ecorregión tiene, por un lado, procesos y características similares y, por otro lado, se desarrolla de acuerdo con la historia de estos países y áreas de ocupación humana.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



Figura 1: Mapa distribución del Gran Chaco Sudamericano en Sudamérica

Fuente: (Fundación Vida Silvestre, 2024)

Dentro de la perspectiva de la historia ambiental al estudiar esta ecorregión como unidad de análisis, el énfasis no está en el proceso económico y biosocial delimitado por las fronteras políticas del Estado - aunque al mismo tiempo no pueden dejarse de lado en el análisis los procesos particulares de cada país. El análisis busca una perspectiva transnacional, abordando la ecorregión del Gran Chaco Sudamericano como una unidad de análisis.

El Gran Chaco Sudamericano es identificado, sobre todo, como una región forestal, pero tiene como especificidad la ocurrencia de diferentes microrregiones climáticas y de relieve, que conforman un mosaico de praderas, esteros, esteros, sabanas, una gran extensión de bosques y arbustos (TNC, 2005). La diferenciación de ecorregiones entre el *chaco seco*, en la porción



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

occidental, y el *chaco húmedo*, en la porción oriental, es su caracterización ecológica más significativa. Estas diferencias ecológicas afectaron la forma de ocupación humana a través de la caza y la extracción de alimentos, la agricultura, la extracción de madera y las formas de construcción en los Estados sudamericanos. Debido a su gran diversidad ecológica, la biodiversidad de esta ecorregión también es amplia, dando como resultado una diversidad de especies, como serpientes; reptiles; algunos felinos como el puma y el yaguareté; oso hormigueo; zorros, diversidad de aves y peces (FUNDACIÓN VIDA SILVESTRE, 2024). Los árboles más conocidos (en parte por su alto valor comercial) son el quebracho colorado chaqueño; el quebracho colorado santiagueño; quebracho blanco, algarrobo, espinillo (ZARRILLI, 2008).

La distribución actual del Gran Chaco entre estos países sufrió algunos cambios significativos durante principios del siglo XX hasta alcanzar su configuración actual, pues la demarcación de las fronteras políticas entre ellos cambió más de una vez hasta llegar a las demarcaciones actuales. Bolivia, a principios del siglo XX, poseía una mayor parte de la ecorregión chaqueña dentro de su territorio nacional. Sin embargo, enfrentó conflictos con Argentina y Paraguay, que resultaron en la pérdida de porciones territoriales ubicadas dentro del Gran Chaco. En 1925, una parte del Chaco central, debajo del río Pilcomayo, pasó a formar parte de Argentina. Bolivia y Paraguay llevaban años disputando una parte del Chaco boreal, con el fin de la guerra del Chaco y el acuerdo de paz firmado en 1938, parte del territorio del Chaco pasó a pertenecer a Paraguay (AYALA Z., 1978).

El Gran Chaco Sudamericano ocupará un lugar marginal que se refleja tanto dentro de la historiografía actual, que por un lado está representada por la ausencia de estudios específicos sobre esta ecorregión, como, por otro, dentro de la historia de los países donde se ubica. Respecto a la historia ambiental, los trabajos de Zarrilli (2004, 2008; 2016a; 2016b) traen mucho a la luz la discusión de esta ecorregión. Respecto del proceso de desarrollo económico ocurrido tras la ocupación española, en el siglo XVI, y la consecuente organización de virreinos por parte de la Corona española y, posteriormente, de los procesos de independencia y formación de Estados e inserción económica de estos Estados en el mercado capitalista; el Gran Chaco rodeará este proceso de manera complementaria y, por tanto, altamente colapsado ecológicamente (ZARRILLI, 2004; 2016). Obviamente no abordamos a una larga escala de temporal, pues el énfasis no está en estudiar el desarrollo de los sistemas agrarios del Gran Chaco, sino en comprender cómo esta ecorregión siempre ha estado marginada, lo que ha consolidado y favorecido su degradación



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

ambiental. El Gran Chaco se inserta en la economía de manera secundaria, con el fin de subsidiar el desarrollo económico regional que se dará en la región platina. Como consecuencia, atravesará un importante proceso de deforestación y degradación ambiental, resultante de la expoliación y devastación sin control y sin valorización de esta ecorregión.

Además, el Gran Chaco ocupará tanto en el imaginario de los espacios académicos como políticos un lugar secundario y “salvaje”, un lugar que debe ser “estudiado y domesticado” (GORDILLO, 2006). Desde la época de la ocupación española, el Chaco siempre ha sido denominado “impenetrable, difícil”, al mismo tiempo que se interpreta como un lugar de poca importancia. Incluso dentro de la antropología esta visión se hizo notar: el antropólogo alemán Robert Lehmann-Nitsche, en sus trabajos etnográficos (1899), además de no describir la violencia sufrida por los indígenas, interpretó el Chaco como un lugar exótico y salvaje (GORDILLO, 2006). Una mentalidad que ciertamente legitimó la actitud conquistadora del Ejército y también legitimó la frontera agrícola expoliadora.

Un ejemplo que se ha observado respecto de las “interpretaciones” del Gran Chaco es un proceso ecológico ocurrido a finales del siglo XIX y principios del XX, que son las plagas de langostas en la región. Nubes de langostas (*Schistocerca Cancellata*) afectarán a todo el sector agrícola que se desarrolla en la región pampeana de Argentina, Uruguay y Brasil y, posteriormente, en las zonas cultivables de Bolivia y Paraguay. La llegada de estas nubes de langostas a los cultivos genera un fuerte impacto económico en esta producción y hace que estos países trabajen arduamente para solucionar este problema. ¿Y de dónde viene el problema? Del Gran Chaco. Así que una vez más el Chaco se enmarca en procesos marginales y discriminatorios, una vez más visto como un lugar peligroso y salvaje, y que, a la vez, también puede ser destruido, estudiado y civilizado.

Aún a finales del siglo XIX, al mismo tiempo que se desarrollaba la agricultura de exportación en la región pampeana, comenzó el impacto económico de las plagas de langostas y se comenzaron a realizar estudios científicos para descubrir de dónde provienen estas langostas en Sudamérica con la repercusión de la plaga. En 1897, el presidente argentino José Evaristo Urriburu ordenó al ejército realizar investigaciones en la región Chaqueña y cercanas a los Andes (FERNANDES, 2020). Ese mismo año, comerciantes vinculados al comercio de cereales



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

contrataron a un entomólogo extranjero para realizar investigaciones en la misma región (FERNANDES, 2020).

Paralelo al proceso de la frontera agrícola y de la deforestación, y paralelo al proceso de infestación, hay todo un desarrollo de estudios y teorías científicas sobre la langosta que comienzan a surgir y se elaboran. Se trata de teorías desarrolladas tanto por investigadores sudamericanos entre ellos, como en diálogo con investigadores de otros países y con el Instituto Internacional de Agricultura de Roma (FERNANDES, 2020). En estas teorías y discusiones, el Gran Chaco aparece como un principal lugar de origen de las langostas, pero, más que eso, aparece como un lugar problemático. Y al mismo tiempo que la escala de marginalidad pasa por un “bioma”, también pasa por regiones y países. Así, si bien se dice que el problema de las plagas de langostas proviene del Gran Chaco, también se intenta demostrar que proviene del Chaco paraguayo. Por tanto, mucho más que provenir de una ecorregión marginal y salvaje, el “problema” proviene de un centro económico y social que también ocupa un lugar periférico dentro de la América.

Este problema de las plagas de langostas generó discusiones y acciones nacionales locales hasta culminar en una acción conjunta entre países sudamericanos. En 1948 se organizó el Comité Permanente Interamericano Antiacridiano, con la participación de representantes de Argentina, Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay. Este comité se centrará en acciones para combatir las plagas de langostas y, por tanto, discutirá el Gran Chaco como lugar de origen de las plagas de langostas. A partir de las discusiones de las reuniones de este comité, se analizará cómo se revela la visión de los investigadores sobre esta ecorregión.

1 – Ocupación y frontera agrícola

Cuando las primeras expediciones europeas ingresaron a las regiones del Gran Chaco, estas expediciones no ingresaron a un lugar vacío. Era un lugar formado por diversos organismos, arbustos, árboles, claros, ríos, etc., además de una constante ocupación humana. El inicio de la ocupación humana en el Gran Chaco Sudamericano se remonta a milenios atrás, por parte de indígenas de diferentes grupos lingüísticos (TNC, 2005). A diferencia de la región pampeana, la región en la que se ubica el Gran Chaco, antes de la llegada de los europeos, estaba habitada por un número mucho mayor de grupos indígenas, con una población mayor y un nivel de organización social mucho más complejo, dedicándose algunos a la caza y recolección, mientras otros se



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

dedicaban a la agricultura. Algunos grupos lingüísticos eran los Matakó-Maka (Chorote, Matakó, Nivaqlé, Maka, Weenhayek), los Lule-Vilela (Vilela), los Zamuco (Ayoreo, Chamacoco), los Guaycurú (Mbayá, Payaguá, Toba, Pilagá, Mocoví), los Tupí-Guaraní (Izoceño, Ava-Guaraní, Guarayo, Chané) y los Maskoi (Kaskihá, Sanapaná, Angaité) (TNC, 2005). Y la ocupación por parte de los colonizadores europeos se remonta al menos al siglo XVI, con la fundación de Asunción, Santa Cruz, Talavera, Santiago y Santa Fé (HELGUENO, 1995). En 1537, en el territorio guaraní del grupo conocido como “Cários”, se fundó la primera villa española estable, Asunción del Paraguay. Aún en el período colonial, varias expediciones partieron de Asunción del Paraguay en busca de romper el aislamiento de Asunción y conectarse con la ruta comercial de Potosí y el Alto Perú (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2016). Varias de estas expediciones vieron sus villas recién fundadas o su grupo de expedicionarios diezmados por la resistencia indígena, o simplemente no lograron ingresar a un lugar desconocido.

A partir de 1542 se iniciaron las primeras incursiones españolas en dirección desde los Andes hacia la región de Tucumán. Y a partir de 1553, con la fundación de la villa de Santiago de Estero, se inició el proceso de asentamiento español en la región Tucumana. A partir de la fundación de Santiago de Estero se iniciaron una serie de fundaciones de villas en la ruta minera de Alto Perú y Potosí y, también, con rumbo “hacia el interior”, o, dicho de otra manera: hacia la región del Chaco y con conexión con la costa platina. En 1567 se fundó la villa de San Miguel de Tucumán, y en “las sierras centrales”, en 1573, surgió la ciudad de Córdoba. A partir de 1580, con la segunda fundación de la ciudad de Buenos Aires, esta rápidamente se convirtió en un importante centro comercial y puerto para el tráfico lícito e ilícito entre las rutas potosina y atlántica. Córdoba, Buenos Aires y Santa Fé estructurarán una importante actividad económica focalizada en las costas Platino y Atlántica y, en el futuro, apoyarán el desarrollo y la inserción económica de estas economías Platino a través de actividades agroexportadoras de granos.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



Figura 2: Mapa jesuíta del Tucumán

Fuente: (FRADKIN, 2016)

Aunque este proceso culminó en un centro económico en la costa del Río de la Plata y, luego del período de independencia, Argentina y Uruguay se estructuran económicamente con base en actividades agrícolas y de colonización en la región pampeana y exportaciones por la ruta del Atlántico; es importante resaltar que la región chaqueña ni siquiera era desconocida para los Estados recién formados y mucho menos compartía un vacío biosocial. Si bien la ruta comercial que conectaba Potosí con el Atlántico fue paulatinamente reemplazada por el comercio dirigido al Río de la Plata/Atlántico, esta región chaqueña mantuvo su economía local y regional y sus asentamientos. Por tanto, la región de chaqueña no era una inmensidad impenetrable, ya existían rutas y pequeños pueblos, tanto del lado boliviano como del argentino.

Mercado de maderas



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

La incorporación económica de la región del Gran Chaco por parte del Estado argentino desde finales del siglo XIX y principios del XX se produjo dentro de un proceso concomitante de introducción de prácticas económicas agrícolas y eliminación del dominio indígena de sus propios territorios. En gran parte del Gran Chaco seco se introdujeron ingenios azucareros a finales del siglo XIX. En la región de transición al Gran Chaco húmedo, en la porción oriental, la extracción de leña y tanino, de los quebrachos blancos y colorados, junto con la ganadería, iniciaron una creciente deforestación y poblamiento. Junto a estos movimientos de introducción de cultivos agrícolas y extracción de madera en el Gran Chaco, el Estado se mantuvo en una constante campaña de subordinación y eliminación de los grupos indígenas chaqueños. En la región del Gran Chaco argentino, en 1879, en una aldea asentada sobre instalaciones militares, se fundó la aldea que inició el poblamiento de Formosa. Esta primera ocupación se debió principalmente al sistema latifundiaro de explotación ganadera y forestal, utilizando mano de obra criolla e indígena. En 1910, gran parte de los grupos indígenas chaqueños se encontraron reagrupados en lugares distintos a sus sitios de ocupación original, como consecuencia del desplazamiento forzado por parte del ejército, o fueron incorporados como mano de obra dentro de los sistemas económicos de explotación agrícola que se desarrollaban en la región del Gran Chaco.

Hasta la década de 1870, la economía argentina se basaba en la exportación de cueros, sebo y lana. Entre los años 1850 y 1870 se produjo una expansión de la producción agrícola en Argentina, extendiéndose a otras provincias más allá de Buenos Aires y con un cambio en el paisaje. Y esta ocupación y expansión demográfica provocó también un cambio en paisajes considerados “periféricos” y de menor valor económico, pues fue en las pampas húmedas donde se ubicaron tierras cultivables para productos agrícolas de exportación.

Los bosques fueron especialmente explotados durante este período. La región del Gran Chaco, que corresponde a las provincias del Norte y Noroeste argentinas, contó con dos especies de árboles que fueron significativamente explotados por su valor económico: el quebracho blanco y el quebracho colorado (ZARRILLI, 2016a). El quebracho colorado, originario de la región del Gran Chaco, en la provincia de Santiago del Estero, Chaco y Santa Fé, fue explotado principalmente como madera en construcciones nacionales, como traviesas en vías férreas y en postes de telégrafo. Entre otras variedades exploradas, el quebracho blanco, procedente de esta misma parte del Gran Chaco, fue utilizado como leña en locomotoras, en ingenios azucareros y en otras industrias. La explotación de leña en la región del Chaco fue una actividad que se intensificó.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

El mantenimiento de la agricultura en la pampa húmeda se debió, en parte, a la explotación predatoria de la madera encontrada en el Gran Chaco (ZARRILLI, 2016b). En la región chaqueña más cercana al río Paraná, en el Gran Chaco húmedo, la explotación del quebracho colorado se realizó mediante la extracción de tanino.

2 – Imaginario e interpretaciones: discusiones del Comité Interamericano Permanente Antiacridiano

Mientras el Gran Chaco es blanco de violencia estatal para sus comunidades indígenas y sufre una reducción de bosques debido a la explotación capitalista, una creciente ola de investigaciones científicas comienza a apuntar a esta ecorregión, para catalogarla, domesticarla y civilizarla. El 17 de marzo de 1897, el presidente argentino José Evaristo Urriburu decreta que, para reconocer la zona permanente de la langosta migratoria, se debían constituir 3 comisiones militares compuestas por 12 hombres de caballería, 50 hombres de tropa y jefes y oficiales. La zona permanente fue la teoría que se discutió en ese momento como el lugar de origen de las langostas. Junto a la comisión le seguirían un ingeniero militar y un ingeniero agrónomo. Las regiones a explorar fueron el norte de Catamarca, Santiago del Estero, Resistencia, Chaco, Formosa, Reducción y Alto Paraguay, todas regiones predominantemente indígenas y poco ocupadas por el gobierno argentino. Estas comisiones no encontraron una respuesta satisfactoria a la hipótesis de que el Gran Chaco argentino fuera la ubicación de la zona permanente, sin embargo, generaron muchas notas sobre la topografía, vegetación y afines de la región chaqueña.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



Figura 3: Mapa de Mapa de los recorridos en busca de la zona permanente en el Chaco argentino realizado por las comisiones enviadas por el presidente Urriburu, en 1897. Argentina

Fuente: (MAN, 1934)

En 1908, un investigador argentino, Lynch Arribálzaga, realizó una expedición oficial del gobierno para observar la existencia de langostas en territorio boliviano. Inició su itinerario por Jujuy (Argentina), Yacuiba, San Francisco, Lagunillas, Abapó y Santa Cruz y regresó por Cochabamba.

Tras estas expediciones se realizaron otras en busca del lugar de origen de la langosta. Las teorías sobre la comprensión del origen de las langostas también fueron cambiando, algunas fueron descartadas, mejoradas o dieron paso a nuevas teorías. Sin embargo, lo que quedó fueron los estudios e interpretaciones sobre el Gran Chaco.

En 1948, Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay y Bolivia formaron un comité internacional de cooperación técnica y científica para estudios de langostas. El Comité Interamericano Permanente Antiacridiano (CIPA) tuvo su sede en Buenos Aires y celebró tres reuniones internacionales. Entre varios temas tratados, se evidencia la disputa por incluir al Gran Chaco como lugar de origen, o mejor: como lugar de origen del problema.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

El CIPA comenzó a concentrar sus actividades en el Norte y Noreste de Argentina, Sur y Este de Bolivia y Noroeste de Paraguay. En parte, porque los investigadores creían que la zona del Chaco boreal era la región de gregarización de la langosta y porque, a partir del año 1949, no hubo más ocurrencias de infestaciones de langosta en Brasil y Uruguay. El año 1949 se caracterizó por intensas actividades de investigación y exterminio de la langosta migratoria en las zonas de Chaqueñas ubicadas en el paso fronterizo entre Paraguay, Bolivia y Argentina.

Como resultado de este convenio, también se iniciaron trabajos de investigación de entomólogos del CIPA en Bolivia, Paraguay y Argentina. El entomólogo argentino Juan Daguerre, en su informe presentado en la reunión del CIPA de 1950, en Asunción, consideraba que la langosta se originaba en el norte del Chaco y el este de Bolivia. Según sus observaciones, encontró que el saltamontes se estaba alejando de lo que determinó como un centro de reproducción permanente, en el norte del Chaco. Se dirigieron hacia el sur, cerca de las provincias argentinas de Santiago del Estero y Chaco, en busca del lugar que consideraba una zona de concentración. Luego de este movimiento regresaron hacia el norte del Chaco y el interior de Bolivia. Si bien años después las teorías de Daguerre no resultaron relevantes, en su momento fueron estas investigaciones las que ayudaron a sustentar las actividades en el Gran Chaco. En la misma reunión de 1950, el entomólogo ruso residente en Paraguay, Boris Podtiaguin, cuestionó directamente las teorías de Daguerre. Boris Podtiaguin había realizado investigaciones en el Gran Chaco paraguayo y para él era ilusorio creer que existían áreas bien definidas que las langostas siempre ocupaban para su procreación.

Otros investigadores también apoyaron la idea de que el Chaco boreal (en Paraguay) fue la zona de origen de las langostas. Esta creencia fue resultado de la idea de que el Chaco paraguayo era un lugar casi salvaje e impenetrable. Según su informe presentado en la reunión del CIPA, en Porto Alegre, en 1952, Boris Podtiaguin destaca que:

(...) Usualmente se cree que el Chaco Paraguayo es un territorio difícil de controlar, representando una región impenetrable, en la que hay zonas completamente desconocidas, etc; pero en realidad, es más fácil de estudiar que la Región Oriental del país (...) ⁶⁹ (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA NACIÓN, 1952, p. 80).

⁶⁹ MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA NACIÓN. **Reunión del Comité Interamericano Permanente Antiacridiano** (15 - 20 de set. 1952. Porto Alegre. BR). Buenos Aires: Talleres Patricio, 1952.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Boris Podtiguin consideró que, en el Chaco boreal, era más fácil estudiar y acceder a información sobre el comportamiento de las langostas migratorias por diferentes motivos. El Ejército paraguayo contaba con buenos mapas de toda la región y todos los fuertes militares, colonias, estancias y misiones religiosas contaban con redes telefónicas, lo que permitía una rápida comunicación respecto del movimiento de las nubes de langostas. En otras palabras, el Chaco boreal no era una región vacía e impenetrable, tan inhóspita como sostenían otros investigadores. Después de presentar los datos obtenidos de sus propias observaciones y de las observaciones de estos grupos antes mencionados, Boris Podtiguin constata que no existe en el Chaco boreal el ansiado “lugar del origen”. A la que se refiere burlescamente como “una fantástica Acridiópolis”:

Por lo que queda afirmado, creo que no existe ninguna razón para considerar al Chaco Boreal, como una fantástica Acridiópolis y tomarlo por una tierra de incógnitas. Después del control telefónico del Comando Chaqueño y mi viaje en zig-zag por las partes norteñas del Chaco boreal (...) es posible asegurar que desde la segunda quincena de febrero hasta el primero de setiembre de 1952, el Chaco estuvo completamente libre de langostas invasoras. Este hecho está confirmado por la comunicación personal del señor Gral. de Brigada don Enrique Sánchez Acosta 70 (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA NACIÓN, 1952, p. 80-81) [grifo nosso].

Sus argumentos de que el desconocimiento del Chaco boreal fue el factor principal en la interpretación de esta región como centro de cría fue sustentado en informes sobre el trabajo de los dos entomólogos del CIPA, Daguerre y Maldonado Bruzzone. Ambos en diferentes ocasiones habían realizado observaciones en el Gran Chaco, sin embargo, por razones climáticas no pudieron ingresar al Chaco boreal (Paraguay).

Unos años más tarde se descubrirá que no existía ningún lugar de origen. De hecho, existe una gran área de actividad ecológica de la langosta *S. Cancellata* en el Gran Chaco Americano, que, de hecho, incluía una porción del territorio de Argentina, Paraguay y Bolivia. En épocas de mínima permanece en acción más permanente en esta región chaqueña y en épocas de migración sale en busca de otros lugares, como resultado de un proceso intrínseco a la biología de la propia langosta que es el fenómeno de gregarización. Es cierto que el fenómeno de la gregarización es

⁷⁰ MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA NACIÓN. **Reunión del Comité Interamericano Permanente Antiacridiano** (15 - 20 de set. 1952. Porto Alegre. BR). Buenos Aires: Talleres Patricio, 1952.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

provocado por cambios en el clima y su hábitat natural. Aunque intrínseca, también se produce por acciones antropogénicas con impacto ambiental.

Referências

Fontes primárias:

LYNCH ARRIBÁLZAGA, Enrique. Informe sobre una investigación realizada en Bolivia acerca de la región permanente de la langosta. Buenos Aires: Talleres Heliográficos de Ortega e Kadaelli, 1910.

MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA NACIÓN. Lucha Nacional contra la Langosta. Buenos Aires: MAN, 1934.

MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA NACIÓN. Reunión del Comité Interamericano Permanente Antiacridiano (15 - 20 de set. 1952. Porto Alegre. BR). Buenos Aires: Talleres Patricio, 1952.

MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA NACIÓN. Reunión del Comité Interamericano Permanente Antiacridiano (15 - 20 de set. 1952. Porto Alegre. BR). Buenos Aires: Talleres Patricio, 1952.

Bibliografia

AYALA Z. **Geografía General de Bolivia**. La Paz: Imprenta y Librería Renovación, 1978.

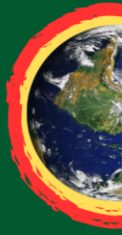
FERNANDES, Valéria Dorneles. **La lucha contra la langosta: relações biosociais na América do Sul (Argentina, Uruguai e Brasil, 1896-1952)** (Tesis de Doctorado) (2020). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

FUNDACIÓN VIDA SILVESTRE. **La ecorregión Gran Chaco en la escuela : tierra de bosques, diversidad cultural y osos hormigueros**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2024.

FRADKIN, Raúl Osvaldo; GARAVAGLIA, Juan Carlos. **El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

GORDILLO, Gastón. El Gran Chaco en la historia de la antropología argentina. In: **En el Gran Chaco: antropologías e historias**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

HELGUENO, Alicia. Una provincia joven. In: Mascare, Maria Dolores. **Geografía da Argentina**. Barcelona: Elsevier, 1997.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

TNC. **O Gran Chaco Americano**. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2005.

ZARRILLI, Adrián Gustavo. Historia y economía del bosque chaqueño: la mercantilización de los recursos florestales (1890 – 1950). **Anuario IEHS**. V.19. 2004. P. 255 – 283.

_____. El oro Rojo. La industria del tanino en la Argentina (1890-1950). **Silva Lusitana** 16 (2):239-259. 2008.

_____. Transformaciones ambientales y producción agroflorestral; El Gran Chaco Argentino en el siglo XX. **História: Debates e Tendências**. V.16, n.1, jan./jun. 2016, p. 53-71.

_____. Ambiente, producción y mercado. El impacto transformadoren una economía periférica, el Gran Chaco Argentino en el siglo XX. **AREAS. Revista Internacional de Ciencias Sociales**. 35/2016. P. 121 – 138.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Disseminando o conhecimento: A Oficina Calcográfica do Arco do Cego e a filosofia natural na transição do século XVIII e XIX

Ana Paula Barco da Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e bolsista da CAPES.

Christian Fausto Santos de Moraes

Professor no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

cfmsantos@uem.br

Resumo

Fundada em Lisboa na passagem do século XVIII para o XIX, a Oficina Calcográfica do Arco do Cego representou um marco singular na história da cultura impressa portuguesa e um testemunho das transformações que caracterizou a corrente iluminista europeia. Inserida em um contexto de reestruturas sociais e políticas, a instituição emergiu como um espaço de experimentação gráfica e intelectual, dedicado à disseminação do conhecimento científico e à promoção do desenvolvimento econômico da nação. Sob a égide da filosofia natural, a Oficina empreendeu um ambicioso programa, voltado principalmente para a divulgação de saberes técnicos e práticos, com o objetivo de modernizar a produção agrícola. Seu acervo, embora produzido em um período relativamente curto, revelou uma notável diversidade temática, abrangendo desde tratados de botânica e zoologia até obras sobre medicina, engenharia e navegação. As ilustrações desempenharam um papel fundamental na comunicação de conceitos ligados às atividades agrícolas. A casa literária do Arco do Cego um exemplo da articulação entre a filosofia natural, os aspectos culturais e o poder no contexto da transição do Antigo Regime para a modernidade.

Palavras-chave: Ilustração; Arco do Cego; disseminação.

Abstract

Founded in Lisbon at the turn of the 18th to the 19th century, the Oficina Calcográfica do Arco do Cego represented a unique milestone in the history of Portuguese printed culture and a testimony to the transformations that characterized the European Enlightenment current. Inserted in a context of social and political restructuring, the institution emerged as a space for graphic and intellectual experimentation, dedicated to the dissemination of scientific knowledge and the promotion of the nation's economic development. Under the aegis of natural philosophy, the Workshop undertook an ambitious program, aimed mainly at the dissemination of technical and practical knowledge, with the aim of modernizing agricultural production. Its collection, although produced in a relatively short period, revealed a remarkable thematic diversity, ranging from treatises on botany and zoology to works on medicine, engineering and navigation. Illustrations played a fundamental role in communicating concepts linked to agricultural activities. The literary house of Arco do Cego is an example of the articulation between natural philosophy, cultural aspects and power in the context of the transition from the Old Regime to modernity.

Keywords: Illustration; Arco do Cego; dissemination.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Introdução

Ao longo do século XVIII ocorreram significativas mudanças no que hoje foi convencionalmente chamado de agricultura. As inovações ligadas ao iluminismo influenciaram no desejo da Coroa portuguesa de alavancar a economia agrícola de sua metrópole e suas colônias. Nesse cenário foi criada a Casa literária Arco do Cego, marcada pela transição de saberes do período que compôs a sociedade lusa, na qual obtinha uma forte influência da tradição aristotélica.

A instituição literária tinha como objetivo implementar conhecimento sobre animais e plantas sob a influência das luzes. Por meio da abordagem bibliográfica, analisou-se como a Coroa deu grande relevância à produção agrícola em um contexto de ameaça ao regime monárquico e a propagação de ideias iluministas nas quais influenciaram a economia portuguesa do século XVIII. Diante das diversas correntes ilustradas europeias, a pesquisa se concentrou na aplicação desses ideais em uma sociedade caracterizada pelo Antigo Regime.

A filosofia natural emergiu como um campo de conhecimento estratégico para a Coroa portuguesa, impulsionada pela necessidade de explorar os recursos naturais das colônias. Sob a égide do ministro Martinho de Melo e Castro (1716-1795), as chamadas "viagens filosóficas" foram concebidas como expedições científicas com o objetivo de identificar novas espécies com potencial econômico. A instrumentalização da filosofia natural para fins econômicos se destacou pela convergência entre saber e poder. É importante ressaltar que essa tendência de explorar o meio natural para alavancar a economia não era exclusiva de Portugal, estando presente também em outras nações europeias, como Espanha, França e Holanda. A criação da oficina calcográfica Arco do Cego, destinada à divulgação dos conhecimentos científicos obtidos nas expedições, representou um marco significativo na estratégia da monarquia para disseminar os avanços científicos.

A nova era agrícola e a corrente ilustrada portuguesa

Na segunda metade do século XVIII, Portugal o intuito de fomentar sua economia, passou a incentivar os aprendizados em filosofia natural para serem aplicados na economia agrícola. A crise açucareira, somada às instabilidades na arrecadação



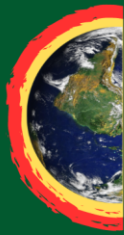
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

do quinto e às dificuldades de fiscalizar a extração mineral, impulsionaram a busca por novas fontes de riqueza (Dias, 1968, p. 112). A fisiocracia, corrente econômica predominante do período, que defendia a terra como principal fonte de riqueza, alinhava-se aos interesses da Coroa. Nesse contexto, a agricultura foi impulsionada com base nos conhecimentos científicos do período, característicos da Era Moderna (Ávila, 2014, p. 54).

No período ilustrado, ocorreu a introdução de uma proximidade da sociedade europeia pela meio natural e por gabinetes com artigos relativos a filosofia natural. Os saberes literários estavam relacionados a utilização da botânica e da zoologia, que poderiam estar associado de modo constante ao bem estar humano. Obter um domínio sobre a natureza era um papel fundamental para a sociedade, que era beneficiada por meio do manejo agrícola. Nos últimos anos do século ilustrado, a natureza estava contemplada a religiosidade e possuía um maior apreço, vista com otimismo por trazer um ambiente que poderia existir privacidade para os indivíduos (Kury, 2001, p.115; Thomas, 1988, p.309).

A flora luso-brasileira, antes vista como um enigma, despertou o interesse dos portugueses em meio às adversidades encontradas em suas empreitadas comerciais orientais. A necessidade de explorar novas fontes de riqueza nos trópicos impulsionou a investigação da natureza, com o intuito de desvendar artigos promissores para o comércio. No contexto iluminista, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), denominado como Marquês de Pombal, impulsionou a investigação da natureza na América Portuguesa. A coroa, ávida por diversificar seus rendimentos, demandou dos administradores coloniais a identificação de produtos nativos com potencial comercial. Essa iniciativa, além de atender aos interesses econômicos, contribuiu para o desenvolvimento dos estudos filosóficos naturais nas colônias (Dias, 1968, p. 113).

As reformas pombalinas, em particular o programa de financiamento para as colônias, tinham como objetivo principal a modernização da economia portuguesa e a intensificação da exploração dos recursos naturais coloniais. A América, em especial, foi alvo de um conjunto de medidas destinadas a impulsionar a exploração de gêneros naturais. De modo paralelo, a coroa investiu na expansão do conhecimento, com a reforma da



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Universidade de Coimbra e a criação de instituições como o museu de história natural e o jardim botânico. Essas iniciativas, além de contribuírem para a formação de professores, demonstravam a importância atribuída ao desenvolvimento econômico do país (Santos, Fiori, Campos, 2014, p. 49).

Nesse período a repercussão da utilização das ciências, artes e literatura influenciou nas instituições portuguesas. Com a intenção de melhorar os conhecimentos sobre navegações e fortalezas foi fundada a Academia Real de Marinha no ano de 1779, na qual fazia parte do Colégio dos Nobres em Lisboa e a Academia Real da Fortificação, Artilharia e Desenho em 1790. Já em 1793 foi inaugurado o teatro São Carlos, outra criação seria a Real Biblioteca Pública da Corte em 1796, juntos esses estabelecimentos incorporaram o controle e a censura do momento. De maneira concomitante a difusão ilustrada atuou como catalisador para as profundas transformações políticas e sociais. As ideias do período constituíram um importante antecedente para eventos como a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e as subsequentes invasões napoleônicas, as quais também repercutiram significativamente na estabilidade da coroa portuguesa (Curto, 1999, p.15-38).

Na França, a produção de subsistência nas propriedades rurais era um tema significativo nos debates. Os privilégios da nobreza e do clero, representados por impostos reais, eram alvo de crescentes críticas pela sociedade que contribuía para a instabilidade social. Essa insatisfação com os tributos, coexistia com as tentativas do Estado de modernizar o setor agrícola, introduzindo novas técnicas que refletiam no cultivo e na criação de animais (Kury, 2001, p. 119).

A disseminação das ideias iluministas aliadas à valorização das atividades agrícolas, reverberaram tanto em Portugal quanto na América Portuguesa. A forma como a corrente ilustrada se manifestou em cada contexto histórico foi diversa, podendo tanto contribuir para a dissolução de impérios quanto para sua conservação. No caso português, a vivência com a intelectualidade do período representou-se mais por um aprofundamento do Antigo Regime do que por uma ruptura com este (Harden, 2011, p. 307-308). Ao mesmo tempo, em diversas partes da Europa ocorreram movimentos revolucionários burgueses contra as monarquias nacionais. A Coroa portuguesa, por sua vez, adotou uma postura ambígua, promovendo o patrocínio das ideias iluministas, mas sem abrir mão do poder absoluto. Essa prática, conhecida como "despotismo



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

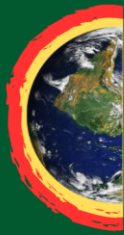
esclarecido", era comum em países europeus mais periféricos, onde a influência da nobreza era mais presente (Ávila, 2014, p. 43).

A filosofia natural na América Portuguesa

Convidado por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para lecionar no Colégio Real dos Nobres de Lisboa e na Universidade de Coimbra, o naturalista italiano Domenico Vandelli (1735-1819) desempenhou um papel crucial na disseminação da História Natural em Portugal durante o século XVIII. Nomeado diretor do Real Jardim Botânico, dedicou-se intensamente à pesquisa de espécies exóticas com potencial econômico para a Metrópole (Santos, 2008, p.209). A produção de conhecimento científico era centralizada nas chamadas “Viagens Filosóficas”, coordenadas por Vandelli, que tinham como objetivo a descoberta de novas espécies que poderiam influenciar na produção agrícola. As expedições, além de coletar artigos naturais para Portugal, visavam o intercâmbio de espécies entre suas colônias (Figuerôa, Silva, Pataca, 2004, p. 717).

A longevidade das Viagens Filosóficas foi garantida pela dedicação de diferentes figuras políticas. Sob a tutela de Martinho de Melo e Castro (1716-1795) durante o reinado de D. José I (1714-1777), o projeto ganhou impulso. A continuidade das expedições sob os reinados de D. Maria I (1734-1816) e na regência D. João VI (1767-1826), posteriormente sob a liderança do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812). A formação do novo representante evidenciou uma trajetória acadêmica iniciada no Colégio dos Nobres e consolidada com a graduação em Direito na Universidade de Coimbra. Seu percurso coincidiu com a implementação das reformas pombalinas de 1772, contexto no qual estabeleceu importantes contatos com outros estudantes lusos-brasileiros (Pereira, 2014, p. 499).

As “Viagens Filosóficas” ocorreram no Estado do Grão-Pará e Maranhão, bem como no Estado do Brasil, contaram com a participação de naturalistas como o luso-brasileiro Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), que, sob o comando do vice-rei Luís Vasconcelos e Sousa (1742-1809), liderou importantes coletas na região do Rio de Janeiro. A complexidade das atividades desenvolvidas nessas viagens exigiu o domínio de técnicas específicas para a coleta, preservação e catalogação de espécimes naturais, além da capacidade de estabelecer uma comunicação eficiente entre os diferentes homens da ciência envolvidos. Os registros produzidos durante as Viagens Filosóficas revelaram a importância sobre os saberes de europeus e indígenas



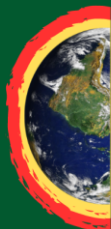
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

que eram detentores de conhecimentos precursores sobre a natureza americana (Pataca, 2019, p.156-160)

O levantamento e a descrição da flora da Capitania do Rio de Janeiro culminaram na produção da *Florae Fluminensis* (1827), composta pela classificação de Linneu (1707-1778). As técnicas linneanas visavam à padronização dos procedimentos e à universalização da linguagem científica. A botânica era ligada à compreensão do divino presente na natureza, na qual se tentava conceder ordem e harmonia as criações feitas (Kury, 2015, p. 248). No que constitui a obra as técnicas com descrições, classificações e nomenclaturas designavam um levantamento detalhado, que poderia ser considerada regiões como no caso da da “*Aralia arborea*” e “*A. monogyna*” que compõe o território fluminense (Velo, 1827, p.12). As plantas eram descritas de acordo com um sistema ordenado, considerando o gênero e agrupando-as em classes. Nas análises poderiam incluir do nome vernacular e do habitat, este último descrito em latim (Bediaga, Lima, 2015, p. 88).

No ano de 1796, o Frei Veloso destacou-se no cenário intelectual português ao produzir e traduzir obras de cunho agrícola, inovadoras para o contexto. Ao atuar como compilador, coordenador e tradutor, o religioso demonstrou um empenho em disseminar conhecimentos científicos, alinhados aos princípios ilustrados. Seus esforços visavam influenciar tanto a metrópole quanto as colônias americanas, impulsionando a produção de materiais impressos e a circulação de ideias que promovessem o desenvolvimento agrícola (Nunes, Brigola, 1999, p. 62-63). A *Florae Fluminensis* desempenhou um papel crucial, ocorreu a necessidade de uma equipe especializada para a sua impressão em 1797 que impulsionou a formação de uma estrutura de produção gráfica, na qual mais tarde, evoluiria para a Casa Literária Arco do Cego (Faria, 1999, p. 110-111).

A oficina lisboeta do Arco do Cego



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Durante a gestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho à frente da Secretaria da Marinha e Ultramar, as expedições mantiveram-se como uma conduta a ser seguida. No entanto, observaram-se mudanças significativas em seu comando. O ministro optou por direcionar as “Viagens Filosóficas” para objetivos mais específicos, uma das principais inovações desse período foi a impressão. Embora não existam documentos que comprovem formalmente a criação da Oficina Calcográfica do Arco do Cego, diversas associações apontam para a influência decisiva de Sousa Coutinho nessa casa literária (DeNipoti, Pereira, 2013, p. 258; Leme, 1999, p. 77).

A oficina tipográfica Arco do Cego evidenciou a propagação do conhecimento científico durante o Iluminismo português, assumindo um caráter enciclopédico. Suas publicações, que abrangiam desde técnicas agrícolas, botânicas até aspectos mineralógicos e linguísticos, demonstravam um forte interesse pelas inovações da época (Santos, Campos, Moraes, 2010, p. 97). As obras editadas pelo Frei Veloso, exemplificam essa diversidade, englobando desde estudos sobre as propriedades medicinais de plantas até manuais de desenho, evidenciando a busca por um conhecimento abrangente (Nunes, Brigola, 1999, p. 69).

No século XVIII, o continente europeu testemunhou um notável crescimento da aplicação de ilustrações como recurso didático, especialmente na filosofia natural. A proliferação de materiais ilustrados refletia uma crescente compreensão de que as imagens podiam enriquecer significativamente a compreensão de fenômenos complexos. A ausência de ornamentos nas obras de cunho científico era desaprovada pelos estudiosos. A oficina do Arco do Cego exemplificava essa tendência, destacando-se na utilização de uma linguagem visual que facilitava a apreensão do conteúdo pelo público (Faria, 1999, p. 107-120).

Outro ofício realizado durante a existência da Casa Literária Arco do Cego foram as traduções de obras estrangeiras, nas quais promoveram-na como primeira instituição tradutora subsidiada pela monarquia portuguesa. A oficina exercia um controle na propagação das produções literárias, buscando conciliar a abertura às influências externas com a preservação dos comportamentos lusitanos. Os tradutores



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

recorriam a estratégias paratextuais que garantiam a circulação dos ideais científicos sem perspectivas ameaçadoras aos padrões portugueses (Harden, 2011, p. 304-306).

Na constituição das obras da Oficina calcográfica Arco do Cego eram estabelecidas dedicatórias, que atribuíam homenagens ao seu financiador. A utilização da retórica como ferramenta de enaltecimento do patrono, no qual seria a Coroa portuguesa, revela a importância das relações clientelares e da submissão intelectual do período. Ao dividir as honras da obra com o patrono, os autores reforçavam as relações de dependência, que conservava o Antigo Regime durante o iluminismo (DeNipoti, Pereira, 2013, p. 262).

Com o intuito de fomentar a produção intelectual, o frei Veloso buscou construir na Casa Literária Arco do Cego uma rede de colaboradores oriundos de sua terra natal, essa era majoritariamente composta por tradutores e autores luso-brasileiros. Os livros produzidos pela Casa eram comercializados em uma loja exclusiva, localizada no bairro do Rossio, sob a responsabilidade de João Nunes Esteves (?-?). A maior parte da produção era destinada à América Portuguesa, no entanto, parte das obras também era distribuída em regiões próximas à Metrópole. Foram catalogados 83 títulos publicados pela Arco do Cego, dos quais 36 foram redigidos por portugueses ou luso-brasileiros, 41 traduções e 6 escritos em latim (Leme, 1999, p.82).

Ao verificar a estrutura financeira da Casa Literária do Arco do Cego os desafios estavam intrinsecamente ligados à sua proposta de difundir conhecimentos por meio das ilustrações. O receio ligado a tentativa de ter um público leitor e a dificuldade em convencer a população da importância da aplicação de novos métodos agrícola podem ter contribuído significativamente para os prejuízos financeiros da instituição. A manutenção da oficina calcográfica pela Coroa também representava um desafio considerável. Esses fatores, em conjunto, indicam que o público-alvo e a receptividade às propostas da Casa foram cruciais para a sua sustentabilidade econômica, apesar de representar um avanço importante na tentativa de modernizar os cultivos rurais (Santos, Moraes, Campos, 2010, p.101).

A produção de ilustrações constituía um dos pilares do projeto editorial da



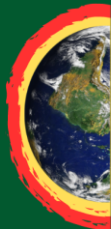
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Casa Literária do Arco do Cego, com a função de complementar e enriquecer o conteúdo dos livros. No entanto, essa iniciativa demandava consideráveis investimentos financeiros. Os gastos com a produção das imagens, que englobavam os salários dos gravadores e a aquisição de materiais, representavam cerca de 33% do total dos custos da instituição (Faria, 1999, p. 125).

Os elevados custos de produção demandavam recursos excessivos do erário real, o que gerava cobrança para controle dos gastos. A necessidade de justificar os custos da produção gráfica contribuiu significativamente para o fim de sua autonomia. Com o objetivo de garantir a continuidade das publicações consideradas estratégicas para a Coroa, a oficina do Arco do Cego foi integrada à Impressão Régia. Essa medida resultou em uma reestruturação administrativa, com a criação da Junta Literária. Composta por figuras como Frei José Mariano e outros intelectuais, a Junta tinha a responsabilidade de selecionar, traduzir e revisar as obras a serem impressas (Azevedo, 2018, p. 97).

Conclusão

A disseminação das ideias ilustradas na Europa apresentou aspectos diversos, refletindo as particularidades de cada contexto histórico e social. Na França e na Inglaterra, o movimento esteve intimamente ligado às aspirações por reformas políticas e à limitação do poder, enquanto nas colônias norte-americanas alimentou os anseios por independência. Nos países ibéricos, como Portugal, a adaptação do Iluminismo ocorreu de forma mais gradual e pragmática, com ênfase em reformas administrativas e na valorização da natureza. A criação da Oficina calcográfica Arco do Cego exemplifica essa tendência, revelando a importância atribuída à divulgação de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento econômico português. A agricultura foi um setor estratégico para a economia nacional, a filosofia natural contribuiu para a modernização das práticas agrícolas e a promoção da racionalização da produção. Nesse contexto, a filosofia natural tornou-se objeto de foco, caracterizando o século XVIII português como um período de intensa atividade intelectual e de busca por soluções para os desafios da modernidade. Os incentivos monárquicos foram sendo modificados conforme as mudanças administrativas



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

ocorriam. As reformas ilustradas, embora inspiradas em princípios de racionalidade e progresso, não lograram subverter a ordem social vigente. A criação de instituições dedicadas a filosofia natural, a promoção da marinha e das técnicas agrícola, fortaleceram as estruturas de poder estabelecidas.

O método linneano, adotado nas coletas da flora e fauna durante as Viagens Filosóficas, influenciou significativamente a produção de conhecimento na América Portuguesa. A *Flora fluminensis*, organizada por frei Veloso, se tornou um emblema dessa influência, catalogando a diversidade de plantas na região do Rio de Janeiro. Com o apoio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a Casa Literária Arco do Cego, sob a direção de Veloso, tornou-se uma instituição importante para a propagação dos ideais científicos, reunindo homens das ciências para divulgação de suas compreensões em diversos setores, como agricultura, medicina e engenharia.

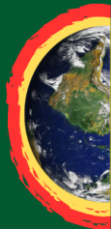
A oficina calcográfica Arco do Cego direcionou-se a um público do campo e utilizava ilustrações para a disseminação do conhecimento científico. As obras eram marcadas pelo clientelismo e pela exaltação da monarquia, nas quais revelavam as complexas relações entre poder político, produção cultural e difusão do saber. A instituição, que combinava elementos filosófico naturais e religiosos, encontrava-se, contudo, condicionada pelos altos custos de produção. A criação dessa casa literária por patrocínio da Coroa Portuguesa como uma primeira imprensa demonstrou a importância atribuída à produção de conhecimento e à sua disseminação, de maneira lastimável sua duração foi curta sendo integrada a Imprensa Régia.

Fonte

VELOSO, José da Conceição. *Florae Fluminensis*. Off. Lithog. Senefelder. Vol. 1. Paris. 1827.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Gabriel da Costa. Um império no prelo. História Natural e administração colonial na Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). **Temporalidades**. Belo



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Horizonte. V.6, n.2. p.41-

60. Maio/ago. 2014.

AZEVEDO, Dannylo de. O fazendeiro do Brasil: Manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII. **USP**. São Paulo. 2018.

BEDIAGA, Begonha; LIMA, Haroldo Cavalcante de. A “Flora Fluminensis” de frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 10, n. 1, p. 85-107, jan.-abr. 2015. DOI: 10.1590/1981-

81222015000100005.

CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. M.. Discurso econômico e política colonial no império Luso- Brasileiro (1750-1808). **Tempo**, v. 17, n. 31, p. 65–88, 2011.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência, identidade e cotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v. 9, p. 205-228, 2009. Disponível em:

https://www.academia.edu/download/35749583/rhsc9_205-228_abc-mml.pdf. Acesso: 4 de dezembro de 2024.

CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Sem livros não há instrução**. Org: CAMPOS, F. M. G; LEME, M.O.R.P; FARIA, M.F; CUNHA, M; DOMINGOS,

M.D. Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p.15-49. Lisboa. 1999.

DENIPOTI, Claudio; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Sobre livros e dedicatórias: D. João e Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). **Unisinos**: Vol. 17 Nº 3 - setembro/dezembro de 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. V. 278. Departamento da Imprensa



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Nacional. Rio de Janeiro. Jan/ Mar. 1968.

DURELL, Gerald. **O naturalista amador: um guia prático ao mundo da natureza.**
Ed: Martins Fontes. 2ºreimpr. São Paulo. 1996

FARIA, Miguel F. Da facilitação e da ornamentação: A imagem nas Edições do Arco do Cego. In: **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Sem livros não há instrução.** Org: CAMPOS, F. M. G; LEME, M.O.R.P; FARIA, M.F; CUNHA, M; DOMINGOS,

M.D. Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p.107-137. Lisboa. 1999.

FIGUERÔA, S. M. F; SILVA, C. P; PATACA E. M. Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. **História, Ciências, Saúde.** vol. 11(3): 713-29. Manguinhos. Set.-dez. 2004.

HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira. Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras. **Trabalhos em Linguística Aplicada,** v. 50, p. 301-

320. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132011000200005>. Acesso em: 4 de dezembro de 2024.

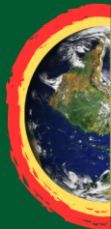
HEYNEMANN, Cláudia B. História Natural na América Portuguesa: 2º metade do século

XVIII. **Vária História.** N.20, p.97-117. Belo horizonte. 1999.

KURY, Lorelai B. Entre utopia e pragmatismo: a história natural do iluminismo tardio. In: **Da revolução científica à big (business) science: Cinco Ensaios de História da Ciência e da Tecnologia.** Org: SOARES, Luiz Carlos. Hucitec-EdUFF. São Paulo-Niterói. 2001.

KURY, Lorelai B. O naturalista Veloso. **Rev. Hist.** N.172, p.243-277. São Paulo. Jan-jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.98752>. Acesso em: 18 de julho de 2024.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve Itinerário Editorial: Do Arco do Cego à Impressão Régia. In: **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Sem livros não há instrução.** Org: CAMPOS, F. M. G; LEME, M.O.R.P; FARIA,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

M.F; CUNHA, M;

DOMINGOS, M.D. Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p.77-106. Lisboa. 1999.

NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742- 1811)- Um frade no Universo da Natureza. In: **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Sem livros não há instrução**. Org: CAMPOS, F. M. G; LEME, M.O.R.P; FARIA, M.F; CUNHA, M; DOMINGOS, M.D. Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p.51-75. Lisboa. 1999.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Frei Veloso viajante. In: **Frei Veloso e a tipografia do arco do cego**. Tradução . São Paulo: Edusp, 2019. Disponível em:

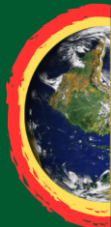
<https://repositorio.usp.br/directbitstream/c9bbf74f-c011-4f26-aa4f-b43f15b8e55b/Frei%20Veloso%20viajante%20%282019%29.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. **Topoi**. V.15, n.29, p.498-526. Rio de Janeiro. Jul/dez. 2014

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Das memórias do Arco do Cego: divulgação científica na América Portuguesa do século XVIII. **Diálogos**. Vol.12, n.1, p.207-225. Maringá. 2008.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva; MORAES, Eulália Maria Aparecida de. Da calcografia do Arco do Cego: divulgação e uso das ciências no século XVIII. In: **História das ideias: viajantes, naturalistas e ciências na modernidade**. Eduem. p.101-117. Maringá. 2010.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; FIORI, Marlon Marcel; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. A Calcografia do Arco do Cego e a disseminação de saberes no Império português no final do século XVIII e início do século XIX. **CONFLUENZE**; Vol. 6,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

No. 1, 2014, pp. 48-60, ISSN 2036-0967, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Companhia das Letras. São Paulo. 1988.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Crisis hídrica en México, abandono del campo y recomposición social
abajeña, 1970-2020

Dra. Yeniffer Camargo Bonilla

Investigador Posdoctoral del Centro de Investigaciones en Geografía Ambiental,
Universidad Nacional Autónoma de México.

Dr. José Ramón Gómez García

Investigador Posdoctoral de la Universidad de Guadalajara.

Resumen: La intensificación en las estructuras productivas derivadas de la modernización agraria implementada desde mediados del siglo XX, demandó progresivamente mayores volúmenes de agua para acondicionar las unidades y parcelas a los procesos de tecnificación y diversificación, impactando en modificaciones del paisaje agrario local y los regímenes de explotación hídrica. La irrigación a gran escala fomentada por el Estado presentó a corto plazo diversos problemas: deterioro de infraestructura, bajos niveles de captación, distribución inequitativa del recurso al interior de los distritos y unidades de riego, entre otras. Por lo anterior, a nivel regional se utilizaron otras fuentes de abasto, en particular, las aguas del subsuelo que de forma temprana mostraron abatimiento y problemas ambientales reflejados en las vedas emitidas en el marco institucional. El contexto de escasez se mostró de manera temprana debido a varios factores: reducción en los registros pluviales que implicaron constantes sequías; mayores cantidades de recurso utilizados por los regantes en función de nuevos cultivos y estándares del mercado nacional e internacional; manejo ineficiente por parte de los usuarios; y la visión rentística sobre el agua, lo planteado en otras regiones latinoamericanas como renta hídrica. Este último aspecto en conjunto al desarrollo agroindustrial y las asimetrías en el tamaño y acceso de las propiedades (grandes y medianas frente a pequeñas parcelas ejidales), han provocado procesos de exclusión a nivel local que propician nuevos flujos migratorios hacia áreas urbanas y a Estados Unidos. La migración va acompañada de una terciarización de la mano de obra campesina, la búsqueda de otras fuentes de ingreso en actividades no agrícolas, y la reconfiguración de estrategias sociales y productivas de los ejidos, y las ruralidades en general, marcadas cada vez más por una tendencia de abandono y/o desarraigo al campo en México, y en particular en el Bajío.

Palabras Claves: Aguas subterráneas, estructuras productivas, flujos migratorios, y reconfiguración territorial.

Abstract: The intensification of the productive structures derived from the agrarian modernization implemented since the mid-20th century progressively demanded larger volumes of water to adapt the units and plots to the processes of modernization and



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

diversification, impacting on modifications of the local agrarian landscape and water exploitation regimes. Large-scale irrigation promoted by the State presented various problems in the short term: deterioration of infrastructure, low levels of catchment, inequitable distribution of the resource within the irrigation districts and units, among others. As a result, other sources of supply were used at the regional level, particularly groundwater, which showed early depletion and environmental problems reflected in the bans issued in the institutional framework. The context of scarcity was shown early on due to several factors: reduction in rainfall records that implied constant droughts; greater quantities of resources used by irrigators in function of new crops and national and international market standards; inefficient management by users; and the rent-based vision of water, which is considered in other Latin American regions as water rent.

This last aspect, together with agroindustrial development and asymmetries in property size and access (large and medium-sized properties versus small ejido plots), have led to processes of exclusion at the local level that have led to new migratory flows to urban areas and to the United States. Migration is accompanied by the outsourcing of peasant labor, the search for other sources of income in non-agricultural activities, and the reconfiguration of social and productive strategies of ejidos and rural areas in general, which are increasingly marked by a tendency to abandon and/or uproot the countryside in Mexico, particularly in the Bajío.

Key words: Groundwater, productive structures, migratory flows, and territorial reconfiguration.

1. Introducción

El Bajío mexicano forma parte del sistema Lerma-Chapala, se ubica en el eje Neovolcánico central lo que determina su clima árido y semiárido, forma parte de una llanura aluvial, que incide en la condición de sus suelos y la naturaleza de sus escurrimientos. Su hidrología se caracteriza por la presencia de múltiples afluentes, siendo el de mayor importancia el Lerma. Históricamente ha sido una región de tradición agrícola y su localización en el centro-occidente del país le posibilita comunicación e intercambios constantes con dos nodos del mercado nacional como la ciudad de México y Guadalajara. En su trayectoria agraria ha predominado el paisaje cerealero y de granos, sin embargo, la política económica de mediados del siglo XX, en conjunto a los cambios en su red de ciudades en vinculo con el mundo rural y las nuevas tendencias del mercado internacional, así como la diversificación de la base productiva y económica local



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

impactaron en las condiciones de la actividad primaria, cada vez más proclives al agro comercial y la producción hortofrutícola (Camargo, 2024; García, 2008).

Acorde a lo planteado por la historiografía y estudios regionales abajeños su condición geográfica y climatológica “poco húmeda”, debido al nivel promedio de precipitaciones de la zona (800 mm al año) y la irregularidad en la distribución de las lluvias, al igual que la duración estacional de estas, ha sido un factor agrológico que favorece o limita el devenir agrícola. Por otro lado, las cualidades de sus suelos arcillosos capaces de retener mucha agua, pero propensos a inundaciones sino se cuenta con sistemas modernos de drenaje, también dificultó el potencial de la agricultura. El paisaje agrario del Bajío ha estado ligado desde tiempos coloniales a la adopción de tecnologías hidráulicas y mecanismos de riego que permitieran nutrir las tierras y retener las mayores cantidades de agua superficial como alternativa a los tiempos de temporal (Gutiérrez, 2023; Sánchez, 2001; 2005).

La tecnificación y la modernización fueron las rutas que impulsaron la agricultura regional desde 1940, el objetivo común de productores, gobiernos locales y la Federación era recuperar su tradición agrícola e insertarla a los modelos de industrialización del campo adoptados por el vecino país del norte (Hewitt, 1979). Empero, el problema central de los derroteros del cambio era el control y acceso al agua, elemento esencial para garantizar los mejoramientos vegetales, la mecanización y el empleo de paquetes biotecnológicos. La era empresarial y agroindustrial implementada con mayor intensidad en la segunda mitad del siglo XX, bajo las dinámicas económicas capitalistas se enfrentaba a uno de sus desafíos más preocupantes: las sequías. Justo en estas mismas décadas se registraron en México tres ciclos de reducción de precipitaciones, y por ende el régimen pluviométrico cada vez era más extremo (Domínguez, 2016).

La reducción de los escurrimientos, de los mantos freáticos y de los volúmenes captados por los cuerpos de aguas artificiales, conllevó a nuevas salidas y usos del recurso para mitigar la afectación de la producción, los rendimientos, los ciclos de cultivo y las demandas hídricas variables entre uno u otro. El agua del subsuelo fue en principio una alternativa para hacer frente a la intensidad de las sequías y la irregularidad de la lluvia, la finalidad era mantener ritmos crecientes de productividad, mejorar las condiciones



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

agroecológicas y garantizar el aprovechamiento para la implementación de las tecnologías e innovaciones (Marañón, 2006).

Así pues, los mantos subterráneos fueron el sustento y acceso hídrico del ámbito rural y urbano durante las últimas décadas, sin embargo, su uso intensivo ha generado un problema de vulnerabilidad hídrica en diversas regiones del mundo dado los índices de sobreexplotación y abatimiento. La falta de esquemas de regulación estatal, los procesos de acumulación y posesión del agua, las esferas de control, y el desorden en su gestión sumado a la falta de sostenibilidad social y ambiental ha puesto en riesgo los territorios y los ciclos hidrosociales que de estos dependen (Wester y Hoogester, 2018).

En el Bajío guanajuatense la problemática se agudiza dada la baja eficiencia en su uso y la contaminación de las fuentes de abastecimiento. El análisis regional evidencia, por un lado, el incremento del consumo, la presión antropogénica y el acaparamiento del recurso en función de la demanda a pesar de los aumentos constantes de los precios y costes del agua para riego; y por el otro, la mayor competencia entre los diferentes sectores en razón a la decreciente disponibilidad, así como una distribución inequitativa y fenómenos de exclusión del ciclo hidrológico para algunos actores. La agricultura como la actividad que mayor consume va en contracorriente con el escenario de estrés hídrico abajeño, pues, la superficie sembrada con riego aumentó de manera acelerada desde los años 1990, de 493.720 hectáreas se pasó a 554.306 en el 2000 (Guzmán et. al., 2009).

Bajo dicho escenario, el trabajo se propone analizar los efectos de la crisis y presión hídrica de la región en las realidades y condiciones de los pequeños productores y ejidatarios. Con nuestro trabajo demostramos que el acaparamiento de las tecnologías de riego y el acceso restringido al recurso, supeditado a capitales, rentas y estructuras de poder ha provocado mayores desigualdades productivas al interior de los ejidos, lo cual ha motivado a procesos migratorios y de terciarización de los campesinos. Así como a procesos de arrendamiento y sistemas de contrato de las parcelas a complejos agroindustriales que dominan los patrones de producción local.

El texto se divide en tres partes, la primera se dedica a valorar las condiciones de explotación hidráulica y los usos o destinos del agua para el riego agrícola entre 1980 y 2020, la segunda que aborda el fenómeno migratorio, su vínculo con el panorama



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

agroindustrial y la presión que ejerce en el control y sobreexplotación de los recursos; y la última, se enfoca a los efectos del estrés hídrico regional en el tejido social y productivo, en particular, los procesos de desarraigo del campo y el abandono de las labores agrarias.

2. Prácticas de riego, huella hídrica y problemática hidrosocial

El agro abajeño ha utilizado tres regímenes de irrigación conforme al acceso a diferentes tipos de agua: rodado que aprovecha las aguas superficiales ya sean de ríos, cuerpos de aguas naturales o sistemas de presas destinado en gran parte a cereales, granos y actividades tradicionales; por bombeo o perforaciones a los mantos subterráneos que se utilizan en la producción hortofrutícola; y el bombeo directo de los ríos o canales empleado principalmente en las tierras o parcelas cercanas a las cuencas, que revierten y redirección los flujos de agua para dotar las unidades. En cada régimen se encuentran diferentes tecnologías o técnicas implementadas por los productores conforme a sus capitales y a las fuentes hídricas que garantizan el recurso durante el ciclo agrícola (Tovar, 2011). Por ejemplo, el uso de tuberías por compuerta ha sido generalizada al interior de los ejidos por su accesibilidad en costos. Empero, el método de goteo o manguera pese a sus ventajas en eficiencia y control uniforme del agua a lo largo del surco es implementado por un reducido porcentaje de agricultores ya que, exige una concesión de pozo e inversiones poco solventables a corto plazo.

Las fuentes de abasto, las prácticas de riego y la distribución del recurso a nivel parcelario ha condicionado las realidades agrarias y rurales. La volatilidad en las precipitaciones ha hecho cada vez más susceptible al campo, provocando pérdidas y/o excedentes a la producción regional. La irrigación históricamente se ha concebido como un instrumento de control de las condiciones ambientales, sin embargo, la intensificación y las exigencias de los mercados externos ha generado mayor huella hídrica de la actividad, volviendo insostenible las cantidades de agua utilizadas en la producción de alimentos y materias primas para las agroindustrias. Lo anterior, ha provocado alteraciones de los agroecosistemas y limitaciones físicas, climáticas y productivas en el devenir agrario, lo cual obligó a los productores a buscar alternativas económicas,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

reapropiándose de su territorio y de las posibilidades brindadas por este, tal como demuestra Urquijo para otros espacios de México (2017).

Dicho contexto de incertidumbre, asimetrías en la distribución, desconocimiento de los recursos y falta de cohesión u organización social se encuentra presente en el campo abajeño con mayor afectación a partir de 1990, dada las nuevas políticas que convirtieron al regante en sujeto interventor, y a su vez causante de las problemáticas hídricas. Las medidas de transferencia crearon un discurso organizacional y de gestión que responsabilizaba al usuario, más no atendieron a la mejora en el rendimiento de los sistemas de riego; se priorizó la reducción del gasto público, sin realmente sensibilizar a los productores sobre estrategias de cooperación y cuidado, por el contrario, la conducta individual de los sujetos frente a la escasez reprodujo relaciones de poder y mercado de los recursos, en especial del agua, afectando a la mayoría de ejidatarios y agricultores que no tenían fuentes de suministro directas (Rap y Wester, 2017).

Además de las incongruencias en el manejo de los Distritos, la confiabilidad en el agua subterránea como fuente que atendía la demanda del agro, el uso doméstico y las industrias presento limitaciones. El bajío guanajuatense es claro ejemplo de ello, su intento de regulación no redujo significativamente las extracciones, las restricciones tampoco generaron barreras en el control ilimitado de las bombas y equipos, así como en el uso intensivo de mencionados mantos. La política descentralizadora de Guanajuato y el trabajo a través de Consejos Técnicos y de Gestión no ha sido fructífera para mitigar el consumo energético y acuífero de la región (Wester y Minero, 2011).

Conforme los indicadores de la Comisión Estatal del Agua de Guanajuato CEAG, el déficit hídrico en 2016 fue de 1000 millones de metros cúbicos, con una caída de los niveles de los pozos de 2 y 3 metros por año. La recarga en las 270,000 hectáreas irrigadas por bombeo muestra desafíos mayores debido a la falta de cooperación y reciprocidad entre los regantes. Así pues, la escasez económica y ecológica de agua ha dado lugar tanto al agotamiento, como al modelo de mercado y privatización del recurso. Los concesionarios cada vez más recurrieron a la venta de volúmenes a productores vecinos que no tienen pozo, o a quienes se les canceló el permiso, provocando una mayor brecha social al interior de los ejidos sustentada en las facilidades institucionales para las



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

transmisiones de las concesiones y las libertades brindadas a algunos usuarios en su apropiación de los sistemas hidrológicos (Wester y Hoogesteger, 2011; 2017).

En un contexto de falta de control y desconocimiento del ciclo hidrológico se ha fomentado la conflictividad entre usuarios y vecinos, el Bajío guanajuatense destaca en el escenario nacional por la dependencia del agro y de las actividades domésticas a las aguas del subsuelo, panorama que difiere a la realidad hídrica de la región en 1980, cuando el peso de los cuerpos de agua y la infraestructura hidráulica de gran irrigación era mayor. Estas transformaciones en el manejo de los recursos naturales y sus propios agroecosistemas nos lleva a cuestionarnos cómo las prácticas de riego y los sistemas de producción presentes a escala local muestran efectos negativos en la composición del territorio hidrosocial. En tanto, la apropiación de las tecnologías agrarias e hídricas ha transformado las relaciones sociales, productivas y de poder, así como las dimensiones materiales y simbólicas de apropiación del entorno, generando procesos de acaparamiento, situaciones de competencia y esquemas de dominio entre los regantes.

3. La reconfiguración socioterritorial y productiva a partir de la migración y su vínculo a las condiciones ambientales abajeñas, 1990-2020.

La migración documentada e indocumentada ha jugado un papel importante en la economía local de diversas regiones del sector rural mexicano, ya que como lo señala Carton de Grammont (2009), los actores sociales en el medio rural que no cuentan con las condiciones necesarias para asegurar su reproducción social tienden a migrar y así complementar sus ingresos económicos.

En el caso específico del Bajío guanajuatense, históricamente se ha caracterizado por ser una región con una larga trayectoria migratoria (de manera legal o indocumentada). El auge más alto de migración hacia los Estados Unidos lo alcanzó en la década de los noventa e inicios del siglo XXI. Debido a condiciones de pobreza, rezago educativo, desempleo y a una crisis en la agricultura que el agro mexicano atravesaba en ese momento, lo que derivó en un aumento en el costo de los insumos, bajo precio en sus cosechas y alto grado de mecanización en las actividades agrícolas. En palabras de Kay (2007), estas situaciones en su conjunto se acentuaron con el nuevo modelo agroindustrial



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

e incidieron en la movilización de personas hacia el país vecino del norte en busca de mejores oportunidades económicas. A estos posicionamientos, González y Leco (2018) añaden que para el caso de México los ejidatarios no pudieron integrarse completamente a la economía capitalista, sino que contrariamente se perpetuaron en este sector que trasfiere recursos y personas a los sectores liberales de la economía, ya sea a los centros urbanos, en el caso de la migración interna o a los Estados Unidos, cuando la migración es internacional.

El envío de remesas en el Bajío guanajuatense impactó en términos colectivos e individuales, los primeros se observan con la realización de obras públicas y organización de fiestas religiosas en algunas comunidades y ejidos de esta región; el segundo se percibió con la construcción o remodelación de casas, compra de vehículos y en la inversión que algunos migrantes hicieron en la agricultura local a su retorno al núcleo agrario, lo que ha dinamizado la agroindustria, y repercutido en la exclusión socio-productiva, al acapararse aún más los recursos naturales locales (Gómez, 2024).

Con el desarrollo agroindustrial, la inserción de infraestructura agrícola (perforación de pozos y riego tecnificado), y la tecnificación de las labores productivas en el marco del neoliberalismo, se dio paso a una mercantilización de los recursos naturales, y con ello la reconfiguración de estrategias de los diversos actores sociales en el medio rural para acceder al ecosistema local. En donde grupos reducidos migrantes que retornaron el ejido tuvieron el control sobre los recursos naturales, a través de las parcelas que pudieron comprar, pero sobre todo arrendar, así como de los pozos que han ido perforando durante los últimos años, lo cual ha puesto en entredicho la disponibilidad de agua en los acuíferos locales por la extracción irracional del recurso y el mercado de aguas que se suscita a nivel local (Gómez y Ventura, 2021).

Para Cortés (2003), el modelo de desarrollo neoliberal trajo consigo efectos sociales y ambientales catastróficos: por un lado aumentaron las desigualdades económicas en medida que los individuos con mayores recursos influyen sobre los procesos políticos en función de sus intereses, mientras que la mayoría de actores sociales quedaron excluidos del acceso a algún tipo de beneficio económico, quienes al no contar con las condiciones necesarias para asegurar su reproducción social tuvieron que migrar; por otro lado, se



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

encuentra el tema ambiental, con la intensificación de la agricultura que ha conllevado a una sobreexplotación de los acuíferos locales en el estado de Guanajuato. Para Long (1996) estos cambios fueron significativos, ya que el impulso de este conjunto de políticas contribuyó a la mercantilización de los recursos naturales, con lo cual se reconfiguraron las estrategias de los diversos actores sociales en el medio rural, entre ellos, el acceso al ecosistema local.

A pesar de que algunos ejidos continúan conservando esta figura jurídica, en términos fácticos funcionan como una propiedad privada, en donde un grupo reducido de migrantes tiene el control sobre la producción a través del acaparamiento de los recursos naturales (Gómez y Ventura, 2021). Con respecto al argumento anterior, Carton de Grammont (2009) agrega como las políticas neoliberales conllevan en algunas regiones del sector rural mexicano que las actividades agrícolas dejaran de ser la vía principal de ingresos económicos al interior de las unidades de producción. Al respecto Patricia Arias (2009), sostiene que contradictoriamente con el desarrollo de la agroindustria durante los últimos años los resultados han sido poco alentadores. Las promesas de generar nuevos mecanismos de asociación entre las personas prácticamente se han disuelto. Argumenta la incongruencia o falta de correspondencia entre la realidad y contexto observable en las localidades hoy en día respecto a los resultados previstos por los impulsores de estas reformas. De manera contraria, se observa una distribución desigual de la tierra, es decir, la presencia de latifundios y minifundios, estos últimos con el empleo de técnicas de producción obsoletas. Arias (2009) finalmente nos comenta que el problema no radica intrínsecamente en la tenencia o producción de las parcelas, sino más bien en los procesos de concentración de los recursos naturales y la exclusión que se generan a nivel local, lo que propicia nuevos flujos migratorios.

A estos señalamientos Lorenzen (2009), señala que a partir de este modelo político y económico que se instauró durante la década de los ochenta y noventa en México, conllevó a una crisis en la agricultura. Esto propició o influyó en que las familias cada vez dependieran de ingresos de actividades no agrícolas y a una subsecuente migración de personas hacia áreas urbanas de México y los Estados Unidos (Carton de Grammont, 2007). A nivel local esto conllevó a un proceso de desagrarización, que de acuerdo a



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Carton de Grammont (2009), se define a partir de la disminución progresiva de la contribución de las actividades agrícolas en la generación de nuevos ingresos económicos en los hogares.

Precisamente en este binomio de agroindustria y migración generado con el neoliberalismo en algunas regiones del sector rural mexicano, se insertan muchos ejidos del Bajío guanajuatense. En muchos casos la migración de personas hacia Estados Unidos contribuyó al desarrollo de una agroindustria, al invertir los migrantes en esta actividad económica, sin embargo, ante la tecnificación de las labores productivas y el subsecuente desempleo que se generó, conllevó a un acceso diferenciado a la tierra y al agua subterránea, lo que a su vez reconfiguró las estrategias sociales y productivas de los ejidos en su conjunto, propiciando nuevos flujos migratorios (González, 2022).

De tal manera que con el paso del tiempo se ha ido desvaneciendo el sentido de pertenencia y los lazos afectivos que existían hacia el ejido y la parcela respectivamente por parte de los actores locales que residían en el ejido, produciendo sus parcelas o laborando como jornaleros agrícolas. El interés ahora más bien persiste en migrar y dedicarse a actividades ajenas a la agricultura, por lo que el ejido en términos agrarios ahora sólo representa una fachada jurídica bajo la cual un grupo recudido de ejidatarios tienen el control sobre la producción y organización del ejido. Mientras que en el otro extremo se encuentra la mayoría de ejidatarios, quienes pasaron de producir sus parcelas a convertirse en jornaleros asalariados de un grupo de acaparadores que concentraron un número importante de parcelas. Bajo estas condiciones que se impusieron con la introducción de nuevos cultivos en algunas zonas del Bajío Guanajuatense. los ejidatarios no tuvieron más alternativas que integrarse a las nuevas modalidades de producción o seguir en el camino de la inmensa mayoría: la proletarización o el abandono del campo y migrar hacia Estados Unidos o un centro urbano del país (García, 1998).

De acuerdo con datos del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), Guanajuato es la quinta entidad con mayor número de personas que migran hacia Estados Unidos. Es importante subrayar que esta cifra sólo incluye a las personas que lo hacen de manera documentada. La mayoría de las personas que migraron a partir de la década de los ochenta y noventa, de manera indocumentada o ilegal, lo hicieron a través de los lazos



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

familiares, los cuales han sido indispensables para la movilidad de personas hacia el país vecino del norte. Al respecto, Gil (2008) sostiene que los lazos interpersonales que conectan a los migrantes con otros migrantes que les precedieron son fundamentales para la movilidad de personas y para la inversión de remesas en el sector rural mexicano. A estos señalamientos Goss y Lindquist (1995) previamente señalaron también que estas redes de interacciones personales, formadas regularmente por familiares y amigos actúan como conductos a través de los cuales los individuos y grupos aprovechan las redes sociales de parentesco, amistad y comunidad para apoyar y facilitar la migración.

A partir de los lazos de parentesco que guardan los migrantes con familiares o amistades en Estados Unidos, costean sus costos de traslado hasta su establecimiento definitivo en aquel país. Una vez que el migrante labora y comienza a generar ingresos empieza a liquidar el monto económico que le fue prestado. Regularmente permanecen por periodos de entre cinco a siete años, las remesas que envían representan un aporte económico importante para sus familias, y en algunos casos para la inversión en la agricultura local. En el caso de la migración por contrato, los jornaleros agrícolas o ejidatarios lo hacen a través de intermediarios locales o enganchadores, así como con agencias privadas que se localizan en algunos municipios de Guanajuato. Regularmente laboran por periodos de seis a ocho meses y retornan cada año hacia su lugar de origen.

4. Desigualdades productivas, brechas socioambientales en la agricultura regional

La agroindustria y migración son dos actividades alrededor de las cuales los ejidos y comunidades se han venido redefiniendo durante los últimos treinta años en términos sociales, productivos e identitarios. En algunos casos la migración implicó para algunos actores sociales la pérdida de saberes o la revalorización de su territorio, lo que infirió en la organización socio-productiva y la movilidad de personas en años posteriores (Gil, 2008). Mientras que en otros casos el envío de remesas dinamizó la economía local a partir de la inversión que realizan los migrantes en la agricultura de los ejidos.

De acuerdo a Gómez (2024), sí, existe una diferencia en la forma de producir entre los migrantes que retornaron e invirtieron en la modernización de sus sistemas productivos,



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

respecto de los ejidatarios que nunca lo hicieron y producen de forma convencional. Esta desigualdad en términos productivos se determina a partir de la reducción en los costos de producción y en las utilidades que se generan al momento de las cosechas. Lo anterior ha generado que muchos ejidatarios no puedan competir y desistan de la actividad agrícola, de tal manera que algunos de ellos han tenido que migrar o dedicarse a actividades ajenas a la agricultura, en muchos casos se convirtieron en jornaleros agrícolas al interior del núcleo agrario, con lo cual se acentúa el acaparamiento de parcelas en unas pocas manos y la concentración a agua subterránea a manos de grupos reducidos de ejidatarios.

La capitalización económica de algunos migrantes a su retorno infirió en una apropiación desigual y explotación de los recursos naturales, a partir de la conversión en el patrón de cultivos (granos básicos por hortalizas). De acuerdo con lo sostenido por algunos ejidatarios entrevistados esto ha conllevado a una erosión prematura de la tierra y a una sobreexplotación de los acuíferos locales a partir de la concentración de los recursos naturales que un grupo reducido de ejidatarios detenta para el desarrollo de su agricultura.

5. Consideraciones finales

La actividad agrícola y la migración han sido parte fundamental en la conformación sociohistórica del Bajío guanajuatense. Sin embargo, a partir del neoliberalismo la articulación entre ambas actividades económicas se hizo cada vez más estrecha, por lo que no podemos hablar de la presencia de una sin la otra, con lo cual se ha reconfigurado las redes de relaciones, las actividades productivas y el acceso a los recursos naturales a partir de este periodo.

A partir de la legalización de tratos agrarios que se dio en el marco de la reforma al Artículo 27 y el impulso de la nueva Ley de Aguas Nacionales en 1992, algunos migrantes retornaron al ejido para desarrollar una actividad agroindustrial a través de las tierras que pudieron comprar, pero sobre todo arrendar. El acaparamiento de parcelas en pocas manos, con la concentración de agua subterránea, en conjunto con la tecnificación de la agricultura, el alto costo de los insumos y el bajo precio de las cosechas, conllevó a la



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

exclusión socio-productiva del grueso de ejidatarios y jornaleros agrícolas al interior del núcleo agrario, quienes, al no contar con las condiciones económicas necesarias para asegurar su reproducción social, vieron en la migración una alternativa viable para complementar sus ingresos económicos y asegurar la reproducción social de sus familias al interior de los ejidos y comunidades. Sin embargo, esto ha conllevado paralelamente a una pérdida en el sentido de pertenencia por parte de los actores locales hacia su territorio, por lo que la actividad agrícola y la parcela han dejado de ser trascendentales para los campesinos que allí habitan.

En el otro extremo en encuentran un grupo reducido de agroempresarios, algunos de ellos exmigrantes jubilados, quienes a su retorno invirtieron en la actividad agroindustrial a partir del acaparamiento de parcelas que permitió la reforma al artículo 27, con la legalización de los tratos agrarios, y a partir de la extracción desmedida de agua subterránea que se suscitó con la perforación intensiva de pozos a a manos de grupos reducidos de actores sociales, quienes a través de concesiones o de manera clandestina detentan un número importante de pozos, lo que ha puesto en entredicho la disponibilidad del vital líquido en los acuíferos locales en un corto plazo.

Bibliografía

- Arias, P. *Del arraigo a la Diáspora dilemas de la familia rural*, Centro Universitarios de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad de Guadalajara, 2009.
- Carton de Grammont, H. La modernización de las empresas hortícolas y sus efectos sobre el empleo. En: H. Carton, M. Á. Gómez, H. González y R. Schwentesius (Coords.). *Agricultura de exportación en tiempos de la globalización, el caso de las hortalizas flores y frutas* (pp. 4-95). Juan Pablos Editor, 2007.
- Carton de Grammont, H. La desagrarización del campo mexicano. *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales*, 16(50), 13-55, 2009.
- Cortés, F. *Neoliberalismo, globalización y pobreza*, Universidad de Antioquía-Fundación Alexander Von Humboldt, 2003.
- Domínguez, J. Revisión histórica de las sequías en México: de la explicación divina a la incorporación de la ciencia. *Tecnología y Ciencias del Agua*, VII (5), 77-93, 2016.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

- Hewitt Alcántara, C. *La modernización de la agricultura mexicana, 1940-1970*, México, Siglo XXI editores, 1979.
- García Martínez, B. *Las regiones de México: Breviario geográfico e histórico*. El Colegio de México, 2008.
- García, R. *Modernización en el agro: ¿ventajas comparativas para quién? El caso de los cultivos comerciales en el Bajío*. Centro de Investigaciones y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 1998.
- Gil, J. *La costumbre de cultivar y moverse al norte proceso de interacción agricultura-migración en el valle de Ixtlán, Michoacán*, [tesis de maestría, El Colegio de Michoacán], 2008.
- González, J.R. Diario de un trabajador agrícola purhépecha en Elba, Nueva York. *Prometheum Ediciones Digitales*. Disponible en <https://eprometheum.com/libreria/?v=267d696eab9e>, 2022.
- González, J.R. & Leco, C. (2018). Una «nueva» modalidad de migración con visas H2A: la emergencia de contratados purhépechas. *Comachuén. Sociedades y Desigualdades*, (7), 111-136.
- Gómez, J.R. (2024). De la agroindustria a la migración en el sector rural mexicano durante el neoliberalismo. En J.R., Gómez y P., Méndez (Coords.) *El sector rural mexicano en el siglo XXI: territorio, desarrollo y actores sociales* (pp. 160-176). Universidad de Guadalajara.
- Gómez, J.R. y Ventura, M.C. (2021). Nuevos regímenes de propiedad en el Bajío guanajuatense. Exclusión y resistencias en un contexto de políticas neoliberales en el sector agrario mexicano. *Revista Latinoamericana de Sociología Rural*, 6(12), 1-35.
- Goss, J. & Lindquist, B. (1995). Conceptualizing international labor migration: a structuration perspective. *Int Migr Rev*. 29(2), 317-351.
- Gutiérrez, N. (2023). La agricultura del maíz y el sorgo en el Bajío mexicano: Revolución verde, sequías y expansión forrajera, 1940-2021. *Historia agraria*, 91: 255-286. DOI:10.26882/histagar.091e06n.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

- Guzmán, E.; Hernández, J.; Salazar, J.; Rebollar, S. & Hernández, D. (2009). Consumo de agua subterránea en Guanajuato, México. *Agrociencia*, 43 (7).
- Kay, C. (2007). Enfoques sobre el desarrollo rural en América Latina y Europa desde mediados del siglo veinte. [ponencia presentada para su publicación] Institute of Social Studies.
- Lorenzen, M. (2009). *La crisis agrícola como detonante de la migración rural en el contexto de la globalización del sistema agroalimentario: el caso de los Altos de Morelos* [tesis de maestría, Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora].
- Marañón, B., (2006). Tension Between Agricultural Growth and Sustainability: The El Bajío Case, Mexico. *Human Development Report Office*, (49), 1-8.
- Rap, E., & Wester, P. (2017). Governing the water user: experiences from Mexico. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 19(3), 293–307. DOI: <https://doi.org/10.1080/1523908X.2017.1326305>.
- Seguin Tovar, Nathalie. (2006). El riego por bombeo directo en el Distrito de riego 011, Alto Río Lerma. *Boletín del Archivo Histórico del Agua*, 11(34), 39-47.
- Suarez, S. & Caldera, A. (2015). La creación de instituciones de gobernanza adaptativa para resolver la crisis del agua en Guanajuato. En: F. Barrientos. *Desarrollo Humano. Economía y Democracia en Guanajuato* (pp. 227-244), Universidad de Guanajuato.
- Urquijo, P. (2017). *Pequeñas localidades rurales. Reapropiación territorial en Argentina y México*. CIGA, Universidad Nacional Autónoma de México.
- Wester, P. & Hoogesteger. J. (2011). Use Intensivo y Despojo del Agua Subterránea: Hacia una Conceptualización de los conflictos y la concentración del acceso al agua subterránea. En: Boelens R.A., L. Cremers, M.Z. Zwarteveen. *Justicia Hídrica: acumulación, conflicto y acción social* (pp.111-133), EP/Fondo Editorial PUCP.
- Wester, P.; Sandoval. R. & Hoogesteger. J. (2011). Assessment of the development of aquifer management councils (COTAS) for sustainable groundwater management

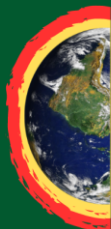


6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

in Guanajuato, Mexico. *Hydrogeol*, **19**, 889–899. DOI:

<https://doi.org/10.1007/s10040-011-0733-2>.

Wester, P. & Hoogesteger, J. (2018). Gestión del agua subterránea de uso agrícola: los retos de la sostenibilidad socio-ambiental y la equidad. *Cuadernos de Geografía*, 101, 51-70.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A percepção dos sujeitos no espaço: O intrincado contexto fronteiriço considerando ocupação, transformação, sujeitos e agências na Fronteira Oeste (RS - 1850-1890)

Taís Giacomini Tomazi

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

taistomazi@gmail.com

Resumo

Este trabalho é um esforço investigativo de perceber outros sujeitos e como pensar o cenário da segunda metade do século XIX e, atrelado a isso, a ocupação do espaço fronteiriço riograndense, entre 1850 e 1890 (cidades de Uruguaiana, São Borja e Alegrete). Considera-se aqui a integração entre perspectivas da antropologia cultural e os contrastes com a teoria ator rede, onde trazemos sujeitos não humanos mais ativamente para o diálogo historiográfico. Tomou-se como horizonte de análise os diferentes sujeitos nas fontes, como pessoas, objetos, plantas e animais. Metodologicamente, este recorte está inserido na pesquisa de doutorado da autora, sobre o estudo do cotidiano na região citada, através da metodologia combinada entre uma abordagem quantitativa (história serial, com base em inventários post mortem) e análises determinadas (qualitativo). A pesquisa proporcionou acessar diversos sujeitos e proporcionou a própria investigação a um constante reconsiderar teórico-perceptivo, trazendo para a cena histórica diversos sujeitos e agências no contexto oitocentista, cuja análise é um importante vetor para compreender o contexto do estabelecimento fronteiriço na segunda metade daquele século. Finalmente, inclui-se uma discussão com um direcionamento para a questão ambiental, já que é possível identificar nas fontes elementos sobre o uso do território, formas de construção e modificação do espaço e inserção de espécies vegetais e na presença de animais na região.

Palavras-chave: Sujeitos, Fronteira, Espaço

Abstract



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

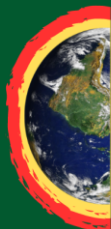
This work is an investigative endeavor to understand different subjects and how to think about 19th second half century context and, linked to this, the occupation to the Rio Grande do Sul borderland area between 1850 and 1890 (the municipalities of Uruguaiana, Alegrete e São Borja). It is considerate the integration of perspectives from cultural anthropology and the contrast with the actor-network theory, which brings more actively into the historiographical dialog the non-human subjects. The different subjects in the sources were the scope of analysis with such as people, objects, plants and animals. This section is part of the author's doctoral research into the study of the everyday life in the previously mentioned region, the research uses a combined methodology a quantitative approach (serial History, based on inventories) and selected analyses (qualitative). The study provided access to various subjects and led the investigation itself to a constant theoretical-perceptual reconsideration, bringing to the historical scene a diversity of subjects and agencies in the 19th century context, whose analysis is an important vector for understanding the second half century borderland. Lastly, the discussion addresses the environmental issue, since the sources make it possible to identify elements related to the use of the territory, the ways of construct and modify the space and the insertion of species of plants and the presence of animals in the region.

Keywords: Subjects. Borderland. Space.

Preparando e tecendo o cotidiano

Este texto é um recorte, ou um exercício dentro do todo, da pesquisa em andamento cujo foco é o estudo do cotidiano fronteiriço – a fronteira oeste da Província de São Pedro-, especialmente na análise através das coisas, neste caso, os bens móveis que compunham os inventários post mortem da amostra de pesquisa⁷¹. O espaço de análise é a fronteira oeste riograndense, especificamente considerando dados das cidades de Alegrete, São Borja e Uruguaiana como jurisdições das coletas de documentação base

⁷¹ A pesquisa que engloba este texto é desenvolvida através do projeto de doutorado no Programa de Pós-graduação em História da UFSM, em andamento, na Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

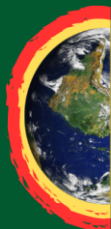
(ver o mapa na parte final desta introdução, para uma melhor identificação da localização da pesquisa).

O período de investigação da pesquisa como um todo, e esta partição específica, se dá na segunda metade do século XIX, especificamente entre as décadas de 1850 e 1890, em que há a consolidação do Império brasileiro (ainda que conflitos, disputas e tensionamentos sejam elementos presentes na política interna do Brasil no período) e uma maior definição das fronteiras. Para tal contexto nos baseamos conceitualmente em Thompson Flores (2019), como uma perspectiva de retomada da discussão acerca da fronteira e na proposição da mesma como dinâmica e complexa:

O que se percebe, portanto, é que a fronteira não era apenas um espaço passivo, mas funcionava como um agente, era um recurso/instrumento na vida das pessoas, que justamente por reconhecerem aquele espaço enquanto tal conseguiam estabelecer estratégias cotidianas. Por outro lado, também ficava evidente que embora a fronteira fosse um recurso disponível a todos, os sujeitos não a acessam de maneira uniforme, mas de acordo com seus posicionamentos. E o fato de não ser um contexto permanente, mas dinâmico, faz com que as diferentes conjunturas também alterassem o papel que ela desempenha e também modificassem os efeitos dela para os diferentes grupos. (Thompson Flores, 2019, p. 293).

É neste contexto espacial, que por si só já suscita questionamentos importantes, que a pesquisa se situa e busca os elementos do Cotidiano. O estudo do cotidiano, sabe-se, é um tema amplo, multifacetado e que pode englobar perspectivas bastante diferenciadas de análise. Há perspectivas mais estruturalistas e pautadas no materialismo histórico⁷², ou pensando a relação entre humanos e objetos por um viés do consumo, que ajudam a desnudar a nossa relação com as coisas, ainda que por um olhar da cultura de

⁷² Agnes Heller (2008) ajudou a entender um pouco a perspectiva: “A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

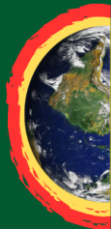
massas (que não era uma realidade no oitocentos). Levando em consideração que se quer pensar mais amplamente sobre os sujeitos, perspectivas da cultura material e antropologia responderam melhor aos questionamentos propostos (Leitão e Pinheiro Machado (2010), Miller, 2013).

A História do Cotidiano e da Vida Privada, enquanto um esforço de pesquisa historiográfica, representou um esforço importante em qualificar o cotidiano. Contudo, ainda são lacunares em investigações sobre espaços rurais e fronteiriços, sobre experiências domésticas de grupos socioeconômicos menos abastados e, por fim, na diversificação de sujeitos e agências. Em razão disso, tomou-se contato com estudos de privacidade, a fim de buscar elementos sobre experiências privadas e caracterizar este conceito⁷³ e a antropologia cultural, que foi importante para desafiar o entendimento a relação entre humanos e não humanos.

O traçar do cotidiano depende, como se percebe, dos pontos de partida teóricos e como estes vão ajudar a responder os questionamentos da pesquisa em desenvolvimento. Neste caso, considero a perspectiva cultural do cotidiano como elemento chave, em que os eventos diários e o cenário são compostos tanto por humanos e seu contexto amplo de experiências e relações com o material, quanto por sujeitos não humanos, compondo também uma miríade de atores e agências (o ambiente, os animais, as plantas, as construções, as pessoas, as coisas) que compõe uma experiência cotidiana diversificada no local e período pesquisados. E é assim, que este texto encontra Bruno Latour (2001) e de forma mais geral a discussão sobre sujeitos não humanos, que estavam nas fontes em diversos casos e que agora passam a compor o quadro como parte do todo, de certa forma foi lhes dado.

Referente ao aspecto documental, como foi dito anteriormente, a fonte da pesquisa principal é o inventário post mortem, com documentação entre 1850 e 1890. É importante

⁷³ ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; DUBY, Georges. A Europa na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1988; BURKE, P. A Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989; LE GOFF, Jacques. O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval. Lisboa: Edições 70, 1975; ARIÈS, P. e CHARTIER, R., História da Vida Privada, vol 3, p. 7-19. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1997; VEYNE, P. (Org.) História da Vida Privada I. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. DUBY, Georges. (Org.) História da Vida Privada II. São Paulo: Cia. das Letras, 1991; Perrot, Michelle, História da vida privada, vol. 4, São Paulo: Ed. Schwarcz, 1991.



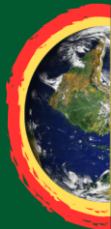
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

considerar que a indicação das partes utilizadas varia em duas frentes: uma quantitativa (que abarca avaliação e descrição dos bens e outros documentos como tutelas ou dívidas passivas) e outra qualitativa, no diálogo com as informações em conjunto e descrições (que foi identificada no processo de investigação pelos indícios encontrados)⁷⁴. Para que fosse possível identificar os elementos de verdade na documentação, sendo esta homogênea, reiterativa e massiva, foi importante atentar para as informações comprobatórias e não padronizadas no conjunto da estrutura documental e isso possibilitou pensar mais sobre outros sujeitos na fronteira e na relação entre as pessoas e os demais sujeitos no espaço, buscando assim caracterizar estes indícios.

Na imagem a seguir é possível visualizar a região de estudo da qual partem as análises deste texto e perceber sua proximidade com as definições da fronteira oeste desde São Borja, mais ou norte até Uruguaiana, integrando fronteiras do Império com a Argentina e o Uruguai, atentar para o fato de Uruguaiana ter se emancipado de Alegrete, o que demonstra a grande extensão territoriais no período e retomando fronteiras mais antigas no processo de colonização e estabelecimento imperial naquela região.

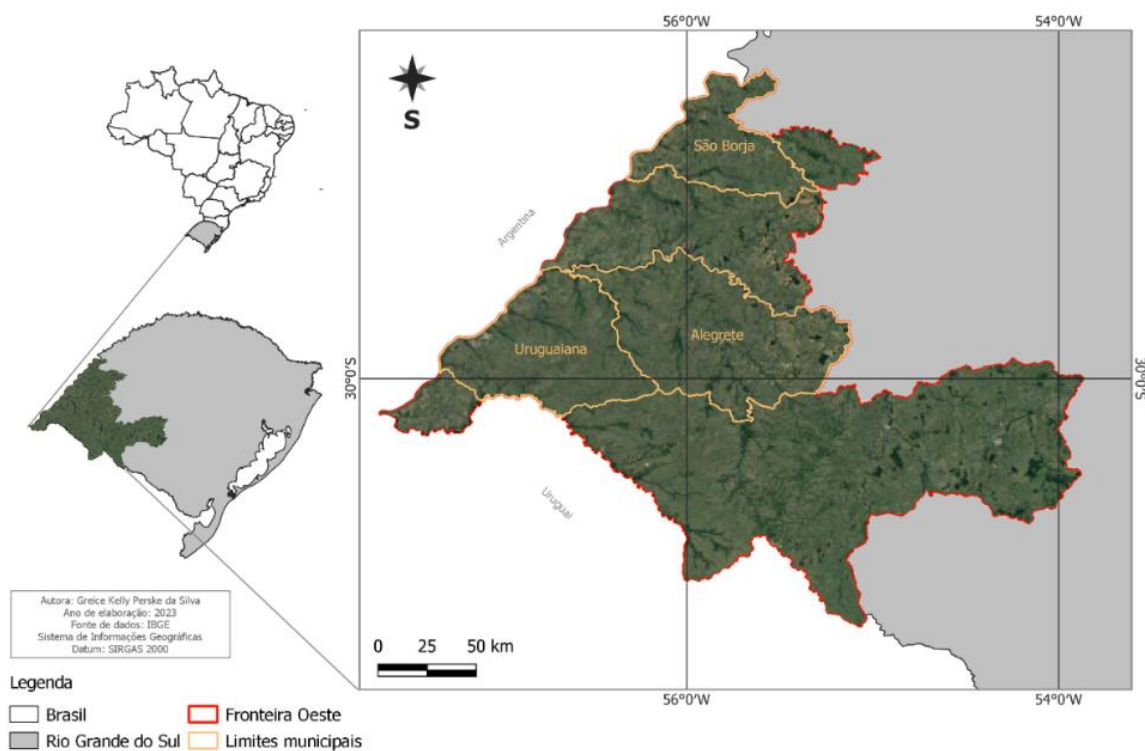
Figura 1: Localização das vilas de estudo em relação à Fronteira Oeste e o RS

⁷⁴ A parte quantitativa foi trabalhada na perspectiva da História Serial, já que as fontes são reiterativas e homogêneas, das quais podemos dizer que foram massivamente usadas as avaliações dos bens (bens móveis, bens de raiz e semoventes) e quantitativamente, não sendo essencialmente uma abordagem serial foram quantificadas partes referentes a dívidas em casas de comércio ou outros e comprovações de gastos de tutelas. No contexto que retiramos da amostra alguns inventários e os categorizamos como análise qualitativa focamos em informações em conjunto, englobando a experiência da leitura das partes fotografadas dos inventários como um todo (constituição familiar, diferenças para com outros inventários, bens que foram considerados interessantes e propositivos para a reflexão que se pretende com a pesquisa).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

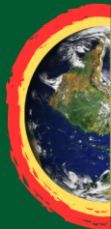


Fonte: acervo da autora, produção Greice Kelly Perske da Silva

1 – Diferentes lentes para pensar o cotidiano

O contato com os bancos de dados da pesquisa e com a documentação fez florescer diferentes percepções ao longo do tempo (tempo da pesquisa), suscitando pensar que o contexto material/ambiental não era um elemento isolado ou lateral para a análise, e que de fato era importante considerar o conjunto, de dados, sujeitos, interações que apareciam nas fontes. O trabalho historiográfico é sempre e pode dar a entender ser arbitrário, por isso, com a metodologia de trabalho com dados de base quantitativa, com apontamentos de ordem qualitativa, tal arcabouço trouxe elementos da cultura matéria. Foi lendo Miller, Mc Craken Minuzzi, Latour que foi se ampliando o escopo teórico para pensar o cotidiano.

Assim, foram considerados os elementos não humanos no espaço. A fronteira oeste, como se sabe pela historiografia e pelas representações e compreensões



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

contemporâneas relativas à região e ao Rio Grande do Sul, em geral carrega traços de reflexões sobre civilizações, modelos civilizatórios e os aspectos políticos e militares que formularam, e junto das práticas e representações fronteiriças, estabeleceram as linhas divisórias de estados, nações e províncias nos oitocentos.

O cotidiano fronteiriço era permeado por uma ocupação do território que visava economicamente a produção e enriquecimento, do ponto de vista civilizatório a ocupação humana do espaço, militarmente a garantia das fronteiras. Economicamente, a maior parcela, que vinha principalmente da criação de gado e da comercialização dos animais, da posse de escravizados e na produção de alimentos, em lavouras na região. Ainda que dados acerca deste último aspecto possam ainda ser pouco expressivos, podendo ser citada a pesquisa de Leandro Fontella (2013, 2015), é possível perceber nas fontes as menções sobre plantações, instrumentos de trabalhos que faziam o preparo para o plantio e as carretas, que carregavam pessoas, mercadorias e ajudavam a encurtar as distâncias.

O cotidiano material no âmbito das residências era composto pelas casas e benfeitorias (moinhos e manguieiras) das propriedades, os ranchos dos produtores de gado e seus posseiros e pelas cercas que passaram a ser construídas para demarcar as posses de terra. Também o cotidiano fronteiriço era feito de vestuários de diferentes tipos e qualidades, indumentárias de montaria e uma série de objetos que faziam das casas um emaranhado de experiências entre humanos e não humanos, com bombas de mate, poucas cuias, algumas facas e outras tantas louças. A civilização estava ali, no sentido de ocupação de espaços e na vida do dia a dia, sendo experimentada, transformada, almejada ou negada, inferidas pelas leituras de tantos inventários post mortem averiguados ou nos relatos de viajantes que passaram pela região, a exemplo de Conde D'Eu (1981), Avé-Lallemant (1980) e Baguet (1997).

O mundo de humanos e não humanos para esta proposta é, então, compositor do cotidiano em que estes convivem e coexistem, não bastando apenas pensar a partir dos humanos para com os “demais” e sim pensar o conjunto. Através da discussão a respeito de sujeitos não humanos e suas possíveis agências, o processo de análise de dados e categorias passou por uma constante revisão e revisitação. Algumas leituras foram importantes para fundamentar e ampliar essa discussão. Por isso, a leitura da História



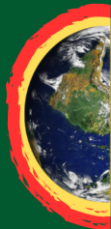
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Ambiental foi uma escolha frutífera para pensar como outros elementos do ambiente podem ser trazidos para a conversa historiográfica enquanto sujeitos. Destaco as pesquisas de João Davi Minuzzi (2017, 2022), sobre o Pampa, demonstrando como este tipo de produção de pesquisa é fundamental para complementar a nossa ideia sobre tal região e multiplicar sujeitos.

A própria discussão do Pampa, dentro de análises da História Ambiental, apresenta os direcionamentos das pesquisas ao considerarmos o montante de estudos sobre áreas florestais em detrimento de outros biomas. Haja vista também, certo descaso na atualidade com o desmatamento na região do Pampa, uma grande confusão epistemológica sobre o que é e como se constitui o bioma. Como aponta João Davi Minuzzi, há uma diversidade ambiental importante no período a ser considerada: “este bioma apresenta inúmeras subdivisões, de acordo com as características do relevo e da vegetação, algumas são mais servidas de água, possuindo inúmeros rios, lagos, córregos e sangas, enquanto outras regiões são mais rochosas e com uma altitude um pouco mais acentuada” (2017, p. 24). Ou seja, corroboramos a ideia de investigar as particularidades, tensionamentos, diferenças e similaridades em vez de sobrepor análises (urbano, mata atlântica, riquezas, denso povoamento) entre outros elementos que, em geral, perduram em pesquisas sobre o cotidiano e a cultura material.

Outros estudos são importantes e definidores para as compreensões de agência, como Daniel Muller e Bruno Latour. Esses autores têm diferenciações primordiais em suas formas de análise, contudo, considera-se que este distanciamento não é um problema e sim uma possibilidade de articular diferentes formas de compreender existências e agências, principalmente as não humanas. Os autores agem de maneiras diferentes como orientadores da perspectiva da agência, mas trazem o contexto da materialidade como um fundamento na pesquisa em questão.

No que tange o conceito de coisas (Miller, 2013), foi um conceito que gerou os primeiros estranhamentos sobre a relação entre pessoas e materialidade, dando ênfase para a cultura material enquanto possibilidade de agência, seja através de vestuário ou acessórios, por exemplo. Para Daniel Miller há uma grande complexidade cultural que faz parte dos arranjos que os indivíduos e grupos elabora, e isso está direta e



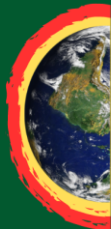
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

intrinsecamente ligado às coisas (que na tradução pode ser trazida como coisas ou trechos, mas no inglês é nomeada como *Things*). Adicionamos a ideia de que inicialmente, na pesquisa, as *coisas* eram tratadas como objetos *pertencentes a* alguém e eram pensados como posses, que é uma das características possíveis de análise, algo como “o que as pessoas possuíam na fronteira oeste no século XIX?”. Foi a partir da leitura antropológica, que foram se desenvolvendo outras percepções sobre o contexto material, considerando que “dar lugar aos objetos pode ser um caminho rico, especialmente se atentarmos para as relações que os sujeitos tecem com eles” (Pinheiro Machado e Leitão, 2010, p. 244) considerando-os também como sujeitos.

Pelo caminho traçado por estas discussões é que se entende que “remaining undisciplined” pode ser uma estratégia de investigação. A frase sobre não se manter completamente direcionado dentro de uma disciplina teórica explora as possibilidades de investigação da cultura material, no caso específico de uma coletânea organizada por Miller (2001), onde ele e os autores dos capítulos demonstram que é preciso certa mobilidade e dinamicidade na pesquisa sobre cultura e cultura material para integrar temas e sujeitos nos estudos realizados. Tal frase instiga este texto, e também causa o desconforto sobre outros sujeitos no espaço, pensando pela lógica da agência não humana (animados e inanimados)⁷⁵. Bruno Latour provoca, em “A esperança de pandora” (2001), apresenta desconfortos reflexivos: “o que o novo quadro procura capturar são os movimentos pelos quais um dado coletivo *estende* seu tecido social a *outras* entidades” (2001, p. 222) ao complexificar os sujeitos e perceber seu contexto. É a partir desses encontros e atravessamentos que se formula a perspectiva deste texto.

Através das leituras fronteiriças que fundamentam a pesquisa foi sendo possível pensar o contexto da fronteira oeste para a segunda metade do XIX. Entende-se o aspecto econômico (Farinatti 2010, Volkmer, 2013) as hierarquias sociais existentes, os movimentos de validação, desafio ou negação dos limites (Thompson Flores 2013), os silenciamentos sobre aspectos étnicos e raciais, a vida no Pampa e Missões (Fontella

⁷⁵ Uma das leituras interessantes pode ser Waltermann, A. Why non-human agency? In A. Waltermann, D. Roef, J. Hage, & M. Jelcic (Eds.), *Law, Science and Rationality*. Eleven International publishing. Maastricht Law Series Vol. 14, p. 51-72, 2019.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

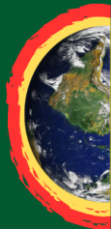
2015). É perceptível que as fontes também tragam resultados profícuos e igualmente divergentes, se for o caso, e, por certo, passam por um trabalho metodológico intenso para possibilitar acessar os elementos de verdade aos quais temos acesso na documentação. Uma pesquisa de base quantitativa pode, então, alçar outros voos, pensar outros sujeitos e outras relações através dos elementos, dados e categorias de investigação.

Considerando que existem inventários com cobranças de dívidas, tanto passivas ou ativas, a pessoas ou estabelecimentos, é possível traçar por exemplo o consumo e a passagem do tempo já que nestes documentos, em geral, constam datas de consumo e tipos de itens, geralmente durante alguns meses ou até mesmo anos. Nos inventários post mortem são comprovados também os gastos e investimentos das tutelas que, em geral, vão alguns anos à frente do falecimento dos indivíduos Inventariados. Só isso já traz uma perspectiva de curto e médio prazo na análise da investigação. Por isso, é importante considerar não só avaliações e partilhas. Importante considerar estes outros elementos se for o objetivo da investigação desenvolvida, como nos interessa perceber outros sujeitos no espaço e tempo. Com esta perspectiva da análise de inventários post mortem desmembrados tem-se fonte de informações sobre cultura material.

Temos a proposta de estabelecer os critérios fundamentais de uma pesquisa na área de história, sem apenas transcrever os dados quantitativos (que ocorre por vezes em análises quantitativas e seriais), pensando que o cruzamento de abordagens metodológicas foi um aspecto chave deste processo. É a oportunidade de tensionar a discussão sobre a relação entre humanos e não humanos na pesquisa histórica, agregando elementos materiais (ou outros) que não sejam analisados apenas do ponto de vista do fetichismo pelos objetos. É sempre complexo partir de um entendimento supra-humano, mas a proposta aqui é que se possa exercitar essa superação de forma a perceber a constituição do cotidiano.

2 – As materialidades do cotidiano

Como já se sabe, nas fontes se identifica diversos grupos de bens avaliados, há um universo de dados que podem ser ordenados para a pesquisa. Identificam-se bens móveis (como categoria documental padrão, para indicar uma variedade de itens existentes nas residências), aos quais atrelamos os móveis, louçaria, objetos para



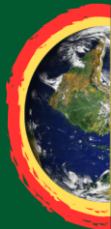
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

escritório, itens para higiene e outra quantidade de bens que envolveram o cotidiano e, também, a vida dos inventariados. Há mesas, cadeiras, oratórios, navalhas, xícaras, camas, papel, tinta, bacias, e uma outra infinidade de itens, os quais tentamos ordenar em categorias, mas que insistem, vez ou outra, fugir das categorizações, demonstrando que é um pouco mais complexo o processo de ordenar sujeitos e encaixá-los.

Para a pesquisa geral, os bens têm categorias de acordo com o tipo de funcionalidade que lhes são atribuídas, para que se possa ordenar as quantidades de bens e mapeá-los no espaço, o que ajuda a compreender o cenário e os elementos cotidianos almejados. Este seria um conjunto de análise inicial, um primeiro bloco de investigação na documentação, o que é bastante comum na historiografia e auxilia no processo de estabelecimento de aspectos principais. É adicionada, então, a camada do espaço, que engloba o ambiente natural (bioma, algumas espécies e impressões sobre o espaço) e as construções que ocupavam as propriedades dos inventariados e faziam as vezes de novos moradores das terras supostamente incivilizadas da fronteira oeste.

Como tomamos o bioma Pampa como um agente no cotidiano, identifica-se como um primeiro aspecto levamos também em conta questões como ocupação do espaço, as agências do bioma na experiência da vida do dia a dia (vento, fertilidade do solo, curso dos rios, cheias e chuvas, deslocamentos, inserção de outras espécies etc.) e suas relações com os animais que também ocupavam as propriedades. Além dos animais e do Pampa, construir cercas, plantar e colher legumes e frutas também implicava modificações no espaço e no meio ambiente, mesmo que naquele período considerar a modificação da terra era vista de uma maneira utilitarista visando a ocupação, demarcação e uma produção (não que este aspecto não perdure ou mesmo, seja o foco em nosso tempo atual). O ambiente, espaços, ocupações são temas correlacionados muito interessantes para compor um cotidiano doméstico e rural na segunda metade do século XIX, já que era por esta fronteira que passavam pessoas - livres ou não, animais de diferentes espécies - domesticados ou não, e toda sorte de contrabandos e comércios.

Em relação ao componente dos humanos identificados na documentação e na produção sobre a região, na própria historiografia com foco nas relações sociais na fronteira identificam-se avanços e nas lacunas ao longo das décadas, por isso trazemos



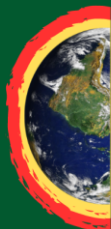
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

este segundo conjunto. Ao considerar indivíduos através de categorias como condição jurídica, cor/raça/etnia, gênero, faixa etária e classe social, traz-se diferentes e aprofundadas discussões. Nas fontes investigadas é constante a presença de pessoas escravizadas arroladas em inventários post mortem dentre os “bens semoventes”, cujos outros componentes são animais, como rezes, cavalos, ovelhas. As pessoas, que são dados na pesquisa, também representam um microcosmos da sociedade no período, pautada pela estratificação social, através dos diferentes grupos socioeconômicos existentes. Essas categorias também podem ser melhor exploradas através do conjunto, considerando todos os agentes.

Um terceiro aspecto no conjunto de reflexões que poderia partir das análises sobre a diversificação de sujeitos na pesquisa perpassa o contexto dos objetos de uso diário, as compras realizadas nos comércios locais e regionais das cidades investigadas, como itens de vestuário, tais como tecidos diversos, calçados, peças de roupa pronta, acessórios como lenços e chapéus. Neste aspecto, consideramos como ponto de partida as reflexões do antropólogo Daniel Miller (2013) ao trazer à tona compras, vestuário, materiais de trabalho e estudo, medicamentos, transportes, madeira, tijolos.

Um quarto aspecto a ser incluído é a análise dos bens semoventes no contexto dos animais. Os inventários apresentam diversidade de animais arrolados, como bois (mansos, rez), éguas, burros, mulas, ovelhas, cavalos (manso, redomão), potros, cabras etc. No princípio da pesquisa com esta documentação eram apenas analisados como objetos não humanos que compunham a posse de inventariados e suas famílias, o que responde diversas perguntas sobre o cotidiano da região, sobre a economia e a produção de gado para comércio.

Considerando a adição de uma perspectiva em que esses sujeitos também sejam incorporados ao escopo, os não humanos são notados como agentes que afetaram diretamente o espaço pela interferência direta no território, as migrações e movimentações ordenadas e desordenadas de animais ao longo da segunda metade do século XIX, a fertilização do solo e a propagação de espécies não nativas e extinção das



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

nativas, aspectos que imprimem nesta discussão um conjunto de fatores que podem ser bastante ilustrativos da vida fronteiriça.⁷⁶

Além disso, os bens de raiz, um quinto aspecto possível, foram indícios fundamentais para compreender a ocupação na fronteira, o estabelecimento político, a posse de terras enquanto sesmarias, a reprodução de riquezas e a ideia de status. Tomazi (2018) traz alguns pontos interessantes sobre isso, ao considerar, através de seus dados de pesquisa, que a construção de residências por grupos socioeconômicos abastados era similar às de grupos empobrecidos, com as devidas ressalvas e exceções se particularidades que poderiam ser exploradas em uma pesquisa que tratasse especificamente do tema.

A hipótese era de que os animais representavam um elemento chave para a construção dos poderes e estratégias, mais do que a posse de uma casa aparelhada e feita de materiais mais caros ou de difícil aquisição no período, como as telhas e os tijolos. Há uma diversificação de relações estabelecidas e as residências eram importantes agentes, demarcando as propriedades de forma simbólica e espacial. Entretanto, o seu método construtivo nem sempre era o principal, mas fazia parte do conjunto de elementos, junto com as terras, os animais e indivíduos escravizados, que também representavam um montante importante no valor final dos inventários e para finalizar, os bens móveis (o que não significa que devemos descartá-los, muito pelo contrário).

Ainda assim, além de residências, mangueiras, cercas, atafonas, havia também as plantações de frutas e as propriedades em si⁷⁷. No inventário de Francisco Telles de Souza, cujo inventário era bastante robusto, identifica-se uma construção para “moer mandioca”, em Alegrete, em 1861⁷⁸, demonstrando que, apesar do foco na produção de gado, a produção de alimentos ou, ao menos, o processamento destes era comum, dada a

¹ Indica-se APROBATO FILHO, Néilson. *O Couro e o Aço: sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia, final do século XIX/início do século XX*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, USP, 2006; VERGARA, Germán. Bestiario latinoamericano: los animales en la historiografía de América Latina. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 28, n. suppl 1, p. 187-208, 2021.

⁷⁷ As transcrições a seguir são conforme o português do período e retiradas direto da fonte.

⁷⁸ Inventário Post Mortem. Nome: Francisco Telles de Souza, Ano: 1861, Local: Alegrete, Auto 209, Maço 17, Estante 11.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

referência ao moinho de moer mandioca para fabricação de farinha e subprodutos, que iriam alimentar a população. Não fica claro, mas possivelmente era para uso doméstico.

No conjunto de dados do inventário de Gaspar Sousa de Trindade encontra-se uma “morada de casas, parede de pedra, coberta de telha neste campo com arvoredos, currais de madeira arruinados, com uma pequena casa em completa ruína que serve para despejo ou hospede, inclusive o cercado de plantação também arruinado”⁷⁹. Em 1871, esta descrição é interessante indício, tal como a presença constante das pedras e telhas, do arvoredo e das cercas que passaram a representar a ocupação demarcada de diversas propriedades e foram importantes agentes no estabelecimento na região, por exemplo.

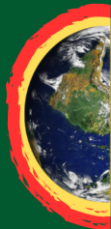
Em outro caso, há o um “estabelecimento de pau a pique no mesmo campo compreendendo uma casa e um galpão coberto de capim e um pequeno cercado de arame que serve para plantação”, no inventário de Vasco José de Abreu Filho, 1881 e na análise de Antonio José Ignacio, em 1891 identificou-se uma propriedade “com um roçado frutífero cercado de pedra e rancho de palha”. Em São Borja, foram avaliados 63 pés de laranjeiras, de Pacífico José da Silva e Luciana Belmonte, 1851⁸⁰ e Constantino de Souza Nunes, em 1860 teve avaliada uma “propriedade com ranchos de palha em mau estado e pequenos, com arvoredo novo que não dá frutos ainda, cercado em pessimo estados e duas mangueiras velhas muito arruinadas”.⁸¹

A relação que se estabelece com o que existe (do ponto de vista do humano, aquilo que nos cerca) nunca é individual ou isolada, e é possível dizer, está até longe da lógica dualista a qual submetemos nosso entendimento do mundo (Latour, 2001). Há um grande desafio ao considerar este aspecto, principalmente em se tratando de um tipo documental e metodológico como o desta pesquisa. Mas é a partir deste cruzamento de informações que podemos dar mais amplitude ao entendimento do cotidiano, conectando os bens de raiz apresentados anteriormente aos bens móveis na categoria de instrumentos de

⁷⁹ Inventário Post Mortem. Nome: Gaspar Sousa de Trindade, Ano: 1871, Local: Alegrete, Auto 315, Maço 24, Estante 65.

⁸⁰ Inventário post mortem: Nome: Pacífico José da Silva e Luciana Belmonte, Local: São Borja, Ano: 1851, Auto 62, Maço 3, Estante, 94.

⁸¹ Inventário post mortem: Nome: Constantino de Souza Nunes, Ano: 1860, Local: São Borja, Auto 137, Maço, 5, Estante 94.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

trabalho, como enxada, machado, picão, martelo, compasso, tacho, plaina, madeira, entre tantos outros e que demonstram este ambiente fronteiro de constante modificação

Comentário Final

Como o objetivo desta breve reflexão foi destacar a existência ou o posicionamento no mundo de diferentes sujeitos, humanos e não humanos, e como estes caracterizaram a fronteira oeste na segunda metade do XIX, considera-se que as fontes trouxeram elementos explicativos que foram fundamentais. Inventários post mortem são sempre muito padronizados. Contudo, foi possível perceber a potencialidade das análises. Há objetos, animais, pessoas, construções, o espaço e a fronteira agindo e tensionando a região.

Considerar o contexto em que a existência fronteira acontecia como um conjunto, ao pensar na proposta de “dehumanize agency and animate nature” (Kim, 2020) foi crucial, considera-se que a agência pode ser sim mais ampla do que a ideia de uma agência humana e que o entorno material, ambiental ou animal, podem ser fatores de análise importantes para considerar a fronteira oeste. Permaneceu o método e a reflexão teórica e se abriu espaço para novas abordagens, ao tratar de uma fonte que tem diversos elementos constituidores, apesar da estruturação padrão da documentação. Identificando os sujeitos, será possível ainda pensar um pouco mais sobre suas atividades socioeconômicas, mas também sobre a importância do espaço (Jerram, 2013, Minuzzi, 2017, 2022), sobre os animais por outros vieses, trabalhar melhor a escravidão na fronteira, dando mais ênfase às experiências cotidianas dos indivíduos privados de liberdade pelo escravismo.

E, para finalizar e possibilitar novas aventuras de pesquisa, considerar que a cultura material tem um importante potencial no entendimento das sociedades e das experiências vividas, que o vestuário da fronteira pode ter sido mais limitado em quesito de disponibilidade de estilos e marcas, mas que as pessoas ainda assim tinham roupas de chita ou de seda, que usavam acessórios que misturavam os elementos da cultura europeia junto do vestuário da lida no campo e que todos estes aspectos caracterizam a experiência do cotidiano fronteiro e possibilitam compreender melhor a cultura material no período.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Percebe-se, também, diferentes possibilidades de análise futura para o tema dos sujeitos e agências, estudos sobre consumo regular, vestuário, alimentação (alimentos e consumo), métodos, materiais construtivos e profissões/instrumentos de trabalho na fronteira.

Referências

ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Mobiliário e utensílios domésticos dos lares campineiros (1850 1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEVOTO, Fernando; MADERO, Marta. *Historia de la vida privada en la Argentina, tomo 2*. Buenos Aires: Taurus, 1999.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 57-72, 2008.

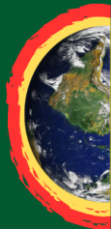
FONTELLA, Leandro Goya. Em se plantando, tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828 - 1860). *História Unisinos*, v. 19, p. 83-94, 2015.

FONTELLA, Leandro Goya. Um rio chamado Uruguai: dinamismo comercial entre a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro e a Região do Prata em meados do século XIX (Notas de Pesquisa). APERS. *XI Mostra de pesquisa: produzindo História a partir de fontes primárias*. V. 1. Porto Alegre: CORAG, p. 181-195, 2013.

FRAGOSO, João Luis. R.; PITZER, Renato R. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla - inventários post mortem. *Revista Arrabalde*, Ano 1, n. 2, set/dez 1988, p. 29-52.

FURTADO, Júnia F. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, p. 93-118, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1981.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

GINZBURG, Carlo. *Indagações sobre Piero: O batismo, o ciclo de Arezzo, a flagelação*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1989.

JERRAM, Leif. "Space: A useless category for historical analysis?" *History and Theory* n. 52, no. 3 p. 400-419, 2013. <http://www.jstor.org/stable/24542993>.

LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos escudos científicos*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. -- Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KIM, Jonggab. The problem of nonhuman agency and bodily intentionality in the Anthropocene. *Neohelicon* 47, p. 9–16 (2020). <https://doi.org/10.1007/s11059-020-00534-1>.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILLER, Daniel. *Material Cultures: Why some things matter*. London: Taylor & Francis e-Library, 2001.

MINUZZI, João Davi Oliveira. *Uma impressão a cada viagem: percepção da natureza do Pampa na visão de viajantes europeus (1818-1858)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

MINUZZI, João Davi Oliveira. Observações sobre a natureza: a experiência de John Luccock pelo Pampa argentino e uruguaio no início do século XIX. *HISTÓRIA UNICAP*, Recife, PE, Brasil, v. 7, n. 14, p. 418–433, 2020. DOI: 10.25247/hu.2020.v7n14.p418-433.

MINUZZI, J. D.; DE SÁ, D. Fronteiras Sul-Americanas. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 39, p. 195-212, 25 jan. 2022.

TOMAZI, Taís Giacomini. *As nuances da civilização: Consumo e cotidiano na fronteira meridional do Brasil, Alegrete (1846 – 1891)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

THOMPSON FLORES, Mariana F. C. O conceito de fronteira na historiografia: antigos debates, temas contemporâneos. In. ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno. *Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo, SP: Intermeios; Brasília: Capes; Rio de Janeiro: GT Fronteiras e Territorialidades, 2019.

Fontes



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Relatos de Viagem

AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Bertold. Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

BAGUET, Alexander. Viagem ao Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul. EDUNISC; Florianópolis: PARAULA, 1997.

CONDE D'EU, Luís Felipe Maria F. G. de O. Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade Federal de São Paulo, 1981.

Inventários:

Inventário Post mortem: Nome: Pacífico José da Silva e Luciana Belmonte, Local: São Borja, Ano: 1851, Auto 62, Maço 3, Estante, 94.

Inventário Post mortem: Nome: Constantino de Souza Nunes, Ano: 1860, Local: São Borja, Auto 137, Maço, 5, Estante 94.

Inventário Post Mortem. Nome: Francisco Telles de Souza, Ano: 1861, Local: Alegrete, Auto 209, Maço 17, Estante 11.

Inventário Post Mortem. Nome: Gaspar Sousa de Trindade, Ano: 1871, Local: Alegrete, Auto 315, Maço 24, Estante 65.

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro na vigência da bolsa CAPES/DS e no PDSE 44/2022/CAPES com estágio no Centre for Privacy Studies, na Universidade de Copenhagen.

Agradeço à minha orientadora, Professora Beatriz Teixeira Weber pelo acompanhamento e suporte no trabalho.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Enchentes históricas no Amazonas: "as águas grandes", cada vez maiores.

Pr. Dr. Leno José Barata Souza
Universidade do Estado do Amazonas

Resumo

O trabalho tem como objeto de investigação algumas enchentes históricas ocorridas no estado do Amazonas. Entende-se por enchentes históricas quando as águas dos rios, em seus ciclos de cheia, sobem a níveis excepcionais. Todavia, essas excepcionalidades dos rios amazônicos, nos últimos doze anos, têm acontecido de forma mais recorrente e impactante no que diz respeito a duração e ao alcance das águas. Aqui, em face da dimensão continental da Bacia Hídrica Amazônica, nos concentraremos no trecho Solimões-Rio Negro que se encontra em frente da cidade de Manaus. Entre as chamadas enchentes históricas, elegemos algumas do século passado como as “águas grandes” de 1922, 1976 e 1953, e as de 2009, 2012 e 2021, as maiores já registradas. Confrontando os respectivos contextos sociais, políticos, econômicos e ambientais de ambos os grupos, propomos as enchentes históricas como um potencial estudo para repensarmos as questões ambientais, bem como para aprimoramos as estratégias de compreensão e enfrentamento das grandes enchentes e ainda como as suas causas e efeitos devem ser cobrados juntos as autoridades civis, políticas e científicas.

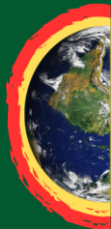
Palavras-chave: Enchentes históricas. Amazonas. História Ambiental

Abstract

The object of investigation is some historical floods that occurred in the state of Amazonas. Historical floods are understood to be when river waters, during their flood cycles, rise to exceptional levels. However, these exceptionalities of the Amazon rivers, in the last twelve years, have occurred in a more recurrent and impactful way in terms of the duration and reach of the waters. Here, given the continental dimension of the Amazon Water Basin, we will focus on the Solimões-Rio Negro stretch that lies in front of the city of Manaus. Among the so called historic floods, we chose some from the last century such as the “big waters” of 1922, 1976 and 1953, and those of 2009, 2012 and 2021, the largest ever recorded. Comparing the respective social, political, economic and environmental contexts of both groups, we propose historical floods as a potential study to rethink environmental issues, as well as to improve strategies for understanding and coping with major floods and their causes and effects must be charged together with civil, political and scientific authorities.

Keywords: Historic floods. Amazon. Environmental History

Introdução



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

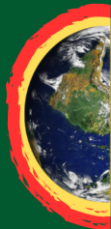
Segundo dados do *World Almanac*, ao longo do século XIX, foram encontradas apenas três grandes inundações que ocasionaram quase um milhão de mortes. Fatalidades que quadruplicaram no século XX (até 1996) provocadas por 82 inundações espetaculares. Se até o fim dos anos de 1950 tais fenômenos ainda não tinham superados a casa dos dois dígitos (por década), no decênio seguinte se elevaram a 16 grandes enchentes (Apud JÚNIOR, 2009).

Segundo dicionário da língua portuguesa, enchentes, inundações e cheias são sinônimos. Segundo terminologia técnica do Ministério das Cidades (BRASIL, 2007b): Enchente ou cheia é a “elevação temporária do nível d’água em um canal de drenagem devido ao aumento da vazão ou descarga”; inundação é “o processo de extravasamento das águas do canal de drenagem para as áreas marginais (planícies de inundação, várzeas, ou leito maior do rio) quando a enchente atinge cota cima do nível máximo da calha principal do rio”; alagamento é o “Acumulo momentâneo de águas em uma dada área, decorrente de deficiência do sistema de drenagem”.

No âmbito desse trabalho, em que pese esses diferentes conceitos de cunho mais científico e técnico, usaremos indistintamente os termos enchente, cheia ou inundação, tal como traz os dicionários e o entendimento de nossas fontes impressas e orais aonde sobressaem o termo “cheia”.

O Brasil, com sua vastíssima rede hidrográfica, contribui de forma significativa para o *boom* dos índices mundiais de grandes enchentes na última metade do século passado. Vide as enchentes extraordinárias no Amazonas (1953), Santa Catarina (1983-1984), Rio de Janeiro (1988), Santos (1995), Rio de Janeiro (1996), Rio Grande do Sul e Acre (1997).

Expoente máximo dessa rede, a Amazônia é a maior hidrobacia do planeta, cobrindo uma superfície aproximada de 6,1 milhões de km², se estendendo por 8 países sul-americanos (FERNANDES, 2016, p. 45-46). Suas águas representam 18% da água doce mundial e, milenarmente seguem o ciclo de cheias e vazantes, regime que os moradores do lugar, sobretudo os ribeirinhos, estão acostumados, adaptando seus modos de viver e pensar a esse regime sazonal, naturalmente conhecido e reconhecido por eles,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

mas, por outro lado, complexo para a grande maioria, a começar pela própria definição das fases de sazonalidade dos rios, cujos ciclos, cheias e vazantes, seguem períodos diferenciados, próprios de uma região continental como a Amazônia, quase 50% do território brasileiro.

Em sendo assim, no âmbito deste texto nos concentraremos na chamada “Região de Manaus” (SOARES, 1963, p. 223)⁸², e na confluência de seus rios: Solimões/Amazonas-Negro que formam o poderoso sistema hídrico da região. Neste ponto dos rios, costumeiramente, o regime das águas tem o ponto médio no mês de maio, ápice da subida das águas, tempo das grandes chuvas. Em seguida, até dezembro, ocorre a vazante, quando às águas recuam em meio ao abrasador verão amazônico.

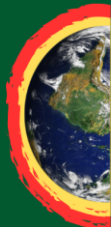
As enchentes amazônicas, menos que um fenômeno natural, para os moradores do lugar animam-se como uma paisagem cultural corriqueira que confere sentido aos seus modos de vida cotidianamente ligados ao rio – suas estradas, locais de pesca, lugares de trabalho, lazeres e eventuais moradias – cujas várzeas, por conta do natural ciclo das águas, têm suas terras humificadas pelos sais minerais trazidos pelas cheias, após o qual se tornam propícias às lavouras e roçados domésticos e comerciais.

Todavia, quando aquele quadro natural é rompido, as cheias deixam seu caráter de normalidade, assumindo formas de fenômenos adjetivados por termos superlativos como grandes, anormais, descomunais, históricas.

Nesses termos nos trazem alguns estudiosos locais como Samuel Benchimol (1977, p. 436) para quem “Grandes cheias: grandes calamidades e grandes misérias” e Arthur Cezar Ferreira Reis que, se reconhece a naturalidade e os benefícios das enchentes sazonais quando as várzeas são humificadas pelos sais minerais trazidos pelas “águas grandes”, alerta também para as destrutivas “cheias anormais” que, quando “passam os limites, destroem plantações, matam o gado, arrasam casas” (REIS, 1967/68, p. 29).

Os discursos, orais, jornalísticos e imagéticos, também jogam outras luzes sobre as famosas e indeléveis enchentes no Amazonas. Para os eventos mais antigos, vejamos

⁸² Ao tempo da grande enchente de 1953 a “Região de Manaus” era formada, além da cidade de Manaus, pelas ilhas do Careiro e Manaquiri no rio Solimões/Amazonas e o Distrito de Airão no rio Negro.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

algumas notícias saídas na imprensa da época. Sobre as “águas grandes” de 1922, o Jornal do Comércio de Manaus notícia que “A enchente phenomenal do rio mar – A de agora é alarmante”, tanto que, dois dias depois, o mesmo periódico carrega ainda mais nas “tintas” do fenômeno da cheia: “O rio continua a encher de maneira vertiginosa, invadindo os pontos do littoral (...) que pouco faltam para cobrir os paredões situados no porto (...) estão completamente alagas as casas das ruas centrais vizinhas ao rio (Negro)”⁸³.

Sobre a grande enchente de 1953 recorreremos tanto a outro Jornal de Manaus, o A Crítica, que sobe ainda mais o tom e as letras: “FASE DRAMÁTICA NA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA”⁸⁴, quanto as reminiscências de antigos moradores do lugar, como as do nosso entrevistado Vivaldo Correa, para quem, aquela incrível e inesquecível cheia representou “(...) uma calamidade, matou muitas plantações no interior (...) desde lá [1953] num endireitou mais não”⁸⁵.

Para com as alagações mais recentes proliferam os registros fotográficos:

⁸³ Jornal do Comércio. Manaus, 04 e 06 de junho de 1922.

⁸⁴ A Crítica. Manaus, 16 de maio de 1953.

⁸⁵ Entrevista. Manaus, outubro de 2008.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



Figura 1: Grande cheia de 2009

Fonte: Memorial dos Povos da Amazônia

Na imagem, podemos observar o registro da superação da enchente histórica de 1953 pela a de 2009 que, ainda continuaria a subir até o final de agosto, quando, normalmente, para de subir no mês de junho. De qualquer forma, a primeira grande cheia do século XXI, como as outras, deixou atrás de si “um rastro de prejuízos, como: morte de animais, destruição das plantações de várzea e destruição de residências” (ALMEIDA; SOUZA, 2010, p. 9).

As águas grandes, cada vez maiores



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

No estado do Amazonas os registros históricos mais antigos das enchentes provem do monitoramento do Porto de Manaus, cujos trabalhos iniciaram em 1902 como parte das funções da concessionária inglesa *Manaos Harbour*.

Partindo das marcações da *Harbour*, podemos observar que as enchentes excepcionais se espalharam do século XX. Ainda que uma forte cheia tenha se abatido sobre Manaus em 1909, a primeira enchente, digna do adjetivo de “grande”, foi a de 1922, quando rio subiu a 29,35 metros. Passaram-se mais de trinta anos para a marca de 1922 ser superada pelas “águas grandes” de 1953 com os seus incríveis 29,66 metros. Depois teríamos que caminhar na linha do tempo até 2009, ou seja, quase sessenta anos para um novo recorde do rio Negro quando suas águas montaram aos 29,77 metros.

Entre a marca de 1953 e 2009, ainda no século XX, outras cheias incomuns e destrutivas também são dignas de nota, como a 1976 (29,61 metros) e 1989 (29,42 metros). De qualquer forma, além da longa duração do recorde de 1953, as chamadas enchentes históricas incidiram de forma bem mais intermitentes ao longo do século passado.

Apenas três anos depois da quebra da marca de 1953, a grande cheia de 2012 com seus 29,97 metros, superaria, com folga de 20 cm, a enchente de 2009. Após 2012, mesmo sem a quebra imediata do recorde, foram ainda registradas outras grandes cheias que figuram entre as dez maiores de todos os tempos: 2014 (29,50 metros), 2015 (29,66 metros) e 2019 (29,42 metros).

Todavia, menos dez anos depois, linha recorde de 2012 seria ultrapassada pela enchente de 2021, cujas “águas grandes”, pela primeira vez na história dos registros oficiais levaram o nível do rio Negro a romper a casa dos 30 metros (30,02, atingida em 16 de junho) representando a maior enchente registrada no estado nos últimos 119 anos, se consolidando, por ora, como a rainha das enchentes históricas.

Nesses termos, se as grandes cheias se espalharam, intermitentemente, ao longo do século XX, com apenas três enchentes entre as dez maiores da história, todas as outras sete, pertencem ao século atual, que mal começou. Assim, nota-se uma incidência cada vez mais concentrada desses fenômenos hídricos, cujas “águas grandes”, de forma mais



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

constante, volumosa e duradoura passaram a situar as cidades amazônicas ao longo das calhas dos rios.

Para melhor clareza e organização dos dados apresentados até aqui, trazemos a imagem seguir:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

MAIORES CHEIAS DO

Portal Amazônia

RIO NEGRO

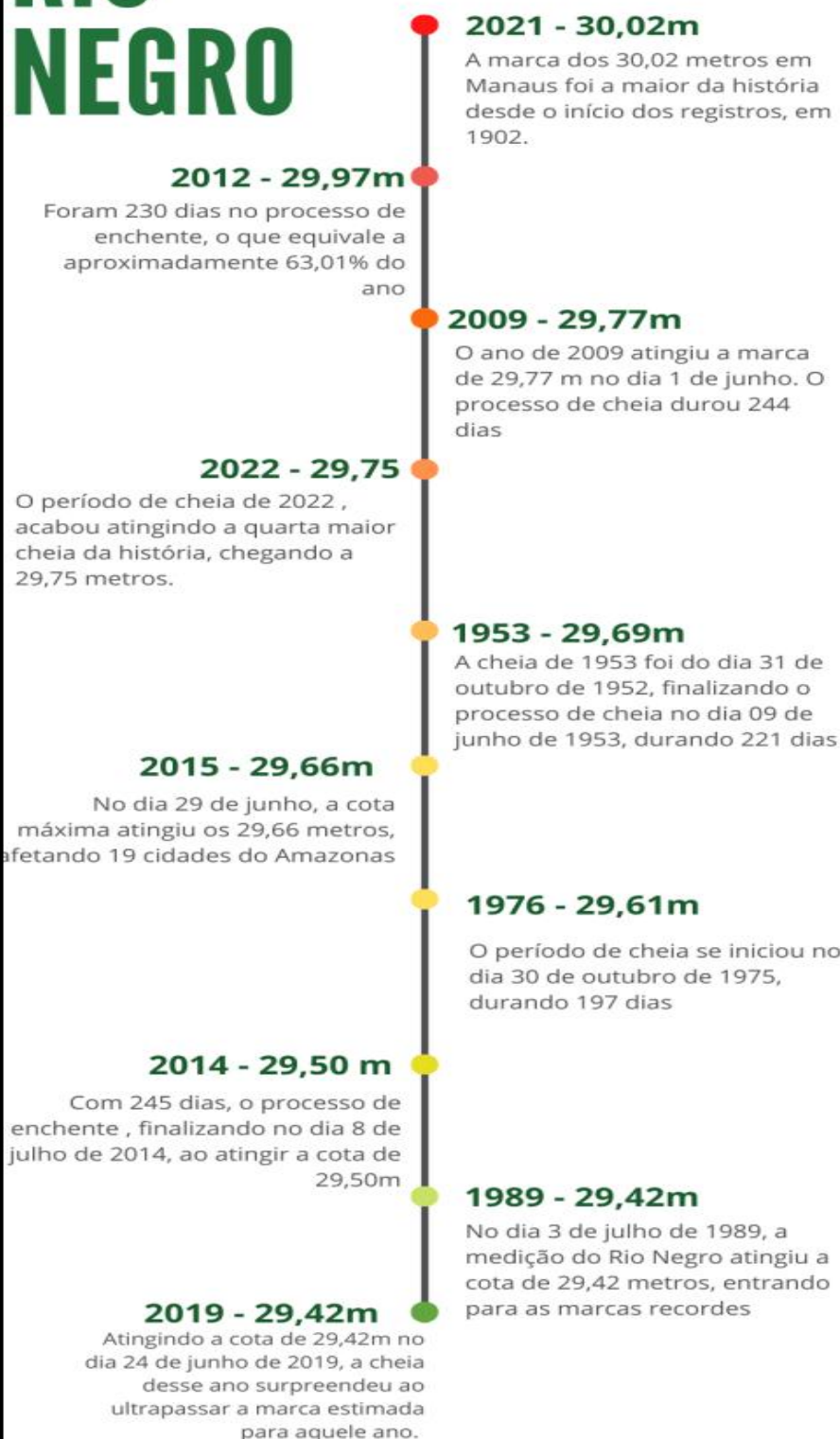




Figura 2: Infográfico das 10 maiores cheias registradas desde 1902

Fonte: Portal Amazônia, 31 de março de 2022

Atentando-se para o infográfico, verifica-se também que, mesmo após a enchente recorde de 2021, o rio Negro, logo no ano seguinte, ainda teve “fôlego” para mais uma grande cheia quando suas águas chegaram aos 29,75 metros, a quarta maior da história, sendo as três primeiras, todas pertencentes ao século XXI, ocorrendo em um espaço de tempo de pouco mais de dez anos.

Para entendermos melhor a excepcionalidade das enchentes históricas, ainda a luz dos números, o pico médio das cheias anuais gira em torno de 27,71 metros; aos 27 metros já surgem algumas alagações; um metro e meio a mais de água (28,5) e precipitam-se os primeiros transtornos para os ribeirinhos; aos 29 metros, segundo técnicos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM-Manaus, ligada ao Serviço Geológico do Brasil)⁸⁶, tem-se a cota de emergência ou “cota de inundação severa”.

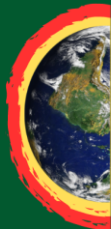
A enchente de 2021 subiu a mais de 1 metro acima do nível crítico e mais de 3 metros além da cota sazonal para as alagações. Ela atingiu a “cota de inundação severa” já em 30 de abril. Apenas em fins de julho essa cota deixou de ser observada, ou seja, Manaus ficou sob o nível de “inundação severa” por mais de noventa dias. Para termos uma ideia, em 2012, essa cota permaneceria por 75 dias (SAH, 2021, p. 22)⁸⁷.

Os números, aritmeticamente, podem parecer pequenos, mas, tomando Manaus como índice, não podemos esquecer que a cidade tem uma altitude máxima de 35 metros e que em sua orla com o rio Negro não passa dos 25 metros (BITTENCOURT, 1953, p. 07). Segundo (FERNANDES, 2016, p. 19), tal condição morfológica da cidade é socialmente agravada durante as grandes enchentes em face da costumeira utilização das faixas marginais como espaço para as mais diferentes construções urbanas:

Partes dos problemas socioeconômicos estão na persistência de habitações construídas no entorno das bacias hidrográficas (...) as

⁸⁶ Órgão também responsável pelo alerta de cheias e orientação da Defesa Civil.

⁸⁷ SAH (Sistema de Alerta Hidrológico do Amazonas), trata-se de um Relatório produzido pelo CPRM-Manaus.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

casas são construídas na orla das bacias abaixo do nível da cota dos 30 (trinta) metros em relação ao nível do mar, níveis esses estipulados pelo Plano Diretor da Cidade como zona técnica de segurança.

Manaus é também “(...) uma cidade fluvial de confluência” (AB’SABER, 1953, p. 20) de dois rios gigantes, o Amazonas e o Negro que, na frente de Manaus, atinge 22 km de largura (AB’SABER, 1987, p. 08) e, ainda, a cidade conta com um total de 19 bacias hídricas que, somadas, totalizam 512,13 km² contra 441,3 km² de área urbana (FERNANDES, 2016, p. 24).

Além do que, a cidade de Manaus, mesmo localizada na bacia do rio Negro, também sofre, permanentemente, os efeitos hídricos do sistema Solimões-Amazonas que são sentidos nas calhas de todos esses rios impactando nos municípios vizinhos como Manacapuru (rio Solimões), Itacoatiara, Careiro e Parintins (rio Amazonas). Em sendo assim, podemos assegurar que qualquer “lâmina” de água acima do costume é o suficiente para o transbordamento das margens urbanas da capital.

Nesses termos, tal raciocínio pode ser também projetada para o interior do estado, haja vista que cidades, povoações e vilas nasceram e permanecem em estreita vizinhança com os grandes caudais como o Madeira, Purus, Juruá, Branco, Japurá, Uaupés, etc.

No mapa abaixo podemos também iluminar esse complexo hidrológico amazônico no qual sobressaem as questões e preocupações com os regimes cíclicos de cheias e vazantes:



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

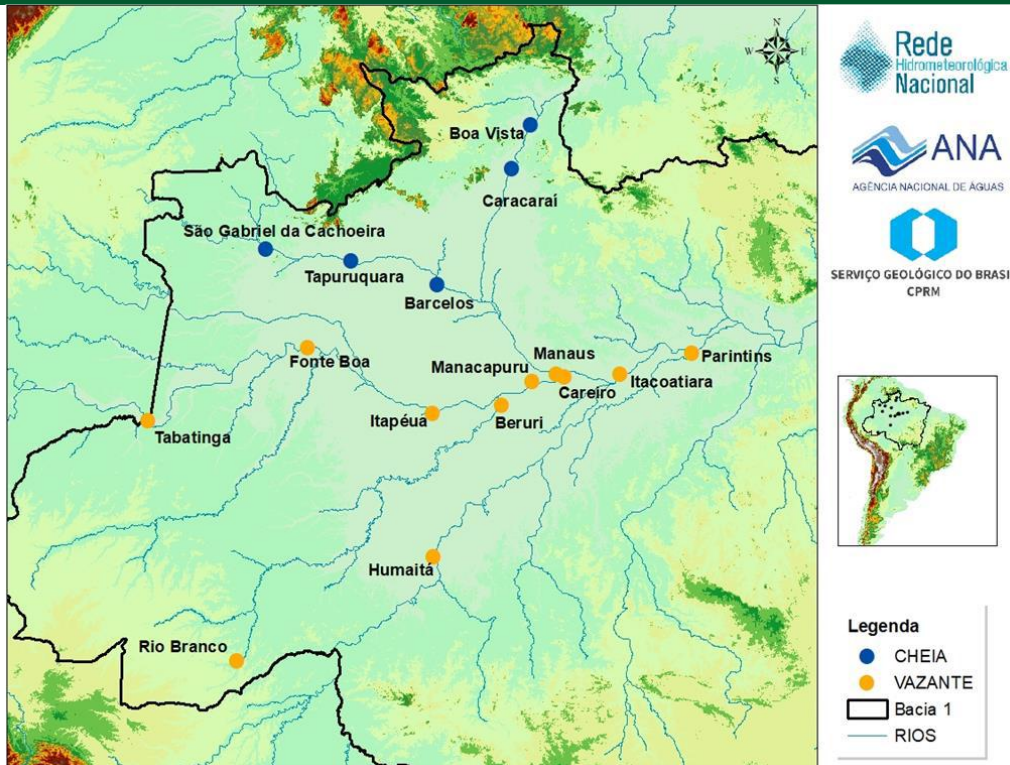


Figura 3: Parte do complexo hidrológico amazônico

Fonte: (SAH, 2021: 24)

Enchentes históricas como uma interface para uma história ambiental amazônica

Além dos números, as enchentes históricas também se fazem sentir, *pari passu* ao alcance de sua destruição, nas pautas jornalísticas e políticas como uma problemática a ser enfrentada pelos governos. Por outro lado, entre os temas acadêmicos, as enchentes históricas são pautas bastante tímidas ainda e, especialmente as ciências humanas, se mostram bem refratárias ao assunto.

Tal situação, dificulta ainda mais, por exemplo, o desenvolvimento e a disseminação de uma história ambiental na região que tradicionalmente pensa e projeta homem e meio separadamente e não organicamente ligados como demonstram os modos de vida amazônicos, intimamente relacionado ao meio natural.

Tal situação, acaba por concentrar os estudos sobre o meio ambiente as áreas das ciências biológicas, médicas, florestais, geológicas, com poucas incursões da geografia, antropologia, geografia e história, pelos menos no Amazonas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Foi somente no século XX que a historiografia se atentou aos fatores ambientais e às suas conexões com a história humana de forma mais sistemática. Sobretudo a partir dos anos sessenta e setenta, a História Ambiental nasceu no bojo de movimentos sociais conservacionistas com fortes colorações políticas.

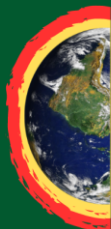
Em seguida, suas pesquisas, textos, termos, temas, questões e discussões passaram a ser reunidos sob um arco epistemológico batizado de História Ambiental que, segundo Mahl e Martinez (2021, p. 107), teria sido utilizada, pela primeira vez, no campo da História, *environmental history*, pelo historiador Roderick Nash no ano de 1972, em artigo publicado na *Pacific Historical Review*.

A epistemologia da História Ambiental não é totalmente nova aos historiadores ela, desde o século XIX, vem, pelas mais variadas nuances, aparecendo como uma interface teórica e conceitual do Materialismo Histórico, do Movimento Francês dos Annales, da Escola Social Inglesa e da Nova História Cultural, influenciando em obras de autores como K. Marx, M. Bloch, L. Febvre, F. Braudel, E. L. Ladorie e E.P. Thompson (LOPES, 2016).

Por outro lado, a novidade é mesmo o alcance e a importância planetária que a temática ambiental, em décadas recentes, atingiu, impondo a ciências humanas novos focos de análise para além de leis condicionantes, cânones teóricos que ditaram as perspectivas no início do século XX (CARDOSO e VAINFAS (orgs.), 2012, p. 206), naturalizando imagens, des-historicizando paisagens e homogeneizando homem e meio natural.

Como toda escrita da História, a História Ambiental também é resultado do seu tempo e, por isso, deve necessariamente possuir objetivos e compromissos políticos, sociais e culturais. Assim, o ambiente natural torna-se passível de ser investigado e problematizado pelas ciências sociais também.

Uma História Ambiental moderna/atualizada contribui ainda para uma repaginação da História/Ciência em suas áreas de escrita, pesquisa e ensino, ganhando institucionalizações curriculares, editoriais, grupos de pesquisa, programas de pós graduações e eventos dos mais variados.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Nestes termos, Donald Worster:

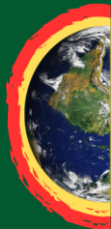
(...) a história ambiental nasceu, portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados (WORSTER, 1991, p. 200).

De tal modo, escapamos das “bolorentas” e superadas discussões sobre determinismos do meio e de estereótipos e pueris romantismos ecológicos de plantão (DRUMMOND, 1991, p. 04). O primeiro pensando as sociedades, sobretudo as desprovidas das tecnologias modernas, completamente subjugadas pelo meio natural; já os “românticos”, ainda buscando uma utópica e edênica natureza, separada e inalcançável pelas ações humanas.

Não pensamos a natureza amazônica apenas em sua essencialidade natural, mas ainda como uma interface cultural e social, portanto histórica, entre sociedade e meio, capaz de agenciar modos de vida, costumes, identidades, símbolos, crenças, educação, economias, políticas públicas, memórias e histórias (BARATA SOUZA, 2023, p. 24-25).

As enchentes tratadas nesse texto, não são históricas apenas pelas seus níveis, números e recordes, mas porque também, esses eventos marcantes desafiam as técnicas e planejamentos urbanos na medida em que reconfiguram e repaginam os espaços públicos, restringem a locomoção de pessoas e mercadorias, movimentam a população atingida, destroem casas, plantações e criações, condicionam os limites citadinos ao nível das “águas grandes”, cada vez mais reclamadas pelos rios.

Também não se trata de observar a dinâmica social somente quando as grandes cheias acontecem, mas ainda de não tratar as enchentes incomuns apenas como fenômenos naturais, adjetivo do qual, aliás, não compartilhamos integralmente em face de uma sociedade global, industrial e cada vez mais agressiva e predatória em relação aos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

biomas do planeta, o que, fatalmente vem, ano após ano, influenciando negativamente no clima, desencadeando e/ou potencializando o aquecimento global, o efeito estufa, o regime das chuvas, o tempo das estiagens, fenômenos climáticos colocados sob o “guarda-chuva” conceitual do “*El Niño*” e “*La Niña*”.

Sobre isso recorreremos, mais uma vez, primeiro ao meteorologista:

Segundo o meteorologista Renato Senna do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), o evento climatológico “*La Niña*” apresenta forte correlação com aumento dos volumes precipitados na região. A partir do segundo semestre de 2020, o índice que caracteriza o evento (*Oceanic Niño Index, ONI*) sobre a região denominada Nino 3.4 começou a dar indícios de seu estabelecimento (SAH, 2021, p. 16).

Agora ao geógrafo:

Em 2016 a cheia excepcional não ocorreu, entendemos que o motivo pelo qual não tivemos esse tipo de evento extremo deve ser creditado ao estabelecimento do fenômeno *El Niño* que se instalou nos três últimos meses do ano de 2015 e prolongou-se aos três primeiros meses de 2016 (FERNANDES, 2016, p. 79).

Se tais fenômenos forem pensados meramente como “naturais”, corre-se o risco de se retirar da sociedade suas forças de ações (sociais, políticas e econômicas) que também são responsáveis pelos excepcionais eventos da natureza como as grandes enchentes que, a certo ponto, sobretudo para a classe dirigente, parecem ser obra exclusiva do sobrenatural, de uma “providencia divina” ou da “fúria dos céus”⁸⁸, retirando das sociedades suas dinâmicas históricas diante do complexo e interligado sistema-mundo ambiental.

Conclusão

⁸⁸ Autoridades do Rio de Janeiro por conta das famosas “águas de março” que castigaram o estado há poucos anos, apontaram “São Pedro como culpado!”. Não muito diferente foram as justificativas de alguns políticos gaúchos diante da enchente excepcional do Guaíba esse ano (2024), maior tragédia climática do estado.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Assim foi que o evento único de 2021 acabou por reanimar histórias e afrontar uma memória, pessoal e coletiva, sobre as enchentes históricas no estado, nos servindo como um ponto de partida, um farol para iluminarmos dois desses momentos espetaculares eventos: um passado bem mais recente que respondem pelas incríveis cheias de 2009, 2012 e 2021 (as maiores já registradas e, mais funda no tempo, as grandes enchentes do século passado, 1922, 1953 e 1978).

Essas “águas grandes” incomuns foram iluminadas aqui tanto pelos seus excepcionais números e marcações, como por seus motes de histórias e memórias fortemente presentes e atuante na sociedade local, sobretudo a ribeirinha, os mais impactados por tais fenômenos naturais, mas também de responsabilidade humana.

Investigar sobre as enchentes históricas no Amazonas se apresenta também como uma oportunidade de aprofundarmos as reflexões voltadas para uma história ambiental amazônica enquanto uma problemática cultural, social, política e econômica, portanto histórica e das mais urgentes para a sociedade-mundo, ainda mais em termos de Amazônia, maior celeiro de água doce do planeta.

Essas enchentes anormais impeliram perdas das mais variadas ordens (humanas, sociais, financeiras), puseram a prova políticas urbanas oficiais, fomentaram novos discursos e estudos sobre a ocupação, utilização e orientação dos espaços citadinos, sobretudo marginal/várzeas, produzindo novas histórias e memórias das cidades, se impondo também como problemática histórica e socioambiental.

Temas e problemas estes, pelos quais as nossas discussões se movem desde as pesquisas de doutorado (BARATA SOUZA, 2010) e, mais recentemente, também nos ajudou a repensar e ampliar as questões ambientais amazônicas (BARATA SOUZA, 2023).

Finalmente, observávamos as “águas grandes” como um promissor veio de estudos socioambientais capazes de refletir sobre as causas recorrentes das grandes alagações, cujos efeitos veem comprometendo, cada vez mais, a circulação de pessoas e mercadorias, submergindo projetos oficiais de prevenção e contenção, evidenciando as



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

faltas e falhas dos governos, se impondo como tema e problema histórico, das mais nervosas e urgentes, nas pautas políticas, acadêmicas e científicas.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. A Cidade de Manaus (primeiros estudos). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 15, p. 18-45, out. 1953.

_____. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, vol. 1, São Paulo, n.1, p. 07-30, 1987.

ALMEIDA, Regina Araújo de; SOUZA, José Camilo Ramos de. Vazante e enchente na Amazônia brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos. **II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física**, Coimbra, p. 01-10, maio 2010.

BARATA SOUZA, Leno José. **Cidade Flutuante uma Manaus sobre as águas: culturas, memórias e histórias fluídas**. Curitiba: CRV, 2023.

_____. **Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas (1920-1967)**. Tese de Doutorado: PUC/SP, 2010.

BITTENCOURT, A. As enchentes do rio Amazonas. **Boletim da ACA**, Manaus, n.144, 1953.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Mapeamentos de riscos em encostas e margens de rios**. Brasília, Ministério das Cidades, 2007b.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. Sistema de Alerta Hidrológico do Amazonas. **Relatório Técnico de Operação do Ano de 2021**. Manaus: CPRM, 2021.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

DRUMMOND, J.A. A história ambiental: temas, fontes e linhas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 184-198, 1991.

FERNANDES, V. Reis. **Impactos socioambientais causados pelas cheias excepcionais do rio Negro em Manaus ocorridas entre 1950 A 2015**. Dissertação de Mestrado: UFAM-AM, 2016.

JORNAL A CRÍTICA. Manaus, **Cadernos** de 1953.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, **Cadernos** de 1922.

JÚNIOR, R.C.P. **Inundações**. Rio Grande do Sul: Departamento. de Geodésia, 2009.

LOPES, A. R. S. Interfaces e possibilidades entre Materialismo Histórico e História Ambiental: as contribuições de Edward P. Thompson. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**, Goiás, v.7, n.1, p.131-145, 2016.

MAHL, M. L. e MARTINEZ P. H. História ambiental: entre o passado e o futuro, **Nova Revista Amazônica**, Bragança, v. ix, n. 03, p. 105-116, 2021.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O mundo amazônico: terra, floresta, água e ar. **Cadernos de Arquitetura Brasileira**, Amazonas, n° 1, p. 26-47, 1967/68.

SILVA, Moacyr Paixão E. **Sobre uma geografia social da Amazônia**. Manaus: DEIP, 1943.

SILVA, F. T. da. História das paisagens. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.

SOARES, Lúcio de Castro. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Um *tapuitinga* na Amazônia: migrações jesuíticas e plantas amazônicas nos
“Aditamentos” do padre Eckart (1753-1785)

Maurício José Quaresma Silva

Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

mauriciosilva1881@gmail.com

Resumo

Durante os séculos XVII e XVIII, os padres jesuítas não apenas estabeleceram aldeias missionárias nas margens dos rios amazônicos, buscando a conversão de almas para Deus e a submissão de vassalos ao rei, mas também participaram da exploração de plantas amazônicas por meio da agricultura e do extrativismo. Além disso, esses religiosos elaboraram relatos de viagem com descrições acerca dos elementos da natureza, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico sobre a região amazônica. Nesse contexto, o padre alemão Anselm Eckart (1721-1809) realizou migrações globais e locais, tanto na Europa quanto na Amazônia, voltadas para o trabalho religioso nas missões jesuíticas do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757. Eckart também registrou suas percepções acerca da fauna, da flora, do clima, da hidrografia e da paisagem do Vale Amazônico. Portanto, este trabalho analisa, sob a perspectiva da História Ambiental, os usos e as representações das plantas amazônicas nos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” (1785), do padre Eckart, destacando como essas descrições refletem as interações entre os seres humanos e o meio ambiente no contexto da atuação jesuítica na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia colonial. Plantas amazônicas. Relatos de viagem.

Abstract



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

During the 17th and 18th centuries, Jesuit priests not only established missionary villages on the banks of the Amazon rivers, seeking to convert souls to God and make vassals submit to the king, but also took part in the exploitation of Amazon plants through agriculture and extractivism. In addition, these religious wrote travel reports with descriptions of the elements of nature, contributing to the development of scientific knowledge about the Amazon region. In this context, the German priest Anselm Eckart (1721-1809) undertook global and local migrations, both in Europe and in the Amazon, focusing on religious work in the Jesuit missions in the state of Grão-Pará and Maranhão between 1753 and 1757. Eckart also recorded his perceptions of the fauna, flora, climate, hydrography and landscape of the Amazon Valley. Therefore, this paper analyzes, from the perspective of Environmental History, the uses and representations of Amazon plants in Father Eckart's "Aditamentos à descrição das terras do Brasil" (1785), highlighting how these descriptions reflect the interactions between human beings and the environment in the context of Jesuit activity in the Amazon.

Keywords: Colonial amazon. Amazon plants. Travel reports.

Introdução

Ao longo do século XVIII, as Coroas ibéricas realizaram uma série de discussões diplomáticas acerca de suas fronteiras ultramarinas na América. Em 1750, Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Madri, que estabeleceu as diretrizes para a política de demarcação e ocupação das possessões espanhola e portuguesa na América ibérica. As monarquias ibéricas utilizaram, por exemplo, o princípio da posse de terra, conhecido como *uti possidetis*⁸⁹, e as "fronteiras naturais" – lagos, montanhas e rios – como referências para a definição dos limites territoriais na região. Além disso,

⁸⁹ Para mais informações acerca da aplicação do princípio da posse de terra, chamado *uti possidetis*, na América ibérica, ver: FERREIRA NETO, Lael. **A doutrina do Uti Possidetis na tradição ibérica: a política externa expansionista do Marquês de Pombal.** 2019. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

administradores, entre eles governadores, secretários, ouvidores e demais oficiais da Coroa; homens de ciência, como astrônomos, cirurgiões, desenhadores, engenheiros e médicos; e missionários, entre eles bispos e padres da Igreja Católica, foram designados para as missões da Comissão Demarcadora de Limites. Esses agentes demarcadores também produziram inúmeros relatos de viagem com descrições sobre os elementos da natureza, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico acerca da Amazônia colonial (Reis, 1948; Cortesão, 1984; Kettle, 2018).

Durante os séculos XVII e XVIII, os padres jesuítas desempenharam um papel fundamental na expansão da fé católica e na colonização dos territórios americanos. No Vale Amazônico, esses missionários atuaram não só na evangelização das populações indígenas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, como também na exploração de recursos naturais, especialmente as plantas, e na construção do saber científico sobre o meio ambiente. O padre *tapuitinga* Anselm Eckart (1721-1809) foi um desses missionários, registrando suas impressões acerca da fauna, da flora, do clima, da hidrografia e da paisagem amazônica em seus “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” (1785). Portanto, este artigo analisa, sob a perspectiva da História Ambiental, as migrações jesuíticas e suas interações com a natureza, com destaque para os usos e as representações das plantas amazônicas, como a pepúnha, a pindóva, a ibirapinima e o timbó. Dessa forma, buscaremos compreender como o conhecimento sobre a flora amazônica foi articulado no contexto missionário e quais foram suas implicações para as relações entre sociedade e natureza na Amazônia colonial.

1 - Entre migrações globais e locais: Anselm Eckart e a flora amazônica

Anselm Franz Dominik Eckart nasceu em 04 de agosto de 1721, na cidade de Bingen, localizada no vale do Reno. Era filho de Francisco Eckart, conselheiro do eleitor-arcebispo, e de Maria Eckart, pertencendo a uma família abastada e politicamente influente no Eleitorado da Mogúncia (Mainz), um dos principados do Sacro Império Romano-Germânico. No dia 12 de julho de 1740, Eckart ingressou na Companhia de Jesus, realizando o noviciado entre 1740 e 1742. Também estudou gramática em

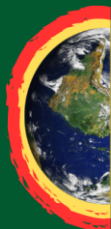


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Mannheim e poesia e música em Heidelberg. Entre os anos de 1749 e 1752, Anselm Eckart frequentou a faculdade de teologia e moral no colégio jesuíta em Mainz e estudou língua portuguesa em Überfort. Em 1751, foi ordenado sacerdote e, no ano seguinte, seguiu para Lisboa, com destino final nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão (Arenz, 2019; Leite, 1949).

Mas como Eckart foi escolhido para atuar nas missões religiosas da Amazônia colonial? Entre 1739 e 1755, o padre austríaco Roque Hundertpfundt (1709-1777) trabalhou em aldeias missionárias na Amazônia e mantinha correspondências com a rainha de Portugal, D. Maria Ana (1683-1754), informando-a acerca do trabalho missionário no Vale Amazônico. Além dele, a rainha de Portugal mantinha contato com outros membros da Companhia de Jesus que atuavam na região, como os padres Francisco Wolf (1707-1767) e Gabriel Malagrida (1689-1761), que também enviavam cartas sobre as missões religiosas no Estado do Grão-Pará e Maranhão. No ano de 1749, Hundertpfundt foi a Lisboa como procurador da Vice-Província do Maranhão e Pará e, uma vez em Portugal, solicitou o envio de novos padres alemães para a região amazônica (Arenz; Prudente, 2019).

A relação do padre Hundertpfundt com D. Maria Ana foi determinante para a vinda de missionários jesuítas da Assistência Germânica da Companhia de Jesus. Em 1750, Hundertpfundt retornou ao Vale Amazônico, trazendo consigo os padres Lourenço Kaulen (1716-1799) e Antonio Meisterburg (1719-1799). No ano de 1753, chegaram mais seis padres alemães, incluindo Anselm Eckart (Arenz; Prudente, 2019). Esses religiosos passaram a atuar em aldeias missionárias nas capitanias do Pará e do Maranhão, especialmente em localidades ao longo dos rios Madeira e Xingu (Figura 1). Em seus “Aditamentos”, Eckart registra, além de sua convivência com os indígenas, suas experiências com os animais, os rios e, principalmente, as plantas que encontrou na floresta amazônica.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações



MAPA DO PERCURSO MISSIONÁRIO DE ANSELM ECKART NA AMAZÔNIA
(1753-1757)



LEGENDA

9°W

5°W



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Edição virtual

Anais do Evento

Trabalhos Completos e Resumos Expandidos

Organizadores
Alfredo Ricardo Silva Lopes
Eunice Sueli Nodari
Samira Peruchi Moretto
Marcos Gerdhart



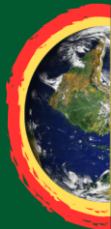
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O percurso descrito nos relatos de viagem de Eckart foi fundamental para a criação de um mapa detalhado de sua trajetória missionária na Amazônia portuguesa entre 1753 e 1757. Nos “Aditamentos”, o padre Eckart fornece informações históricas e geográficas que permitiram identificar as cidades e aldeias por onde passou em sua missão religiosa. Eckart também documenta cada etapa de sua jornada, desde a saída de Lisboa até sua deportação para Portugal, descrevendo os pontos de parada e os rios navegados. Portanto, a análise dos relatos de viagem de Anselm Eckart viabilizou a construção de um mapa inédito e historicamente relevante de sua atuação missionária na região amazônica.

Conforme Tiago Oliveira (2014, p. 153), os mapas digitais “ampliam as possibilidades de manipular dados, associá-los e espacializá-los, e seu uso nas universidades norte-americanas criou não apenas as chamadas *humanidades espaciais*, mas também um campo de pesquisa denominado de *história espacial*”. No Brasil, o uso de ferramentas como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) contribuiu para o avanço da Cartografia Histórica, permitindo a criação ou atualização de mapas das conquistas coloniais portuguesas na América. Contudo, Oliveira argumenta que o “que fazem os ‘historiadores espaciais’ ao produzir imagens não é produzir conhecimento histórico, mas produzir sistematização de informações históricas por meio de imagens” (Oliveira, 2014, p. 155).

Apesar de o uso de tecnologias e metodologias de coleta e espacialização de dados não substituir o conhecimento histórico, os mapas oferecem recursos importantes para o estudo da colonização da América, pois podem: 1) imprimir sentidos e movimentos ao mundo; 2) possuir um discurso retórico expressivo das relações de poder; e 3) carregar indícios de relações sociais desenvolvidas em um determinado espaço (Oliveira, 2014). Por isso, utilizamos o mapa da trajetória missionária de Eckart, reconhecendo que, como produto derivado da análise de seus relatos de viagem, essa fonte cartográfica enriquece a compreensão do período colonial, especialmente na Amazônia.

Durante esse período, as sociedades indígenas “reconheciam diferenças entre os missionários portugueses e os não lusitanos, chamando estes últimos de tapuitinga, que



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

em Língua Geral significa ‘bárbaro branco’” (Arenz; Prudente, 2019, p. 39). Em sua carta, o padre húngaro David Fáy (1722-1767) explica que

Tapui significa bárbaro; por isso se alguém dá o nome ao povo daqui, não gostam, embora eles nos dêem o mesmo nome a nós outros que somos brancos, mas não lusitanos: mas acrescentam ao nome a palavra tinga, que significa branco, donde Tapuíringa [sic], isto é, bárbaro branco. Aos lusitanos chamam, mais honestamente, de caraíbas, o que também significa branco, mas a palavra tem origem mais elevada, pois vem de caraíbebé, que significa anjo. No entanto gostam mais de nós e sabem distinguir entre nós e os lusitanos. Um índio veio ao Maranhão, da aldeia de Pindaré; estando todos nós no quarto do P. João Szluha, veio ter conosco, abraçou-nos disse a cada um de nós: Taputinga Katu, Tapuitinga Katu, isto é: o bárbaro branco é bom, o bárbaro branco é bom, rindo e pulando de alegria (Fáy, 1753 *apud* Rónai, 1942, p. 268-269).

A citação anterior acerca dos termos utilizados pelos ameríndios para designar jesuítas portugueses e não lusitanos é importante para a análise das percepções culturais e das interações entre diferentes grupos étnicos na região. Inicialmente, observam-se os termos “Tapui” e “Tapuíringa”, que significam “bárbaro” e “bárbaro branco”, sendo utilizados para identificar indígenas e padres alemães, respectivamente. Em contraste, o termo “Caraíba”, que significa “branco”, era reservado para se referir aos portugueses. Por fim, nota-se uma preferência entre as populações indígenas pelos missionários não lusitanos, chamados de “Tapuitinga Katu”, que significa “o bárbaro branco é bom”. Esse trecho da carta de David Fáy possibilita uma reflexão sobre a complexidade das relações sociais estabelecidas na região.

Por outro lado, os representantes da Coroa utilizaram politicamente essas distinções entre os padres caraíbas e tapuitingas para questionar a confiabilidade e a lealdade dos jesuítas alemães em relação às reformas pombalinas de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), no início do governo de D. José I (1714-1777). Entre os anos de 1750 e 1757, os missionários não apenas “aprenderam a Língua Geral, através de vocabulários, gramáticas e catecismos jesuíticos, mas também eles mesmos produziram dicionários, em forma manuscrita, desta língua indígena amplamente difundida e empregada na colônia” (Arenz; Prudente, p. 39). Em 16 de julho de 1753, o padre Eckart partiu para São Luís do Maranhão e, em setembro do mesmo ano, seguiu com o padre



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Malagrida para a aldeia de Pirauri, localizada às margens do rio Xingu, onde iniciou seu aprendizado da língua geral com o missionário local (Arenz, 2019; Schefer, 2014).

Em seus “Aditamentos”, Eckart menciona o mapa da região elaborado pelo padre húngaro João Szluka (1723-1803), que detalhava a localização geográfica de casas, missões e rios no Estado do Grão-Pará e Maranhão. De acordo com Anselm Eckart (1785, p. 459-460 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 58-59), “ele era muito exato e de acordo com as mais recentes observações até aquela época. No ano de 1754, ao encontrar-me na missão de Abacaxis, no rio Madeira, fiz uma cópia desse mapa e mandei-o para a Alemanha junto com uma carta pormenorizada. Mas não sei onde ele foi parar” (Figura 2). Esse trecho dos relatos de Eckart sugere que, além dos homens de ciência contratados pelas Coroas ibéricas, os missionários também desempenharam um papel significativo na produção de representações cartográficas da Amazônia.

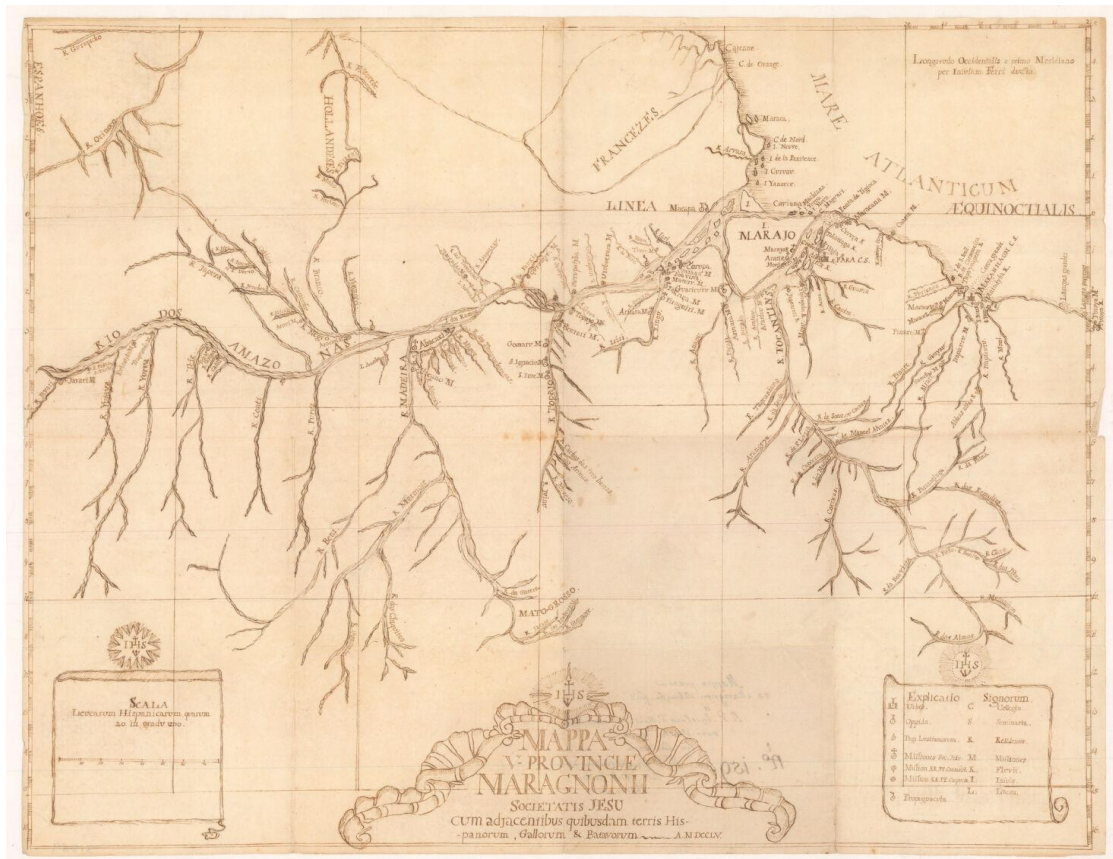




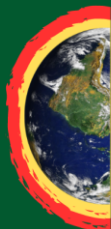
Figura 2: Mappa V - Provinciae Maragnonii Societatis Jesu cum adjacentibus quibusdam terris Hispanorum, Gallorum & Batavorum.

Fonte: MacLean Collection Map Library (2022).

A imagem acima apresenta uma cópia do mapa produzido por João Szluka, originalmente elaborado e perdido pelo padre Eckart em meados do século XVIII, mas posteriormente localizado na MacLean Collection Map Library. Esse mapa representa o curso do rio Amazonas e seus afluentes, além da localização das missões jesuíticas na Amazônia, com anotações em latim. O título do mapa aparece em inglês, acompanhado de símbolos que remetem à Companhia de Jesus, entre eles as conchas sob a estrela jesuíta e o “IHS”, um cristograma que simboliza o nome de Jesus. Na legenda, utilizam-se ícones para identificar cidades, assentamentos, vilas e missões, com letras maiúsculas para marcar faculdades, residências, seminários, entre outros. Essa representação cartográfica não só reflete a expansão do cristianismo, como também destaca o papel dos jesuítas nos esforços de mapeamento do Estado do Grão-Pará e Maranhão⁹⁰.

Em seguida, Eckart menciona três missões específicas da Companhia de Jesus: Aricarará, Itacuruça e Pirauiri. Anselm Eckart também discorre acerca da densidade populacional e o registro de óbitos na aldeia de Pirauiri, onde uma epidemia de sarampo, entre 1747 e 1748, elevou a taxa de mortalidade infantil. Além disso, Eckart descreve uma fruta amazônica consumida na região: a pepúnha, sobre a qual observa que “a Pepúnha tem o formato e também o tamanho de uma maçã pequena. Pareceu-me um tanto farinhenta e seca, embora o padre português com quem eu morei por meio ano na missão de Piraguiri gostasse muito dela” (Eckart, 1785, p. 538 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 96).

⁹⁰ Para mais informações sobre a contribuição jesuítica para a elaboração de representações cartográficas da Amazônia colonial, ver: ALTIC, Mirela. *Missionary Cartography of the Amazon after the Treaty of Madrid (1750): The Jesuit Contribution to the Demarcation of Imperial Frontiers*. *Terrae incognitae*, v. 46, n. 2, p. 69-85, 2014.



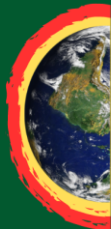
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O relato acerca da pepúnha revela uma distinção de paladar entre os missionários. Embora o padre alemão considerasse a fruta farinhenta e seca, ele destaca que o padre português apreciava seu sabor, o que reflete as diferenças culturais entre os jesuítas. Segundo Eduardo Neves (2006), a arqueologia reconhece a Amazônia, além da Mesoamérica e dos Andes, como um dos principais centros de domesticação das plantas, sendo a pepúnha – mencionada pelo padre Eckart – uma espécie particularmente importante na região do rio Madeira. Esse trecho dos “Aditamentos” mostra a relevância da pepúnha na alimentação colonial.

Ademais, Eckart comenta sobre a distância entre as missões ao longo do extenso rio Xingu e suas interações com as nações indígenas Ariquena, Baré e Juruna. Anselm Eckart também registra suas impressões acerca da fauna e da flora locais, como o pirarucu, a tartaruga, o cacau, a cana, o cravo e a mandioca (Porro, 2011; Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013). Posteriormente, os padres Eckart e Malagrida seguiram para a aldeia de Abacaxis, às margens do rio Madeira, onde permaneceram entre os anos de 1754 e 1755. Nos “Aditamentos”, Eckart menciona uma palmeira chamada pindóva, cujas folhas eram amplamente utilizadas na construção de casas e igrejas jesuíticas na aldeia de Abacaxis, ressaltando que

ainda em minha época, a maioria das igrejas e casas dos padres era coberta de folhas de Pindóva nas missões dos jesuítas. Apenas em 2 lugares, Guaricurú e Aricará, eram cobertas com telhas. As folhas de pindóva são estreitas e muito compridas e crescem para cima em linha reta recobrimdo a estepe. Para servir ao revestimento das casas, as folhas são soltas e estiradas de ambos os lados, de modo a parecerem pequenas lanças. Numa estipe há poucas folhas, apenas 5 ou 6 de um lado e bem separadas uma da outra, de modo que o espaço entre elas é de um palmo e meio. Por esta razão muitas estipes devem ser colocadas uma em cima da outra para que as folhas cubram a casa; elas são verdes inicialmente, tomando depois a cor clara. Quando estive na missão de Abacaxis, a casa da missão foi coberta em um dia. Trabalhavam 50 a 60 índios (Eckart, 1785, p. 498-499 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 75-76).

A descrição do padre Eckart sobre a cobertura das residências na aldeia de Abacaxis contribui para a discussão acerca da importância das folhas de pindóva, bem como do conhecimento e da mão de obra indígena no Vale Amazônico. Primeiramente, Eckart detalha as características da planta, entre elas o tamanho e a quantidade de folhas,



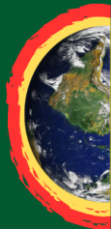
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

e descreve processo de preparação das folhas de pindóva para a construção de casas e igrejas jesuíticas. Anselm Eckart também observa que a cor das folhas muda com o tempo, possivelmente devido à decomposição da clorofila causada pela exposição à luz, temperatura e umidade. Além disso, Eckart menciona o número de ameríndios envolvidos na tarefa de cobertura das residências na aldeia, o que revela a dependência dos jesuítas não apenas dessa espécie de palmeira, mas também do conhecimento técnico e do trabalho indígena para viverem e realizarem seus cultos, protegidos das intempéries.

Em geral, construções de pedra e telha eram raras nas missões da região. O padre Eckart observa que “uma parede de pedra é coisa rara nas aldeias. Nas missões jesuítas, apenas a casa do padre em Caeté era construída de pedra. Em Pará, as pedras para as igrejas são trazidas, parcialmente trabalhadas, de Portugal, a altos custos” (Eckart, 1785, p. 499 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 76). Décio Gúzman (2015, p. 10) acrescenta que “a cobertura das casas mais frequente em Belém na segunda metade do século XVII era a ‘palha de pindoba’ ou as ‘palmas de umbussu ou ubussu’”. O Colégio de Santo Alexandre, situado próximo à baía do Guajará, utilizou telhas devido à umidade da região; contudo, estas foram posteriormente substituídas por folhas de pindóva em virtude do clima úmido. A partir de 1670, materiais vegetais começaram a ser substituídos por telhas, pedras e cal, buscando-se maior durabilidade (Gúzman, 2015).

Posteriormente, Eckart foi transferido para a aldeia de Trocano, às margens do rio Madeira, onde desenvolveu relações conflituosas com Mendonça Furtado, irmão do futuro Marquês de Pombal. A disputa pelo poder temporal sobre as aldeias foi um dos fatores que contribuíram para a expulsão de Anselm Eckart e de outros missionários alemães da Assistência Germânica da Companhia de Jesus do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1757. Eckart relata que, na aldeia de Trocano, as principais nações indígenas eram os Baré, Pama, Torá e Ariquena, e descreve aspectos dos Ariquena, como as orelhas alongadas, consideradas pouco atraentes pelo missionário (Porro, 2011; Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013).

Ademais, o padre Eckart menciona as cachoeiras e os penhascos ao longo do rio Madeira, que dificultavam a navegação em direção às minas de ouro no Mato Grosso



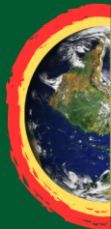
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

(Porro, 2011; Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013). Nesse contexto, o conhecimento indígena foi fundamental para viabilizar a colonização portuguesa em um ambiente fluvial como o da Amazônia. De acordo com Ângela Domingues (1991, p. 79), “a cachoeira e, sobretudo, as grandes cascatas, marcaram a linha de separação entre o conhecido e o ignorado, delinearão o fim de um território, a existência de uma barreira que era simultaneamente uma fronteira”. Eckart também menciona esses desafios e a necessidade de trocar embarcações para superar as dificuldades da navegação no rio Madeira, onde ele observa

um caminho perigoso, devido aos penhascos e cachoeiras que todos os barcos que se dirigiam a Mato Grosso tinham de usar. Em alguns lugares tal caminho é tão estreito que um barco um pouco mais largo que o comum não passa. Por essa razão os mineiros mandam construir um tipo especial de embarcação, que é muito comprida e ao mesmo tempo muito estreita, de modo que um caixote um pouco maior tinha que ser carregado no sentido do comprimento. Tais barcos são chamados Ubaá pelos índios (Eckart, 1785, p. 474-475 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 65-66).

O trecho anterior acerca das dificuldades da navegação no rio Madeira evidencia a necessidade de adaptação dos equipamentos e rotas fluviais às características específicas do rio. O caminho até o Mato Grosso era particularmente perigoso devido à sua estreiteza, bem como à presença de cachoeiras e penhascos, que representavam obstáculos consideráveis para os navegadores. Apesar de Anselm Eckart não mencionar diretamente a vegetação densa ao longo das margens dos rios, é provável que essa também tenha sido uma dificuldade enfrentada pelos viajantes. Como resultado, os garimpeiros que frequentavam a região das minas de ouro abandonaram os barcos largos, encomendando embarcações mais estreitas e compridas, conhecidas pelos indígenas como ubás, para navegarem com maior segurança pelo rio Madeira. Esse relato dos “Aditamentos” de Eckart contribui para entender a influência do conhecimento indígena na adaptação das embarcações, tornando-as mais adequadas ao ambiente amazônico.

Além disso, o padre Eckart registra o transporte de uma rede de pesca da vila de Vigia, enviada do Pará em direção a Mato Grosso, e descreve como as sociedades indígenas utilizavam flechas e varas para pescar, enquanto os pescadores europeus, ligados ao governador Mendonça Furtado, preferiam redes convencionais para a captura



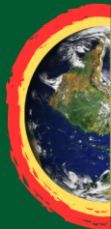
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

de peixes nas águas do rio Negro. Em seus “Aditamentos”, Eckart relata que o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão presenteou o juiz de fora português da aldeia de Mariuá, situada às margens do rio Negro, com uma rede de dormir, fortalecendo vínculos políticos (Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013). Essas trocas entre os membros da Igreja Católica, incluindo Anselm Eckart, e outros personagens históricos, como demarcadores, ameríndios, militares e oficiais da Coroa, demonstram o fluxo de informações, presentes e utensílios pelos rios do Vale Amazônico, consolidando laços de cooperação e aliança.

Ademais, a elevação da aldeia de Trocano ao status de vila pombalina, renomeada como Borba, a Nova, nas margens do rio Madeira, visava prover um local com abastecimento para apoiar os garimpeiros que viajavam até as minas de Mato Grosso. Nos “Aditamentos”, Eckart observa que, rio Madeira abaixo, ao longo da rota que levava ao rio Negro, havia missões administradas pelos padres mercedários, conhecidas pela presença de uma madeira rara e preciosa. Em sua “Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão” (2010), João Filipe Bettendorff (2010, p. 36) menciona brevemente o “precioso pau de Ibirapinima”. O padre Eckart, por sua vez, enfatiza que

ela é muito pesada, como em geral a madeira brasileira, e na língua do país é chamada ybýrá piníma, ou seja, madeira malhada, manchada e de várias cores, pois além das cores preta e vermelha, nela também transparece o amarelo. [...] Esta madeira é muito rara e é comprada a altos preços para cadeiras e poltronas. Em Trocano, tive a oportunidade de comprar dois belos e compridos madeiros que pensei enviar para a Alemanha, ou então, quando os portugueses dispensaram os serviços dos estrangeiros, levá-los comigo; mas em 1758, em Portugal, na residência de Sanfins, induziram-me a dar um desses madeiros a um Juiz de Fora da província local de entre Douro e Minho. No ano seguinte, na primeira noite na prisão de Almeida, tiraram-me o outro da maneira mais brutal, junto com muitas outras coisas (Eckart, 1785, p. 477-478 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 66-67).

A referência anterior à madeira amazônica conhecida como “ybýrá piníma” enriquece a análise das dimensões biológicas, econômicas e políticas relacionadas a esse recurso, que Eckart adquiriu na aldeia de Trocano. Primeiramente, Anselm Eckart descreve as características físicas da madeira, incluindo seu peso e tonalidade, destacando

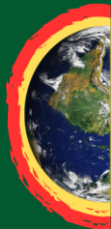


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

sua beleza e versatilidade. Em segundo lugar, Eckart ressalta o valor econômico da madeira, apontando sua raridade e o alto custo, especialmente quando destinada à fabricação de cadeiras e poltronas. Por fim, a entrega forçada ao juiz de fora e a retirada da madeira no Forte de Almeida ilustram aspectos de sua expulsão e prisão ao longo do governo pombalino. Esse trecho dos relatos do padre Eckart não só evidencia a importância biológica e econômica dessa madeira amazônica, como também reflete as tensões políticas da época.

Ao descrever sua viagem em direção ao rio Tocantins, Eckart menciona missões religiosas que estavam sob a administração temporal dos jesuítas, entre elas Araticu, Aricarã e Guaricuru. Durante esse período, Sebastião José de Carvalho e Melo iniciou uma política de “renascimento” para a Amazônia portuguesa, que levou à transformação de aldeias missionárias em vilas pombalinas e à revogação do poder temporal dos jesuítas (Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013). No decorrer desse processo de secularização, “o governador menciona, em suas cartas, vários casos de jesuítas que se opuseram à perda do poder temporal das missões” (Arenz; Prudente, 2019, p. 41). Por essa razão, após chegar à missão de Trocano no dia 31 de dezembro de 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado enviou uma carta a Anselm Eckart, que era o responsável pela missão, ordenando a elevação da aldeia de Trocano ao status de vila com o nome de Borba, a Nova. Na carta, Mendonça Furtado informa que

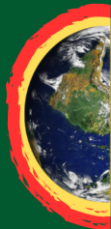
S. Maj. foi servido erigir em Vila esta Povoação que até agora era denominada a Aldeia do Trocano. O mesmo Senhor me ordena que eleja logo as Justiças e Oficiais da Câmara que devem governar o Político e Civil da dita nova Vila, qual S. Maj. foi servido impor o nome de Borba, a nova. Para que os ditos Oficiais possam saber os Moradores que há na dita Vila, e constituíam a Aldeia do Trocano, espero que V. Pe. me queira remeter uma relação exata, assim dos existentes como dos que estão fora da Povoação, e dos fugidos de que tiver notícia. Também espero que V. Pe. me queira participar, se o comum tem alguns bens que lhe pertençam, assim móveis, como de raiz, que hajam de passar à nova administração, para, neste caso, os mandar receber por um inventário, e fazer deles entrega a quem possa dar conta deles (Furtado, 1755 *apud* Mendonça, 2005, p. 64-65).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado acusou os jesuítas, incluindo Eckart, de treinarem militarmente os indígenas, alegando que a posse de duas “peças de sinalização” na missão servia a esse propósito. O padre Eckart, entretanto, justificou o uso desses equipamentos como medida defensiva contra os ataques da nação indígena Mura à aldeia de Trocano. Essas tensões entre os administradores e os missionários também eram evidentes em outras regiões, como no Estado do Brasil, onde o conflito entre portugueses, jesuítas e guaranis culminou na Guerra Guaranítica. Millena Farias (2015, p. 60) aponta que esse episódio intensificou as divergências entre a Coroa portuguesa e a ordem religiosa, explicando que “as tensões políticas já existentes entre Pombal e a Companhia de Jesus, somadas ao descontentamento pela guerra, contribuíram para a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759”. No ano de 1756, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão ordenou a transferência de Eckart para Belém e renomeou a aldeia de Trocano para Borba, a Nova. A partir daí, Anselm Eckart foi deslocado para a aldeia de Caetés, próxima ao litoral atlântico, onde fez várias observações, notadamente acerca do solo arenoso e da salinidade da água (Eckart, 1785 *apud* Papavero; Porro, 2013; Eckart, 1987).

Em seus “Aditamentos”, Eckart também descreve o uso indígena de uma planta amazônica nas atividades de pesca. O padre Eckart cita a presença do timbó, uma árvore cuja essência era utilizada pelos ameríndios para atrair e facilitar a captura de peixes na aldeia de Caetés. Conforme José Augusto Pádua (2005), os relatos de viagem dos séculos XVI e XVII frequentemente ignoravam o impacto ambiental das práticas de exploração de recursos naturais. No “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas” (1641), o padre espanhol Cristóbal de Acuña (1597-1676) menciona “o uso do timbó para intoxicar os peixes e facilitar a sua retirada na superfície da água pelos índios, sem fazer qualquer juízo crítico sobre essa prática, como apareceu em escritores do século XIX” (Pádua, 2005, p. 138). No entanto, os relatos de Eckart sugerem uma abordagem que pode diferir do ponto de vista de Pádua. Então, Anselm Eckart relata que

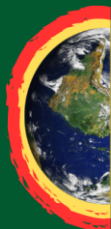


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

a esse gênero de árvore talvez possa ser agregado o Timbó, cujo madeiro é tão grosso quanto um braço ou um pé. Ele tem um poder especial, pois quando é enfiado num rio, grandes quantidades de peixes acorrem, atraídas pelo cheiro que emana da madeira, ficando tontos e sonolentos, de modo que se pode tirá-los facilmente da água com a mão. Quando fui de Cääeté para o Pará em 1757, encontrei diversos índios que, com a ajuda dessa madeira, pegavam uma enorme quantidade de peixes. Mas o uso dessa árvore é severamente proibido pelo governo local, pois em pouco tempo a desova dos peixes poderia acabar (Eckart, 1785, p. 529-530 *apud* Papavero; Porro, 2013, p. 93).

A referência ao uso do timbó durante a pesca na aldeia de Caetés aprofunda a discussão sobre as práticas pesqueiras desenvolvidas pelos indígenas ao longo dos séculos. Como mencionado, os ameríndios da aldeia de Trocano utilizavam flechas e varas para a captura de peixes no rio Madeira, enquanto os indígenas da aldeia de Caetés faziam uso do aroma de uma planta local para atrair e capturar os peixes manualmente nas águas do litoral atlântico. Em resposta, a administração local proibiu o uso do timbó devido ao potencial impacto negativo na abundância de peixes, o que poderia comprometer a alimentação das populações indígenas e dos agentes demarcadores que circulavam pela região. Esse trecho dos “Aditamentos” de Eckart revela uma interação ecológica entre plantas e animais, resultante da intervenção humana, e destaca as consequências ambientais de práticas específicas na Amazônia colonial.

Em 1757, entretanto, as políticas antijesuíticas de D. José I e do futuro Marquês de Pombal levaram à deportação do padre Eckart, que chegou a Portugal em 12 de fevereiro de 1758 e foi encaminhado à residência jesuítica de São Pedro de Fins. No ano de 1759, o governo josefino decretou sua prisão, transferindo-o para o Forte de Almeida e, posteriormente, para a prisão de São Julião da Barra em 1762. Com a morte de D. José I e a queda de Pombal no ano de 1777, Eckart foi finalmente libertado, retornando à Alemanha, onde escreveu “Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal” (1987), livro em que descreve suas experiências e as de outros membros da Companhia de Jesus durante o período de expulsão (Leite, 1949). Nas “Memórias”, Anselm Eckart menciona



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

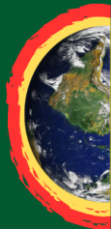
que a morte da rainha Maria Ana, favorável aos jesuítas, marcou o início da “longa cadeia de calamidades caídas sobre a Companhia” (Eckart, 1987, p. 17).

Posteriormente, Eckart se estabeleceu em Nuremberg, onde compartilhou com Christoph Gottlieb von Murr (1733-1811) informações importantes sobre as sociedades indígenas, as línguas, a natureza, as políticas pombalinas e a expulsão dos jesuítas do Vale Amazônico. A partir dessas experiências, o padre Eckart produziu a obra “Aditamentos à Descrição das Terras do Brasil” (1785), que relata suas impressões acerca da natureza e da sociedade amazônica, bem como seu trabalho missionário no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757. Em 1803, Eckart ingressou na Companhia de Jesus no Império Russo, que “permitiu uma atuação restrita a esses religiosos nas suas províncias ocidentais de influência católica, pois eram habitadas por lituanos e poloneses” (Arenz, 2019, p. 8). Anselm Eckart faleceu no dia 29 de junho de 1809, na cidade de Polatsk, localizada na atual Bielorrússia (Arenz, 2019; Schefer, 2014).

Considerações finais

Na década de 1970, a História Ambiental começou a ser desenvolvida nos Estados Unidos, em um período marcado pelo avanço de conferências acerca da crise global e pelo fortalecimento dos movimentos ambientalistas ao redor do mundo. Esse campo de estudo trouxe uma nova perspectiva para a análise histórica das relações entre seres humanos e meio ambiente, ampliando o entendimento sobre essas interações ao longo do tempo e contribuindo para discussões acerca de questões ambientais da atualidade. A visão mecanicista predominante no mundo moderno, que separa os humanos do ambiente, considera a natureza como um cenário estático para a ação humana e um reservatório infinito de recursos para exploração. Na historiografia, essa perspectiva frequentemente resulta na ausência da natureza nas narrativas históricas ou em sua representação como um cenário estático em que as relações humanas se desenvolvem ao longo do tempo (Worster, 1991).

Portanto, a análise dos “Aditamentos à descrição das terras do Brasil” (1785), do padre *tapuitinga* Anselm Eckart, evidencia a complexidade das interações entre os



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

jesuítas e as plantas na Amazônia colonial. A flora não era apenas um recurso natural para subsistência, mas também um elemento importante nas práticas culturais e religiosas das missões da região. Eckart registrou detalhadamente os usos e as representações da flora amazônica tanto pelos missionários quanto pelos indígenas, revelando uma dependência dos seres humanos em relação ao meio ambiente, que permeava as relações de poder e conhecimento no Vale Amazônico. Por meio dessas descrições, percebemos como as migrações jesuíticas influenciaram a exploração e o entendimento das plantas amazônicas, entre elas a pepúnha, a pindóva, a ibirapinima e o timbó. O trabalho também destaca o impacto dessas práticas no desenvolvimento do conhecimento científico acerca da região, bem como as tensões resultantes das reformas pombalinas, que culminaram na expulsão dos missionários. Dessa forma, os relatos do padre Eckart revelam a contribuição dos jesuítas não apenas no âmbito religioso, mas também na História Ambiental da Amazônia colonial.

Referências

ALTIC, Mirela. Missionary Cartography of the Amazon after the Treaty of Madrid (1750): The Jesuit Contribution to the Demarcation of Imperial Frontiers. **Terrae incognitae**, v. 46, n. 2, p. 69-85, 2014.

ARENZ, Karl Heinz. O “Tapuitinga” Anselm Eckart e os índios na Amazônia portuguesa: representações e mediações (1753-1757). In: Simpósio Nacional de História, n. 30, 2019, Recife. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Associação Nacional de História-ANPUH-Brasil, p. 1-16, 2019.

ARENZ, Karl Heinz; PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. Os padres “tapuitinga”: a atuação de jesuítas alemães na Amazônia pombalina, 1750-1757. In: MULLER, Jean Claude *et al.* (orgs.). **Dicionário de Língua Geral Amazônica [1756]**. Potsdam (Alemanha)/Belém (Pará): Universitätsverlag Potsdam/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019. p. 37-50.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010.

CARTA de Dávid Fáy a seu irmão. Tapuitapera, 16/07/1753. In: RÓNAI, Paulo. As cartas do P. David Fay e sua biografia. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. LXIV, 1942, p. 266-273.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Lisboa: Horizonte, 1984.

DOMINGUES, Ângela. **Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura**. Instituto de História de Além-Mar, FCSH-UNL, 1991.

ECKART, Anselm. Aditamentos à descrição das terras do Brasil. In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S. J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

ECKART, Anselm. **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. São Paulo: Loyola, 1987.

FARIAS, Millena Souza. **O engenho dos engenheiros: ciência e política na fronteira meridional da América portuguesa (1750-1760)**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FERREIRA NETO, Lael. **A doutrina do Uti Possidetis na tradição ibérica: a política externa expansionista do Marquês de Pombal**. 2019. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)**. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2005. 3 v.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

GUZMÁN, Décio de Alencar. Festa, Preguiça e Matulagem: O trabalho indígena e as oficinas de pintura e escultura no Grão-Pará, sécs. XVII-XVIII. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, vol. XIII, n. 1, p. 1-29, 2015.

KETTLE, Wesley Oliveira. “Comissários Inteligentes” na Amazônia Colonial. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 7, n. 1. p. 58-83, 2018.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. 10 v.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Descontruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 151-174, 2014.

PÁDUA, José Augusto. Arrastados por uma cega avareza: as origens da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos. **Ciência & ambiente**, Santa Maria, v. 31, p. 133-146, 2005.

PORRO, Antonio. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 6, n. 3, p. 575-592, 2011.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SCHEFER, Aline. Anselmo Eckart, jesuíta missionário e prisioneiro nas prisões pombalinas. Modelo de “vida exemplar”. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, p. 1798-1812, 2014.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Uma história da Estrada de Ferro São Luís-Teresina em perspectiva
ambiental, global e conectada (1895-1938)⁹¹

Wilson Raimundo de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do
Maranhão (PPGHIS/UFMA).

E-mail: wilson.raimundo@ufma.br

Resumo

À medida que se interiorizaram no Brasil profundo, os efeitos da Revolução Industrial adquiriram múltiplas formas e deram origem a desenvolvimentos históricos singulares no que tange aos impactos ambientais, processos específicos de urbanização, relações de trabalho, produção, circulação e uso de mercadorias, industrializadas ou não, movimentos migratórios e intercâmbios culturais diversos. Nesse sentido, a Estrada de Ferro construída entre São Luís (capital do Maranhão) e Teresina (capital do Piauí) no período de 1895 a 1938, tem sua história reconstituída mediante a garimpagem de dados nos jornais maranhenses e piauienses que circularam no referido recorte temporal, relatórios administrativos dos presidentes desses dois estados, relatórios técnicos dos engenheiros envolvidos no gerenciamento das operações ferroviárias, fichas funcionais dos operários que estiveram vinculados à empresa concessionária da estrada e fotografias que expõem alguns traços do cotidiano no mundo do trabalho ferroviário; fontes analisadas com base nos fundamentos teórico-metodológicos das seguintes tendências historiográficas inter-relacionadas: história ambiental, história global e histórias conectadas.

Palavras-chave: ferrovia; história ambiental; história global e conectada.

Abstract

As the effects of the Industrial Revolution spread into the depths of Brazil, they took on multiple forms and gave rise to unique historical developments in terms of environmental impacts, specific urbanization processes, labour relations, the production, circulation and use of goods, whether industrialized or not, migratory movements and diverse cultural exchanges. In this sense, the history of the railroad built between São Luís (capital of Maranhão) and Teresina (capital of Piauí) between 1895 and 1938 has been reconstructed by mining data from the newspapers of Maranhão and Piauí that circulated during this

⁹¹ Este trabalho foi produzido durante o curso de Teoria da História, ministrado a mestrandos e doutorandos do PPGHIS/UFMA pelo professor Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho; no segundo semestre de 2023.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

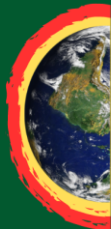
period, administrative reports from the presidents of these two states, technical reports from the engineers involved in managing the railroad operations, employment records of the workers who were linked to the company that owned the railroad, and photographs that show some of the daily life of the railroad workers; sources analyzed based on the theoretical-methodological foundations of the following interrelated historiographical trends: environmental history, global history and connected histories.

Keywords: railroad; environmental history; global and connected history.

1 Introdução

O período oitocentista foi crucial no processo de industrialização responsável pela mundialização de determinados padrões culturais que se difundiram por todos os continentes mediante o progresso tecnológico. Nesse contexto, as estradas de ferro foram consideradas soluções revolucionárias por facilitarem a circulação de mercadorias, pessoas e informações; tendo em vista a impressionante velocidade atingida pelo tráfego realizado a bordo de trens. Planos de modernização viária foram, então, incorporados aos discursos de posituação da modernidade que passaram a constituir o cerne de muitos projetos governamentais e empresariais em várias regiões do mundo. Potências industriais como Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica e Estados Unidos tiveram seus investimentos capitalistas canalizados, em grande parte, para o setor ferroviário e as diversas atividades produtivas atreladas a este meio de transporte. A difusão dessa cultura industrial serviu a diferentes estratégias políticas e econômicas, desde o fortalecimento de impérios coloniais escravocratas até o estabelecimento de novas relações sociais típicas do mercado de trabalho assalariado e novos hábitos de consumo que materializaram a cultura capitalista.

A malha ferroviária brasileira foi construída a partir do século XIX sob o impulso dos capitais ingleses e norte-americanos; dentro do planejamento administrativo do governo imperial, segundo a sua estratégia de controle dos vários territórios a serem

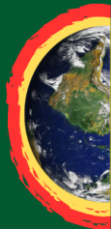


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

integrados no intuito de consolidar a unidade nacional. Esta perspectiva político-cultural tinha respaldo junto aos setores agrários e industriais das províncias mais desenvolvidas economicamente (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais etc.). Lentamente, a realidade histórica em tela provocou a transição da monarquia à república; do capitalismo mercantilista ao industrial; do trabalho escravo ao assalariado. Com isso, houve o crescimento das populações urbanas, a expansão dos processos de escolarização, o incremento das inovações tecnológicas, a dinamização da produção agrícola, a alteração das paisagens naturais, o estabelecimento de novas conexões territoriais, entre outras mudanças que vieram a configurar a estrutura social republicana. A indústria do transporte ferroviário está inserida nesse conjunto de transformações espaciais, políticas, sociais e econômicas que fazem parte de um processo global.

Entretanto, à medida que se interiorizaram no Brasil profundo, os efeitos da Revolução Industrial adquiriram múltiplas formas e deram origem a desenvolvimentos históricos singulares no que tange aos impactos ambientais, processos específicos de urbanização, relações de trabalho, produção, circulação e uso de mercadorias, industrializadas ou não, movimentos migratórios e intercâmbios culturais diversos. Nesse sentido, a Estrada de Ferro construída entre São Luís (capital do Maranhão) e Teresina (capital do Piauí) no período de 1895 a 1938, pode ter sua história reconstruída mediante a garimpagem de dados nos jornais maranhenses e piauienses que circularam no referido recorte temporal, relatórios administrativos dos presidentes desses dois estados, relatórios técnicos dos engenheiros envolvidos no gerenciamento das operações ferroviárias, fichas funcionais dos operários que estiveram vinculados à empresa concessionária da estrada e fotografias que expõem alguns traços do cotidiano no mundo do trabalho ferroviário; fontes que podem ser analisadas com base nos fundamentos teórico-metodológicos das seguintes tendências historiográficas inter-relacionadas: história ambiental, história global e histórias conectadas.

2 A Construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina na perspectiva da História ambiental



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Inserir a pesquisa sobre a construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina nos estudos de história ambiental é um modo de reconhecer a importância desta tendência historiográfica que concebe a natureza como algo dotado de historicidade, o que tornou-se patente desde as últimas décadas do século XX; paralelamente à emergência das preocupações científicas, morais e políticas com os problemas ecológicos que ameaçam a sustentabilidade de todas as formas de vida na Terra. A aceleração das intervenções humanas sobre o meio ambiente, nos últimos dois séculos – período que coincide, portanto, com a Revolução Industrial –, vem despertando algumas consciências acerca dos riscos de um esgotamento dos recursos naturais em escala planetária e estas inquietações ampliaram o horizonte epistemológico das várias ciências, quer sejam exatas, tecnológicas, naturais, da saúde ou humanas e sociais; atingindo, inclusive, a historiografia. Isto significa que a trajetória da humanidade tem uma face ambiental que só recentemente, no contexto da chamada eco-crise global (Marques, 2023), começou a ser descortinada diante dos historiadores. Tal assertiva, no entanto, não impõe o conflito entre os sistemas sociais e naturais como a única relação historicamente existente. Ao historiador ambiental compete, pois, rastrear os indícios que deem conta das interações sociedade/natureza dentro de uma temporalidade específica; abarcando tanto as experiências destrutivas como também as formas harmoniosas de se relacionar com a natureza em variadas estruturas sociais ao longo do tempo.

Embora os impactos ambientais das ações antrópicas variem de acordo com os diferentes modelos civilizatórios, coexistentes ou não, há um tipo de transformação mais radical no meio ambiente desde que a Revolução industrial tomou proporções globais. O aspecto novo e assustador das relações entre a sociedade e a natureza nesse atual estágio civilizatório é o caráter extremamente predatório das intervenções humanas e a rapidez com que estas modificações violentas se alastram; chegando ao ponto de elevar o uso industrial dos recursos naturais a níveis abusivos e insustentáveis. Nessa lógica, a introdução do transporte ferroviário como consequência e instrumento da Revolução Industrial representou uma nova forma, mais brusca e degradante, de contato entre os seres humanos que habitam esses espaços ferroviários e o meio natural que dá suporte a essas populações. O incremento tecnológico exigido para a edificação das ferrovias

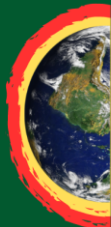


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

trouxe máquinas e artefatos mais complexos que redesenharam as paisagens urbanas e rurais num ritmo que impressionou não só as comunidades locais, mas as próprias sociedades que foram pioneiras na invenção e uso desse engenho. Prova disso é o abalo que o maquinismo provocou na produção artística ocidental, a qual foi influenciada pelas percepções imagéticas que a realidade visual do novo mundo industrializado impôs aos sentidos; tendência que pode ser exemplificada por obras inspiradas em paisagens industriais europeias (como a tela em óleo “*Rain, Steam and Speed*”, de 1843/1844, do pintor inglês Willian Turner) e americanas (como a litogravura “*Desastre na Ferrovia Santos-Jundiaí*”, de 1865, do desenhista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini), entre outras leituras visuais do mundo ferroviário.



Figura 1 – Rain, Steam and Speed (óleo sobre tela de Willian Turner)
Disponível em: <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/joseph-mallord-william-turner-rain-steam-and-speed-the-great-western-railway> Acesso em 15-12-2023



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

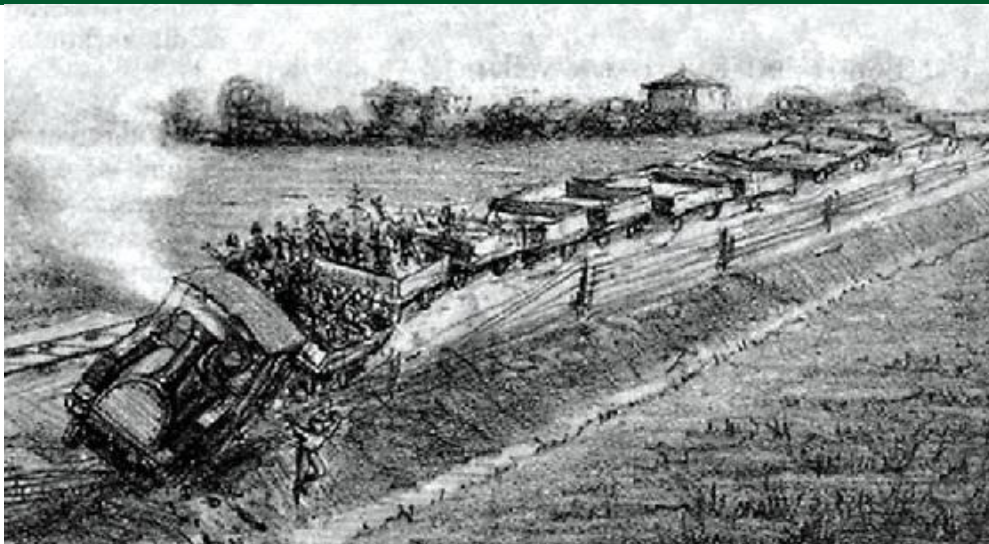


Figura 2 – Desastre na Ferrovia Santos-Jundiaí (Litogravura de Ângelo Agostini)

Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/8974-a-crise-nas-empresas-mauá>

Acesso em 16-12-2023

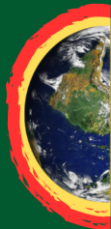
Diante disso, quais foram as transformações provocadas pela Estrada de Ferro São Luís-Teresina no espaço territorial atravessado por esta obra de engenharia ferroviária? Que mudanças foram introduzidas nas relações entre a sociedade e a natureza dentro desse espaço ferroviário? Até que ponto a presença da ferrovia modificou as paisagens rurais e urbanas ao longo da linha do trem? Quais os efeitos do capitalismo industrial sobre o meio ambiente nessa região? Que aspectos da cultura capitalista podem ser identificados a partir da chegada da via férrea e como estes elementos culturais alteraram as condições de sobrevivência das comunidades locais em termos ecológicos, demográficos e sociais? São questionamentos que, no seu conjunto, apontam um viés historiográfico capaz de unificar numa mesma análise o tempo capitalista e o tempo da natureza (Marques, 2021); ou, em outras palavras, encontrar o momento histórico em que os solos, rios, florestas e tantos outros elementos naturais tornaram-se predominantemente expropriados pelo sistema capitalista em sua fase industrial de produção, circulação e consumo de mercadorias.

Ao introduzir o capitalismo industrial no espaço geográfico que corresponde ao vale do Rio Itapecuru e a uma pequena parte do vale do Rio Parnaíba, território que



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

dependera quase exclusivamente da navegabilidade fluvial para que houvesse algum volume de comércio e mobilidade humana durante os períodos colonial e imperial, a construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina começou a desintegrar uma estrutura de longa duração (Braudel, 1990) caracterizada pelo predomínio de atividades extrativistas e agropastoris, baixa concentração demográfica, pouca utilização de máquinas (mesmo nas cidades) e, portanto, relativa estabilidade dos ecossistemas. A chegada da ferrovia representa, pois, uma ruptura nestas condições socioambientais; dando início ao período em que esse território “[...] reconfigurado pela ciência, a técnica e a indústria conhece processos de aceleração que modificam radicalmente as relações espaçotemporais, tornando-as mais fluidas” (Koselleck, 2014, p.86).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

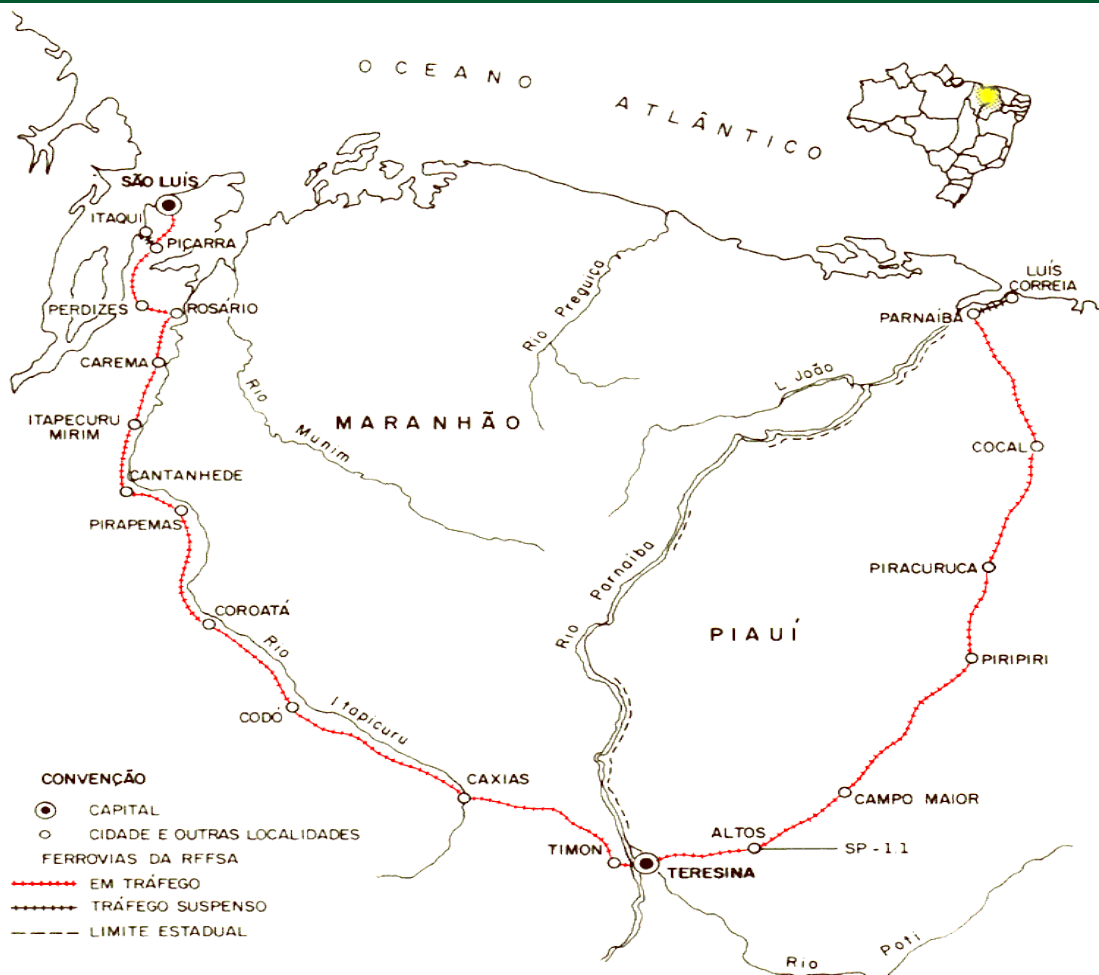


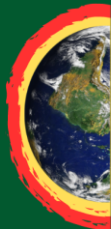
Figura 3 – Ferrovias São Luís-Teresina e Central do Piauí⁹²

Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1984rffsa01xSaoLuis.shtml>

Acesso em 30-11-2023

Diferentemente da rusticidade das vias fluviais e dos precários caminhos abertos em meio às matas de cocais e outras vegetações típicas dessa região, trilhas aquáticas e terrestres que até certo ponto sujeitaram-se ao tempo da natureza (mesmo com a utilização do vapor nas embarcações), os trilhos ferroviários edificadas entre São Luís e Teresina lançaram as bases para a introdução do tempo capitalista no Maranhão e no Piauí; sistema que estabeleceu nos dois estados o conjunto de melhoramentos técnicos ao qual se

⁹² Construída a partir de Amarração, na costa litorânea do Piauí – desde 1916, a Estrada de Ferro Central do Piauí foi concluída em 1969 ao estender-se até a cidade de Teresina-PI.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

vinculam as atividades produtivas, especializações profissionais e relações de trabalho próprias das sociedades industriais. Entretanto, a desorganização das comunidades tradicionais, o êxodo rural, o desmatamento, a erosão do solo, o assoreamento dos rios e a poluição do ar, entre outros problemas causados pela dinâmica ferroviária no entorno da área cortada pela linha do trem sinalizaram os primeiros movimentos no sentido de tornar esse espaço regional parte do mundo atingido pelos grandes desequilíbrios ecológicos contemporâneos; eco-crise global que, hoje, ameaça terminar em colapso ambiental e social; período que “[a]lguns chamam de antropoceno, outros de capitaloceno, mas o diagnóstico é o mesmo, a era na qual seres humanos se tornaram uma força geológica está em vias de transformar o planeta em um enorme espaço inabitável para a maioria dos seres vivos” (Marques, 2021, p.670).

As obras de construção dessa ferrovia trouxeram consigo a noção ou ilusão de progresso que em toda parte tem acompanhado as modernidades industriais e concebe a técnica moderna como uma necessidade do mundo atual, condição *sine qua non* de aperfeiçoamento civilizacional; crença no crescente distanciamento entre o passado e o futuro ou entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa (Koselleck, 2006), isto é, o tempo percebido e vivenciado como um processo de aceleração que imprime a marca da obsolescência em tudo aquilo que é antigo. Expressão concreta e simbólica dessa modernidade desejada, a Estrada de Ferro São Luís-Teresina foi a plataforma para o engendramento da cultura industrial que se materializou em vários municípios no Maranhão (São Luís, Rosário, Itapecuru Mirim, Cantanhede, Pirapemas, Coroatá, Timbiras, Codó, Caxias e Flores⁹³) e no Piauí (Teresina) por meio dos artefatos que garantiram o funcionamento dos trens e ordenaram toda a rede de serviços inerentes ao espaço ferroviário: estações, armazéns, oficinas, rotundas, trilhos, canos e tubulações de drenagem, material rodante (locomotiva, carros e vagões), telégrafos, relógios, sinos, lanternas e tantos outros itens que entraram no rol das novidades trazidas pela ferrovia; objetos em torno dos quais ocorreram inúmeras interações sociais que implicaram mudanças nos modos de se lidar com o espaço e o tempo então transformados, nos regimes e nas relações de trabalho adaptados aos ditames da produção capitalista, nos

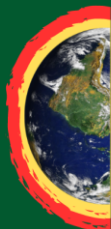
⁹³ Atual cidade de Timon-MA.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

modelos urbanos de habitação e arruamento influenciados pela arquitetura ferroviária, etc.

Com isso, o espaço foi aparelhado pela infraestrutura do transporte ferroviário no intuito de favorecer a aceleração do tempo exigida pelas demandas sociais que surgiram à medida que a cultura capitalista se impôs sobre aquelas porções do território maranhense e piauiense. Nessa perspectiva, a ilusão de um afastamento cada vez maior entre o passado (espaço de experiência) e o futuro (horizonte de expectativa) acabou criando outra separação igualmente problemática que opõe natureza e cultura; representando esta última sob o signo do progresso tecnológico e atribuindo àquela primeira a ideia de atraso, obstáculo, desafio a ser superado. Dicotomia que se destaca na documentação produzida por engenheiros encarregados do planejamento e gerenciamento das obras; esboços cartográficos que trazem as visões desses profissionais acerca dos “sertões incultos” a serem “civilizados” pela tecnologia industrial; relatórios técnicos que detalham as operações realizadas sobre o solo (aterros, cortes, obras de drenagem) para adequá-lo ao leito da ferrovia; editais para compra de “dormentes” (peças de madeira de grande porte) utilizados na fixação e sustentação dos trilhos; etc.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

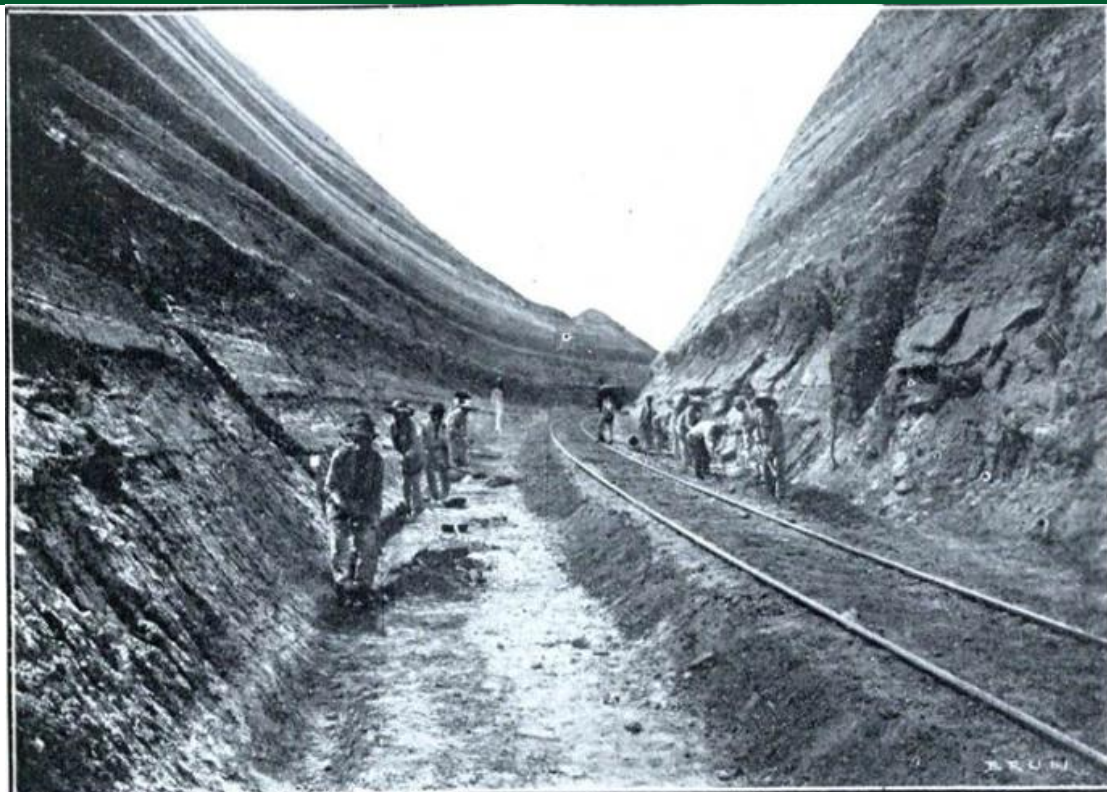
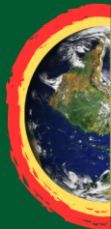


Figura 4 – trabalhadores em ação na construção do ramal ferroviário São Luís-Caxias

Fonte: Revista Brazil Ferrocarril, 1915, p.403.

De posse desses dados e tendo em mãos o arsenal teórico-metodológico fornecido pela história ambiental, vertente analítica que nos leva a “[...] refletir sobre a escrita da história nos dias de hoje, em que o tempo do mundo se acelera de forma simbiótica com o colapso ambiental [...]” (Silva Júnior, 2021, p.766), é possível perceber que o espaço ferroviário construído entre o Maranhão e o Piauí nas primeiras décadas do período republicano constitui-se em objeto a ser abordado a partir do ângulo que “[...] oferece um caminho para integrar sociedade e natureza em uma perspectiva sistêmica” (Marques, 2021, p.678). Além disso, o campo da história dispõe, hoje, da chamada história global e conectada, outra corrente indiscutivelmente vinculada a questões levantadas no contexto do mundo globalizado e que utiliza parâmetros de análise intercomplementares à história ambiental; sendo pertinente elencar as contribuições que esta especialização disciplinar



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

oferece ao estudo sobre a construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, conforme está exposto na próxima seção.

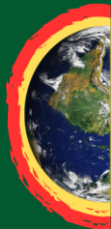
3 A construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina na perspectiva da História global e conectada

Ainda que a Estrada de Ferro São Luís-Teresina tenha sido construída no contexto de invenção do Brasil como nação moderna, segundo a perspectiva político-cultural do regime republicano, investigar os discursos relacionados à sua implantação, os impactos que causou na paisagem e na modernização de cidades e povoados, os conflitos que foram vivenciados entre governos, empresários, engenheiros, operários e usuários dos seus serviços e a riqueza material e simbólica impressa em seu patrimônio industrial dentro de uma perspectiva que se restrinja à consolidação da unidade nacional significa limitar-se a abordagens historiográficas tradicionais que adotam o modelo europeu centrado no privilégio ao Estado Nação como temática ou enquanto unidade de análise que orienta os critérios de definição dos objetos, recortes e metodologias.

Na tentativa de ultrapassar esses limites metodológicos, surgiram alternativas historiográficas com propostas de abordagens globalizadoras que se interessam por variados recortes espaciais ou temporais e por múltiplas identidades culturais que não coincidem com as fronteiras, os períodos e os pertencimentos étnicos imaginados pelas narrativas enquadradas nos marcos das nacionalidades; perspectiva que, segundo Barros (2019), remonta a Marc Bloch e à história comparada; caminho seguido, entretanto, por outros gestos narrativos e analíticos.

Ao mesmo tempo, ainda no interior das unidades nacionais, ou entre elas mas sem implicar necessariamente na perspectiva transnacional, surgiram as proposições de outros gestos relacionais para além da comparação: interconexão, cruzamento, entrelaçamento de histórias, de narrativas, de âmbitos de análise e de escalas de observação têm se afirmado com especial vigor a partir de novas propostas e modalidades historiográficas. Chamaremos a estes novos gestos que se juntam aos procedimentos da “comparação”, e que confrontam os fazeres historiográficos mais tradicionais, de “procedimentos relacionais” [...] (Barros, 2019, p.3).

A história global aparece dentro desse amplo conjunto de abordagens emergentes. À medida que as próprias nações tornam-se cada vez mais interdependentes e a



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

globalização em curso leva os historiadores a pensarem o mundo, em suas diferentes fases de desenvolvimento histórico, a partir de processos globais (Bresciano, 2015), essa ramificação especializada tem se afirmado como tendência cujo escopo não se restringe aos objetos situados em espaços mais vastos do que a nação ou que deem conta de temporalidades mais longas do que as etapas cronológicas do estado nacional; sua proposta também visa recompor realidades históricas que por muito tempo foram vistas como periféricas, seja por estarem fora da Europa ou do mundo ocidental, seja por não se enquadrarem nos domínios de uma história dos estados-nação (mesmo que possam estar no interior de algum território nacional ou dentro de um intervalo de tempo correspondente à duração de alguma república, reino ou império); trata-se, pois, de um projeto ambicioso que pretende superar, ao mesmo tempo, o eurocentrismo historiográfico e o nacionalismo metodológico.

Os referidos procedimentos relacionais – que consistem em operações historiográficas, tais como comparar, conectar, cruzar e entrelaçar histórias, narrativas, objetos, eixos de análise e escalas de observação – têm dado origem aos desdobramentos da história global (histórias comparadas, histórias conectadas, histórias cruzadas, histórias entrelaçadas, etc.). Além destas subabordagens, existem ainda outras perspectivas voltadas ao desafio de transcender as estruturas nacionais. Este é o caso, por exemplo, da história atlântica que, por sua vez, encontra-se subdividida em: história circum-atlântica, isto é, das múltiplas circulações que criaram um sistema ao redor deste oceano; história trans-atlântica, ou seja, das comparações entre os estados-nação que compõem o mundo atlântico; e, história cis-atlântica, concentrada em estudos locais, regionais e nacionais a partir de suas conexões com o atlântico (Armitage, 2014).

Tendo em mente essa pluralidade de novas opções teórico-metodológicas que participam da inegável “virada global” da historiografia (Bertrand, 2015), muitos trabalhos recentes têm se fundamentado não em uma vertente apenas e sim em algum tipo de arranjo ou combinação entre elas; mesmo porque todas têm “[...] em comum o fato de reivindicar a necessidade de [se] levar em conta os fenômenos maciços, as longas durações, os espaços vastos” (Revel, 2010, p.434). Como contribuição à pesquisa sobre a construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina no período de 1895 a 1938, a escala

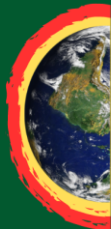


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

global apoiada nas histórias conectadas, parece a mais apropriada no sentido “[...] de apreender ou restabelecer as conexões surgidas entre os mundos e as sociedades [...]” (Gruzinsky, 2014, p.45), pois permite conceber a ferrovia não apenas enquanto materialização da cultura capitalista nessa região; mas também como a ponte que intensificou os movimentos migratórios e uma infinidade de outras aproximações e contatos entre o Sertão Semiárido e a Floresta Amazônica, potencializando o intercâmbio cultural entre estes espaços geográficos com seus distintos mundos sociais cujas fronteiras devem ser cada vez mais relativizadas.

4 Considerações finais

A história da historiografia bem pode ser comparada a uma espécie de caleidoscópio, considerando-se a sua trajetória desde o século XIX como um “[...] campo que se transforma sucessivamente sob a influência do nacionalismo, da profissionalização do campo e da dinâmica de configurações culturais e de debates intelectuais e políticos que moldaram seus temas e problemas até o presente” (Lima, 2019, p.489). Nesse sentido, as décadas finais do século XX e as décadas iniciais do século XXI testemunham o crescimento das perspectivas globalizadoras; abordagens que procuram superar as tradições historiográficas centradas no eurocentrismo/ocidentalismo e no nacionalismo metodológico como eixos privilegiados de análise. Ocorre, então, a multiplicação de novas tendências que se inter-relacionam em busca de outras unidades de sentido que não o Estado-Nação ou a civilização ocidental; tais como a natureza, o Atlântico, o capitalismo e as relações intercontinentais, transregionais, transfronteiriças. Nesta pesquisa em andamento sobre a edificação da Estrada de Ferro São Luís-Teresina no período de 1895 a 1938, apropriamo-nos de contribuições da história ambiental, da história global e das histórias conectadas para mobilizar um referencial teórico que subsidia o exame das fontes já reunidas, as quais apontam as interações sociedade/natureza, a introdução do capitalismo industrial e a interconexão entre o Sertão Semiárido e a Floresta Amazônica como reconfigurações históricas sustentadas no espaço ferroviário construído nesse território.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

5 Referências

ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*, São Leopoldo-RS, v.18, n.2, p.206-217, mai./ago. 2014.

BARROS, José D'Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. *Secuencia* (103), p.1-30, jan./abr. 2019.

BERTRAND, Romain. Historia global, historias conectadas: ¿un giro historiográfico? *Prohistoria*, n.24, p.2-20, 2015.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Trad. Rui Nazaré. 6.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BRESCIANO, Juan Andrés. La Historia global como campo emergente. *Revista Confluências culturais*, v.4, n.2, p.100-113, set. 2015.

GRUZINSKY, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão & Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, Henrique Espada. O global e seus paradoxos: a construção imaginada de um campo historiográfico. *Esboços*, Florianópolis, v.26, n.43, p.486-500, set./dez. 2019.

MARQUES, Leonardo. Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais. *Esboços*, Florianópolis, v.28, n.49, p.668-697, set./dez. 2021.

MARQUES, Leonardo. Sobrevivendo no inferno: a escrita da história na eco-crise global. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.43, n.92, p.47-67, 2023.

REVEL, Jacques. Micro-História, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, n.45, p.434-444, set./dez. 2010.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. Quem tem medo da disciplina da História? Breves reflexões sobre interdisciplinaridade e a história do capitalismo em diálogo com Leonardo Marques. *Esboços*, Florianópolis, v.28, n.49, p.764-771, set./dez. 2021.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Trajetórias de Migração: A Experiência Dos Nordestinos Abrigados Na Hospedaria Getúlio Vargas e o Deslocamento Para Diversas Paragens (Ceará, Década De 1950)

Renata Felipe Monteiro

Doutoranda em História Social/Universidade Federal do Ceará

Email:renata.felipe.monteiro@gmail.com

Resumo: Na década de 1950, os nordestinos vivenciaram dois períodos de grandes secas, entre 1951 e 1953 e, sobretudo, em 1958. Estiagens que contribuíram para o aumento da migração em massa dos sertanejos para diversas paragens do país. Nestes anos o governo federal, no intuito de amenizar a situação de calamidade pública, realizava viagens em navios com passagens subsidiadas. Em Fortaleza/CE, a trajetória de migração dos nordestinos teve início com o alistamento na Hospedaria Getúlio Vargas - abrigo federal criado em 1943 para encaminhar os “soldados da borracha” para os seringais amazônicos. Mas nestes anos de grande estiagem a superlotação impossibilitava que todas as pessoas conseguissem abrigo. Assim ocorreu com Gabriel Gomes, que em março de 1953 saiu de Pedro Velho/RN com sua família para Fortaleza. Seu objetivo era conseguir migrar para a Amazônia, mas devido a superlotação na hospedaria não conseguiu se alistar. Permaneceu abrigado debaixo dos cajueiros por diversos dias, vivenciando outros momentos de angústia até conseguir partir para o Pará. Durante a seca de 1958, os percalços enfrentados pelos nordestinos na Hospedaria Getúlio Vargas foram piores, pois além da superlotação, havia carência de alimentação e proliferação de doenças. Além disso, a hospedaria federal concedia passagens para os moradores de Fortaleza que quisessem migrar para outras regiões. Com isso, o cearense Francisco Tavares Filho e sua família conseguiram passagens para a Hospedaria da ilha de Flores, no Rio de Janeiro. A partir de jornais, documentos oficiais e entrevistas cedidas a outros pesquisadores, conseguimos, mesmo que precariamente, debater sobre a trajetória de migração de alguns nordestinos que estiveram na hospedaria federal em Fortaleza nos anos supracitados.

Palavras-chave: Migração; Trajetórias; Hospedaria Getúlio Vargas.

Abstract: In the 1950s, the people of the Northeast experienced two periods of severe drought, between 1951 and 1953 and, especially, in 1958. These droughts contributed to the increase in the mass migration of people from the backlands to various parts of the country. In these years, the federal government, in an attempt to alleviate the situation of public calamity, organized trips on ships with subsidized tickets. In Fortaleza/CE, the migration trajectory of the people of the Northeast began with the enlistment at the Hospedaria Getúlio Vargas - a federal shelter created in 1943 to send the "rubber soldiers" to the Amazon rubber plantations. However, in these years of severe drought,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

overcrowding made it impossible for everyone to find shelter. This was the case with Gabriel Gomes, who left Pedro Velho/RN with his family for Fortaleza in March 1953. His goal was to migrate to the Amazon, but due to overcrowding at the hostel, he was unable to enlist. He remained sheltered under the cashew trees for several days, experiencing other moments of anguish until he was able to leave for Pará. During the drought of 1958, the hardships faced by the northeasterners at the Getúlio Vargas Hostel were worse, because in addition to overcrowding, there was a lack of food and a proliferation of diseases. In addition, the federal hostel provided passage to residents of Fortaleza who wanted to migrate to other regions. With this, Francisco Tavares Filho from Ceará and his family managed to obtain passage to the Hostel on the island of Flores, in Rio de Janeiro. Based on newspapers, official documents and interviews given to other researchers, we were able, albeit precariously, to discuss the migration path of some northeasterners who stayed at the federal hostel in Fortaleza in the aforementioned years.

Keywords: Migration; Trajectories; Getúlio Vargas Hostel.

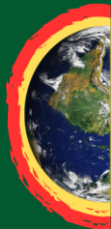
Trajetórias de Migração

Entre os anos de 1942 e 1945, o governo federal construiu hospedarias e pousos nas regiões Norte e Nordeste com o objetivo de encaminhar milhares de nordestinos para a região amazônica, na denominada “batalha da borracha”⁹⁴. Ao findar a Segunda Guerra Mundial, contudo, mesmo havendo uma diminuição drástica desse fluxo de migrantes para a Amazônia, a migração com passagens subsidiadas não cessou completamente.

Na década de 1950, sobretudo nos períodos de grande estiagem que ocorreram neste recorte (1951-1953 e 1958), a cidade de Fortaleza recebeu uma quantidade significativa de migrantes, vindos das mais diversas regiões do Ceará e de outros estados do Nordeste. A partir dos dados coletados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1967, sobre o registro dos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas⁹⁵ entre

⁹⁴ Em 1942, Brasil e EUA assinaram diversos acordos de cooperação para a exploração da borracha na Amazônia. Entre outras ações estava o encaminhamento de milhares de nordestinos, com o intuito de trabalhar no seringal. Para conseguir concretizar essa ação, houve a construção de pousos e hospedarias em diversas regiões do Norte e do Nordeste. Milhares de sujeitos foram encaminhados, através de navios ou em caminhões para os seringais amazônicos entre 1942 e 1945.

⁹⁵ A Hospedaria Getúlio Vargas foi inaugurada em 1943, juntamente com outras hospedarias e pousos, tendo a capacidade de abrigar até 1.200 pessoas. Na década de 1950 abrigou milhares de pessoas, vindas de diversas regiões do Ceará e do Nordeste. Naquele espaço os abrigados vivenciaram experiências angustiantes, pois reinava a fome, as doenças e diversos outros problemas.



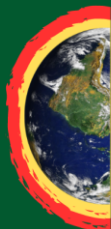
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

1956 e 1961 conseguimos entender, mesmo que precariamente, a quantidade de sujeitos que estiveram na capital cearense naquele íterim e de quais localidades migraram: das 38.596 pessoas registradas na hospedaria 36.622 (94,9%) provinham do Ceará, sendo 28.801 (74,6%) do interior e 7.821 (20,3%) de Fortaleza. Além disso, migrantes de outros estados também foram registrados, sendo um total de 1.849 (4,8%) (CEARÁ, 1967, p.41).

De acordo com a pesquisa acima, as regiões que apresentaram as maiores taxas de migração para Fortaleza foram “Baturité, Litoral, Sertão Centro-Norte, Sertão do Sudoeste e Cariri”. (CEARÁ, 1967, p.41). As cidades cearenses com maior incidência de migrantes que se deslocaram, no período de 1956 a 1961, foram Paracuru (Litoral), com 2.145, Redenção (sertão de Baturité), com 1.599, Uruburetama, com 1.571, e Itapipoca, com 1.088 pessoas, ambas áreas do Litoral. Mas a trajetória de migração que gostaríamos de problematizar é do agricultor Manoel Antônio, que durante a seca de 1958 saiu da cidade de Acaraú (Litoral) - localidade que teve 262 migrantes registrados pelo Instituto Joaquim Nabuco - em direção à Hospedaria Getúlio Vargas.

Diante de uma imensidão de sujeitos que se deslocaram do Nordeste em direção à Amazônia e/ou ao Sudeste nesta década de 1950 e em especial durante a estiagem de 1958, ter acesso a trajetória de alguns desses migrantes é concomitantemente um privilégio e um grande desafio. É desafiador na medida em que a discussão em torno da migração se concentra mais na perspectiva macro das causas desse deslocamento, sendo o quesito econômico apontado como o principal impulsionador desse deslocamento em massa. Outra dificuldade encontrada está relacionada à ínfima quantidade de fontes disponíveis que abordam sobre a vida e o caminho percorrido por estes nordestinos na travessia para diversas regiões do país.

Uma das trajetórias encontradas foi a do agricultor Manoel Antônio, morador da cidade de Acaraú, que relutou bastante em partir durante a seca de 1958. Sua trajetória de vida e de migração foi evidenciada nas páginas do jornal O Estado/CE, em uma longa reportagem publicada em 23 de agosto daquele ano. Ele trabalhava na agricultura para manter a esposa e os seis filhos, mas, durante a estiagem, viu-se sem a possibilidade de obter alimentos, tendo em vista que não era o proprietário da terra no qual trabalhava, ficando à mercê do grande latifundiário.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Entre o início do ano de 1958 e o dia de São José⁹⁶, 19 de março, o agricultor continuou tendo esperança de haver chuvas, buscando sobreviver coletando e vendendo lenha na região. Mas suas expectativas esvaíram-se quando não houve nenhum chuveiro no dia do padroeiro do Ceará. Assim, sem conseguir obter alimentos com o plantio na terra, sem ter direitos trabalhistas como, por exemplo, salário mínimo e sem conseguir obter dinheiro vendendo lenhas, viu-se sem outra possibilidade que não fosse se alistar nas obras de emergência do governo federal, oferecidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Alistou-se na obra do açude Riachão, transformando-se assim em um “trabalhador-cassaco”⁹⁷, ou seja, em um trabalhador das obras emergenciais contra as secas.

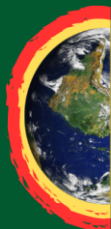
Na década de 1950, a expressão “cassaco” – animal existente no Nordeste, que se caracterizava como fedorento e faminto – foi associada aos trabalhadores que se dirigiam às frentes de trabalho durante as secas. Designação pejorativa que passou a ser largamente utilizada em jornais e em livros – publicados por engenheiros e jornalistas –, tornando-se corriqueira no linguajar popular. Luciano Barreira⁹⁸ que, durante a estiagem de 1958, acompanhou os serviços realizados nas obras emergenciais, narrou no livro “Os Cassacos” a trajetória do personagem fictício Zuca Machado e de tantos outros cearenses. Sujeitos que recorriam às obras federais e estaduais, sobretudo a construção de açudes e estradas de rodagem, em última instância, quando já não havia mais animais para caçar, como sobreviver dos gêneros agrícolas plantados ou a “proteção” dos fazendeiros.

A narrativa sobre as dificuldades enfrentadas por Zuca Machado na obra fictícia – alimentação ruim, problemas com fiscais da obra, entre outros – assemelhavam-se em demasia à situação vivenciada por Manoel Antônio na obra do açude Riachão. No jornal

⁹⁶ São José é o padroeiro do Estado do Ceará e de acordo com a tradição popular e a crença religiosa, caso não chova até ou no dia de São José, dia 19 de março, teremos um período de seca.

⁹⁷ De acordo com a historiadora Lara de Castro (2016), a expressão “trabalhador-cassaco” foi encontrada pela primeira vez no romance *Os cassacos de Cordeiro* de Andrade, publicado no ano de 1934. Referia-se a seca ocorrida em 1919, tendo como cenário a cidade de Sobral-CE. Narrava a luta dos migrantes em busca de obter trabalho que garantisse a sobrevivência durante a estiagem.

⁹⁸ Luciano Barreira nasceu em Fortaleza, em 18 de novembro de 1926. Sua carreira na área jornalística iniciou-se aos 13 anos, atuando a partir daí em diversos jornais, como *Gazeta de Notícias*, nos *Diários Associados* e no *Democrata*. Em 1974 publicou seu primeiro romance, “*Os Cassacos*”, escrevendo posteriormente diversas outras obras.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O Estado/CE encontramos seu relato sobre os desmandos do fornecedor naquele espaço, que lhe dava o que queria, ganhando muito pouco pelo trabalho. Aos sábados, retornava nos vagões dos trens da Rede de Viação Cearense (RVC) para sua residência, levando comida para a família. Mas “a comida era ruim. O milho era só o pó. O feijão era duro, velho e preto”⁹⁹.

Diante dessas dificuldades – problemas com o fornecedor, pouco dinheiro, comida ruim –, Manoel ficou fascinado com a fala de um conhecido, Florêncio, que conversava em uma “bodega” próxima a Praça da Igreja Católica de Acaraú. Florêncio relatava as aventuras vivenciadas como “soldado da borracha” na década de 1940 e as maravilhas da Amazônia (abundância das chuvas, dos rios, dos peixes, das matas com caças, das árvores com frutos e da fartura). A reportagem do periódico O Estado/CE relatava ainda que

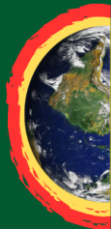
Manoel voltou para casa pensando nas palavras de Florêncio e na fartura da Amazônia. E no caminho para casa tomou a decisão de ir para a Amazonas, levando tudo e todos. Pela manhã informou a mulher Purificação da sua decisão. Ela que estava sofrendo com a fome, não via melhor solução que não fosse fugir dali, fugir da fome. Na segunda, no trem que levava os cassacos para a obra do governo não estava Manoel. Iria empreender uma viagem muito mais longa. Gastou o dia arrumando os pertences, liquidando os pertences e arranjando um dinheirinho. Depois foram rumo à Sobral. De Sobral vieram em um vagão de segunda classe para Fortaleza. Vieram parar no Otávio Bonfim e de lá, quase tateando, foram em direção à Hospedaria Getúlio Vargas.¹⁰⁰

Assim, influenciado pelas palavras de Florêncio, Manoel resolveu abandonar tudo e empreender uma longa viagem em direção ao norte do país, em busca de melhorias para ele e sua família. Em que medida, contudo, Florêncio vivenciou todas essas benesses na Amazônia, enquanto trabalhava como “soldado da borracha”, que foram narradas para Manoel? Essa problemática é pertinente, já que, nos documentos oficiais, consta que, dos 65 mil brasileiros (homens e mulheres) que migraram em direção à Amazônia para trabalhar na extração do látex, entre 1942 e 1945, 45 mil morreram¹⁰¹. Daqueles que

⁹⁹ Jornal O Estado, Ceará, 23 de agosto de 1958. Biblioteca da Associação Cearense de Imprensa.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Jornal de Brasília, Distrito Federal, 26 de junho de 1988.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

sobreviveram às doenças e ao trabalho exaustivo, muitos não conseguiram passagem para retornar às suas localidades de origem.

Essa discussão encontra paralelo com os pontos observados pelo sociólogo argelino Abdelmalek Sayad que, ao analisar a situação dos jovens em uma pequena aldeia na Cabília (Argélia) que migravam para a França no período posterior à Segunda Guerra, percebeu que aqueles que retornavam para a respectiva aldeia construía uma versão diferente de suas condições de vida, sem problemas, apenas com vantagens. De acordo com um emigrante de Cabília entrevistado por Sayad, antes de emigrar, acreditava que na França seria como na aldeia, pois iria se encontrar com seus parentes e usufruir de todas as maravilhas descritas na aldeia por aqueles que migraram antes dele. Mas o que descobriu foi que era preciso chegar à França para descobrir a verdade. Somente naquele lugar os sujeitos, seus conterrâneos de Cabília, contavam concretamente sobre suas péssimas condições de vida (Sayad, 1998).

Será que, tal como os jovens da aldeia de Cabília, Florêncio criou outra versão para sua experiência como “soldado da borracha” na Amazônia e contou apenas essa versão para Manoel? Este percebeu, quase imediatamente à sua chegada em Fortaleza, na estação do Otávio Bonfim¹⁰² - espaço que recebia desde a seca de 1932 grandes levas de migrantes vindos do interior –, que sua jornada em direção às maravilhas da região amazônica teria muitos reveses.

No jornal O Estado/CE há o relato que a primeira dificuldade encontrada pelo agricultor foi a superlotação da Hospedaria Getúlio Vargas. Os registros de movimento de entrada da respectiva hospedaria, entre os meses de janeiro e junho de 1958 – período que possivelmente Manoel e sua família esteve na hospedaria –, comprovam essa afirmativa: “23.300 pessoas foram registradas, dos quais 10.218 viajaram, 1.344 desistiram de migrar, 517 morreram e 11.177 ainda aguardavam embarque” (Araújo, 2000, p.85). Assim, um recinto de hospedagem que teria a capacidade máxima para 1.200 pessoas, estava, em junho de 1958, com mais de 11 mil pessoas aguardando embarque

¹⁰² A estação foi chamada inicialmente de Matadouro, por localizar-se próximo ao matadouro do bairro Farias Brito. Só posteriormente modificaram o nome, passando a denominar-se Otávio Bonfim em homenagem a um engenheiro da Rede de Viação Cearense.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

para migrar. Com essa grande quantidade de pessoas, os problemas aumentavam sobremaneira: fome, doenças, mortes, ausência de condições sanitárias, entre outros. Percalços que impulsionaram os alojados a participarem de movimentos sociais, como, por exemplo, passeatas da fome, citadas anteriormente.

Após sofrer “todas as humilhações possíveis” na Hospedaria Getúlio Vargas, Manoel um dia foi levado ao porto do Mucuripe, sendo “sacudido dentro de um navio, com suas poucas economias, pertences e sua família”. Mas a esperança de ver “a fartura da Amazônia” o fez aguentar todas as atribulações. Ao chegar, contudo, à Hospedaria Tapanã, em Belém, foi tão maltratado quanto nas obras do governo em Acaraú ou na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza¹⁰³. Sofrimento que se agravou com a espera, durante dias, por colocação de trabalho na região amazônica. Possivelmente, a respectiva demora tinha relação com a sua inexperiência nas atividades extrativas nos seringais, dificultando assim sua contratação.

Um dia, porém, outro cearense “curtido e endurecido pelo trabalho no seringal” contratou alguns trabalhadores alojados na Hospedaria Tapanã para trabalhar no seu seringal no baixo Juruá, dentre eles Manoel Antônio. “Lá se foi Manoel e sua família. Outros dias de sofrimento no gaiola¹⁰⁴. Os meninos adoeceram e os dois mais novos morreram durante a viagem”¹⁰⁵. Os momentos de angústia, contudo, não se limitaram à travessia até o seringal. O jornal O Estado/CE relatava que o cearense escreveu diversas cartas para seus familiares que moravam na região de Acaraú, relatando sobre seus infortúnios cotidianos na floresta amazônica.

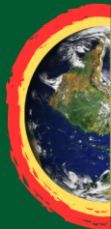
As cartas sucederam-se e seguiram Manoel Antônio aonde ia de seringal em seringal. A insatisfação e o desejo de encontrar um lugar bom, para ele e para Purificação, mandavam-no andar. Um dia ele escreve satisfeito. Estava num seringal do Purus. Ali tinha sabido que um deputado do lugar deles, Acaraú, em quem votaram, Dr. Colombo de Souza, tinha feito uma lei que dava um pedaço de terra para os retirantes na beira do Rio Amazonas e mandava o governo manter os pobres quando lá chegassem¹⁰⁶.

¹⁰³ Jornal O Estado, Ceará, 23 de agosto de 1958. Biblioteca da Associação Cearense de Imprensa.

¹⁰⁴ Gaiolas são embarcações movidas a motor que no Brasil fazem a navegação fluvial.

¹⁰⁵ Jornal O Estado, Ceará, 23 de agosto de 1958. Biblioteca da Associação Cearense de Imprensa.

¹⁰⁶ Idem.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O deputado federal José Colombo de Souza, eleito pelo Partido Social Progressista no Ceará, apesar da informação repassada pelo cearense Manoel Antônio, não propôs enquanto deputado qualquer projeto de lei que visasse distribuir terras para os migrantes nordestinos na região amazônica. Outras propostas com esse viés, porém, teriam sido postas em prática desde pelo menos a década de 1930, com a denominada “marcha para o Oeste”. Projeto implementado pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, quando buscou-se povoar e desenvolver o interior do país.

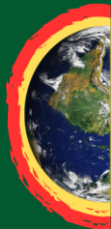
Além dessa informação, o cearense Manoel Antônio relatou ainda em missivas que após conseguir um pedaço de terra, um “sonho velho”, esperava que o governo federal proporcionasse aos nordestinos os mesmos benefícios que eram ofertados aos “japoneses que chegavam lá, todos bem tratados e com documentos de posse da terra”¹⁰⁷.

Outro sujeito que partiu nestes anos de 1950 para a região amazônica foi o nordestino Gabriel Gomes de Lima¹⁰⁸. Sua trajetória de travessia, semelhante a de tantos outros migrantes, foi eivada de dificuldades. O mesmo saiu em março de 1953 da localidade de Pedro Velho (Rio Grande do Norte) com a esposa e os filhos em direção à Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza.

De acordo com os relatos dos familiares, cedidos à socióloga Coutinho (2015), Gabriel Gomes exercia as funções de tropeiro e negociante, saindo da localidade de Caiçara onde nasceu – interior da Paraíba – em direção à praia da Pipa no Rio Grande do Norte para vender feijão, milho, mandioca e outros gêneros alimentícios. Entre 1948 e 1953, contudo, o paraibano arrendou uma propriedade em Pedro Velho, ficando a lida da terra à cargo da esposa Satina e dos filhos, já que o senhor Gabriel Gomes preferia o trabalho como tropeiro, circulando entre as cidades limítrofes do Rio Grande do Norte e da Paraíba, vendendo alho, cebola, fumo, entre outras mercadorias.

¹⁰⁷ Jornal O Estado, Ceará, 23 de agosto de 1958. Biblioteca da Associação Cearense de Imprensa.

¹⁰⁸ Conhecemos a trajetória do nordestino Gabriel Gomes de Lima a partir da pesquisa de doutorado realizada pela socióloga COUTINHO, Priscila de Oliveira. “Meu sonho era maior que eu”: Biografia sociológica de uma transfuga de classe. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. A mesma ao realizar uma biografia sobre a nordestina Juscelina Gomes de Lima, filha de Gabriel Gomes, nos possibilitou conhecer sua vida, assim como os percalços enfrentados pela família na travessia até a região amazônica no ano de 1953.



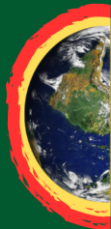
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A seca que atingiu o Nordeste em 1951 dificultou, porém, que Gabriel Gomes encontrasse compradores para seus produtos. Adversidade que se agravou com a extensão da intempérie climática nos dois anos seguintes. Como explicou Demétrio Gomes de Lima, o filho mais velho do senhor Gomes, a vida da família no ano de 1953, período que se deslocaram da localidade de Pedro Velho, ficou complicada: “houve uma época que teve um verão pesado. O comércio ficou ruim e uns amigos de papai diziam que o Pará era muito bom, tinha terra boa”¹⁰⁹. Assim, tal como o cearense Manoel Antônio em 1958 migrou em direção à Amazônia induzido pelas palavras do ex-soldado da borracha Florêncio, Gabriel Gomes de Lima deixou-se persuadir pelas ideias dos conterrâneos e partiu rumo aos rincões amazônicos.

Além da influência dos amigos, com histórias de bonança e prosperidade na região amazônica, outro fator foi decisivo para que Gabriel Gomes optasse pela migração: a perspectiva de se tornar morador de algum fazendeiro, ficando impedido de exercer a função de tropeiro. Atrelado a isto, soube que poderia obter passagens subsidiadas pelo governo federal até o Norte, saindo o navio da cidade de Fortaleza em direção à Belém. Assim, “uma vez tomada a decisão de partir, a família cuidou de vender o pouco que tinha” e com o dinheiro arrecadado, pagou as passagens entre a localidade de Pedro Velho, no Rio Grande do Norte, e a capital cearense. Percurso que “Gabriel, Satina, à época grávida, e seis dos sete filhos viajaram durante vários dias, em trens, ônibus e paus de arara, até Fortaleza” (Coutinho, 2015, p. 102).

Ao chegar à Fortaleza, a família se dirigiu até a Hospedaria Getúlio Vargas, mas não encontrou vagas disponíveis, permanecendo aproximadamente um mês debaixo de cajueiros que ficavam em frente ao abrigo. Enquanto aguardavam que outros migrassem, surgindo assim vagas disponíveis para que pudessem se alistar, Demétrio “vendia macaxeira para ajudar a sustentar a família” (Coutinho, 2015, p.105). Como já debatido na tese, estes sujeitos em deslocamento enquanto aguardavam nesse “território da espera” circulavam pela cidade com o intuito de obter alimentos e/ou dinheiro, às vezes mendigando, outras vendendo mercadorias ou envolvendo-se em saques e outras ações

¹⁰⁹ Entrevista de Demétrio Gomes de Lima realizada por Coutinho (2015, p.101).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

de massa. Esperar não era sinônimo de ficar estático.

Mas na área compreendida por terrenos baldios, no qual havia cajueiros que Gabriel Gomes e sua família abrigaram-se, vivenciaram momentos de angústia. Quem narrou à socióloga Coutinho a aflição familiar foi José Ramos, um dos filhos do senhor Gomes:

Toda vez que dava 20h vinha chuva. A nossa barraca ficava embaixo de um cajueiro no Alagadiço, aí todo dia vinha inverno, né. Aí o pai disse que ia invadir a igreja, né. Aí três pais de família disse: Seu Gabriel, corta o baralho pra mim? Quer dizer, pra entrar no meio, né? Aí foi os três pais de família na frente e as mulheres atrás com a meninada. Veio aquela fila. Aí o vigia veio, começou a se zangar e meu pai disse: ‘Olha, pelo amor de Deus, você fique quieto aí, senão você vai pro Americano’. O Americano era um vagão que tinha. Aí ele disse que ia ligar pras Forças [armadas]. Quando as Forças chegaram, aí eles deram comida, remédio, aí chegou com tudo. Aí fomos apoiados pelas forças¹¹⁰.

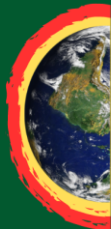
Na memória de José Ramos, uma criança de apenas 5 anos naquele ano de 1953, a figura de Gabriel Gomes foi idealizada tal como a de um herói. Para ele, foi a partir da iniciativa do pai, de tentar invadir a Igreja Católica¹¹¹, ainda em construção, que outros companheiros de infortúnio se uniram à sua causa e juntos, mesmo diante da ameaça do vigia em prendê-los em um vagão, conseguiram o apoio do Exército.

Além da idealização da figura paterna, José Ramos construiu uma imagem idílica das forças armadas, tendo em vista que na sua memória foi somente após a intervenção do Exército que os sertanejos alojados no terreno baldio conseguiram alimentos, remédios, entre outros benefícios, como fica nítido no seguinte depoimento:

Quando o Exército tomou de conta aí melhorou tudo. Houve a invasão do mercado dos aflagelado, né... Num tinha médico, tudo cabeludo, aí o Exército chegou com aquelas máquinas, né, aquelas riiiiiiiiiiii... Aí era dois minutos pra fazer o cabelo. Só não dava acabamento, mas era ligeira a máquina. Aí dizia: “Abre a boca!” Abria a boca: Dentes ruins. “Entra aí!” Entrava o dentista, extraía os dentes. Aí arrumaram de

¹¹⁰ Entrevista realizada com José Ramos Gomes por COUTINHO, 2015, p. 107.

¹¹¹ O terreno para a construção da Igreja Católica foi doado pelo então delegado regional do Ministério do Trabalho, Raul Uchôa, em fins de 1943, período em que se iniciaram as obras de edificação. Em 1953, uma década depois, contudo, ainda não havia sido concluída.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

comer e barraca de lona (...) ¹¹².

Essas ações assistencialistas eram enaltecidas também por alguns jornais em Fortaleza, sobretudo, pelos periódicos que apoiavam o governo estadual. Na edição do dia 24 de abril de 1953, o jornal *Unitário*, por exemplo, trazia uma reportagem informando que o Exército havia doado naquele mês diversas barracas de lona, sendo levantadas 12 no total, com o uso da mão de obra dos migrantes.

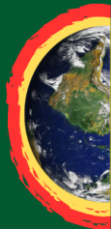
A família de Gabriel Gomes, como ficou subentendido pela fala de José Ramos, foi beneficiada com a instalação das barracas de lona cedidas pelo Exército, diminuindo assim os percalços relacionados à exposição constante ao sol e à chuva. Naquele abrigo improvisado permaneceram por alguns dias, pois na Hospedaria Getúlio Vargas não havia vagas suficientes para todos os inúmeros emigrantes que chegavam em Fortaleza naquele ano de 1953. Situação tão alarmante em todo o Nordeste que mobilizou a imprensa, entidades filantrópicas, políticos, artistas, entre outros sujeitos, em prol de auxiliar os nordestinos em uma campanha intitulada “Ajuda teu irmão” ¹¹³.

Um dos artistas que participou da respectiva campanha foi o cantor pernambucano Luiz Gonzaga, que, ao presenciar a situação de calamidade dos abrigados na hospedaria, questionou para onde estava sendo direcionado o dinheiro arrecadado. O discurso do músico deve ter sido bastante impactante, pois uma das principais lembranças dos filhos do nordestino Gabriel Gomes – Demétrio, Ramos, Darcy e Maria –, durante a permanência na respectiva hospedaria foi este show, no qual relataram à socióloga Coutinho que o cantor chorou de tristeza ao ver a situação dos trabalhadores abrigados naquele espaço, denunciando os “[...] tubarões que haviam roubado o dinheiro que ele mandou para ajudar os aflagelados da hospedaria” (2015, p.107).

Mesmo sem o auxílio dos donativos da campanha “Ajuda teu irmão”, foi naquele abrigo federal que a família de Gabriel Gomes permaneceu por muitos dias, aguardando passagens para embarcar para a região norte do país. Um período de espera que

¹¹² Entrevista realizada com José Ramos Gomes por COUTINHO, 2015, p. 107.

¹¹³ Campanha iniciada nos estados do Sudeste em fevereiro de 1953, com o apoio de diversos jornais, políticos e entidades assistencialistas. Artistas e atletas, no qual realizavam-se projetos de leis, eventos, jogos de futebol, entre outras ações, cujo cerne era arrecadar donativos para auxiliar a população nordestina.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

provavelmente não foi tranquilo, tendo em vista a lotação da hospedaria e os problemas inerentes a isto. Apesar de não haver relatos de José Ramos e dos outros filhos sobre este ínterim, especificando sobre outras experiências vivenciadas naquele local até a travessia para a Amazônia, a partir da imprensa temos um vislumbre sobre os percalços vivenciados por estes.

Reinava na Hospedaria Getúlio Vargas um ambiente propício para que houvesse um alto índice de mortalidade, sobretudo, infantil, tendo em vista a superlotação, a proliferação de doenças, assim como a ausência de uma grande equipe de médicos e outros profissionais para atender as pessoas. Com isso, sair daquela hospedaria era a alternativa mais segura em meados de 1953. Assim, Gabriel Gomes, a esposa Satina e os filhos migraram na primeira oportunidade para a região amazônica em um navio da Lloyde Brasileiro, denominado Poconé, travessia que durou 8 dias. Mas de acordo com José Ramos, a viagem teve alguns inconvenientes:

Passamos pela Ilha das Pororocas. Foi onde deu mais zebra. É quando tem o encontro do Rio Negro com as águas do mar. Foi lá que eu me lembro que a água batia muito no navio. Eu achava bonito era quando amanhecia o dia, o sol saindo, a água batendo nele [no Poconé]. Eu lembro que ele parou um dia e meio em São Luís [do Maranhão]¹¹⁴.

Ao chegarem ao Pará – local indicado a Gabriel Gomes pelos amigos no Rio Grande do Norte como a representação da prosperidade e da bonança – foram transferidos para outra hospedaria federal, a Tapanã. Naquele abrigo, permaneceram por vários dias, pois segundo seu filho, José Ramos, o patriarca se recusava a aceitar qualquer oferta de trabalho.

Aí todo dia chegava muita gente atrás de papai [na Hospedaria Tapanã] pra trabalhar na vacaria, mas ele não queria. Já que tava lá, queria um negócio melhor, né. Aí chegou um senhor com nome de Zé Guedes e ajeitou com ele pra ir pra fazenda dele. Aí ele foi, ajeitou e marcou o dia na quarta-feira que ele vinha, que ele era proprietário do caminhão naquela época e vinha apanhar a gente. Foi chegar era 6 horas da noite, aí nós viemos e fomos chegar era 12 horas na fazenda. Aí ele ficou lá um ano, mas com um ano ele não queria mais ser sujeito, sabe? Ele

¹¹⁴ Entrevista realizada com José Ramos Gomes por Coutinho, (2015, p. 109).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

queria crescer. Aí falou com o homem que queria botar três hectares de terra, mas só se fosse de mata virgem... aí ele exigiu isso porque ele sabia que o homem não tinha essa terra lá, sabe? Num tinha como arrumar, né. Era pra ele poder sair fora, né. Aí disse: ‘Dom João que tem esses terreno todo, mas ele é muito bravo’. Só que ele falava alto por ele mesmo, sabe? Não tinha nada disso não, não era bravo não. Aí ele foi lá com Dom João e levou um outro ano, mas lá ele já montou comércio, começou a subir, né. Aí no fim do ano ele colheu 360 sacos de arroz... eu lembro ainda. Colheu muito arroz e depois comprou a terrinha dele¹¹⁵.

O depoimento, bastante extenso, nos possibilita problematizar sobre diferentes aspectos dessa família de emigrantes. Primeiramente, o senhor Gabriel Gomes era descrito pelos filhos e por outros parentes como alguém que não havia se adaptado ao trabalho na agricultura, quando comprou uma terra em Pedro Velho (RN), preferindo exercer a função de tropeiro. Com isso, acreditamos que possivelmente aguardava uma proposta de trabalho que não estivesse relacionada ao extrativismo da borracha, atividade que lhe era completamente estranha. Outro enfoque era a percepção que José Ramos, na época uma criança muito pequena, tinha sobre o próprio pai, tendo em vista que o enxergava como uma pessoa que, por ser alfabetizada, não se submeteria a aceitar qualquer tipo de emprego.

Mesmo após obter um trabalho, Gabriel Gomes, na memória construída por José Ramos, não queria se sujeitar às ordens do patrão, assim como não queria se tornar morador de um proprietário de terras no Rio Grande do Norte. Por isso, buscou adquirir posteriormente uma propriedade no qual pudesse plantar para si e sua família, investindo na plantação de arroz. De acordo com Coutinho, “a região onde Gabriel comprou sua terra chamava-se Miritueira, nos limites dos municípios de São José do Guamá e daquele que em 1961 se tornaria o município de Santa Maria do Pará” (2015, p.112). Propriedade que valorizou-se devido à proximidade com a rodovia Belém-Brasília.

É importante ressaltar que, apesar de Gabriel Gomes e dos filhos terem conseguido se adaptar bem à região de Guamá, desenvolvendo vários projetos na agricultura, a família precisou retornar à Paraíba – cidade de Caiçara – no ano de 1960,

¹¹⁵ Entrevista realizada com José Ramos Gomes por Coutinho, (2015, p. 110)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

pois dona Satina não havia se adaptado à região amazônica, sentindo muita saudade dos parentes que permaneceram no Nordeste.

As trajetórias de migração dos nordestinos Manoel Antônio e Gabriel Gomes e suas respectivas famílias estão relacionadas à região amazônica, assim como a história de deslocamento de milhares de sujeitos, sobretudo, a partir de meados do século XIX. Tal preferência tinha relação com a existência de redes de apoio familiar e/ou de amigos, incentivo governamental e expectativas de melhoria de vida. Mas nessa década de 1950 o Norte ganhou concorrentes em potencial: as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Uma grande leva de emigrantes partiu em direção, principalmente, ao estado de São Paulo, como salienta o historiador Paulo Fontes:

(...) os anos 50 foram, provavelmente, o momento no qual o impacto da migração interna foi mais acentuado. Pela primeira vez na cidade de São Paulo o número de migrantes de outras regiões ultrapassava o das pessoas vindas do interior do estado. (...) Os trabalhadores oriundos dos estados nordestinos compunham a grande maioria dos recém chegados e empregavam-se em massa nos variados ramos da indústria e serviços em franca expansão na região metropolitana (Fontes, 2002, p.54-55)

Os nordestinos que migravam em direção a São Paulo na década de 1950, vindos de diversos estados do Nordeste – a maioria, contudo, era proveniente do estado da Bahia –, utilizavam como transporte os caminhões pau-de-arara, passando dias nas estradas até chegar à capital paulista ou à região metropolitana em busca de ocupação na indústria e em outros setores produtivos. Mas esse aumento do fluxo de migrantes na década de 1950 para São Paulo e outras paragens poderia ser justificado somente pelas estiagens, que atingiram os estados nordestinos entre 1951-53 e, sobretudo, em 1958?

Utilizar apenas o argumento climático para justificar o fluxo constante de nordestinos é imprudente, na medida que havia outros fatores que impulsionaram essa migração, como já citamos na tese. Além disso, essa justificativa esvazia-se quando percebemos que durante toda a década de 1950 a população nordestina e, sobretudo, a cearense recorriam à Hospedaria Getúlio Vargas em busca de passagem para migrar, mesmo quando havia estabilidade climática. Fugir das atrocidades cometidas pelos grandes latifundiários e buscar melhores condições de vida, fosse no campo ou na cidade,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

– salários dignos, acesso a direitos trabalhistas e/ou a posse de uma propriedade rural – possivelmente é a resposta mais plausível para esse deslocamento constante, fosse migrando com passagens subsidiadas ou não pelo governo federal.

Foi em busca de melhores condições de vida que o sobralense José Henrique dos Santos, residente em Fortaleza, partiu para a cidade do Rio de Janeiro em 1957 (período de estabilidade climática no Nordeste). A esposa Maria Luiza Cabral dos Santos e os dois filhos pequenos, contudo, permaneceram no Ceará. Quem narrou sua saga em direção ao Sudeste foi sua filha mais velha, Ana Chélida dos Santos¹¹⁶, mas a memória construída a respeito do deslocamento do progenitor baseou-se em versões contadas por terceiros, ou seja, seus familiares, tendo em vista que no respectivo período era uma criança bem pequena.

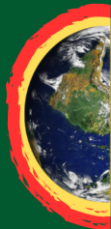
Ana Chélida relatava aos entrevistadores do Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ, que a família residia no bairro Aldeota no final dos anos de 1950. Um espaço que desde a década de 1940 recebia muitas famílias abastadas da cidade, mas que ainda possuía muitos moradores de classe média e baixa. O pai, José Henrique, trabalhava como carpinteiro e marceneiro, mas diante das dificuldades de conseguir clientes na capital cearense aceitou uma oferta de trabalho na cidade do Rio de Janeiro.

A viagem entre Fortaleza e o Rio de Janeiro, de acordo com Ana Chélida, foi financiada pelo pai, não obtendo as passagens subsidiadas do Governo Federal. Assim, “ele veio descascando batata na cozinha do navio e sacas de chuchus”¹¹⁷ para conseguir pagar pela travessia, como relatava a filha. Um momento que era relembrando por José Henrique como uma experiência anedótica, sendo contada de maneira divertida aos filhos.

Ao aportar no Rio de Janeiro em 1957, o cearense José Henrique dos Santos foi morar com essa enfermeira e conseguiu um trabalho em uma carpintaria, proposta de emprego que já havia sido estipulada por meio das missivas trocadas. Naquela cidade permaneceu por muitos meses, havendo o contato com Maria Luiza Cabral dos Santos

¹¹⁶ Ana Chélida dos Santos nasceu em Fortaleza em 07 de junho de 1957.

¹¹⁷ Entrevista de Ana Chélida dos Santos, realizada pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ em 18 de novembro de 2017.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

por meio de cartas, que eram lidas por uma vizinha, já que a mesma era analfabeta. O plano, contudo, era levar a esposa e os filhos para morar posteriormente com ele. Mas como conseguir passagens para migrar?

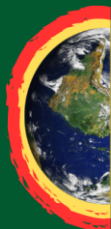
A solução encontrada para que a esposa e os filhos conseguissem migrar para o Rio de Janeiro estava nas passagens subsidiadas pela Hospedaria Getúlio Vargas. No período que José Henrique dos Santos migrou, em 1957, havia a possibilidade que os moradores de Fortaleza se inscrevessem naquela hospedaria e conseguissem se deslocar para outras paragens do país, sobretudo, para o Norte. Os cidadãos, porém, não podiam permanecer nas dependências do abrigo federal, tendo em vista que havia uma política do INIC de dificultar a permanência de emigrantes nas hospedarias federais nesta época, com a justificativa de que não havia verbas para mantê-los naqueles abrigos.

Havia, porém, outra exigência: aqueles que quisessem partir, sobretudo, para a Amazônia deveriam ter uma “carta de chamada”, ou seja, a concessão de passagens estava “condicionada à existência de prova de colocação certa”. Após o cumprimento desses requisitos, o migrante e sua família eram avisados oito dias antes do embarque devendo se apresentar à hospedaria para realizarem “registro, prontuário, exame médico, fotografia e cartão de identidade para embarque e colocação”¹¹⁸.

Após esse primeiro chamado para fazer registro, exames, entre outras ações, os habitantes da capital que haviam solicitado passagens subsidiadas deveriam comparecer à hospedaria somente para obter os documentos pedidos, aguardando em casa o dia de embarcar. Mas quem não morasse em Fortaleza precisava, contudo, permanecer “na frente da Hospedaria, debaixo de cajueiros, até que, 8 (oito) dias antes do embarque, seja hospedado e feita a documentação para embarque”.¹¹⁹ Somente em casos excepcionais havia a autorização para a hospedagem. Com isso, as pessoas tinham a obrigatoriedade de permanecer fora das dependências da hospedaria, sob sol e/ou chuvas, por diversos dias, sem qualquer auxílio. Aqueles que suportavam a respectiva situação eram finalmente alistados e podiam migrar.

¹¹⁸ Relatório do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1957. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional BRAN, RIO57, CX13, PT1, p. 219.

¹¹⁹ Idem.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

José Henrique dos Santos, contudo, mesmo sendo residente na capital cearense, não se deslocou com passagens subsidiadas pelo governo federal. A princípio cogitou-se que a ausência de ajuda governamental estivesse relacionada ao local para qual o mesmo migrou, o Sudeste ao invés da região amazônica. Mas ao analisarmos o documento produzido pelo INIC percebemos que havia deslocamento de migrantes para o estado do Rio de Janeiro também, já que o navio Almirante Alexandrino zarpuou com 38 pessoas naquele ano de 1957¹²⁰ para a respectiva cidade. Provavelmente devido à urgência em assumir o cargo de carpinteiro, que proporcionaria à família condições melhores para viver, não foi possível aguardar o prazo necessário para cumprir todas as exigências da hospedaria. Outra possibilidade era a inexistência de vagas para se alistar e poder partir.

Mas quando a esposa Maria Luiza Cabral dos Santos e os dois filhos pequenos de José Henrique dos Santos migraram em dezembro de 1958 com passagens subsidiadas pelo governo federal a situação na Hospedaria Getúlio Vargas era bastante díspar. O Nordeste vivenciava uma das maiores estiagens do século XX, havendo milhares de sujeitos se deslocando para diversas regiões do país em busca de alimentação, trabalho e auxílio governamental. Com isso, os abrigos federais recebiam diariamente centenas de sujeitos em busca de passagens. A hospedaria em Fortaleza recebeu milhares de pessoas vindos de diversas paragens nordestinas, sendo a situação bastante alarmante.

O alistamento dos moradores de Fortaleza nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas durante aquela seca de 1958, como relatou Ana Chélida

não era fácil não. Eu lembro deles comentarem que quase que deixaram minha mãe para trás. Porque no que ele escreveu as famílias, você tinha que esperar o chamado pra ir lá e confirmar quantas pessoas, idade, identidade, essas coisas. E nesse período meu pai escreveu dizendo que ele tava indo a Fortaleza, que ele não aguentava mais de sentir falta. Aí meu tio tirou minha mãe, comigo e meu irmão, e botou uma outra família. Quando pai disse que já não podia mais ir não, que era pra levar. E agora, pra arranjar outra passagem? Foi um Deus nos acuda. Mas coisa de Deus, ele conseguiu encaixar a gente. (...) Viemos realmente como retirantes da seca¹²¹.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Relatório do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1957. Fundo: Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional BRAN, RIO57, CX13, PT1, p. 219.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O responsável pelo alistamento de Ana Chélida, sua mãe e irmão foi seu tio, Francisco Tavares (irmão de sua mãe), que alistou ainda sua família, composta pela esposa Francisca Amélia e os cinco filhos. Em Fortaleza, o mesmo trabalhava como “artesão, produzindo móveis em vime, cipós, bolsas, essas coisas que artesão fabrica e vendia nas feiras livres”¹²². Quem narrou a trajetória de migração de Francisco Tavares foi seu filho, Francisco Tavares Filho, que durante a seca de 1958 possuía 11 anos e relembrou à equipe Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores os percalços vivenciados durante esta época:

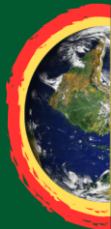
Então eu lembro que em 58 Fortaleza ficou muito cheia de retirantes da seca do interior para a capital, mas eram levas e levas de pessoas. E isso aí eu me lembro que eu estava lá no meu colégio uma vez e eu vi passar as pessoas, mas era muita gente e chegando a pé. Aí as coisas que já não estavam boas ficaram mais difíceis ainda. A gente não conseguia vender praticamente nada, meu pai às vezes conseguia um serviço ou outro particular, consertar algumas coisas... aí ficou muito difícil.

A capital cearense naquele ano de 1958, como relembrou Francisco Filho, recebeu milhares de sujeitos em deslocamento, que vinham de diversas regiões do Ceará e do Nordeste – a pé, em caminhões pau-de-arara, em trens e por outros meios. Uma multidão em desespero que ansiava por auxílio do governo e de particulares. Com isso, quase não havia compradores para os produtos comercializados por Francisco Tavares nas feiras. A solução encontrada foi a migração para o Rio de Janeiro, tendo em vista que o cunhado, José Henrique dos Santos, escrevia cartas daquela cidade afirmando que “a situação aqui está melhor. Tem muito serviço pra vocês”¹²³.

Francisco Filho relatou ainda que, após a família fazer o alistamento, aguardou por diversos meses pela chegada do navio que os levaria para a cidade do Rio de Janeiro. Enquanto esperavam, precisaram vender todos os objetos que possuíam e foram morar na casa de uma tia na praia do Mucuripe, que já era ocupada pelos tios, quatro primos e os netos do casal, sendo uma “confusão”. O intento era acompanhar a chegada dos navios,

¹²² Entrevista com Francisco Tavares Filho, 68 anos, realizada pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ em 25 de agosto de 2015.

¹²³ Entrevista com Francisco Tavares Filho, 68 anos, realizada pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ em 25 de agosto de 2015.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

tendo em vista que da casa simples era possível visualizar a entrada e a saída das embarcações. Com isso, “ficava ali minha mãe com minha tia olhando, ‘pô, quando esse navio aparece’? Aí o navio não aparecia nunca.”¹²⁴. Naquele espaço ficaram aguardando por quase todo o ano de 1958, pois o navio Almirante Alexandrino, responsável pelo deslocamento destes migrantes, zarpou somente no dia 02 de dezembro¹²⁵.

A viagem no navio da Lloyd Brasileiro, entre Fortaleza e a Hospedaria da Ilha de Flores no Rio de Janeiro, de acordo com Ana Chélida dos Santos, durou 8 dias. Mas a travessia foi narrada de formas diferentes pelos entrevistados pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores. A narrativa de Ana Chélida baseou-se nas falas de sua mãe, Maria Luiza Cabral dos Santos. Para esta o deslocamento na embarcação havia sido a pior experiência da sua vida, pois enjoou durante todo o percurso, vindo todos amontoados “em redes, no porão do navio”. Além disso, as condições sanitárias do espaço eram péssimas, havendo “total falta de higiene” e a proliferação de doenças, como, por exemplo, a “disenteria, principalmente nas crianças”¹²⁶.

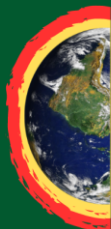
Na concepção de Francisco Filho, no entanto, a viagem não foi um suplício, sendo descrita como um momento de descobertas. A primeira divergência com a narrativa de sua tia estava relacionada ao local que foram alocados, pois a partir das memórias do então menino de 11 anos foi no “convés do navio, na parte da frente onde vinha as cargas”, já que “veio tanta gente nesse navio que nós não conseguimos ficar em cabine”. O mesmo não ficou restrito, contudo, ao espaço que lhe foi designado:

Era gozado porque eu rodei o navio todo, andei o navio inteiro, de ponta a ponta. E aí eu lembro que eu ia conhecer as pessoas que tocavam na orquestra do navio, e aí eu ia participar lá, ia ver os ensaios deles, eles tocando aquelas músicas e tal. Eu ficava encantado, nunca tinha visto

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Durante a entrevista de Ana Chélida dos Santos há a informação que a data de desembarque na hospedaria da ilha das Flores foi no dia 08 de dezembro de 1958, mas acreditamos que o embarque tenha sido no dia 02 de dezembro e o desembarque tenha ocorrido no dia 10 de dezembro, tendo como base a reportagem do jornal O Dia/PR, do dia 11 de dezembro de 1958, que afirmava que havia desembarcados no dia anterior diversos nordestinos na Hospedaria da ilha de Flores, vindos da Hospedaria Getúlio Vargas. Vale ressaltar que no final daquele ano somente há esse registro sobre a navegação do navio Almirante Alexandrino para a cidade do Rio de Janeiro.

¹²⁶ Entrevista de Ana Chélida dos Santos, realizada pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ em 18 de novembro de 2017.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

um violino, vi um violino, primeira vez, ‘pô, o que é isso?!’. Então tinha mais, pessoas na primeira classe, tinha, sei lá, um jantar dançante, um negócio assim, mas era uma coisa limitada ao pessoal da primeira classe. Então tinham pessoas realmente... nem todos que vieram, vieram por conta do Governo¹²⁷.

Movimentando-se pelo navio Almirante Alexandrino, Francisco Filho percebeu que havia diferenças entre os emigrantes nordestinos, que normalmente permaneciam estáticos no convés sob sol e chuva, e os outros passageiros, provavelmente imigrantes estrangeiros, que confraternizavam entre si na primeira classe, com jantares e danças. É importante ressaltar que neste ano de 1958 milhares de estrangeiros adentraram o território brasileiro em busca de melhores condições de vida, incentivados ou não por acordos assinados pelo governo brasileiro¹²⁸. De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil, neste respectivo ano foram registrados 21.928 portugueses, 6.586 japoneses, 5.768 espanhóis, 4.819 italianos, 9.913 de outras nacionalidades e 825 alemães¹²⁹.

A partir da reportagem do jornal O Dia/PR, publicada no dia 11 de dezembro de 1958, sabemos que

Transportando 500 flagelados das sêcas, chegou, na manhã de hoje no Rio o navio ‘Almirante Alexandrino’ procedente de Fortaleza. Os retirantes nordestinos, cerca de 150 são adultos e os restantes crianças, que apresentam sintomas de sub-nutrição, razão pela qual a direção do INIC providenciou a remoção imediata dos mesmos para a Hospedaria da Ilha de Flores, a fim de que os retirantes fossem medicados e recebessem alimentos¹³⁰.

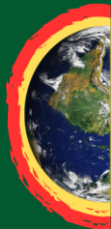
Não há informações sobre o quantitativo de imigrantes estrangeiros que estavam vindo juntamente com os migrantes nordestinos no navio Almirante Alexandrino. Mas todos, sem exceção, precisaram desembarcar na hospedaria existente na ilha de Flores, localizada no município de São Gonçalo, tendo em vista que os estrangeiros deveriam

¹²⁷ Entrevista com Francisco Tavares Filho, 68 anos, realizada pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ em 25 de agosto de 2015

¹²⁸ Em 1950, por exemplo, o Brasil assinou um acordo com a Itália com o intuito de assinar um convênio para a imigração das pessoas. No respectivo acordo estabelecia-se que o Brasil incentivaria a imigração espontânea como a imigração dirigida (intervenção direta do Estado no controle da seleção e encaminhamento das pessoas).

¹²⁹ Anuário Estatístico do Brasil – 1959, Ano XX, IBGE.

¹³⁰ Jornal O Dia, Paraná, 11 de dezembro de 1958. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

aguardar naquele espaço o momento de serem enviados para suas colocações de trabalho. No caso daqueles provenientes do Nordeste, aparentemente o motivo de serem enviados para o abrigo do INIC estava relacionado aos problemas de saúde daqueles indivíduos. Informação que a entrevistada Ana Chélida dos Santos confirmou, pois havia na embarcação pessoas “desnutridas, doentes com escabiose, sarnas, piolho”¹³¹.

Ao aportarem na cidade do Rio de Janeiro foram encaminhados em barcos menores para a Hospedaria da ilha de Flores. Nas dependências daquele abrigo foram imediatamente identificados, registrando-se a quantidade de pessoas por família. Após esse primeiro contato, identificaram aqueles sujeitos que estavam doentes, encaminhando-os para o hospital, que possuía médico e enfermeiras. Além disso, todos foram vacinados. De acordo com Ana Chélida

eram freiras que eram enfermeiras. Elas iam mandando as pessoas tomarem banho. Mulheres para um lado, homens para outro. Passando na barbearia para raspar a cabeça e tomar uns comprimidinhos. (...) Era tipo para matar os vermes. (...) matar as coisas que as pessoas estavam trazendo.¹³²

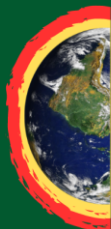
Quanto à alimentação é importante destacar alguns trechos do depoimento de Francisco Filho, interessantes para entender a dinâmica da hospedaria e a interação entre os migrantes nacionais e os estrangeiros. O primeiro aspecto era que não havia divisão nos momentos das refeições entre os estrangeiros e os migrantes nacionais. A separação ficava restrita à habitação nos pavilhões. Mas os gêneros alimentares, típicos da culinária brasileira e que agradavam sobremaneira os nordestinos, com um cardápio voltado para suas preferências alimentares – “carne seca com abóbora”¹³³, por exemplo – eram estranhos para os de fora do Brasil.

Naquele abrigo federal, interagindo com diversos imigrantes estrangeiros e com outros companheiros nordestinos, Francisco Tavares Filho permaneceu por quase 10

¹³¹ Entrevista de Ana Chélida dos Santos, realizada pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ em 18 de novembro de 2017.

¹³² Idem.

¹³³ Entrevista com Francisco Tavares Filho, 68 anos, realizada pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha de Flores/UERJ em 25 de agosto de 2015.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

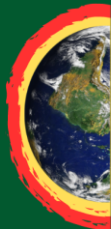
anos, junto com seu pai, mãe e irmãos. Sua prima, Ana Chélida, e sua tia também ficaram nas dependências da hospedaria. Diferentemente dos outros migrantes vindos de Fortaleza no navio Almirante Alexandrino no dia 02 de dezembro de 1958, que foram encaminhados para os estados do Paraná e de Goiás, para o trabalho nos cafezais e para a construção de Brasília, as duas famílias conseguiram ocupações dentro da ilha de Flores.

Francisca Amélia Tavares, mãe de Francisco Filho, conseguiu quase que imediatamente um trabalho na lavanderia, sendo transferida posteriormente para o refeitório do restaurante. Já Maria Luiza Cabral dos Santos, mãe de Ana Chélida, foi contratada como doméstica na casa do administrador do abrigo. Permaneceu, porém, nos quadros de funcionários daquela instituição por longos anos, já que prestou concurso para ocupar uma vaga no restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).

As famílias de Francisco Filho e de Ana Chélida, após permanecerem por anos nas dependências da Hospedaria da ilha de Flores, foram obrigadas a sair daquele abrigo, tendo em vista que o mesmo passou para a jurisdição da Marinha. Foram residir em casas compradas no município de São Gonçalo, retornando ao Ceará apenas como visitantes. Ao analisarmos suas narrativas, em torno das experiências na hospedaria, percebemos que optaram por mencionar somente a interação entre os abrigados, suas descobertas e aprendizados e, sobretudo, sobre a importância daquele espaço na construção de suas identidades. Não há em suas falas menção aos percalços enfrentados, fosse por imigrantes estrangeiros ou migrantes nacionais, como, por exemplo, o longo período de espera para serem enviados para os locais de trabalho.

Acreditamos que essa estratégia de narrativa estivesse relacionada com o tipo de memória que construíram a partir das suas experiências exitosas na Hospedaria da ilha de Flores, pois foi naquele espaço que suas famílias conseguiram empregos e suas vidas melhoraram. Optaram assim por não citar as dificuldades, mesmo que a imprensa os divulgasse.

Dessa forma, a identidade de Francisco Filho, assim como de Ana Chélida, foi sendo moldada pelas memórias construídas na Hospedaria da ilha de Flores ao longo de quase uma década. Experiências múltiplas que não poderão ser discutidas a priori, mas



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

que deveremos trazer novamente em outra produção acadêmica.

Conclusão

Apesar das narrativas realizadas acima, enfatizamos que há uma carência de documentos que tratem sobre trajetórias de migração de nordestinos para diversas paragens do país durante a década de 1950. Mas as histórias encontradas esporadicamente, em alguns periódicos ou pesquisas acadêmicas que abordam a experiência de deslocamento dessas pessoas, nos possibilitaram problematizar sobre os motivos particulares que os obrigaram a se deslocar, em conexão com aspectos econômicos, políticos, religiosos, entre outros. Acreditamos, contudo, que estes sujeitos citados no respectivo artigo conseguiram decidir, dentro das limitadas opções ofertadas no período, para quais locais se deslocaram. O que não ocorreu com milhares de migrantes alocados na Hospedaria Getúlio Vargas que, entre dezembro de 1958 e fevereiro de 1959, foram forçados a se deslocar, em uma força tarefa denominada “Operação Flagelados¹³⁴”.

Bibliografia

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Tradução: Cristina Muracho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias**: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000.

CEARÁ. **As migrações para Fortaleza** /. Fortaleza: Secretaria de Administração/Imprensa Oficial, 1967. 326 p. ISBN (broch.)

COUTINHO, Priscila de Oliveira. **“Meu sonho era maior que eu”**: Biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

¹³⁴ Operação que tinha o objetivo de encaminhar forçadamente 10 mil pessoas, aproximadamente, que se encontravam abrigadas na Hospedaria Getúlio Vargas, enviando-as para diversas regiões do país.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**. Trabalhadores na Lida Contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará – Anos 1950). Tese de doutorado em História Social, UFBA, Bahia, 2016.

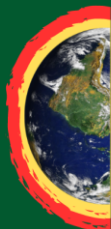
FONTES, Paulo Roberto Guerra. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza. CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Resumos Expandidos



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Alimentos perdidos e desperdício no Brasil: Debate uma Mudança Comportamental

Rosângela Maria Bezerra da Costa

Doutoranda no PPGH¹³⁵ da Universidade Federal Fronteira Sul
Campus Chapecó/SC (UFFS)

rosangela.dacosta@estudante.uffs.edu.br

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho

Prof. Doutor do PPGH da Universidade Federal
Fronteira Sul
Campus Chapecó/SC (UFFS)
miguel.carvalho@uffs.edu.br

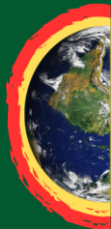
Ammabel Costa Lopes

Graduanda de Engenharia Agrônoma da Universidade Federal de Roraima
Boa Vista/RR (UFRR)
Bolsista da EMBRAPA
ammabeluf@gmail.com

Resumo

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) divulgou em 2022 que 1,3 bilhão de toneladas de alimentos foram desperdiçados. No Brasil segundo o IBGE, 30% dos alimentos vão para o lixo, no ranking dos Países que mais desperdiçam comida no mundo o Brasil ocupa a décima posição. "O desperdício de alimentos gera todos os impactos ambientais da produção de alimentos (uso intensivo e poluição da terra e dos recursos hídricos, exacerbação da perda de biodiversidade, emissões de gases de efeito estufa) sem nenhum dos benefícios de alimentar as pessoas" (Quested, 2021). Em um país que a produção de alimentos aumenta a proporção de desperdício parece aumentar também. Este estudo tem como objetivo realizar uma análise para entendimento sobre o histórico recente de perdas e desperdício de alimentos no Brasil e no mundo e abrir um espaço para debater sobre a redução do desperdício de alimentos a partir do estudo da meta 12.3 da Agenda 2030 da ONU, que propõe a redução do desperdício de alimentos até 2030 e a necessidade de uma mudança comportamental da sociedade. A metodologia aplicada foi exploratória com a coleta de dados via pesquisa bibliográfica embasada em relatórios disponibilizados pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) e United Nations Environment Programme (UNEP), as quais são as principais fontes de dados para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), fome, perda e desperdício de alimentos no mundo, enquanto no Brasil, a busca foi através do repositório da Empresa Brasileira de Pesquisa

¹³⁵ Sigla do Programa de Pós Graduação em História (PPGH)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

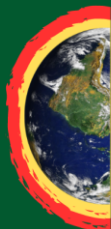
e Agropecuária (Embrapa), Instituto Brasileiro de Economia Aplicada (IPEA), também foram consultadas as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Capes. Esta análise considerou o passado recente o atual momento e prospecção futura, com recorte cronológico (2014/2024). Conclui-se que as perdas e desperdícios de alimentos causam imensuráveis prejuízos as sociedades, a fome é um exemplo.

Palavras-chave: Perdas e desperdício de alimentos. Fome. Agenda 2030.

Summary

The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) reported in 2022 that 1.3 billion tons of food were wasted. In Brazil, according to the IBGE, 30% of food goes to waste; in the ranking of countries that waste the most food in the world, Brazil ranks tenth. "Food waste generates all the environmental impacts of food production (intensive use and pollution of land and water resources, exacerbation of biodiversity loss, greenhouse gas emissions) without any of the benefits of feeding people" (Quested, 2021). In a country where food production increases, the proportion of waste seems to increase as well. This study aims to carry out an analysis to understand the recent history of food loss and waste in Brazil and in the world and to open a space to debate the reduction of food waste based on the study of target 12.3 of the UN 2030 Agenda, which proposes the reduction of food waste by 2030 and the need for a behavioral change in society. The methodology applied was exploratory with data collection via bibliographic research based on reports made available by Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and United Nations Environment Programme (UNEP), which are the main sources of data for Food and Nutrition Security (FNS), hunger, food loss and waste in the world, while in Brazil, the search was through the repository of the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa), Brazilian Institute of Applied Economics (IPEA), the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Capes Periodicals databases were also consulted. This analysis considered the recent past, the current moment and future prospects, with a chronological cut (2014/2024). It is concluded that food losses and waste cause immeasurable damage to societies, hunger is an example.

Keywords : Food losses and waste . Hunger. 2030 Agenda.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Patrimônios Ambientais de Uruaçu e Desafios no Sertão do Cerrado Goiano

Wanessa Ribeiro dos Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais da
Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista do CAPES

Emma Claudia Ribeiro Pires

Professora convidada da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de
Goiás (UFG)

Resumo

O presente trabalho aborda a cidade de Uruaçu no norte de Goiás como espaço de convergência cultural e ambiental, destacando a interação entre práticas tradicionais e as transformações contemporâneas. A cidade carrega histórias de alterações da paisagem e adaptação bem como as advindas com a construção da hidrelétrica de Serra da Mesa e seus impactos irreversíveis e pela expansão agropecuária e atividades altamente degradantes como a exploração das mineradoras da região. Práticas como a coleta do cajuzinho da serra são apresentadas como patrimônio imaterial, representando a interação íntima entre o sertanejo e o Cerrado, bioma de contrastes que une as austeridades e belezas locais. Além de explorar as nuances culturais, o texto reflete sobre a patrimonialização de tradições que são intrínsecos com os saberes populares em um contexto de mudanças ambientais e sociais. A Festa do Caju, por exemplo, transcende a celebração religiosa para reforçar a identidade local, enquanto o ato de coletar frutos do Cerrado simboliza a conexão ancestral com a terra. Essas práticas, porém, estão ameaçadas por problemas recorrentes como os incêndios, que quase sempre acontecem por meio de ações criminosas ou exploração econômica, que impactam o equilíbrio ecológico do Sertão Cerrado. O texto também discute os desafios da preservação do Cerrado e a necessidade de patrimonialização do bioma como estratégia de proteção. Ao enfatizar a coexistência



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

entre tradição e modernidade, o estudo propõe uma análise crítica sobre a valorização cultural e ambiental. Destaca-se a urgência de políticas públicas para salvaguardar o bioma e as práticas culturais a ele vinculadas, essencial para a continuidade das tradições e da biodiversidade.

Palavras-chave: Uruaçu, degradação ambiental, Patrimônio

Abstract

The present study explores the city of Uruaçu, located in northern Goiás, as a space of cultural and environmental convergence, emphasizing the interaction between traditional practices and contemporary transformations. The city holds stories of landscape changes and adaptation, particularly those associated with the construction of the Serra da Mesa Hydroelectric Dam and its irreversible impacts, as well as the expansion of agribusiness and highly degrading activities like mining in the region. Practices such as harvesting cajuzinho da serra are presented as intangible heritage, symbolizing the intimate interaction between the sertanejo people and the Cerrado, a biome of contrasts that unites local austerities and beauty. In addition to exploring cultural nuances, the text reflects on the heritagization of traditions that are deeply intertwined with popular knowledge within a context of environmental and social changes. The Festa do Caju, for instance, transcends religious celebration to reinforce local identity, while the act of collecting fruits from the Cerrado symbolizes an ancestral connection to the land. However, these practices face threats from recurrent problems such as fires often caused by criminal actions or economic exploitation, which disrupt the ecological balance of the Sertão Cerrado. The text also addresses the challenges of preserving the Cerrado and the need to recognize the biome as heritage, serving as a strategy for its protection. By highlighting the coexistence of tradition and modernity, the study offers a critical analysis of cultural and environmental valuation. It emphasizes the urgency of public policies to safeguard the biome and its associated cultural practices, which are essential for the continuity of traditions and biodiversity.

Keywords: Uruaçu, environmental degradation, heritage



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Uruaçu é uma cidade do Norte Goiano com apenas 93 anos, o nome que em língua indígena tupi significa Pássaro Grande, é cortada pela rodovia Belém-Brasília, BR-153 e é uma das cidades goianas que tiveram área inundada para a construção da hidrelétrica de Serra da Mesa, mas é a cidade com a margem do Lago de Serra da mesa mais próxima da área urbana.

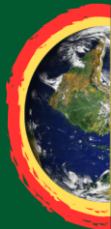
A cidade possui patrimônios que são muitos singulares da cultura local, como por exemplo a Festa do Caju que ao contrário do que muitas pessoas de fora pensam, é uma festa de celebração à São Pedro. A confusão se dá devido a cidade ser considerada a terra do caju (em Goiás) por causa da grande quantidade de caju do cerrado (ou cajuí como conhecido em outros lugares) nativo, o qual sua coleta também é uma espécie de costume entre a população.

A coleta do cajuzinho nativo do cerrado entre as serras pedregosas é uma atitude que resgata algo de tão primitivo da essência do ser humano, coletar para sobreviver, estabelecer contato e identificar quais frutos ou ervas são boas para o quê como ainda fazem os poucos raizeiros e curandeiros da região. Um ato rústico, mas também cheio de nuances delicadas de conexão com a terra.

Claramente esse tipo de costume não é exclusivamente comum só a Uruaçu, mas também nas cidades da região, a coleta de frutos como pequi, baru e o cajuzinho do cerrado, é um instinto que não foi esquecido pelo contrário, a cada vez que se vai a campo para tal atividade se reforçam os laços íntimos com a terra que convida a apreciar e refletir sobre as peculiaridades desse chão.

A todo ano quando recebia o convite para ir ao mato fazer uma “coieta” sempre entendia o convite como um ato de afeto, de quem quer o contemplar das coisas esplendorosas, mas acima de tudo, desfrutar de tais “milagres” compartilhando com outros, em momentos de conversa e escuta. Esses eventos me possibilitaram outro entendimento de mundo sobre o quão sábia a natureza pode ser.

Essas percepções que são melhor entendidas quando vividas. Vó Ilda que sai do sertão do Crato no Ceará ainda moça e veio para o sertão de Uruaçu em Goiás dizia que “o tempo da natureza tem *sabiduria exquisita*” para se referir aos ciclos seca e floração das plantas,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

que ensinam sobre paciência e generosidade. Também dizia que: “quando o corpo está *esmuricido* e a cabeça ta *esbafarida* tem que colocar o pé na terra”, essa seria a forma de curar.

É fundamental destacar que, embora o sertão seja uma realidade geográfica, cultural e histórica, suas interpretações não podem se limitar a visões simplistas sobre o sertão e a imagem do sertanejo, muitas vezes estereotipado em indivíduos precários. Embora carreguem traços de sua identidade que faz parte do sertanejo, isso não significa um indivíduo arcaico, muito pelo contrário adaptado ao tempo o sertanejo é também moderno.

Apesar da quantidade considerável de pessoas que tem e gostam desse contato mais próximo com a natureza, esta não é uma generalização sobre toda a população da cidade, obviamente nem todos os moradores de uma mesma cidade terão sempre os mesmos hábitos e predileções, ainda mais considerando a mudança de hábitos de boa parte das novas gerações que tem mais relações com aparelhos tecnológicos do que com a natureza se comparado às gerações anteriores.

Dessa forma, é preciso pensar que o termo "sertanejo" não deve carregar consigo o peso de concepções ultrapassadas ou estigmatizantes, mas sim ser compreendido como um reflexo de uma identidade em constante adaptação. A coexistência entre tradição e modernidade é um traço marcante do sertanejo urbano, o que reforça a necessidade de uma análise mais cuidadosa ao se referir a esses indivíduos e suas realidades.

Particularmente penso que de alguma forma as pessoas que vivem nessa região refletem algumas características de sua terra em suas personalidades de forma metafórica, esse sertanejo contemporâneo que pode parecer em ocasiões um indivíduo ríspido, ou casca grossa, como as do Cerrado para suportar os desafios da labuta na terra escaldante, lançam suas enormes e profundas raízes sobre o chão guardam memória, se fixam na sabedoria das experiências de vivência.

Alguns as vezes ariscos, são como plantas que possuem bulbos subterrâneos no chão, que chegam a desaparecer por completo nas queimadas, mas que logo depois rebrotam com suas folhas verdes e vistosas, como quem doa o melhor de si independente dos contratempos. Guardam dentro de si uma força de perseverança, se flexibilizam, se



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

adaptam se moldam sem sucumbir, resilientes como o próprio sertão lhes exige e capazes de florescer quando menos se espera.

Como não acreditar em tal poder de cura quando pelo menos a mim, (pela minha percepção de pessoa neurodivergente) tudo nessa paisagem parece magico? Um sertão onde cada flor que floresce e dá frutos mesmo em tempos de seca é uma poesia cheia de perfume. Entendimento que comum aos mais idosos que tiveram um modo de vida diferente das gerações mais jovens, mas que doam sua paciência e olhar amoroso para quem sabe escutar e por a germinar suas sabedorias.

De onde venho o conhecimento nunca é uma construção individualizada, mas é construído por meio de vários saberes juntos e compartilhados assim como o ouvir é um importante mecanismo de aprendizado desses saberes. Segundo Cavalheiro 2006 A esfera da memória e dos depoimentos orais, genealógicos e biográficos está contribuindo, e muito, para o campo de análise histórica, ligando temporalidades, fazendo-as se entrecruzar, bem como resgatando atores sociais silenciados, dimensões do real, muito pouco visíveis.

Assim como salienta Fadel (2011), na geografia a palavra sertão pode ser entendida como a vasta região interiorana que começou a ser explorada no século XVI após a chegada dos colonizadores. Porém "sertão" pode ter diferentes significados ou se aplicar a diferentes áreas geográficas no Brasil, por isso especifico aqui o sertão goiano de Uruaçu para que não haja desentendimentos sobre o uso do termo.

Ainda que “sertão” possa expressar ideia de interioridade, ele se manifesta na fisiologia da paisagem de forma diversificada, muitas vezes sem similaridade.

Como se pode observar, a palavra “sertão” é ainda na atualidade, usada em várias regiões brasileiras para designar áreas interioranas, sejam elas os hervaís no Planalto da Serra Geral, no oeste catarinense, como a cimeira das vertentes íngremes das áreas serranas do Sudeste brasileiro, as chapadas e cerrados do Centro-Oeste ou a região de semiaridez do Nordeste. (FADEL, 2011, p.87)

Chamo atenção ainda para um conceito dessas sertanias vividas em Uruaçu como uma confluência de ideias e experiências nesse lugar, e não só a algo que remeta ao bioma. São experiências concretas de patrimonialização por meio da vivência, onde as pessoas também são o patrimônio, um patrimônio de acolhimento, que é para e pelas pessoas e



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

seu chão e não somente para a coisa isolado, pois sem essas pessoas não haveria a manutenção dessa tradição.

A noção de confluência proposta por Antônio Bispo é justamente a ideia de que a união entre as pessoas resulta na ampliação de forças, gerando um aumento coletivo de potencialidades.

Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. De fato, a confluência, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade, ainda me segura! Ando me sentido no colo da ancestralidade (Bispo, 2023, local 09 e 10, grifo do autor).

A prática coletar os cajuzinhos do cerrado se revela como uma forma de patrimônio imaterial, que poderia parecer trivial, guarda em si a sabedoria acumulada pelas gerações, sendo um reflexo de uma tradição viva. É um patrimônio cultural pulsante cristalizada nas práticas cotidianas de uma paisagem que performa vida por todos os lados, e o *cajuzin* pequeno e doce, mas também ácido e quase como um símbolo do povo da região.

A palavra caju tem origem indígena Tupi *acaiú*, embora existam diferentes teorias sobre a origem da palavra "caju", o significado mais aceito é "noz que se produz". Frutas nativas como o cajuzinho da serra são formas de marcar as mudanças no tempo, encerra-se a época do cajuzinho e inicia-se a época dos pequis assim como as chuvas. Esses acontecimentos fazem com que até o cheiro da época mude, é possível sentir cheiro de pequi de longe por um bom tempo.

Ouso considerar que essa prática se constitui como um rito e uma das principais atividades que me trouxe senso de pertencimento da minha terra. Sempre que posso caminhar pelo cerrado, além de observar tantas coisas com o máximo de minúcia que o tempo me permite sempre olho para meus pés no chão e reflito sobre o lugar mais distantes que já pisaram, mas que sempre volta para esse chão, esse sertão de onde germinei assim como as plantas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. Porém, o objetivo deste trabalho não é a definição de patrimônio cultural e imaterial visto o quão a vasto são seus conceitos.

O que se pretende é apresentar a importância de um costume profundamente ligado à identidade fundamentado em tradições cheias de significados que entrelaçam o ambiente ao indivíduo ocasionando suas práticas. Práticas essas que reforçam o vínculo do presente com o passado, que geram continuidade, mas são dinâmicas, são recriadas, atualizadas e adaptadas às mudanças sociais históricas e principalmente as ambientais.

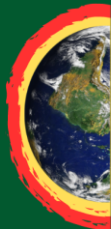
As mudanças ambientais têm relação também o Lago Serra da Mesa, outro patrimônio da cidade, que é um dos maiores lagos artificiais de usina hidrelétrica do Brasil, com uma área inundada estimada em 1800 km². Seu reservatório começou a ser enchido em 1996 e a primeira unidade geradora da usina iniciou sua operação comercial em 1998. Obviamente uma obra dessa dimensão causa uma série de impactos ambientais.

Com a inundação apesar do projeto de salvamento arqueológico, é impossível afirmar com certeza que todo esse patrimônio foi salvaguardado por completo e não houve perdas, pois nem sempre os impactos são passíveis de controle ou previsão. Além de vários outros problemas como alterações hidrológicas, alterações no clima, influências nas características físicas e químicas da água e efeitos sobre a paisagem podem ocorrer.

De acordo com Andrade (2002), os impactos sociais e ambientais de um grande empreendimento nunca estão totalmente sob controle das autoridades engajadas no processo.

O fato é que a maioria desses impactos são de cunho irreversível, e, portanto, se não forem previstos com antecedência, muito pouco poderá ser feito após a conclusão das obras. Todos os grandes empreendimentos estão sujeitos a tais situações, e não apenas aqueles voltados para a construção de grandes hidrelétricas e suas respectivas barragens. (ANDRADE, 2002, p.136)

Apesar de processos como as desapropriações dos indivíduos de suas terras e os impactos ambientais, políticos e econômicos oriundos da construção da Usina Hidrelétrica,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

FURNAS relativamente enfrentou poucos conflitos por parte da população local. Isso se deve a expectativa de grande parte de pessoas era positiva em relação a hidrelétrica pois vislumbravam o surgimento de novos empregos e o aumento do turismo alimentada pelas práticas de passeios náuticos, pescaria, camping.

A paisagem foi drasticamente alterada pela construção da Usina de Serra da Mesa, além, dos Técnicos, barrageiros, pesquisadores, maquinários, veículos pesados e as dinamites, durante a fase de construção da hidrelétrica essas regiões goianas revalorizaram-se e atraíram investidores de outras cidades como Brasília que cobiçavam as margens do Lago para construção de residências secundárias, condomínios e empreendimentos turísticos, mas também grileiros de terra.

É claro que as alterações não se deram apenas pela construção do Lago de Serra da Mesa, mas também à expansão das atividades agropecuárias, grande parte do cerrado nativo se perdeu para as lavouras que também tem forte influência nessa transformação. Além dos pastos para criação de gado e as monoculturas mais recorrentes da região, o milho a soja e cana, junto delas quase inerente existem os problemas das queimadas, alterando e fragilizando ainda mais a situação do Cerrado.

Cerrado rupestre que são os solos rasos com afloramentos rochosos que parece de uma secura severa, mas a aridez do chão se entrelaça com a generosidade da terra. Na região de Uruaçu e por todo o estado de Goiás existem várias cachoeiras, não é à toa que o Cerrado é considerado berço das águas, pois abriga muitas nascentes e cursos d'água. Estes rios e nascentes escoam para as bacias dos rios Tocantins, São Francisco, Parnaíba, Amazonas, Paraguai e Paraná.

Parece contraditório que um bioma tão afetado pelas queimadas seja, ao mesmo tempo, o berço das águas. Esse contraste é uma das características mais extraordinárias e surpreendentes do Cerrado, a savana com a maior biodiversidade do mundo e o segundo maior bioma do Brasil. No entanto, o Cerrado enfrenta graves impactos resultantes da exploração mineral, devido sua riqueza em recursos naturais e o “manejo” do solo para monocultura que muitas vezes viram incêndios incontroláveis.

A atividade das mineradoras compromete profundamente o Cerrado, Cidades onde há a atividade de mineradora como em Barro Alto por exemplo, algumas das serras foram



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

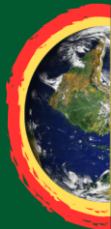
explodidas em seu topo outras viraram barragem de rejeitos. Alto Horizonte e Crixás são outras duas cidades que enfrentam o mesmo destino. Embora as empresas sejam obrigadas a desenvolver plano de recuperação para as áreas exploradas, a efetividade dessas ações nunca será capaz de restaurar integralmente as condições originais do ecossistema.

O fato destas empresas serem altamente lucrativas para o estado faz com que se crie uma tolerância social e institucional aos impactos negativos sobre o meio ambiente e muitas vezes ocasionando flexibilização de normas e na insuficiente fiscalização por parte dos órgãos reguladores. Além disso as empresas conseguem em muitos casos conquistar o apoio da comunidade por meio de investimentos em infraestrutura local e outros que acaba por minimizar suas opiniões críticas sobre os danos ambientais causados.

A característica peculiar e admirável do Cerrado é a relação que possui com o fogo, e sua capacidade de rebrotar e florescer depois da queimada é um importante diferencial dos outros biomas. O fogo fez parte do desenvolvimento do Cerrado, algumas sementes por exemplo podem ser beneficiadas com a quebra da dormência, fazendo assim com que sua germinação aconteça. A não quebra dessa dormência pode fazer com que a germinação aconteça menos ou até mesmo que não aconteça.

Os incêndios podem acontecer de forma natural por ser uma terra seca, fatores como o calor, a baixa umidade do ar e as folhagens secas, podem incendiar quando começam a cair os raios das primeiras chuvas do final da estação seca e início da estação chuvosa. Segundo Carvalho (2009) em diversas situações e em biótopos específicos dentro do bioma cerrado, o fogo é uma das variáveis ocorrentes que fazem com que as características específicas daquele biótopo se mantenham.

Tal qual uma fênix que volta a vida depois de incendiar, o Cerrado pode ter uma recuperação muito rápida, que pode ser de semanas, em relação a outros biomas. A grande questão é que as queimadas de origem natural não acontecem em qualquer época do ano, mas sim no período das chuvas e que por ser um período de umidade o fogo é controlado também naturalmente. Porém a grande quantidade de incêndios criminosos impede que o Cerrado consiga se recuperar com a mesma intensidade.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Obviamente a planta que pega fogo quando está em floração sofre efeito diferente de queimar quando já produziu seus frutos e dispersou suas sementes, assegurando assim a reprodução da espécie. O cerrado possui uma periodicidade de queimadas e tolerando o nível natural do acontecimento, as plantas são adaptadas para este evento natural, que acontecia em um intervalo maior de tempo do que as queimadas intencionais que ocorrem anualmente e extrapolando a capacidade do ecossistema.

Enquanto escrevo esse texto, dia 17/09/2024 o Parque Nacional de Brasília está em chamas pelo terceiro dia, o incêndio que começou dia 15 suspeito de ação criminosa e segundo as estimativas do INPE até então, o fogo queimou cerca de 3.000 Hectares do parque, consecutivamente vários outros lugares de Goiás e outros estados estão queimando. Os impactos para o meio ambiente e para a saúde das pessoas com certeza são impactos que reverberarão ainda por muito tempo.

As queimadas não afetam apenas o Cerrado, mas têm consequências que se estendem a todos os biomas, comprometendo a estabilidade ambiental em nível global. As queimadas vêm intensificam o aquecimento global e exacerbando as mudanças climáticas que estão diretamente ligadas ao aumento de eventos naturais extremos, como tempestades, secas prolongadas e inundações. Não podemos nos acomodar com a ideia de que esse cenário catastrófico seja o novo normal.

Um dos motivos que faz com que a patrimonialização do bioma Cerrado como patrimônio nacional seja tão importante estão relacionados aos desafios à sua preservação e à sustentabilidade das práticas culturais que dependem dele, não existem políticas públicas suficientes para a sua conservação. Essa problemática sobre salvaguardar o Cerrado como patrimônio nacional é que existem brechas na legislação que permitem uma exploração devastadora.

A falta de proteção legal agrava ainda mais o cenário, pois impede o estabelecimento de áreas de preservação integral que poderiam atuar como salvaguarda para os recursos naturais e as tradições culturais a eles vinculadas como a coleta do caju nativo do cerrado e tantos outros frutos que perde cada vez mais seu espaço para as plantações de cana. A problemática da devastação do Cerrado é que essa devastação que extingue fauna e flora extingue também a cultura viva do que existe no Cerrado.



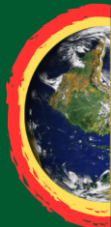
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

A legislação brasileira, de modo geral, privilegia, bens materiais e biomas mais amplamente reconhecidos, enquanto o Cerrado, apesar de sua importância ecológica e cultural, permanece ignorado. Esse desprezo institucional, que se manifesta na falta de reconhecimento formal do bioma como patrimônio nacional, contribui para a perda de modos de vida e saberes tradicionais, que são essenciais à identidade cultural das populações que nele habitam.

Nesse sentido é indispensável refletir sobre quem se beneficia com a devastação do Cerrado e questionar os interesses por trás deste modelo de “progresso” que é insustentável. É necessário reavaliar se as decisões políticas estão alinhadas com os interesses coletivos ou se favorecem exclusivamente as grandes empresas e corporações. Essa lógica predatória que promove lucro a qualquer custo exige que reflorestemos não só os territórios devastados mas também nossa consciência e senso crítico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Soráia Maria de. O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). *Ciência Geográfica*, v. 15, p. 84-87, 2011.
- CARVALHO, Jefferson Xavier De. FOGO NO CERRADO: causas e conseqüências da ação do fogo no bioma cerrado no Município de Goiás. 2009.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro et al. Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais. 2008.
- CAVALHEIRO, Maria Eloisa. As Contribuições dos Estudos sobre Memória e História Oral no Mundo Acadêmico e na Sociedade. *Revista Práxis*, v. 1, p. 33-40, 2006.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Mito moderno da natureza intocada. 1994.
- DOS SANTOS, Antônio Bispo; PEREIRA, Santídio. A terra dá, a terra quer. Ubu Editora, 2023.



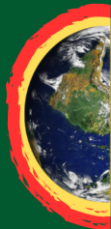
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - UNESCO Digital Library

DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. disponível em: D3551 (planalto.gov.br)

RESOLUÇÃO nº 001, de 03 de agosto de 2006. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Disponível em: Resolucao_001_de_3_de_agosto_de_2006.pdf (iphan.gov.br)

Programa queimadas do INPE disponível em: [Área Queimada 1km • Programa Queimadas • INPE](#) acesso em 17 de setembro de 2024



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Povo Xukuru do Ororubá: memórias; migrações e relações socioambientais
no Semiárido pernambucano

Laís Deosdede da Silva

Mestranda em Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco e bolsista da FACEPE.

Resumo

A história e a memória dos povos indígenas do Brasil, principalmente os que habitam/habitavam a região Nordeste, possui uma parte de sua historiografia, mesmo que escassa, alocadas em notas de rodapé ou nas entrelinhas de curtos capítulos dos grandes clássicos, na qual, durante séculos os/as atores/atrizes sociais foram postos/as sobre a perspectiva de “marginalizados/as”, “vistos/as de baixo” pela conjuntura colonial racista através das políticas públicas seculares de apagamento e silenciamento. A agricultura convencional e a pecuária extensiva, ambas atividades econômicas impulsionadas e legitimadas pela Coroa portuguesa durante o século XVII, com o intuito de “conquistar novas terras”, atraiu os sertanistas paulistas para organizarem investidas pelos sertões¹³⁶ e “amansar” os “Tapuias”¹³⁷. Porém, atividades ocasionaram em um alto índice de degradação ambiental, que perduram até os dias atuais, pois não levavam, e/ou levam, em consideração as variáveis ambientais que caracterizam/caracterizavam a composição florísticas e as variáveis ambientais da região do semiárido nordestino. Entre os povos originários atingidos por tal contexto de degradação ambiental, violência, e que participou de movimentos migratórios para o “Sul”¹³⁸ na tentativa de sobreviver devido a falta de acesso a sua terra, e a áreas férteis para a produção de alimentos, o presente texto tem como objetivo principal abordar a história, a memória e as migrações do Povo Xukuru pelo semiárido pernambucano.

Palavras-chaves : Povo Xukuru do Ororubá; migrações; relações socioambientais
Abstract

¹³⁶ Regiões interiores das capitânias, áreas inóspitas que continham riquezas naturais. Os sertões caracterizavam-se pelo clima árido, mas também a floresta fechada habitada por povos indígenas.

¹³⁷ Expressão utilizada para designar os indígenas dos “sertões”, os “bárbaros”, aqueles que resistiam às investidas e às ações dos sertanistas.

¹³⁸ Região da Zona da Mata Sul e regiões litorâneas do Estado de Pernambuco.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

The history and memory of the indigenous peoples of Brazil, especially those who inhabit/inhabited the Northeast region, has a part of its historiography (even if scarce, allocated in footnotes or between the lines of short chapters of the great classics) in which, for centuries, social actors were placed in the perspective of being “marginalized”, “seen from below” by the racist colonial situation through secular public policies of erasure and silencing. Conventional agriculture and extensive livestock farming, both economic activities promoted and legitimized by the Portuguese Crown during the 17th century, with the aim of “conquering new lands”, attracted São Paulo sertanistas to organize raids through the backlands and “tame” the “Tapuias”. However, over time, such activities resulted in a high rate of environmental degradation, which continues to this day, due to agricultural production techniques, as they did not take, and/or take, into account the environmental variables of the northeastern semi-arid region. Among the original peoples affected by such a context of environmental degradation, violence, and who participated in migratory movements to the “South” in an attempt to survive due to the lack of access to their land, and to fertile areas for food production, the present text aims to address the history of migrations through the semi-arid region, and the biocultural memory of the Xucuru People of Ororubá.

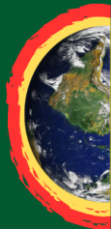
Keywords: Xucuru People of Ororubá; migrations; socio-environmental relations

1. O semiárido pernambucano e a Serra do Ororubá: os componentes paisagísticos do território indígena Xukuru do Ororubá.

O território indígena, homologado desde 2001, do Povo Xukuru do Ororubá, está localizado na Serra do Ororubá¹³⁹, abrange uma área total de 27.555ha entre os municípios de Pesqueira – PE e Poção- PB, possui um total de 24 aldeias, e está a 215 km de distância da capital Recife. Atualmente, nem todos os indígenas do Povo Indígena Xukuru do Ororubá, residem dentro do território homologado, e sim, em áreas de contexto urbano.

De acordo, com o censo realizado em 2022 pelo IBGE, um total de 22.728 indivíduos se declaram/declararam indígenas no município de Pesqueira-PE, sendo assim

¹³⁹ Região serrana do agreste pernambucano onde está localizado o território Xukuru do Ororubá



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

considerado o Povo Xukuru do Ororubá: a maior população indígena do Estado do Pernambuco e, elevando o município de Pesqueira-PE, a categoria de município que detém a sexta maior população indígena do país. (IBGE, 2022)

O Agreste¹⁴⁰ pernambucano, região onde está localizada a Serra do Ororubá e o território indígena Xukuru, ambos inseridos na ecorregião do Planalto da Borborema¹⁴¹, caracteriza-se por uma composição florística, topográfica e de variáveis climáticas semelhantes ao do bioma Mata Atlântica e Caatinga. Em relação a outras áreas secas do semiárido pernambucano, a Serra do Ororubá teve uma importância histórica considerável para as rotas comerciais estabelecidas nos sertões, justamente, devido ao clima ameno, a disponibilidade de alimentos, água e repouso para os viajantes. (Araújo, 2021, p. 104)

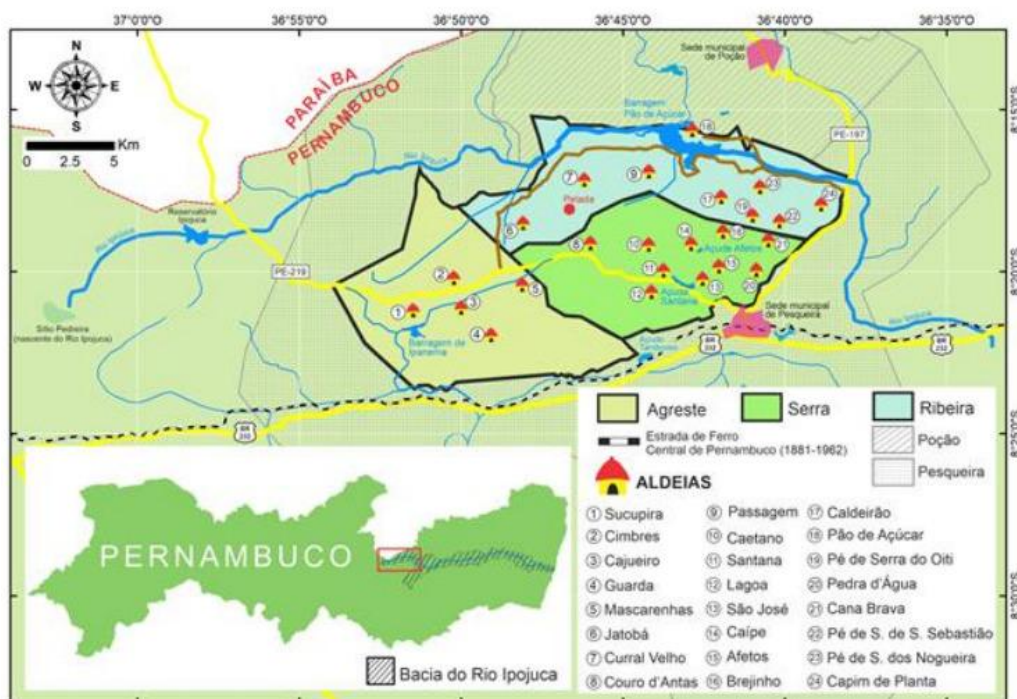


Figura. 1: Mapa ilustrativo do Território Xukuru do Ororubá.

(SILVA; CUNHA; PINHEIRO FILHO, 2021, p.80)

¹⁴⁰ Região caracterizada pelo clima seco, quente, longos períodos de estiagem e escassez de fontes de água. Porém, evidenciada pela diversidade de áreas férteis para o cultivo de diversas espécies vegetais e a criação de animais.

¹⁴¹ Região serrana localizada no interior do Nordeste, também conhecida como “Serra da Borborema”, ou ainda “Planalto nordestino”.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

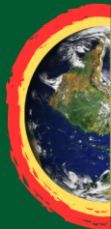
Vale ressaltar que, apesar da disponibilidade dos recursos naturais básicos existentes na Serra do Ororubá para a alimentação e o repouso dos colonizadores, lá estavam um dos recursos indispensáveis para as fazendas de gados na região, uma “ferramenta” de trabalho importante para os sertanistas: a capacidade de trabalho da mão-de-obra indígena escravizada.

Tais atores sociais após serem escravizados, “deveriam” mesmo que através da violência, utilizar sua capacidade de trabalho braçal, sobre as constantes ameaças de castigos cruéis e as desconfortáveis jornadas de trabalho e, os seus conhecimentos ancestrais acerca da Natureza, em favor dos colonizadores durante o exercício da agricultura convencional, da criação de gado na região, até no mais, para encontrar as “drogas dos sertão” riquezas existentes nas regiões inóspitas do semiárido nordestino.

Alguns episódios históricos, que serão apresentados no decorrer do texto, de perseguições, movimentos migratórios, intolerância, e as estratégias político-sociais de apagamento histórico devido ao processo de colonização e o início da corrida para a “conquista” dos sertões em meados do século XVII, foram contribuintes para o genocídio parcial, e/ou total, de algumas etnias de povos indígenas do Nordeste.

A história e a memória do Povo Xukuru do Ororubá, representa um referencial indispensável para que possamos entender como o processo de colonização dos “sertões”, ao utilizar as atividades econômicas citadas anteriormente, impulsionaram a extração irregular e desproporcional de recursos naturais existentes nas áreas onde habitava, e/ou habitam os indígenas Xukuru. E, ainda são responsáveis pelos danos ambientais presentes causados nas paisagens do território.

Ao pesquisar o período histórico, denominado pela historiografia como “A Guerra dos Bárbaros”, não podemos falar dos atores e, simplesmente, desconsiderar os cenários. As paisagens, a disponibilidade dos recursos naturais e as características ambientais dessa região interferiram, e remodelaram até os dias atuais, as relações interpessoais, socioambientais, a memória coletiva, e os movimentos migratórios dos povos indígenas do Nordeste, principalmente, as do Povo Xukuru do Ororubá.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

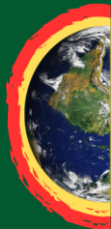
2. A agricultura convencional e o gado na Serra do Ororubá: instrumentos que impulsionaram a desterritorialização e as migrações do Povo Xukuru do Ororubá para o “Sul”.

Em 1654, após pedidos para a Coroa portuguesa, partindo de alguns senhores de engenhos que possuíam plantios de cana-de-açúcar nas terras próximas ao litoral, utilizando como argumento: a pressão demográfica na região litorânea como um empecilho para o estabelecer a criação de gado e o cultivo de espécies vegetais exóticas, porém com alto valor comercial agregado. O governador português, vigente na época, concedeu seis marias de terras nas regiões dos “sertões” para alguns senhores de engenhos, como por exemplo: 10 léguas de terras para João Fernandes Vieira, na Serra do “Ararobá”; e 20 léguas de terras para Bernardo Vieira de Melo, no “Ararobá”. (Silva, 2008, p. 110; Puntoni, 2002)

Um dos “empecilhos” encontrados pelos governadores das capitanias da colônia portuguesa, era a resistência dos “Tapuias”, os povos indígenas do Nordeste que habitavam “sertões”. Os indígenas não sucumbiram as investidas organizadas pelos sertanistas paulistas. Caso contrário, alguns povos indígenas do Nordeste, mesmo após serem considerados extintos pela historiografia oficial do século XX, encontram-se vivos, organizados politicamente e atuantes na busca pelos seus direitos.

Porém, naturalmente, ao se sentirem ameaçados pelas imposições dos colonizadores sobre seus corpos, suas terras e suas expressões socioculturais, os indígenas que detinham os conhecimentos sobre as áreas, e os recursos naturais dos lugares que habitavam, o utilizavam estrategicamente ao seu favor. Segue abaixo um trecho retirado do livro “Os negros da Terra” do historiador John Monteiro, referente ao motivo principal da presença dos sertanistas paulistas no nordeste:

O crescimento contínuo da lavoura canavieira e a rápida expansão da pecuária, de fato, ocasionaram graves confrontos entre colonos e índios; inicialmente no recôncavo baiano, estes conflitos posteriormente alastraram-se pelo interior de todo o Nordeste. Com a ameaça de transformar ou até de destruir as sociedades nativas, a expansão europeia nesse período suscitou uma série de ações indígenas, no mais das vezes violentas. Para os portugueses, qualquer ato hostil se



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

configurava como pretexto suficiente para condenar todos os índios ao cativeiro ou à extinção. Embora alguns grupos, ao colaborar com os colonos, tenham escapado momentaneamente da destruição, até o final do século grande parte do sertão nordestino, que eram terras indígenas, seria transformada em fazendas de gado. (MONTEIRO, 1992)

Após dez anos do anúncio do Governador Francisco de Brito Freire sobre o “sucesso” em “amansar” os “tapuias”, em 1671, dois aldeamentos foram fundados pelos missionários Oratorianos entre os indígenas Xukuru na “Serra do Ararobá”. Levando em consideração, que tais doações de seis marias eram na verdade terras indígenas. A invasão e a exploração de recursos nas terras indígenas dos povos do nordeste, apenas foram possíveis, devido as estratégias políticas legitimadas pela Coroa portuguesa (Silva, 2007, p. 87)

Partindo de Recife, e seguindo via os afluentes do rio Capibaribe, estava uma das missões religiosas dos oratorianos, onde a partir de Limoeiro seguiram os missionários que se instalariam no Brejo da Madre de Deus, com o intuito de doutrinar e fundar aldeamentos nos “sertões” sobre os preceitos católicos e portugueses. O aldeamento de Belo Monte fundado pelos religiosos no agreste da capitania, após as reformas pombalinas, passou a se chamar Vila de Cimbres, local onde habitavam os indígenas “Sucurus”. Os religiosos Oratorianos, eram responsáveis por administrar os aldeamentos, catequizar os indígenas, e favorecer a criação de gado por fazendeiros (Medeiros, 1993).

A criação de gado, e as expressões socioculturais, que permeiam a pecuária extensiva deixaram marcas profundas, evidenciadas atualmente nas relações socioambientais do Povo Xukuru com a Natureza, foi um agente voraz e eficiente na degradação ambiental das paisagens naturais que constituíam o território. Desde a invasão colonial, e nas entrelinhas da necessidade de fundar fazendas de gado na Serra do Ororubá durante o final do século XVII, até os dias atuais, é constante e visível quando temos a oportunidade de acessar o território, estabelecer diálogos com os indígenas agricultores residentes na Serra do Ororubá, o desgosto por parte de alguns indígenas em relação aos danos pelos causados gados nas áreas de cultivo de alimentos.

O desmatamento para a implantação de áreas de pastagem, a introdução de espécies exóticas (palma forrageira e algaroba) para a alimentação do gado em épocas de

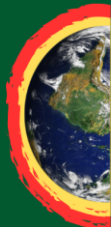


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

estiagem, o uso de mão-de-obra indígena escravizada durante a colonização, e os/as trabalhadores(as) indígenas que trabalharam em situações análogas à escravidão, são fatores que devem ser levados em consideração quando nos referimos a pecuária extensiva existente na região. Infelizmente, ainda se faz necessário cercar com arame farpado as áreas de plantio de espécies vegetais utilizadas para a subsistência, com o intuito de impedir que o gado danifique os roçados e/ou abra trilhas pelas matas fechadas que cercam os terreiros de Toré. A “pega de boi” ainda é uma atividade presente no território Xukuru, mesmo que alguns indígenas não apoiem tal prática, ainda há uma quantidade considerável de indígenas que apoiam e a realizam semanalmente. (Vieira, 2022, p. 54)

A fertilidade dos solos presentes na Serra do Ororubá, foi descrita e evidenciada por, Sebastião Vasconcellos Galvão, em 1908 na publicação do *Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco. A produção de cereais, tubérculos, frutas e verduras como por exemplo: milho; cajus; batatas; mandiocas; feijões; laranjas; goiabas; fumo; algodão; entre outras espécies com alto valor nutricional e comercial agregados na época.* Do mesmo modo, o autor cita tanto a criação de animais como o gado, cabras, ovelhas, e a presença de animais silvestres para caça, e alimentação, como algumas espécies de veados, raposas, gatos maracajás, tatu, preás e aves. (Galvão, 1908, p. 181)

Ainda que, no tempo presente, ao acessar o território podemos observar a presença de árvores, como o cedro (*Cedrela odorata*), o tambor (*Enterolobium contortisiliquum*), o jatobá (*Hymenaea courbaril*), a aroeira (*Schinus terebinthifolia*), o pau-ferro (*Libidibia férrea*) e outras... tanto em espécimes isoladas em áreas de pasto e/ou estágio inicial de regeneração, quanto em áreas de florestas densas e fechadas, em que as atividades antrópicas não causaram danos significativos ao ambiente. Essas espécies foram amplamente suprimidas durante séculos na Serra do Ororubá. Durante o final do século XIX e final do século XX, o uso de lenha e a exploração madeireira, eram necessárias para abastecer os fogões domésticos, as fornalhas, as caldeiras das fábricas de doces, os fornos de pequenos estabelecimentos comerciais e, também, as locomotivas dos trens



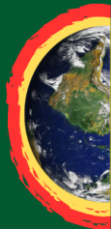
6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

responsáveis pelo trânsito de pessoas, e produtos manufaturados, entre a cidade de Pesqueira e a capital pernambucana, Recife. (Silva, 2009, p.162)

O Povo Xukuru do Ororubá presenciou os recursos naturais disponíveis e/ou constituintes da paisagem do seu território, serem amplamente explorados e suprimidos enquanto eram vítimas das atrocidades violentas geradas pelos latifundiários invasores das suas terras. As consequências, os resquícios da colonização e do “progresso” industrial instaurado na cidade de Pesqueira devido a agroindústria impulsionada pelas fábricas de doce no século XX, e imposto ao território Xukuru, são memórias coletivas acessadas e compartilhadas constantemente pelos indígenas. Podemos citar um trecho do texto escrito pelo autor Michel Pollack, “Memória, esquecimento e silêncio”, para exemplificar a importância de lembrar essas lembranças coletivas:

“...a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil opõe ao processo de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente, as lembranças dissidentes nas redes familiares e amigas, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” (Pollack, 1989, p. 5)

O gado, o monocultivo de tomate presente na Serra do Ororubá para abastecer a produção de doces nas fábricas, considerado no século XX o maior plantio de tomate do mundo, e o uso de defensivos químicos utilizados foi intensificado durante o período em que as fábricas doçadeiras estiveram em atividade na cidade. A partir dos relatos orais de alguns indígenas que trabalharam nas fábricas, e presenciaram o trânsito constante de caminhões carregados de lenha, nas imediações das fábricas, o material era retirado da Serra do Ororubá e das imediações. Entre os indígenas idosos, alguns admitem terem trabalhado no corte de lenha desde a infância até a idade adulta, momento que coincidiu com o fechamento das fábricas na cidade de Pesqueira.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Apesar do alto nível de exploração madeireira, ocorrido devido a retirada de espécies nativas para a implantação de pastos para alimentação do gado durante a colonização da região, e entre os anos em que as fábricas de doce estiveram em atividade no município, os indígenas não são citados pela narrativa oficial difundida na história da cidade. Os/as mesmos/as trabalhadores/as que foram fundamentais para manter as fábricas em funcionamento, no qual ocuparam a “linha de frente”¹⁴², e/ou melhor “o piso de fábrica”¹⁴³, foram reduzidas “as notas de rodapé” quando a história da “era dourada”¹⁴⁴ da cidade é apresentada aos visitantes no Museu do Doce da cidade de Pesqueira-PE. As fábricas empregaram, em condições precárias de trabalho, diretamente, milhares de funcionários, nos quais a maioria eram homens, mulheres e crianças indígenas, porém os mesmos, assim como os danos causados aos recursos naturais na Serra do Ororubá, não possuem espaço ao lado do “glamour” que acompanha a narrativa contada pelos guias do museu.

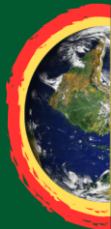
Tais consequências, intrínsecas à maneira como eram, e/ou são, desenvolvidas as técnicas de cultivo agrícola convencional e a pecuária extensiva no qual perdura até os dias atuais no ambiente, consequentemente, refletiram nas variáveis ambientais (relevo, clima, fitogeografia....) e, ressignificaram, direta e/ou indiretamente, as relações socioambientais dos indígenas com a Natureza, sejam devido a imposição física e intelectual de novas expressões socioculturais e religiosas, e/ou devido as confluências, estabelecidas pelas atividades do cotidiano, entres as diferentes expressões socioculturais.

Porém, ao consultar algumas produções historiográficas – acadêmicas - referentes aos povos indígenas do Nordeste que habitavam os “sertões”, durante o final do século XVI e metade do XVII, quando a Coroa portuguesa incentivou a expansão para os sertões ocasionando na invasão de territórios indígenas. Mesmo que os atores sociais estejam em constante evidência a partir das fontes históricas consultadas e apresentadas nos textos, devemos questionar como o cenário (o ambiente e as características ambientais) influenciou o acesso, o deslocamento, as estratégias, o estabelecimento de novas colônias

¹⁴² Termo utilizado para denominar os trabalhadores que exerciam cargos não administrativos.

¹⁴³ Trabalhadores que exerciam funções braçais.

¹⁴⁴ Período em que a cidade de Pesqueira-PE era vista como uma das cidades mais ricas do Agreste pernambucano, devido aos plantios, as fábricas e os latifundiários que residiam na região.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

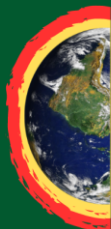
e fazendas de gado, ao mesmo tempo que a resiliência adotada e desenvolvida pelos povos indígenas dos sertões, como uma questão de sobrevivência e resistência, influenciou a maneira de se relacionar com a Natureza, desses povos.

Como disse um indígena Xukuru: “Ser Xukuru é ser agricultor, tem que saber mexer com a terra”. Antes das primeiras missões religiosas lideradas pelos Oratorianos com o intuito de estabelecer fazendas de gados e o Aldeamento Ararobá, passando pelas migrações para o “Sul” em busca de trabalho na indústria canavieira após serem assolados pela seca, pela fome e a falta de acesso à terras produtivas, até a última retomada que ocorreu em 2005, o Povo Xukuru do Ororubá entende a necessidade de integrar de maneira harmoniosa com a Natureza.

3. A importância da memória coletiva para a história do Povo Xukuru do Ororubá

A experiência coletiva em um meio social influencia diretamente a memória individual, assim como esses conjuntos de memórias individuais se estruturam socialmente para edificar um, ou vários processos de registros, que podem influenciar diretamente a (re)escrita da história. Nesse caso, podemos identificar a memória coletiva, não como uma fonte estática e finita de informações, mas também, como uma ferramenta social de mudança ativa na história de alguns grupos sociais. Porém, de acordo com Noberto Luiz Guarinello (1994):

Ao mesmo tempo, portanto, em que fertiliza e renova a memória social, a história volta-se contra ela com todo seu peso disciplinar, apontando as distorções, os exageros, os esquecimentos, os interesses particulares que animam as memórias coletivas. Nega-lhes, assim, a posse de qualquer verdade ou legitimidade, ao mesmo tempo que se afirmar como o único saber positivo e verdadeiro sobre o passado. E essa contraposição entre história e memória não é um mero capricho de historiadores zelosos, mas um dos fundamentos mesmos do próprio discurso historiográfico, da instituição da história como um espaço de saber. (Guarinello, 1994, p. 181)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

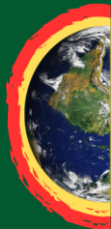
A necessidade de rememorar episódios que se configuram como componentes de uma identidade individual e/ou coletiva de um grupo social, auxiliam a (re)estabelecer sentidos de conexão entre seus componentes. Durante situações e ou conjunturas políticas, que possam vir a pôr em risco, ameaçam e se articulam em busca do silenciamento das memórias, do apagamento de uma identidade social em uma comunidade e, tudo aquilo, que torna um grupo social singular perante a sociedade geral ao seu em torno, os indivíduo – como uma estratégia de sobrevivência primitiva, fato que pode ser melhor explicado através da psicologia social – acessam memórias, relembram dos episódios de competição e luta no qual foram protagonistas como um parâmetro para como podem agir em relação a situação em que se encontram no presente (Pollak, 1989, p. 5).

A agricultura do sagrado¹⁴⁵, garante a subsistência, a segurança alimentar, fonte de renda (através da venda dos cultiváveis agrícolas na cidade de Pesqueira-PE), mas principalmente, é uma ferramenta de fortalecimento da memória coletiva e das relações socioambientais após o processo de retomada. Além, de ser uma maneira de regredir os danos causados, pela pecuária extensiva, desenvolvida pelos latifundiários que possuíam fazendas dentro do território. É através da agricultura do sagrado, que os Encantados, exercem papel fundamental na orientação de como, quando e onde devem ser cuidados os recursos naturais do território. Pois, de acordo com a cosmovisão do Povo Xukuru, é nas matas, nas pedras e nos rios que moram os Encantados.

4. Considerações Finais

Os conflitos históricos e ambientais contra os povos indígenas do Nordeste, e do país, apenas mudaram de ângulo, ganharam novas estruturas políticas e sociais, novas tecnologias - drones, imagens de satélite, armas de precisão, financiamento dos grandes bancos que fornecem subsídios para o incentivo da expansão das fronteiras agrícolas pelos grandes latifundiários, geralmente responsáveis pela invasão de territórios indígenas. Transitar e invadir as terras indígenas, atualmente, não requer necessariamente,

¹⁴⁵ A agricultura do sagrado é o termo utilizado pelos indígenas, para se referir, a forma como os encantados (espíritos que residem e cuidam da floresta) orientaram os indígenas em como deveriam cuidar e preservar o meio ambiente, principalmente, das árvores, pois é o lugar onde eles residem.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

que os “posseiros” e “grileiros” tenham que se expor e se moldar ao que a Natureza e as suas variáveis fornecem. Se tornou rápido, e eficaz, devido à tecnologia e imagens de geoprocessamento realizar uma leitura dos territórios, mapeá-los e elaborar estratégias para invadi-los.

Assim, como os “heróis nacionais” modificaram suas estratégias, suas ferramentas políticas e sociais em prol do apagamento dos povos originários do Nordeste, através de novas estruturas social para continuar pondo em prática os atos de genocídio contra os povos indígenas. O historiador, aquele capaz de transformar o meio natural ao ponto de interferir na natureza humana através da articulação dos símbolos e da cultura, deve se adaptar e se apropriar de novas ferramentas de pesquisa, métodos, e tecnologias para realizar o enfrentamento através dos espaços sociais de decisão e influência política. E, ter a responsabilidade social como educador, que também foi beneficiado de forma direta e/ou indireta, através do consumo dos produtos resultantes da implantação de áreas agrícolas expansionistas devido a invasão dos terras indígenas, em prestar todo o suporte necessário para que tais atores sociais – os povos indígenas - possam se apropriar dos espaços de educação e decisão que lhes foram negados em benefício de outros.

A agricultura ancestral, a memória coletiva e as expressões socioculturais, são elementos que edificam e fortalecem a identidade do Povo Xukuru do Ororubá. O processo de retomada do território indígena, e a busca pela regeneração dos recursos naturais que foram modificados devido as atividades agrícolas impostas as paisagens e aos indígenas que habitavam a Serra do Ororubá, demonstram o quanto o Povo Xukuru se fez, e se faz, presente como protagonistas da sua própria história.

Referências

ARAÚJO, Marli Gondim de. **Limolaygo Toype: território ancestral e agricultura indígena dos Xukuru do Ororubá em Pesqueira e Poção, Pernambuco.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

BEZERRA, E. C. M. **Os índios Xukuru e a Serra do Ororubá: História, Natureza e o trabalho indígena no universo agroindustrial em Pesqueira/PE (1940-1960).** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

GUARINELLO, N. L. Memória Coletiva e História Científica. **Revista Brasileira de História**, v. XIV, 1994.

MEDEIROS, M. do C. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830)**. João Pessoa: Ideia, 1993.

MONTEIRO, John. “Cap. 2. O sertanismo e a criação de uma força de trabalho. Cap. 7. Os anos finais da escravidão indígena”. In: **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 57-98; 209-226.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da História Ambiental. **Instituto de Estudos Avançados**. São Paulo, v 24, nº 68, p 81-101.

POLLAK, M. memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

SILVA, E. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE)**,

1950-1988. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Edson. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. **Tellus**, v. 1, 2007, p.89–102.

SILVA, Edson. Sua majestade, o boi! Invasões de fazendeiros e impactos ambientais em terras Xukuru (Pesqueira-PE). **Revista Ouricuri**, v.1, n.1, 2009b, p. 147-165.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

VIEIRA, J. L. da S. **A agricultura do sagrado no fortalecimento da identidade territorial do povo Xukuru do Ororubá, Pesqueira e Poção-PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2021.

Agradecimentos

Agradeço ao Povo Xukuru do Ororubá pelo acolhimento e pelas trocas sinceras durante os momentos compartilhados.

Agradeço ao meu querido orientador, o Profº Edson Hely Silva, pela oportunidade e pela confiança.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Agradeço a minha querida noiva, Gabriela Rêgo, pelo carinho, pela paciência e o apoio durante a caminhada da vida.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

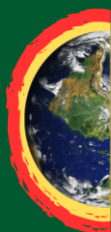
Bertha Lutz e a diversidade de práticas científicas na herpetologia brasileira
(1940 a 1970)

Jorge Tibilletti de Lara

Rebeca Capozzi

Resumo: Neste estudo, investigamos o trabalho de Bertha Lutz como herpetóloga, sobretudo a partir de suas descrições de anfíbios anuros encontrados em solo brasileiro. O principal objetivo desta pesquisa é discutir a dimensão prática do conhecimento científico na herpetologia brasileira de meados do século XX. Abordamos essa discussão a partir do estudo da diversidade de métodos de investigação, classificação e entendimento empregados por Bertha Lutz em seus trabalhos com anuros, focando em suas observações acerca da vocalização desses animais. Suas descrições e classificações, em contraste com o conhecimento existente em seu contexto de atuação, nos levam a um debate sobre a natureza de suas práticas científicas. Buscamos, por fim, esboçar uma reflexão sobre as ideias de ‘objetividade forte’ (Harding, 2019) e ‘interagência’ (Despret, 2013), que se relacionam com as atividades e lugares que Bertha Lutz ocupava, como mulher, militante feminista e cientista envolvida com a vida de outros animais.

Palavras-chave: Bertha Lutz; Herpetologia; Anuros.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Criação do GEMA e o Debate em Defesa do Meio Ambiente

Agda Lima Brito¹⁴⁶

Adriane Lima Brito¹⁴⁷

Gabriel da Silva Freire¹⁴⁸

Buscamos apresentar a proposta de criação do Grupo de Estudos Sobre Meio Ambiente - GEMA, que foi formado em março de 2023 por pesquisadores de diferentes instituições da área ambiental, inicialmente tinha o nome Grupo de Estudos de História do Meio Ambiente, entretanto percebemos o perfil diversificado dos participantes das reuniões e desde então o grupo assumiu um caráter interdisciplinar, pois acreditamos que a ampliação das discussões de modo integrado entre os diferentes campos científicos, torna-se algo que ajuda na divulgação e debates sobre os diversos temas relacionados ao meio ambiente.

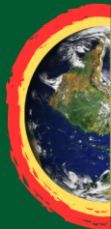
Funcionando com apresentações de palestras, on-line, no Canal do GEMA no Youtube temos como objetivo incentivar as pesquisas, debates, possibilitando a interação entre estudantes/pesquisadores e o público em geral, que têm interesse nessa área. Entendemos que nos últimos anos, o avanço dos estudos acerca dessa temática tem crescido de modo considerável, discussões em torno de desenvolvimento sustentável, aquecimento global e eventos extremos, são alguns termos que ganham destaque nos últimos anos, a relação entre o humano e natureza está cada vez mais em pauta de modo global nos estudos sobre meio ambiente, tornando possível incorporar a natureza nos estudos, enriquecendo a Educação Ambiental de forma crítica.

Nesse sentido, o GEMA que funciona de modo independente, contando somente com a coordenação de pesquisadores da área, que atuam em instituições de diferentes regiões do Brasil e com o apoio do laboratório do ESCRITHAS – UFF na emissão de certificados aos palestrantes e membros ouvintes, já recebemos pesquisadores, ativistas

¹⁴⁶ Pós-doutora em História PPGHUFF, Pesquisadora colaboradora PCI/CNPq no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

¹⁴⁷ Pós-doutora em Clima e Ambiente UEA, bolsista CNPq.

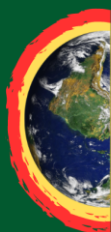
¹⁴⁸ Mestrado em História no PPGHC/UFRN



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

que trataram de diferentes abordagens relacionadas ao meio ambiente no Canal do GEMA, desse modo, com todos os contratempos de ser um grupo de estudos funcionando de modo independente, seguimos com a missão de divulgação e espaço de debate em defesa do meio ambiente, sua preservação e combate ao avanço das práticas desordenadas de interação negativa do humano com a natureza.

Palavra- Chave: Meio Ambiente, GEMA, Divulgação Científica



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Compreensões do Antropoceno no semiárido do Rio Grande do Norte a
partir da História Oral¹⁴⁹

Gabriel Pereira de Oliveira

Doutor em História Social (UFRJ) e Professor do IFRN - Campus Pau dos Ferros
(gabriel.oliveira@ifrn.edu.br)

Lucas Soares Chnaiderman

Doutor em História Social (USP) e Professor do IFRN - Campus Pau dos Ferros
(lucas.soares@ifrn.edu.br)

Aedno Dantas de Lira Junior

Estudante do Curso Técnico Integrado em Alimentos do IFRN - Campus Pau dos Ferros

Ana Clara de Souza Xavier

Estudante do Curso Técnico Integrado em Alimentos do IFRN - Campus Pau dos Ferros

Ana Maria Rafael Dias da Silva

Estudante do Curso Técnico Integrado em Informática do IFRN - Campus Pau dos
Ferros

André Felipe da Silva Lima

Estudante do Curso Técnico Integrado em Apicultura do IFRN - Campus Pau dos
Ferros

Anna Aparecida Maia de Moura

Estudante do Curso Técnico Integrado em Alimentos do IFRN - Campus Pau dos Ferros

Brenda Sophia Lôbo Régis

Estudante do Curso Técnico Integrado em Alimentos do IFRN - Campus Pau dos Ferros

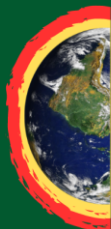
Maria Alícia de Carvalho Andrade

Estudante do Curso Técnico Integrado em Alimentos do IFRN - Campus Pau dos Ferros

Mariana Ellen Claudino Rodrigues

Estudante do Curso Técnico Integrado em Alimentos do IFRN - Campus Pau dos Ferros

¹⁴⁹ Este trabalho é parte dos resultados iniciais do projeto de pesquisa intitulado “Um olhar histórico sobre o Alto Oeste Potiguar na perspectiva do Antropoceno” desenvolvido por alunos do Ensino Médio Técnico Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Pau dos Ferros.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Introdução

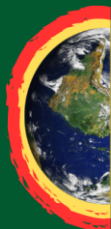
O cenário de emergência climática global vivenciado na atualidade tem suscitado discussões quanto ao papel dos seres humanos na origem e agravamento dos processos de mudanças climáticas e de degradação das condições ambientais planetárias crescentes desde o contexto histórico da Revolução Industrial. Nesse debate, emerge a noção do Antropoceno, uma nova “época” ou “evento” geológico que considera o próprio planeta Terra como *locus* de medição do impacto da presença humana, de forma que a ação dos seres humanos passasse a ser vista como uma força e agente geofísico global (Pádua, 2022).

Considerando o agravamento das condições ambientais e climáticas nas últimas décadas, fenômeno condensado na ideia do Antropoceno, as regiões de clima semiárido ao redor do planeta têm sido uma das mais drasticamente afetadas, principalmente a partir de eventos e fenômenos ambientais extremos, como a degradação e desertificação do solo, a perda de biodiversidade e a insegurança e imprevisibilidade climática, que dificultam a subsistência de comunidades locais a partir da agricultura e da criação animal.

A noção de que o Antropoceno é vivenciado e constituído de forma desigual pelos diversos atores sociais presentes em contextos regionais específicos motiva a necessidade de “localização” de sua história, a partir de questionamentos quanto à forma como o caos climático-ambiental é vivenciado em diversas partes do Brasil, principalmente no que se refere ao semiárido brasileiro.

O ponto de partida deste questionamento é facilmente perceptível: se um lado, é necessário reconhecer a dimensão integrativa do problema – o impacto agregado da ação humana tornou-se uma força geofísica –, por outro saltam aos olhos as enormes diferenças presentes na humanidade atual em termos de padrões de consumo, classes, culturas, contextos geográficos etc (Pádua, 2022, p. 4).

Assim, a partir de uma abordagem metodológica que alia os campos da História Oral e da História Ambiental, coletando os dados através de entrevistas realizadas com



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

famílias agricultoras de diferentes municípios, o presente trabalho tem como objetivo principal investigar a partir dos olhares de camponeses e camponesas, com base em uma perspectiva histórica, marcas do Antropoceno na zona de semiárido do Rio Grande do Norte popularmente conhecida como Alto Oeste Potiguar.

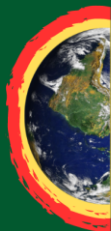
Resultados

Vários estudos já vêm mostrando os impactos do cenário de emergência climática nas últimas décadas para os pequenos agricultores. Aliás, segundo o trabalho de Amanda de Albuquerque, Pablo Castro e Juliano de Assunção, os agricultores familiares na área do bioma da Caatinga, estão entre os mais vulneráveis, senão são eles próprios o grupo mais vulnerável a esse cenário de agravamento das condições climáticas (Albuquerque et al, 2023). Neste breve resumo expandido, discutiremos alguns dos nossos resultados sobre as compreensões de camponeses do chamado Alto Oeste Potiguar sobre mudanças no clima.

Durante o processo de coleta dos relatos dos agricultores da região e também durante a análise das entrevistas, foi possível perceber que esses trabalhadores sentem, sim, os impactos das mudanças climáticas causadas pelo Antropoceno. Nesse aspecto, eles sentem essas mudanças de variadas maneiras, seja através da análise de sua produção, da dificuldade de se trabalhar no campo ao longo do dia, da irregularidade das chuvas e/ou por meio do seu próprio corpo.

Primeiramente, é importante estabelecer que, conforme as temperaturas aumentam, os níveis de insolação se tornam cada vez maiores, prejudicando diretamente produtores agrícolas que necessitam trabalhar em suas plantações durante o dia. Situações como essas podem ser observadas nos relatos de José, agricultor de Marcelino Vieira:

Hoje tem certo momento do dia que você não consegue mais ficar o dia todo trabalhando na roça né. Você tem que recorrer pra uma sombra, pra casa. [...] Hoje, no momento, a gente não consegue mais trabalhar o dia completo, porque é sufocante a quentura, o calor. Isso tudo é da situação climática que vem mudando (José, 2024)



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

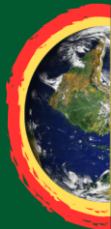
Dessa forma, entende-se que, antes, esses trabalhadores ficavam todo o período da manhã exercendo suas obrigações, mas eles não conseguem mais fazer isso, porque o calor é tão forte que acaba os impedindo de trabalhar. Nessa mesma linha, Juvenal, agricultor de Serrinha dos Pintos, afirma que: “Antes, quando a gente trabalhava na roça, a gente percebia que a agricultura poderia aguentar uma faixa de até 20 dias sem chover, mas hoje em dia não aguenta mais e em 8 dias a planta já está morrendo” (Juvenal, 2024)..

Sendo assim, com o aumento da temperatura, há, além de uma dificuldade de trabalho, uma maior necessidade por água para se manter as produções, o que eleva os custos a serem arcados pelos agricultores familiares. É nesse contexto que José relata a seguinte situação: “a queimadura queima as folhas, as plantas. Você percebe um calor tão pesado que quando você vai aguar uma planta em pouco tempo tá seca” (José, 2024).

Outro ponto importante a ser destacado é a irregularidade das chuvas, a qual tem se tornado mais um fator que dificulta a vida dos agricultores potiguares, pois, tanto o processo de plantio quanto o de colheita acontecem, apenas, momentos específicos do ano. Dessa forma, para que as plantas sobrevivam é preciso que haja um período certo de chuvas. Quando estas não chegam na hora esperada, muitas culturas acabam se perdendo ou tendo que ser colhidas mais cedo do que o esperado. Todos os entrevistados já perceberam essa falta de regularidade das chuvas a muito tempo, o que pode ser facilmente observado através dos relatos de José:

Antes eu achava que chovia mais. Achava não, de certeza. Hoje a gente vê uma situação totalmente diferente. As vezes quando não é de mais, é de menos. Quando não é de mais, é de uma vez só num canto só. Não é aquela coisa compassada né, é aquela coisa que vem tudo de uma vez. [...] já alcancei inverno de janeiro a julho, todo mês chovia bem. E hoje, raramente acontece da gente ver 6 meses de inverno, é no máximo 2/3 meses do inverno. É aquela coisa passageira. Eu mesmo tá com muito tempo que não vejo inverno de 6 meses aqui no nosso sertão. É só chuva passageira (José, 2024).

Além disso, Juvenal também acrescenta que “Antigamente, mais ou menos umas duas décadas atrás, quando dizia que era o final de dezembro e chegava janeiro, poderia plantar, mas hoje ninguém confia mais” (Juvenal, 2024). Assim, percebe-se que a irregularidade das chuvas tem se tornado algo tão frequente na rotina dos agricultores de



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

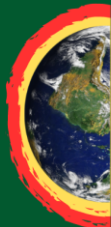
tal forma que as previsões do inverno, adquiridas por meio de um grande acúmulo de experiência e anos de trabalho, agora não servem mais.

Por fim, sabendo que a saúde é um bem essencial para qualquer ser humano e sua importância para o condicionamento físico, deve-se destacar que o aumento dos níveis de insolação representa um perigo direto para o bem-estar desses trabalhadores. Muitos agricultores não conseguem arranjar meios de proteção eficazes para se protegerem do sol, então acabam se sujeitando a passarem horas no calor para cuidar de suas plantações, pois dependem da renda da agricultura. É, justamente, em situações desse tipo que José ressalta o quanto o aumento das temperaturas tem prejudicado sua saúde ao longo dos anos:

Coisa de eu chegar em casa vermelho, todo queimado, parecendo que foi sapecado. Não foi de outra coisa não, foi do sol, da quentura. Não conseguia me proteger bem, colocar roupas cobrindo o corpo pra me proteger. Quando percebi já tava todo queimado, fica até largando a pele por conta da temperatura alta demais, da queimadura. [...] eu nunca percebi que sentia essas queimaduras. Eu sei que no período de eu criança brincava muito era no sol, às vezes nem usava camisa só o calçãozinho. Não sentia essas queimadura. O tanto que você se protege hoje e tudo mais, ainda queima. Você sente que é totalmente diferente (José, 2024).

Considerações Finais

As zonas de semiárido ao redor do planeta estão, sem dúvida, entre as que sentem mais intensamente o agravamento das condições do clima. No caso do semiárido brasileiro isso não é diferente. Neste trabalho, abordamos as compreensões sobre esse quadro de emergência climática por parte de pequenos agricultores da região conhecida como Alto Oeste Potiguar, no semiárido do estado do Rio Grande do Norte. Além de proporcionar uma percepção mais palpável dos impactos desse quadro nesse território, um elemento fundamental que a pesquisa aponta é evidentemente a necessidade urgente de ampliar e aprofundar a conscientização e as mobilizações em torno desse cenário de emergência climática.

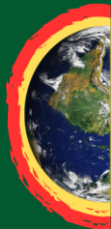


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Referências

Albuquerque, Amanda de, Pablo Castro e Juliano Assunção. Qual É o Risco Climático para os Produtores Rurais na Caatinga? **Desafios para a Transição Rural Justa**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2023.

PÁDUA, J. A. Localizando a História do Antropoceno: o caso do Brasil. *In*: DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V.; SALDANHA, R. (orgs.). **Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**. Rio de Janeiro: Machado, 2022.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Epistemologias da coleta zoológica no Museu do Dundo (Angola, 1942-1945)

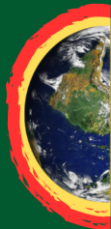
Isabela Quint Martins

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC)/Fiocruz e bolsista CAPES

O trabalho acompanha o desenvolvimento do acervo faunístico do Museu do Dundo em Angola, entre os anos de 1942 e 1945. Fundado e administrado pela Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) o museu integrou o movimento de ocupação científica portuguesa em África no século XX. A partir da análise quantitativa e qualitativa dos relatórios mensais e anuais redigidos pelo conservador da instituição, objetiva-se reconhecer as epistemologias da coleta zoológica em contexto colonial. Ao indicar as especificidades dessa cadeia operatória é ressaltada a importância de agências locais e externas à instituição para o alargamento do inventário museológico no período, sem serem desconsiderados os mecanismos de controle, exploração e apropriação que caracterizam a ciência moderna nas colônias. De modo geral, a pesquisa busca contribuir com diálogos interdisciplinares acerca da importância das coleções biológicas para o estudo das intersecções entre animais não humanos e impérios na constituição de paisagens contemporâneas.

A pesquisa considera que o enfoque historiográfico sobre as epistemologias da coleta zoológica (HART *et. al.*, 2014, p. 330) em contexto colonial permite a inserção de culturas locais e economias políticas sob um mesmo campo analítico (ANDERSON, 2002, p. 645-647) (STOLER; COOPER, 1997, p. 4, *apud* CASTELO, 2021, p. 458). Desta forma, acompanhar a cadeia operatória na qual o conhecimento é produzido possibilita a identificação de relações assimétricas, coerção e recontextualização que constituem o “conhecimento universal” (HART *et. al.*, 2014, p. 332 e 335). Ao mesmo tempo torna-se possível observar a “coprodução de identidades, tecnologias e formações culturais”, superando assim uma leitura binária do pensamento colonial e nacionalista (ANDERSON, 2002, p. 643, 646 e 651).

Fundada em 1917, a Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) foi o maior empreendimento da colonização portuguesa em África e uma das cinco maiores empresas de diamante do mundo no século XX. Nos anos seguintes a intensificação da exploração diamantífera instou sua direção geral a fundar o Museu do Dundo (1936 - atualmente) em sua sede administrativa, com vistas a “preservar” a cultura das populações locais, de predomínio *cokwe* e *lunda* (BEVILACQUA, 2017, p. 118) (MATOS, 2009, p. 48).



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Os relatórios internos sobre as atividades do museu em seus primeiros anos revelam uma ampliação de seu escopo institucional, voltado, além dos aspectos culturais, também ao reconhecimento da flora e fauna locais. De modo geral, seu plano programático reflete a tendência imperialista de institucionalização de conhecimentos sobre territórios e populações que se pretendia dominar (SAID, 2004, apud COSTA, 2013, p. 50-51). Assim, a história dos não-humanos nas colônias se distingue da história dos não-humanos na Europa (ROY, 2015, p. 70). De acordo com Roy, sua importância se expressa na “formação de biopolíticas imperiais, soberania, territorialidade, alianças, paisagens urbanas, consumo, compaixão e conservação” (ROY, 2015, p. 72).

A fonte central corresponde aos relatórios anuais redigidos pelo conservador do museu, o português José Redinha, entre 1942 e 1945, referente as atividades realizadas no período. Optou-se por uma abordagem quantitativa, acerca da frequência de menções aos diferentes grupos de animais, e quantitativa, voltada às especificidades de cada uma das etapas do trabalho em diferentes tempos e espaços.

Tendo em vista que a ciência nas colônias se constitui por fluxos de informações multidirecionais (BEINART *et. al.* 2009, p. 425) objetiva-se apontar as formas pelas quais eram obtidos os espécimes da fauna angolana para incorporação ao acervo biocultural do museu em seus anos iniciais, sendo considerada a interpenetração dos conhecimentos vernaculares e locais sob múltiplas escalas. (BEINART *et. al.* 2009, p.433). Assim, a coleção zoológica em questão representa ao mesmo tempo seu valor de identificação e referência dos espécimes e aspectos culturais ligados ao seu contexto de produção. (BAHUCHET, 2014, p. 169) Desta forma, torna-se possível reconhecer a dinamicidade das relações entre pessoas, biota e ambiente no qual processos, transformações e associações são centrais” (SALICK *et. al.* 2014, p. 1).

Os relatórios se referem a mamíferos, aves, répteis e insetos, em diferentes momentos e frequência. Entre 1942 e 1943 o grupo mais citado, referente aos mamíferos, registrava um aumento de 30 para 100 unidades de peles e “cabeças” de diferentes espécies de antílopes, búfalos, elefante, hipopótamo, gnu e leões. (Relatório anual de 1942, p. 13-14 e relatório anual de 1943, p. 1). O segundo grupo mais recorrente



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

corresponde às aves, as quais passavam pela “preparação” de peles e penas. (Relatório Anual de 1943, p. 127; Relatório mensal de dezembro de 1944, p. 1; Relatório mensal de abril e novembro de 1945). Em menor frequência são mencionados répteis, correspondente majoritariamente a jacarés (Relatório mensal de janeiro de 1944). Apesar de apresentar poucos detalhes, em 1943 é mencionada a "ampliação de estudos sobre insetos” (Relatório anual de 1943, p. 128). No mesmo ano, fala-se da criação de uma “pequena coleção de borboletas” (Relatório anual de 1944, p. 25).

A partir dos registros foi possível identificar que a coleta de espécimes se dava de formas variadas e envolvia em grande parte agentes externos ao museu. O principal meio de aquisição dos mamíferos, répteis e aves provinha da caça empreendida pelas comunidades locais, estimulada por diferentes motivações, como a troca de produtos ofertados pela empresa (FERNANDO, 2010, s.p.) ou como gesto “diplomático” por parte das autoridades tradicionais. (BELAVICQUA, 2016, p. 40, 207, 223 e 254) (MATOS, 2009, p. 49). Os mamíferos, em específico, eram obtidos também através da “caça esportiva”, praticada por funcionários europeus.

A pesquisa conclui que no contexto analisado o trabalho de coleta zoológica e as atividades relacionadas envolvem dinâmicas que ultrapassam o controle dos laboratórios, articulando conhecimentos locais que, apesar de permanecerem marginais, não são totalmente ignorados (GOLDMAN, 2007, p. 314). Desta forma a ciência moderna se constitui por uma “amalgama de lugares, corpos, vozes, habilidades, práticas, dispositivos técnicos, teorias, estratégias sociais e trabalho coletivo que juntos constituem as práticas/conhecimentos científicos” (CHAMBERS; GILLESPIE, 2000, p. 230).

O enfoque sobre as dinâmicas multidimensionais em contexto local possibilita reunir sob um mesmo campo analítico as ciências dos “centros” e das “periferias” (CHAMBERS; GILLESPIE, 2000, p. 240). Acerca das mudanças ambientais que caracterizam o Antropoceno, a análise contribui de forma mais ampla à reflexão sobre a influência das iniciativas imperialistas na composição da paisagem biogeográfica contemporânea de países que passaram por processos de colonização. Neste caso tal questão é especialmente relevante porque Angola possui o maior número de biomas que

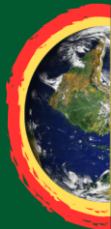


6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

qualquer outro país africano, apesar de ocupar apenas 4% do território continental. (HUNTLEY *et. al.* 2019, p. 3). De modo geral, busca-se contribuir com novas discussões acerca dos emaranhados que constituem a coleta de espécies em contexto colonial e outros contextos de violência. (HUENNIGER *et. al.* 2024, p. 158).

Referências

- ANDERSON, Warwick. Introduction: Postcolonial technoscience. **Social Studies of Science**, v. 32, n. 5/6, out.-dez. 2002, p. 643-648.
- BAHUCHET, Serge. Curating ethnographic information for biocultural collections. In: SALICK, J.; KONCHAR, K.; NESBITT, M. **Curating Biocultural Collections – A handbook**. Kew: Royal Botanic Gardens, 2014.
- BEINART, W.; BROWN, K.; GILFOYLE, D. Experts and expertise in colonial Africa reconsidered: Science and the interpenetration of knowledge. Oxford: **African Affairs**, v. 108, n. 432, p. 413-433, mai. 2009.
- BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva. De caçadores a caça: Sobas, Diamang e o Museu do Dundo. [Tede de doutorado], São Paulo: USP, 2016.
- BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva. As esculturas cokwe como respostas às assimetrias civilizacionais. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 117-139, mai.-ago., 2017.
- CASTELO, Cláudia. Ciência de “saber durar”? Missões científicas e desenvolvimento no Império português tardio. In: DIOGO, M. P.; LUÍS, C.; SOUSA, M. L. **Ciência, tecnologia e medicina na construção de Portugal v. 4**– Inovação e Contestação - séc. XX. Lisboa: Tinta da China, 2021.
- CHAMBERS, D. W.; GILLESPIE, R. Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge. **Osiris**, v.2, n. 15, jan. 2000, p. 221-240.
- COSTA, Luís M. N. Conhecer para ocupar. Ocupar para dominar. Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo. Porto: **Revista da FLUP**, IV Série, v. 3, 2013, p. 41-58.
- FERNANDO, Manzambi V. Diamang, Museu e o conhecimento do “outro”: A pesquisa em duas épocas distintas no Museu do Dundo. Luanda: **Arte Cokwe – A arte nas sociedades cokwe e nas comunidades circunvizinhas**, nov. 2010.
- GOLDMAN, Mara. Tracking wildebeest, locating knowledge: Massai and conservation biology understandings of wildebeest behavior in Northern Tanzania. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 25, 2007, p. 307-331.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

HART, R.; LAW, W.; JACKSON, W. Biocultural collections for conservation. In: SALICK, J.; KONCHAR, K.; NESBITT, M. **Curating Biocultural Collections** – A handbook. Kew: Royal Botanic Gardens, 2014.

HUENNIGER, D.; SILVA-BRANDÃO, K. L.; REIB, C.; ZHAN, X. A collection ecologies forum: Reevaluating insects as archives. Chicago, **Isis**, v. 115, n. 1, mar. 2024.

HUNTLEY, B. J.; RUSSO, V.; LAGES, F.; FERRAND, N. (ed.). **Biodiversity of Angola**. Science & Conservation: A modern synthesis. Suíça: Springer Open, 2019.

MATOS, Patrícia F. de. Projectos coloniais e seus efeitos: O caso do trabalho de José Redinha desenvolvido no Museu do Dundo. **Poiésis**. Tubarão: Unisul, v. 2, n. 2, p. 42-61, jul.-dez., 2009.

ROY, Rohan D. Nonhuman empires. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, v. 35, n. 1, mai. 2015, p. 66-75.

SALICK, J.; KONCHAR, K.; NESBITT, M. Biocultural collections: needs, ethics and goals. n: SALICK, J.; KONCHAR, K.; NESBITT, M. **Curating Biocultural Collections** – A handbook. Kew: Royal Botanic Gardens, 2014.

Fontes

Relatório Anual de 1942 do Museu do Dundo. Disponível em: <<https://diamangdigital.net/index.php?module=diamang&option=item&id=6>>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

Relatório Anual de 1943. Disponível em: <<https://diamangdigital.net/index.php?module=diamang&option=item&id=26>>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

Relatório Mensal de Dezembro 1943. Disponível em: <<https://diamangdigital.net/index.php?module=diamang&option=item&id=106>>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

Relatório Anual de 1944. Disponível em: <<https://diamangdigital.net/index.php?module=diamang&option=item&id=431>>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

Relatório Mensal de Janeiro de 1944. Disponível em: <<https://www.diamangdigital.net/index.php?module=diamang&option=item&id=108>>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

Relatório Mensal de Dezembro de 1944. Disponível em: <<https://www.diamangdigital.net/index.php?module=diamang&option=item&id=108>>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.

Relatório Mensal de Março de 1945. Disponível em: <<https://www.diamangdigital.net/index.php?module=diamang&option=item&id=1270>>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Relatório Mensal de Novembro de 1945. Disponível em:
<<https://www.diamangdigital.net/index.php?module=diamang&option=item&id=1270>>
. Acesso em: 15 de agosto de 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

As relações homem-flora na toponímia dos estabelecimentos rurais no município de Morro do Chapéu em 1920: uma proposta inicial

Jady Iasmyn Caetano Moitinho

Graduanda da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

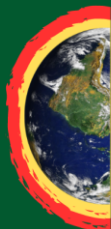
Iago Gusmão Santiago

Professor do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Resumo

Dentre as interações estabelecidas com o mundo natural, a flora se destaca como um elemento que apresenta diferentes modalidades de ressignificação cultural, que vão desde a construção de um imaginário envolvendo capacidade de cura ou proteção até a construção de símbolos culturais, como ocorre com o lírio, a rosa, a flor de lis. Essa representatividade dos elementos florísticos também pode ser verificada na toponímia, atualmente observados pela abordagem tradicional nos chamados fitotopônimos, nomes de lugar relacionados às plantas em geral, todavia as interações homem-flora vão além disso e abrangem práticas culturais que envolvem o universo florístico. O presente trabalho consiste no estudo dos nomes de estabelecimentos rurais do município de Morro do Chapéu motivados nas interações homem-flora. O *corpus* da pesquisa foi extraído do recenseamento realizado em 1920, que consiste o primeiro recenseamento dessa proporção no território nacional e reflete os nomes de fazenda atribuídos ao longo da história do nosso território. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da toponomástica (Dick, 1980; 1990; 1992; Trapero, 1995; Santiago, 2021) e da ecolinguística (Couto, 2007; 2009; 2013; Nash, 2014; Stibbe, 2015). Como resultados iniciais, foram identificados 106 topônimos com referência às interações homem-flora de forma individual e coletiva, além disso alguns topônimos como *lavra* e *queimada* referem-se à práticas sociais que envolvem o plantio.

Palavras-chave: Ecolinguística. Toponímia. Flora.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

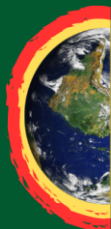
O Estado financiador da devastação ambiental: O caso dos frigoríficos no
Oeste de SC

Luciano Adilio Alves

RESUMO

O presente trabalho inicialmente analisa um paradoxo neoliberal baseado na construção e defesa de um conceito de Estado mínimo e a histórica relação com o Estado brasileiro, principal agente financiador das grandes corporações empresariais. Reflete sobre as percepções de Estado mínimo e Estado planejador e o papel deste para o fortalecimento do setor privado, ilustrado, neste caso, nos frigoríficos de aves e suínos instalados em municípios da região Oeste de Santa Catarina. Essas indústrias surgiram nos anos 1940 e foram favorecidas com ações, políticas públicas e dinheiro público, tornando-se, a partir dos anos 1960, um dos pilares da economia da região. Essa participação estatal iniciou na colonização, no início do século XX, aumentou nos anos 1940, e se estendeu até os anos 1990. Os recursos públicos foram obtidos em bancos oficiais, com destaque para financiamentos milionários, via BNDES. A consolidação do setor agroindustrial é fruto de um longo processo cronológico que envolveu alterações no sistema de criação dos animais. Para alimentar os plantéis, foi preciso investir na expansão das lavouras de milho e soja, o que provocou impactos ambientais, como a derrubada de florestas nativas e a poluição da água e do solo. Assim, o objetivo central é investigar, compreender e comprovar que a devastação ambiental está diretamente ligada ao surgimento dessas empresas que receberam, direta ou indiretamente, o patrocínio financeiro e estrutural do Estado, por meio da abertura de estradas, da concessão de crédito, de isenções tributárias, entre outros. O estudo segue preceitos da história ambiental e da história da colonização. Tem como base metodológica uma extensa revisão bibliográfica e utiliza como fontes documentos oficiais e periódicos de época.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento público. Frigoríficos. Oeste de Santa Catarina.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Os impactos socioambientais do fortalecimento dos ministérios da
Agricultura nas paisagens açucareiras do Brasil e da Argentina

Roberta Barros Meira¹⁵⁰

Mariluci Neis Carelli¹⁵¹

A criação e as reformulações dos ministérios da agricultura responderam à necessidade de rompimento com os saberes tradicionais do campo, tendo os técnicos e as ciências agronômicas como os seus principais baluartes. Na Argentina, o Departamento Nacional de Agricultura criou as primeiras bases de uma burocracia ligada aos técnicos entre os anos de 1872 e 1898. Em 1898, o Departamento Nacional de Agricultura argentino seria alçado ao status de ministério. A preocupação, também comum a outros países, passava pela distribuição de sementes, pela difusão de informações sobre a tecnologia agropecuária, pela realização de estatísticas de produção e pelo desenvolvimento do ensino e da investigação agrícola. No Brasil, a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1860-1892), reforçou a oportunidade de intervenção dos problemas agrícolas levantados pelas comissões organizadas para debater os problemas da lavoura. A mudança do regime político criou um hiato, que faria com que o Ministério fosse recriado somente em dezembro de 1906. Em ambos os casos, os problemas ambientais compuseram a discussão sobre o atraso tecnológico. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi analisar os dados sobre os impactos socioambientais provocados pelo avanço da monocultura do açúcar em regiões secundárias de produção até a primeira metade do século XX, tendo como base os boletins e relatórios técnicos dos ministérios. Ou seja, pretende-se apontar para o papel do açúcar em São Paulo e Tucumán para as alterações na paisagem agrícola pós-mudanças tecnológicas no processo de transição entre os pequenos engenhos e as usinas. Enfim, busca-se, nesta comunicação, analisar pelo viés da história da ciência e da tecnologia (Gama, 1985) e da história ambiental

¹⁵⁰ Doutora em História econômica. Docente do curso de história e do Programa em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

¹⁵¹ Docente do Programa em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

(Worster, 2003) a economia da cana-de-açúcar e o seu contínuo movimento de expansão no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: Ministérios da agricultura; paisagens açucareiras; impactos socioambientais



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Disseminando o Conhecimento: A Oficina Calcográfica do Arco do Cego e
a filosofia natural na transição do século XVIII para XIX

Ana Paula Barco da Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá
(UEM)

Christian Fausto Moraes dos Santos

Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo

A Oficina Calcográfica do Arco do Cego, estabelecida na virada dos séculos XVIII e XIX, representou um marco significativo na disseminação científica em Portugal. Inserida no contexto das reformas iluministas que moldaram as estruturas do Antigo Regime, a instituição emergiu como um importante veículo para divulgação da filosofia natural, que serviu de mecanismo para alavancar a economia do período. Seu objetivo principal era fomentar o desenvolvimento agrícola de Portugal e suas colônias. A produção da Calcografia do Arco do Cego se caracterizava pela diversidade temática como obras sobre plantas, animais, abordagens nas áreas de medicina, náutica, engenharia e pela qualidade das ilustrações, essas gravuras facilitavam a compreensão dos conteúdos técnicos, pois seu público-alvo centrava-se em indivíduos que viviam no campo. A existência da instituição durou 28 meses, a rica produção da Casa Literária compreendeu um acervo de 83 títulos, abrangendo obras originais, traduções e textos em latim, demonstrando a diversidade e o alcance de seus projetos editoriais.

Palavras-chave: Filosofia natural, iluminismo, Arco do Cego.

Abstract

The Arco do Cego Calcographic Workshop, opened at the turn of the 18th and 19th centuries, represented a significant milestone in scientific dissemination in Portugal. Inserted in the context of the Enlightenment reforms that shaped the structures of the Old Regime, the institution emerged as an important vehicle for disseminating natural



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

philosophy, which served as a mechanism to boost the economy of the period. Its main objective was to promote the agricultural development of Portugal and its colonies. The production of *Calcografia do Arco do Cego* was characterized by thematic diversity such as works on plants, animals, approaches in the areas of medicine, nautical, engineering and the quality of the illustrations, these engravings facilitated the understanding of the technical contents, as its target audience centered in individuals who lived in the countryside. The institution's existence lasted 28 months, the rich production of *Casa Literária* comprised a collection of 83 titles, covering original works, translations and texts in Latin, demonstrating the diversity and scope of its editorial projects.

Keywords: Natural philosophy, Enlightenment, Arco do Cego.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Gestão e Governança Preventiva e Precaucional frente a Desastres

Socioambientais: O caso da Barragem de Mariana

Lissandra Lopes Coelho Rocha–

Professora Dra. Universidade Vale do Rio Doce

lissandra.rocha@univale.br

Eunice Sueli Nodari

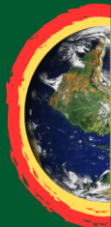
Professora Dra. Dos PPG História e Interdisciplinar em Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Professora da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE

eunice.nodari@gmail.com

Resumo

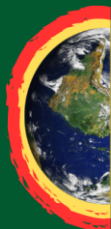
O rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG), em 2015, ilustra uma crise socioambiental de proporções globais, cujos impactos transcendem os limites locais. A pesquisa examina a importância da gestão e governança preventiva e precaucional como estratégias essenciais na mitigação e solução dos problemas gerados por desastres dessa magnitude. A ausência de um planejamento preventivo eficaz e a falha no gerenciamento de riscos tornaram o evento ainda mais devastador, evidenciando a necessidade de um olhar interdisciplinar e holístico para lidar com situações complexas. A análise revela que a gestão baseada apenas em reparação posterior ao desastre é insuficiente para lidar com a diversidade de impactos sofridos pelas comunidades e pelo meio ambiente. Assim, propõe-se que uma governança preventiva e precaucional, fundamentada no monitoramento contínuo, controle rigoroso e participação ativa de todos os atores envolvidos, seja adotada para antecipar riscos e evitar futuros desastres. Essa abordagem permite fortalecer a resiliência das comunidades e proteger ecossistemas, ao passo que enfrenta os desafios impostos pela crise socioambiental contemporânea. Destaca-se que a gestão de desastres não deve se limitar ao aspecto jurídico ou institucional, mas englobar uma atuação colaborativa entre governos, empresas e sociedade civil, com vistas à superação dos limites das políticas atuais. A aplicação de metodologias integradas e o aprendizado constante a



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

partir de eventos passados são essenciais para prevenir a repetição de catástrofes similares no futuro, promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Palavras-chave: Desastres socioambientais; Governança preventiva; Resiliência.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

As Florestas no Oeste de Santa Catarina e as transformações ambientais
(2000 a 2020)

Luis Alberto Salini Marina

Graduando em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista de Iniciação científica UFFS

Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto

Professora do PPGH em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

samirapm@gmail.com

Resumo

A região Oeste de Santa Catarina testemunhou uma série de transformações ambientais ao longo de sua história, esta região foi fortemente impactada pela intervenção humana na paisagem. No decorrer do século XX e XXI, a antropização da região ganhou impulso de forma relevante com a forte intensificação do desmatamento das culturas nativas, que teve início no processo de ocupação do território e se acentuou devido às atividades madeireiras. Esse desmatamento provocou não apenas a redução do volume de madeira disponível, mas também possibilitou o avanço de outras atividades econômicas, como a agropecuária e o cultivo de árvores exóticas. Essas transformações tiveram impactos significativos nos grupos sociais que habitavam o Oeste catarinense do século XX ao século XXI. O presente trabalho busca analisar quais interações humanas levaram a essa diminuição das florestas nativas, bem como a atual situação dessas florestas em Santa Catarina, com ênfase no Oeste Catarinense do século XXI. Para a realização deste estudo busca-se a utilização de fontes como relatórios de governo, censos demográficos, os periódicos regionais, estaduais, federais e artigos produzidos que trazem grandes informações sobre essa área de estudo. Buscando assim compreender as transformações da paisagem e a degradação das florestas nativas e secundárias além da interação do ser humano com esse processo. A pesquisa contou com os auxílios das seguintes agências de fomento: CNPq (401533/2022-0, Chamada 26/2021 - 409340/2021-9 Chamada 4/2021-310850/2021-5); FAPESC (Edital 16/2021 - UFF2021331000005); UFFS (PES-2021-0553, PES-2022-0276 e PES-2023-0230, PES-2023-004, PES-2023-0043, PES-2024-0358).

Palavras-chave: Antropização, História Ambiental, Matas Nativas.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

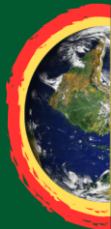
Abstract

The western region of Santa Catarina has witnessed a series of environmental transformations throughout its history, significantly impacted by human intervention in the landscape. Throughout the 20th and 21st centuries, the anthropization of the area gained considerable momentum with the intense deforestation of native cultures, which began during the settlement process and intensified due to logging activities. This deforestation not only reduced the volume of available timber but also facilitated the advancement of other economic activities, such as agriculture and the cultivation of exotic trees. These transformations had significant impacts on the social groups inhabiting western Santa Catarina from the 20th to the 21st century. This work seeks to analyze the current situation of native forests and the human interactions that led to their decline, as well as the present condition of these forests in Santa Catarina, with an emphasis on western Santa Catarina in the 21st century. To conduct this study, sources such as government reports, demographic censuses, regional, state, and federal journals, and articles providing substantial information about this area of study will be utilized. The aim is to understand the landscape transformations and degradation of both native and secondary forests, alongside human interaction in this process. The research received support from the following funding agencies: CNPq (401533/2022-0, Call 26/2021 - 409340/2021-9 Call 4/2021-310850/2021-5); FAPESC (Notice 16/2021 - UFF2021331000005); UFFS (PES-2021-0553, PES-2022-0276, PES-2023-0230, PES-2023-004, PES-2023-0043).

Keywords: Anthropization, Environmental History, Native Forests.

Referências

ALMEIDA, E. M.; FIALHO, F. **A Agroindústria do Oeste Catarinense e o Desenvolvimento Regional sustentável: os velhos e os novos desafios no novo século.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338177996_A_Agroindustria_do_Oeste_Catarinense_e_o_Developolvimento_Regional_sustentavel_os_velhos_e_os_novos_desafios_no_novo_seculo>. Acesso em: 22 jul. 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI). **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica de Santa Catarina é Atualizado**. Disponível em: <<https://apremavi.org.br/atlas-dos-remanescentes-florestais-da-mata-atlantica-de-santa-catarina-e-atualizado/>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BEGNINI, S.; ALMEIDA, L. E. D. F. DE. **Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião oeste catarinense: caracterização e classificação**. *Interações (Campo Grande)*, v. 17, n. 4, p. 547–560, out. 2016.

COLETTI, Tomé; AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. **Transformações da paisagem rural no oeste catarinense e suas (prováveis) relações com as mudanças nas tecnologias agrícolas**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 2, p. 255-281, jun. 2019.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4 v.

ELIAS, G. A. et al.. **ÁRVORES DE UM FRAGMENTO FLORESTAL URBANO EM SANTA CATARINA, SUL DO BRASIL: FLORÍSTICA E ESTRUTURA**. *Ciência Florestal*, v. 28, n. 4, p. 1755–1769, out. 2018.

GIULIETTI, A.M., HARLEY, R.M., QUEIROZ, L.P., WANDERLEY, M.G.L. & BERG, C. **Levantamento preliminar de espécies frutíferas de árvores e arbustos nativos com uso atual ou potencial do Rio Grande do Sul**. *Rev. Bras. Agroecologia*, v. 2, n. 1, fev. 2007.

Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC). **Fauna**. Disponível em: <<https://www.ima.sc.gov.br/index.php/biodiversidade/biodiversidade/fauna>>. Acesso em: 6 fev. 2024.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Inventário Florestal - Ciclo 1 (2007 a 2011)**. Disponível em: <https://www.iff.sc.gov.br/nossas-a%C3%A7%C3%B5es/invent%C3%A1rio-florestal/resultados/ciclo-1-2007-a-2011#h_p_eFXHz2Cmvd1P>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MORETTO, S. P. **Meio ambiente e sociedade: as transformações na paisagem do Oeste Catarinense, na segunda metade do século XX**. *História Revista*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 107–120, 2017. DOI: 10.5216/hr.v22i2.47211. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/47211>>. Acesso em: 21 dez. 2023.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Vibrans, A.C. Nicoletti, A.L.; Liesenberg, V. et al. **Monitora: um novo mapa de cobertura florestal e uso da terra do estado de Santa Catarina.** Agropecuária Catarinense, v. 34, p. 42-48, 2021.

VIBRANS, Alexander C. et al. **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: resultados resumidos.** Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2013.

WORSTER, Donald. **Transformações Da Terra: para a perspectiva agroecológica na História.** Ambiente Sociedade, vol. 5, n. 2, 2003.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Efectos históricos, ambientales y culturales en la domesticación del paisaje
en el Corregimiento amazónico de Tarapacá, Colombia

Juan Carlos Aguirre-Neira

Ivón Natalia Cuervo

La región Amazónica, en particular el corregimiento de Tarapacá en Colombia, presenta eventos excepcionales que han influido en su historia y en sus dinámicas sociales y económicas. Tarapacá fue refugio de cientos de indígenas que huían de la esclavitud del caucho a inicios del siglo XX; punto de confrontación histórica entre Perú y Colombia; principal puerto aduanero y punto de comercialización de minerales y pieles, y más recientemente, pasaje del narcotráfico hacia Brasil. Este contexto hace que Tarapacá sea un lugar crucial para estudiar la transformación del paisaje amazónico. Hoy en día los habitantes de Tarapacá transitan entre prácticas tradicionales y modelos de extracción intensiva de recursos como la madera y la pesca; todo esto en un en un mosaico de figuras territoriales que van de resguardos indígenas y unidades de conservación, hasta áreas municipalizadas y zonas de aprovechamiento forestal. Entre 2018 y 2020, se llevó a cabo un estudio que incluyó visitas de campo, entrevistas a residentes y georreferenciación de áreas con diferentes intensidades de uso. El análisis de esta información junto con datos recopilados de entes gubernamentales permitió identificar zonas con distintos niveles de intervención y el surgimiento de procesos de domesticación de plantas con fines comerciales, extraídas de áreas de crecimiento espontáneo. Se crearon mapas que integran coberturas vegetales, lugares de vivienda, pasajes de tránsito y áreas de agricultura tradicional (chagras) y de pesca, lo cual revela patrones de ocupación y uso del territorio fuertemente influenciado por determinantes culturales y ambientales como coberturas vegetales, fertilidad del suelo y áreas inundables. Se Concluye que las características de la colonización en Tarapacá, junto con los patrones culturales de uso de recursos y las condiciones ambientales, son fundamentales para comprender la complejidad territorial de la región. Esta comprensión es vital para desarrollar procesos de planificación



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

territorial que se adapten a las realidades locales, asegurando un uso sostenible de los recursos en un entorno tan dinámico y diverso como el amazónico.

Pocas áreas en el mundo poseen tan grandes contrastes como la región Amazónica. El corregimiento de Tarapacá se destaca aún más por haber sido escenario de eventos excepcionales en la historia colombiana desde inicios del siglo XX: Destino de cientos de indígenas que huían de la esclavitud del caucho; punto de confrontación histórica entre Perú y Colombia; principal puerto aduanero de la región; punto de comercialización de minerales y pieles y más recientemente, pasaje del narcotráfico hacia Brasil. Por todo lo anterior, Tarapacá es un escenario clave para analizar las dinámicas sociales y económicas que han transformado el paisaje amazónico. Actualmente, los habitantes del corregimiento transitan entre procesos tradicionales de ocupación y uso y modelos de extracción intensiva, principalmente madera y pesca, en un mosaico de figuras territoriales que van de resguardos indígenas, unidades de conservación, áreas municipalizadas y zonas nacionales para el aprovechamiento forestal. Entre 2018 y 2020 se recopiló información primaria por medio de visitas a campo, entrevistas semiestructuradas a habitantes y georreferenciación de áreas con diferentes intensidades de manejo. Junto con información secundaria recopilada de entes gubernamentales, se lograron registrar áreas con diferentes intensidades en el uso de los paisajes. Se lograron identificar también procesos incipientes de domesticación de plantas con algún interés comercial, las cuales son extraídas de áreas de crecimiento espontáneo y sembradas próximas a las viviendas. Toda esta información permitió elaborar mapas con coberturas vegetales, lugares de vivienda, pasajes de tránsito y áreas de agricultura tradicional (chagras) y de pesca, con lo cual fueron identificados patrones de ocupación y uso del territorio de acuerdo a usos culturales, fuertemente influenciados por determinantes ambientales como coberturas vegetales, fertilidad del suelo y lugares de inundación. Se concluye que las características específicas de colonización, ligadas a la oferta ambiental y a los patrones culturales de uso y aprovechamiento de los recursos, permiten dar luces de las complejidades territoriales, las cuales, son insumo fundamental para procesos de planeación territorial que estén adaptados a dichas realidades.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

(PNNC mapeos participativos), SINCHI (georreferenciação de chagras), mapa de coberturas da terra, google earth,



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

¿Qué es un río? Representaciones hídricas en discusión.

Dra. María Laura Langhoff (UNS-CONICET)

becaria posdoctoral CONICET, e-mail: marialauralanghoff@gmail.com

Resumen.

El presente trabajo es producto del trayecto investigativo en la temática hidrosocial. El planteo que aquí se presenta busca interpelar las representaciones predominantes en relación a los ríos, presentes en los informes técnicos, la prensa y actores vinculados al agua. Se observa una recurrencia de los términos “aprovechar” y “desaprovechar” cuando se hacen abordajes vinculados a los caudales y las obras hídricas. El uso frecuente de estos dos términos se encuentra asociado a una concepción de la naturaleza como una proveedora de recursos. En este caso, la idea que subyace considera a los ríos como contenedores de agua. Los cursos de agua son valorados aisladamente del entorno ecológico del que son parte e, incluso, recortados del ciclo hidrológico. Tampoco se considera el ciclo hidrosocial en el que están insertos, básicamente las valoraciones hídricas se asientan sobre estadísticas de caudales. Esta mirada parcial sobre los ríos, es netamente productivista y se fundamenta en la necesidad de explotarlos para usos intensivos. Dentro de estos se destacan la generación de energía hidroeléctrica, construcción de sistemas de irrigación y trasvases. No obstante, en los últimos años otras valoraciones asentadas en miradas integrales, discuten esta postura tecnohídrica al considerar a los ríos como “ríos vivos”, “sujetos de derechos” y “ríos libres”.

Palabras claves: ríos; aprovechamiento; representaciones.

Abstract.

This paper is the result of research on the hydro-social issue. The approach presented here seeks to question the predominant representations in relation to rivers, present in technical reports, the press and actors related to water. There is a recurrence of the terms “to take advantage” and “to waste” when dealing with water flows and water works. The frequent



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

use of these two terms is associated with a conception of nature as a provider of resources. In this case, the underlying idea considers rivers as water containers. Watercourses are valued in isolation from the ecological environment of which they are a part, and even cut off from the hydrological cycle. The hydro-social cycle in which they are inserted is not considered either; basically, water valuations are based on flow statistics. This partial view of rivers is purely productivist and is based on the need to exploit them for intensive uses. These include hydroelectric power generation, construction of irrigation systems and water diversions. However, in recent years, other valuations based on integral views have challenged this technohydric posture by considering rivers as “living rivers”, “subjects of rights” and “free rivers”.

Key words: rivers; exploitation; representations.

Las representaciones sobre los ríos han variado a través del tiempo y de acuerdo a las culturas. En el caso de Argentina desde finales del siglo XIX hasta la actualidad se convirtieron en elementos claves para la industrialización del país. En el caso que aquí se analiza nos centramos en las provincias de La Pampa y Mendoza (Argentina), dentro de la diagonal árida sudamericana (DAS). En base a fuentes históricas, se pueden establecer dos usos planificados predominantes, los ríos como vías navegables y factibles de ser regulados y sus aguas utilizadas para irrigación y energía. Estos están presentes en los discursos de políticos, gobernantes y técnicos. De ambos, se concretó solo uno. Por un lado, una vez que se conformó el Estado nacional en la segunda mitad del s. XIX, se plantearon dos proyectos para convertir en vías navegables al tramo inferior del río Desaguadero (Costa, 1897; Olascoaga, 1935) con el fin de facilitar la salida al Atlántico de la producción de la región cuyana, ambos no llegaron a ejecutarse. Por otro lado, desde comienzos de siglo XX el desarrollo de oasis productivos en el centro sur y norte de Mendoza, fueron el resultado de obras hidráulicas para aprovechar el agua de los caudalosos ríos cordilleranos que se unen al Desaguadero. Estos usos se hicieron más intensivos con la construcción de centrales hidroeléctricas a mediados de ese siglo, para generar energía para consumo residencial e industrial. Estos usos intensivos se enmarcan en una estructura tecnohídrica que se fue consolidando en el país bajo la discursividad del



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

progreso (Vitali, 1941; Buchi, 1945) y en un contexto internacional adverso atravesado por la crisis económica de 1930 y la Segunda Guerra Mundial. Como consecuencia, se alteró el flujo hídrico lo que trajo aparejado el agravamiento de las condiciones de aridez en las cuencas bajas tal como sucedió con el oeste pampeano (D'Atri, 2020; Langhoff, 2022). Esto generó un conflicto hidrosocial entre las provincias de La Pampa y Mendoza, aún sin resolución.

Esta introducción es necesaria para comprender, en el caso del área seleccionada, con qué sentido se aplican valoraciones más utilitaristas y racionales sobre los ríos que aún poseen un caudal importante. En el estudio del caso del Atuel, se pudo observar cómo en las fuentes consultadas, tanto prensa como informantes claves que están vinculados a los recursos hídricos provinciales, tanto mendocinos como pampeanos, aparecen los términos “aprovechar” y “desaprovechar”. Esto se traslada al caso de otro río caudaloso del sur mendocino, el Río Grande. En este caso en particular, es el único dentro de Mendoza que no cuenta con ninguna obra hidráulica en su cuenca. En las entrevistas efectuadas, se observa que los funcionarios e, incluso, integrantes de fundaciones ambientales, consideran que las aguas de los ríos sin obras, se “desaprovecha”. En este razonamiento, esa agua podría ser útil para fomentar y desarrollar áreas bajo riego, generar energía o trasvasar para suplir falta de caudales en cuencas o subcuencas vecinas. Esto último se plantea para el caso del Río Grande. Como dijimos no hay infraestructura hidráulica aquí, pero si existen proyectos y estudios de factibilidad de los mismos, desde la década de 1970. Como la represa Portezuelo del Viento y el trasvase al Atuel en la cuenca alta.

Esta perspectiva racionalista moderna hegemónica es funcional a las necesidades del Estado nacional y se difunde en las narrativas aplicadas por capitales internacionales vinculados a los hidrocarburos y minería a gran escala. El uso de ambos términos se complementa con las ideas de abundancia hídrica, sobre todo cuando se producen inviernos con incremento de precipitaciones nívicas. Pero, además, la preponderancia de un corpus estadístico donde se registran mediciones de aforos, precipitaciones pluviales y nivales, contribuye a reforzar una sola mirada sobre los ríos (Molle, Lankford, Lave, 2024). Precisamente esta información específica que manejan las reparticiones hídricas



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

públicas, contribuye a la priorizar los usos económicos de los ríos, deslindándolos de considerar los ecosistemas y las dinámicas socioambientales que integran.

Esta escisión a la que se continúa sometiendo a la naturaleza para cumplir con objetivos productivos bajo diversos modelos de acumulación, construye una perspectiva en la sociedad donde aquella es solo proveedora de recursos. Y refuerza la idea de los ríos como “recursos hídricos”, al servicio de la explotación hidrocarburífera extrema (como el fracking), la megaminería, los trasvases y la sobreexplotación de cursos de agua como el río Colorado, (tributario del Río Grande y de receptor de la cuenca del Desaguadero). No obstante, se observa que se crea una paradoja en esta discursividad con fuerte raigambre racional, dado que oculta el ciclo hidrológico y la función esencial de los ríos en los océanos y como modeladores del paisaje. Al respecto, pueden destacarse tres afectaciones con la disminución de agua dulce en el mar: sobre los depósitos sedimentarios litorales; sobre la calidad de las pesquerías litorales y en el flujo de nutrientes y minerales que estas aguas aportan (Magdaleno Mas, 2010).

Sin embargo, a lo largo del siglo XXI ante el avance extractivista con anuencia estatal y sus impactos sobre el agua superficial y subterránea, comenzó a emerger otra valoración sobre la naturaleza. Desde una mirada complejizadora y visibilizadora de otras formas culturales de comprender los entornos y la actividad humana en ellos, se comenzó a hablar de bienes comunes frente a recursos naturales. El agua en tanto bien necesario para la vida es un bien común que debe ser preservado de usos que pongan en riesgo su acceso y conservación. Estas voces son parte de las comunidades afectadas que se han ido organizando y discuten la valoración de los organismos de gestión del agua y empresas. Desde esta perspectiva se aboga por los “ríos libres” sin represas y sin contaminación. El agua es un bien que además de hallarse amenazado por las explotaciones indiscriminadas, también se encuentra afectada por el cambio climático y las formas en que puede influir en las cuencas hídricas (alteración en precipitaciones y descongelamiento de permafrost). En el área de estudio esta perspectiva está fuertemente representada en el caso mendocino con las asambleas por el agua que se comenzaron a organizar en la primera década del siglo XXI (Merlinsky & Wagner, 2019). En el caso pampeano, si bien se reclama el restablecimiento del caudal fluvio ecológico del río Atuel,



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

aun desde el sector público involucrado con la temática se considera que hay ríos que son desaprovechados a pesar de su copioso caudal, como el caso del río Negro.

En síntesis, se puede afirmar que hay una representación hegemónica de los ríos como componentes de sistemas biofísicos, que deben “aprovecharse”, ya sea bajo una gestión tecnohídrica pública al servicio de capitales, como de formas intensivas sin control de ningún tipo. Esta representación se fortalece en los últimos años con el advenimiento de actividades extractivistas para extraer recursos estratégicos. Como contrapartida se observa un surgimiento y progresiva expansión de otras valoraciones en relación a los ríos, donde estos son considerados como una parte de sistemas biofísicos y sociales complejos, donde son valiosos en sí mismos, sino también por sus significados culturales.

Referencias.

BUCHÍ, J. **Fuerzas hidráulicas de la Argentina.** Buenos Aires, José Monteso editor, 1945.

COSTA, A.F. **La canalización de la Pampa Central de la República Argentina.** Buenos Aires, Al libro inglés, 1897.

D'ATRI, A. **La derrota del Atuel. Imaginarios sociales en conflicto por el agua en La Pampa, Argentina.** Tesis (Doctorado en Comunicación Social). Facultad de Comunicación Social, Universidad Nacional de Río Cuarto, 2020.

LANGHOFF, M.L. **El ciclo hidrosocial en la subcuenca del río Atuel y su implicancia en los procesos histórico-geográficos (1790-2018).** Tesis (Doctorado en Geografía). Departamento de Geografía y Turismo, Universidad nacional del Sur, 2022.

MAGDALENO MAS, F. **¿Debe el agua de los ríos llegar al mar? Orientaciones para una gestión medioambiental del agua en España.** Madrid, Fundación Alternativas, 2010.

MERLINSKY, G.; WAGNER, L. La memoria del agua: megaminería y conflictos ambientales en Mendoza. **Espoiler**, v. 12, p. 1-9, 2019.

MOLLE, F.; LANKFORD, B.; LAVE, R. Water and the politics quantification: a programmatic review. **Water Alternatives**, v. 17, n. 2, p.325-347, 2024.



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

OLASCOAGA, M. **Topografía andina. Aguas perdidas.** Buenos Aires, Cabaut, 1935.

VITALI, G. **Hidrología mendocina. Contribución a su conocimiento.** Mendoza, Departamento General de Irrigación, 1941.



6° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

Transformaciones del paisaje bananero y sus efectos socioambientales en
Atlántida, Honduras, décadas de 1970 a 2020

Fernando David Velásquez Recarte¹⁵²

El presente estudio analiza la transformación del paisaje bananero y los efectos socioambientales en Atlántida, Honduras, a partir de las formas de apropiación del territorio, cambios en los usos de suelo y formas extractivistas en los paisajes, por causa de la empresa bananera Standard Fruit Company. El caso de estudio se desarrolla en la costa norte de Honduras, en el departamento de Atlántida desde comienzos de la segunda mitad del siglo XX, sin embargo, debido a la naturaleza del estudio y la presencia del banano en la región, también abarca las redes comerciales y las plantaciones bananeras en los departamentos vecinos de Yoro y Colón.

La introducción de la agricultura industrial en Honduras transformó radicalmente la dinámica ambiental y el manejo de los paisajes del país. Asimismo, con la implementación de sistemas agrícolas intensivos, el uso generalizado de plaguicidas como el Dibromo Cloro Propano (DBCP) para contrarrestar enfermedades del banano y la selección de variedades de banano específicas para la exportación, alteraron no solo la composición del suelo, los ecosistemas locales y la biodiversidad, sino que también tuvo repercusiones significativas en la salud, cotidianidad y el bienestar de las comunidades locales.

El estudio adopta una perspectiva desde la historia ambiental y análisis del paisaje para explorar los efectos socioambientales generados por las transformaciones inducidas por la agricultura industrial del banano. Con los postulados de Martínez de Pisón (2009) en cuanto al paisaje como unidades evolutivas e históricas, Urquijo (2022) con la historia ambiental enfocada en el estudio de los cambios temporales de diferentes fenómenos ambientales y Haesbaert (2011) con la visión económica del territorio, ayudan a explicar

¹⁵² Estudiante del doctorado en Geografía, Universidad Nacional Autónoma México (UNAM), maestro en Geografía Humana por El Colegio de Michoacán, México, y licenciado en Historia por la Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH). fvelasquez@pimp.unam.mx velasquezreca@gmail.com



6º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações

la transformación de los paisajes bananeros y los efectos socioambientales a partir de las formas de apropiación del territorio, cambios de usos de suelo, cubierta vegetal, y formas extractivistas en los paisajes.

El trabajo de archivo consistirá en la consulta de la historiografía nacional de Honduras y Centroamérica, revisión de fuentes hemerográficas del Archivo Nacional de Honduras, archivos municipales, Colección de Investigación de Luisiana (LaRC) de la Universidad de Tulane, Repositorio Digital Tzibalnaah (UNAH) y material cartográfico del Instituto Geográfico Nacional de Honduras, Mapoteca Manuel Orozco y Berra, Biblioteca del Congreso de los Estados Unidos, Biblioteca de Mapas Perry-Castañeda de la Universidad de Texas, la Colección de Mapas de la Universidad de Harvard y la Digital Public Library of America (DPLA). En cuanto al trabajo de campo, se utiliza la etnografía, historia oral y cartografía para trabajar en conjunto con las comunidades, historiar sus experiencias y mapear a través de sus narrativas.

Este estudio pone de manifiesto documentar la realidad de los procesos agroindustriales desde la forma de apropiación del territorio, los cambios en los usos de suelo, el ejercicio del poder en la construcción de territorialidades y las afectaciones humanas respecto a lo ambiental. También da luces para estudios desde la geografía sobre los impactos sociales y ambientales de monocultivos en Honduras, lo que dirige la atención a los usos de suelo y al cambio de cubiertas vegetales.